



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM
ECONOMIA

SARAH FARIAS ANDRADE

O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA CAPITALISTA E
CONFLITOS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Salvador

2020

SARAH FARIAS ANDRADE

**O DESENVOLVIMENTOS DO SISTEMA CAPITALISTA E
CONFLITOS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Economia.

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Lívio Andrade Wanderley

Salvador

2020

A553

Andrade, Sarah Farias.

O desenvolvimento do sistema capitalista e conflitos no território brasileiro/ Sarah Farias Andrade. – Salvador, 2020.

368 f.; il.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia. Orientadora: Prof. Dr. Lívio Andrade Wanderley.

1. Brasil – política neoextrativista. 2. Capitalismo – desenvolvimento territorial. 3. Territórios tradicionais - conflito. I. Universidade Federal da Bahia. II. Wanderley, Lívio Andrade. III. Título.

CDD: 338.9



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia
Mestrado e Doutorado em Economia

TERMO DE APROVAÇÃO

SARAH FARIAS ANDRADE

"O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA CAPITALISTA E CONFLITOS NO
TERRITÓRIO BRASILEIRO"

Tese de Doutorado aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Livio Andrade Wanderley
(Orientador - UFBA)

Prof. Dr. Antônio Renildo Santana Souza
(UFBA)

Profa. Dra. Guiomar Inez German
(IGEO/UFBA)

Prof. Dr. Rossine Cerqueira Cruz
(UEFS)

Prof. Dr. Wallace Moreira Lima
(UFBA)

Aprovada em 29 de julho de 2020.

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria Helena Farias da Cruz Andrade, que apesar de ter falecido durante o processo de doutoramento nunca deixou de ser inspiração e motivação para que fosse possível finalizá-lo, a ela dedico.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, pois é Nele que eu coloco as todas as minhas motivações e anseios. Sei que em todos os momentos que me levaram ao propósito de vida acadêmica, convergindo para esta pesquisa, foi Ele que estava ao meu lado ou me carregando no colo, quando me faltou o chão. A Ele eu agradeço.

A minha mãe, Maria Helena, minha paixão, minha inspiração de vida, a quem me dedicou todo seu amor até nos momentos de maior sofrimento pelo qual passou, a ela eu agradeço de todo meu coração.

A meu pai, Pierre, por cuidar de minha mãe quando eu não pude fazê-lo, pelo apoio e carinho. A meu irmão, Thiago, por me apoiar e ser um parceiro nos cuidados com nossos pais, pela amizade e carinho. A minha cunhada Nayara, por ser um anjo para minha família. Aos meus sobrinhos, especialmente Mariana, motivo de alegria e motivação para continuar minha pesquisa.

As minhas tias, Maria Eliana, Maria de Fátima e Maria da Conceição, pela compreensão, carinho e apoio, agradeço imensamente. Especialmente, tia Betinha e tio Nivaldo, por me acolherem nos vários momentos na minha estadia em Salvador, pela dedicação, compreensão e carinho.

As minhas colegas amigas do doutorado, Fernanda, Edna e Ludmila, pela partilha, pelo convívio nos dias de estudo, pela paciência, por me escutarem, pelo apoio e pelos encontros de todo mês para o cafezinho com bolo. Aos colegas do programa, da turma do mestrado, Joana, Sandra, Aline e Moises, pela amizade e apoio.

A Kaiza Correia, amiga, colega do mestrado e do doutorado, minha orientadora particular, sem a qual esta tese não seria possível, agradeço simplesmente por tudo, pela acolhida, paciência, conselhos, por lê e discutir comigo a tese, por me amparar nos momentos mais difíceis da trajetória do doutorado e na minha perda familiar, agradeço imensamente. Estendo esse agradecimento também a sua família, que me acolheu com muito carinho e atenção.

A amiga Jovelina pelo companheirismo e apoio ainda que de longe. E a Thiago Cavalcante, colega do período do mestrado e desde então, um amigo que me incentivou tanto no início como no finalzinho no processo de correções da tese, agradeço aos dois de todo meu coração.

A todos os professores do programa, especialmente Paulo Balanco, Renildo, Uallace, Gilca e Guiomar, pela oportunidade de expandir o conhecimento em disciplinas que contribuíram para o meu crescimento intelectual, cuja a experiência convergiram para este trabalho. Agradeço também pela atitude humana e solidária.

Ao professor Lívio, por aceitar o desafio de me orientar no último ano do doutorado, pela compreensão e solicitude.

Aos técnicos administrativos do programa, principalmente, Max, sempre proativo, disposto a orientar os aspectos burocráticos acadêmicos, de maneira segura e eficiente, bem como pela compreensão nos momentos em que a vida pessoal interferiu na trajetória acadêmica. E a técnica, Janice, por todo apoio e carinho.

A todos os funcionários da Faculdade de Economia, principalmente Tina e Carlos, pelo convívio, sorrisos e atenção.

A professora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, pela atenção e atendimento solícito.

Aos indígenas das aldeias Gurita e Tucum, por me receberem em seus territórios e partilharem comigo suas histórias dolorosas, porém, corajosas, de resistência e defesa da terra e do modo vida.

As instituições Comissão Pastoral da Terra e Conselho Indigenista Missionário, pelo trabalho de acompanhamento da violência no campo e pelo fornecimento de dados secundários de grande importância para o trabalho.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por financiar a minha permanência no doutorado por meio da Bolsa de Estudos.

*Há o suficiente no mundo para todas as necessidades humanas, não há o suficiente para a
cobiça humana.*
Mahatma Gandhi

RESUMO

Desde a década de 1990 o Brasil passou a adotar um novo padrão de reprodução capitalista, denominado por Osório (2012) como “Exportador de Especialização Produtiva” (EEP). Isso se deu em conformidade com as mudanças na forma de organização do sistema capitalista internacional, iniciadas na década de 1970, configurado por avanços tecnológicos no âmbito principalmente da informação e dos meios de transporte, bem como a disseminação da política neoliberal, apontada como solução única do processo de crise dos capitalismo latino americanos caracterizados pela dinâmica de dominação. O projeto de mundialização do capital e o fim das fronteiras nacionais, articulado pelo processo de hierarquização dos espaços, que passam a obedecer às integrações verticais que condicionam o local para fins equidistantes, atendendo a demandas ultramarinas a partir da desarticulação das integrações horizontais. Esse processo fragmenta territórios, desterritorializando e reterritorializando, conforme as necessidades da reprodução capitalista no espaço, denominada pelo que Santos (2001) como Globalização perversa. Tal dinâmica homogeneizadora, frente a novas formas de organização do capital internacional, impõe aos países, como o Brasil, uma inserção dependente, tendo por base a especialização em produtos primários (*commodities*) com destino ao mercado externo, submetido as oscilações próprias do mercado internacional. Com isso, por meio da consolidação do novo padrão de reprodução capitalista no país, principalmente a partir da abertura econômica dos anos 1990, ganhando parâmetros de política de desenvolvimento nacional, nos anos 2000 com a política neoextrativista, adotado por governos tidos como progressistas. Essa política, reconvertida em instrumento de conformação da dependência pela geração de superávits primários para pagamento da dívida externa e interna, obedece ao padrão de reprodução EEP, que se caracteriza pelo uso intensivo do fator terra. O objetivo geral, aqui empreendido, foi o de compreender como se dá o desenvolvimento territorial do capitalismo no espaço brasileiro segundo uma visão de espaço-tempo a partir do processo de acumulação capitalista orquestrado no Brasil através da política neoextrativista. A hipótese levantada aponta para o conflito como resultado da constituição espaço-temporal dos territórios que se configuram como processo dialético no atual padrão de reprodução exportador de especialização produtiva. Essa ideia se baseia na visão de território usado de Santos (1994) e a concepção da fronteira como lugar de contradição. Os resultados obtidos, de maneira objetiva, demonstram que a forma como o capitalismo organiza seu processo de acumulação no espaço, principalmente no que confere ao capitalismo brasileiro, intensivo na utilização no uso do fator terra, de forma especializada em produtos básicos, intensifica o cenário de conflitos, especialmente em territórios tradicionais, e que este cenário se tornou mais agravante a partir da política neoextrativista no início do século XXI.

Palavras-chave: Política neoextrativista. Padrão de reprodução capitalista. Territórios tradicionais.

ABSTRACT

Since the 1990s, Brazil has adopted a new pattern of capitalist reproduction, called by Osório (2012) as “Exporter of Productive Specialization” (EEP). This was in line with the changes in the form of organization of the international capitalist system, which began in the 1970s, configured by technological advances in the scope of information and means of transport, as well as the dissemination of neoliberal politics, pointed out as a unique solution. of the crisis process of Latin American capitalisms characterized by the dynamics of domination. The project for the globalization of capital and the end of national borders, articulated by the process of hierarchizing spaces, which start to obey the vertical integrations that condition the place for equidistant purposes, meeting overseas demands from the disarticulation of horizontal integrations. This process fragments territories, deterritorializing and reterritorializing, according to the needs of capitalist reproduction in space, called Santos (2001) as perverse Globalization. Such homogenizing dynamics, facing new forms of organization of international capital, imposes a dependent insertion on countries, such as Brazil, based on specialization in primary products (commodities) destined for the foreign market, subject to the oscillations of the international market. . With this, through the consolidation of the new pattern of capitalist reproduction in the country, mainly from the economic opening of the 1990s, gaining parameters of national development policy, in the 2000s with the neo-extractive policy, adopted by governments considered as progressive. This policy, converted into an instrument of conformation of dependence through the generation of primary surpluses for the payment of external and internal debt, obeys the EEP reproduction pattern, which is characterized by the intensive use of the land factor. The general objective, undertaken here, was to understand how the territorial development of capitalism takes place in the Brazilian space according to a space-time vision based on the process of capitalist accumulation orchestrated in Brazil through neo-extractive politics. The hypothesis raised points to the conflict as a result of the spatio-temporal constitution of the territories that are configured as a dialectical process in the current pattern of exportation of productive specialization. This idea is based on Santos' (1994) vision of used territory and the concept of the border as a place of contradiction. The results obtained, in an objective way, demonstrate that the way capitalism organizes its accumulation process in space, mainly in what gives Brazilian capitalism, which is intensive in the use of the land factor, in a specialized way in basic products, intensifies the scenario conflicts, especially in traditional territories, and that this scenario became more aggravated by neo-extractive politics at the beginning of the 21st century.

Keywords: Neo-extractive politics. Capitalist reproduction pattern. Traditional territories.

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1	Síntese de abordagens teóricas sobre horizontalidades e verticalidades.....	35
Quadro 2.2	Sinóptico dos espaços econômicos	38
Quadro 2.3	Tríades da produção do espaço em Lefebvre.....	73
Quadro 3.1	Síntese analítico do Padrão de Reprodução conforme as fases do ciclo do capital dinheiro.....	111
Quadro 4.1	Matriz de informações de variáveis por Região brasileira.....	171
Quadro 4.2	Análise do indutor de expansão por alocação, por dinamismo e especialização.....	177
Quadro 4.3	Análise do indutor de expansão global.....	178
Quadro 4.4	Descrição dos produtos por seção do Sistema de Harmonização.....	181
Quadro 4.5	Resultado do Indutor de Expansão Total (IET) de valor das exportações, em milhões de US\$, dos 52 itens, para as regiões brasileiras, de 1997-2007.....	187
Quadro 4.6	Resultado do Indutor de Expansão Total (IET) de valor das exportações, em milhões de US\$, dos 52 itens, para as regiões brasileiras, de 2007-2017.....	190
Quadro 4.7	Setores com integração de homogeneização expansionista do nacional, por região, de 1997-2007 e 2007-2017.....	195
Quadro 4.8	Setores desintegrados de autonomia local retracionista, por região, de 1997-2007 e 2007-2017.....	200
Quadro 4.9	Resultado do Indutor de Expansão Estrutural (IEE) de valor das exportações, em milhões de US\$, dos 52 itens, para as regiões brasileiras, de 1997-2007.....	206
Quadro 4.10	Resultado do Indutor de Expansão Estrutural (IEE) de valor das exportações, em milhões de US\$, dos 52 itens, para as regiões brasileiras, de 2007-2017.....	209
Quadro 4.11	Resultado do Indutor de Expansão Regional por Diferenciação (IERD) de valor das exportações, em milhões de US\$, dos 52 itens, para as regiões brasileiras, de 1997-2007.....	216
Quadro 4.12	Resultado do Indutor de Expansão Regional por Diferenciação (IERD) de valor das exportações, em milhões de US\$, dos 52 itens, para as regiões brasileiras, de 2007-2017.....	218
Quadro 4.13	Análise do Indutor de Expansão por Alocação (IEA), por valor de exportação, em milhões de US\$, para itens com Vantagem por Dinamismo especializado (VDE), das regiões brasileiras, de 1997 a 2007.....	223
Quadro 4.14	Análise do Indutor de Expansão por Alocação (IEA), por milhões de hectares de área plantada, dos produtos analisados, por regiões brasileiras, de 1997 a 2007.....	225
Quadro 4.15	Comparação do comportamento do IET das variáveis Valor de Indutor de Expansão Total (IET), por milhões de hectare, das regiões brasileiras, de 1997 a 2007 e de 2007 a 2017.....	229

Quadro 4.16	Culturas e Atividades integradas por homogeneização expansionista nacional, a partir do IEG, por região brasileira, de 1997 a 2007 e 2007 a 2017.....	231
Quadro 4.17	Indutor de Expansão Estrutural (IEE), por milhões de hectare, das regiões brasileiras, de 1997 a 2007.....	234
Quadro 4.18	Indutor de Expansão Estrutural (IEE), por milhões de hectare, das regiões brasileiras, de 2007-2017.....	235
Quadro 4.19	Indutor de Expansão Regional por Diferenciação (IERD), por milhões de hectare, das regiões brasileiras, de 1997 a 2007.....	238
Quadro 4.20	Indutor de Expansão Regional por Diferenciação (IERD), por milhões de hectare, das regiões brasileiras, de 2007 a 2017.....	239
Quadro 4.21	Análise do Indutor de Expansão por Alocação (IEA), por milhões de hectares de área plantada, dos produtos analisados, por regiões brasileiras, de 1997 a 2007.....	241
Quadro 4.22	Análise do Indutor de Expansão por Alocação (IEA), por milhões de hectares de área plantada, dos produtos analisados, por regiões brasileiras, de 1997 a 2007.....	243
Quadro 4.23	Comparação do comportamento do IET das variáveis Valor de Exportação e Área Plantada, nas regiões brasileiras, no período de 1997-2007.....	245
Quadro 4.24	Comparação do comportamento do IET das variáveis Valor de Exportação e Área Plantada, nas regiões brasileiras, no período de 2007-2017.....	246
Quadro 5.1	Empresas, obras e setores em conflito em áreas tradicionais, tradicionais por atividade, Sem Terra e Assentados, nos anos de 2007 e 2017.....	272
Quadro 5.2	Localização territorial e situação fundiária do povo indígena na Bahia, 2011.....	282
Quadro 5.3	Ocorrências em conflitos no Território Indígena Tupinambá de Olivença, 2002 a.....	299
Quadro 5.4	Processos minerários do Território Indígena Tupinambá de Olivença, 2019.....	300
Quadro 5.5	Síntese da dinâmica dos conflitos nos territórios indígenas do Sul e Extremo Sul da Bahia.....	309
Quadro 5.6	Convergência entre o padrão de comportamento dos IET do valor das exportações, hectares de área plantada e/ou uso com a variação das ocorrências de violência no conflito, por região, em relação aos anos de 1997 e 2007.....	311
Quadro 5.7	Convergência entre o padrão de comportamento do IET do valor das exportações, hectares de área plantada e/ou uso com a variação das ocorrências de violência no conflito, por região, em relação aos anos de 2007 e 2017.....	314

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1	Dívida total externa como percentual do PIB, dos países da América Latina e Caribe, de 1990 a 2017.....	135
Tabela 3.2	Valor FOB das exportações totais brasileiras em anos selecionados (em milhões de dólares) e variação percentual.....	141
Tabela 3.3	Percentual de crescimento das exportações de bens e serviços, do Brasil, China, América Latina e Caribe, Estados Unidos e Mundo, de 1983 a 2018.....	141
Tabela 3.4	Ranking dos principais destinos das exportações brasileiras, por valor FOB e percentual de participação, 1997.....	147
Tabela 3.5	Ranking dos principais destinos das exportações brasileiras, por valor FOB e percentual de participação, 2018.....	148
Tabela 3.6	Exportação brasileira por valor FOB e percentual de participação, por bloco econômico, 2018.....	149
Tabela 3.7	Investimento Externo Direto (IED), em US\$, Brasil, América Latina e Mundo, participação percentual do Brasil (A) na América Latina (B) e no Mundo (C), variação anual, de 1975 a 2018.....	157
Tabela 4.1	Número tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários (Unidade) e Variação (%), por Unidade Federativa, nos anos de 1995/96, 2006, 2017.....	247
Tabela 4.2	Número de estabelecimentos agropecuários com tratores (Unidades) e Variação percentual, nas Unidades Federativas, de 2006 e 2017.....	248
Tabela 5.1	Tipos de violência relacionados a conflitos no campo, por região brasileira, dos anos de 1997, 2007 e 2017.....	255
Tabela 5.2	Variação percentual dos tipos de violência relacionados a conflitos no campo, por região brasileira, de 1997 a 2007 e de 2007 a 2017.....	257
Tabela 5.3	Tipos de violência contra posse e propriedade, por região brasileira, para os anos de 1997, 2007 e 2017.....	258
Tabela 5.4	Número de ameaças de morte, tentativa e efetivação de assassinato, nas regiões brasileiras, por categoria, em 1997.....	261
Tabela 5.5	Número de ameaças de morte, tentativa e efetivação de assassinato, nas regiões brasileiras, por categoria, em 2007.....	262
Tabela 5.6	Número de ameaças de morte, tentativa e efetivação de assassinato, nas regiões brasileiras, por categoria, em 2017.....	263
Tabela 5.7	Conflitos no campo por tipo de comunidade/povo, por região do país e participação percentual, em 2007.....	268
Tabela 5.8	Conflitos no campo por tipo de comunidade/povo, por região do país e participação percentual, em 2017.....	268
Tabela 5.9	Número de conflitos relacionados a comunidades tradicionais, tradicionais pela atividade, Sem Terra e Assentados, por Grande Região brasileira, nos anos de 2007 e 2017.....	271
Tabela 5.10	Variação percentual do número de conflitos em territórios tradicionais, tradicionais pela atividade, Sem Terra e Assentado, por Grandes regiões, de 2007 a 2017.....	271

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1	Dinâmica de territorialização espaço.	85
Figura 2.2	Espiral temporal no espaço.....	93
Figura 2.3	Núcleo do espiral temporal do espaço.....	93
Figura 3.1	Fórmula dos três ciclos do capital integrados.....	102
Figura 3.2	Exportações e Importações da América Latina e Caribe, em milhões de dólares, de 1980 a 2017.....	104
Figura 3.3	Ondas longas de ascenso e declínio dos padrões de reprodução no sistema mundial e no Brasil e América Latina.	118
Figura 3.4	Área colhida em hectares por tipo de produto, de 1950 a 2006.....	122
Figura 3.5	Variação percentual da dívida externa bruta do Brasil, de 1890 a 2008...	131
Figura 3.6	Média por década do valor das exportações e da dívida externa em milhões de dólares brasileira, de 1990 a 2008.	133
Figura 3.7	Exportações brasileiras de mercadoria em valor FOB, de 1974 a 2017.....	140
Figura 3.8	Percentual de participação de produtos primário e manufaturados nas exportações FOB brasileiras de 1962 a 2018.....	143
Figura 3.9	Participação das exportações brasileiras segundo intensidade tecnológica dos produtos, referente a 1990, 2000, 2010 e 2018.....	145
Figura 3.10	Participação das importações brasileiras segundo intensidade tecnológica dos produtos, referente a 1990, 2000, 2010 e 2018.....	146
Figura 3.11	Desembolso do BNDES, em milhões de reais, por atividade econômica de 1995 a 2018.....	153
Figura 3.12	Variação percentual dos desembolsos do BNDES por setor de 1995 a 2018.....	154
Figura 3.13	Participação média nos investimentos via BNDES por tipo de indústria de 1995 a 2018.....	155
Figura 3.14	Investimento Estrangeiro Direto em US\$, no Brasil, de 1975 a 2018.....	159
Figura 3.15	Áreas das mesorregiões do PDA Matopiba.....	165
Figura 5.1	Total dos tipos de violência no campo, nos anos de 1997, 2007 e 2017.....	255
Figura 5.2	Mapa da localização dos Territórios Indígenas do Brasil, 2015.....	277
Figura 5.3	Número de assassinato de indígenas por região do país, de 1986 a 2018.	278
Figura 5.4	População e situação jurídica dos povos e territórios indígenas, Bahia, 2012.....	285
Figura 5.5	Mapa da terra indígena Comexatiba (Cahy-Pequi).....	288
Figura 5.6	Trajeto de Prado a Parque Nacional do Descobrimento.....	291
Figura 5.7	Entrada do distrito Cumuruxatiba, Prado, Bahia, 2018.....	291

Figura 5.8	Entrada da aldeia Gurita, Território Indígena Comexatibá (a), ao lado entrada do Parque Nacional do Descobrimento (b).....	292
Figura 5.9	Habitação da família do Cacique Mucugê (a) e área de convivência (b).....	292
Figura 5.10	Estrada aberta pelos madeireiros da Brasil-Holanda (Bralanda) no Parque Nacional do Descobrimento.....	295
Figura 5.11	Indígenas da aldeia Gurita, TI Comexatibá (Cahy-Pequi).....	296
Figura 5.12	Mapa da terra indígena Tupinambá de Olivença.....	298
Figura 5.13	Área da aldeia Tucum, (a) casa típica, (b) escola, (c) área de convívio e reuniões, (d) local sagrado, lugar dos rituais, (e) Rio Tororomba e (f) Nova escola em construção.....	302
Figura 5.14	Casa de Farinha (a), (b) e (c), e artesanatos (e).....	303
Figura 5.15	Área devastada pela ação da mineradora Guanabara.....	305
Figura 5.16	Número de famílias despejadas por município, no ano de 2007.	313

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 TERRITÓRIO: CONCEITO E MÉTODO DE ANÁLISE.....	27
2.1 INTRODUÇÃO.....	27
2.2 ESPAÇO ENQUANTO TOTALIDADE.....	30
2.3 A TOTALIDADE DO ESPAÇO.....	41
2.4 ESPAÇO-TEMPO.....	46
2.5 TEMPO E TEMPORALIDADES.....	52
2.5.1 Empiricização do tempo e das temporalidades.....	66
2.6 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	69
2.6.1 Território como espaço apropriado, dominado e usado.....	76
2.6.2 Profundidade do território.....	86
3 O AVANÇO DO CAPITALISMO SOBRE O TERRITÓRIO.....	95
3.1 INTRODUÇÃO.....	95
3.2 PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA.....	97
3.2.1 Padrão de reprodução capitalista.....	101
3.2.1.1 Meio de produção e força de trabalho.....	107
3.2.1.2 Capitalismos diversos e dependentes.....	112
3.3 EVOLUÇÃO DO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL E AS VERTICALIDADES NO TERRITÓRIO.....	114
3.3.1 Reprodução capitalista e expansão primária no Brasil.....	119
3.3.2 Ajuste da dívida pública e superávit primário.....	128
3.4 A CONFIGURAÇÃO DO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA.....	137
3.4.1 Condição Exportadora.....	140
3.4.2 Financiamento do investimento: papel do grande capital.....	151
3.4.3 Ações do Estado: o enfoque na política neextrativista.....	160
4 O MÉTODO DE ANÁLISE ESTRUTURAL DIFERENCIAL.....	168
4.1 INTRODUÇÃO.....	168
4.2 VERSÃO DE ESTEBAN-MARQUILLAS.....	170

4.2.1 Interpretação analítica dos indutores	178
4.3 DADOS E PROCEDIMENTOS.....	180
4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	183
4.4.1 Valor das exportações	183
4.4.1.1 Indutor de Expansão Total das exportações (IET).....	183
4.4.1.2 Indutor de Expansão Global das exportações (IEG).....	193
4.4.1.2.1 Análise de Integração	193
4.4.1.2.2 Análise de desintegração	198
4.4.1.3 Indutor de Expansão Estrutural das Exportações (IEE)	203
4.4.1.4 Indutor de Expansão Regional por Diferença das Exportações (IERD)	213
4.4.1.5 Indutor de Expansão por Alocação das Exportações	222
4.4.2 Área Plantada	227
4.4.2.1 Indutor de Expansão Total da área total (IET).....	228
4.4.2.2 Indutor de Expansão Global da área plantada (IEG).....	230
4.4.2.3 Indutor de Expansão Estrutural da área plantada (IEE)	232
4.4.2.4 Indutor de Expansão Regional por Diferenciação da área plantada (IERD).....	236
4.4.2.5 Indutor de Expansão por Alocação da área plantada (IEA).....	240
4.4.3 Conexões entre valor de exportação e área plantada	244
5 O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL E A GERAÇÃO DE CONFLITOS	250
5.1 INTRODUÇÃO	250
5.2 EXPANSÃO DAS ATIVIDADES NEOEXTRATIVISTA E OS CONFLITOS POR TERRA.....	253
5.2.1 Tipo de ocorrência de violência por região brasileira	254
5.2.2 Tipo de ocorrência de violência por categoria	259
5.3 O CONFLITO NA PROFUNDIDADE DO TERRITÓRIO	264
5.3.1 Aproximação da dinâmica concreta do conflito	276
5.3.2 O conflito indígena na Bahia	279
5.3.3 Uma avaliação empírica em territórios indígenas no sul e extremo sul da Bahia	287
5.3.3.1 Terra indígena Comexatiba (Cahy-Pequi): aldeia Gurita	288
5.3.3.2 Terra Indígena Tupinambá de Olivença: aldeia Tucum	297
5.3.3.3 Panorama síntese dos conflitos: do nacional ao local	305

5.4 A TRAJETÓRIA DA REPRODUÇÃO CAPITALISTA E A CONVERGÊNCIA COM OS CONFLITOS TERRITORIAIS	310
CONCLUSÃO	314
REFERÊNCIAS	322
APÊNDICES	338

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do processo de evolução, a relação do homem com o meio natural constituiu-se como um processo histórico, no qual a técnica evoluiu e o homem passou de mero participante da natureza para seu principal agente dominador. Santos (2001, p. 241) nesse sentido, afirma que “a cada evolução técnica, uma nova etapa histórica se torna possível”. De modo, que a técnica, de alguma maneira, transporta uma história, uma época, sendo assim, um elemento importante na compreensão da transformação dos espaços, da dispersão dos objetos, da maneira que a sociedade configura seus territórios, e os ordena.

Ainda segundo Santos (2001, p.25), na contemporaneidade, a representação do sistema técnico historicamente ocorreu por meio do advento da tecnologia da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica. Os avanços preconizados pela denominada Terceira Revolução Industrial, modifica toda a estrutura produtiva do sistema capitalista, promovendo o que Santos (2001) denomina de unicidade técnica, haja vista, as características que se constitui: contamina todos os espaços alcançando a totalidade de um país de forma direta ou indiretamente, homogeneizando, hierarquizando (princípio da seletividade). A tecnologia da informação, que tem o computador como peça central, torna possível as condições históricas necessárias para a existência de sistema de finanças universal, “principal responsável pela imposição a todo globo de uma mais valia mundial”. Esta tecnologia possibilita formar uma convergência de momentos, uma unicidade técnica, tendo por condição a unicidade do pensamento (SANTOS, 2001, p. 27). De modo, que se faz necessário um entendimento político-econômico que torne possível esse processo de homogeneização, que é encontrado no pensamento neoliberal.

Os avanços acarretados pela introdução da técnica da informação no sistema capitalista, principalmente nos anos 1970, modificou sobremaneira a divisão internacional do trabalho, desencadeando processos de fragmentação produtiva, desarticulando a “rigidez” da linha de produção fordista e todo aparato político-social-econômico historicamente pertencente a este tipo de organização produtiva (HARVEY, 2008).

As crises do sistema capitalista da década de 1970 e 1980, promoveram ajustes político-econômicos no centro, com o abandono do acordo de Bretton Woods, a mudança na taxa de juros americana, bem como a crise do petróleo, que acarretou em sérias consequências aos países periféricos na década de 1980, passando a enfrentar crises inflacionária e a elevação das suas dívidas internas e externas. Aliado a esse contexto, a queda do Muro de Berlim, aclamando

o fim da Guerra Fria, e o capitalismo como único modo de produção predominante, o Consenso de Washington tornou-se a tábua de salvação dos países da América Latina.

Nesse contexto, segundo Moreira (2007, p. 57):

Uma mudança forte, entretanto, vinha há tempos ocorrendo em surdina na arrumação dos velhos espaços fazia tempo. Desde o Renascimento, com a retomada da expansão mercantil e o advento das grandes navegações e descobertas, uma mudança acontece na arrumação dos espaços das civilizações, recortando-as em países e estes em regiões. Esta mudança se acelera para ganhar forma definitiva com as revoluções industriais dos séculos XVIII, XIX e XX, mediante a reorganização dos antigos espaços na divisão internacional de trabalho da produção e das trocas da economia industrial. A ordem fabril que assim se institui vai dando ao espaço um modo novo de ser, regionalizado e unificado a partir da integração das escalas de mercado. Desse modo, a imagem do mundo ganha a forma desde então tornada tradicional das grandes regiões. Primeiro das regiões homogêneas, depois das regiões polarizadas. É a região adquirindo uma importância de capital significado na ordem real da organização espacial das sociedades modernas. Mas neste justo momento esta ordem espacial começa a se diluir diante da arrumação do espaço mundial em rede (MOREIRA, 2007, p. 57).

Nesse sentido, a mudança na organização do processo de acumulação capitalista, propondo e aclamando o fim das fronteiras, dado ao seu processo flexibilização (nos termos de Harvey), passa a orientar os espaços a partir de sua lógica homogeneizadora e hierárquica, abrangendo todos os aspectos da vida em sociedade, e produzindo o espaço. De tal maneira, que essa dinâmica atual de acumulação que ordena a nova divisão internacional do trabalho, sob lógicas fragmentadas de agregação de valor, pelo qual as nações com menor avanço tecnológico passam a inserir-se no mercado global adicionando menor valor agregado, ou seja, há um processo de especialização em itens de baixa intensidade tecnológica e em sua maioria de base primária. Tal processo técnico, nas suas relações sociais, passa orientar o território em consonância com esse novo contexto de inserção produtiva do capitalismo local.

A fronteira que demarca o território tornar-se lugar de contradição na lógica da mundialização do capital. O capital que avança sobre as fronteiras de territórios de comunidades tradicionais se apropriando dos espaços e impõe temporalidades e ritmos de vida, destruindo modos de produção local. Ou seja, o fim da fronteira acontece apenas para aqueles que se colocam como barreira para o avanço do capital, que desterritorializa para reterritorializar, tendo por base a lógica produtiva indispensável as demandas equidistantes. Segundo Martins (2018, p. 10) [a respeito da fronteira] “dentre muitas disputas que a caracterizam, a que domina sobre as outras e lhes dá sentido é a disputa pela definição da linha que separa a cultura e a natureza, o homem do animal, quem é humano e quem não o é”.

O mesmo padrão de reprodução capitalista mundial que constrói muros, a fim de proteger o território da propriedade privada, é o que exulta o fim da fronteira, avançando espacialmente sobre territórios marcados pela riqueza dos recursos naturais, pela extensão de terra, promovendo transformações no território, fragmentando a produção e as comunidades e sociedades que se projetam espacialmente sob lógicas de reprodução contrária aquelas preconizadas pelo padrão capitalista.

[...] onde o comércio liberado aparentemente teve efeito integrador, os verdadeiros agentes do processo são sobretudo as multinacionais, às quais a liberalização permitiu organizar como desejavam o trabalho de suas filiais e suas relações de terceirização. Na época das fronteiras nacionais parcialmente protegidas e dos mercados domésticos regulamentados (que é também a época do apogeu da regulação fordista), o capital já gozava de mobilidade, mais ainda estava, em certa medida, enquadrado, delimitado. A liberalização, com a desregulamentação que a protege e acentua seus efeitos, devolveu ao capital uma liberdade de escolha quase total, no momento em que as novas tecnologias ampliam as opções como em nenhuma época anterior da história do capitalismo (CHESNAIS, 1996, p. 211).

Contudo, esse processo de expansão, não ocorre sem resistência, mas sob a consolidação dos conflitos territoriais, que revelam o caráter nada civilizatório do processo de reprodução ampliada do sistema capitalista, utilizando-se de estratégias de violência física e emocional, forjando atmosferas de medo, insegurança, desfiguração da cultura tradicional, das identidades, forçando uma fragilização da sociedade local, tendo como aliado o Estado em suas várias instâncias de poder, utilizando como justificativa a busca pelo desenvolvimento, age como facilitador das ações de verticalidades e desestruturação das horizontalidades do local.

De acordo com Santos (1994) a nova fase histórica do mundo (globalizado) está marcada por novos signos, tais como: a internacionalização da produção e do produto e a multinacionalização das firmas; a generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da economicização da vida social e diminui o tempo de renovação da produção no processo produtivo; a nova função do Estado em uma sociedade e economia mundializada, o arrebatamento de uma circulação tornada fator essencial da acumulação; bem como a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática.

Por outro lado, essa nova ordem mundial, que propõem a unificação dos espaços, para livre circulação de mercadorias, também estabelece barreiras às pessoas. De modo, que as lógicas homogeneizantes supõem racionalidades espaciais para servir aos interesses e intencionalidades que divergem daquelas dos agentes locais e suas necessidades.

Para Santos (1999, p. 229) quanto mais desigual a sociedade e a economia, tanto maior o conflito. Sendo esse o caso dos países subdesenvolvidos, acima de tudo em suas grandes cidades. Um dos fatores de grande importância na compreensão dos conflitos, está no uso da política pública, pelas intencionalidades hegemônicas. O conflito pelo uso dos recursos públicos destinados à infraestrutura. A sociedade de modo geral acaba por ser afetada, considerando a corporatização do território, com a destinação prioritária de recursos para atender às necessidades geográficas das grandes empresas. Desse modo, “a despesa pública ganha um perfil largamente desfavorável à solução de problemas sociais e locais”. O orçamento é uma normativa que, nesse caso, “resolvendo um aspecto do conflito distributivo, em favor da economia globalizada, agrava outros”.

O conflito territorial sempre foi uma realidade e assim permanece, principalmente, com a maior complexificação do desenvolvimento capitalista, sobremaneira, pelo advento da globalização e da fragmentação produtiva, exigindo a urgência pela redução das fronteiras e barreiras dos territórios. Isso graças ao projeto de conformação espacial com fins a facilitar a fluidez do capital e a livre circulação de fluxos informacionais.

Esse argumento se comprova por meio de dados de conflitos apresentados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que desde a década de 1980, contabiliza os conflitos e a violência no campo. Segundo dados desta, de 2006 a 2018 as áreas em conflito no Brasil, aumentaram cerca de 7 vezes, de 5.051.348 hectares passou para 39.425.490 hectares. O número de famílias impactadas por esses conflitos são de 118.030, distribuídas em 868 conflitos (CPT, 2018). Em 2006 o Maranhão e o Amazonas apresentavam 66 e 7 conflitos, respectivamente, já em 2018 esses mesmos estados passaram a apontar número bem maiores de conflitos, 180 e 42, também respectivamente (CPT, 2006; 2018).

Ao longo da década de 1970-1980 o país iniciou um processo de transição do Padrão industrial para o Padrão¹ Exportador de Especialização Produtiva (OSÓRIO, 2012a), uma nova dinâmica do desenvolvimento capitalista tanto a nível mundial quanto regional, marcada por um processo que, segundo Gonçalves (2001) seria a inserção regressiva, ou como comumente vem se denominando por alguns teóricos, como “reprimarização das exportações”, ou ainda, “consenso das *commodities*”, conforme Svampa (2015). Ainda segundo Gonçalves (2001), tal contexto, deve-se a uma perda de competitividade dos produtos manufaturados exportados pelo país, bem

¹Tendências e traços gerais.

como uma crescente participação dos produtos agrícolas no conjunto das exportações brasileiras.

Contudo, outros autores, tais como os da Teoria Marxista da Dependência (TMD), dentre eles Osório (2012) e Marini (2000), bem como estruturalistas, como Tavares (2016), além de outros intelectuais como Porto-Gonçalves (2006) e Chesnais (1996), percebem essa transformação não apenas como um problema de oferta e demanda do âmbito do comércio internacional, mas como uma adaptação ao processo de crise do capitalismo mundial (iniciada, ainda na década de 1960), que impôs aos países, principalmente da América Latina, um novo padrão de reprodução, por meio do agravamento da relação de dependência, através do serviço da dívida externa (inflacionada com a crise de 1983), da escassez de capital, tornando necessário, nos anos da década de 1990, a adequação dos pressupostos neoliberais do Consenso de Washington (abertura econômica, privatizações das empresas públicas, redução das barreiras tarifárias, austeridade fiscal, dentre outros) para o acesso a empréstimos e o fim da política de industrialização como projeto de desenvolvimento, que passa a ter como objetivo a geração de superávit primário, para o pagamento da dívida.

Svampa (2015) afirma que, de modo geral, a estratégia neoextrativista de desenvolvimento do capitalismo latino-americano:

[...] é definido como o padrão de acumulação com base na superexploração de recursos naturais geralmente não renováveis, bem como a expansão das fronteiras de capital em direção a territórios anteriormente considerados não produtivos. O neoextrativismo desenvolvimentista é caracterizado por grandes empresas, foco na exportação e tendência à monoprodução ou monocultura. Suas figuras emblemáticas incluem a mineração de tiras, a expansão da fronteira de petróleo e energia (que também inclui a exploração de gás não convencional ou gás de xisto, usando a metodologia questionável de fraturamento ou fraturamento hidráulico), a construção de grandes barragens hidrelétricas, a expansão da fronteira pesqueira e florestal e a generalização do modelo de agronegócio (soja e biocombustíveis).

Uma característica fundamental do neoextrativismo é a imensa escala dos projetos, que diz algo sobre o tamanho do investimento: são atividades intensivas em capital, não intensivas em mão-de-obra (SVAMPA, 2015, p. 66).

Osório (2012a) aponta o neoextrativismo, não como padrão de reprodução capitalista propriamente dito, mas como um dos seus traços elementares na lógica da especialização produtiva, inserida nessa nova dinâmica de reprodução ampliada. Sendo o padrão atual, diferente, substancialmente, do padrão agromineiro exportador que prevaleceu de meados do século XIX até o início do século XX, dado ao maior grau de elaboração de muitos dos bens exportados – no atual padrão de reprodução –, contudo, assemelhando-se pelo peso dos bens agromineiros no total das exportações. Todavia, um aspecto que torna tais dinâmicas

capitalistas distintas, está na orientação do superávit das exportações, considerado que historicamente as formas que a reprodução do capital assume na região carrega o viés exportador como tendência constante, haja vista a defesa da elevação da capacidade exportadora como símbolo de fortaleza econômica, quiçá para o desenvolvimento. O novo caráter do padrão de reprodução capitalista “são novas formas de organização reprodutiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a caminhar de costas para as necessidades da maioria da população” (OSÓRIO, 2012a, p. 104).

Com isso, considerando a forma como padrão de reprodução ampliada capitalista se apresenta, configurado pelo crescimento das exportações de produtos primários, que são intensivos na utilização do fator terra, ante ao aumento dos conflitos no campo. E, nesse contexto o caráter contraditório e conflitivo, próprio do sistema capitalista, apresentam-se algumas questões levantadas pelo trabalho:

- 1) Como o padrão de reprodução atual do capitalismo se projeta no espaço, face as novas relações sociais empreendidas pela lógica de mundialização?
- 2) Quais as características e categorias analíticas que esse padrão implica na conformação dos territórios?
- 3) É possível que esse padrão de reprodução mundial se reproduza no espaço brasileiro?
- 4) É possível que, no espaço brasileiro esse padrão dado, a suas características conflitantes, implique em relações sociais de enfrentamento e conflito, principalmente em territórios mais profundos, onde a racionalidade capitalista encontra barreiras para conformar o espaço, dada as distintas perspectivas espaço-temporal?

Na busca por responder estes questionamentos, o objetivo geral desse trabalho foi compreender como se dá o desenvolvimento da dinâmica territorial do espaço brasileiro na visão espaço-tempo a partir da influência do novo padrão de reprodução capitalista orquestrado no Brasil a partir da política neoextrativista no início do século XXI.

A hipótese levantada para a pesquisa aqui empreendida é a de que as transformações espaciais que o processo de acumulação do capital promove para tornar o circuito da mercadoria cada vez mais veloz expandindo-se espacialmente conforme os ditames do capital internacional, provem tensões sociais nos territórios, desconfigurando as realidades locais.

No entanto, esses processos não acontecem de maneira dócil, ao contrário, decorrem da atuação violenta dos agentes capitalistas, e por meio da resistência local, em especial as comunidades tradicionais cuja profundidade temporal que se expressa por meio de sua racionalidade (bem viver), chocando-se com as forças homogeneizadoras, daí os conflitos.

De modo geral, este trabalho busca analisar a forma como essa nova dinâmica capitalista intensifica os conflitos territoriais, aflorando tensões sociais já historicamente existentes. A fim de cumprir essa demanda geral, foram traçados alguns caminhos de argumentação a fim de que essa compreensão geral fosse sendo construída numa totalidade mais próxima da concretude.

A busca por entender a dinâmica territorial do processo de expansão capitalista no Brasil resguarda o caráter mundializado que o capital assumiu na sua dinâmica atual e fundamenta-se pela relatividade do conceito de fronteira em suas várias escalas territoriais. Impondo uma estrutura de integrações verticalizadas e horizontalizadas sob lógicas de hierarquização dependente. Contudo, os estímulos que esse processo invoca ao se projetar espacialmente podem apresentar-se de diferentes formas, sob os moldes do padrão de acumulação determina. Entender os choques que esse processo assume na realidade do desenvolvimento do território brasileiro pode enriquecer a compreensão das articulações entre expansão capitalista e as políticas públicas que à este processo de acumulação se submete e as tensões que engendram conforme as características da formação histórica brasileira. De tal maneira, que os questionamentos e objetivos traçados na tese se justificam pelas possibilidades de interpretação da realidade política e socioeconômica que promove dada as características geopolíticas inerentes da perspectiva territorial.

Com isso, a tese defendida é a de que a conformação espacial promovida pela expansão capitalista, delineada pelo seu padrão exportador de especialização produtiva, configurada no Brasil como uma política neoextrativista, encontra barreiras para avançar, tal como os conflitos, haja vista a presença de categorias que disputam historicamente o direito a terra. Ao longo do texto, ficará claro para o leitor que a abordagem territorial aqui empreendida pressupõe a hipótese implícita da existência de determinações advindas das relações sociais de produção, inserindo-se num contexto dualista do materialismo/idealismo. Ainda que este não seja o cerne em questão, é relevante a clareza quanto ao tipo de olhar que se debruça sobre a dinâmica conflitiva do território. Acredita-se que esta seja a abordagem mais adequada, visto que há uma disposição sobre o padrão de reprodução capitalista e sua espacialização (desterritorializando, reterritorializando, etc.), como condição *sine qua non* do tipo de capitalismo existente em países da América Latina, especificamente no caso brasileiro.

Diante disso, a direção da compreensão da dinâmica territorial percorrida perpassa a ideia de que a forma como a sociedade organiza a sua reprodução (ou seja, repetição do processo de produção) é irrevogavelmente o modo de produção do espaço (LEFEBVRE, 2006) e conseqüentemente do espaço-tempo. A escolha pela observação *in loco* em comunidades tradicionais deve-se a busca pela coerência da trajetória da pesquisa, que de alguma maneira orientou-se pela percepção dos conflitos territoriais substanciados pela profundidade temporal (ainda que este não tenha sido o principal foco desta pesquisa). O fato de que as velocidades temporais (tempos rápidos e lentos) diretamente relacionadas com a prática social, com isso as forças produtivas se desenvolvem numa totalidade territorial que não é homogênea. “O tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira. Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações”. No entanto, devido “à globalização e os seus efeitos locais, os tempos lentos são referidos ao tempo rápido, mesmo quando estes não se exercem diretamente sobre lugares ou grupos sociais” (SANTOS, 1999, p.213). Ou seja, algumas dinâmicas locais que se organizam num ritmo temporal mais lento, ainda que resistam, tornam-se, em algum momento, um elemento da rede de integração global do sistema capitalista.

Ainda assim, mesmo que os grupos, instituições, indivíduos convivam juntos, estes não praticam os mesmos tempos. O território é genuinamente uma superposição de sistemas de engenharia diferentemente datados, e usados, hoje, segundo tempos diversos. As várias formas, estradas, ruas, logradouros, não são percorridos com igualdade por todos. “Os ritmos de cada qual empresas ou pessoas — não são os mesmos. Talvez fosse mais correto utilizar aqui a expressão temporalidade em vez da palavra tempo”. Os tempos hegemônicos são, de forma geral, o tempo das grandes organizações e o tempo dos Estados, que anseiam por uma harmonização, e, por isso, há um conflito permanente entre o tempo hegemônico (das grandes organizações) e o tempo hegemônico dos Estados, e, em sua continua dialética, “há o conflito dos tempos dos atores hegemônicos e dos atores não hegemônicos ou hegemonzados. É assim que se definem, a partir do uso do espaço e do tempo, os cotidianos tão diversos” (SANTOS, 1994, p. 21).

Com isso, além desta introdução, têm-se o segundo capítulo, no qual busca-se um entendimento das fundamentações teóricas e analíticas pautadas na visão do espaço-tempo como uma totalidade, identificando as categorias de análise do território a partir de uma visão crítica marxista. Pretendeu-se que fossem demonstradas perspectivas iniciais para construção da análise territorial.

O terceiro capítulo, nas suas três primeiras subseções, orientou-se pela apresentação dos principais caminhos para visualização das nuances do padrão de reprodução capitalista, tendo como base interpretativa, a abordagem da dependência de Osório (2012). Na última subseção tratou de realizar um exercício de aplicação da visão de Osório, identificando características presentes na dinâmica capitalista em curso no país, que demonstraram comportamentos próximos do padrão exportador de especialização produtiva apresentada por esse autor.

O capítulo quatro apresenta o método estrutural diferencial, utilizado como ferramenta de auxílio para ilustrar o caráter territorial do padrão de reprodução brasileiro que conforme indicado na primeira parte do terceiro capítulo, resguarda o seu dinamismo no mercado externo, por meio das exportações de produtos primários e de pouca intensidade tecnológica, respondendo as orientações verticalizadas a partir da expansão da área plantada.

Por fim, no quinto capítulo, são apresentadas as conexões da expansão territorial do capital com a violência no campo, numa perspectiva regional, buscando demonstrar uma afinidade de trajetória entre o avanço das fronteiras produtivas e o conflito. Assim, numa tentativa de aproximação ao caráter concreto dessa relação entre expansão capitalista e conflito, foram apresentadas o resultado de entrevistas semiestruturadas realizadas em duas aldeias das regiões sul e extremo sul da Bahia, nas quais encontrou-se elementos convergentes as apresentadas e percebidas na análise geral.

2 TERRITÓRIO: CONCEITO E MÉTODO DE ANÁLISE

Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele [o homem] modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013, p. 327).

2.1 INTRODUÇÃO

A compreensão do território como método de análise, evoca uma perspectiva além da aparência, avançando sob a superfície delimitada por princípios administrativos e convenções, imprimindo a substância conflituosa da sua dimensão como **território usado** (SANTOS, 1998; 1999; 1999a; 2007).

A visão de território usado é concebida por Santos, ao defender a ideia de que território não se resume a sistemas naturais e sistemas de coisas superpostas. Antes de tudo deve ser compreendido como *chão mais a identidade*. Na qual a identidade “é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p. 14). Assim como, “são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1998, p. 16), algo em contínuo processo (SANTOS, 1999).

Considerando esses aspectos referentes a pertencimento, de lugar de objetos e ações humanas, em permanente metamorfose, compreende-se, por um lado, que a ideia de território pressupõe, de alguma maneira, a noção de limites, de fronteiras, principalmente quando relacionado a concepção de Estado-Nação. Contudo, de imediato, surge a questão: limites e fronteiras do que? Ou ainda, no que?

No espaço. Ou seja, o espaço é onde encontramos o território, é seu “recipiente” elementar. De acordo com Reffestin (2009, p. 26) o espaço antecederia o território. Para esse autor, é essencial entender que o território “é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator o ‘territorializa’”. A partir disso, acredita-se que seja uma trajetória lógica compreender as nuances do espaço para então entendê-lo como território, e os elementos que colocam a fronteira como lugar de contradição (MARTINS, 2018).

A importância do espaço, de forma geral, engloba, pois, a natureza, a matéria-prima da sociedade (onde operam as forças produtivas de sociedades diversas), que, para Lefebvre, (2006, p.56) de mito poderoso tornou-se uma ficção, uma utopia negativa². “Resistente, decerto, e infinita em profundidade, mas vencida, no curso da evacuação, da destruição”. Com isso, torna-se uma exigência um “estudo desse espaço que o apreendesse como tal, na sua gênese e em sua forma, com seu tempo ou seus tempos específicos (os ritmos da vida cotidiana), com seus centros e seu policentrismo (a ágora, o templo, o estádio etc.)”. Ainda segundo esse autor,

O espaço social contém, ao lhe assinalar os lugares apropriados (mais ou menos), as relações sociais de reprodução, a saber, as relações biofisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização específica da família – e as relações de produção, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas. Esses dois encadeamentos, produção e reprodução, não podem se separar: a divisão do trabalho repercute na família e aí se sustenta; inversamente, a organização familiar interfere na divisão do trabalho; todavia, o espaço social discerne essas atividades para “localizá-las”. Não sem fracassos! (LEFEBVRE, 2006, p. 57).

Ou seja, Lefebvre nos aponta o espaço, sendo social e lugar da reprodução da sociedade, pelo qual o homem encontra a subsistência, é também o lugar onde as relações de produção, a divisão do trabalho e a técnica se encontram. Sendo assim, essas relações de produção por meio da técnica influenciam a dinâmica social, da família, dos indivíduos como um todo, conforme o modo de produção pelo qual se reproduzem. Santos (1999, p.173) afirma que em nenhuma fase da história do mundo, os objetos foram criados da maneira como é feita hoje, com funções predeterminadas a serem exercidas, com objetivos claramente estabelecidos anteriormente, seguindo uma intencionalidade científica e tecnicamente produzida, sendo esse o fundamento da sua eficácia. Além disso, cada objeto deve ser localizado de forma adequada para que produza os resultados que dele se esperam. Com isso, o indivíduo não mais exerce uma autonomia sobre os objetos no lugar onde se encontra, na verdade, são os objetos que “sugerem o papel a desempenhar, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação”.

Dessa forma, existe uma necessidade cada vez mais urgente dos agentes hegemônicos à normatização dos espaços e territórios, que esteja de acordo com as exigências técnicas, que

² Para Vilas-Boas (2002) são diversas as compreensões acerca da concepção de utopia, no entanto, de modo geral, são tidas sempre como projeções de um não lugar, de impossibilidades. Este autor afirma que até o século XX eram encontradas descrições de utopias positivas, no entanto, a partir da primeira guerra mundial começam a dominar as distopias, utopias negativas, representadas por sociedades altamente regulamentadas, onde o lugar do Eu individual não é uma garantia.

Entende-se que ao utilizar esse termo, Lefebvre (2006), ao longo do livro a Produção do Espaço, quis referir-se a ideais de melhorias de vida, falseadas, utilizadas por slogans políticos, vistas como um truque, um engano, onde as projeções de palavra de ordem política são deixadas de lado logo que surge a pressão do mercado mundial, sendo dessa forma, apenas a continuidade de espaço abstrato com constrangimentos concretos.

devem obedecer a lógicas previamente estabelecidas. Nesse sentido Santos (1999, p. 176) afirma que:

Nunca na história do mundo houve um subsistema de técnicas tão invasor. Nos períodos anteriores, nenhum deles se apresentou com tal força de difusão e tal capacidade de se impor e espalhar quanto agora. Ao mesmo tempo, o sistema técnico representativo da atualidade tende à unidade. É a primeira vez na história do homem em que há apenas um sistema técnico, regendo toda atividade humana. É verdade, também, que em nenhum momento, nem mesmo agora, um sistema técnico se impôs completamente à totalidade dos lugares e dos homens. Um certo número de agentes hegemônicos utiliza os subsistemas técnicos mais novos, por isso mesmo hegemônicos, enquanto no mesmo lugar permanecem subsistemas técnicos hegemônicos, trabalhados por agentes não-hegemônicos. Mas todos eles trabalham em conjunto. Ainda que as respectivas lógicas sejam diversas, há uma lógica comum a todos eles, presidida, exatamente, pelo subsistema hegemônico (SANTOS, 1999, p. 176)

A partir desse contexto, a superfície de ideias do senso comum (há um tempo e um lugar para tudo) e de uma naturalização acerca do tempo e do espaço, esconde-se os territórios de ambiguidades, de contradição e de luta. Ou seja, os conflitos surgem não apenas de apreciações subjetivas admitidamente diversas, mas porque distintas qualidades materiais, objetivas do tempo e do espaço são consideradas relevantes para a vida social em diferentes situações. Por conseguinte, são travadas importantes batalhas no campo da teoria, bem como da prática científica, social e estética. “O modo como representamos o espaço e o tempo na teoria importa, visto afetar a maneira como nós e os outros interpretamos e depois agimos com relação ao mundo” (HARVEY, 2008, p. 190).

Para Harvey (2008) um dos fatores mais importante para o surgimento do conflito, está no fato da existência de uma apropriação dos espaços antigos a partir de maneiras modernas, onde o tempo e a história são tratados como algo a ser criado, em vez de aceito. Exemplo disso é o conceito de “comunidade” (como entidade social criada no espaço através do tempo) que ainda que seja tratado como uma generalização, sendo, por isso, suscetível de comparação entre si (por um órgão de planejamento), pode esconder diferenças radicais de sentido porque os próprios processos de produção da comunidade divergem notavelmente de acordo com as capacidades e interesses de grupo. No entanto, as forças produtivas do sistema capitalista, que se apropriam dos espaços, pouco se interessam por essa diversidade e diferença temporal.

Com isso, diante da percepção de uma dinâmica social que interage com o espaço-tempo e sendo por ele influenciado, dadas às intencionalidades que deles se apropriam, o objetivo desse capítulo é apontar as fundamentações teóricas e analíticas para a visão do espaço-tempo como uma totalidade e identificar as categorias de análise do território a partir de uma visão crítica

marxista. Pretende-se que sejam demonstradas perspectivas iniciais para construção da análise territorial que se deseja realizar.

De alguma forma, espera-se contribuir com o uso da ideia de espaço-tempo e território para análise da expansão do sistema capitalista e dos choques temporais que tal movimento provoca ao se impor no espaço, confrontando-se, muitas vezes, com lógicas distintas da sua; daí os conflitos no território usado.

2.2 ESPAÇO ENQUANTO TOTALIDADE

Analiticamente, é primordial encontrar um ponto de partida válido, quando se trata de uma ideia tão polissêmica, com abordagens e caminhos diversos, tal como é o caso da concepção de espaço. O conceito de Espaço aparece na obra de Santos constituído por várias características, conceituado de diversas maneiras, fato que imprime a amplitude *sui generis* que esse elemento teórico possui, tornando um tanto difícil sua definição. Não obstante, em “A Natureza do Espaço”, Santos (1999, p. 17). admite a ausência de uma definição clara, levando vários teóricos a utilizarem exemplos demonstrativos, opção pouco elucidativa, conforme afirma.

Em Santos (1992) é possível encontrar várias definições para espaço: condição; fator de evolução social; instância da sociedade; totalidade; sistema de estrutura; mosaico de elementos de diferentes eras; sistema de tempo; realidade objetiva; produção social ou resultado desta; uma decorrência de sua história; e forma-conteúdo.

Em obra anterior “A metamorfose do espaço” (1988, p. 25), o autor define espaço como “um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários” e completa, “é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais”.

Já em “Por uma geografia nova: da crítica a geografia a uma geografia crítica” Santos (2004, p. 153) afirma que:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de *funções* e de *formas* que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e de funções. O espaço é, então, um verdadeiro *campo de forças* cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (Grifos da autora) (SANTOS, 2004, p. 153).

Com isso, Santos afirma que o espaço é “decorrência de sua história” ou ainda “mosaico de elementos de diferentes eras”, pois, para esse autor, o espaço, da maneira como ele se apresenta, é resultado dos processos que ocorreram em épocas diferentes (a cultura, os costumes, as formas de produzir e etc.) e dos processos que estão ocorrendo no presente, de forma desigual, provavelmente por conta disto.

Santos (1988; 1992; 1999; 2004) utiliza de categorias analíticas, tais como *estrutura*, *processo*, *forma*, *funções*, *conteúdo*, ou ainda, *forma-conteúdo*, para fundamentar a sua principal concepção de espaço como **totalidade**. Dessa forma, para chegar a essa compreensão do espaço, é salutar a apreensão destes conceitos, principalmente, considerando que para este autor, é essencial a compreensão do processo dialético destas categorias para o entendimento da organização espacial.

As ideias de formas e de funções estão interligadas na configuração do espaço. Segundo Ferreira (1986, p. 799), *formas* são “os limites exteriores da matéria de que é constituído um corpo, e que conferem a este um feitio, uma configuração, um aspecto particular”. Já as *funções* são consideradas “ações própria ou natural dum órgão, aparelho ou máquina; cargo, serviço, ofício” (FERREIRA, 1986, p. 819). Isto é, a forma é o aspecto visível de determinada coisa, no entanto, o molde que orchestra a maneira como as formas se apresentam na paisagem³, está relacionado com a função que esse objeto, ou coisa, exerce no espaço. A função é a ação elementar de que a forma imprime, e sendo que esta mesma forma pode desempenhar mais de uma função, seja horizontalmente e/ou verticalmente, com fins ao espaço banal e/ou para as redes.

A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual (SANTOS, 1999, p. 84).

A compreensão de Santos sobre as formas e funções e sua relação com a paisagem convergem para a concepção desse autor do espaço como um híbrido, haja vista que, sendo a paisagem a representação das ações de diferentes gerações e o espaço a “matriz sobre a qual as novas ações

³Segundo Santos (1988, p. 21) “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc”.

substituem as ações passadas”, este último exprime a sobreposição de diferentes tempos que se imbricam (SANTOS, 1999, p. 84).

E com relação a ideia de *forma-conteúdo*? Qual a diferença entre forma e forma-conteúdo? É certo que não possuem o mesmo significado, caso contrário, o autor não as distinguiria morfológicamente. Dessa forma, como já apresentamos, a *forma* é o aspecto visível de uma coisa, ou objeto, enquanto, o *conteúdo*, conforme o dicionário Aurélio, é “aquilo que se contém nalguma coisa”. Assim, pode-se interpretar que existem formas com conteúdo e formas vazias, ou melhor, contidas por coisas que não possuem relevância, ou que estão inertes.

Santos (1999a, p. 16-17) toma a ideia de conteúdo como elementos de dinamismo para sociedade, que possuem significação, e, por isso, torna possível a sua realização. Segundo ele, *forma-conteúdo* é “uma forma que, por ter um conteúdo, realiza a sociedade de uma maneira particularizada, que se deve à forma⁴. Isto é, aquela concha na qual a sociedade deposita fração do seu dinamismo e que se torna dinâmica por isso”. Assim, utilizando de uma expressão de Lefebvre, *forma* apenas, é um recipiente sem conteúdo, sem conexão, sem significação.

Nesse ínterim Lefebvre (2006) apresenta a concepção de forma abstrata. Segundo ele a forma abstrata não depende de uma descrição, no entanto, é inseparável de um conteúdo, tal como a forma lógica, nesses casos a relação entre forma-função-estrutura (principal tríade para esse autor) torna-se mais complexificada. Lefebvre faz referência a forma da troca, que segundo ele, conquistou relevância predominante na prática social, em ligação com função e estrutura específicas, bem com a forma “centro-periferia”, relativamente mais recente que a primeira. O conteúdo das formas, para esse autor, tem a capacidade de metamorfosear as mesmas, tal como no caso da forma quadrangular, como veremos mais a frente.

Não seria equívoco afirmar que *forma-conteúdo* é uma totalidade, mas uma totalidade como *inércia dinâmica*⁵, ou seja, com uma ação que une o Universo ao particular. Essa categoria une o processo e o resultado (meio e o fim), a *função* e a *forma*, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Ademais, essa ideia supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1999).

⁴Não se pode deixar de atentar-se da concepção de forma-conteúdo, a partir de uma percepção de totalidade, conforme será descrito mais a frente, num processo dialético de universalização e particularização. A forma tornada manifestação do concreto por meio de um determinado conteúdo, no entanto, o conteúdo que pode advir de uma determinação unitária, sofre influência da forma, ou seja, do lugar, participando da dialética do local, conforme afirma Santos (1999, p. 101). Daí as particularidades como antítese do universalizante.

⁵Termo que Santos (1999;1999a) utiliza para caracterizar a forma-conteúdo, dada a perspectiva de latência, possibilidade da totalidade, conforme fala esse autor.

Assim, como as categorias brevemente apresentadas, *estrutura e processo*, fazem parte do conjunto de elementos analíticos, ao mesmo tempo constituem a concepção de totalidade. Nesse sentido, *processo* como meio analítico do espaço, emerge da ideia de tempo e mudança, tanto a partir de um enquadramento como método, bem como de seguimento.

Essa perspectiva está em consonância com a visão de Santos (1992) sobre o dinamismo do espaço (como também o território), que tem na sua estrutura a conformação de diferentes períodos históricos, que possui representações e objetos técnicos que passaram por modificações ao longo do tempo. Sendo assim, o processo se define pela ação continuada, que se desenvolve para um fim qualquer (ou mais precisamente, na intenção das verticalidades e horizontalidades), que se submete ao tempo e a mudanças, sobretudo pelo movimento de ação e reação pela qual os conteúdos do espaço estão submetidos pelas forças internas e externas.

Por fim, a *estrutura*, se consolida como o esqueleto de ligações sistemáticas entre os objetos e suas ações com finalidades diversas. De tal maneira, a noção de estrutura “implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção” (SANTOS, 1992, p. 50). No entanto, ao tratar de estrutura é importante descrever as concepções de verticalidades e horizontalidades, além das ideias de “espaço banal e lugares redes”.

O movimento da sociedade é sempre compreensivo, global, totalizado, mas a mudança ocorre a diferentes níveis e em diferentes tempos: a economia, a política, as relações sociais, a paisagem e a cultura mudam constantemente, cada qual segundo uma velocidade e direção próprias – sempre, porém, inexoravelmente vinculadas umas às outras (SANTOS, 1992, p. 53).

Em síntese, a *estrutura*, revela uma arquitetura, uma maneira como o espaço é organizado assumindo funcionalidades equidistantes e contíguas⁶, inserindo-se numa hierarquia que se delinea nas solidariedades locais e organizacionais (SANTOS, 1999). Contudo, a percepção de estrutura, ao longo das construções teóricas para compreensão do espaço, tendo como condutor as horizontalidades e verticalidades, possuem abordagens distintas.

Santos (1999, p. 223-225) apresenta alguns exemplos de abordagens desses termos, demonstrando como podem seguir em sentidos diversos daqueles que são engendrados num contexto de espaço globalizado, ou seja, ainda que englobem pensamentos de proeminência na

⁶Segundo Santos (1999, p. 260) as diversas divisões proteiformes de trabalho (ou seja, as funções que as formas assumem), “adaptáveis, instáveis, etc., se conformam ante à incitações externas e internas. Ou seja, as solidariedades que são criadas e recriadas no lugar, são solidariedades impostas pela cooperação hegemônica ditadas de fora do meio geográfico e do meio social em que incide.

teia teórica, estas abordagens, conforme esse autor, são insuficientes para dar conta da lógica do espaço globalizado.

Gerben de Jong (1962) descreve os fenômenos da horizontalidade e verticalidade numa lógica de descrição geográfica de uma determinada região (diferenciação corológica), envolta em uma noção de efeitos externos e de integração. Já Sorokin (1964) concebe esses termos a partir do estudo da comunicação via circulação dos objetos, supondo que, os caminhos seguidos pelo homem com fins da comunicação são também caminhos de valores e objetos culturais. Por fim, Henri Lefebvre (1953) parte da análise do mundo rural considerando duas formas de complexidade, a horizontal e vertical, por meio da ideia de temporalidade do espaço, pela superposição e interação do passado e do presente (SANTOS, 1999) (Quadro 2.1).

Lefebvre (1953), em seu artigo *Perspectives de la Sociologie Rurale*, traça uma perspectiva do debate da sociologia rural e seus paradoxos, e apresenta duas realidades complexas do campesinato, a *complexidade horizontal*, que se refere ao fato de que “nas formações agrárias e estruturas da mesma data histórica - especialmente naquelas determinadas pelos grandes grupos sociais e políticos presentes - existem diferenças essenciais, chegando ao antagonismo”.⁷ Para explicar essa complexidade, também denominada pelo autor como hierárquica, ele relaciona a existência de polos extremos e intermediários. Por um lado, o capitalismo agrário dos EUA, com maquinário sofisticado e bastante avançado detido por um capitalista proprietário ou fazendeiro urbanizado. Por outro, o soviético, com uma maquinaria também sofisticada, mas numa estrutura social completamente diferente, marcada pela aglomeração de aldeias de fazendas coletivas, denominadas de “agrovilas”. E no meio desses extremos, é possível encontrar cooperativas de produção ou as democracias populares, que fazem o uso comum de equipamentos agrícolas.

A outra realidade complexa apontada por Lefebvre (1953), é a *complexidade vertical* (ou intersecção-histórica), que pressupõe a coexistência de idades e faixas etárias diferentes. Ou seja, os polos extremos apontados na complexidade horizontal numa justaposição paradoxal – o mais arcaico ao lado do ultramoderno – encontradas em uma pequena área. O Quadro 2.1, que se segue, apresenta a síntese conceitual desses autores.

⁷Essas diferenças essenciais que podem gerar antagonismos, de acordo com Lefebvre (1953), refere-se a contradições, principalmente a luta feroz, no decorrer da história, entre a grande e a pequena exploração, bem como as sobrevivências no domínio ideológico, tais como os mitos agrários, folclore, etc., além da estrutura social, aldeia, família camponesa, etc.. Ou seja, a sociologia rural, na perspectiva abordada por Lefebvre nesse texto, forja uma profunda análise envolvendo categorias e aspectos que incluam o tempo presente, seu passado, os processos intermediários, interditos, construídos pelo avanço do modo de produção capitalista.

Quadro 2.1 – Síntese de abordagens teóricas sobre horizontalidades e verticalidades

Autor	Horizontal	Vertical
Gerben de Jong (Geógrafo holandês) - 1962 <i>Diferenciação corológica</i>	“as relações entre coisas e seus fenômenos, em pontos ou lugares diversos no mundo, fundadas em sua localização relativa”, denominada de <i>integração horizontal</i> .	“a integração das coisas e dos respectivos fenômenos, em um ponto qualquer da superfície da Terra”, denominada <i>inter-relação vertical</i> .
P. A. Sorokin (Sociólogo russo) – 1964 <i>Circulação</i>	É percebida “de lugar a lugar, de homem a homem, de grupo a grupo, no espaço social”.	Ocorre pela transferência de elementos culturais de uma camada da sociedade a uma outra, sendo esse “o meio pelo qual as pessoas das classes inferiores e aquelas das classes superiores diretamente se encontram.
Henri Lefebvre (Filósofo francês) – 1953 <i>Complexidade</i>	“é dada pela vida atual do grupo humano em suas relações com o lugar, por intermédio das técnicas e da estrutura social”.	Também denominada de complexidade histórica, “é a influência dos fatos passados na existência atual”.
Santos (Geógrafo brasileiro) – 1992 <i>Integração</i>	“extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região”.	“pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia”.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Santos (1992, p.223-225).

Santos (1999), influenciado principalmente por Lefebvre e Martin Lu (1984)⁸, parte da ideia de espaço banal de François Perroux para forjar duas categorias analíticas de integração espacial, dando conta de pontos que não são necessariamente contínuos e contíguos, mas que são interligados a partir de uma agregação funcional, hierárquica e interdependente. De modo que:

Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente (SANTOS, 1999, p. 225).

⁸ Economista regional que parte da integração funcional (resultante dos processos produtivos), ou seja, produção e integração territorial (comanda o processo de acumulação e de reprodução do capital no tempo e espaço), que seria o consumo, sendo que, tanto a funcional, como a territorial promovem uma hierarquização do espaço, por meio dos fluxos e segundo as potencialidades de demanda e oferta (SANTOS, 1999).

A cooperação e solidariedades citadas por Santos (1999) estão distantes daquelas denominadas – por Durkheim – de orgânicas⁹, advindas da ideia de função da divisão social do trabalho, tal como anteriormente característico das regiões. Durkheim (1999, p. 29) acreditava que a divisão social do trabalho representaria uma coesão além do aspecto puramente econômico, ou material. Sendo, pois, condição essencial e principal fonte da solidariedade social. Ou seja, ao invés de conflitos sociais, acarretariam possivelmente o aumento da solidariedade entre os homens. Para Santos, as que predominam hoje seriam organizacionais, principalmente pela imposição de arranjos sobre as regiões, criando uma coesão baseada em racionalidades com gêneses distantes, mas que passam a fundamentar sua existência e definição, baseadas essencialmente no aspecto econômico e material.

A percepção de solidariedades organizacionais exige uma compreensão da dialética entre espaço banal e espaço econômico¹⁰, empreitada essa realizada por François Perroux (1950; 1964), que, partindo de um cenário internacional de “complexos patológicos”, tece sua crítica ao pensamento econômico dominante. Para ele, os economistas do *mainstream* valeram-se da concepção de espaço abstrato dos físicos e matemáticos, para submeter o pensamento e a política econômica às simplificações de representação do real que levam ao equívoco das *ilusões da localização*. Ou seja, estes utilizam informações e coordenadas locais para determinação de custos e preços, entretanto, essas determinações estão fundamentadas em dados que não são passíveis de serem identificados, pois as unidades e atividades econômicas são *deslocalizadas*, ou seja, fragmentadas.

Para fundamentar a sua crítica, Perroux (1964, p. 149) parte da definição de espaço banal – geonômico ou vulgar – e espaço econômico. O primeiro com respeito à “relações geonômicas entre pontos, linhas, superfícies, volumes. Os homens e os grupos de homens, as coisas e os grupos de coisas, economicamente caracterizados por outro processo, tem aí o seu lugar”. Ainda que coloque a ideia como processos aquém dos econômicos, o autor reconhece que esses espaços estão “susceptíveis de localizações geonômicas¹¹ que resultam de causas e original consequências econômicas”. E o segundo, o espaço econômico, definido pelas “relações

⁹Conceito empreendido por Durkheim (1999), para denominar a união das pessoas pela independência que possuem para realizar alguma atividade social. Ou seja, advém do aumento da divisão social do trabalho.

¹⁰Para Santos (1998, p.16) espaços econômicos, nesse caso, refere-se, principalmente, a ideia de redes, e/ou lugares redes.

¹¹Segundo Perroux (1950) a localização geonômica poderia ser considerada como tudo aquilo que não é está diretamente relacionado com o econômico, no entanto, influência bastante no aspecto econômico, que é o caso da localização, ou melhor, a ilusão da localização, envolve por isso um vislumbre mais profundo que englobe categorias políticas. Para ele as unidades ou atividades econômicas não podem ser localizadas, conseqüentemente, uma política econômica concreta nunca deve perder de vista essa realidade.

econômicas estabelecidas entre elementos econômicos”. O autor divide, ainda, o espaço econômico em três categorias: espaço econômico como conteúdo de um plano; como campo de forças; como conjunto homogêneo. Os quais estão descritos no Quadro 2.2 .

Quadro 2.2 – Sinóptico dos espaços econômicos

ESPAÇOS	RELAÇÕES	UNIDADES		LOCALIZAÇÃO
		<i>Elementares</i>	<i>Complexas</i>	
Espaço Geonômico <i>(banal)</i>	Relações Geonômicas Entre { pontos linhas superfícies volumes	Homens Coisas	Grupos de Homens Grupos de Coisas	Geonômicas
Espaços Econômicos <i>Espaços como conteúdo de um plano (1)</i> <i>Espaço como campo de forças (2)</i> <i>Espaço como conjunto homogêneo (3)</i>	Relações econômicas • Relações que definem o plano duma unidade; • Relações que definem os planos de outras unidades num mesmo conjunto. Forças emanando duma unidade; Forças atuando sobre uma unidade. Relações de Homogeneidade relativas as unidades; Relativas às relações entre estas unidades	Micro-unidades de produção Micro-quantidades; Preço das Micro-quantidades. Micro-unidades de consumo	Macro-unidades Macro-quantidades; Preço das Macro-unidades.	Econômica

Fonte: Adaptado de Perroux (1964, p. 148).

O primeiro tipo de espaço econômico descrito por Perroux (1950; 1964), o *conteúdo de um plano*, pressupõe a existência de planejamentos por parte do empresariado e/ou planejadores de políticas públicas (considerando uma abordagem além do arcabouço das firmas) que partem da ideia de espaço delimitado e fronteiras físicas, que em vários momentos são surpreendidos por aspectos ignorados, tais como os planos do Estado (no caso do planejador de políticas públicas, seria o caso talvez de outras instâncias políticas, como estaduais e municipais, ou ainda, da mesma instância), a mão-de-obra, os concorrentes, etc., que influenciaram a lógica mercadológica do preço e do custo, anteriormente definidas matematicamente, bem como as distâncias físicas do espaço banal, não relacionadas previamente (Quadro 2.2).

No caso do segundo tipo de espaço econômico, como *campos de forças* – aspecto considerado com mais ênfase por Santos (1999), inspirados na abordagem dada por Perroux:

[...] o espaço econômico é constituído por centros (polos ou redes) de emanação de forças centrífugas e recepção de forças centrípetas. Cada centro, que é ao mesmo tempo centro de atração e de repulsa, tem o seu próprio campo, que é invadido pelos campos de outros centros. Sob este aspecto, um qualquer espaço vulgar é receptáculo de centros e ponto de passagem de forças.

Considerada como centro, a empresa liberta forças centrífugas e forças centrípetas. Atrai ao seu espaço vulgar homens e coisas (concentrações materiais e de pessoas em torno da empresa) ou afasta-os dele (afastamento das atividades turísticas, terrenos reservados para uma expansão ulterior, etc.). Atrai os elementos econômicos, ofertas e procuras, ao seu espaço de plano, ou afasto-os dele (PERROUX, 1964, p. 151).

No caso da nação, o espaço econômico como *campo de forças*, pode ter implicações que caracterizem a mesma como ponto de passagem de tais forças, ou, ainda, como um conjunto de centros ou polos dos quais decorrem e/ou se dirigem algumas delas, tendo em vista, além disso, os domínios da economia concreta, a natureza das atividades consideradas, à época (temporalidade), dentre outros fatores (PERROUX, 1964; [1950]) (Quadro 2.2).

Por fim, o espaço econômico, como um *conjunto homogêneo*, refere-se “às unidades e sua estrutura ou às relações entre estas unidades” (PERROUX, 1964, p. 152). Implicando para nação um entrelaçamento intrincado de mercados nacionais e internacionais, dadas as categorias de produtos e serviços, além de interferências na precificação a partir de conexões com o espaço nacional e de informações econômicas (preços, por exemplo) exteriores (PERROUX, 1950, 1964).

Considerando essas diferenças entre os espaços banal e econômico, Perroux (1950; 1964) defende uma análise além da aparência, que deixa de alimentar os antagonismos relacionados ao território, tendo em vista a tendência de desvalorização das fronteiras, na qual planos de emprego, força de trabalho e outros recursos econômicos são *deslocalizados*. As análises

concentram-se naquilo que visivelmente é percebido, sem compreender as intencionalidades, as ligações, as formas-conteúdo, os processos e as funções, na divisão local, nacional e internacional do trabalho.

Sendo assim, dada a grande fragmentação e impossibilidade de localização dos espaços econômicos, que incidem nas relações sociais, Santos (1999), ao considerar a ideia de espaço como campos de forças e relacionando-as à percepção das integrações horizontais e verticais, afirma que, se, por um lado, as forças centrífugas engendram integrações verticais que promovem a desagregação e desestruturação local, aumentando as interdependências, em um “incessante processo de entropia que desfaz e refaz contornos e conteúdos dos subespaços, a partir das forças dominantes, impondo novos mapas ao mesmo território” (SANTOS, 1999, p. 226). Por outro lado, as forças centrípetas suscitam as integrações horizontais, que resultam tanto do processo econômico, quanto do processo social, gerando agregação e convergência, sendo, assim, fator de homogeneização, coesão e aglomeração na cidade, entre cidades e entre as cidades e o campo. Com isso, esse autor percebe as cidades como pontos de intersecção entre verticalidades e horizontalidades.

A relação das forças centrípetas e centrífugas nas integrações, interferem no local, também por meio de nexos e normas externas, como efeito desintegrador de solidariedades locais (construídas historicamente), criando tensões locais, caso esse das forças centrífugas. A integração, nesse caso, tende a se desenvolver pelo crescente processo de homogeneização e hierarquização dependente, ocorrendo em diversas escalas. O fortalecimento das solidariedades locais é, num contraponto, promovido por forças centrípetas e horizontalidades, como resistência (reação) a ação das verticalidades e forças centrífugas (SANTOS, 1999).

Diante disso, alguns questionamentos são levantados. É possível que as forças centrípetas e horizontalidades, fortalecendo as solidariedades sociais, funcionem como elemento de repulsão dos investimentos públicos e privado? O confronto entre racionalidades locais e a racionalidade capitalista é embrião para tensões e conflitos concretos? Deixemos esses questionamentos para uma reflexão mais adiante.

Por fim, dada essas concepções e categorias, bem como a percepção sistêmica de integrações verticais e horizontais, consideramos, para este trabalho, o conceito de espaço apresentado por

Santos (1992; 1999) como: *conjunto de sistemas¹² de objetos e de sistemas de ações, sendo estas indissociáveis e, por conseguinte, uma totalidade.*

2.3 A TOTALIDADE DO ESPAÇO

A ideia de totalidade é de grande importância para compreender o espaço propriamente dito e a concepção de espaço-tempo, ou espaço-temporal, e, com isso, a complexidade que está por trás do conceito de espaço. Desse modo, entendemos que é imprescindível a abertura de uma breve consideração sobre a totalidade e a sua relação com o espaço.

A concepção filosófica clássica parte da ideia de que todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade e cada coisa nada mais é, do que parte da unidade, do todo, isso nos levaria a compreender a totalidade apenas como a soma das partes. No entanto, é necessário reconhecer que as partes que formam a Totalidade, por si só, não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes (SANTOS, 1999, p. 93).

Santos (1999, p. 94) define a totalidade de maneira objetiva, incluindo o tempo como elemento abrangente, segundo ele: “A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento”. A partir dessa concepção extrai-se uma realidade discreta e contínua ao mesmo tempo, revelando o processo histórico como parte da totalidade, como parte do movimento de concretização da humanidade, através dos diversos modos pelas quais as distintas formações sociais se organizaram – e ainda se organizam – para extrair da natureza o necessário para a satisfação das suas necessidades e, mais tarde, desejos.

Apesar de não perceber a totalidade como uma soma de partes, Santos afirma que a melhor forma de compreender a dinâmica de uma totalidade se dá pela fragmentação das partes. Segundo este autor o conhecimento pressupõe a sua divisão. “O real é o processo de cissiparidade, subdivisão, esfacelamento. Essa é a história do mundo, do país, de uma cidade... Pensar a totalidade, sem pensar a sua cisão é como se a esvaziássemos de movimento” (SANTOS, 1999, p. 95).

¹² “Um sistema pode ser definido como uma sucessão de situações de uma população em um estado de interações permanentes, cada situação sendo uma função das situações precedentes” (SANTOS, 1992, p. 33).

Essa forma de pensar a análise da totalidade pode levar o leitor a crer numa possível incoerência. No entanto, o próprio autor justifica a sua visão analítica afirmando que “mesmo que as partes constituintes não expressem adequadamente o todo, é imprescindível dissecá-las, porque as generalizações precisam ser feitas com uma especificidade que possibilite sua aplicação geral” (SANTOS, 1992, p. 51). Desse modo, primeiro compreende-se a visão do espaço como uma totalidade e, em seguida, busca-se uma cisão que possa retratar aspectos específicos de um olhar abrangente. Tal perspectiva deve contemplar o tempo como elemento essencial, a julgar pela concepção de espaço-tempo, abordadas no próximo item.

Essa perspectiva de Santos também é percebida por Lefebvre (2006, p. 222), na sua defesa da tríade *forma-função-estrutura* afirma que:

A análise formal e a análise funcional podem dispensar as considerações de escala, de proporções, de dimensões, de níveis. O que retém a análise estrutural. Ressaltando-se, portanto, as relações do todo e das partes, do micro e do macro. Metodológica e teoricamente, essa análise deve completar e não abolir as outras. É a ela que incumbe a tarefa de definir o conjunto (o global), descobrir se ele implica uma lógica, ou seja, uma estratégia, assim como simbolismo (portanto, do imaginário). A relação entre o todo e as partes depende de categorias gerais e bem conhecidas, tais como a anáfora, a metonímia e a metáfora, mas a análise introduz categorias específicas (LEFEBVRE, 2006, p. 222).

A percepção do espaço como uma totalidade, conforme defendida por Lefebvre e posteriormente por Santos, converge com a concepção marxista, em especial aquela interpretada por Lukács (1967, 240), que tem a totalidade como uma categoria autêntica – e essencial – do método dialético marxista, pelo qual são refletidas relações reais¹³. Tal entendimento é descrito por esse autor da seguinte forma:

A categoria de totalidade significa [...] de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligadas entre si de uma maneira completamente diversas, mas sempre determinadas (LUKÁCS, 1967, p. 240).

Essa realidade objetiva como um todo é apontado por Marx como “as condições de produção de toda sociedade”¹⁴. E na interpretação de Lênin, aplicando o princípio da unidade dialética do absoluto e do relativo e privilegiando o caráter de aproximação do conhecimento, faz-se necessário apreender e explorar todos os seus aspectos, todas as suas correlações e “mediações”.

¹³A solução para o problema da totalidade, como é tratada por Lukács é a solução marxista leniana, tratada a partir dos caminhos desenvolvidos por Marx, Engels e Hegel. Esse autor faz a justa distinção com as concepções de totalidade dos filósofos como Othmar Spann, que defendiam a ideia de totalidade como uma sociedade hierárquica da “ordem” formado por um todo orgânico (LUKÁCS, 1967, p. 240).

¹⁴Citado por Lukács, 1967, p. 240.

Dessa maneira, ainda que não seja possível ter o conhecimento completo do objeto, segundo Lênin, o método multilateral, que é a base da lógica dialética, será a garantia contra erros e dogmatismos (LUKÁCS, 1967).

Isto posto, o caráter ao mesmo tempo absoluto e relativo que a totalidade imprime é explicado, ainda por Lukács (1967, p. 241) com base em Lênin:

Isto é assim, primeiro porque cada “todo” (cada círculo para retomar a expressão de Hegel) que o conhecimento toma por objeto (a estrutura econômica de tal país, por exemplo) faz ao mesmo tempo parte de uma totalidade ainda mais vasta, tanto histórica quanto teoricamente, o que significa que objetivamente sua totalidade é relativa. E isto é assim ainda, porque o conhecimento que podemos ter da totalidade é necessariamente relativo, sendo apenas uma aproximação. É somente apreendendo relações móveis, multilaterais e sempre mutáveis dos elementos, que chegaremos – nos limites de nossas possibilidades historicamente determinadas – a cercar cada vez mais a realidade objetiva (LUKÁCS, 1967, p. 241).

Ou seja, existem algumas circunstâncias que tornam o “todo” absoluto, também relativo. Nessa linha, o primeiro ponto argumentado por Lênin, como já citado, é o fato consciente da lógica dialética de que ainda que se busque compreender todos os aspectos que formam o todo, tal intento é, a rigor, impossível, haja vista que essa totalidade é apenas uma pequena parte de um “todo” superior, o que torna o conhecimento relativo. A segunda circunstância relaciona-se a ideia de movimento, imprescindível da totalidade, que está em eterna transformação, ainda que possua uma determinação histórica, esta apresenta-se de maneira diferente, ocupando funções e formas distintas em momentos diferentes, sendo também, por isso, relativa.

Essa constatação do caráter geminado e antagônico da totalidade como absoluto e relativo, fica ainda mais evidente quando colocado em termos de condição de produção, como o faz Marx nos *Grundrisse*, de tal forma, que é possível vislumbrar com maior clareza a ideia de integrações verticais e horizontais, bem como a concepção de espaço como totalidade apreendida por Santos. Dessa forma, o trecho destacado abaixo demonstra a relatividade no qual o todo absoluto é contrastado pelo todo relativo, bem como as partes podem influir sobre o todo, e como o todo determina as partes.

Não só a produção é imediatamente consumo e o consumo, imediatamente produção; nem tampouco a produção é apenas meio para o consumo e o consumo, finalidade para a produção, i.e., cada qual fornece ao outro o seu objeto: a produção, o objeto externo do consumo, o consumo, o objeto representado da produção; cada um deles não apenas é imediatamente o outro, nem tampouco apenas o medeia, mas cada qual cria o outro à medida que se realiza. [...] O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É autoevidente que a troca e o consumo não podem ser predominantes. [...]

Finalmente, as necessidades de consumo determinam a produção. Há uma interação entre os diferentes momentos. Esse é o caso em qualquer todo orgânico (MARX, 2011, p. 67-76).

Não obstante, Lênin define a ciência como “a doutrina do desenvolvimento na sua forma mais completa, mais profunda e mais isenta da unilateralidade, a doutrina da relatividade do conhecimento humano, que nos dá um reflexo da matéria em eterno desenvolvimento” (LÊNIN, 1980, p.2).

Essa perspectiva, na qual se cerca a categoria totalidade, tem origem no pensamento marxista sobre o método em economia política. O método materialista dialético de Marx, no qual se pressupõe que a investigação científica da realidade, ocorre no caminho árduo do processo do conhecimento, que parte do concreto, uma realidade, um pressuposto efetivo, no entanto, caótico, uma imagem difusa. Assim, Marx propõe que para compreender plenamente o concreto, se faz necessário a análise aprofundada, por meio de um processo de síntese, “reconstrução progressiva do concreto a partir de suas determinações abstratas mais simples” (ROSDOLSKY, 2001, p. 39), e a partir do abstrato (mais simples), retorna para o concreto (complexo), fazendo o caminho de volta, para uma síntese do concreto. Tal argumento metodológico é descrito por Marx, tomando como exemplo a ideia de população.

[...] se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [Abstrakta] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações. [...] O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (MARX, 2011, p. 77-78).

Para Marx, tomar a população como ponto de partida sem considerar as classes das quais é constituída, seria uma abstração, assim também ocorreria caso essas classes fossem relacionadas sem que houvesse o conhecimento dos elementos nos quais se baseiam, tais como, trabalho assalariado, capital, etc. Para ele o método de ascender do abstrato ao concreto é apenas a forma do pensamento apropriar-se do concreto, para enfim reproduzi-lo como um concreto mental (MARX, 2011).

Dessa maneira, a totalidade é mais do que a soma das partes que a constituem. Tomando, pois, o exemplo de dez pessoas bem entrosadas que produzem mais do que a soma das produções

individuais de cada uma delas, consideradas de forma isolada. Isso ocorre, considerando que a maneira de se articularem e de constituírem uma totalidade, os elementos individuais assumem características que não teriam, caso permanecessem fora do conjunto.

A percepção dialética do conceito de totalidade ocorre na constatação desta como um momento de um processo de totalização (nunca alcança uma etapa definitiva e acabada). Ou seja, a dialética, tal como uma maneira de pensar elaborada em função da necessidade de reconhecermos a constante emergência do novo na realidade humana — negar-se-ia a si mesma, caso cristalizasse ou coagulasse suas sínteses, recusando-se a revê-las, mesmo em face de situações modificadas (KONDER, 2008).

Dessa forma, considerando essa concepção de totalidade (materialista dialética ou materialista histórica dialética) e a percepção de Santos, de espaço como tal, e partindo da ideia de território como espaço apropriado, não seria possível construir reflexões sobre o território como ferramenta de análise do desenvolvimento, sem antes percebê-lo como espaço de contradição e antagonismos. Ou seja, tal como Marx, ao julgar um equívoco tomar a ideia de população como ponto de partida da análise econômica da realidade, sem considerar a segregação de classes sociais, também seria errôneo pensar em território, e não apreende-lo como espaço de negação, como espaço onde as classes antagonicas do capitalismo se confrontam, numa contraversão de tempos e ritmos, movimentos em conexão com a realidade objetiva sob contexto da globalização e fragmentação produtiva.

Ainda que se compreenda a ideia do espaço como uma totalidade, é de grande importância no diálogo do território como espaço apropriado, o entendimento da relação do tempo com o espaço, e a atualidade desse entendimento no atual contexto global. A partir da compreensão dessa relação espaço-tempo, bem como o entendimento materialista dialético de critério de verdade como prática social, acredita-se que seja possível apreender algumas categorias de formação da síntese do concreto, ou seja, a conflituade advinda do padrão de reprodução capitalista que se engendra no território, objetivo principal desse trabalho. Assim, trata-se então de demonstrar a validade de considerar o espaço como totalidade, bem como, a validade da sua relação intrínseca com o tempo.

2.4 ESPAÇO-TEMPO

Assinalando que o espaço e o tempo estão constituídos em uma totalidade, e considerando a totalidade uma representação além da soma das partes, se faz necessário resgatar, de forma breve, a interpretação do espaço e do tempo no debate filosófico da prática científica entre idealistas e materialistas, de tal maneira que seja possível imprimir a concepção de totalidade que buscamos sustentar na análise territorial que se pretende realizar.

Considerou-se traçar esse caminho teórico, para definição de Espaço e Tempo e seus desdobramentos analíticos, baseados no que afirma Triviños (1987), no que concerne a grande questão fundamental da filosofia para Engels (na relação entre pensar e ser). Segundo Triviño, “o ponto de vista que tomamos frente à ligação entre a matéria e o espírito, entre o material e a consciência, entre a realidade objetiva e o espiritual constitui uma solução essencial a esse problema básico”, e, conseqüentemente, “todos os outros assuntos dependerão, sem dúvida, desse posicionamento primeiro”.

O debate acerca da primazia entre o espírito e a matéria, dividiu a filosofia em duas correntes de pensamento: *o idealismo*, que percebe o espírito (consciência) como princípio primeiro, e a matéria como aspecto secundário; e *o materialismo*, que julga a matéria como o princípio precedente ao espírito, ou seja, a ideia, apoiando-se nas conclusões da ciência para explicar o mundo.¹⁵

Os filósofos que ao longo da história aderiram, seja à primeira ou à segunda corrente de pensamento, foram influenciados pela dialética ou pela metafísica, de tal maneira que tanto uma como a outra evoluíram em diferentes tipos ou tendências. Esta tese adota a dialética como método de análise filosófica, mas especificamente, o materialismo histórico defendido por Engels e Marx.

A base teórica para o desenvolvimento de um materialismo dialético e também histórico está na resposta de Engels e Marx com relação a três aspectos centrais à filosofia: a *prioridade*; o mundo é ou não *cognoscível*; o *Crítério da verdade*. A questão da *prioridade* já é resolvida,

¹⁵Engels (1982) em *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã* faz a distinção entre o Idealismo e o Materialismo da seguinte forma: “Conforme esta questão era respondida (criou Deus o mundo ou existe o mundo desde a eternidade?) desta ou daquela maneira, os filósofos cindiam-se em dois grandes campos. Aqueles que afirmavam a originalidade do espírito face à Natureza, que admitiam, portanto, em última instância, uma criação do mundo, de qualquer espécie que fosse — e esta criação é frequentemente, entre os filósofos, por exemplo, em Hegel, ainda de longe mais complicada e mais impossível do que no cristianismo —, formavam o campo do idealismo. Os outros, que viam a Natureza como o originário, pertencem às diversas escolas do materialismo”.

tendo em vista que a base do materialismo é a concepção do princípio primeiro da matéria, tal como concordavam as outras correntes materialistas precedentes. No caso da segunda questão, o materialismo dialético rejeita a ideia que nega ao homem a capacidade de conhecer o mundo, entretanto, afirma que esse conhecimento é relativo em determinada época histórica e que é possível o conhecimento da verdade absoluta, mas isto não acontece de forma instantânea e sim gradualmente. E, por fim, a terceira questão, o *Critério da verdade*, é percebida por essa corrente filosófica como *a prática social*, ou seja, a prática é o critério decisivo para reconhecer se um conhecimento é verdadeiro ou não (TRIVIÑOS, 1987).

No que se refere às leis da dialética, Engels, resgatou-as do *idealismo objetivo* de Hegel, dando-as um sentido materialista, forjando a base do pensamento sobre a natureza e o homem. Estas foram reduzidas em sua essência a três: 1) lei da passagem da quantidade à qualidade (e vice-versa); 2) lei da interpenetração dos contrários; 3) lei da negação da negação. Segundo Konder a interpretação das três leis da dialética podem ser descritas da seguinte forma:

A primeira lei se refere ao fato de que, ao mudarem, as coisas não mudam sempre no mesmo ritmo; o processo de transformação por meio do qual elas existem passa por períodos lentos (nos quais se sucedem pequenas alterações quantitativas) e por períodos de aceleração (que precipitam alterações qualitativas, isto é, “saltos”, modificações radicais). [...] A segunda lei é aquela que nos lembra que tudo tem a ver com tudo, os diversos aspectos da realidade se entrelaçam e, em diferentes níveis, dependem uns dos outros, de modo que as coisas não podem ser compreendidas isoladamente, uma por uma, sem levarmos em conta a conexão que cada uma delas mantém com coisas diferentes. Conforme as conexões (quer dizer, conforme o contexto em que ela esteja situada), prevalece, na coisa, um lado ou o outro da sua realidade (que é intrinsecamente contraditória). Os dois lados se opõem e, no entanto, constituem uma unidade (e por isso essa lei já foi também chamada de unidade e luta dos contrários). A terceira lei dá conta do fato de que o movimento geral da realidade faz sentido, quer dizer, não é absurdo, não se esgota em contradições irracionais, ininteligíveis, nem se perde na eterna repetição do conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações. A afirmação engendra necessariamente a sua negação, porém a negação não prevalece como tal: tanto a afirmação como a negação são superadas e o que acaba por prevalecer é uma síntese, é a negação da negação (KONDER, 2008, p. 56-57)

Feuerbach (2008[1842]) legitima o espaço e o tempo como realidades objetivas, ao afirmar que estes, não são simples formas dos fenômenos e sim condições essenciais da existência. Para ele, assim como as coisas ou os corpos não são simples fenômenos ou complexos de sensações, senão realidades objetivas atuando sobre nossos sentidos, do mesmo modo também o espaço e o tempo são formas objetivas e reais da existência e não simples formas dos fenômenos. Portanto, se consideramos o universo como matéria em movimento, tal matéria em movimento não pode se mover senão no espaço e no tempo (LÊNIN, 1946).

Engels (1877), em *Anti-Dühring*, fala sobre o tempo, como conteúdo real e diferenciável, sendo ocupado por acontecimentos, diferenciáveis, específicos. Nesses termos a função real do tempo e as suas formas de existência se enquadram, por serem mesmo distintas, como suscetíveis de serem contadas, classificadas, distinguidas. E, dessa forma, conclui que ao imaginar um estado sem mudanças, na sua perfeita identidade consigo próprio, não apresenta nenhuma diferença de efeitos; o conceito restrito de tempo torna-se, assim, a ideia mais geral do próprio ser. Ou seja, seria impossível fazer uma ideia de acumulação de uma duração vazia.

Por conseguinte, acredita-se que a visão materialista dialética possibilita perceber na natureza e na história os movimentos contínuos e desiguais próprios de uma totalidade marcada pela dinâmica capitalista, conformado o espaço, de acordo com tendências coordenadas no espaço-mundo. Tal movimento, conforme afirma Konder (2008, p.52), ocorre essencialmente devido ao movimento da história marcada por superações dialéticas, nas quais, em todas as grandes mudanças, ocorre uma negação mas, ao passo que também engendra uma preservação (e uma elevação em nível superior) do que era estabelecido.

[...] o materialismo histórico recebe uma extensão e uma verificação que o transformam. Aprofunda-se sua objetividade. Ele não se refere somente à produção de coisas e de obras, sobre a história (dupla) desta produção. A partir da natureza como “matéria-prima”, o materialismo histórico se estende ao espaço e ao tempo, ele desenvolve o conceito de produção e esse produto, o espaço, envolve ao mesmo tempo as coisas (bens, objetos) e as obras (LEFEBVRE, 2006, p. 185).

Dada essa argumentação e com base no movimento dialético do espaço, Santos (1992) vislumbra a convivências de subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos provenientes de épocas diversas, num mesmo espaço, ou pedaço de território. Dessa forma, a síntese do espaço-tempo (combinação de sistemas técnicos de idades diferentes) pode gerar consequências sobre as formas de vida possíveis naquela área, principalmente na forma como esse processo dialético ocorrer, tendo em vista, que em termos da técnica dominante o problema está nos resíduos do passado significarem ou não obstáculos à difusão do novo.

De tal maneira que, para Marx, as relações sociais possuem uma ligação próxima com às forças produtivas, tanto que, no processo de inovação destas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção, e mudando o modo de produção, a maneira de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais (MARX, 2008).

Na parte III de *Condição Pós-moderna*, Harvey aborda como tema geral “a experiência do espaço e do tempo”, um destaque a relação entre essas duas categorias (assim como faz Santos em praticamente toda sua obra), com o objetivo de explicar seus significados e sua relação, ao

esclarecer os vínculos materiais entre processos político-econômicos e processos culturais (HARVEY, 2008, p.187).

Dessa perspectiva materialista, podemos afirmar que as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social. Os índios das planícies ou os *nueres* africanos objetificam qualidades de tempo e de espaço tão distintas entre si quanto distantes das arraigadas num modo capitalista de produção. A objetividade do tempo e do espaço advém, em ambos os casos, de práticas materiais de reprodução social; e, na medida em que estas podem variar geográfica e historicamente, verifica-se que o tempo social e o espaço social são construídos diferencialmente. Em suma, cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço (HARVEY, 2008, p.189).

Com isso, naturalmente no âmbito da geografia, no qual o espaço e o território são categorias basilares, a relação entre espaço-tempo é tratada com grande relevância, de tal maneira, Harvey (2008) tendo afirmado (influenciado por Lefebvre) que estes são categorias básicas da existência humana, coloca-os como principais fontes de poder social na e sobre a vida e inseridos em sociedades capitalistas de economia monetária, e dessa forma aliados ao dinheiro, tornam-se a tríade de nexos substancial de poder social.

A conexão existente nessa tríade de poder social, leva segundo esse autor a duas questões gerais: 1º) “quem define as práticas materiais, as formas e os sentidos do dinheiro, do tempo ou do espaço fixa certas regras básicas do jogo social”; 2º) “considerar como práticas e *discursos* temporais e espaciais bem estabelecidos são *usados* e *trabalhados* na ação social” (HARVEY, 2008, p. 207-208).

Destarte, essas duas questões, que não são independentes, apontam, de certa maneira, à origem das fricções espaciais, tendo em vista as diferenças no tempo de quem define as regras do jogo social e os atores sociais que estão subjugados às regras. Por um lado, tem-se a ideia de “preço do tempo”, ou melhor, “tempo é dinheiro” e, por outro, as regras do senso comum que definem “o tempo e o espaço para tudo”. No entanto, segundo Harvey, somente através desses choques de tempos é possível ocorrer uma mudança qualitativa no espaço,

Lutas pelo poder frustradas (por parte das mulheres, dos trabalhadores, dos povos colonizados, das minorias étnicas, dos imigrantes, etc) no âmbito de um conjunto de regras determinando geram boa parte da energia social necessária à mudança dessas regras. Em suma, as mudanças nas qualidades objetivas do espaço e do tempo podem ser, e com frequência são, efetuadas por meio da luta social (HARVEY, 2008, p. 208).

A partir desse ponto, esse autor traz uma interpretação da tríade dinheiro, espaço e tempo, fundamentada no que Marx chamou de “economia de tempo”¹⁶, que se considera oportuno e elucidador da relação espaço-tempo.

Harvey (2008) demonstra que ainda que o dinheiro represente tempo de trabalho social, a ascensão da forma-dinheiro transformou o significado de tempo de maneira relevante e peculiar. Segundo ele, o mercado medieval passou a compreender o conceito fundamental do “preço do tempo” a partir do curso da exploração do espaço. Isso ocorreu tendo em vista que, com o comércio e a troca envolvendo movimento espacial, o tempo tomado por esse movimento acabou por se vincular aos preços e com isso a forma-dinheiro, ou seja, ao tempo de trabalho.

Ademais, Santos (1999) alega que nem sempre essa relação teve um “toque” cuidadoso por parte dos geógrafos, e que tem sido “escorregadia” e de certa forma tida como uma “frouxidão” conceitual. Para ilustrar essa questão, faz referência às críticas feitas, nesse sentido, por geógrafos como o próprio Harvey (1967), Isard (1956), Sauer (1963) e Richard Morrill (1965) que se resumem ao fato de que: “os geógrafos são gente que critica a ‘maravilhosa terra sem espaço’ dos economistas, sem se preocuparem eles próprios com a validade de uma geografia construída em um espaço situado fora do tempo” (SANTOS, 1999, p. 41).

Para Santos, como é visto em praticamente toda sua obra, a noção de espaço é inseparável da ideia de sistemas de tempo, o que não significa que basta um olhar no passado para explicar a realidade presente, para que seja apreendido corretamente a noção de tempo no estudo do espaço. A simples averiguação parcial de um elemento do espaço fazendo referência a situação histórica ou a busca de explicações parciais não é suficiente. Essencialmente pela alternância de significação das variáveis no decurso do tempo, na história do lugar. Ademais, do ponto de vista espacial, a sucessão de sistemas é mais relevante do que a de elementos isolados (SANTOS, 1992). Ou seja, a variável precisa estar conectada à totalidade.

Tendo como horizonte uma epistemologia totalizadora e tendo, pois, o tempo, espaço e mundo, realidades históricas, estas precisam ser mutuamente conversíveis. Ou seja, a ideia de conversibilidade ou de mensuração, ou ainda de concretude, coloca espaço e tempo como uma só coisa, metamorfoseando-se um no outro, em todas as circunstâncias. Santos (1999, p. 44) afirma que: “Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto

¹⁶MARX. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. 2011. p. 179.

é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições”.

A partir da necessidade de empiricização do tempo, ou seja, da sua materialização e sua assimilação com o espaço que não existe sem a materialidade, é que segundo esse autor, aparece a *técnica*, como um traço de união que se conforma historicamente e epistemologicamente, possibilitando assim a mensuração do tempo e a mútua conversibilidade do espaço e do tempo.

Santos (1999, p. 45) defende a técnica como meio de interação entre aspectos qualitativos e quantitativos para mensuração da idade do lugar, precisamente, devido a possibilidade que a técnica de ser datada. Por meio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza a união entre o espaço e o tempo. O tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação. E, como já vimos acima, o espaço é contido de objetos técnicos, dando forma e ritmo, conseqüentemente, tudo acaba por se converter em tempo. Para Santos, sendo a técnica um fenômeno histórico, onde se vislumbra além de tendências, mais fatos concretos e universalizastes, são, pois, passíveis de serem identificadas (no tempo e no espaço) tanto numa escala de um lugar, quanto à escala do mundo.

Jeziorny (2015, p.41) parte da relação espaço-tempo para compreender o território como “sínteses sucessivas de diversos tempos num determinado espaço”, ou seja, “tempos materializados, gravados no espaço através de objetos técnicos”, objetos esses que modificam e passam a fazer parte da paisagem. Ainda conforme esse autor, seguindo uma sequência lógica, o *espaço*, contém *tempo(s)*, sendo assim, o *território* (que encontra materialidade no espaço) é recipiente de historicidade.

No início de “O Capital”, Marx traça de forma clara a relação entre o tempo e a técnica, e o tempo e o espaço. Ao partir da distinção entre o valor de uso e o valor de troca, ele afirma que “se prescindirmos do valor de uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho”. Categoricamente diz: “Um valor de uso ou um bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato”. Por fim, chega-se ao ponto crucial para a argumentação que se está construindo, ao questionamento desse autor, de como seria possível medir a grandeza do valor? Obviamente por trabalho, já que este é o que substancialmente constitui o valor. Entretanto, “a quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações do tempo, como hora, dia etc.” (MARX, 2013, p. 161).

Assim sendo, esse tempo vai variar conforme essas condições de produção social e as habilidades e intensidades de trabalho que se consolidam por meio da técnica existente naquele tempo. Com isso, o espaço e o tempo, dois elementos, acabam por se consubstanciar como uma só coisa, materializada e empiricizada, por meio da técnica, que é a ponte que une, em uma só concepção, o tempo e o espaço.

Para Harvey (2008, p. 206), o axioma fundamental da ideia de tempo e espaço, não pode ser compreendido de forma avulsa à ação social, sendo necessário considerar que as relações de poder sempre estarão implicadas em práticas temporais e espaciais. Segundo esse autor, a partir da compreensão dessa implicação do tempo e do espaço sob as relações de poder, pode-se enquadrar tipologias¹⁷ e possibilidades, vistas como passivas, na estrutura mais dinâmica das concepções materialistas históricas da modernização capitalista. Harvey toma como referência as três dimensões apontadas por Lefebvre (2006): o vivido (fluxos), o percebido (conhecimento) e o imaginado (signos, códigos, a representação em si). Nas quais seria possível relacionar práticas espaciais históricas sob uma dinâmica dialética de tensões sociais.

De uma forma, mais específica estas dimensões e suas possíveis categorias serão descritas mais adiante, ao longo do trabalho, porém, a intenção ao tomá-las nesse ponto, como referência, está em destacar aquilo que Harvey quis apontar, que é a não passividade do espaço-tempo. Ou seja, as práticas espaciais e temporais que podem ser analisadas para compreender os processos de transformações das relações sociais, são também instrumentos potenciais de inferência no agir das forças produtivas materiais nas práticas espaciais no agora.

2.5 TEMPO E TEMPORALIDADES

Tendo por base a teoria do valor de Marx, buscou-se desenvolver uma reflexão, a partir da temporalidade e as inter-relações desta com as categorias tempo, temporalidades e técnicas (modos de produção), com o objetivo de vislumbrar uma conversibilidade das expressões espaço-tempo como realidades objetivas. No entanto, é importante ressaltar que o foco não é a teoria do valor em si, mas as relações temporais que ela expressa e que são relevantes para o debate no qual se engendra a presente tese.

¹⁷Tipologias essas descritas em Harvey (2008, p. 203; 205) referentes as práticas espaciais e tempos sociais.

A abordagem que se forja nesse trabalho, almeja demonstrar a relevância da categoria Tempo, para análise do território, a partir dos contrastes temporais, isto é, dos ritmos e velocidades estabelecidos pelos modos de produção, bem como realidade objetiva percebida a partir dos objetos técnicos no espaço.

Dessa forma, relacionamos inicialmente a concepção de tempo de trabalho socialmente necessário presente na teoria do valor de Marx como uma primeira substância temporal. Assim como o fizeram Adam Smith e David Ricardo, Marx afirma que o valor das mercadorias que os homens produzem, são mensuráveis por meio do tempo de trabalho. No entanto, diferentemente do que afirmou Smith e Ricardo, ele incluiu a concepção, “socialmente necessário”. Marx afirma: “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, 2013, p. 162).

Marx vai além da aparente percepção do valor e, conseqüentemente, da concepção de trabalho inerente à mercadoria. Para ele o valor e o valor de uso são tidos contrários dialéticos e o valor de troca a manifestação exterior do valor (RIBEIRO, 1996).

Segundo Rubin (1980, p. 192), apoiado em Marx, a ideia de *social médio* presente na concepção de trabalho socialmente necessário, pelo qual é determinado o valor no mercado de mercadorias, é resultante de diferentes níveis de produtividade do trabalho em diferentes empresas. Para este autor, “a transformação do trabalho individual em socialmente necessário ocorre através do processo de troca, que transforma o trabalho privado e concreto em trabalho social e abstrato”.

Mas o que quer dizer esses contrários dialéticos? Essa concepção provém do caráter concreto e abstrato presente na ideia de valor, enquanto resultante do trabalho. Tanto Ribeiro (1996), como Paulani (2000), ressaltam a crítica de Marx a perspectiva de Smith de ignorar o duplo caráter do trabalho presente nas mercadorias. Na mercadoria identifica-se o valor de uso como resultado dos atributos da forma particular e concreta de trabalho nela objetivado e o valor relacionado ao tempo de trabalho – abstrato – socialmente necessário à sua concretização.

Segundo Marx (2008, p.89), Smith faz confusão com a determinação do valor da mercadoria pelo tempo de trabalho, ao não considerar as transformações sociais e técnicas, essencialmente, a concepção de trabalho abstrato, que envolve, a ideia do socialmente necessário. Marx afirma que, “com a determinação de seus valores pelo valor do trabalho; vacila ao elaborar os detalhes e toma a equação objetiva que o processo social estabelece violentamente entre os trabalhos

distintos pela igualdade de direito subjetivo dos trabalhos individuais”. Apesar de Smith possuir em certa medida um delineamento histórico e lógico, isso não se reflete na sua análise e percepção em alguns aspectos tais como empreendidas por Marx ao vislumbrar o trabalho não apenas como presente, mas também o trabalho passado. Tal perspectiva tornar-se mais perceptível para ele haja vista o seu método materialista histórico.

A naturalização do social é percebida também em Smith na construção fundamentada para a troca como disposição natural, inerente a essência humana (ou seja, imutável). A divisão do trabalho seria condição necessária de uma propensão existente na natureza humana, ou seja, tal propensão encontra-se em todos os homens, não sendo encontrada em nenhuma outra raça de animais (SMITH, 1996).

Sobre esse aspecto Marx visualiza a troca resultante do excedente econômico e a partir das trocas eventuais surge a categoria preço, como forma mais flexível para a realização das trocas das mercadorias. O preço toma uma nova proporção com o surgimento do dinheiro, que é a forma mais perfeita, acabada, desenvolvida de valor. Assim, a partir da introdução do dinheiro, desmembram-se na aparência das coisas, o valor e o tempo de trabalho e o fenômeno da alienação, que se estabelece antes da troca enquanto principal objetivo da produção. Essa perspectiva de Marx se sobressai frente a visão de dinheiro de Smith como simples meio para facilitar as trocas e do procedimento a divisão do trabalho (RIBEIRO, 1996; PAULANI, 2000).

O fetiche da mercadoria, naturalizada, em certa medida, pela ideia de propensão a troca, tal como defendida por Smith, como algo próprio dos homens, e que segundo Marx evolui conforme a evolução do modo capitalista de produção, por meio do desenvolvimento dos meios de troca, sendo uma determinada relação social entre homens que para estes assume a forma “fantasmagórica” de relação entre coisas, o que insere o indivíduo isolado também como coisa. Ou seja, o grau de complexidade pelo qual as relações de troca vão sendo estabelecidas ao longo do tempo, dão a mercadoria um caráter misterioso, enigmático, de tal maneira, que fica difícil aos trabalhadores, enxergá-la como resultado do trabalho realizado, objetivado por meio da igualdade de valor dos produtos com a finalidade de promover relações sociais entre produtores. Estes vislumbram relações entre coisas, entre os produtos do trabalho.

Dessa forma, chega-se a um grande equívoco, onde o valor parece provir da natureza das coisas enquanto coisas, não advindo do trabalho humano numa sociedade organizada materialmente pela troca; assim, o capital aparece como coisa, não como relação social; dessa forma, o ouro parece naturalmente dinheiro, mascarando-se o fato de que ele é posto como dinheiro por um processo que é social e histórico (PAULANI, 2000).

Marx ao acrescentar o caráter social ao tempo de trabalho, imputa a esse tempo várias determinações. Segundo Harvey (2013, p.29) o valor referente ao tempo socialmente necessário não é aquele efetivamente despendido na produção, caso fosse (fazendo referência a Marx) “quanto mais preguiçoso ou inábil for um homem, tanto maior o valor de sua mercadoria”. Assim, o valor tem sua origem na força produtiva do trabalho, determinado por diversas circunstâncias, “dentre outras pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (MARX, 2013, p. 163).

A equação “20 braças de linho = 1 casaco, ou: 20 braças de linho valem 1 casaco” pressupõe que 1 casaco contém tanta substância de valor quanto 20 braças de linho; que, portanto, ambas as quantidades de mercadorias custam o mesmo trabalho, ou a mesma quantidade de tempo de trabalho. Mas o tempo de trabalho necessário para a produção de 20 braças de linho ou 1 casaco muda com cada alteração na força produtiva da tecelagem ou da alfaiataria. A influência de tais mudanças na expressão relativa da grandeza de valor tem, por isso, de ser investigada mais de perto (MARX, 2013, p. 180-181).

O tempo socialmente necessário como medida de valor vai além do aspecto concreto da produção. Do método dialético, Marx parte do concreto (produção) para o abstrato, no qual ele define as mercadorias como “medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado” (MARX, 2013, p. 163), ou, ainda, “geleia de trabalho”, para retornar ao concreto determinado, a força produtiva do trabalho. Tendo em vista que o tempo de trabalho socialmente necessário, engloba as várias determinações da sociedade, o grau de desenvolvimento da ciência e tecnologia da época, ou seja, o modo de produção, além dos aspectos climáticos e dos ciclos naturais. Para tanto, Marx (2013, p. 164) afirma: “Como regra geral, quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor”.

No entanto, para compreender a dinâmica temporal, é necessário atentar-se ao essencial da teoria do valor de Marx, a concepção de valor de uso, valor de troca e valor (forma-dinheiro da mercadoria). O tempo de trabalho é qualificado como socialmente necessário, tendo em vista a compreensão do valor de uso social. Harvey (2013, p. 38) ressalta a concepção de valor uso social em Marx, que caracteriza a produção de mercadorias como uma produção de valor para outrem, ou seja, a categoria valor de uso ainda que esteja diretamente ligada a sobrevivência do homem, também atribui o caráter socioeconômico, pois deve satisfazer uma necessidade social, ou, não poderia haver valor de troca e nem valor.

Dessa maneira, retomando a descrição propriamente dita das categorias de valor, que segundo Harvey (2013, p. 37) partem da dualidade do caráter do trabalho em Marx. O valor de uso são produtos físicos produzidos por trabalho útil, ou seja, concreto, que se apresenta por meio de uma enorme heterogeneidade de processos de trabalho – alfaiataria, sapataria, fiação, tecelagem, agricultura, etc. – sendo esta a base para a troca e/ou a divisão do trabalho. De modo geral, o trabalho útil, criador de valor de uso, independente das formas sociais existentes é, em si, uma condição de existência do homem, a eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, assim sendo, da vida humana. No caso da mercadoria é diferente, “o produto do trabalho só é transformado em mercadoria numa época historicamente determinada de desenvolvimento: uma época em que o trabalho despendido na produção de uma coisa útil se apresenta como sua qualidade “objetiva”, isto é, como seu valor” (MARX, 2013, p. 192).

Uma mercadoria aparenta ser, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Sua análise resulta em que ela é uma coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas e melindres teológicos. Quando é valor de uso, nela não há nada de misterioso, quer eu a considere do ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas por meio de suas propriedades, quer do ponto de vista de que ela só recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. É evidente que o homem, por meio de sua atividade, altera as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil (MARX, 2013, p. 204).

De modo que o caráter misterioso da mercadoria não resulta do seu valor de uso, para Marx nem mesmo pode resultar do conteúdo das determinações de valor, considerando que o trabalho físico, na sua grande heterogeneidade, e concretude, na verdade é que “eles constituem funções do organismo humano e que cada uma dessas funções, seja qual for seu conteúdo e sua forma, é essencialmente dispêndio de cérebro, nervos, músculos e órgãos sensoriais humanos etc.” (MARX, 2013, p. 205).

O que torna a mercadoria um bem além da pura satisfação de necessidades é o seu *valor relativo*. A definição da grandeza de valor por meio do tempo de trabalho (trabalho abstrato) é, dessa forma, um mistério que se esconde sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias. Ainda que sua descoberta elimine dos produtos do trabalho a aparência da determinação meramente contingente das grandezas de valor, esta não elimina em absoluto sua forma reificada. No entanto, as mercadorias têm de se conservar como valores de uso antes que possam se realizar como valores (valor de troca e valor), haja vista que “o trabalho humano que nelas é despendido só conta na medida em que seja despendido numa forma útil para outrem. Se o trabalho é útil para outrem, ou seja, se seu produto satisfaz necessidades alheias é algo que somente a troca pode demonstrar” (MARX, 2013, p. 220).

Karl Marx parte do mais simples (escambo), porém heterogêneo, para o mais complexo e específico (mercado), homogêneo¹⁸, pelo qual o valor de troca e o valor figuram como trabalho abstrato, no entanto, a dialética entre os valores não deixa de existir. Harvey (2013, p.42) afirma que “o surgimento da troca de mercadorias faz com que o tempo de trabalho socialmente necessário se torne a força norteadora do interior do modo de produção capitalista”. Com isso, o mercado, na sociedade capitalista tem como função o cumprimento da tarefa histórica e específica na mediação do valor como tempo socialmente necessário próprio ao modo de produção capitalista.

De modo simplificado, Marx (2013, p. 223-225) define o caráter condicional das relações de troca de mercadoria (num sentido de alheamento mútuo entre proprietários e alienação das coisas), próprios da sociedade capitalista. Algo inexistente em comunidades natural-espontânea, tais como as de uma família patriarcal, indígenas, um Estado inca, etc. De tal maneira, que as relações de troca de mercadoria, como prática social, iniciam-se a partir do fim da comunidade (caráter dialético). Sendo, pois, a forma-dinheiro da mercadoria um marco para a sociedade capitalista, com o surgimento das inter-relações entre comunidades estrangeiras, principalmente por meio dos povos nômades, os primeiros a desenvolver a forma-dinheiro. Contudo, Marx (2013) reafirma a base fundamental, da sociedade capitalista na ideia de valor de uso, troca e valor, não sendo, dessa maneira, a forma-dinheiro o argumento de comensurabilidade das mercadorias, mas a possibilidade de mensuração conjunta de seus valores, na mesma mercadoria específica, e só assim, convertida em uma medida conjunta de valor, ou seja, dinheiro.

Tal elucidação se faz necessária, ante a questão do fetiche da mercadoria, principalmente com o advento da forma-dinheiro. Não obstante, Lênin (1913) afirma que “onde os economistas burgueses viam relações entre objetos (troca de umas mercadorias por outras), Marx descobriu relações entre pessoas”.

Essa contradição (miopia social) imanente adquire nas antíteses da metamorfose da mercadoria suas formas desenvolvidas de movimento. Ao passo que a mercadoria, na sua constituição como valor de uso e valor, manifesta-se ao mesmo tempo de maneira contraditória, sendo por um lado

¹⁸Essa característica pode ser compreendida no trecho em que Harvey fala do trabalho concreto e abstrato. Segundo esse autor, “‘O corpo da mercadoria’, continua ele, que serve de equivalente vale sempre como incorporação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de determinado trabalho útil, concreto’. O que isso quer dizer? O ouro, por exemplo, é um valor de uso específico, uma mercadoria específica, produzida sob condições específicas de produção e, no entanto, nós o utilizamos como um meio de expressão de todo trabalho humano em qualquer parte – nós tomamos um valor de uso particular e o usamos como um substituto para todo o trabalho social” (HIVERY, 2013, p. 43).

a forma do trabalho privado e por outro trabalho imediatamente social, ou seja, “do trabalho particular e concreto que ao mesmo tempo é tomado apenas como trabalho geral abstrato, da personificação das coisas e coisificação das pessoas” (MARX, 2013, p.254).

A extensão dessa quimera da mercadoria é demonstrada por Harvey (2013), ao apontar os desdobramentos sobre a própria concepção de liberdade do mercado, que Marx faz ao evidenciar o fenômeno fetichista.

No capitalismo, os indivíduos se rendem à disciplina de forças abstratas (como a mão invisível do mercado, criada em grande parte por Adam Smith), que efetivamente governam suas relações e escolhas. Posso fabricar uma bolsa bonita e levá-la ao mercado, mas se eu não conseguir trocá-la, ela não terá nenhum valor. Consequentemente, não terei dinheiro suficiente para comprar mercadorias de que preciso para viver. As forças do mercado, que ninguém controla individualmente, regulam todos nós (HARVEY, 2013, p. 50).

Dessa maneira, ainda que o mercado sofra com as forças de oferta e demanda, a lei natural e reguladora que prevalece é a do tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias. E é essa lei que rege a manutenção da vida humana, e não a mercadoria em si mesma.

Porém, é essencial apontar a força impulsionadora que o dinheiro assume no sistema capitalista, de tal maneira a orquestrar os ritmos de circulação da mercadoria. Marx, ressalta esse aspecto no seguinte trecho:

Na velocidade do curso do dinheiro se manifesta, portanto, a unidade fluida das fases contrárias e mutuamente complementares, a conversão da figura de uso em figura de valor e a reconversão da figura de valor em figura de uso, ou os dois processos da venda e da compra. Inversamente, na desaceleração do curso do dinheiro manifesta-se a dissociação e a autonomização antitética desses processos, a estagnação da mudança de forma e, com isso, do metabolismo. [...] A quantidade total do dinheiro que funciona como meio de circulação em cada período é, portanto, determinada, por um lado, pela soma dos preços do mundo de mercadorias em circulação e, por outro, pelo fluxo mais lento ou mais rápido de seus processos antitéticos de circulação. Da velocidade desse fluxo depende a proporção em que aquela soma de preços pode ser realizada por cada peça monetária singular. Mas a soma dos preços das mercadorias depende tanto da quantidade quanto dos preços de cada tipo de mercadoria (MARX, 2013, p. 263-264).

Ou seja, a quantidade da forma-dinheiro da mercadoria (como meio circulante) é regida pela soma dos preços das mercadorias em circulação e pela velocidade média no qual executa a sua metamorfose antitética (D-M - compra e M-D - venda). No entanto, o próprio Marx alerta para a ilusão do fetiche do dinheiro, que ainda que represente a expressão monetária do trabalho objetivado na mercadoria, este não deixa de ser valor. De modo que, mesmo que desempenhe a função de meio de circulação e meio de pagamento, o dinheiro na sua forma-mercadoria (ouro) também é uma média social de tempo de trabalho socialmente necessário, sendo assim,

mercadoria. Com isso, seu preço também influenciará no volume de dinheiro funcionando como meio de circulação (MARX, 2013).

Em outras palavras, a mercadoria como valor de troca é, por conseguinte, valor de não uso para aquele que o produziu. Esta, ao ser levada ao mercado e vendida pelo seu equivalente na forma-dinheiro da mercadoria (valor) passa a não representar concretamente o trabalho, porém, é a sua expressão abstrata. Contudo, para que seja possível a ocorrência desse movimento antitético, a mercadoria (trabalho concreto) sendo, pois, um valor de não uso para aquele que a produz no âmbito particular, precisa representar o valor de uso para outrem, a fim de que exista interesse para a troca, com isso, a forma-dinheiro da mercadoria é essencialmente trabalho na sua forma imediatamente social.

Atentos a essas características da forma-dinheiro da mercadoria, se faz necessário, nesse ponto, adentrar aos aspectos da circulação da mercadoria (sua evolução para o circuito do capital). Considerando, que a forma dinheiro passa por uma transformação característica com a mudança na circulação, quando adquire a sua forma como capital. Marx afirma que “a forma que a circulação assume quando o dinheiro se transforma em capital contradiz todas as leis que investigamos anteriormente sobre a natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro e da própria circulação” (MARX, 2013, p. 299).

O capital não surge da forma imediata da circulação da mercadoria (M-D-M), no qual parte-se do de um extremo, mercadoria, e conclui-se com o extremo de outra mercadoria. De tal forma que o gasto do dinheiro não incorre em um refluxo e a finalidade desse processo está no consumo, na satisfação das necessidades, ou seja, no valor de uso. Assim, ao contrário o capital irá surgir na forma D-M-D, conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. Nesse caso o gasto com o dinheiro possui relação direta com o refluxo e a finalidade é o valor de troca. De modo que, o dinheiro que circula nesse circuito transforma-se, torna-se capital e “a circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado”, sendo por isso um movimento desmedido (MARX, 2013, p. 296).

A transformação do dinheiro em mercadoria e novamente em dinheiro dando origem ao capital, ou melhor, ao mais-valor, é segundo Marx um fenômeno que provém do trabalho, que é a única mercadoria que pode criar valor. Sendo, pois, o trabalhador livre, alguém que detém apenas a sua força de trabalho como mercadoria e está livre não somente para ofertar a mesma, como está livre dos meios de produção para produzir individualmente a mercadoria para trocar pela sua subsistência, de tal maneira que sua força de trabalho (sem os meios de produção) é para

ele valor de não uso, e conseqüentemente produto a ser trocado por valor de uso (salário, ou melhor, o necessário para a manutenção da sua existência)¹⁹.

O capitalista, ao contratar a força de trabalho, o faz tendo por base na medida padrão da sociedade capitalista, ou seja, o tempo de trabalho socialmente necessário. Dessa forma, paga ao trabalhador um valor de uso da sua força de trabalho por 1 (um) dia, que significa uma jornada de trabalho, no entanto, esse valor de uso pode ser considerado na sua média de forma bastante distinta daquilo que o trabalhador gerará com sua força de trabalho que é valor de troca. Sendo assim, aquilo que mantém a sobrevivência do trabalhador necessariamente não é equivalente ao que ele produz em uma jornada de trabalho.

Ou seja, a mais valia surge na produção da mercadoria, mas se concretiza, se realiza, na circulação, que é quando o capitalista assume a função de vendedor e coloca no mercado um produto com o valor de troca maior do que o valor de uso pelo qual pagou. De tal maneira que Marx afirma que ainda que os produtos sejam produzidos como mercadorias, eles precisam ser vendidos depois de produzidos (se concretizando como mercadorias) e somente depois disso satisfazer a necessidade dos produtores. Dessa forma “o tempo necessário para a sua venda é adicionado ao tempo necessário para a sua produção” (MARX, 2013, p. 314).

A força de trabalho, por conseguinte, é uma categoria analítica essencial do sistema capitalista. De modo geral, a força (potencial) de trabalho, no modo de produção capitalista é adquirida por meio do trabalhador livre. Entretanto, a concepção de “livre” aqui possui significação dual, que se manifesta no fato do trabalhador ser alguém livre e que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria de troca e ao mesmo tempo configura-se como alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre de todas as coisas necessárias (meios de produção) para a realização de sua força de trabalho (ou seja, dependente do capitalista, nesse caso a ideia de liberdade é uma contradição) (MARX, 2013, p. 314).

A forma como o trabalhador se configura nesse modo de produção não é para Marx uma relação histórico-natural, ou algo comum às relações sociais de outros períodos históricos. As condições históricas do sistema capitalista não estão de modo algum dadas com existência de circulação de mercadorias e dinheiro. Para Marx, na sua teoria do valor, esse modo de produção surge quando o detentor de meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho, e essa condição histórica compreende

¹⁹“Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso” (MARX, 2013, p. 347).

toda uma história mundial. Assim, o capital anuncia, desde seu primeiro surgimento, uma nova época no processo social de produção (MARX, 2013).

E o valor dessa força de trabalho, tal como outra mercadoria, tem como base de mensuração o tempo de trabalho socialmente necessário (nesse caso, para reprodução metabólica da vida). Tendo em vista a sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de alguma quantidade de meios de subsistência. Dessa forma, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou melhor, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor (MARX, 2013).

Assim, os elementos e aspectos que provêm a expansão do capital e a redução de tempo em circulação são tão importantes quanto a força de trabalho e os meios de produção. Nesse ínterim Mészáros (2007, p. 33) afirma que:

O modo historicamente único de reprodução sociometabólica do capital degrada o tempo porque a determinação objetiva mais fundamental de sua forma própria de intercâmbio humano é a condução irremediável à contínua autoexpansão, definida pelas características intrínsecas a esse modo de intercâmbio societário como a necessária *expansão do capital*, alcançada na sociedade de troca apenas por meio da exploração do tempo de trabalho. O capital, portanto, deve tornar-se cego com relação a todas as dimensões do tempo diversas da dimensão relativa ao trabalho excedente explorado ao máximo e o correspondente tempo de trabalho (MÉSZÁROS, 2007, p. 33).

Nesse ínterim, é importante resgatar a distinção de tempo global, tempo de produção e tempo de circulação, bem como a ideia de tempo de trabalho e tempo de produção, abordado por Marx no Livro II do Capital. De modo geral, o tempo de produção engloba o tempo de trabalho, no entanto, Marx aponta várias situações nos quais o tempo de trabalho é limitado no processo produtivo. Ele faz referência, por exemplo, do grão que é semeado, do vinho que fermenta na adega, o material de trabalho de muitas manufaturas, como curtume (o nome dado às operações de processamento do couro cru) que é sujeito a processos químicos, nos quais o tempo de produção é maior que o tempo de trabalho. Ainda que haja excedente no tempo de produção em relação ao tempo de trabalho, existe uma latência na esfera da produção, já que os meios de produção representam capital produtivo na sua forma latente. Porém, Marx deixa claro que esse capital latente não gera valor, pois só existe como condição para o processo de produção, tal como os prédios, aparelhos e etc., necessários para guardar o estoque. E por fim, existe o caso, das limitações normais em relação aos períodos no quais o processo produtivo precisa ser interrompido (tal como o período que os trabalhadores têm como tempo livre, ou descanso).

De modo geral, Marx (2013, p. 91), define o tempo de produção como “o tempo durante o qual o capital produz valores de uso e valoriza a si mesmo, funcionando assim como capital produtivo, embora inclua tempo em que é latente ou produz sem se valorizar”. Sendo assim, para o capitalista é interessante que o tempo no qual o capital produtivo não valoriza a si mesmo seja o menor possível, ou melhor, como não ocorre nenhuma valorização do capital produtivo enquanto ele se encontra na parte de seu tempo de produção que excede o tempo de trabalho (ainda que esse tempo seja inseparável da execução do processo produtivo), nesse caso, quanto mais o tempo de produção e o tempo de trabalho coincidirem mais produtivo será o capital produtivo em dado espaço de tempo.

No caso do tempo global, Marx refere-se a soma do tempo de produção, que é, genericamente, a permanência do movimento do capital pela esfera da produção, ao tempo de circulação, que é a permanência na esfera da circulação ou de giro, que se constitui nos dois processos de circulação, a transformação da forma-mercadoria em forma-dinheiro, e a transformação da forma-dinheiro na forma-mercadoria. Nesse ponto, mais uma vez Marx volta a fortalecer o fato de que “durante o seu tempo de circulação, o capital não funciona como capital produtivo e, por isso, não produz mercadoria e nem mais-valia”, ou seja, constitui-se em processos de metamorfose simples da mercadoria. De tal maneira, um dos objetivos do capitalista é reduzir o tempo onde não há produção de mais-valia, ou seja, de autovalorização. Consequentemente, de modo geral, o tempo de produção é interrompido pelo tempo de circulação (a produção pode continuar, mas é fruto de outro capital), sendo retomada, ou renovada, quanto mais rápido ou lento for o tempo de circulação (MARX, 2013, p. 91).²⁰

Apesar de não gerar valor, a fase de circulação do capital, suas metamorfoses, constitui-se a conclusão do processo de produção de mais-valia e por isso é esse um aspecto de grande importância. E, por isso, representa um esforço e um lado autônomo do investimento de capital produtivo, sendo compreendido como meio de produção (capital latente). De acordo com Marx (2013, p. 110):

O modo de produção capitalista diminui os custos do transporte da mercadoria individualmente mediante o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, bem como pela concentração – a grandeza da escala – do transporte. Ele multiplica a parte do trabalho social, do vivo e do objetivado, que é despendida no transporte de mercadorias primeiro pela transformação da maioria de todos os

²⁰A circulação só pode criar valor à medida que ela requer novo emprego – de trabalho alheio –, além do que é consumida imediatamente no processo de produção. O que, nesse caso, é a mesma coisa que se utilizar mais trabalho necessário no processo de produção imediato. Só os custos de circulação efetivos elevam o valor do produto, mas diminuem o valor excedente (MARX, 2011, p. 732).

produtos em mercadorias e, depois, pela substituição de mercados locais por outros distantes.

O ato de circular, isto é, o efetivo movimento de mercadorias no espaço, se desenvolve no transporte da mercadoria. A indústria de transporte constitui, por um lado, um ramo autônomo da produção, e, por isso, uma esfera especial de investimento do capital produtivo. Por outro, diferencia-se pelo fato de aparecer como continuação de um processo de produção dentro do processo de circulação e para o processo de circulação (MARX, 2013, p. 110).

Ainda que esse aspecto do tempo de circulação englobe discussões sobre outras ramificações de debate, tal como o fato de que a expansão do capital e distribuição de fases do giro do capital no globo, desenvolveram processos produtivos dentro do circuito do capital e com fins na facilitação da circulação do capital, tal como indústrias especializadas na construção de estradas e no transporte de mercadorias. O que se pretende mostrar é, dentre outros aspectos igualmente importantes, que a necessidade de reduzir o tempo de circulação (considerado tempo de não autovalorização) leva o capitalista a mover esforços para modificação do espaço, numa intencionalidade particular.

Assim, retomando o raciocínio sobre a concepção de tempo de trabalho socialmente necessário, e, tendo em vista os aspectos e categorias da teoria do valor marxista até este momento apresentadas, de alguma maneira devem apontar para o movimento dialético das determinações e contradições daquilo que se denomina “socialmente necessário”²¹. De modo geral, a sociedade que estipula aquilo que é socialmente necessário na teoria marxista é a sociedade capitalista, que, ao longo dos anos passou por diversas transformações, no que refere “ao grau social médio de destreza” e de “intensidade do trabalho”, bem como na amplitude e expansão desse modo de produção no globo.

O “socialmente necessário” na teoria do valor pressupõe “a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana” (MARX, 2013, p. 335). Ou seja, a manutenção da vida humana é aquilo que é efetivamente necessário. Porém, a manutenção da vida do homem e sua relação com a natureza como o desenvolvimento do modo de produção capitalista tornou-se mais complexa. Além disso, as integrações e interdependências das várias nações, de certo modo, impõem tempos de trabalhos socialmente necessários para modos de vida equidistantes e descompassados das necessidades daqueles a quem são impostas essas temporalidades.

²¹Vide página 32.

Ainda que o modo de produção capitalista tenha adentrado, praticamente, em todos os espaços, nas suas variações e imbricações, não é impossível que se encontre comunidades que compreendam aquilo que é socialmente necessário de maneira diferente da sociedade capitalista, de tal maneira que persistam em viver a partir de ritmos de tempo com intensidades de trabalho numa lógica social distinta, caso, por exemplo, dos povos indígenas, que possuem uma relação com a natureza distinta em relação ao da sociedade capitalista e, também, por isso, constitui-se de uma temporalidade específica na sua forma de reprodução. Com isso, não é difícil encontrar espaços e territórios onde, ainda que participem espacialmente do sistema global capitalista, o desenvolvimento tecnológico e o nível de complexidade do modo de produção contradizem a temporalidade imposta pelo sistema mundial, situando esses espaços e territórios numa posição hierarquicamente distante de lugares onde a evolução tecnológica que acompanha de maneira mais próxima a velocidade de circulação requerida pelo capital, a exemplo daqueles territórios que funcionam a partir de uma lógica de flexibilidade, ou melhor, de um modelo de acumulação flexível.

Essa interpretação se baseia na visão de Santos (1993, p. 3) sobre o argumento da globalização dos espaços, que, segundo ele, não é mundial em sua totalidade, sendo na verdade uma contradição, assente numa fábula de um mundo sem fronteiras. “Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares”. E isso acontece, dada a exigência de uma velocidade cada vez maior na circulação do capital. Uma fluidez que impõe tensões para fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro (ainda que as das mercadorias possam ficar para depois), eliminação das rugosidades contrárias ou conflitantes ao galope do capital hegemônico (SANTOS, 1993, p. 5).

Segundo Santos, na verdade, “o que existe mesmo são temporalidades hegemônicas e temporalidades não hegemônicas, ou hegemônicas”. As primeiras aparecem como o vetor da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política e da cultura, da sociedade enfim. Já aqueles hegemônicos pelos primeiros, os outros agentes sociais, devem se contentar de tempos mais lentos, ou distintos (SANTOS, 1993, p.3).

Segundo esse autor, de alguma maneira o sistema capitalista auto expansivo se impõe aos lugares e às pessoas, transformando suas lógicas de vidas a fim de tornar a velocidade de circulação do capital cada vez maior. Também seguindo esse raciocínio Harvey afirma que:

Se o dinheiro não tem um sentido independente do tempo e do espaço, sempre é possível buscar o lucro (ou outras formas de vantagem) alterando os modos de uso e de definição do tempo e do espaço. Essa tese pode ser explorada de maneira

consistente no contexto da busca de lucros que ocorre na forma padrão de circulação do capital. [...] O tempo de produção, associado com o tempo de circulação da troca, forma o conceito do “tempo de giro do capital”. Este também é uma magnitude de importância extrema. Quanto mais rápida a recuperação do capital posto em circulação, tanto maior o lucro obtido. As definições de “organização espacial eficiente” e de “tempo de giro socialmente necessário” são formas fundamentais que servem de medida à busca do lucro – e ambas estão sujeitas à mudança (HARVEY, 2008, p. 209).

Dessa forma, acredita-se que o modo de produção capitalista na sua evolução tornou-se progressivamente um sistema que se determina no espaço e no tempo. Segundo Santos (2006) os eventos históricos (um ponto no tempo e no espaço) compreendidos não apenas como fatos, mas resultado de ideias e ações humanas tem como corolário a possibilidade de inovar, ou melhor, renovar um modo de fazer, de organizar e entender uma realidade. De tal maneira que, para esse autor, um dos elementos ímpares da atualidade seria o papel onipresente da organização em todos os processos vitais, conseqüentemente, “a relação geográfica mais simples, a relação homem/terra, é cada vez menos determinada pelas características da área e pelo processo direto de produção, e cada vez mais um resultado do processo de organização da produção vista como um todo” (SANTOS, 1999, p. 97).

O caráter organizacional do sistema capitalista se impõe por noções de escala diferentes e com impactos distintos, dependendo da origem das variáveis envolvidas na produção do evento. Tais eventos históricos não acontecem de maneira isolada, produzindo tipos de solidariedades referentes a origem, ou seja, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares, próximos ou longínquos, no entanto, não estão superpostos - sua ligação vem do movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam. A geografização está no segundo tipo de solidariedade, ocorrendo no lugar objetivado pelo evento, porém, os diversos eventos que ocorrem em solidariedade ao evento original acontecem de maneira simultânea dada a superposição da área em comum (SANTOS, 1999).

No entanto, o que poderia determinar a indução de formas organizacionais no espaço e nos ritmos distintos (tempo) de circulação do capital? Para Santos (1999) a velocidade da indução das formas de organização do sistema capitalista tende a se confundir por elementos técnicos e naturais. Segundo ele:

Os fluxos não têm a mesma rapidez. A velocidade de uma carta não é a de um telegrama, um telex, um fax. Os homens não percorrem as mesmas distâncias no mesmo tempo, dependendo dos meios com que contam. Mas, no espaço geográfico, se as temporalidades não são as mesmas, para os diversos agentes sociais, elas todavia se dão de modo simultâneo. Constatamos, de um lado, uma assincronia na sequência temporal dos diversos vetores e, de outro lado, a sincronia de sua existência comum, num dado momento. O entendimento dos lugares, em sua situação atual e em sua

evolução, depende da consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências (SANTOS, 1999, p. 104).

O argumento de Santos (2006) projeta-se sobre a ideia de totalidade não apenas no espaço, mas também na história, ou melhor, no tempo. Ainda que os eventos sejam individuais, estes não podem ser isolados, tendo em vista a intencionalidade de expansão do capital e a exigência na redução do tempo de trabalho socialmente necessário. Para esse autor, os eventos são inter-relacionados e interdependentes e é nessas condições que participam de situações nos quais os eventos se sucedem, ao mesmo tempo em que se superpõem e interdependem.

Essa totalidade possui sua potência na divisão internacional do trabalho, passando por períodos de aceleração, produto da evolução concomitante da ciência, de técnica e da informação, os quais tornaram-se mais numerosos. Esses momentos se movem dialeticamente, cindindo-se, para reconstituir-se no momento seguinte, onde uma nova cisão renova o movimento. Estes eventos operam uma ligação entre os lugares e uma história em movimento. “A região e o lugar, aliás, definem-se como funcionalização do mundo e é por eles que o mundo é percebido empiricamente” (SANTOS, 1999a, p. 108).

2.5.1 Empiricização do tempo e das temporalidades

Este trabalho parte da possibilidade de uma conversão do espaço, do tempo e do inundo (no sentido de ocupação) numa mesma base mensurável. Essa perspectiva tem por base a visão de Santos (1994), que defende, epistemologicamente, uma abordagem totalizadora na qual, *tempo*, *espaço* e *inundo*²² são realidades históricas, que devem ser intelectualmente reconstruídas em termos de sistema, isto é, como mutuamente conversíveis. Para este autor, em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana realizando-se, e essa realização ocorre sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições.

Segundo Santos (1999; 1994) a forma de tornar o tempo, espaço e inundo mutuamente conversíveis acontece por meio da técnica, ou melhor, através da sistematização da técnica. Em

²²“Começemos por fixar rapidamente os conceitos. Por tempo, vamos entender grosseiramente o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama. Por espaço vamos entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos. E por inundo entendamos a soma, que é também síntese, de eventos e lugares. A cada momento, mudam juntos o tempo, o espaço e o mundo” inundo (SANTOS, 1994, p. 19).

outras palavras, a *técnica* se configura como uma forma de assimilação do tempo, tornando-o material e, historicamente, epistemologicamente e dialeticamente como traço de união.

As técnicas, de um lado, nos dão a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizados. Os sistemas técnicos criados recentemente se tornaram mundiais, mesmo que sua distribuição geográfica seja, como antes, irregular e o seu uso social seja, como antes, hierárquico (SANTOS, 1994, p. 19).

Dessa forma, a empiricização do tempo, pressupõe uma demarcação de eventos (sistemas de ações) da prática social. Daí surge a perspectiva de **divisão territorial do trabalho**, pelo qual é possível vislumbrar as rugosidades. Segundo Santos (1999, p. 113), as rugosidades são o que “fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se subsistem e acumulam em todos os lugares”, podendo apresentar-se como formas isoladas ou como arranjos. Colaborando com esse pensamento, resgata-se a afirmação de Marx, em “O Capital”:

A mesma importância que as relíquias de ossos têm para o conhecimento da organização das espécies de animais extintas têm também as relíquias de meios de trabalho para a compreensão de formações socioeconômicas extintas. O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha. Entre os próprios meios de trabalho, os de natureza mecânica, que formam o que podemos chamar de sistema de ossos e músculos da produção, oferecem características muito mais decisivas de uma época social de produção do que aqueles meios de trabalho que servem apenas de recipientes do objeto do trabalho e que podemos agrupar sob o nome de sistema vascular da produção, como tubos, barris, cestos, jarros etc. Apenas na fabricação química tais instrumentos passam a desempenhar um papel importante (MARX, 2013, p. 329-330).

A análise da divisão territorial do trabalho sob o enfoque do tempo, segundo Santos (1999) pode se dar de duas formas: 1º) Mediante análise das divisões do trabalho sucessivas, ao longo do tempo histórico, uma cadeia de transformações ocorridas, suas causas e consequências, os períodos assim estabelecidos e a sua duração, os lugares de sua incidência; e 2º) Mediante o reconhecimento das divisões do trabalho sobrepostas, num mesmo momento histórico (as rugosidades).

Sendo assim, esse trabalho considera o tempo da divisão do trabalho, como afirma Santos (1999), o tempo do modo de produção e os elementos que definem esses modos são considerados a medida geral do tempo, ao qual se pretende mensurar. Para esse autor isso está implicado na ideia de *temporalidades*.

[...] cada divisão do trabalho cria um tempo seu, próprio, diferente do tempo anterior. Isso, também, é muito geral, pois esse “tempo” acaba por ser abstrato, apenas ganhando concretude com a sua interpretação, na vida ativa, pelos diversos agentes sociais. É assim que, a partir de cada agente, de cada classe ou grupo social, se estabelecem as *temporalidades* (interpretações, isto é, formas particulares de utilização daquele tempo geral, “temporalizações práticas” no dizer de J.-P. Sartre) que são a matriz das espacialidades vividas em cada lugar (SANTOS, 1999, p.110).

Ou seja, o modo de produção, pelo qual são revelados o tempo da divisão do trabalho, apresentam elementos que podem ser contabilizados a fim de uma empiricização temporal, tal como os tempos relativos aos elementos mais “atrasados”, advindos de modos de produção anteriores, objetivados na sua característica geográfica nas formações socioespaciais (SANTOS, 1999).

Uma dificuldade a ser superada, está na determinação dos modos de produção em suas temporalidades diversas, tendo em vista a relação ao lugar²³ e a imbricação das várias técnicas. Segundo Santos (2006) o lugar atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, ou seja, a sua atribuição abstrata se efetiva por meio da história. Além disso,

[...] num determinado lugar é a operação simultânea de várias técnicas, por exemplo, técnicas agrícolas, industriais, de transporte, comércio ou marketing, técnicas que são diferentes segundo os produtos e qualitativamente diferentes para um mesmo produto, segundo as respectivas formas de produção. Essas técnicas particulares, essas “técnicas industriais”, são manejadas por grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas e se dão sobre um território que, ele próprio, em sua constituição material, é diverso, do ponto de vista técnico. São todas essas técnicas, incluindo as técnicas da vida, que nos dão a estrutura de um lugar (SANTOS, 1999, p. 36).

Dessa forma, Santos (2006) afirma que não acontece somente uma mudança na percepção do tempo, mas também abrange uma mudança no comportamento, no modo de vida, haja vista o novo ritmo imposto pela nova técnica. E, como exemplificação, aponta a implantação das ferrovias na França. Segundo esse autor, antes das ferrovias cada localidade tinha sua própria

²³Segundo Ferreira (2000) o conceito de lugar foi considerado por muito tempo uma questão problemática para a geografia, sendo ponto de debate entre linhas de pensamento referentes a globalização *versus* individualismo, marxismo *versus* fenomenologia, ou ainda, homogeneização *versus* singularização. Esse autor destaca, no entanto, o movimento da chamada Geografia humanista, na década de 70 para resgatar o conceito de lugar a partir da fenomenologia e existencialismo. E na década de 80 o crescente interesse dos geógrafos econômicos para compreender o lugar como uma especificação dentro de contextos gerais. Santos (2008), de certa maneira, dialogando de alguma forma como o humanismo e centrado na percepção dos aspectos econômicos, frente ao espaço banal, acredita que o lugar se define como funcionalização do mundo, um acontecer solidário, onde se realizam tarefas comuns, ainda que sem um projeto comum. Nesse sentido, ele afirma que, “os lugares, pois, se definem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade comunicacional, cuja fusão os caracteriza e distingue”. Com isso, ainda os lugares sejam representações do país e o mundo, conforme uma ordem, tal ordenamento, que é o mesmo para todos os lugares, cria diversidade, considerando que as determinações do todo, ocorrem de maneira distinta, quantitativamente e qualitativamente para cada lugar, conforme essas densidades.

hora, no entanto, com a implantação desse novo meio de transporte, foi necessária uma combinação de um horário unificado para operação das linhas, o que de alguma maneira modificou lógicas heterodoxas de vida para uma homogeneização, firmada para as novas necessidades do capital.

A partir dessas reflexões é possível antever possibilidades de mensuração de períodos históricos, alterações nos ritmos de vida, velocidades, lentidões e relaciona-las ao avanço do capitalismo no espaço, buscando compreender os movimentos e profundidades, bem como os conflitos.

2.6 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Vimos até agora o movimento dialético próprio do espaço, a partir da concepção deste como totalidade e, da mesma maneira, na categoria tempo. Dessa forma, como uma totalidade dialética, as contradições históricas que o sistema capitalista impôs no seu desenvolvimento e movimentos de auto expansão puseram os espaços numa constância de conflitos de tempos e, conseqüentemente, de modos de produção.

Considerando esses aspectos e apoiando-se no pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey, buscamos pensar e refletir o espaço como elemento produzido com fins nas intencionalidades do modo de produção capitalista. Ou seja, numa elucidação da teoria marxista aplicada a concepção do espaço como produto, obra, objeto, ou melhor, obra-objeto. Tal perspectiva, resumidamente apresentada, deverá orientar o pensamento que está se construindo do território como espaço apropriado.

Toma-se como ponto de partida a historicidade da acumulação primitiva que Marx (1964) aborda no seu livro, “A origem do capital: a acumulação primitiva”²⁴. Nessa obra é possível vislumbrar a característica própria do modo de produção capitalista de apropriação do espaço, já na sua fase embrionária pré-capitalista, com a transformação das terras de cultivo (aráveis) por terras de pastagens.

Segundo nos aponta Marx, a Inglaterra no final do século XIV (e mais inteiramente ainda no século XV), era composta em sua maioria de camponeses livres que cultivavam suas próprias terras, “quaisquer que fossem os títulos feudais com os quais protegiam os seus direitos

²⁴Também encontrado no capítulo XXIV do Livro I do Capital.

feudais”. Sendo, pois, o traço mais característico da produção feudal em praticamente todos os países da Europa ocidental “a partilha do solo entre o maior número possível de semi-servos” o que para o senhor feudal (tido como soberano) uma representação de poder, considerando que o maior número de súditos era mais valoroso do que o conteúdo da bolsa (MARX, 1964, p. 19-20).

Marx descreve a situação dos camponeses e do solo inglês da seguinte maneira:

Os assalariados rurais eram, em parte, camponeses que durante os tempos de folga se alugavam a serviços dos grandes proprietários, em parte, uma classe particular e pouco numerosa de diaristas. Estes mesmos também eram, em certa medida, cultivadores por conta própria, pois além dos salários, se lhes concediam campos de quatro acres, com as casinhas correspondentes; de mais, eles participavam, concomitantemente com os camponeses propriamente ditos, no usufruto dos bens comunais, onde eles faziam pastar seu gado e se proviam de árvores, lenha, turfa etc., para o aquecimento. [...] Se bem que a conquista normanda tivesse constituído toda a Inglaterra em baronatos gigantescos – dos quais um só dentre eles abrangeu mais de novecentos senhorios anglo-saxões – o solo estava, todavia, semeado de pequenas propriedades rurais, interrompidas aqui e ali por grandes domínios senhoriais (MARX, 1964, p. 19-21).

No entanto, vários acontecimentos são apontados por Marx para a mudança nesse contexto social, de convivência comum entre senhores e vassalos, para expropriação violenta das terras comunais, entregue a grandes produtores de carneiros e ovelhas, para a produção de lã. Sendo elas: a Lei de cercamentos de terra; a guerra aberta entre os grandes senhores contra a realeza e o parlamento; a expansão das manufaturas de lã na região de Flanders; a Guerra das Duas Rosas (guerra entre as principais casas da realeza inglesa pelo reinado); a Reforma anglicana e o confisco das terras da igreja católica que abrigava vários camponeses (MARX, 1964).

De modo geral, a revolução que se deu na Inglaterra, tida como ponto de partida para acumulação capitalista, transformou o espaço antes ocupado por propriedades comunais de cultivo, onde as famílias contavam com propriedades de 4 acres, para propriedades enormes caracterizada por pastos para carneiros e ovelhas que necessitavam de apenas dois trabalhadores. Nesse sentido, Marx (1964), fazendo referência à escritos de Wrigth (1779), relata a mudança que aconteceu na agricultura e no espaço. Segundo ele, na região de Hertfordshire havia 24 arrendamentos cada um deles com média de 50 a 150 acres, foram transformados em 3 arrendamentos, em alguns lugares, onde antes habitavam 100 famílias passou a habitar 8 a 10.

Essa população forçada a sair de suas terras de forma violenta, expulsos pela dissolução das formações comunais, migrou para as grandes cidades para compor a multidão de um proletariado inteiramente livre (dos seus meios de produção) que não podia ser absorvido pela

manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo. Não obstante, os que foram abruptamente arrancados de seu modo de vida habitual não conseguiram se ajustar à disciplina da nova situação. De tal modo, “converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias” (MARX, 1964, p.57).

No livro “Utopia” Thomas More retrata essa transformação histórica:

Assim, um só ambicioso e insaciável criador de carneiros, peste e praga de seu próprio país, pode abarcar num único campo milhares de braços de terra, fazendo com que uma quantidade de pequenos agricultores se veja escorraçados de seus bens. Uns saem enganados, outros são expulsos à força; todos, enfim, cansados de tantos vexames, se veem forçados a vender o que possuem. Esses infelizes - homens e mulheres, casais, órfãos, viúvos, pais com os filhos nos braços – vão partindo. Essas famílias pobres e numerosas, pois a terra reclama o trabalho de muitos braços, emigram, largam seus lugares, os lugares onde viveram, sem saberem para onde ir. Uma vez que não podem esperar por um bom comprador, vendem suas coisas - que na verdade não valem mesmo muita coisa - por uma ninharia. Quando as poucas moedas terminam - e terminam muito rapidamente enquanto vagam de forma errante de um lugar para outro - só lhes resta roubar e serem enforcados, como dizeis: segundo as justas regras (MORE, 2004, p. 18).

Ao retratar esse período de revolução agrícola e constituição do sistema capitalista na Inglaterra, Marx aponta à característica violenta como este modo de produção se conformou no espaço, da constituição de um proletariado livre dos meios de produção – nesse caso a terra – tendo o apoio do Estado com legislações violentas e desumanas.

Com isso, a terra como meio de produção e, dessa forma, também produto para servir aos objetivos e interesses capitalistas assume formas e conteúdos diversos. Diante disso, Lefebvre coloca o espaço no lugar da mercadoria na teoria marxista para demonstrar como este pode ser produzido e reproduzido. Ou seja, o novo modo de produção (a sociedade nova) se apropria e organiza para seus fins, o espaço preexistente, modelado anteriormente. “Modificações lentas penetram uma espacialidade já consolidada, mas às vezes a subvertem com brutalidade (caso dos campos e paisagens rurais no século XIX)” (LEFEBVRE, 2006, p. 13).

Os espaços como meios de circulação do capital, conforme já mencionado, não constituem um processo de produção de mais-valia, no entanto, a transformação do espaço pode reduzir o tempo de circulação e com isso uma renovação mais rápida do processo de produção. Os avanços nos meios de transporte e comunicação representam investimento de capital, tendo vista uma maior amplitude do mercado, bem como uma redução de custo.

Para Harvey (2005, p.50) o modo capitalista propaga a ideia de desenvolvimento de formas baratas e rápidas de comunicação e transporte, considerando a possibilidade do produto direto

possa ser realizado em mercados distantes e em grandes quantidades, bem como, a potencial abertura de novas esferas de realização para o trabalho impulsionadas pelo capital. Assim, “a redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaços novos para acumulação de capital”. Além disso, “a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução do custo de comunicação e transporte”.

Apesar disso, ainda que existam elementos que favoreçam a expansão do capital para mercados distantes, continua a possuir o efeito de aumentar o tempo de giro do capital. O tempo de giro, sendo, pois, igual ao tempo de produção mais o tempo de circulação, quanto mais longo o tempo de giro de determinado capital, menor é o rendimento anual da mais-valia. Dessa forma, qualquer redução no tempo de circulação aumenta a produção do excedente e intensifica o processo de acumulação. Ou seja, para o processo de acumulação do capital, o que importa não é a distância, mas a velocidade de circulação do capital (HARVEY, 2005).

Com isso, para que possa haver uma expansão geográfica do capital e ao mesmo tempo a continuidade constante do processo de produção, que não recomeça antes da transformação da mercadoria em dinheiro, é que surge o *sistema de crédito*. Ou seja, a necessidade de anulação do espaço pelo tempo, pode em parte ser resolvida com o surgimento do crédito (HARVEY, 2005). E de acordo com Marx, isso só ocorre no modo de produção capitalista, como uma forma de superar os limites do espaço.

De tudo o que foi dito, segue-se que a circulação aparece como processo essencial do capital. O processo de produção não pode ser recomeçado antes da transformação da mercadoria em dinheiro. A permanente continuidade do processo, a passagem desimpedida e fluente do valor de uma forma à outra, ou de uma fase do processo à outra, aparece como condição fundamental para a produção fundada sobre o capital em um grau muito diferente do que em todas as formas de produção precedentes. Por outro lado, ao mesmo tempo que é posta a necessidade dessa continuidade, as fases se dissociam no tempo e no espaço como processos particulares mutuamente indiferentes. Em consequência, para a produção fundada no capital aparece como algo contingente se a sua condição essencial é criada ou não, a saber, a continuidade dos diversos processos que constituem seu processo total. O crédito é a superação dessa contingência pelo próprio capital. (Ele tem ainda outros aspectos; mas esse aspecto se deriva da natureza imediata do processo de produção e, por isso, é o fundamento da necessidade do crédito.). Razão pela qual o crédito, em qualquer forma desenvolvida, não aparece em nenhum modo de produção anterior (MARX, 2011, p. 714-715).

De acordo com Harvey (2005, p. 58) Marx percebe uma tendência histórica do capitalismo em destruir e absorver modos não-capitalistas de produção, da mesma forma que os utiliza para criar novos espaços com a finalidade da acumulação de capital. O que acontece, de forma embrionária, com a simples penetração da forma dinheiro agindo com uma influência

desagregadora – “onde o dinheiro não é a comunidade, ele dissolve a comunidade” e “atrai novos continentes para o metabolismo da circulação”.

Assim, a forte relação que modo de produção impõe sobre o espaço, este pode refletir as mudanças que o sistema capitalista atribui para se manter e superar crises, tais como as provocadas pelo sistema de crédito, bem como as inovações ou revoluções da ciência (conforma denomina Marx). Estes eventos podem resultar em períodos de aceleração nos ritmos.

De acordo com Santos (1993) a aceleração pode ser definida como “momentos culminantes na História, como se abrigassem forças concentradas, explodindo para criarem o novo”. Afirma que a marcha do tempo é marcada por grandes perturbações aparentemente sem sentido, suscitando reações de admiração e/ou de medo frente ao inusitado, o que não é entendível facilmente.

Considerando esses aspectos e a construção teórica que envolve o exercício de olhar o espaço como uma produção da prática social, constituído de tensões, conflitos, intencionalidades, etc., a partir da interpretação de Henri Lefebvre. O espaço e o tempo para esse autor não podem existir em si mesmos, mas por meio da produção social. Ou seja, o espaço e o tempo se constituem de forma relacional, sendo assim, em cada sociedade específica estes são compreendidos no contexto específico sob fundamentos históricos distintos. De modo geral, os espaços produzidos, diferentemente dos espaços vazios, são passíveis de serem “lidos”, decodificados, decifrados (LEFEBVRE, 2006, p. 39).

Segundo Lefebvre (2006, p. 117) a produção e a reprodução do espaço social se realizam por meio da conexão com as forças produtivas (e as relações de produção). “As forças produtivas, ao longo de seu crescimento, não se desenvolvem num espaço preexistente, vazio, neutro ou somente determinado geograficamente, climaticamente, antropologicamente etc.”. A compreensão da dinâmica do espaço social está além dos aspectos tais como a natureza (o clima e o sítio), da história anterior e da “cultura”. Por outro lado, o espaço e o tempo constituídos, pelas forças produtivas não são resultado de um esquema causal. Na verdade, existem mediações e mediadores que se interpõem: grupos atuantes, razões no conhecimento, na ideologia, nas representações.

Para Lefebvre (2006, p. 118) o espaço social é uma construção com diversas fontes, para ele:

[...] Um tal espaço contém objetos muito diversos, naturais e sociais, redes e filões, veículos de trocas materiais e de informação. Ele não se reduz nem aos objetos que ele contém, nem à sua soma. Esses “objetos” não são apenas coisas, mas relações. Como objetos, eles possuem particularidades conhecíveis, contornos e formas. O trabalho social os transforma; ele os situa diferentemente nos conjuntos espaço-

temporais, mesmo quando respeita sua materialidade, sua naturalidade: de uma ilha, de um golfo, de um rio, de uma colina etc. (LEFEBVRE, 2006, P.118).

Apesar dessa multiplicidade de determinações do espaço produzido (e reproduzido), bem como as peculiaridades das sociedades específicas, Lefebvre aponta a forte influência que as forças produtivas (e as relações de produção) na representação desse espaço social. Com isso, ele indica uma triplicidade de contornos que formam os espaços sociais, numa dinâmica dialética. Sendo eles: a) a prática espacial; b) as representações do espaço; c) e os espaços de representação. Lefebvre (2006, p. 59) descreve-as da seguinte forma:

a) A prática espacial, que engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão. Essa coesão implica, no que concerne ao espaço social e à relação de cada membro de determinada sociedade ao seu espaço, ao mesmo tempo uma competência certa e uma certa performance; b) As representações do espaço, ligadas às relações de produção, à “ordem” que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações “frontais”; c) Os espaços de representação, apresentam (com ou sem código) simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte, que eventualmente poder-se-ia definir não como código do espaço, mas como código dos espaços de representação (LEFEBVRE, 2006, p. 59).

A forma como Lefebvre teoriza a produção do espaço pressupõe uma compreensão em três dimensões, ou, processos dialeticamente interconectados que são duplamente determinados e, da mesma forma, duplamente designados. Eles se referem à tríade da “prática espacial”, “representações do espaço” e “espaços de representação”. Por outro lado, paralelamente, eles se referem ao espaço “percebido”, “concebido” e “vivido”²⁵.

Em Lefebvre (2006, p. 67) os termos (percebido-concebido-vivido e “prática espacial”, “representação do espaço” e “espaço de representações”) se define por um efeito significativo de eco, de repercussão, de espelho.

Na visão de Schmid (2012) a dialética tridimensional de Lefebvre, se configura na possibilidade de que cada um dos conceitos (momentos) pode ser compreendido como uma tese, ao mesmo tempo, cada um se refere aos outros dois, permanecendo como mera abstração sem eles. Assim, essa figura triádica não se finda numa síntese, tal como acontece no sistema hegeliano. Ao contrário, liga três momentos, que permanecem distintos entre si, sem reconciliá-los numa síntese – três momentos que existem em interação, em conflito ou em aliança entre si.

²⁵Segundo Schmid (2012) esta série paralela aponta uma abordagem dupla do espaço uma fenomenológica e outra linguística ou semiótica. Para esse autor essa forma de compreender o espaço social é resultado de influências de Marx, Hegel e Nietzsche.

Essa interação e interdependência entre elementos constituintes das tríades e a dupla determinação destas, podem ser compreendidas de alguma maneira a partir de fragmentos da “Produção do Espaço” de Lefebvre (2006). Dessa forma, tendo a intenção de uma melhor apresentação didática, tentou-se uma sintetização dessas interações por meio do Quadro 2.3.

Quadro 2.3 – Tríades da produção do espaço em Lefebvre.

Dimensões	Prática Espacial	Representação do Espaço	Espaço de representação
Percebido	“Associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida “privada”, dos lazeres)”.	Busca compreender a prática espacial, ao mesmo tempo que impõe concepções, numa lógica de dominação.	De alguma maneira os espaços de representação (vivido), apreendem da prática social (percebido).
Concebido	Busca compreender a prática espacial, ao mesmo tempo que impõe concepções, numa lógica de dominação.	Aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido (o que perpetua as sábias especulações sobre os Números: o número de ouro, os módulos e “canhões”).	Supõem uma predominância sobre o vivido, afluindo tensões e incoerências.
Vivido	De alguma maneira os espaços de representação (vivido), apreendem da prática social (percebido).	Supõem uma predominância sobre o vivido, afluindo tensões e incoerências.	“o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos”.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Lefebvre (2006, p. 65-66).

Segundo Lefebvre (2006), as **representações do espaço** entram na **prática social** e política, estabelecendo relações entre os objetos e as pessoas no **espaço representado** seguindo uma lógica que os faz, em algum momento, explodir, tendo em vista a falta de coerência. Por outro lado, os espaços de representação, sendo, pois, mais vividos do que concebidos, não fogem jamais à coerência, não mais que à coesão. Considerando estes penetrados de imaginário e de

simbolismo, têm por origem a história, de um povo e a de cada indivíduo pertencente a esse povo. Já, os ditos donos do conhecimento, os etnólogos, os antropólogos, os psicanalistas estudam, tendo consciência ou não, desses espaços de representação, com frequência deixam de confrontá-los com as representações do espaço que coexistem, conciliando-se ou neles interferindo, dessa forma, negligenciando ainda mais a prática espacial.

Por isso, esse autor afirma que talvez seja necessário ir além e reconhecer que os produtores do espaço sempre agiram segundo uma representação, ao passo que os “usuários” suportam o que se lhes é imposto, mais ou menos inserido ou justificado em seu espaço de representação. Nesse ínterim, argumenta sobre o papel da ideologia, que segundo ele, “uma *representação do espaço* pôde misturar ideologia e conhecimento no interior de uma prática (sócio-espacial). Assim, tipicamente, a perspectiva clássica. Do mesmo modo, hoje em dia, o espaço dos planejadores, aquele da localização que atribui a cada atividade um lugar pontual” (LEFEBVRE, 2006, p. 74).

Dado esse contexto, Lefebvre (2006, p. 70) acredita que a análise dos espaços de representação pode ser frutífera podendo receber diversas qualificações (direcional, situacional, relacional). Segundo o autor, este “se vê, se fala; ele tem um núcleo ou centro afetivo, o Ego, a cama, o quarto, a moradia ou a casa; - a praça, a igreja, o cemitério. Ele contém os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas, portanto, implica imediatamente o tempo”. No entanto, um estudo nesse sentido, necessitaria uma reconsideração da história, não apenas a história do espaço, mas as das representações, bem como a dos laços entre elas, com a prática, com a ideologia. Dessa maneira, “uma tal história comportaria, por conseguinte, a gênese desses espaços, mas sobretudo de suas conexões, distorções, deslocamentos, interferências e de seus laços com a prática espacial das sociedades (modos de produção)”.

2.6.1 Território como espaço apropriado, dominado e usado

De modo geral, até aqui, foram abordadas as ideias de espaço, como **espaço produzido** (Henri Lefebvre) e **espaço usado**²⁶ (Santos), partindo de uma mesma lógica dialética do espaço como

²⁶Santos não fala em espaço usado, na verdade ele utiliza o termo, *território usado*, no entanto, tendo em vista o vínculo estreito entre os dois elementos analíticos, foi considerado que como o território tornar-se concreto no espaço, conseqüentemente para que o território seja usado, seu espaço também deve ser. Por uma questão de confrontação entre as duas perspectivas – Lefebvre e Santos – acredita-se ser interessante utilizar essa denominação. Porém, não se deve entender espaço e território como sendo sinônimos.

mercadoria e por isso, também, refletindo sua integração ao processo produtivo, principalmente ao considerar este o berço da natureza de onde o homem extrai a mercadoria por meio do trabalho. Dessa forma, após apresentar a concepção de espaço-tempo e temporalidades e do espaço produzido, se faz necessário retomar o elemento principal: *o território*.

A concepção de território, de modo geral, evoca vários aspectos, dentre eles, os de fronteira, identidade, cultura, historicidade, ordenamento e etc. De maneira bem despretensiosa, com base em Raffestin, afirmou-se no início do capítulo que o espaço é a base que dar origem ao território, que o espaço é tornado território a partir da ação do ator, que o transforma, o modela, tendo como sustentação a sua forma originária, natural. Porém, o território como conteúdo de um espaço não se estabelece em quaisquer espaços. Tanto para Lefebvre, quanto para Santos, o espaço do território (ainda que Lefebvre não trate diretamente desse termo), é **o território usado, apropriado e dominado**. Na abordagem lefebvriana o apropriado supõe, de alguma maneira, uma certa espontaneidade, já o dominado, ao contrário, se desenvolve pelo orquestramento. Em termos gerais Santos (2001) evoca a historicidade sobreposta no território, para ele as determinações do sistema capitalista se instauram sob o território usado, numa dupla perspectiva: como resultado do processo histórico e como aspirações para novas bases materiais e sociais das ações humanas do momento atual (SANTOS, 2000).

No sistema capitalista de produção a espontaneidade é algo raro, não há no ciclo da mercadoria um vislumbre que não esteja arquitetado a fim de garantir o lucro. No entanto, esse mesmo sistema se torna dependente de aspectos e variáveis que não pode controlar totalmente, ainda que o tente a todo custo. Lefebvre, nesse sentido, chama atenção a realidade social e espacial da mercadoria:

A mercadoria, com suas implicações (as redes de troca, a moeda e o dinheiro) se concebe como uma componente da existência social (prática), como um formador do espaço. Ela não tem, “em si”, tomada à parte, mesmo à escala mundial, a capacidade de existir socialmente (praticamente). E é a este título que ela permanece uma abstração, mesmo dotada de uma potência terrível, quase mortal, como coisa. O “mundo da mercadoria” não pode existir por si mesmo. Para existir, ele precisa de um trabalho. Ela resulta de uma atividade produtiva. Toda mercadoria é um produto (aquele de uma divisão do trabalho, de uma técnica, de um gasto de energia, em suma, de uma força produtiva). A este título ainda, o conceito exige uma espacialização para atingir o concreto. À mercadoria, é necessário também o espaço (LEFEBVRE, 2006, p. 464).

Dessa forma, o espaço é uma variável significativa para o modo de produção capitalista moderno, é por meio dele que é produzida a mais-valia. Os meios de produção e as forças produtivas que o modo produtivo utiliza está na terra, no subsolo, no ar e na luz acima do solo, o próprio meio urbano, das redes múltiplas de comunicação e de trocas, faz parte dos meios de

produção. As várias instalações das cidades, tais como correios, estradas de ferro, mas também depósitos e entrepostos, transportes e serviços diversos, são capital fixo, sendo também produzidos (direta ou indiretamente) por esse próprio sistema. “A divisão do trabalho penetra o espaço inteiro (e não somente “o espaço de trabalho”, aquele das empresas). O espaço inteiro é consumido produtivamente, da mesma maneira que os edifícios e locais industriais, as máquinas, as matérias-primas e a própria força de trabalho” (LEFEBVRE, 2006, p. 470-471).

Compreendemos também o território a partir das concepções de Lefebvre (2006) como espaço dominado e apropriado. Para este autor o espaço tornar-se dominante e dominado quando o espaço natural passa por um processo de mediatização (subsunção) por meio de uma técnica e uma prática social. Dessa forma, interpreta-se o território como espaço dominado e apropriado, principalmente, considerando que de alguma maneira existem diversificações quanto a predominância desses tipos de transformações do espaço natural. Por conseguinte, Lefebvre (2006, p. 229) afirma que “os lugares diversificados tanto se opõem, quanto se completam ou se assemelham”.

Porém, a distinção desses tipos de transformações do espaço natureza, que se configura na formação do território propriamente dito, é de grande relevância quando se quer entender a dinâmica de formação e a identificação de categorias analíticas, que promovem (alterações) tanto a partir da constituição como das alterações mais radicais do espaço original.

Lefebvre (2006) de imediato aponta a tecnicidade como fator de dominação, no entanto, o que para este autor, torna realmente um espaço dominado (ou dominante) é o poder político, antecedendo na história e no histórico qualquer aspecto somente técnico. Segundo ele:

A arquitetura militar, as fortificações e muralhas, os trabalhos de diques e de irrigação, mostram numerosos e belos exemplos de espaço dominado. Obra no sentido do trabalho mais do que obra no sentido artístico [*Ouvrage* em vez de obra], e não ainda “produto” na acepção estreita, moderna e industrial, o espaço dominante resulta de projetos de um mestre (LEFEBVRE, 2006, p. 231).

Ou seja, existe uma intencionalidade, que se desdobra através do poder político, na forma de planejamento orquestrado com uma finalidade estabelecida anteriormente, e utilizando uma técnica própria para esse sentido. De acordo com esse autor, “para dominar o espaço, a técnica introduz num espaço anterior uma forma, o mais frequente uma forma retilínea, retangular (a malha, o quadriculado)”. Há uma brutalização da paisagem, por exemplo, com a inserção da autoestrada, que corta, tal como uma grande faca o espaço. Sendo assim, “o espaço dominado geralmente é fechado, esterilizado, vazio”, tomando sentido ao se opor a ideia de espaço

apropriado, o qual é indissociado, no entanto, com ele estabelece uma permanente dialética no território (LEFEBVRE, 2006, p. 231).

O espaço apropriado é também uma transformação do espaço natural, contudo, ocorre de forma mais espontânea, “para servir as necessidades e as possibilidades de um grupo²⁷”. Não tendo por condição necessariamente a posse, ou seja, a propriedade, é passível de legibilidade por meio da simples observação do espaço, tendo em vista a forma como estes transbordam o percebido e o vivido, ainda que não seja sempre possível dizer em que e como, por quem e para quem, eles foram apropriados. Esses espaços apropriados são legíveis por meio das construções, monumentos, edifícios, tal como:

As casas camponesas e os vilarejos falam e contam como um relato murmurado e um pouco confuso, a vida dos que os construíram e os habitaram. Tanto eles apresentam (carregam) a marca. Um iglu, uma palhoça, uma casa japonesa, têm tantas qualidades expressivas quanto uma casa normanda ou provençal. O espaço do habitar abrange o de um grupo (de uma família, geralmente grande) e o de uma comunidade (fracionada em castas ou classes, que tendem a quebrá-la). O espaço privado se distingue do espaço público, sem dissociação (LEFEBVRE, 2006, p. 232).

Dessa forma, pensando numa possibilidade de ilustração perfeita da visualização do que seriam, no território, resultado do espaço dominado e apropriado, Lefebvre (2006) aponta a ideia de espaço externo, o da comunidade, como o dominado e o espaço interno, apropriado, como a vida familiar. Sendo, pois, o espaço apropriado (interno, refletido nas construções, *habitat* de uma prática social de um pequeno grupo ou família) uma expressão concreta, própria de um tempo e um ritmo de vida com funcionalidades que não existem mais (deixaram de existir juntamente com o grupo), no entanto, estão incluídos no território.

Assim, por que o espaço dominado e apropriado estaria numa dinâmica dialética permanente? Lefebvre (2006) afirma que o curso natural seria a convivência “pacífica” entre esses dois tipos de transformação do espaço, no entanto, a prática social baseada na acumulação (a história da acumulação) é, por conseguinte, em si mesma, a prática histórica da ruptura, pelo qual o dominante prevalece. De início o devir aponta para uma supremacia de espaços apropriados, o que resultou nos transbordamentos legíveis da choupana, do iglu, da casa do camponês e etc. Porém, com o aumento do papel das forças armadas, da guerra, do Estado e do poder político, os espaços de dominação passaram a submeter os espaços de apropriação. Segundo esse autor,

A oposição ‘dominado-apropriado’ não se limita ao discurso; não se trata de uma simples oposição significativa. Ela dá nascimento a uma contradição, a um movimento conflitual, que se desenvolve até a vitória opressiva de um dos termos: a dominação até a redução extrema de outro termo: a apropriação. Sem que esta última

²⁷Lefebvre (2006, p. 231).

possa desaparecer. Ao contrário: a prática e a teoria proclamam sua importância, reclamando a restituição (LEFEBVRE, 2006, p. 233).

Nesse sentido, é possível afirmar que o poder político e a tecnicidade se sobrepõem espacialmente sobre a concretude das construções familiares, que revelam temporalidade, cultura, pertencimento, ancestralidade, etc., numa dinâmica dialética, concernente com a sociedade baseada na acumulação.

No caso específico dos povos indígenas que habitavam o solo brasileiro, havia uma apropriação do território, que foi dominado pelos recém-chegados portugueses, desde o início rompendo com a possibilidade de uma convivência entre o espaço apropriado e o dominado, pois já havia um plano específico para este território. Havia um estrutura econômica predominante pré-capitalista, caracterizada pelo imperialismo e pela dinâmica colonial. Havia um tratado (*Tordesilhas*) totalmente desconhecido dos habitantes originários. No entanto, aquele espaço já repartido no processo imperialista, apropriado pelos seus habitantes, passa verdadeiramente a ser território a partir do seu uso, ou seja, quando passa a ter um valor de uso, sendo desse modo dominado, e conseqüentemente, produzido, conforme nos diz Lefebvre (2006, p. 471) a realização da mais valia se desterritorializa, conforme a necessidade do projeto de lucratividade.

De tal maneira, esse espaço produzido, tal como meio de produção, como elemento integrado ao processo produtivo no circuito do capital e por isso sendo contido por diversos objetos técnico, figura de maneira concreta coexistindo com objetos técnicos, com formas distintas advindos de outros processos produtivos, com velocidades e ritmos de vida desigual.

Santos, no entanto, afirma que o território não é somente “o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas”; e por isso precisa ser compreendido como o *território usado*, não o território em si. Para esse autor, o território usado “é o chão mais identidade”. Ou seja, indo além da aparência, o território visto como usado, revela uma identidade que se fundamenta no sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. É nele que onde se fundamenta o trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. Com isso o *território usado* seria a verdadeira categoria de análise, pois é nele que se estabelecem a ideia de nação, de Estado nacional, se aprofundando por meio da integração do lugar com aqueles que nele fazem suas histórias. Abarcando esse pensamento, Santos retoma a célebre frase de Winston Churchill: “Primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem” (SANTO, 2006, p. 96; 2007, p. 14).

A perspectiva do território, por meio do vislumbre como *território usado*, modifica-se, pois, estabelece relações e imbricações na essência da sua constituição, tornando muito mais concreta a análise e a percepção dos mecanismos que o tornam o que é. De alguma maneira, estabelece uma “humanidade” naquilo que era percebido apenas como inerte. Assim, fazendo uma comparação bastante simplória, é como se o território deixasse de ser apenas uma mesa com dimensões específicas, traçada para uma determinada utilidade e função técnica de alocação de objetos e/ou alimentos e passasse a ser percebida como local de encontro familiar, de troca de histórias, de hierarquia próprias de um modo de vida (tal como local onde senta o patriarca, em algumas sociedades), onde surgissem marcas, manchas retratando não somente temporalidade, mas substância e sentimentos além da aparência.

Nesse sentido, Santos afirma que:

O território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força. Este território não tem forçosamente a mesma extensão através da história. Mas em um dado momento ele representa um dado fixo. Ele se chama espaço logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo – inclusive a situação atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitiva. É o uso deste poder que, de resto, determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação do território (SANTOS, 2004, p. 233).

O território usado apresenta-se como tal tendo em vista a ação de seu povo, no modo de vida desses, e conseqüentemente na maneira como se relaciona com a natureza e de como dela extrai suas necessidades, conforme as regras estabelecidas pelo modo de produção de determinada sociedade. Em razão disso, Santos enfoca e insiste na categoria de análise *território usado*, considerando as relações sociais pela qual a dialética vai realmente ocorrer.

O marxismo vendeu, e vendeu bem, algumas ideias que eu próprio escrevi na minha maturidade, também repetindo o *mainstream* marxista. Uma delas é a relação sociedade–natureza que abunda na literatura que nos concerne como “territoriólogos”. Mas onde é que se encontra essa relação sociedade–natureza? Será que há realmente essa dialética sociedade–natureza? Eu creio que não. A dialética somente se realiza a partir da natureza valorada pela sociedade; é aí que começa a dialética. A sociedade não atua sobre a natureza em si. O entendimento dessa ação é o nosso trabalho e parte do valor que é dado àquele pedaço de natureza – valor atual ou valor futuro (SANTOS, 1999a).

Com isso, a luz da teoria do valor marxista (fonte donde tanto Lefebvre como Santos extraíram suas ideias), pode-se afirmar que o território vai se configurar como tal, ultrapassando a sua base espacial, a partir do momento que o sistema produtivo predominante compreenda que este possui valor de uso. Segundo Marx (2013, p.158), “os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”, na sociedade capitalista constituem

ao mesmo tempo os suportes materiais do valor de troca. O território como detentor de valor de uso e sujeito a troca (principalmente no âmbito da sociedade globalizada), concebido como meio e/ou insumo no circuito do capital, padece dos processos da dinâmica desse modo de produção.

Sendo assim, aquilo que anteriormente, não representava nenhuma significância em termos de valor, ainda que existisse enquanto espaço da natureza, não sendo objeto de tensão, pode em algum momento passar a ter valor de uso, a depender do sistema produtivo, da tecnologia e do aparato político. Esses processos geram os fenômenos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, bem como o ordenamento e a hierarquia dos territórios de modo geral e também, ou principalmente, o conflito.

A colonização da América é um exemplo interessante para ilustrar a concepção de valor de uso do território. Tanto Prado Jr. (1998) como Furtado (2004) descrevem o caráter inicial da formação do território brasileiro (da América de modo geral), como resultado da expansão comercial, mas principalmente pela necessidade de mudança de rota das navegações para Índia. Porém a ocupação de fato das terras, ocorre segundo Furtado (2004, p. 27) por “consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias” que defendiam o princípio de que portugueses e espanhóis teriam direito apenas das terras que estivessem de fato ocupadas. O esforço de Portugal para manter as terras do Brasil, concentrou-se na possibilidade de encontrar ouro no seu interior, principalmente considerando que os espanhóis “toparão desde logo nas áreas que lhes couberam com os metais preciosos, a prata e o ouro do México e do Peru” (PRADO JR, 1998, p. 17). Ou seja, o que determinou a ocupação foi a possibilidade de que a terra de Santa Cruz representasse um valor de uso maior.

Santos e Silveira (2006) autores que tratam desses fenômenos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, fazem referência a inúmeros aspectos que permeiam a compreensão da dinâmica capitalista no território, com o advento de novos meios geográficos (tais como a fragmentação produtiva), que abarcam novas formas geográficas materiais, funções sociais, jurídicas e políticas impregnadas de ciência, técnica e informação. De tal maneira, tornar-se, segundo eles, indispensável a análise de situações como povoamento relacionados a ocupação econômica, conseqüentemente sistemas de movimento de homens, capitais, produtos, mercadorias, serviços, mensagens, ordens. Com isso, a história da fluidez do território, resultado da aceleração de processos, que geram aglomerações cada vez maiores, impactado por um peso também maior do mercado externo na vida econômica do país

orientando mobilidade de pessoas, criação de infraestruturas, serviços e formas de organização do trabalho com base na dinâmica internacional. Esses autores afirmam que:

O peso do mercado externo na vida econômica do país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infraestruturas, serviços e formas de organização do trabalho voltados para o comércio exterior, uma atividade ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos, para desenvolver essas funções. Isso não se faz sem uma regulação política do território e sem uma regulação do território pelo mercado. É desse modo que se reconstruem os contextos da evolução das bases materiais geográficas e também da própria regulação. O resultado é a criação de regiões do mandar e regiões do fazer.

Nesse arcabouço levamos em conta tanto as técnicas que se tornaram território, como sua incorporação ao solo (rodovias, ferrovias, hidrelétricas, telecomunicações, emissoras de rádio e TV etc.), como os objetos técnicos ligados à produção (veículos, implementos) e os insumos técnicos-científicos (sementes, adubos, propaganda, consultoria) destinados a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 21-22).

Nesse sentido, pode-se considerar o estudo realizado por Brandão (2010) em relação a formação do território do Oeste Baiano, no qual o autor aponta as transformações ocorridas no período de 1827 à 1985, saindo de uma relação denominada como apropriação por Lefebvre e de meio natural, segundo Santos, para um modelo capitalista agroindustrial exportador se constituindo como meio técnico-científico e informacional. O processo histórico que promoveu a dinamização do Oeste Baiano segundo esse autor se deu por meio da técnica, impulsionado pelo governo com a criação da primeira companhia de navegação a vapor do Rio São Francisco e a sua integração a estrada de ferro Salvador-Juazeiro. Além de outros diversos fatores apontados pelo estudo, o autor indica como dois principais fatores o que vem a ser hoje esse território, em termos de valor, o lançamento da segunda etapa do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER II) do Governo do Estado em parceria com uma entidade japonesa e a implantação da Estação Experimental Agrícola da Cooperativa Cotia, nas proximidades de Mimoso do Oeste, no qual foram plantadas as primeiras mudas de grãos. Esse processo demonstra as várias relações e interações que envolvem a formação do território e a construção de valor de uso conduzido pelo poder político e parcerias internacionais.

Retomando Lefebvre (2006) pode-se fazer um paralelo com essa argumentação analítica na percepção do capitalismo como um sistema produtivo de reverter processos, reinventando caminhos. “No e pelo espaço, a obra pode atravessar o produto, o valor de uso dominar o valor de troca: a apropriação, reinvertendo o mundo ao avesso pode (virtualmente) dominar a dominação, o imaginário e o utópico integrando o real (integrando-se ao real)” (LEFEBVRE, 2006, p. 472). De tal maneira, fazendo referência a Marx, Lefebvre afirma que todo o conjunto de ferramentas, máquinas, edifícios, matérias-primas, que representam o capital constante e

consequentemente trabalho morto se cristaliza e da condição para novas atividades. Ou seja, o conhecimento atual, por meio do trabalho, retoma aquilo que é resultado passado e o vivifica.

Assim, Lefebvre (2006, p. 473) apresenta uma síntese das categorias do espaço social²⁸, que de alguma maneira podem colaborar na compreensão do território e suas dinâmicas, essas:

a) *figura entre as forças produtivas* da mesma maneira que a natureza inicial, que ele desloca e suplanta; b) *aparece como um produto privilegiado*, ora simplesmente consumido (deslocamentos, viagens, turismo, lazeres) como uma vasta mercadoria, ora consumido produtivamente da mesma maneira que as máquinas, nas aglomerações urbanas, como dispositivo produtor de grande envergadura; c) *demonstra-se instrumental politicamente* permitindo o controle da sociedade, e ao mesmo tempo meio de produção por seu “ordenamento” (a cidade e a aglomeração urbana não sendo já mais somente obras e produtos, mas meios de produção pelo habitat, pela manutenção da força de trabalho, etc.); d) *sustenta a reprodução das relações de produção e de propriedade* (propriedade do solo e do espaço, hierarquização dos lugares, organização das redes em função do capitalismo, estruturas de classe, exigências práticas); e) *equivale praticamente a um conjunto de superestruturas institucionais e ideológicas* não apresentadas como tais: simbolismos, significações e sobresignificações — ou ao contrário neutralidade aparente, insignificância, espoliação semiológica e vazio (ausência); f) *contém virtualidades*, aquelas da obra e da reapropriação, sobre o modo da arte primeiro, mas sobretudo segundo as exigências do corpo, “deportado” para fora de si no espaço, resistindo e em consequência impondo o projeto de um outro espaço (seja espaço de uma contra-cultura, seja contra-espaço ou alternativa primeiro utópica ao espaço “real” existente) (LEFEBVRE, 2006, p. 473).

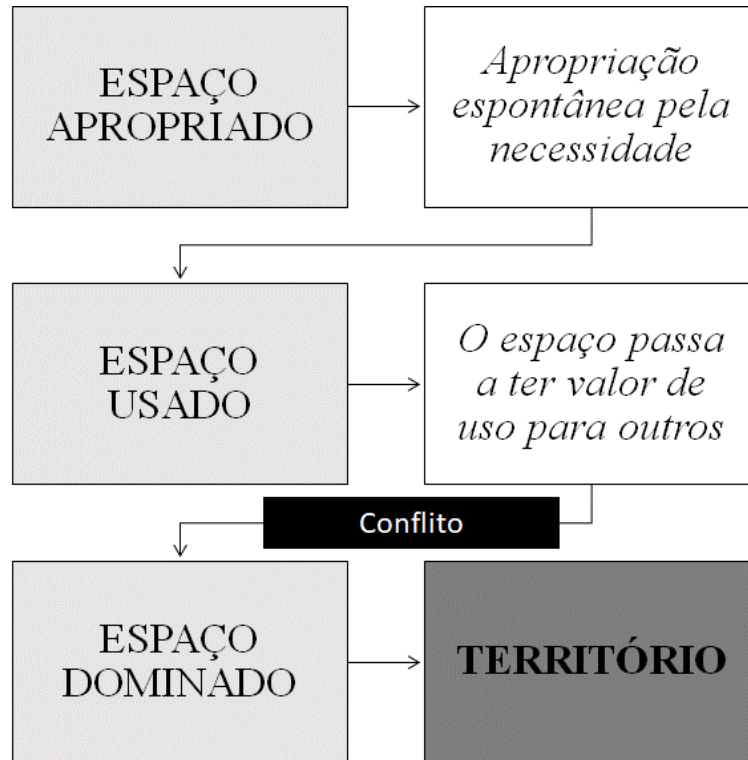
Colaborando com esse entendimento do espaço social e sua significação no sistema capitalista, Santos (2007), ressalta a capacidade que esse modo de produção tem de transformar o valor de uso em valor de troca. Segundo ele, o papel da troca ganha uma enorme mudança na história dos lugares e do mundo, deslocando da primazia o papel do uso, expandido o comércio internacional e o interno. Sendo basilar compreender essa dinâmica capitalista a fim de entender as mudanças que ocorre no mundo, bem como para produzir possibilidades de interpretação do que existe como algo mecânico, imediato entre o grupo e o seu entorno, entre o homem e o que resta da natureza.

Dessa forma, o território, espaço social, carrega em si aspectos e características que o tornam *sui generis*, no âmbito do modo de produção dominante, principalmente na sua significância atual de eliminação do espaço pelo tempo, globalização e fragmentação produtiva. Consequentemente, o território usado, produzido (apropriado e dominado) figura como um elemento de contradição principalmente por conter temporalidades, profundidades que se

²⁸Está considerando-se a perspectiva de espaço produzido como território, tendo em vista a ideia de território usado de Santos (1994).

tencionam – espaço apropriado frente á necessidade crescente de dominação do espaço pelo capital (Figura 2.1).

Figura 2.1 – Dinâmica de territorialização espaço



Fonte: Elaborado pela autora.

Ademais das concepções inter-relacionadas e os aspectos que configuram o território, a dinâmica que lastreia toda argumentação é a concepção de território como elemento de valor de uso. Porém, não é apenas o meio de disputa, dado o seu valor de uso, mas também dada a sua profundidade, exatamente por ser território usado. Tal característica, perante o sistema de produção dominante torna-se resistência, barreira para a imposição de sua dinâmica no espaço, considerando as articulações geradas por processos históricos que evocam a tradição, a cultura, ou seja, a racionalidades distintas, formando também articulações de manutenção e preservação, gerando o conflito.

2.6.2 Profundidade do território

A concepção de profundidade do território a partir da ideia de território usado, nos remete a um conceito de grande relevância para a correlação temporal que se busca estabelecer para compreender os conflitos. A priori parte-se da hipótese de territórios mais profundos tendem a gerar efeitos friccionais ao desenvolvimento do sistema capitalista de produção no espaço. Com isso, apoiando-se numa base teórica de pensamento no que toca o tema de espaço e tempo, sua perspectiva enquanto território e a integralidade a totalidade espacial – visto a globalização e a fragmentação produtiva –, deve-se por hora questionar-se: que profundidade territorial é essa que poderia frear o avanço do sistema predominante? Tomando como base este questionamento, é que busca-se compreender a dinâmica conflitiva do território.

Resgatando uma assertiva supra citada de Konder (2008), a qual afirma que o movimento da totalidade ocorre essencialmente devido ao movimento da história marcada por superações dialéticas, nas quais, em todas as grandes mudanças, ocorre uma negação mas, também engendra uma preservação (e uma elevação em nível superior) do que era estabelecido, em síntese introduzimos a percepção de território como espaço-temporal mais identidade. Assim, o território usado, a categoria analítica em si, segundo Santos (2001, p. 104-105), “constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. [...] convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e mundo”. Ou seja, esse todo complexo, imbricado, em seus vários objetos de eras diferentes marca a concepção de profundidade.

Lefebvre (2006, p. 323) indica que as várias dimensões do espaço não coincidem diretamente com as do espaço abstrato. Os três níveis, superfície, altura e profundidade, colocados como horizontalidades, verticalidades e *inundo* (profundidade), se afetam no espaço absoluto, porém, de maneira diversas. No caso da altura a verticalidade recebe um sentido privilegiado de modo total, às vezes, no saber, poder, dever. No entanto, esse sentido varia com as sociedades e as culturas, ainda que represente potência. Diante disso, a dimensão horizontal do espaço simboliza a submissão. E o subterrâneo a morte, que de outro modo, pode ser compreendido como os resíduos, objetos técnicos de eras, tidas como mortas.

Sendo assim, pode-se intuir que a profundidade territorial que se está tratando revela-se pela temporalidade nas suas várias disposições econômicas, políticas e culturais, ou seja, na história da sua formação enquanto chão e identidade. Considerando, que como afirma Lefebvre,

nenhum lugar pode ser percebido como “puro”. De fato, Bourdieu (1979), afirma que o novo sistema de disposições não é elaborado no vazio, longe disso, se constitui por meio das disposições costumeiras que sobrevivem ao desaparecimento e degradação de suas bases econômicas, sendo apenas possível uma adaptação às novas exigências por meio de uma transformação criadora (avanço tecnológico). A partir dessa lógica, é que podem se vislumbrar conflitos, considerando que conforme afirma esse autor, discordância entre os *habitus* e as estruturas da economia são tão grandes quanto possível. “Por não se transformarem no mesmo ritmo das estruturas econômicas, disposições e ideologias correspondentes a estruturas econômicas diferentes, ainda atuais ou já caducas, coexistem na sociedade global e por vezes nos mesmos indivíduos” (BOURDIEU, 1979, p. 16).

Bourdieu (1979, p.69-70) no estudo realizado em uma economia tradicional no sul argelino, na qual manteve-se intacta, dois aspectos foram apontados no processo de devir histórico: a hierarquia e a função do trabalho. No caso da hierarquia de grupo, o chefe da família, ou clã é geralmente o mais idoso. [...] “sua autoridade é apoiada nos fundamentos tradicionais e permanece absolutamente independente de sua contribuição à vida econômica do grupo, permanecendo os outros membros da família numa relação de dependência, qualquer que seja sua contribuição efetiva”. Na economia capitalista a autoridade é exercida pelo que mais contribui com a economia doméstica, seja ele filho ou neto. Nesse caso, Bourdieu, afirma que de modo geral, ainda que a autoridade do patriarcado seja cada vez mais rara, é mais facilmente aceita em meio rurais, haja vista, que a penetração do espírito monetário aí seja menos profunda e as atitudes correlativas menos largamente propagadas.

Em relação a função do trabalho em sociedades tradicionais, Bourdieu afirma que:

Uma sociedade que, como a sociedade camponesa, atribui-se o dever de dar trabalho a todos os membros, que, ignorando a noção de trabalho produtivo ou lucrativo e, ao mesmo tempo, a raridade do trabalho, exclui a consciência do desemprego, pode estimar a possibilidade de que sempre há algo a fazer para quem quer fazer alguma coisa e tratar o trabalho como um dever social, a ociosidade como uma falta moral. Identificando-se” [...] ainda que a sociedade camponesa nunca dissocie a função social e a função econômica da atividade, opera-se uma distinção entre essas duas funções, entre o trabalho no sentido de atividade produtiva e lucrativa, e o trabalho como maneira de preencher suas obrigações para com o grupo (BOURDIEU, 1979, p. 64-66).

Se no modo de produção predominante o desemprego é problema econômico, na economia camponesa na qual se ignora a concepção de trabalho produtivo, o trabalho é entendido como um dever social, aliado a uma concepção de moral na sua função social, para com o grupo e/ou família. Com isso, ao mesmo tempo que aumentam os níveis de adaptação à economia

capitalista, bem como ao grau de assimilação das disposições correlativas, aumenta-se a tensão entre normas tradicionais (que impõem deveres de solidariedade para com a família numerosa) e os imperativos de uma economia individualista e calculadora (BOURDIEU, 1979, p. 75).

Convém, pois, fazer algumas considerações para a melhor compreensão da construção teórica que se busca, entendendo como extremamente válido resgatar a concepção de *devir* para enfim dar conta do espaço-tempo e o território. Chauí (2010, p. 135) conceitua o *devir* como “processo de surgimento, mudança e perecimento dos seres; transformação, fluxo permanente como uma lei geral do Universo”. O *devir*, como um fluxo universal surge em Heráclito de Efésio, o filósofo obscuro, na Antiguidade, um pré-socrático, que afirmava que: “Aos que entram nos mesmos rios outras águas afluem; almas exalam do úmido”²⁹. Significando que para ele todas as coisas se movem e nada permanece imóvel. E, ao comparar os seres com a corrente de um rio, afirma que não poderia entrar duas vezes num mesmo rio, pois as águas nunca são as mesmas e nós nunca somos os mesmos (COLEÇÃO OS PENSADORES, 2000).

Hegel em a *Fenomenologia do Espírito* aponta uma concepção de devir constituída na síntese dialética do ser e do não ser, considerando, pois, que tudo o que existe é contraditório estando, por isso mesmo, sujeito a desaparecer (o que constitui um elemento constate de renovação). Segundo Hegel a filosofia tem que “pensar a vida”, quer dizer, pensar a história, o devir dos homens e das sociedades. Dessa maneira, a historicidade entra tal como a dimensão fundamental do real e o devir se torna a verdade mesma do Ser. “O pensamento posterior é dominado por essa ampliação do campo da racionalidade: daí ser chamado dialético” (HILTON; MARCONDES, 2008, p. 72).

O *devir histórico* de Marx tem por base as determinações históricas da relação do homem com a natureza e com os meios para manutenção da vida. Para o autor, toda a “historiografia deve partir desses fundamentos naturais e sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história”. Ou seja, é possível distinguir o homem dos animais a partir do momento que este começa a produzir seus meios de vida, ao passo que ao produzir seus meios de vida, o homem, indiretamente produz sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2007, p. 87). Ainda segundo Marx:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam

²⁹Fragmentos (Sobre a natureza).

sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Com isso, o homem se relaciona com a natureza para manutenção de sua vida, utiliza instrumentos para retirar da natureza a matéria necessária para sua sobrevivência, e assim, ele exterioriza o nível de desenvolvimento através desse modo de produção, predominante, em determinada época. Ou seja, é possível identificar o nível de desenvolvimento do modo de produção de nações específicas a partir das funções que exercem na divisão do trabalho. Marx (2007, p. 89) afirma ainda que “a divisão do trabalho no interior de uma nação gera, antes de mais nada, a separação entre trabalho industrial e comercial, de um lado, e trabalho agrícola, de outro; e, com isso, a separação entre a cidade e o campo e a oposição de seus interesses”.

Desse modo, a relação das forças produtivas com o espaço, que é seu *habitat*, de alguma maneira faz surgir vínculos fortemente direcionados pela construção histórica do homem que sobrevive por meio da relação com a natureza em prol da sua sobrevivência, o que de algum modo transforma o espaço em território usado. As determinações históricas e o progresso tecnológico impõem o nível pelo qual o homem intervém na natureza e o grau de dependência para com ela. O que conseqüentemente também impõe relações sociais conforme o modo de produção. De tal maneira, Marx e Engels (2007, p. 89) com relação a divisão do trabalho afirma que:

A posição dessas diferentes subdivisões umas em relação às outras é condicionada pelo modo como são exercidos os trabalhos agrícola, industrial e comercial (patriarcalismo, escravidão, estamentos, classes). As mesmas condições mostram-se no desenvolvimento do intercâmbio entre as diferentes nações.

As diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho significam outras tantas formas diferentes da propriedade; quer dizer, cada nova fase da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho (MARX; ENGELS, 2007, p. 89).

Nesse caso, Marx demonstra que a interação do homem com a natureza, também promove interação social com outros homens conforme os níveis de divisão do trabalho que dependem do grau de desenvolvimento do modo de produção. Essas relações sociais entre as forças produtivas, os meios produtivos e a natureza imprimem níveis de hierarquia, vínculos entre os indivíduos e formas de propriedade.

De acordo com Santos (1999b, p. 6) a abordagem da teoria da história de Marx e Engels:

Parece haver acordo quanto ao fato de que a vida social, tomada como um todo, se caracteriza pela incessante renovação das forças produtivas e das relações de

produção, isto é, dos modos de produção. Cada modo de produção constitui uma etapa na produção da história e se manifesta pelo aparecimento de novos instrumentos de trabalho e novas práticas sociais. Como produzir e produzir espaço são sinônimos, a cada novo modo de produção (ou a cada novo momento do mesmo modo de produção) mudam a estrutura e o funcionamento do espaço (SANTOS, 1999b, p. 6).

Logo, a estrutura social e o Estado são resultados frequentes do processo de vida de indivíduos determinados historicamente (condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas), como realmente são, não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia. Como atuam, como produzem materialmente e, portanto, como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio. As ideias que se formulam a partir de representações, da consciência, estão, pois, entrelaçadas com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real (MARX; ENGELS, 2007, p. 93).

Considerando, pois, essa relação direta do homem com a maneira como sobrevive e as diversas conexões provenientes desse modo de vida, Marx, no âmbito do método materialista histórico dialético, compreende o desenvolvimento histórico temporal do homem a partir dos modos de produção.

O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez (MARX, 1982, p. 25).

Marx e Engels (2007, p. 90-91) descrevem os modos de produção conhecidos e que se desenvolveram ao longo do processo histórico do homem na sua relação com a propriedade dos meios de produção e o grau do desenvolvimento da divisão do trabalho:

- 1) **Tribal**, que se refere à fase não desenvolvida da produção, ou seja, de modo geral, o povo se alimenta da caça e da pesca, da criação de gado ou, no máximo, da agricultura. Há uma grande quantidade de terras sem cultivo e a divisão do trabalho é, ainda, pouco desenvolvida, limitando-se à uma expansão da divisão natural já existente na própria família. A divisão natural do trabalho era organizada tendo os chefes patriarcais da tribo, abaixo deles os membros da tribo e, por fim, os escravos, que começam a surgir

progressivamente com o aumento da população e das necessidades, e com a expansão da relação com o externo, tanto por meio da guerra como da troca;

- 2) **Estatal ou Comunal** da Antiguidade, resultante da unificação de várias tribos dando forma à uma cidade, seja via contrato ou por meio da conquista. A escravidão ainda persiste, no entanto, juntamente a propriedade comunal já surgem as propriedades móveis e imóveis, mas ainda de forma incomum e subordinada a comunal. A escravidão possui uma característica importante, nesse modo de produção, sendo, pois, argumento para sua existência e para seu declínio. Ou seja, somente em comunidade os cidadãos teriam poder sobre escravos trabalhadores, caracterizando-se por uma propriedade privada comunitária de cidadãos ativos. Além disso, a divisão do trabalho já está mais desenvolvida e é marcante a oposição entre cidade e campo, bem como, posteriormente a oposição entre Estado e campo, e dentro da cidade a oposição entre indústria e o comércio marítimo;
- 3) **Feudal ou estamental**, ao contrário da comunal, é baseada no campo. Tendo por característica, uma população escassa e espalhada por uma vasta superfície, resultante das conquistas romanas e pela expansão da agricultura³⁰. A propriedade feudal também se configura como comunal, no entanto, diferentemente dos outros períodos históricos, os escravos não são a classe imediatamente produtora, mas sim os pequenos camponeses servos da gleba. Há uma oposição à cidade e a estrutura hierárquica coloca a nobreza com a posse da terra e a vassalagem armada sobre os servos. Em se tratando da divisão do trabalho, esta, pouco ocorreu no surgimento do feudalismo, ainda que a estrutura social fosse estamental, não havia nenhuma outra divisão significativa. No que se refere à agricultura, a divisão do trabalho era dificultada pelo cultivo parcelado, no caso da indústria, o trabalho não era dividido dentro de cada ofício e era bem pouco dividido entre os ofícios.

O processo de fazer-se do homem ao longo do *devir* nas suas relações sociais e principalmente no desenvolvimento da divisão do trabalho e na dinâmica dialética de afirmação e negação e

³⁰De acordo com Marx e Engels (2007, p. 90-91) “Os últimos séculos do Império Romano em declínio e sua conquista pelos bárbaros destruíram uma enorme quantidade de forças produtivas; a agricultura havia diminuído, a indústria decaíra pela falta de mercados, o comércio adormecera ou fora violentamente interrompido, as populações da cidade e do campo haviam diminuído. Essas condições preexistentes e o modo de organização da conquista por elas condicionado desenvolveram a propriedade feudal, sob a influência da organização militar germânica”.

reafirmação (ora opõe-se ao campo, ora opõe-se à cidade, depois volta opor-se ao campo) sedimentam o espaço que se configuram com imbricações das várias maneiras que o homem interagiu com a natureza, sendo mais ou menos dependente desta conforme o avanço tecnológico, tornando o território uma mistura de passado e presente.

Jeziorny (2015) tomando como referência Santos (2006) e utilizando da nomenclatura de *fluxos* e *fixos*, bem como considerando o contexto do mundo globalizado com tendências homogeneizantes, propõe a ideia de existência de uma quinta dimensão, formada pela espessura e profundidade do acontecer (*devir histórico* ou ainda *inundo*). Essa quinta dimensão seria o tempo cotidiano, mesclado pelo tempo convivido dos fixos e fluxos. Ou seja, os fixos, que são os objetos técnicos que foram sendo acrescentados ao longo do tempo, conforme a evolução técnica de cada época, são perpassados por fluxos, ações que tendem a modificar o espaço dando uma ressignificação aos fixos. Dessa forma, com a expansão da divisão do trabalho internacional, com o advento da economia global e a fragmentação produtiva, há uma tendência de uma frequência cada vez maior de fluxos em territórios com temporalidades cotidianas e mais lentas. Essa diferença temporal dos fluxos e dos fixos, podem representar uma dialética espacial, gerando conflito.

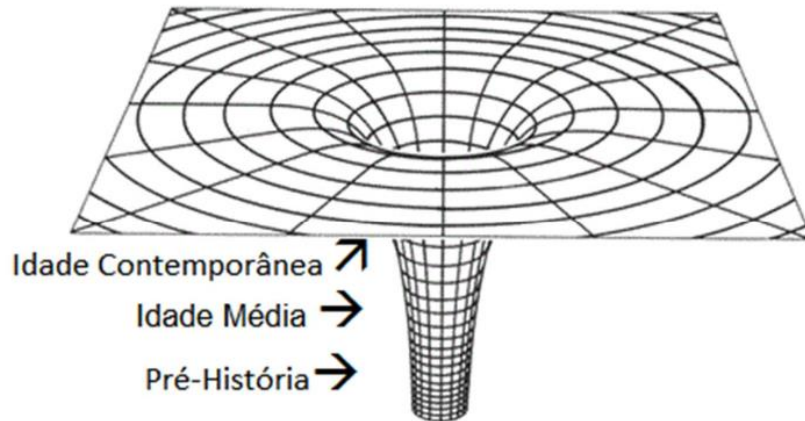
Sendo assim, Jeziorny (2015, p. 41) afirma que dado o caráter plural do tempo dos territórios, este pode apresentar maior ou menor grau de pluralidade, “um território pode, assim, ser compreendido como sínteses sucessivas de diversos tempos num determinado espaço”. Ou seja, compreendendo, pois, o território como uma construção social com uma base material, o espaço, está contido de diversos tempos. Tempos que foram empiricizados pela técnica, materializados, gravados no espaço através de objetos técnicos, que transformam e passaram a fazer parte da paisagem. Com isso, Jeziorny (2015, p. 40) supõe que:

O tempo da humanidade, formado pelos tempos de distintas sociedades. Os tempos destas sociedades, formados de tempos de diversos indivíduos. E não podemos esquecer que este tempo composto e complexo da humanidade corre ainda dentro de um outro tempo: o da natureza. Assim, é como se estivéssemos dentro de uma espiral do tempo, conformada por círculos cada vez maiores, específicos, de tempos históricos diversos que vão se encaixando uns dentro dos outros (claro que por vezes com muita fricção ou violência) (JEZIORNY, 2015, p. 40).

A fim de ilustrar as várias temporalidades possíveis de um território considerando a ideia de profundidade do *devir* histórico, Jeziorny (2015, p. 40) apresenta a Figura 2.2, abaixo, na qual, conforme o autor, ainda que esteja bem distante da realidade, tendo em vista que muitos territórios não passaram por todos esses modos de produção, é possível vislumbrar a ideia de

que os territórios na sua essência revelam uma densidade temporal (tempo da natureza, tempo da ação do homem, do conhecimento, etc.).

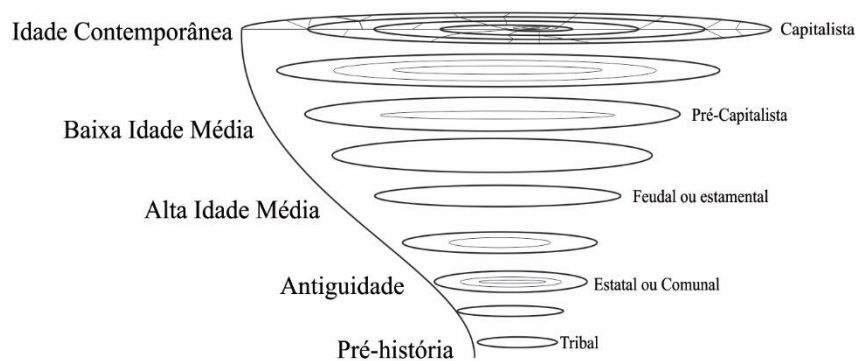
Figura 2.2 – Espiral temporal no espaço



Fonte: Jeziorny (2015, p. 41).

Inspirando-se em Jeziorny (2015) e baseando-se nas descrições dos modos de produção do *devir* histórico apresentadas por Marx e Engel (2007) em “A ideologia alemã” conforme já apresentado acima, imaginou-se um possível núcleo do espiral temporal no espaço, tendo em vista o papel da técnica como elemento mediador entre o homem e a natureza, chegando a figura 2.3, abaixo.

Figura 2.3 – Núcleo do espiral temporal do espaço



Fonte: Elaborado pela autora com base em Marx e Engels (2007, p.90-92).

Os círculos menores que compõe os círculos maiores representam o grau de desenvolvimento da divisão do trabalho em cada modo de produção. Conforme Marx e Engels (2007) a fase tribal do *devir* histórico é marcado por uma baixa expansão da divisão do trabalho, sendo praticamente uma divisão natural, ou seja, a relação de dependência do homem frente a natureza é quase que total, o que significa que quem ditava o ritmo de vida era o tempo da natureza. No modo de produção comunal da antiguidade o desenvolvimento da divisão do trabalho é marcado pelo surgimento das cidades e a oposição ao campo. Já no caso do feudalismo, os círculos menores desaparecem, pois, há uma parada no desenvolvimento da divisão do trabalho. Com a transformação da sociedade de modo geral e o crescimento da burguesia como uma classe de poder de maior influência que a nobreza e o clero, as técnicas de navegação vão dando um outro dinamismo a divisão do trabalho.

Santos (2001, p. 63) afirma que “toda relação do homem com a natureza é portadora e produtora de técnicas que se formam enriquecendo, diversificando e avolumando ao longo do tempo”. No entanto, também afirma que os sistemas técnicos dependem de sistemas filosóficos e políticos, que orientam a evolução técnica, conforme a finalidade central. Ainda segundo esse autor o sistema capitalista rege a integração global por meio de uma lógica reticular, daí os inúmeros círculos e redes que se cruzam no círculo maior da Figura 2.3.

Nos próximos capítulos têm-se os propósitos de demonstrar o papel de aspectos políticos e econômicos no direcionamento dos sistemas técnicos, e a relação entre Estado, desenvolvimento capitalista no espaço, globalização, horizontalidades e verticalidades na relação entre o global e o local, possibilitando a compreensão da nova dinâmica proposta para a América Latina, e especialmente no Brasil, baseada no neoextrativismo.

3 O AVANÇO DO CAPITALISMO SOBRE O TERRITÓRIO

Além das misérias modernas, aflige-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes da permanência vegetativa de modos de produção arcaicos e antiquados, com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas. Padecemos não apenas por causa dos vivos, mas também por causa dos mortos (MARX, 2013, p. 114).

3.1 INTRODUÇÃO

No primeiro capítulo foram apresentadas as principais categorias analíticas que configuram a formação do território como palco de disputa entre as forças capitalistas que se concretizam no espaço por meio da técnica, como uma via para redução do tempo de circulação do capital (como mercadorias, dinheiro, equipamentos, etc.) impondo ritmos cada vez mais acelerados; bem como, a resistência de modos de produção com racionalidades distintas que se conservam no território formando barreiras para a expansão de fronteiras produtivas do sistema capitalista, a exemplo os povos tradicionais.

De alguma maneira, tentou-se demonstrar o papel da *técnica* como fator de dominação (LEFEBVRE, 2006) e também como unificação do espaço-tempo (SANTOS, 2001) – e consequente noção do espaço como meio técnico-científico-informacional. Argumentou-se que a forma como são combinados sistemas técnicos de diferentes idades num mesmo lugar favorece a maneiras de vidas possíveis nesta área. Para o sistema técnico dominante, o problema estaria na verificação se os resíduos do passado (rugosidades) são obstáculos para a difusão do novo, ou se é possível inferir ações simultâneas entre os sistemas técnicos distintos³¹.

Tomando essa questão e contextualizando a partir da temática que aqui desenvolve-se, a saber o conflito, pode-se entender que para o sistema capitalista (a partir da sua organização produtiva pulverizada), os territórios tradicionais, constituídos não necessariamente de objetos técnicos arcaicos, mas obedecendo uma relação com a natureza distinta da racionalidade capitalista e inseridos em espaços usados cujo valor de uso passou a ter um valor de troca, são percebidos na maioria das vezes como obstáculos, principalmente se resistem a expansão das fronteiras produtivas, o que em grande medida propícia o conflito (SANTOS, 1999).

³¹Segundo Santos (2001) e Santos e Silveira (2006) as ações simultâneas que o capitalismo engendra é a de uma globalização perversa.

Diante disso, é possível afirmar que esse processo dialético vem se aprofundado, configurado por cenários conflitivos, cada vez mais acentuados, frente a promulgação de um conjunto de políticas que tem por base a inserção competitiva do Brasil no modelo de reprodução do grande capital, de forma submissa e dependente (de maneira mais acentuada a partir dos anos 2000). Com a manutenção do perfil exportador de especialização produtiva advindo da conformação da economia global como centro-periférica, pela qual antigas relações de deterioração das relações de troca (Raúl Prebisch década de 1940) e dependência (Ruy Mauro Marini de 1973) são mantidas ainda que sob novas roupagens e com algum grau de complexidade.

O modelo centro-periferia – entendendo desenvolvimento e subdesenvolvimento como processos interdependentes – infere no capital mundializado tipos de reprodução capitalistas desestruturantes por meio das integrações verticais que impõe relações de forças centrífugas, buscando romper com quaisquer dinâmicas locais, de tal maneira que seja possível realiza o seu principal objetivo – a geração de lucro -, com nexos e formas externas, desintegrando solidariedades locais, tais como as de comunidades indígenas, quilombolas, “camponesa”, dentre outras. Essas forças desintegradoras podem ser representadas por multinacionais, ou transnacionais, e ainda pelos vários escalões de poder público que, afinados com os interesses capitalistas, orientam as políticas públicas de forma que se reduzam os obstáculos de realização do capital no território.

Com isso, neste capítulo, busca-se demonstrar que a forma como sistema capitalista passou a organizar a sua lógica de acumulação, principalmente em fins da década de 80, projetando nos países dependentes, e/ou subimperialistas, tais como o Brasil, uma nova dinâmica de reprodução dependente, denominada por Osório (2012a) de *padrão exportador de especialização produtiva*, orquestrada por um processo neoextrativista de desenvolvimento econômico (novo desenvolvimentismo), baseado num *consenso de commodities*, pautado pela reprimarização, pela qual culturas primárias intensivas em terra e capital e não intensivas em mão-de-obra são priorizadas, tendo como destino o mercado externo.

Assim, projetando no espaço a manutenção, territórios marcados pelo conflito, pela resistência das solidariedades locais, as forças externas que configuram o Brasil, assim como a América Latina, como celeiro do mundo, reafirmando o caráter dialético do sistema capitalista produzindo no espaço formas e conteúdos (ou melhor forma-conteúdo) que tornem as fases de reprodução capitalista cada vez mais rápidas, no entanto, esse processo não ocorre sem que forças contrárias se imponham, com isso, se dá o conflito.

Ainda que esse novo padrão de reprodução capitalista levante uma série de questões de cunho ambiental, econômico e social, ante à uma predominância de um projeto de manutenção da dependência e da superexploração capitalista, a análise que se persegue nessa pesquisa é a forma como essa nova dinâmica capitalista intensifica os conflitos territoriais, aflorando tensões sociais já historicamente existentes, por meio da *espoliação* dos espaços (para utilizar a terminologia de David Harvey)³².

3.2 PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

Conformado por diversos enraizamentos e múltiplos enfoques, o sistema capitalista regeu em fins do século passado e nas duas primeiras décadas deste, um processo de transformação envolvendo o ciclo do capital, nas suas fases de circulação e produção da mais-valia, considerando uma amplitude territorial nunca vista anteriormente no desenvolvimento capitalista no mundo.

Essa multiplicidade de desdobramentos que o processo de acumulação capitalista da contemporaneidade apresenta é, em certa medida, uma característica inerente à esse modo de produção. Harvey (2004), afirma que todas as características acerca do processo de acumulação capitalista mencionadas por Marx, permaneceram de forma poderosa na geografia histórica do capitalismo, tanto que algumas destas características desempenham um papel ainda mais forte na atualidade do que outrora.

O próprio processo de “acumulação primitiva” descrito por Marx, em um nível de complexidade distante da amplitude atual, já abarcava uma pluralidade de processos que naquela época incluiu a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; conversão de várias formas de direito de propriedade – comuns, coletivos, estatais, etc. – em propriedade privada exclusiva. No que se refere ao direitos de propriedade, houve a supressão de direitos para os bens comuns; mercantilização do trabalho, o poder e a supressão de formas de produção alternativas, indígenas e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos, incluindo recursos naturais; monetização do câmbio e da tributação, largamente de terra; tráfico de escravos; e usura, a dívida nacional e, por fim, o desenvolvimento de um sistema de crédito.

³²Ver Harvey (2004).

Não é de forma inusitada que uma nova dinâmica de acumulação capitalista se apresente sob uma gama de instâncias, nem que o Estado tenha um papel fundamental no seu desenvolvimento. No entanto, a forma expansiva que os processos acontecem tendem a serem compreendidos, também de uma maneira plural, tendo como origem determinações aparentemente desconexas, tornando obscuro a real gênese das transformações políticas, econômicas, sociais e ambientais.

Harvey (2004) vai denominar a ação persistente e contínua do processo de acumulação “primitiva” ou “original” na atual conjuntura em termos conceituais de “acumulação por espoliação”, haja vista, que para este autor seria estranho qualificar de “primitivo” um processo, cuja as características mencionadas por Marx, permaneçam fortemente presente nos dias atuais, ou seja, permanentemente em andamento³³.

De tal maneira que, a percepção analítica de alguns autores acaba por separar realidades que não são desconectadas. Segundo Osório (2012a) esse seria o caso dos autores que utilizam a noção de “neoextrativismo” de forma recorrente, pecando por centrar suas perspectivas em possíveis efeitos nocivos ao meio ambiente, haja vista o modelo exportador de matéria prima/alimentos, que alguns países da América Latina aderiram, desvinculando tal fenômeno ao padrão de reprodução capitalista dependente³⁴. Tais perspectivas estão em trabalhos de Milanez e Santos (2013), Milanez (2014), Gudynas (2009; 2012) e Svampa (2015) concebidos na concepção do “consenso das *commodities*”. Contudo, ainda que se reconheça que esses estudos não estejam inseridos numa análise a partir da estrutura do sistema capitalista e como resultado da sua lógica de acumulação, entende-se que de alguma maneira contribuem e

³³De acordo com Gago e Mezzadra (2017, p. 584) afirmam que tanto Luxemburgo (2003) como Karl Polanyi (1957) buscaram desenvolver perspectivas acerca do papel da exterioridade no processo de exploração, e da necessidade que o capital teria de algo como um exterior, capaz de fornecer recursos de renovação permanente. No que concerne a Luxemburgo, o exterior seria definido em termos espaciais e geográficos, o que em geral, assumiria a forma de territórios ainda não capitalistas, sendo passíveis de serem submetidos por meio de uma repetição contínua dos processos que Marx descreveu como acumulação primitiva. Já para Polanyi, o processo de incorporação ocorreria por meio de relações e recursos não modificados, e não os territórios em si. Esses autores apontam também, para uma transição incompleta das relações sociais do sistema capitalista, como uma necessidade *sine qua non*.

³⁴Segundo Osório (2012a, p. 104-105) essas análises se desvinculam do fato de que “a maior parte dessa produção, gerada em núcleos produtivos reduzidos, é destinada a mercados externos e a um reduzido mercado interno com alto poder de consumo, levando ao declínio dos salários e à conseguinte pobreza geral, uma vez que a população trabalhadora local deixa de comparecer como elemento dinâmico na realização da mais-valia. Com isso se sustenta a transferência de valores para os centros imperialistas e o recurso à superexploração como mecanismo de compensação de tais transferências e de suporte para o capital que opera na região enfrentar a concorrência nos mercados internacionais. Assim, é a própria dependência que se reproduz, como modalidade particular do capitalismo e de inserção na acumulação mundial”.

colaboram para uma aproximação a dinâmica imposta pelo novo padrão de reprodução e convenientemente utilizados nesse trabalho.

Osório (2012a) ao compreender os fenômenos ocorridos recentemente como uma mudança no padrão de reprodução capitalista, identificado por ele como padrão Exportador de Especialização Produtiva (EEP). Segundo este autor a constituição desse novo padrão marca o fim do padrão industrial, que entre as décadas de 1940 e meados da década de 1970, predominou nas principais regiões da América Latina. Segundo ele, esse novo padrão pressupõe o fim da industrialização como projeto de maior autonomia, sendo que em alguns casos, tais como no Brasil e no México, a indústria mais relevante permaneceu, contudo, integrada ou submissa ao padrão exportador, que em seus eixos de exportação constituem, de modo geral, uma forma funcional a partir de segmentos de grandes cadeias produtivas globais dirigidas por empresas transnacionais.

Tal percepção se alicerça na ideia advinda dos teóricos da Teoria da Dependência Marxista (TMD), a qual admite que o movimento de reprodução capitalista assume diversas formas concretas no decorrer da história e da divisão internacional do trabalho, bem como em economias dependentes³⁵. As formas que o sistema capitalista assume no âmbito global, determina outras formas de reprodução localizadas, submissas e hierarquizadas. Tal aspecto é determinante para compreender as dinâmicas econômicas, sociais, políticas e ambientais, haja vista, que, não existe apenas um padrão de reprodução, mas várias formas de capitalismo, com níveis distintos de complexidade substanciado por formações históricas constituídas de maneira específica. É, pois, nesse sentido que os teóricos da TMD, ao tratar da América Latina, adverte que seria mais que um capitalismo, e sim um capitalismo *sui generis*, no qual só teria um sentido se contemplado em nível nacional e internacional, tendo em vista a relação de dependência (MARINI, 2000; OSÓRIO, 2016; BAMBIRRA, 2015).

Ao passo que há uma constatação de que o processo de reprodução capitalista não é o mesmo em todas as economias, e a que depende da sua formação histórica e da dinâmica que o capital mundializado (CHENAIS, 1996) impõe em épocas específicas, a TMD, bem como os teóricos da geografia política também apontam para uma dinâmica territorial que se renova a partir desse

³⁵Essa percepção tem sua origem na concepção de André Gunder Frank, em artigo publicado no *Monthly Review*, vol. 18, nº 4, de setembro de 1966, denominado como “O desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Em termos gerais, esse autor, afirma que “a investigação histórica demonstra que o subdesenvolvimento contemporâneo é em grande medida o produto histórico de relações econômicas e de outros tipos, passadas e atuais, que o país satélite subdesenvolvido manteve e mantém com os países metropolitanos hoje desenvolvidos. [...] essas relações são uma parte essencial da estrutura e do desenvolvimento do sistema capitalista em sua totalidade à escala global”.

novo padrão de reprodução orquestrando no espaço formas que possam resolver problemas próprios das contradições capitalistas, que são: a concepção do novo imperialismo (HARVEY, 2004) e subimperialismo (MARINI, 1977).

De maneira sintética, a TMD, que dá o suporte teórico para análise do padrão de reprodução capitalista, entende que o sistema capitalista mundial conforme suas leis de movimento, dá “origem” a economias desenvolvidas e subdesenvolvidas dependentes a partir de seus processos históricos. Ou seja, naturalizar a constituição do capitalismo dependente e do desenvolvido seria um equívoco, considerando que os processos que possibilitaram sua gestação, que o constituem e o reproduzem se estabelecem com clareza. Tanto um quanto outros resultaram de processos históricos que ocorrem no âmbito do sistema mundial capitalista, os quais não só permitem, mas favorecem que o capitalismo com níveis muito distintos de composição orgânicas e de produtividades se necessitem e se reproduzam em suas diferenças (OSÓRIO, 2016).

Osório (2016, p. 499) afirma que:

[...] antes do século XIX existiram processos de acumulação e desacumulação que estabeleceram pontos de partida radicalmente diferentes entre economias que se inter-relacionam e que participam da divisão internacional do trabalho nesse século. O fato de que esta situação tenha sido propiciada por mecanismos políticos e extra-econômicos não implica que não tiveram consequências econômicas no momento de se iniciarem as relações entre economias “independentes” no século XIX (OSÓRIO, 2016, p. 499).

Sendo assim, as forças expansionistas comerciais advindas do mercantilismo no século XVI, forjaram a América Latina que se desenvolveu em consonância com a dinâmica do capitalismo nascente, configurando a estrutura de colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos. De tal maneira, contribuindo, por um lado, com o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, e por outro sustentando o sistema manufatureiro europeu, a partir do aumento do fluxo de mercadorias e da expansão dos meios de pagamentos, possibilitando a criação da grande indústria inglesa. Já no século XIX, a revolução industrial, a América Latina, então independente politicamente, tendo por base a estrutura demográfica e administrativa construída durante o período colonial. Assim como outro conjunto de países, passará a orbitar em torno da Inglaterra, após a Segunda Guerra, este lugar central passou a ser da economia norte-americana (MARINI, 1973).

Conforme Frank (1966) os processos históricos que projetaram o caráter subdesenvolvido para a América Latina, como resultado de séculos de participação no processo mundial de

desenvolvimento capitalista, possibilitaram o surgimento de lugares metrópoles e satélites, o que Marini (1973) vai denominar de subimperialismo.

Com isso, o processo de desenvolvimento do sistema capitalista que pressupõe a tendência a concentração, centralização e monopolização, a partir do pós guerra de 1945, colocará a economia norte-americana em posição central, forjando nos países latino-americanos, por meio da produção das empresas multinacionais, uma série de transformações substanciais, orientando o processo de construção dos capitalismo nacionais, por meio de inversões realizadas pela inserção das empresas estrangeiras, bem como pelos empréstimos que vão dar origem a um dos elementos de dependência, que é a dívida externa (BAMBIRRA, 2015).

Com isso, os processos que vão gerar níveis de desenvolvimento do capitalismo local (seja como subdesenvolvido ou em desenvolvimento) ocorreram de forma dependente e distintos, considerando o caráter distinto dos processos históricos de cada país, evoluindo na sua dinâmica interna de maneira heterogênia, projetando internamente a formação de regiões metrópoles e satélites (tal como São Paulo, segundo Gunder Frank, 1966). Ou seja, os vários capitalismo que vão se estabelecendo obedecem a mesma lógica de concentração própria da lei de reprodução capitalista, porém, de maneira dependente na hierarquia do sistema capitalista mundializado.

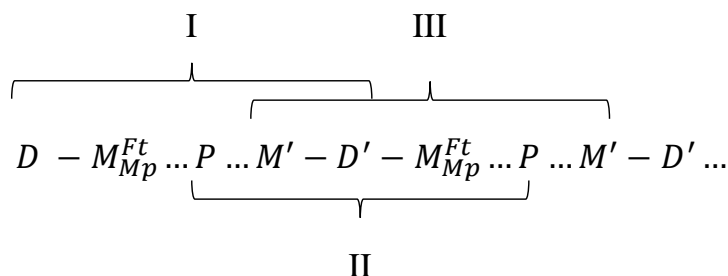
Em síntese, e *pari passu* a dinâmica capitalista espacializada, conforme as concepções de espaço usado (SANTOS, 1994) e espaço de apropriação e de dominação (LEFEBVRE, 2006), categorias estas apresentadas no primeiro capítulo, pode-se supor que esse novo *padrão exportador de especialização produtiva*, tem sua expressão nos territórios pela necessidade de acumulação capitalista que na sua atual formatação, configura-se no Brasil sob o uso intensivo do fator terra e do fator capital, ignorando territórios que funcionam sob outras lógicas de reprodução, tendo como instrumento de viabilidade para a superação dessa barreira, o poder político em várias escalas. Com isso, entende-se a análise do padrão de reprodução capitalista como uma ferramenta de compreensão da dinâmica que gera o conflito especializado.

3.2.1 Padrão de reprodução capitalista

Osório (2012a), considerando a singularidade dos processos históricos que são embrionários do padrão de reprodução que se estabelece na economias dependentes e que são também resultado da forma como se organiza mundialmente o sistema capitalista, busca identificar categorias que descrevam esse padrão de reprodução do capital, em seus vários ciclos que perpassam as esferas

da produção e da circulação ao assumir as formas: capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria, constituindo dessa forma, um modelo analítico. Conforme descritos na Figura 3.1, a seguir:

Figura 3.1 – Fórmula dos três ciclos do capital integrados³⁶



Fonte: Osório (2012, p. 45) *apud* Marx (2014, p.153)

No ciclo (I), é ilustrado o processo de $D - D'$, ou seja, o ciclo do capital-dinheiro, relevando a *valorização* como a essência do dinheiro como capital. O capital produtivo apontado pelo ciclo (II), $P - P$, indica o caráter *periódico* da reprodução da mais valia, isto é, não é uma função única, mas que se constitui pela repetição. E por fim, o ciclo (III), do capital-mercadoria, $M' - M'$, que mostra o processo de valorização, entrelaçado ao *valor de uso* das mercadorias (FIGURA 3.1).

Sobre esses ciclos do capital, Marini (2012[1979], p. 22) faz considerações que reforçam o papel da valorização no ciclo produtivo. Segundo ele:

A esse respeito, penso que é necessário se deter sobre alguns aspectos. O primeiro deles é a importância do dinheiro no processo de valorização já que é sob essa forma com que o capital aparece para iniciá-lo e é essa a forma que recupera capital, ou que deve recuperar, para que outro ciclo possa começar. Em segundo lugar, não se deve perder de vista a importância da fase da produção na qual tem efetivamente espaço a valorização do capital, mediante a produção de mais-valia; todas as formas de remuneração do capital – lucro industrial, lucro comercial, juros e renda da terra – têm sua fonte na mais-valia resultante da valorização e nascem, portanto, da ação do capital produtivo ou, em seu sentido amplo, capital industrial (MARINI, 2012, p.22).

Osório (2012) entende que a análise do padrão de reprodução, além de se orientar por esses aspectos, deve englobar a historicização de duas dimensões: 1) o tipo de valor de uso que dá origem a valorização; e 2) a razão que levam à um processo emergencial, ou seja, auge ou declínio de determinado padrão de reprodução.

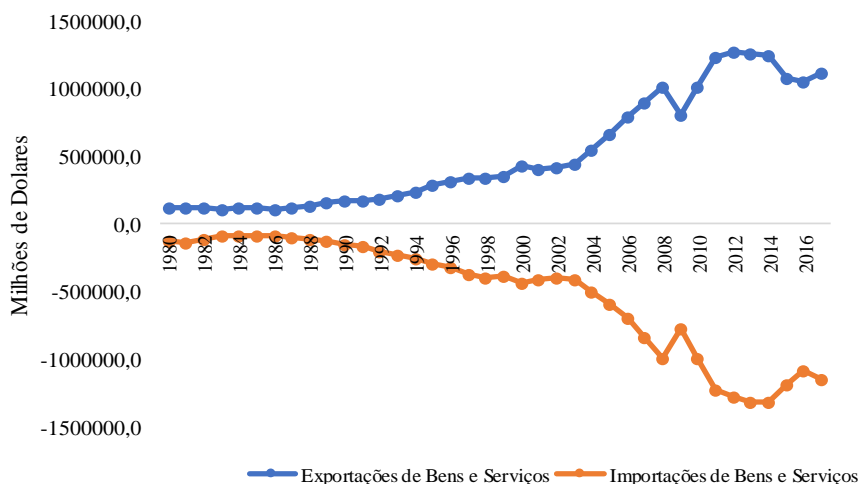
³⁶Onde D=dinheiro, M=mercadoria, Ft= força de trabalho, Mp=meios de produção, P=produção, M'=mercadoria com novo valor, D'=dinheiro aumentado ou mais dinheiro.

A primeira dimensão enfatiza o forte vínculo do valor de uso ao processo de valorização. Segundo observa Osório (2012, p. 46), para Marx valorizar o capital a partir da produção de salsicha não é o mesmo que fazê-lo por meio da produção de canhões. Nesse sentido, o tipo de valor de uso define as características do tipo de capitalismo que será originado. Na segunda dimensão, revelam-se as razões econômicas e políticas e conseqüentemente classista de todos os processos que envolvem os ciclos de reprodução capitalista. Ou seja, “São projetos de classes de determinados setores do capital aqueles que se convertem em eixos de acumulação em cada caso, e são projetos de classe de outros setores do capital aqueles que ocupam lugares subordinados ou perdem”. Sendo assim, compreender historicamente essas duas dimensões da reprodução do capital, agrega maiores ferramentas na determinação de um padrão introduzindo peculiaridades dominantes na economia e política em tempos específicos, bem como o terreno em que se desenvolvem os conflitos de classe.

O processo histórico e sua periodização é uma questão relevante na determinação de um padrão de reprodução e esse aspecto aliado a outros levam ao entendimento da existência de distintos processos de reprodução capitalista. Osório (2004) ao tratar da epistemologia e o método em Marx, afirma que um dos grandes debates entre Marx e a economia política clássica foi o desenvolvimento tendo como eixo os pressupostos clássicos que esses teóricos tentavam dar conta “eram inerentes a toda ordem social e não a construções sociais temporárias”, percebendo o capital como uma forma produtiva eterna e proveniente da própria natureza, ou seja, a-histórico.

Esse processo de reprodução pode ser identificado quando se analisa a atual conjuntura da América Latina que vem atravessando recentemente uma transição do consenso de *Washington* – baseado na valorização financeira –, para o consenso de *commodities* – baseado na exportação em larga escala de matérias-primas como hidrocarbonetos (gás e petróleo), metais e minerais (cobre, ouro, prata, estanho, bauxita, zinco, etc.), produtos agrícolas (milho, soja e trigo) e biocombustíveis (SVAMPA, 2015). Modificando de forma considerável a dinâmica capitalista e o valor de uso produzido nesse espaço. Esse processo pode ser observado da Figura 3.2 intuindo uma mudança na dinâmica de comércio exterior na América Latina a partir da adesão ao modelo neoliberal.

Figura 3.2 – Exportações e Importações da América Latina e Caribe, em milhões de dólares, de 1980 a 2017



Fonte: CEPALSTAT, 2019.

E tendo em vista que tipos de capitalismo distintos realizam a sua reprodução conforme o tipo de valorização do valor uso, pode-se supor que ainda que a valorização do capital ocorra por meio do fator trabalho, as formas como realiza a exploração da mais valia (absoluta ou relativa) e a forma que toma a composição orgânica do capital, e conseqüentemente a distribuição da utilização dos fatores de produção, logo, tensões sociais serão geradas também de formas distintas, a depender desses aspectos, dentre outros. Nesse sentido, se o tipo de valor de uso exige a utilização do fator terra de forma intensiva e conseqüentemente a necessidade de mais e mais esse fator para que seja possível aumentar a mais-valia relativa³⁷, o capitalista buscará formas de apropriação desse fator, ainda que sob conflitos.

De acordo com Gudynas (2009) novas práticas agrícolas, representando um extrativismo agrícola, vem sendo encorajadas, orientando-a para a exportação de monoculturas. São práticas que foram ampliadas e reforçadas durante os governos de Kirchner (Argentina), Lula da Silva (Brasil) e Vázquez (Uruguai). Sendo observado, tanto em plantações de monoculturas de árvores, que cobrem grandes áreas, e destinam-se a produzir polpa de celulose, quanto no cultivo de soja, baseado em variedades transgênicas, com alto uso de maquinário, herbicidas químicos, com pouco ou nenhum processamento, direcionados para exportação como *commodity*.

³⁷Segundo Osório (2018) a mais-valia relativa supõe a não alteração da duração da jornada de trabalho.

Tendo em vista essas considerações, Osório (2012) faz a exposição da análise do padrão de reprodução. Ainda que admita que o ciclo do capital produtivo seja onde ocorre a valorização do capital pela ação da força de trabalho, opta por direcionar sua caracterização pelo ciclo do capital-dinheiro (ou capital-monetário), buscando uma definição da forma da reprodução e o sentido político e social ao qual reage, considerando que “ao fim e ao cabo” a forma geral do ciclo do capital industrial – principal ciclo analisado por Marx – é o ciclo do capital dinheiro, tendo em conta, que este é o requisito para o modo de produção capitalista.

Sendo assim, conforme o ciclo (I) descrito na Figura 3.1, este autor discrimina as fases deste ciclo pelos seus processos de circulação e produção, nos quais, a 1º fase da circulação seria D – M, a fase da produção, P, e a 2º fase da circulação, M' – D'. Assim, a partir dessas fases, busca-se apresentar as tarefas que o capital precisa realizar para chegar ao seu objetivo que é a valorização do capital, a produção de mais valia.

Essa primeira fase do ciclo do capital dinheiro, que engloba o processo de circulação refere-se ao período de captação do investimento do capital. Ou seja, a determinação da origem do capital. De acordo com Marini (2012[1979]) as fontes de investimento para dar início ao ciclo podem ser classificadas em três: *capital privado interno*; *capital público (que tem origem no Estado)* e; *capital estrangeiro*. Cada fonte dessa, integra em si elementos intencionais que levam ao objetivo final que é o processo de acumulação capitalista. No entanto, considerar cada fonte e suas possíveis implicações colabora para o desenho de um padrão de reprodução.

Segundo Osório (2012a) seguramente a identificação da fonte de investimento ajuda a compreender por que determinados setores e ramos da economia estão ocupando o lugar central na acumulação e na reprodução capitalista. De que maneira o capital externo e público se insere nessas escolhas, sugere diversos desdobramentos e intencionalidades no sentido de uma integração dependente e sob a instrumentação do Estado, e orientação da política pública.

O *investimento privado* nacional se apresenta no processo de acumulação capitalista sob a forma de meios de produção e força de trabalho³⁸. Em relação ao *investimento estrangeiro*, este se insere de duas maneiras, principalmente no caso de um país dependente:

³⁸Segundo Marini (2012 [1979]) para o tipo de análise que se realiza na determinação do padrão de reprodução capitalista, não importa se juridicamente esse capital é de propriedade nacionais ou de estrangeiros, tendo em vista, que está a se considerar somente a parte da mais-valia que se acumula, ou seja, já se deduz a parte da mais-valia que sai da esfera da economia nacional sob formas diversas, tais como, remessa de lucros, pagamento de juros, amortizações, *royalties*, dentre outros.

[...] como *investimento direto*, quando de maneira exclusiva ou compartilhada (ou seja, associada) o capitalismo estrangeiro investe diretamente na economia dependente, detendo a propriedade total ou parcial do capital produtivo a que o investimento deu lugar e apropriando-se diretamente da mais-valia total ou parcial ali gerada; e como *investimento indireto*, quando o capital estrangeiro se coloca à disposição dos capitalistas internos (nacionais e estrangeiros), sob a forma de empréstimos e financiamentos, contratados diretamente com os capitalistas receptores ou com o Estado, que os redistribui a estes ou os integra a seu próprio investimento (MARINI, 2012, p. 25)³⁹.

No caso do *investimento do Estado*, as fontes apontadas por Marini (2012 [1979]) são três: 1) os impostos diretos; 2) impostos indiretos; e 3) exploração do Estado enquanto capitalista.

A primeira fonte, *impostos diretos*, é extraída sobre o capital e os proventos, parte da mais valia gerada mediante transferências ao Estado. No caso dos *impostos indiretos*, a transferência da mais valia se dá sobre tipos de rendimentos, tais como lucros, proventos, dentre outros, além de parte do capital variável que aparece por meio dos impostos sobre o trabalho, bem como os impostos indiretos pagos pelos trabalhadores, que normalmente são aqueles que incidem sobre o consumo (MARINI, 2012 [1979]).

Considerando, pois, a fonte estatal de investimento do Estado, Marini (2012 [1979]) aponta a necessidade de identificar a proporção dos gastos governamentais que respondem especificamente ao capital, no que tange as transferências de mais valia por meio de investimentos estatais (criação de infraestrutura) que visem melhorar ou tornar mais velozes e eficientes a circulação de mercadorias e fatores de produção, bem como as subvenções indiretas que podem tomar forma, por exemplo, de isenções tributárias ou manipulação de preços que favoreçam um determinado setor.

Outro aspecto a ser ponderado está na produtividade ou improdutividade do investimento público. A complexidade que este aspecto esconde pode ser subestimado na análise do padrão de reprodução capitalista, principalmente considerando que alguns gastos governamentais podem *a priori* não serem percebidos como produtivos, tais como os gastos sociais, como educação e saúde da população, que não são diretamente relacionados como investimentos produtivos, porém, representam uma contribuição para a reprodução e qualificação da força de trabalho, imprescindível para o processo de valorização do capital (MARINI, 2012 [1979]). Essas considerações podem intuir sobre o nível de dependência da economia com relação ao Estado, além de indicar o papel deste para a reprodução do capital, como instrumento facilitador ou não.

³⁹Grifos da autora.

A participação do capital estrangeiro na primeira fase do ciclo do capital para os economistas da Teoria da Dependência Marxista (TDM), especificamente Marini (2012 [1979], p. 26), demonstra logo numa primeira aproximação, ainda sem considerar os problemas de realização, que no ciclo econômico da economia dependente, “as distintas fases de expansão e recessão que esta atravessa, encontra-se diretamente articulado com o exterior e é suscetível em ampla medida a ser influenciado pelo Estado”. Nesse sentido, o capital externo atua e determina o padrão de reprodução da economia dependente e esta assume uma função num outro padrão de reprodução capitalista, o das economias de capitalismo mais avançadas.

Ainda no que se refere a análise do investimento, Osório (2012a) trata de dois aspectos relevantes, a possíveis disparidade entre os valores de uso que os investimentos tendem a se converter e as necessidades sociais, ou seja, segundo este autor existe uma distância entre as necessidades do capital de valorizar-se e as necessidades sociais da maioria da população. E o peso do capital financeiro especulativo e sua volatilidade, que no atual momento histórico assume um papel significativo, sendo essencial a introdução da sua relação a reflexões sobre o padrão de reprodução capitalista nas economias dependentes.

3.2.1.1 Meio de produção e força de trabalho

A partir desse ponto, passa-se a considerar a forma como o capital adquire os meios de produção e a força de trabalho. No primeiro caso, Osório (2012) defende a determinação de onde são adquiridos os equipamentos, os maquinários e as tecnologias tanto do setor I (meios de produção) como do setor II (meios de consumo), se no mercado interno ou externo. Tal informação pode inferir sobre o nível de desenvolvimento do setor I da economia. Marini (2012 [1979]) ilustra a consideração desse aspecto, revelando que o parco desenvolvimento da indústria de bens de capital é um dos fatores que deu a forma aguda a países de economia dependente, segundo ele:

[...] dada magnitude de capital estrangeiro entra no processo de circulação da economia dependente a fim de promover um processo de produção. Para isso, contrata força de trabalho e compra maquinarias, terreno, matérias-primas. Entretanto, parte desse capital que entrou para ser investido sai imediatamente ao ser intercambiado por meios de produção adquiridos no exterior, particularmente máquinas e equipamentos; isso pode inclusive fazer com que a operação de entrada e saída se desvele e [...] sejam considerados investimento estrangeiro as máquinas e equipamentos colocados no país

dependente diretamente, sem a intermediação da fase que corresponde à circulação do capital dinheiro (MARINI, 2012 [1979], p. 27).

No caso da força de trabalho, a historicidade deve considerar algumas dimensões importantes que são resguardadas pelo valor da força do trabalho, desvendadas pela análise da teoria do valor de Marx. Ainda que o valor de uso que a mercadoria adquire seja determinante para a composição do valor da força de trabalho (e a forma como a mais valia será extraída), de modo geral, esta [a mercadoria] representará a objetivação do trabalho vivo, ou seja, todo valor de uso é a objetivação do trabalho vivo, a função e a posição que ocupa no processo de trabalho é que determina o tipo de valor de uso.

Para o processo analítico do padrão de reprodução capitalista, ainda na fase 1º da circulação (D - F_t) é basilar compreender como historicamente ocorre a compra da força de trabalho. Segundo Marx (2013), o primeiro passo é compreender se existe efetivamente um mercado de trabalho, onde haja uma oferta e demanda para essa mercadoria especial que é a força de trabalho. Como esse mercado é organizado, suas diretrizes, tipos de contrato que prevalece, são pontos que constituem uma caracterização necessária para determinação de como ocorre a dinâmica social da compra de força de trabalho. No entanto, a principal categoria a ser verificada é o valor da força de trabalho. Marx (2013) afirma que o valor da força de trabalho, assim como ocorrem com todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção e conseqüentemente reprodução dessa mercadoria específica. Entendendo, pois, conforme Marx, que a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio objetivado; ou seja, conseqüentemente dependente da existência em si do indivíduo que a possui, dessa maneira, a produção e reprodução da força de trabalho é resultado da produção e reprodução do indivíduo.

De tal maneira, seguindo esse argumento, Marx (2013, p. 317), conclui que o tempo de trabalho necessário à produção da mercadoria “força de trabalho” corresponde “ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor”.

A fase do capital produtivo (...P...) é sobretudo onde ocorre o processo de criação de valor, por meio da mercadoria força de trabalho. É nesse ponto que o capitalista extrai o mais valor, a partir do consumo dessa mercadoria. Marx (2013, p. 349) afirma que a transformação do dinheiro em capital ocorre no interior da esfera da circulação, e ao mesmo tempo, fora dela, pois, ainda que haja a mediação por meio da circulação, que dá início ao processo de

valorização, esta só ocorre efetivamente na esfera da produção. De tal maneira, ou justamente por isso, Marini (2012 [1979]) faz alusão ao fato de que a produção não é independente em relação à primeira fase da circulação, pois, a forma como a primeira se realiza fica condicionada o processo de produção conferindo-lhes características próprias.

A partir desse entendimento, Osório (2012) afirma que na fase produtiva do ciclo do capital-dinheiro o primeiro aspecto a ser considerado refere-se a forma como o capital consome a força de trabalho e o segundo aspecto a organização do trabalho. No que se refere ao primeiro aspecto, são quatro as formas de exploração da força de trabalho: pela compra da força de trabalho abaixo de seu valor; pelo prolongamento da jornada de trabalho; no incremento da produtividade do trabalho; e na intensificação do trabalho.

No caso do segundo aspecto, a *organização do trabalho*, este segundo Osório (2012) depende do tipo de valor de uso que se pretende produzir, bem como na composição técnica do capital. A forma como o capital organiza a produção tem variado de várias maneiras, seja no trabalho domiciliar, as primeiras manufaturas, as grandes indústrias, o fordismo, o trabalho em cadeia, o pós-fordismo (ou “Toyotismo”), a conformação de grupos flexíveis, a produção *just in time*, o retorno das empresas de tamanhos médio, e no contexto atual, as cadeias globais de valor⁴⁰. Essas várias formas de organização, ao longo da história, impuseram, de alguma maneira, uma determinação na forma de extrair a mais valia e conseqüentemente no tipo de exploração do trabalho, sendo em vários sentidos uma conformação de determinações aliadas a interesses de outros capitalismos mais desenvolvidos e que predominam no sistema mundo. Assim como, essas determinações que moldam a forma de organização do trabalho e o tipo de exploração do trabalho, também vão incidir sobre a dinâmica territorial, considerando uma dependência ou não do fator terra, sendo, de tal maneira, elemento de tensão social também nesse aspecto.

Ainda no escopo da organização do trabalho é importante considerar que o predomínio de um tipo de organização não exclui necessariamente a extinção das formas prévias existentes, ao contrário, é comum a imbricação dessas formas distintas (OSÓRIO, 2012). Dessa forma, não é incomum que tipos de exploração do trabalho frequentemente relacionadas com organizações de trabalho mais arcaicas sejam encontradas na atual conjuntura onde predominam outras formas de organização, tal como o caso do trabalho análogo escravo.

⁴⁰“Compreende todas as etapas e atividades, em sentido amplo, envolvidas na produção e na distribuição de um produto – não apenas a produção propriamente dita (inclusive dos insumos, partes e componentes utilizados), mas também toda gama de serviços envolvidos, desde o design até o marketing, a distribuição e o suporte pós-venda. Cada uma das etapas desta sequência ou conjunto de atividades é responsável por adicionar parte do valor do produto; disto decorre a expressão cadeia de valor” (CARNEIRO, 2015).

A análise da segunda fase da circulação (M'-D'), dada a interdependência entre as fases do ciclo do capital, depende sobremaneira da fase produtiva do capital. Sendo assim, conforme o tipo de valor de uso que a economia decide produzir – produtos do setor I (meios de produção) ou setor II (meios de consumo) – determinam as decisões sobre quais meios de produção devem ser adquiridos e de que maneira deve-se obter a força de trabalho (sob quais formas contratuais, níveis de qualificação, etc.) e conseqüentemente os tipos de exploração, o que pode ter conseqüências sobre o processo de realização do ciclo a depender do destino da mercadoria produzida. Ou seja, passado a fase produtiva a mercadoria está pronta para ser vendida e, assim, retomar a sua forma de dinheiro, porém, sob condição acrescida (D'), no entanto, para que isso ocorra deve haver a troca efetiva de mercadoria por dinheiro.

Segundo Marini (2012[1979]) economias dependentes possuem uma tendência a focar na produção de bens de consumo de massa, revelando um tipo de agudização interna que vai até o limite do que é inerente ao próprio modo de produção capitalista. Isso ocorre, pois, considerando que o consumo individual enfrenta obstáculos que advêm de fases anteriores no ciclo do capital, especificamente na fase produtiva, onde ocorre a superexploração da força de trabalho, o que implica em uma não remuneração do trabalhador pelo seu valor, conseqüentemente se reduz a capacidade de consumo restringindo a possibilidade de realização desses bens.

Considerando essa perspectiva, Osório (2012) entende que seja necessário identificar o mercado de destino das mercadorias produzidas, e essa informação pode inferir em diversos desdobramentos analíticos a serem considerados na caracterização do padrão de reprodução capitalista. Possivelmente a forma que a mercadoria assume no mercado pode dá a ideia do lugar que os setores e ramos da produção ocupam na economia mundial e em sua própria economia. Quais os mercados que se depende e que dependem da produção nacional?

Ainda segundo Osório (2012) há um outro aspecto a ser considerado é a quantidade de valor de uso que é lançado ao mercado.

Isso é relevante por muitos motivos, como o de nos dar uma ideia do nível de desenvolvimento de uma economia e dos ramos ou setores-eixo da produção. Mas também ajuda a entender problemas derivados das flutuações dos mercados em relação a determinados valores de uso. Por exemplo, uma crise generalizada tende a propiciar a derrubada de mercados, mas, em geral, economias que produzem bens de consumo salarial ou industrial indispensáveis (como carne, trigo, petróleo etc.) são menos golpeadas do que economias que produzem bens de consumo não indispensáveis (café, banana e outras frutas) ou até matérias-primas (estanho, cobre etc.). Isso porque a demanda de meios de produção tende a decair profundamente durante as crises enquanto o consumo individual indispensável se realiza mesmo apesar delas (OSÓRIO, 2012, p. 60-61).

Os problemas de realização, segundo Marini (2012 [1979]) influenciam tanto o aparato produtivo como tendem a deslocar parte da circulação de mercadorias em direção ao mercado mundial por meio das exportações, colaborando para que a mais valia gerada não permaneça no país, o que no caso dos países dependentes acarretam numa manutenção mais aguda da sua dependência.

A partir dessas questões, Osório (2012, p. 61) argumenta que de todas as fases do ciclo do capital a que mais se torna propensa a desencadear crises é a segunda fase da circulação. Ainda que todas as fases do ciclo do capital apresentem possibilidades de interrupção e consequentemente crises, esta seria mais aguda, tendo em vista, a evidência a forma caótica como são tomadas as decisões da produção capitalista, e é nessa fase que estas crises são colocadas a prova determinando se os investimentos foram realizados de maneira correta ou não, ou ainda, se o tempo de trabalho social destinado foi maior do que o necessário.

Com base, nos pontos analíticos apresentados, foi sistematizado o Quadro 3.1, com as categorias de análise do padrão de reprodução capitalista.

Quadro 3.1 – Síntese analítico do Padrão de Reprodução conforme as fases do ciclo do capital dinheiro

FASES	ANÁLISE
1º fase da circulação (D-M)	<p>a) D</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quem investe, quanto investe e em que investe; • Tipo de valor de uso no qual se concentra os investimentos; • Peso do capital financeiro e sua volatilidade. <p>b) D-Mp</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipos de meios de produção adquiridos; • Onde são adquiridos. <p>c) D-Ft</p> <ul style="list-style-type: none"> • O valor da força de trabalho e as condições de produção e reprodução do trabalhador; • Setores, ramos e indústrias que demandam força de trabalho; • Características distintas da força de trabalho; • Condições que determinam a demanda por trabalhadores; • Localização territorial; • Tipo de contratos e benefícios que são estabelecidos.
Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Forma como o capital consome a força de trabalho: <p>a) Prolongamento da jornada de trabalho;</p> <p>b) A produtividade do trabalho;</p> <p>c) A intensidade do trabalho;</p> <p>d) A organização do trabalho.</p>

continua

2ª fase da circulação	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado de destino da produção (qual extrato do mercado de consumo se dirige a produção?); • Participação do mercado externo no consumo da produção; • Relação entre valores de uso e flutuações dos mercados (há realização da mais valia? A crise afeta o setor nesse sentido?).
-----------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora, conforme Osório (2012).

3.2.1.2 Capitalismos diversos e dependentes

Osório (2012, p. 40) aponta a constituição contraditória do sistema capitalista no processo histórico. Ainda que tenha em sua origem a vocação planetária, desenvolveu-se sobre a égide da consolidação de Estados nacionais, gerando soluções, tais como taxas de lucro diferenciadas que, no entanto, também acarretou diversos conflitos, principalmente, “por fronteiras que ainda limitam a sua ação”.

Segundo Osório (2018) o capitalismo dependente é uma forma de capitalismo pelo qual seria exigido a superexploração não somente pelas particularidades da forma como ocorre a reprodução interna, bem como pelos processos que resolve na reprodução do sistema mundial capitalista. Ou seja, no âmbito do capital mundial, o capitalismo se organiza e apresenta-se por unidades diferenciadas de diversas formas de capitalismo. Sendo as formas fundamentais, o capitalismo desenvolvido e o dependente, com modalidades peculiares de reprodução de capital imbricadas. Nesse sentido, “os padrões de reprodução, em umas e em outras formas de capitalismo, apresentam originalidades que conferem conotações específicas ao processo de reprodução”.

A teoria marxista da dependência surge assim para dar conta de explicar a lei que determina as relações no capitalismo dependente e que define a sua reprodução, integrando uma interdependência que se forma a partir do sistema mundial, com outras formas de capitalismo, seja desenvolvido ou também dependente. É nesse sentido que, segundo Osório (2018), se constrói as noções e categorias teóricas, tais como as de superexploração, cisão do ciclo do capital, desenvolvimento do subdesenvolvimento ou troca desigual, definindo, assim, relações e determinações assentando-as e atribuindo conteúdos.

Com isso, considerando a possibilidade de existirem formas diversas de capitalismo, é provável que num mesmo país, haja também variações do tipo de capitalismo e que sua caracterização –

ou determinação de um padrão – possa ocorrer tendo como via as relações sociais que se estabelecem e dada a sua formação histórica.

Osório (2018, p. 492) afirma que

Com a noção de capitalismo dependente, o capitalismo deixou de ter apenas uma forma, com variações marcadas pelo avanço de algumas economias e pelo atraso de outras nas quais estas últimas – de modo regular – podem avançar para o desenvolvimento, ou a periferia pode alcançar formas que a aproximem da condição de centro. Trata-se de *entidades que, no seio do sistema mundial, prosseguem caminhos diferenciados e, em lugar de se aproximarem, separam-se* (grifos do autor) (OSÓRIO, 2018, p. 492).

Nas economias dependentes são estruturadas condições objetivas para a superexploração. Dentre essas condições, pode-se destacar, a superexploração constituída por meio das **perdas sofridas pelo capitalismo dependente no mercado mundial, por meio da troca desigual e de outros tipos de transferências**.

Ocorre que as forças capitalistas da economia dependente buscam repor as perdas por meio da apropriação de parte do fundo de consumo dos trabalhadores, da sua conversão em fundo de acumulação e apropriação presente de parte dos anos futuros de trabalho e de vida, através da extensão das jornadas de trabalho e da sua intensificação (OSÓRIO, 2018).

No capitalismo dependente é predominante o pagamento direto de salários abaixo do valor da força de trabalho e a prolongação da jornada, situações essas que influem na maioria da população trabalhadora, conformando estruturas produtivas direcionadas essencialmente para o mercado externo e para um estreito mercado interno de alto poder de consumo, contexto esse possibilitado pelos setores mais dinâmicos do capital (OSÓRIO, 2018).

Considerando a ideia da existência de diversos capitalismo interdependentes e hierarquizados, num sistema mundial, torna a contextualização da formação econômico-social e conjuntural de nações dependentes uma perspectiva mais próxima de uma análise concreta. Nesse sentido, Osório (2012a) percebe a determinação do padrão de reprodução capitalista como uma noção importante, a fim de entender as formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, seja no centro ou na semiperiferia e periferia, ou ainda em regiões no interior de cada um deles, tendo em vista as características de sua metamorfose no processo do circuito do capital, na passagem pelas esferas da produção e da circulação, integrando o desenvolvimento da valorização do capital e sua transformação em valores de uso específicos – calças, rádios, celulares, tanques de guerra, etc. –, bem como as contradições que esses processos promovem.

Esse entendimento tornar-se ainda mais relevante na perspectiva de conflitos territoriais com conformações de formas de reprodução do capital em momentos distintos na formação histórica, econômica, social e política.

Historicizar a reprodução do capital implica compreender as condições que tornam possível o ascenso e o auge de um padrão, assim como seu declínio e crise, ao mesmo tempo que se consideram os momentos de transição, nos quais um antigo padrão não termina de desaparecer ou constitui-se em padrão subordinado e outro novo não termina de amadurecer ou converte-se em padrão dominante (OSÓRIO, 2012, p. 41).

De tal maneira que Marini (2012[1979], p.21) em artigo publicado em 1979 ao tratar do ciclo do capital na economia dependente, faz referência a transformação das economias dependentes da América Latina que naquele momento histórico apontavam para uma conformação em direção ao mercado interno por setores mais dinâmicos, sendo pois um padrão totalmente diferente do que predominava no início do século XX, que se caracterizava sob a forma de uma economia exportadora, dependente, representando um sistema de produção complementar aos das economias centrais, tendo seu ciclo determinado por este. No entanto, a história atual vem demonstrando que conforme a necessidade do capitalismo desenvolvido (central) o padrão de reprodução capitalista das economias da América Latina no início do século XXI retomaram a direção de economias exportadoras de bens primários ou com pouca industrialização.

Colaborando para a ideia de Osório (2012), de que a reprodução do capital assume diversas formas em distintos momentos históricos, fazendo com que estas se readéquem às transformações produzidas pelo sistema mundial e conseqüentemente às mudanças na divisão internacional do trabalho, promovendo uma reorientação da produção sobre novos eixos de acumulação, bem como à novos valores de uso e de troca. Com isso, a depender do tempo histórico, o capital não favorece sempre os mesmos setores ou ramos como motores de seu processo de valorização.

3.3 EVOLUÇÃO DO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL E AS VERTICALIDADES NO TERRITÓRIO

A forma como o espaço do território brasileiro – desde o início da sua dominação pela Coroa portuguesa – moldou-se às dinâmicas econômicas e políticas equidistantes forjou na sua configuração uma relação de submissão e dependência. Ainda sob a égide mercantilista, ou pré-capitalista, a forma como o capital realizou-se orquestrou uma dominação espacial

verticalizada, produzindo uma urbanização conforme os interesses que iam se estabelecendo a partir da técnica de produção e do nível de divisão social do trabalho. Sugere-se, assim, que a formação histórica brasileira, e seus conflitos territoriais, tem origem na determinação nas formas de acumulação determinada pelo capital e as suas necessidades.

Segundo Chesnais (1996, p. 47), o contexto hierárquico no cenário da divisão internacional do trabalho no sistema capitalista mundializado atual é resultado de antigos investimentos diretos, realizados a partir dos anos 1880 por administrações ou empresas estrangeiras, que conformaram historicamente o lugar atualmente ocupado por muitos “países em desenvolvimento”. Não sendo, pois, o resultado de uma dotação de fatores naturais. Na maioria dos casos, a situação de produtor e exportador de uma ou duas matérias-primas básicas, da mineração ou agricultura, frequentemente com demanda cada vez menor pelos países industrializados, seria resultado desses investimentos diretos. De modo geral, investimentos estes, realizados por países colonizadores ou, quando se tratava de relações semicoloniais, da potência tutelar na “zona de influência” em objeto, como por exemplo, a Inglaterra que impôs ao Brasil o fim do tráfico negreiro, para que se reconhecesse a independência de 1822.

Ainda conforme Chesnais (1996, p. 47),

[...] as empresas britânicas tinham alcançado, desde fins do século XIX, um grau de mundialização aproximadamente igual ao que tiveram nos anos 1960-1970, antes do novo deslanche dos investimentos internacionais. Quanto aos Estados Unidos, W. Andreff calculou que, em relação ao PNB, o volume dos investimentos estrangeiros alcançara 7,3% em 1914, nível que voltou a atingir em 1966. A maior parte desses investimentos visava matérias-primas básicas, então indispensáveis para o florescimento da indústria americana (CHESNAIS, 1996, p. 47).

Rangel (1956, p. 208) afirma que a economia brasileira tem sua origem no ato do comércio exterior, passando por feitorias e fazendas que ao longo de um período se complexifica com o aparecimento de unidades econômicas voltadas para o comércio exterior, aplicando parte da sua força produtiva para satisfação direta de suas necessidades. Posteriormente, surge um governo, um aparelho comercial, um sistema de transporte (com origem do mercado nacional), e somente mais tarde aparecem unidades não agrícolas produtivas que vão ser embrião da futura indústria nacional, que ao longo do tempo abandonam sua característica artesanal se revestindo das feições da forma capitalista mais avançada.

No entanto, esse processo evolutivo se deu de maneira inversa das nações europeias emergidas na Idade Média, nas quais o comércio exterior surge paulatinamente até alcançar o formato constante e regular. Segundo Rangel (1956, p. 208-209) o comércio exterior, para esses países,

tanto na vida, como nos modelos teóricos, foi, “uma complicação introduzida no primitivo modelo fechado, aldeão, provincial e depois nacional. No nosso caso, primeiro surge um comércio exterior, ‘puro’, que se vai gradativamente complicando”.

Diante dessa reflexão e amparado teoricamente tanto pela dinâmica da produção do espaço (espaço apropriado e dominado) de Lefebvre (2006) e a percepção do papel da técnica se configurando como sistema a partir da complexificação do modo de reprodução capitalista, conforme Santos propõe, é possível vislumbrar na formação do território nacional o papel das verticalidades em submeter as forças produtivas locais conforme as necessidades de desenvolvimento do capitalismo (imperialista) nos países mais avançados na forma de reprodução.

O Brasil, assim como em grande parte dos países da América Latina, dado a sua formação histórica econômica colonial e posterior inserção dependente, passou por processos tecnológicos que se encaixavam, em certa medida, na sua função na divisão internacional do trabalho. Ainda que se tenha buscado romper o ciclo de dependência por meio da política de *substituição das importações*⁴¹, as forças hegemônicas que permitiram avanços na industrialização, orientaram o padrão de reprodução do sistema capitalista local para uma outra dinâmica, fazendo com que fossem abandonadas a ideia de industrialização⁴², principalmente considerando, que também o padrão de reprodução do sistema mundo emblematicamente se reconfigurava engendrando ou resgatando um imperialismo “repaginado”⁴³, orquestrado pela hegemonia norte americana e moldando o território mundial por meio das denominadas Cadeiras Globais de Valor.

A influência que o capitalismo hegemônico tem frente aos capitais locais e regionais se realiza pela sua atual forma sistemática advinda de avanços tecnológicos nas áreas de informação e comunicação. Implicando uma coordenação que caracteriza o capital mundializado, num sistema de convergência temporal (SANTOS, 2000) nunca visto. De tal maneira que são estabelecidas diversas divisões internacionais do trabalho, em que, a América Latina desempenha a função de produtora de metais preciosos, matérias-primas e alimentos desde o período colonial até a etapa do padrão primário exportador, passando por um período de industrialização. No entanto, segundo Osório (2012, p. 79) o atual padrão de reprodução

⁴¹De acordo com Tavares (2000, p. 225) “pode ser entendido como um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos”.

⁴²Ver Osório (2012a, p.106).

⁴³Ver “O novo Imperialismo” Harvey (2005).

capitalista predominante no Brasil e na América Latina, seria o padrão exportador de especialização produtiva que,

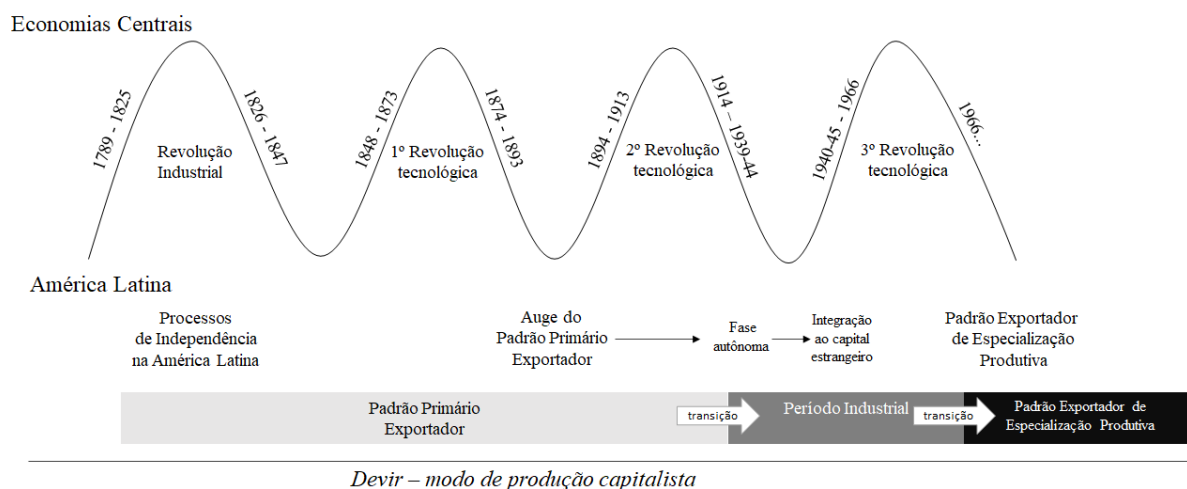
[...] adquire sentido no quadro de revoluções na microeletrônica, que multiplicam e aceleram as comunicações, a redução nos preços dos transportes de mercadorias e um novo estágio do capital financeiro. Tudo isso propiciou integrações mais intensas do mercado mundial, assim como novas possibilidades de segmentação dos processos produtivos, de realocação de indústrias e serviços, bem como uma elevada mobilidade do capital, processos que foram caracterizados com a noção de mundialização (OSÓRIO, 2012, p. 79).

Colaborando com esse entendimento, Santos (2001) afirma que inicialmente o período capitalista apresentava modelos múltiplos de utilização dos recursos, principalmente em escala mundial. No entanto, conforme seu desenvolvimento, o número de modelos reduziu-se, o número de opções para escolha ficou cada vez mais estreito. De tal forma que após a Segunda Guerra Mundial, com a instauração do capitalismo tecnológico, não há mais opção de escolha. É imposto no mundo um modelo de tecnologia, de organização, de utilização do capital, do espaço, etc. Sendo, pois, firmado como dominante em toda parte, ainda que sob modos distintos, conforme o nível das forças produtivas de cada país.⁴⁴

Osório (2012, p. 78-85), demarca as mudanças no padrão de reprodução capitalista do sistema mundial a partir de *ondas longas* cuja transições acarretariam revoluções tecnológicas aplicadas a produção, promovendo reestruturações dos processos de reprodução do capital em todas as suas dimensões. De acordo com este autor, a primeira onda (1848 – 1873) implicou a utilização produtivas de maquinaria com motor de vapor, a segunda (1849 – 1913), de motores de combustão interna e elétricos e a terceira (1940-45 a 1966), significou o controle de máquinas por meio de aparelhos eletrônicos. Tais processos revolucionários estabelecem ciclos da taxa média de lucro no mundo central, conseqüentemente em ciclos de padrões de reprodução, haja vista a relação de dependência e o avanço da integração mundial em redes, esses ciclos geram conseqüências às economias periféricas. Contudo, não necessariamente essas economias dependentes e periféricas operaram numa relação se simples reflexo do que acontece com as economias centrais, mas promovem delimitações as ações das nações dependentes (Figura 3.3.).

⁴⁴Segundo Santos (2001, p. 138) a China seria a única nação a escapar do modelo capitalista dominante, tendo em vista, que este país realizou sua revolução tecnológica de forma paralela.

Figura 3.3 – Ondas longas de ascenso e declínio dos padrões de reprodução nas economias centrais e os padrões de reprodução capitalista na América Latina



Fonte: Elaborado pela autora com base em Osório (2012, p.81).

A Figura 3.3 coloca em paralelo as ondas longas das economias centrais em periodização e a gestão dos padrões de reprodução do capital América Latina. A primeira onda longa das economias centrais converge para o período de incursão dos processos de independência na América Latina, as lutas internas, bem como as primeiras iniciativas para inserção das nações formalmente independentes no mercado mundial. Já na fase de declínio do segundo ciclo das economias centrais, o padrão primário-exportador das economias chega ao seu auge, e iniciam-se as primeiras crises localizadas desse modelo. De tal maneira que após as primeiras décadas do século XX, estas economias inauguram um período longo de transição para padrão industrial, que apenas começará após a Segunda Guerra Mundial, circunscrevendo o fim da fase descendente da terceira longa onda (OSÓRIO, 2012, p. 80-85).

O padrão industrial inicia-se de forma autônoma nos principais países da América Latina, no entanto, a partir de mudanças no curso da estrutura da economia mundial, há uma integração do capital estrangeiro, que segundo Mandel (1982, p. 44), de início, proviam em sua grande parte de reinvestimentos de lucros realizados nos próprios países periféricos, bem como da dominação crescente do mercado local de capital, além da absorção cada vez maior da mais-valia e do produto agrícola excedente, de origem nos países periféricos. Osório (2012, p. 83) afirma que esse processo de avanço e consolidação do padrão industrial e sua passagem de uma modalidade internalizada e autônoma, ocorre em meados dos anos 1950 e a passagem para um modelo industrial diversificado e mais integrado ao capital estrangeiro, do início dos anos 1950 em diante.

Por fim, *a grosso modo*, a longa fase recessiva da quarta onda longa das economias centrais coincide com o período de queda do padrão industrial diversificado na América Latina, manifestando-se em crises de crescimento, em crise da dívida externa, na chamada década perdida. Nesse cenário de incertezas no plano econômico é que se inicia os primeiros passos para a conformação do novo padrão de reprodução da América Latina, conforme Osório (2012), o padrão exportador de especialização produtiva, a partir do período de transição entre as décadas de 1970 e 1980, sendo caracterizadas pelo:

[...] regresso a produções seletivas, seja de bens secundários e/ou primários, seja de realocização de segmentos produtivos, novas organizações da produção, em geral qualificadas como “toyotismo”, flexibilização laboral e precariedade, economias voltadas à exportação, drásticas reduções e segmentação do mercado interno, fortes polarizações sociais, aumento da exploração e da superexploração e níveis elevados de pobreza e indigência (OSÓRIO, 2012, p. 85)

3.3.1 Reprodução capitalista e expansão primária no Brasil

No Brasil, a tecnologia empregada no setor agrícola, principalmente até a década de 1960, alterou em grande medida a dinâmica capitalista no campo. De modo geral, o sistema capitalista procura superar as barreiras que limitam o seu avanço, de tal maneira, que por meio do desenvolvimento de novas tecnologias, busca superar os limites que, no caso, especialmente do campo, geralmente é imposto pela Natureza. No ciclo do capital, dos meios de produção, a terra é o meio que não é passível de ser produzido, porém, ao longo da evolução científica métodos foram sendo desenvolvidos para de alguma maneira tornar essa barreira mais flexível⁴⁵.

Considerando o papel da técnica e os elementos políticos e econômicos, Silva (1996a) destaca a decomposição do complexo rural brasileiro no período de 1850 a 1945. Tal processo demarca a passagem da predominância da economia natural (dependente das forças da natureza) para a modernização da agricultura e a criação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), por meio de um longo processo de transformação da base tecnológica, que culmina na industrialização da agricultura. Durante a predominância dos Complexos Rurais, a divisão do trabalho era incipiente, no entanto, o processo de adesão a proibição do tráfico negreiro, a Lei de terras de

⁴⁵Silva (1996, p. 21-22) [...] o sistema capitalista procura superar essas barreiras da limitação dos solos disponíveis fabricando as terras necessárias através da utilização de tecnologias por ele desenvolvidas. Por exemplo, um determinado pedaço de solo não pode ser utilizado porque está inundado, ou porque é muito duro e seco, ou ainda porque tem baixa fertilidade e não produz nada. Ora, com o uso de fertilizantes e de máquinas pode-se fazer a correção desses “defeitos” através da drenagem, aração, irrigação, etc.”.

1850⁴⁶, o fim do ciclo mineiro, a ascensão da economia cafeeira e configuração do complexo cafeeiro, exigiu um avanço na divisão social do trabalho, iniciando uma tendência a especialização.

A economia brasileira nesse período passou por uma nova fase envolvendo um profundo processo de reajustamento, principalmente com a dinâmica promovida pela economia cafeeira, com a especialização das fazendas nos produtos de exportação e a substituição da mão de obra escrava pela de colonos. A especialização fez com que as fazendas deixassem de realizar a produção de forma artesã dos seus meios de produção favorecendo a formação de estabelecimentos industriais e início do desenvolvimento do mercado interno. Com isso, aprofundava-se a divisão social do trabalho, com a separação campo-cidade e agricultura-indústria (SILVA, 1996a).

Dessa maneira, o país chega à década de 1930, mercantil-agrária-exportadora e livre cambista, com uma indústria leve já constituída, no entanto, criada, induzida e subordinada pelo setor exportador. Ou seja, ainda que incipiente, na economia brasileira já se fizera brotar a produção de alguns manufaturados e vários serviços, bem como um nível de urbanização de cerca de 30% da população. Porém, para o processo de industrialização se tornar realidade dependeria de uma mudança política (CANO, 2017).

A crise de 1929 e a Revolução de 1930 tornaram possível a mudança no predomínio dos interesses econômicos da oligarquia rural que forjavam uma classe política frágil e liberal. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o Estado ganha características intervencionista e desenvolvimentista. Nesses termos a política econômica passou a ter como foco a industrialização, de tal maneira, que se cria um incipiente sistema de planejamento e administração pública, formando um novo quadro de técnicos de funcionários públicos, e o Banco do Brasil retomando o seu caráter público passa a dirigir o crédito para o novo objetivo da nação. Com isso, o país chega ao Pós Segunda Guerra mundial avançando na industrialização, com o crescimento da urbanização, da classe trabalhadora, com uma legislação protetora criada pelo Estado (CANO, 2017).

Ainda que a indústria tenha ganhado espaço na economia nacional - principalmente pela política de substituição das importações -, a agricultura durante esse período passa por mudanças na sua

⁴⁶A lei de terras de 1850 representou um marco na questão agrária brasileira, tendo entre as suas dimensões a separação entre o domínio garantido pelo título e a posse. Conforme Oliveira (2010, p. 294) “O título da terra tornou-se, pela lei, superior à posse efetiva e, assim, tornou aquele que tem efetivamente a posse da terra destituído do direito sobre ela. E garantiu, portanto, àquele que, sendo portador do título da terra mesmo sem nunca tê-la ocupado de fato, o domínio sobre ela, ou seja, o direito de propriedade privada da terra”.

dinâmica de mercado, que, de forma progressiva, deixa de ser o mercado externo e passa a ser o interno. Segundo Silva (1996a) antes da década de 1930 os determinantes mais fortes da agricultura do mercado interno eram dependentes das flutuações do mercado externo voltados para o café. Com a crise do café inicia-se uma tendência na redução nas exportações desse produto e um processo de diversificação agrícola mais equilibrada com o crescimento na produção de arroz e charque, ganhando maior peso a cultura do algodão (principalmente na região de São Paulo) e a produção de alimentos.

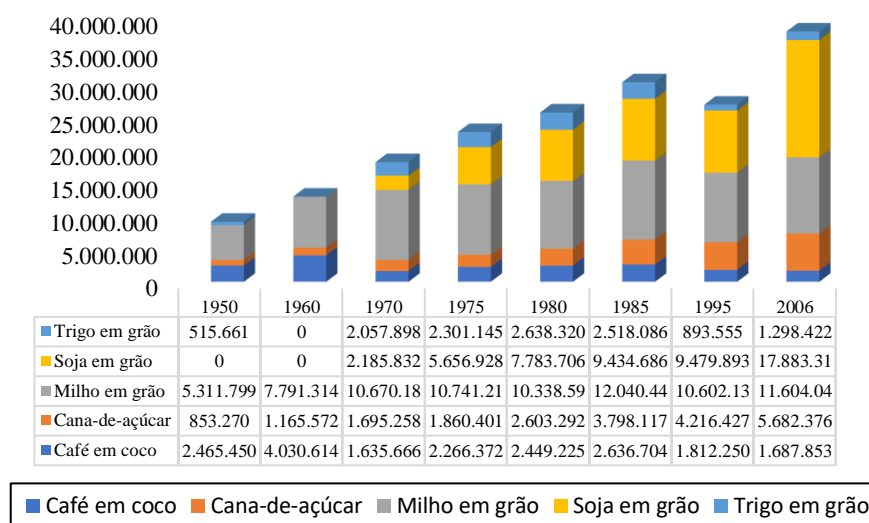
Esse movimento de diversificação da produção agrícola – pelo crescimento da produção interna de alimentos e matérias-primas – deu-se simultaneamente a uma queda das exportações de café e, em consequência, da capacidade para importar. Paralelamente, a necessidade de constantes desvalorizações cambiais e controle do mercado de divisas favoreceu a industrialização, fazendo com que os efeitos negativos da depressão fossem menos agudos sobre a produção industrial do que sobre a produção agrícola.

Com isso, a expansão do mercado interno provocada pela industrialização tornou-se o estímulo à agricultura de mercado interno, cujo crescimento prossegue em bases firmes após a depressão dos anos 30, ao lado da queda continuada das lavouras de exportação (SILVA, 1996a, p. 16).

Esse processo de diversificação é marcado também pela ampliação das áreas cultivadas que se intensificou até o final da década de 1960. De acordo com Silva (1996a) de 1930 até 1950 a área de lavoura aumentou 6.356 mil hectares. Já entre 1950 até 1960 expandiu-se em 9.617 mil hectares e em 1960 uma incorporação de 5.272 mil hectares. Ainda segundo este autor, alguns fatores contribuíram para expansão da fronteira agrícola de forma relativamente rápida, sendo eles, a ampliação da infraestrutura de transportes e o aumento da oferta interna de veículos motorizados e a alteração na ênfase do mercado externo para o interno. No entanto, em termos de circulação o elemento crucial teria sido a integração nacional, viabilizada em grande medida pelo desenvolvimento da rede de transportes, de modo especial o rodoviário.

A figura 3.4 aponta a evolução das culturas agrícolas de 1950 a 2006, na qual é possível vislumbrar o crescimento da cultura da soja, a partir do ano de 1970, com uma área colhida de 2.185.832 milhões hectares, chegando a 17.883.318 milhões hectares (um aumento de mais de 700%), acompanhados pela cana-de-açúcar (566%) e o milho em grão (118,5%), no período de 1950 a 2006.

Figura 3.4 – Área colhida em hectares por tipo de produto, de 1950 a 2006



Fonte: IBGE (2019).

Um fator importante para esse processo de expansão da fronteira agrícola possivelmente possui relação com o esforço realizado tanto pelo governo de Getúlio Vargas, nos primeiros anos do Estado Novo, com a criação da Fundação Brasil Central, que passou a desenvolver um conjunto de projetos de colonização agrícola em regiões do Oeste e do Norte do país, numa proposta de ocupação de territórios “vazios”, pregando a “Marcha para o Oeste”, quanto pelo governo de Juscelino Kubitschek com a transferência da Capital Federal para o Planalto Central, promovendo a transferência também de um grande número da população, tanto para construção de Brasília, quanto para abertura de estradas ligando a capital aos mais diversos pontos do território nacional, com intuito de desenvolver uma política de integração, política essa mantida pelos governos militares, que de forma improvisada e ignorando as nações indígenas, promoveram a abertura de estradas nas áreas mais isoladas com vista a implantação de núcleos coloniais (DE OLIVEIRA, 2004).

Segundo Martins (2018) esse processo de ocupação do Oeste e do Norte do país se configura como umas das “frente pioneira”⁴⁷, que a partir de 1943, deixa de se mover em regiões de interesses imobiliários do grande capital, das empresas ferroviárias e da agricultura de

⁴⁷Segundo Martins (2018) esse conceito trata da situação de fronteira, no entanto, a sua compreensão perpassa a distinção das visões que os diferentes pesquisadores possuem desta. Martins explora a distinção entre frente de expansão e frente pioneira, sendo a primeira uma perspectiva própria dos antropólogos, sociólogos e historiadores, tendo como base na concepção de fronteira de civilização, expressando a ideia de ocupação do espaço daqueles que tem como referência as populações indígenas. No caso da “frente pioneira”, o índio não é considerado, tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor.

exportação, caso do café na região Sudeste, e passa a se direcionar para região Amazônica, porém, com o apoio direto do governo federal. Segundo esse autor os grandes episódios desse processo de ocupação foram: a Expedição Roncador-Xingu⁴⁸ e a Fundação Brasil Central (ambas oficiais e durante a década de 1940); a construção da rodovia Belém-Brasília (década de 1950); e por fim, a política de incentivos fiscais da ditadura militar a partir dos anos de 1960.

Tendo por objetivo de subsidiar a formação do capital das empresas da Amazônia, a política de incentivos fiscais figurava como uma medida compensatória pela imobilização improdutiva de capital na aquisição de terras com vista a abertura de fazendas – aonde fosse necessário – resultou na aliança entre os grandes proprietários de terra e o grande capital (MARTINS, 2018).

Frente a essa ligação entre Estado, fazendeiros e empresários, a forma como realizou-se a ocupação nessas regiões ocorreu de maneira desenfreada e convergindo na superposição de frentes distintas de ocupação territorial, resultando numa situação de conflitos violentos. O processo de despejo violento de posseiros tornou-se frequente e numeroso, realizado com ou sem base judicial, muitas vezes apoiados em documentos falsos e indo de encontro as populações indígenas (MARTINS, 2018)⁴⁹.

Durante o período da ditadura militar – de 1964 a 1985 – o processo de ocupação da região Norte e Centro-Oeste envolveu vários projetos, nos quais o capital internacional esteve diretamente relacionado, consubstanciado pela ideia de construir um Brasil-potência, com ritmo acelerado, conforme relacionados por De Oliveira (2004, p. 25-27):

- Projeto faraônico de exploração mineral, envolvendo a construção de represas no rio Amazonas, na altura de Óbidos, e de vários dos seus afluentes, com a finalidade de criar uma série de lagos interiores que permitisse a atividade de mineração via fluvial, realizada por grupos internacionais, intermediados pelo Instituto Hudson;
- Projeto Jari, realizado pelo multimilionário Daniel Ludwig, que apossou-se de grandes extensões de territoriais (considerando que a área era federal), destruindo a floresta tropical com sua biodiversidade e implantou uma floresta homogênea de *gmelina*,

⁴⁸Essa expedição foi organizada durante o governo de Getúlio Vargas, no período da segunda guerra mundial, com intuito de desbravar terras ainda desconhecidas entre o Brasil Central e a Amazônia, de tal maneira a criar campos de pouso intermediários na construção de uma rota aérea que ligasse o Sul e o Norte pelo interior do país. Chefiada por João Alberto Lins de Barros a expedição era ligada administrativamente à Fundação Brasil Central (COSTA, 1987).

⁴⁹De acordo com Martins (2018, p. 154) a distinção entre ocupações de regiões de fronteira do tipo frente de expansão e frente pioneira, era facilmente possível nos anos da década de 1970, no Mato Grosso, porém, o mesmo não ocorreu nos anos de 1980 no Pará, na qual os índios ainda na fase incipiente de integração com a sociedade nacional foram obrigados a combater diretamente com grandes empresas modernas que se instalaram em seus territórios, interditando o acesso às terras que estes pretendiam ocupar.

importada do Oriente, com fins na produção de celulose. Além de provocar impactos ambientais irreversíveis, no início da década de 1980 a empresa em prejuízo pediu ao governo brasileiro, tido como seu avalista, para que saldasse suas dívidas⁵⁰;

- Projeto Carajás, voltado para exploração da grande jazida de ferro encontrada na Serra dos Carajás, localizada no extremo leste do estado do Pará. A exploração mineral sob a tutela do Estado se configurou no Projeto Grande Carajás (PGC) tomou como perímetro de atuação o delta do Amazonas, o curso oriental do rio Xingu no Pará, o rio Parnaíba, limite entre os estados do Maranhão e Piauí, e o Oceano Atlântico, conformando uma área de 900 mil quilômetros quadrados. Além PGC, institui-se o Projeto Ferro-Carajás (subprojeto), com a finalidade de criar a infraestrutura necessária, englobando a construção da Ferrovia Carajás, cobrindo 890 quilômetros, ligando a Serra dos Carajás ao Porto de Itaquí, em São Luiz⁵¹, com financiamento internacional (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Comunidade Econômica Europeia, etc.).

Para Silva (1996a) é possível determinar o estabelecimento de um novo padrão de reprodução capitalista (padrão agrícola nos termos do autor) nos primeiros anos da década de 1960, especificamente no ano de 1965, com a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). A ruptura com o antigo padrão ocorre, segundo esse autor, por meio da consolidação integrada com o complexo agroindustrial e as mudanças na base técnica de produção agrícola; a intensificação da urbanização e rápido crescimento do emprego não-agrícola, com pressões sobre a demanda de produtos agrícolas; o crescimento e a diversificação das exportações; e, por fim, a organização da SNCR como principal veículo do projeto de modernização para agricultura, que no que tange o arcabouço teórico desse autor, “designa o processo de transformação na base teórica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade”.

Esse projeto de modernização, tendo como parte a tutela do Estado, pode ser percebido em duas fases no que tange o período de transição para o novo padrão de reprodução capitalista. Na primeira fase pode-se destacar o Pós segunda guerra e a década de 1950 por meio das políticas comerciais e cambiais, bem como da capacidade de endividamento externo, com o objetivo de importar máquinas e insumos. Segundo Silva (1996a) havia uma preocupação governamental em aumentar a produtividade agrícola, principalmente considerando a imposição de instâncias

⁵⁰Sobre a perspectiva de atividades a montante, tais como a exploração de madeira para carvão ver Fearnside (1988).

⁵¹Ver Oliveira (2005) e Ferraz e Ladeira (1991).

externas à unidade produtiva em uma adequação ao pacote tecnológico difundido pela economia norte-americana. Nesse sentido, a partir de 1953 a política de substituição das importações passa a englobar os fertilizantes, em especial, num esforço de incentivar a indústria doméstica de fertilizantes, porém, as importações permaneciam altas. Contudo, já no período Kubitschek (no plano de Metas) a produção de fertilizantes nacional é fortalecida.

O processo de modernização da agricultura, principalmente tendo em vista o seu papel de fornecedor de matéria-prima da indústria nacional em pleno desenvolvimento, era de grande relevância. No entanto, para que houvesse incentivo para modernização, havia a necessidade de crescimento da verticalização produtiva, no que concerne a indústria de insumos produtivos, e a redução, em tese, da dependência com as importações.

Em consonância com Da Silva (1996a), Delgado (1985) sintetiza o processo que vai convergir para constituição do Complexo Agroindustrial como: 1) Década de 1950, introdução de um novo padrão tecnológico tendo como finalidade a produção rural, estimulada e facilitada pelo governo e empresas norte-americanas, por meio das importações de meios de produção industriais (elevação dos índices de tratorização e consumo de NPK⁵²); 2) Final da década de 1950, industrialização dos processos de produção rural, tendo como marco a implantação das primeiras indústrias de tratores do Brasil, resultado do favorecimento financeiro pelo Estado ao consumo desses novos meios de produção; 3) Fusão ou integração de capitais intersetoriais.

Esses aspectos são ilustrados por autores como Da Silva (1996a) e Müller (1982) que destacam o processo de modernização percebidos por meio do aumento do consumo intermediário, que em 1939 apresentava um percentual de 13% da utilização do valor bruto total de produção e em 1980 passa a 38,7%. Esse processo também é baseado no aumento da participação da indústria para agricultura no CAIs, que passou de 9,3% para 12,7% entre 1970 e 1980.

Essa transformação da produção agrícola, a partir da expansão vertical com o crescimento da interdependência setorial da produção a jusante e a montante a partir das agroindústrias, bem como a expansão horizontal com frente pioneira e o crescimento das áreas para agricultura e pecuária, qualificam o novo padrão de reprodução capitalista, principalmente com a concepção da integração de capitais.

De tal maneira que Da Silva (1996a, p. 26) afirma que:

O elemento que dá unidade às diversas atividades dos complexos agroindustriais é que todas elas são atividades do capital, com uma regulação macroeconômica mais geral. As ligações intercapitais não são apenas técnicas, mas sobretudo financeiras. A

⁵²Sigla que contempla composto de fertilizantes que contém: nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K).

compra de insumos pela agricultura, por exemplo, impõe-se a princípio como necessidade técnica, mas implica de imediato a necessidade de financiamento. Este não será tarefa de agentes isolados (como era o comerciante-prestamista), e sim do sistema financeiro instalado, o qual se torna parâmetro a soldar o movimento da agricultura como movimento geral da economia. Em outros termos, a modernização da agricultura requer a existência de um sistema financeiro constituído (concretizado inicialmente no SNCR) para que possa ser viabilizada e, ao mesmo tempo, esse sistema passa a ser fundamental na soldagem dos CAIs com o movimento global da acumulação (SILVA, 1996a, p. 26).

Esse processo, tem como pano de fundo um conflito teórico e político entre grupos de interesses contrários. De tal maneira que, tendo por base o período pós segunda guerra mundial, Delgado (2005), identifica o desenrolar dialético da questão agrária no Brasil. Ao passo que, no momento que se constrói no país um discurso teórico e político a favor da Reforma Agrária, principalmente no pós guerra, as forças de reação contrária elaboram o discurso de modernização técnica da agropecuária, que, por fim, prevalece, a partir do golpe de 1964.

Durante esse período instaurou-se o que Martins (2018, p. 132) denomina de “surto expansionista”, pelo qual a Amazônia brasileira “transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida, processo que continuou, ainda que atenuado, com a reinstauração do regime político civil e democrático em 1985”. De 1968 até 1987 várias tribos de diferentes etnias sofreram pelo menos 92 ataques organizados, arquitetado por proprietários de terras de grande porte, com a participação de pistoleiros utilizando arma de fogo. Ainda segundo Martins (2018) em 1984 os Kayapós-txukahamães travaram uma verdadeira guerra contra os fazendeiros e o governo militar, por 42 dias, terminando com o fechamento definitivo de extenso trecho da rodovia BR-080, que teria sido aberta de maneira maliciosa por meio do território indígena com o objetivo de uma futura invasão das terras pelos grandes fazendeiros. Esse confronto resultou num massacre com mortos de ambos os lados.

Delgado (2005), afirma que o debate em torno da questão agrária no país interrompido pós 1964⁵³, se renova com o fim do regime militar e a crise da “modernização conservadora” da agricultura, quando retoma-se a discussão da reforma agrária por meio do Plano Nacional de

⁵³Segundo Delgado (2005) antes de 1964, principalmente após a Revolução de 1930, havia no Brasil um debate a cerca da questão agrária, tendo como centro das discussões a emergência da Reforma Agrária no País. Participavam desse debate: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – nas pessoas de Caio Prado Jr. Ignácio Rangel e Alberto Passos Guimarães; setores reformistas da Igreja Católica; a Comissão Econômica para América Latina (Cepal) – na pessoa de Celso Furtado por meio das análises do Plano Trienal que apontavam o caráter inelástico da oferta de alimentos às pressões da demanda urbana e industrial, e os economistas conservadores. Os economistas conservadores, na contramão das reflexões da época e protagonistas no direcionamento das políticas públicas estavam um grupo de economistas da USP liderado pelo professor, e posteriormente, Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, se apresentam como críticos da concepção de rigidez da oferta agrícola e buscam refutá-la.

Reforma Agrária (PNRA) em 1985, bem como, a inscrição dos direitos sociais agrários na Constituição de 1988, sendo, porém, contraposto pelo ciclo neoliberal no início da década de 1990.

Os vários elementos advindos com o processo neoliberal no Brasil, iniciaram uma nova onda de transformações que favoreceram a configuração do novo padrão de reprodução exportador de especialização produtiva, então embrionário. Porém, Delgado (1985) observa, que a política de modernização da agricultura, teve um caráter intensivo na diferenciação e exclusão de grupos sociais e regiões econômicas, concentrando o projeto modernizante espacialmente nos Estados do Centro-Sul, uma lógica que se repetiu internamente, considerando que o número de estabelecimentos modernizados desses Estados eram relativamente pequenos, cerca de 10 e 20% do total dos estabelecimentos. Nas outras regiões – Nordeste e as novas fronteiras agrícolas – prevaleceu ainda a agricultura arcaica, pouco diversificada, dominada por grandes propriedades.

Das iniciativas governamentais, em termos de política de planejamento, em vistas a reduzir as desigualdades regionais do processo de industrialização, pode-se citar a criação das Superintendências regionais de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM). Ainda que tenham sido criados em períodos e circunstâncias diferentes, podem ser compreendidos como controversos nas suas criações, por representarem o resultado do conflito de classes⁵⁴. Segundo Oliveira (1977) sob o discurso da “unidade nacional” a Sudene na sua origem carrega a marca da intervenção planejada, como instrumento de superação do conflito de classes intrarregional e da expansão, por meio da coerção do Estado, do capitalismo Centro-Sul, que via no crescimento dos movimentos sociais (Ligas Camponesas) no Nordeste um risco ao projeto de reprodução capitalista.

De modo geral, são vários os elementos que tornaram propícia a consolidação do padrão EEP em *commodities* no país, tanto internamente como externamente. As estratégias de política econômica escolhidas para tentar solucionar o endividamento externo, favoreceram sobremaneira os processos de concentração e especulação fundiária no mercado de terras. De tal maneira, que para compreender os laços neoliberais que tomaram conta do cenário político e econômico da América Latina como um todo, fazendo com que o projeto de desenvolvimento fosse abandonado e se reforçassem a dinâmica socioeconômica da dependência levando os países periféricos ao projeto de estabilização econômica sustentado por uma política de geração

⁵⁴Ver Oliveira (1977).

de superávits primários a serviço da dívida pública e com isso a intensificação da agroindústria voltada “para fora”.

3.3.2 Ajuste da dívida pública e superávit primário

Após a crise de 1929, e a perda de credibilidade no pensamento liberal, então dominante, bem como a Segunda Grande Guerra e o processo de independência de vários países asiáticos e africanos, aliado ao contexto de guerra fria que se instaurou entre a União Soviética e os Estados Unidos, favoreceu a disseminação do ideal de desenvolvimento.

A partir da constatação da existência de uma polarização (utilizando a terminologia de Chenais) entre países tidos como centrais, desenvolvidos e periféricos, subdesenvolvidos, foram fortalecidas as perspectivas, da então nascente teoria do desenvolvimento econômico clássica, que tinha como principal argumento a ideia de que o grande problema das nações subdesenvolvidas, ex-colônias de exploração, seria o círculo vicioso da pobreza, pelo qual era praticamente impossível fugir frente a armadilha da falta de estoque de capital, combustível necessário para romper as barreiras que impediam o desenvolvimento.

É nesse contexto que surge os trabalhos de Raúl Prebisch sobre a deterioração dos termos de troca e o problema estrutural dos países periféricos, apontando como solução o modelo de substituição das importações. De modo geral, Prebisch (1949) entende ser indiscutível a necessidade do investimento estrangeiro para que certos países da América Latina possam alcançar o tão almejado “desenvolvimento” econômico. No entanto, tendo em vista as diferenças de valor agregado entre produtos primários e industrializados, seria impossível que apenas a balança comercial gerada pelas exportações primárias (dependente dos infortúnios da natureza e geopolítica dos países compradores) promovessem o financiamento da industrialização, de tal forma que também o consumo de produtos importados deveria ser controlado, aumentando o nível de capital no mercado interno⁵⁵.

Na América Latina e no Brasil, falar em industrialização naturalmente remete ao modelo de substituição de importações, processo pelo qual foi possível, de alguma maneira, impulsionar a montagem de seu parque industrial. Segundo Bambirra (2015) a montagem desse processo,

⁵⁵Prebisch (1949) fazia críticas aos economistas da teoria desenvolvimentista, pois concebia umas falhas mais sérias das concepções construídas a partir da teoria econômica geral sobre a periferia a partir de pressupostos universalizantes.

configurado pela ação do Estado, consistia fundamentalmente, no que se refere a sua primeira etapa, na substituição dos bens manufaturados estrangeiros pelos nacionais, utilizando a contenção das importações como forma de tornar possível a geração de uma demanda interna. Com isso, foi possível criar condições para direcionar as divisas obtidas por meio das exportações dos produtos do setor primário (agrícola e/ou de mineração), para a importação de equipamentos, máquinas e matérias-primas com fins na instalação de fábricas no território nacional, destinadas a produção de bens antes importados.

Com isso, Porto-Gonçalves (2006) assinala que após 1945, com o crescimento da ideia de planejamento do desenvolvimento, e do papel do Estado nesse processo, surgem as instituições governamentais na escala dos Estados Nacionais, bem como os organismos multilaterais, tais como o BIRD, posteriormente o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e em termos regionais a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal). Esses organismos viriam a se tornar os verdadeiros globalizadores do desenvolvimento, e conforme esse autor, um tipo de Plano Marshall em escala mundial, tendo como pretexto a ajuda para o desenvolvimento.

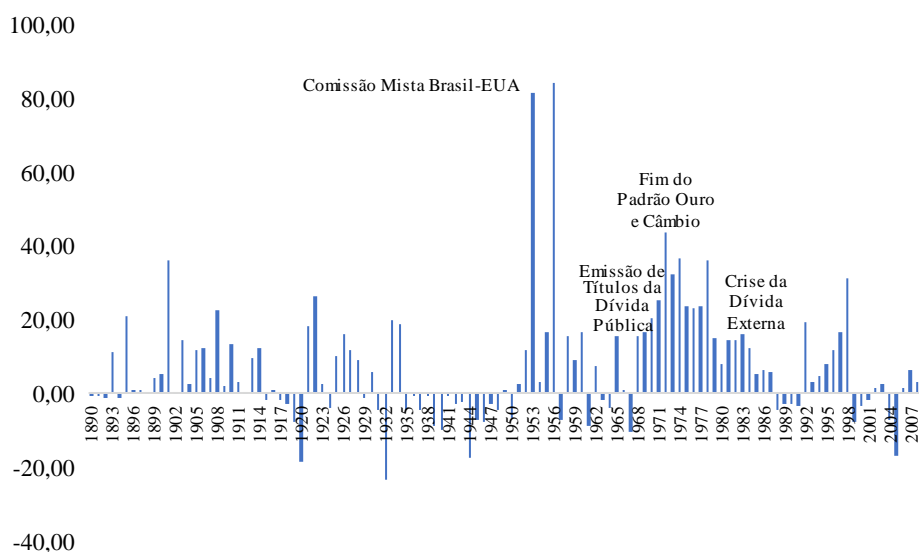
O Brasil já havia adotado o modelo de substituição de importações, nos primeiros anos de reestruturação econômica do período pós Segunda Guerra, e obteve bons resultados frente à um ganho de ânimo no comércio mundial (suscitado pela Guerra da Coreia), fazendo com que o valor das exportações quadruplicassem seu valor entre 1941 e 1947, atingindo seu pico em 1951, alcançando um resultado de 1.769 milhões de dólares. No entanto, essa tendência não perdurou, de forma que não ultrapassam o valor de 1.282 milhões de dólares em 1959. Ainda no início dos anos 1960 a economia brasileira também passa a apontar taxas decrescentes de participação dos produtos manufaturados nas exportações, resultado diferente do que vinha apresentando, de tal maneira que de uma participação de 20% em 1945 passa para 5% nos anos de 1960 (MARINI, 1992).

Ainda durante esse período, o Brasil fechou acordos de assistência técnica e financeira com os Estados Unidos, advindos do chamado Ponto IV do governo norte americano de Harry Truman, configurando a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos em julho de 1951. A Comissão é implantada a partir da reivindicação de financiamento do governo brasileiro ao governo norte-americano com a finalidade de subsidiar um programa de reequipamento dos setores de infraestrutura do país. No entanto, a reivindicação resultou na criação de uma comissão mista que deveriam realizar estudos e elaborar projetos específicos favoráveis ao desenvolvimento dos potenciais econômicos brasileiros. A prioridade deveria ser setores de

transporte e energia e ainda o setor da agricultura. Estas prioridades foram estabelecidas tendo por base o aproveitamento de estudos de problemas brasileiros realizados por duas missões anteriores de técnicos norte-americanos: a Missão Cooke, de 1942, e a Missão Abbink, enviada ao Brasil em 1948 (CALICCHIO, 2019).

Para que o acordo fosse fechado o país deveria se comprometer em manter o equilíbrio orçamentário, combater a inflação e a apoiar a indústria privada nacional e estrangeira. A execução dos projetos, conforme era previsto pela comissão, dependia de um investimento global de cerca de 22 bilhões de cruzeiros antigos, desses, cerca de 1/3 corresponderia a despesas em moeda estrangeira - 387,3 milhões de dólares. Sendo distribuído da seguinte maneira: 60,6% para o setor de transportes (13,3 bilhões de cruzeiros); 33,1% para o setor de energia elétrica (7,2 bilhões de cruzeiros) e 6,3% para projetos relativos à indústria, máquinas agrícolas ou estocagem de cereais (1,4 bilhão de cruzeiros). Porém, o crédito disponibilizado pelo Banco Mundial foi de apenas 500 milhões de dólares, ficando aquém do que havia sido projetado, sendo, pois, a comissão desfeita no final de 1953, deixando como contribuição a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE posteriormente BNDES) e a formulação da base de projetos utilizados no Programa de Metas do governo Kubitschek de 1956 a 1961, com investimentos norte-americanos, tendo por exigência o controle fiscal, o acesso a informações e documentos oficiais, bem como o condicionamento de compra de material norte-americano (CALICCHIO, 2019). Um fator relevante nesse período é que a dívida externa do Brasil aumentou 81,66% em 1953 e 84,09% em 1956 (Figura 3.5).

Figura 3.5 – Variação percentual, por ano, da dívida externa bruta do Brasil, de 1890 a 2008



Fonte: Elaborado pela autora com base no Ipeadata (2019).

Iniciativas como o Plano Marshall e, regionalmente, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, considerando a relação que impõe, sugerem um modelo de intervenção supranacional. No lugar das potências imperialistas disputarem entre si os mercados, o que levava às guerras, inicia-se a gestação de um novo padrão internacional de poder, que passa a configurar uma importância cada vez maior das grandes corporações empresariais transnacionais, perpassando por uma governança de entidades supranacionais, tais como a ONU, o FMI, o BID e o BIRD, a partir de configurações econômicas acordadas em Bretton Woods, em 1944 (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Com isso, sob essa nova lógica de dominação, a dívida externa e interna, passam a ser um mecanismo de dependência, principalmente ante a necessidade de investimento externo das economias periféricas. De tal maneira que ao longo das décadas de 70 e 80 aspectos do âmbito geopolítico e da economia mundial, transformaram as bases frágeis do desenvolvimento dependente brasileiro, destruindo o modelo de substituição das importações em prol da industrialização, configurando um modelo para fora, focado no fortalecimento da agroindústria, com o objetivo de geração de superávit primário para pagamento dos juros e do serviço da dívida pública externa e interna.

Um dos fatores que favoreceu o endividamento da dívida pública interna e externa, foi a política econômica após o golpe militar de 1964. O governo militar iniciou uma série de reformas no âmbito fiscal, tributário e monetário (utilizando a dívida pública como ferramenta de controle de liquidez), e de forma a resolver o problema do crescente déficit público sem que com isso

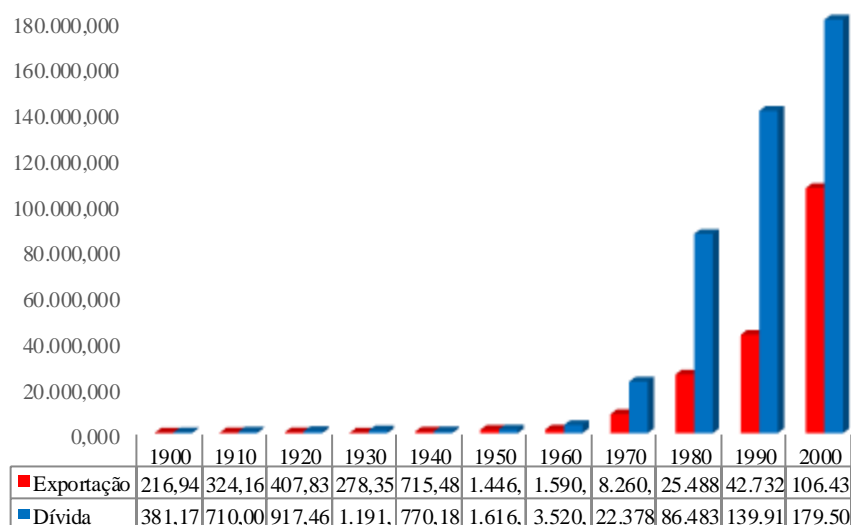
aumentasse a inflação. Dentre os vários argumentos necessários para compreender as mudanças ocorridas durante o período militar e sua relação com a dívida pública (interna e externa), pode-se destacar, o crescimento e a expansão da disponibilidade de crédito principalmente no que se refere ao fomento agrícola – conforme destacado por Delgado (1985, p.79) –, viabilizada por meio de uma coordenação com os comprometimentos estabelecidos com o Fundo Monetário Internacional, para concessão de empréstimos (negados ao governo Goulart, em vista a suposta infiltração comunista). Com isso, no ano de 1965, o governo brasileiro recebeu uma ajuda externa de 650 milhões(RIBEIRO, 2006, p. 302). de dólares advindos de uma série de organismos supranacionais (USAID, EXIMBANK, Alimentos para a Paz (PL 480), BID, Banco Mundial, Ajuda europeia e japonesa e investimentos privados).

É nesse período que o governo modifica toda a política de títulos públicos, eliminando a lei da usura, fixando um teto de 12% para a taxa de juros nominal e lançando as chamadas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs), que são títulos protegidos da desvalorização monetária de cunho inflacionário (BASTIAN, 2013).

De acordo com Marini (1992) em resposta as medidas governamentais na política externa da economia, as exportações retomam o crescimento atingindo o valor de 2.311 milhões de dólares (1969), ao mesmo tempo os empréstimos e financiamentos médio e longo prazo, na época em torno de 221 para 1.023 milhões de dólares. De tal maneira que ainda que as exportações respondessem aos estímulos governamentais, estas não eram suficientes para garantir a quantidade de importações que o crescimento industrial exigia e que a política tarifaria permitia.

Com isso, a partir de 1971, a balança comercial começa a apresentar *déficits*, desempenho que perdurará durante toda a década, fazendo com que houvesse uma recorrente demanda pelo aumento da receita de capital estrangeiro. Diante desse cenário, a dívida externa total eleva-se em 9,4 vezes o seu valor (de 5.295 para 49.904 milhões de dólares) entre 1970 e 1979, ao passo que o valor das exportações aumenta apenas 5,6 vezes o seu valor (de 2.739 para 15.244 milhões de dólares) (Figura 3.6) (MARINI, 1992).

Figura 3.6 – Média por década do valor das exportações e da dívida externa em milhões de dólares brasileira, de 1900 a 2008



Fonte: IPADATA (2019).

Nesse interim, os Estados Unidos, de forma unilateral, decide romper com o sistema de câmbio fixo e com o padrão ouro - pilares dos acordos de ajuda financeira geridas pelos organismos internacionais e pela política norte-americana advindas do Plano Marshall e bem com os acordos com os países periféricos -, sendo assim, o dólar passa a ser o novo lastro monetário internacional, tendo o monopólio da emissão apenas um país, os Estados Unidos (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Aliado a esse fator, Marini (1992) aponta os choques do petróleo de 1973 e 1979 fazendo a economia norte americana elevar a sua taxa de juros libor dólar de uma média de 9,4% em 1978 para 19,5% em março de 1980. Dessa forma, a dívida externa total acelerou seu crescimento, para ultrapassar o valor de 100 bilhões de dólares em 1986, ao mesmo tempo seu serviço passou de 2,7 bilhões de dólares em 1978 passou para 8,7 bilhões 1982, período que se inicia na crise da dívida externa, no Brasil e na América Latina.

De acordo com dados apresentados por Porto Gonçalves (2006, p. 35),

Na América Latina, a dívida externa passou de US\$ 46,3 bilhões, em 1971, para US\$ 982 bilhões, em 1999, um crescimento de 21 vezes! Na África, essa dívida aumentou em mais de 22 vezes entre 1971 e 1999, passando de US\$17 bilhões para US\$371 bilhões (ONU-GEO 3). Segundo a mesma fonte, na África subsaariana, ainda mais pobre, o aumento da dívida foi ainda maior, tendo aumentado 55 vezes entre 1971 a 1999: de US\$ 6 bilhões para US\$ 330 bilhões. Na Ásia, onde é maior o montante da dívida total dos países do Terceiro Mundo, o aumento não foi menos espetacular: de US\$ 190 bilhões para US\$ 1 trilhão e 74 bilhões, entre 1980 e 1999. Nesse mesmo

período, a dívida dos países pobres subiu, em menos de duas décadas, de 615 bilhões de dólares para cerca de 2 trilhões e 500 dólares (PORTO GONÇALVES, 2006, p.35).

Tavares (2016), afirma que a crise da dívida externa de 1982, iniciou um padrão na política econômica brasileira, no qual os sucessivos governos após a crise optaram, em sua maioria, por ajustes externos tendo como prioridade a criação de superávits comerciais.

A partir da construção desse quadro no Brasil se consolida a definição de uma política econômica de obtenção de saldos comerciais elevados, tendo como finalidade o cumprimento dos compromissos internos do país e com isso o abandono do projeto de desenvolvimento e assimilação da vontade política do FMI por meio da adoção aos pressupostos neoliberais do *Consenso de Washington* (MARINI, 1992).

A tabela 3.1 informa sobre a evolução do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) que é comprometido com dívida externa total dos países da América Latina, incluindo o Brasil, um dos principais marcos da dependência dessa região. Ainda que uma série de iniciativas governamentais convergentes com as ideias neoliberais, contexto da maioria dos países da América Latina, com o objetivo de reduzir a dívida externa, tenham sido colocadas em prática, pouco foram os avanços nesse sentido. O Brasil, em 1990 apresentava uma dívida externa que representava 28,9% do total das riquezas produzidas no país. Já em 2017 esse percentual era de 32,6%, sendo que ao longo desse período chegou a quase metade do PIB (45,1%), em 2002. A América Latina e Caribe em 2017 compromete mais de 1/3 das suas riquezas em pagamentos da dívida externa.

Tabela 3.1 – Dívida total externa como percentual do PIB, dos países da América Latina e Caribe, de 1990 a 2017

País	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Antígua e Barbuda	64,2	60,2	56,0	49,2	46,9	49,4	43,3	50,9	54,2	52,0	47,1	48,5	53,2	58,1	57,9	31,0	27,7	36,6	31,8	34,0	37,5	40,9	36,7	48,3	43,9	42,2	38,4	37,4
Argentina	44,2	32,5	27,6	28,2	31,3	36,3	38,8	40,9	45,5	49,6	50,3	57,1	141,8	117,3	103,3	57,0	58,5	52,9	42,1	44,4	33,9	29,5	26,9	25,4	28,0	26,0	32,7	37,2
Bahamas	3,8	6,6	7,4	7,1	6,2	5,4	4,8	5,3	4,9	4,6	4,3	3,8	3,1	4,1	3,8	3,4	3,3	3,2	4,2	7,7	9,1	10,4	13,7	15,2	19,1	18,5	20,0	26,6
Barbados	21,1	20,7	19,4	17,2	16,6	16,4	16,5	15,4	14,1	15,0	19,0	24,1	23,3	22,8	21,4	21,9	24,6	23,6	22,8	29,5	30,2	29,7	28,4	31,1	33,9	33,9	33,9	31,9
Belice	32,2	32,1	27,3	30,0	31,7	29,7	34,3	36,8	33,8	34,9	51,8	56,8	69,9	83,0	86,3	87,0	80,9	75,4	70,0	76,1	73,1	69,4	65,8	67,3	66,6	66,8	66,6	67,4
Bolívia	77,6	67,9	67,1	69,8	74,9	71,3	62,8	57,2	54,8	84,3	80,3	84,3	88,2	95,7	86,2	80,3	54,8	41,2	35,6	33,5	30,8	27,3	25,7	26,3	26,8	29,7	31,5	33,8
Brasil	28,9	33,1	37,9	36,2	25,8	20,7	21,4	23,0	28,6	41,2	36,0	40,7	45,1	42,6	33,3	21,6	19,6	18,7	17,1	20,0	20,5	19,7	23,2	25,1	29,0	36,9	37,7	32,6
Chile	52,2	42,6	38,6	37,7	36,5	33,6	32,7	33,0	38,7	44,9	46,6	52,9	56,7	55,1	43,0	37,0	31,3	30,9	35,2	42,0	39,6	40,1	46,0	49,0	58,4	65,9	66,8	65,4
Colômbia	31,8	29,8	28,0	26,4	24,1	24,1	27,1	27,3	31,5	36,0	36,5	40,3	38,5	40,6	34,1	26,5	24,9	21,7	19,2	23,2	22,6	22,6	21,3	24,1	26,6	38,1	42,6	39,7
Costa Rica	54,0	55,7	47,6	42,0	39,6	36,6	28,3	24,6	25,0	34,1	32,9	30,1	29,9	31,4	30,5	33,1	31,0	30,2	28,8	27,1	25,6	26,7	33,1	39,5	42,8	43,9	44,6	47,0
Cuba	53,1	43,1	44,1	41,8	40,0	43,6	39,1	35,9	34,4	32,4	31,5	15,2	13,8	14,8	15,2	19,1	19,8
Dominica	42,1	42,3	41,0	37,9	37,5	38,3	36,0	30,1	28,9	41,1	45,8	52,3	61,4	64,8	56,8	60,7	57,6	57,2	51,2	45,4	46,9	47,4	54,1	54,8	54,9	52,7	47,0	54,5
Equador	72,0	64,3	57,1	57,5	53,3	58,0	81,0	72,1	58,8	56,9	51,7	47,0	41,5	36,5	34,2	27,4	21,6	20,0	19,2	18,1	19,7	23,7	28,0	34,2	38,3
El Salvador	33,1	29,6	26,5	28,4	28,1	25,6	26,0	25,1	26,5	32,4	66,5	65,3	64,9	64,8	59,5	62,0	64,2	61,8	58,5	62,4	63,9	65,5	65,7	68,5	64,5
Granada	31,5	29,5	29,9	28,7	29,6	28,0	26,8	26,3	23,6	23,8	26,7	29,6	48,4	47,3	55,3	57,7	68,8	61,8	58,3	66,4	68,4	68,7	66,9	73,3	69,5	61,5	56,7	47,4
Guatemala	36,5	28,7	24,2	20,5	18,7	16,1	14,7	13,5	13,7	16,1	15,4	15,6	15,0	15,8	16,0	32,5	32,6	32,0	28,5	29,8	29,1	29,4	30,4	33,1	34,1	32,8	31,5	30,6
Guiana	326,6	386,7	381,7	262,6	230,0	207,6	136,6	126,6	129,9	109,2	105,0	105,4	116,8	101,2	94,6	92,3	71,5	41,3	43,5	45,3	45,9	46,8	47,5	41,7	39,5	35,8	33,2	34,9
Haiti	27,2	27,0	41,3	48,0	41,2	33,4	30,8	31,6	29,4	28,4	31,9	33,9	38,2	46,5	37,6	32,1	30,4	27,3	29,9	19,7	5,3	9,7	14,4	17,9	21,6	23,8	26,6	24,7
Honduras	98,4	94,0	86,7	92,1	98,7	89,8	84,6	72,4	69,6	72,5	65,5	62,2	63,9	64,9	67,9	52,6	36,0	25,8	25,2	23,1	23,9	23,7	26,9	36,7	37,3	36,2	35,7	37,4
Jamaica	78,8	81,8	86,7	67,8	67,0	52,5	43,7	39,0	37,6	34,0	37,5	45,1	44,7	44,5	50,3	47,8	48,6	47,8	46,3	54,4	63,5	59,7	55,8	58,2	62,3	72,7	72,8	68,0
México	31,2	30,0	25,8	26,1	26,5	46,0	38,3	29,8	30,4	27,7	21,0	19,1	17,4	18,1	16,7	14,5	12,3	11,9	11,1	17,8	18,4	17,8	18,9	20,4	21,8	25,5	29,3	28,9
Nicarágua	293,1	281,3	277,6	264,9	302,9	248,0	141,5	136,7	135,6	134,9	130,3	119,1	121,8	123,9	93,1	84,6	66,9	45,6	41,3	78,7	83,2	83,1	85,0	88,1	85,3	83,6	83,6	83,5
Panamá	87,2	82,1	61,8	60,0	58,8	61,5	51,4	47,3	46,2	45,9	45,5	50,1	48,9	47,5	48,1	46,3	42,9	39,5	34,6	38,2	36,1	31,6	27,0	26,8	28,7	28,9	28,8	29,5
Paraguai	21,7	18,0	13,5	13,0	15,3	15,6	13,0	14,2	17,5	23,4	24,8	24,6	33,1	32,5	26,1	22,2	18,5	14,9	13,1	14,2	13,6	11,8	13,7	12,4	14,5	17,1	18,1	19,3
Peru	78,1	73,7	73,8	78,8	67,4	62,5	61,1	49,6	54,3	56,9	54,1	52,2	49,6	48,4	44,9	37,3	32,0	32,5	29,0	29,1	29,6	27,9	30,8	30,2	34,4	38,6	39,0	36,4
República Dominicana	46,4	44,4	36,6	33,3	26,6	24,1	21,0	17,4	16,3	16,0	14,5	15,9	17,0	27,9	27,7	16,3	16,5	15,0	15,0	19,5	20,6	22,1	22,9	25,7	26,2	24,6	25,1	25,2

Continua

Conclusão

São Cristóvão e Nevis	17,4	18,4	17,9	17,8	16,9	17,2	18,2	29,2	32,7	38,0	37,4	45,6	52,5	65,0	57,5	51,7	51,0	44,6	39,4	42,3	38,6	39,1	39,6	37,7	31,0	22,8	20,4	15,9
São Vicente e Granadinas	24,0	26,2	25,8	27,4	30,8	28,1	26,5	25,9	27,2	26,4	25,9	25,7	23,8	28,4	32,0	33,2	30,5	32,0	33,0	38,8	46,0	48,5	47,5	49,1	53,4	52,7	59,3	54,4
Santa Lúcia	14,3	15,1	16,3	16,8	17,0	17,5	18,6	19,0	17,2	18,7	20,4	25,6	30,6	36,7	36,0	34,5	32,2	31,2	28,3	29,2	28,1	28,8	30,2	32,9	34,1	31,0	31,3	33,7
Suriname	1,9	40,2	20,0	15,1	13,1	13,8	20,3	21,0	32,3	23,9	20,9	21,2	17,4	14,9	10,1	9,0	6,9	7,6	13,6	14,2	17,1	18,0	24,1	59,1	66,7
Trindade e Tabago	49,6	45,8	40,6	45,8	41,6	35,6	32,5	27,2	24,3	23,2	18,1	18,8	18,5	13,8	10,4	8,5	7,1	6,4	5,4	9,6	9,1	8,6	7,5	9,1	9,0	9,9	15,9	17,2
Uruguai	40,4	30,6	26,8	24,1	24,3	23,0	22,3	21,8	23,4	61,2	69,6	82,3	100,4	113,2	102,0	79,0	66,3	63,5	50,8	56,8	45,7	38,2	70,4	65,6	71,5	81,3	75,9	69,3
Venezuela	75,5	69,6	65,8	70,3	71,7	50,1	50,0	45,3	43,7	41,7	33,8	31,6	42,2	51,4	37,6	30,8	23,9	25,4	21,1	25,7	42,7	37,4	34,3	35,6	28,1	12,3
América Latina e Caribe	37,8	36,5	34,8	34,6	31,6	33,0	31,5	30,3	33,9	38,9	34,4	35,6	39,2	40,0	34,4	25,4	22,9	22,0	20,1	24,2	24,2	23,1	25,2	26,7	29,2	30,3	37,2	35,4
América Latina	37,7	36,3	34,6	34,7	31,5	32,9	31,5	30,3	34,0	39,1	34,5	35,7	39,4	40,3	34,6	25,4	22,9	22,0	20,1	24,2	24,2	23,1	25,2	26,7	29,2	30,3	37,2	35,4
El Caribe	48,3	48,3	47,3	30,0	42,7	37,0	31,3	28,9	27,2	25,1	25,2	28,3	28,8	27,2	27,2	24,6	23,4	21,5	19,6	25,5	27,3	26,8	26,0	27,3	28,5	31,5	36,4	37,2

Fonte: CEPALSTAT (2019).

3.4 A CONFIGURAÇÃO DO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

Os conflitos em territórios indígenas na contemporaneidade, tal como ocorre desde a chegada dos europeus as terras americanas, tem origem no contexto mercantilista da busca por riquezas minerais, principalmente, e na extração recursos naturais com valor de troca a serem comercializados em centros econômicos distantes, superando e subjugando quaisquer entraves que possam impedir esse objetivo. Dessa forma milhares de índios foram assassinados, escravizados, separados dos seus, em muitos casos povos inteiros extintos. Em síntese, é assim que acontece o conflito na atualidade, porém, as formas de superar a presença indígena tornaram-se mais complexas frente as novas dinâmicas da sociedade então capitalista e muito mais complexa.

O atual padrão de reprodução capitalista em curso no Brasil, passou por diversas transformações desde o seu marco com o abandono a política de substituição de importações a partir dos anos de 1980 e a formação dos Complexos Agroindustriais advindos da modernização agrícola, bem como a crise da economia brasileira da década de 1980. De tal maneira que a partir da década de 1990 e nos anos 2000, configurou-se uma política de ação neoextrativista influenciada pela valorização de *commodities*, notoriamente a partir do crescimento da demanda chinesa (“efeito China”).

O “neoextrativismo”, longe de representar uma inovação, se caracteriza como uma ação ampla de avanço na extração de recursos naturais, porém, revestido de aspectos ideológicos, estratégicos e conjunturais que o tornam, no último caso mais expansivo e complexo que em outros momentos da história econômica brasileira e latino-americana. Sendo a representação de modernização de ajustes da economia nacional frente a dinâmica do grande capital mundializado, no que se concebe o processo de inserção do país nos movimentos de acumulação em nível mundial. Ao longo desse processo, a expansão da fronteira agrícola mineira se expande e converge para áreas tradicionalmente ocupadas e com resistência. A fim de que fique claro a relação implícita e explícita da política neoextrativista e o ajuste da reprodução capitalista nacional ao capital mundial, se faz necessário abordar algumas características que dão a tônica ao conflito, que não se configura localmente apenas, mas principalmente de forma estrutural e global.

Nesse sentido, o processo de ajuste brasileiro, principalmente nos anos 1990, ocorre por duas vias de inserção: ativa e subordinada na acumulação rentista, desenhando o país, como uma

plataforma emergente de valorização financeira, tendo como objetivo a garantia de ganhos sem igual, em certa medida, um dos maiores do mundo, por meio da elevação da taxa de juros, utilizando as políticas monetárias e cambial; bem como, a inserção internacional periférica, também subordinada nos processos de acumulação por espoliação, tendo por base a produção de *commodities* sobretudo agrícolas e minerais (CARVALHO *et. al.*, 2018).

O enfoque econômico na produção de matérias primas para exportação, em culturas intensivas no uso dos fatores terra e capital, traz a necessidade de uma maior expansão da fronteira produtiva, aumentando as tensões sociais em territórios historicamente tradicionais, principalmente com o apoio político, por meio da redução da proteção legal e recentemente por meio da retomada do discurso pró desenvolvimento. Nesse sentido, os conflitos surgem localmente, tendo como fundo o interesse global (ou mundializado) de determinados empreendimentos voltados para a produção de matérias primas.

A especialização produtiva em *commodities* estabelecido pelo padrão de reprodução capitalista no Brasil tem por característica o uso intensivo do fator terra e capital – de pouca intensidade tecnológica – e poupadora de mão de obra, tendo consonância com a dinâmica territorial do capital mundializado que ao impor um contexto de dependência, também impõe o fim da fronteira. De tal maneira que as frentes de expansão das fronteiras produtivas dos agentes capitalistas locais encontram legitimação, principalmente por servir como alicerce do principal instrumento de dependência da América Latina, que é a *dívida externa*. A economia agrária modifica sua função social em vários aspectos. Dentre os quais, deixa de financiar o desenvolvimento da indústria nacional e voltar-se “para fora”, conformando no espaço local demandas internacionais sob a égide de dinâmicas inconstantes e propícia a mudanças geopolíticas e econômicas envolvendo agentes descompromissados com as realidades locais.

A importância da *dívida externa*, bem como o papel do *investimento externo direto*, como instrumento de dependência se insere na discussão apreendida por Santos (2007) sobre *O dinheiro e o território*, no qual o autor aponta a relação ideológica neoliberal imposta por meio do substrato dos capitais integrados e, principalmente, pela ajuda financeira das organizações supranacionais acoplado aos ditames que tornam essas economias cada vez mais dependentes.

Nesse sentido Santos (2007, p. 17) afirma que:

Nunca na história do homem houve um tirano tão duro, tão implacável quanto esse dinheiro global. É esse dinheiro global fluído, invisível, abstrato, mas também despótico, que tem um papel na produção atual da história, impondo caminhos às nações. O equivalente geral tornar-se afinal o equivalente realmente universal. Mas esse dinheiro não é sustentado por operações da ordem da infra-estrutura. É dinheiro

sustentado por um sistema ideológico. Esse dinheiro global é o equivalente geral dele próprio. E por isso ele funciona de forma autônoma e a partir de normas. Produzindo uma falsificação de critério, esse dinheiro autonomizado e em estado puro não existiria assim se as condições técnicas utilizadas pelas condições políticas que dominam o período histórico não contassem com a possibilidade de enviesar a informação (SANTOS, 2007, p.17).

Ou seja, a dependência crônica dos países da América Latina, e especialmente o Brasil, haja vista a sua dimensão continental composta de riquezas naturais, além da sua formação histórica colonial, bem como a sua insuficiência de capital para investimento próprio, colocam o país numa hierarquia periférica no padrão mundial de reprodução capitalista. Ainda segundo Santos (2007) vive-se a ditadura do dinheiro e da informação, pois, são os avanços da técnica de informação que conecta todas as outras técnicas, possibilitando uma comunicação entre elas, dando contornos ao mundo e impondo velocidades, fluidez ao próprio dinheiro.

Com isso o sistema ideológico neoliberal forjado em 1989 exigindo, em síntese, liberalização comercial, austeridade fiscal e controle inflacionário, como requisito para receber ajuda financeira. No entanto, a adesão a esse sistema ideológico tornou o país mais suscetível a coordenação da hegemonia do capital mundial, assim, “o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, trazendo aos agentes um sentimento de instabilidade, essa produção sistemática de medo que é um dos produtos da globalização perversa” (SANTOS, 2007, p. 19).

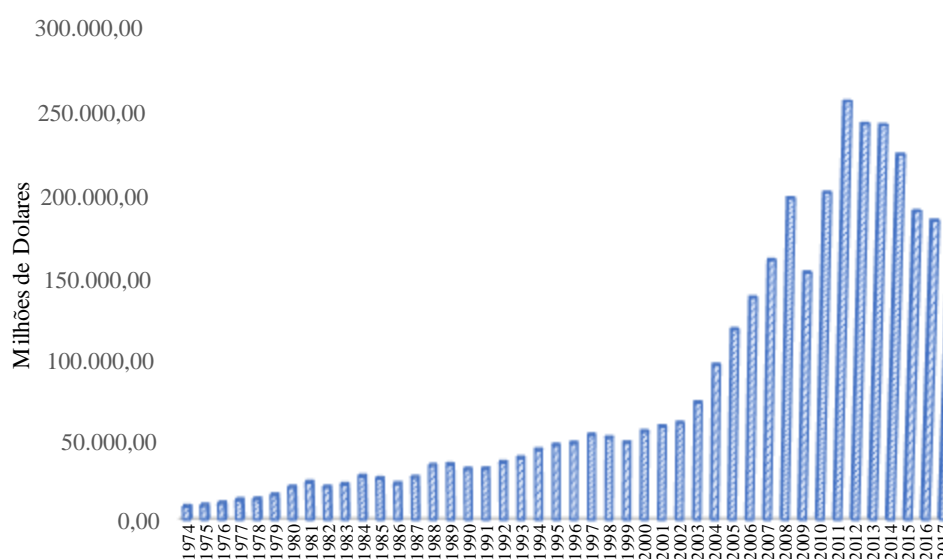
Essa coordenação hegemônica que estabelece formas conteúdos, impõe ritmos de vida e velocidades, bem como o fim da fronteira em prol da dinâmica da reprodução expansiva, através da ditadura do dinheiro e da informação, forjam um imperialismo de dominação do espaço de forma verticalizada, na maioria dos casos, com o intermédio do Estado, respaldado pelo ideal desenvolvimentista, porém, encontrando fricções para sua realização ao chocar-se com territórios divergentes da sua lógica de acumulação (que concebem um ideal de vida próprio). É nesse sentido, que Martins (2018) afirma que a *fronteira é o palco do conflito*, onde a coordenação em escala global esbarra nas forças centrípetas do território – utilizando a interpretação de integração de Santos (1999a). Resgatando a perspectiva de campo de forças, abordadas no primeiro capítulo, é possível afirmar que a lógica da reprodução capitalista mundializada (tal como se apresenta na contemporaneidade) promove conflitos no território, no limiar do encontro de forças de desagregação e desestruturação local (forças centrífugas) com forças de integração horizontais e de agregação (forças centrípetas) que resistem ao avanço no território.

Ante a essa reflexão, de alguma maneira, busca-se apresentar algumas das características do padrão de reprodução capitalistas atual, que se conecta a dinâmica de acumulação “global”, consolidando baixo conteúdo tecnológico, exportando mercadorias com valor de uso primário (processo de reprimarização), intensivo no uso de capital e terra, com uma econômica voltada para fora e vulnerável as conjunturas internacionais. Com isso, tendo como referência o instrumento analítico de Osório (2012), tem-se como aporte de reflexão, a configuração do padrão de reprodução tendo em vista o valor de uso produzido, a partir da condição exportadora, e a dinâmica do financiamento do investimento.

3.4.1 Condição Exportadora

A condição exportadora é a linha mestra que caracteriza o padrão Exportador de Especialização Produtiva (EEP). Significando que nessa nova organização capitalista os setores mais dinâmicos encontram-se no exterior. Conforme é possível observar na Figura 3.7 e na Tabela 3.2 há um aumento relevante no patamar das exportações logo no primeiro período de 1974 a 1980 (153,21%), continuando com uma tendência de alta nos outros períodos, apresentando um valor ainda mais acentuado de 2000 a 2010 (265,48%).

Figura 3.7 – Exportações brasileiras de mercadoria em valor FOB, de 1974 a 2017



Fonte: CEPALSTAT, 2019.

Conforme apontado na Tabela 3.2, o desempenho mais acentuado do valor das exportações acontece principalmente de 2000 para 2010, período que abrange o final do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso e os dois mandatos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. No qual efetivamente o padrão de reprodução Exportador de Especialização Produtiva apresenta as suas principais características, após o período de “ajustamento” da economia brasileira ao processo neoliberal.

Tabela 3.2 – Valor FOB das exportações totais brasileiras em anos selecionados (em milhões de dólares) e variação percentual

Ano	Exportações (US\$)	Variação (%)
1974*	7.951,00	-
1980	20.132,40	153,21
1990	31.413,76	56,04
2000	55.085,59	75,36
2010	201.324,11	265,48
2017	217.242,67	7,91

*valor encontrado em IPEADATA.

Fonte: CEPALSTAT (2019) e IPEADATA (2019)

Em termos relativos, a média de crescimento das exportações do Brasil, de 1983 a 2018, (6,32%) foi superior que a média mundial (5,15%) e da América Latina e Caribe (4,38%), ficando atrás apenas das regiões da China. De acordo com dados do Banco Mundial, em 2018, a taxa de crescimento das exportações dos países de renda alta era de 3,4%, valor um pouco abaixo da brasileira (4,1%) (Tabela 3.3).

Tabela 3.3 – Percentual de crescimento das exportações de bens e serviços, do Brasil, China, América Latina e Caribe, Estados Unidos e Mundo, de 1983 a 2018

Países	1983-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2018	1983-2018
Brasil	10,02	5,71	6,59	3,83	6,32
Hong Kong (China)	14,34	7,89	7,83	4,81	8,36
América Latina e Caribe	5,02	5,55	3,25	3,83	4,38
Macao (China)	8,24	2,26	11,07	9,18	7,60
Estados Unidos*	7,90	7,22	3,51	4,26	5,62
Mundo	5,75	5,75	4,48	4,77	5,15

*Dados até 2017

Fonte: Banco Mundial, 2019.

O processo de reprimarização tem como marco os anos 2000, quando uma série de circunstâncias internacionais e nacionais favoreceram para a intensificação da especialização

produtiva em *commodities*, em detrimento de uma política industrial com maior nível tecnológico. Segundo Filgueiras (2007) o transcurso que promoveu o retrocesso industrial (bem como o avanço da reprimarização) se dá por meio da política econômica adotada com a abertura comercial, além do efeito do câmbio sobrevalorizado em períodos de baixo crescimento econômico.

Segundo Oliveira (2015) a integração do modelo mundial de reprodução capitalista encontra lugar no Brasil por meio dos processos apontados como aliança mundial da burguesia, englobando: 1) a necessidade de movimentos internacionais de capitais; 2) a produção capitalista internacionalizada; e 3) a existência de ações de governo em nível internacional.

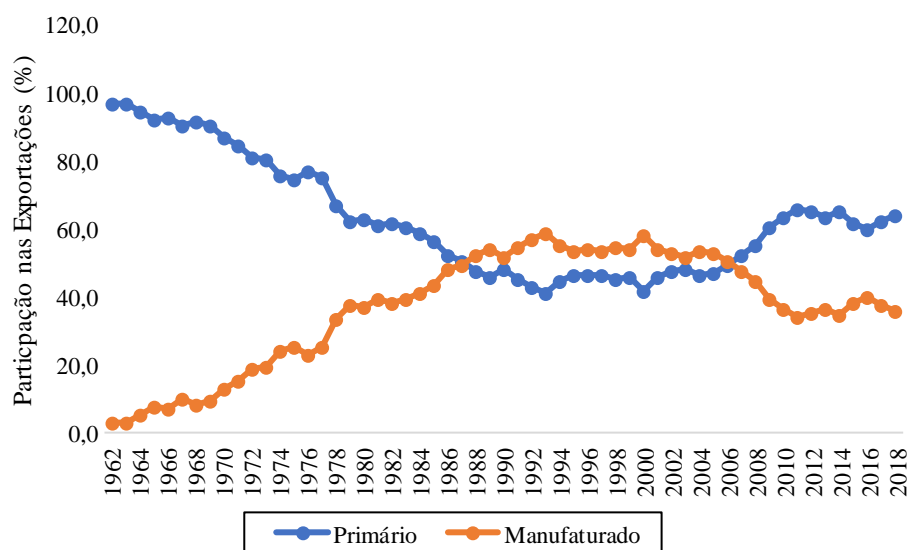
Os acordos internacionais advindos de Bretton Woods e dos organismos de regulação internacionais instituídos (FMI, BIRD, Banco mundial, Organização Mundial do Comércio – OMC – dentre outros), estabeleceram os parâmetros mundiais de movimento de capitais.

A análise dos tipos de produtos que compõe as exportações, conforme a figura 3.8, ilustra em termos de valores como a política nacional modifica a sua direção desenvolvimentista capitalista – pautada na política de substituição das importações e na concepção de industrialização nacional, ou seja, redução da deterioração dos termos de troca – para uma política de inserção internacional dependente, regida pelos pilares neoliberais da globalização perversa (nos termos de Santos, 2001).

Entre as décadas de 1960 e 1990 a taxa de crescimento da participação das exportações para produtos primários foram negativa, de -18,02 (1970), -27,15 (1980) e -18,79 (1990). Em resposta aos vários incentivos advindos das políticas de desenvolvimento da indústria nacional, ao contrário dos produtos primários a taxa de crescimento da participação das manufaturas nas exportações totais apresentava franco crescimento, principalmente na década de 1970 (250%), mantendo-se positiva até a década de 1990, quando cresceu 23,6% (Figura 3.8).

De acordo com Paulani (2012) o contexto apresentado na Figura 3.8 em grande medida resulta da política cambial e monetária adotada pelo país, na qual os elevados juros reais aliado aos ganhos em mercados derivativos produzidos pela contínua valorização da moeda nacional, favoreceu para que o país tornar-se o paraíso dos ganhos rentistas. Na ótica produtiva, isso representa a desindustrialização e reprimarização da pauta das exportações do país, inserindo-se em uma das modalidades da “Doença Holandesa”.

Figura 3.8 – Percentual de participação de produtos primário e manufaturados nas exportações FOB brasileiras de 1962 a 2018



Fonte: CEPALSTAT (2019).

A partir da década de 1990 são várias as mudanças ocorridas na conjuntura política e econômica em termos internacionais e nacionais, que envolvem os outros dois processos necessários para integração do padrão de reprodução capitalista interno ao paradigma do capital mundializado, apontados por Oliveira (2015). A **internacionalização da economia nacional**, na qual os monopólios internacionais passam a controlar a força de trabalho, os mercados, e as fontes de matérias-primas dos diferentes países, tornando-se realidade para a economia brasileira a partir da adesão ao Consenso de *Washington*, cerne dos programas de reformas econômicas e fiscais que se tornaram rotina na maioria dos países da América Latina. E essa adesão se consolida a partir das **ações internacionais dos governos** que passam a implementar toda essa política neoliberal, com a abertura econômica, no qual a indústria nacional ficou desprotegida, bem como com as privatizações de setores ditos como estratégicos para o país.

Suzigan (1992) afirma que ainda nos anos 70 no Brasil já havia sido iniciada a implantação de bases institucionais referente a um sistema nacional de inovação a partir da constituição da infraestrutura de ciência e tecnologia, principalmente, no domínio do governo federal, instituições de pesquisa e universidades. Porém, a nível empresarial essa perspectiva era bastante limitada.

Nesse período, Cano e Da Silva (2010) afirma, que o país havia tornado mais denso a estrutura industrial, por meio da implantação e consolidação de segmentos mais complexos, tal como a

moderna agroindústria da mineração e metalúrgica dos não-ferrosos, da petroquímica, de alguns bens de capital e eletrônico.

Já no final dos anos 70 e início da década de 1980 a estrutura industrial brasileira, ainda que apresentasse elevados níveis de integração intersetorial e de diversificação da produção, era insuficiente em termos de desenvolvimento tecnológico, conformando-se a partir de ineficiências técnicas e econômicas específicas, limitando assim sua competitividade pouco integrada com o mercado internacional. Na contramão da tendência e atributos estruturais da tecnologia da indústria brasileira consolidava-se nas principais economias capitalistas uma orientação para introdução de inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais transformando radicalmente a base técnica da indústria e conformavam um novo padrão de desenvolvimento industrial, especialmente, a tendência pelo novo paradigma das tecnologias de informação e comunicação, com base na microeletrônica (SUZIGAN, 1992).

Essa mudança tecnológica englobando a microeletrônica, informática, telecomunicações e automação, foi denominada por alguns estudiosos como 3ª Revolução Industrial, determinando um novo padrão na divisão internacional do trabalho entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, no qual países mais adiantados estariam situados a geração de tecnologia e os menos avançados na produção de matéria-prima e dos produtos industrializados tradicionais (KON, 1994).

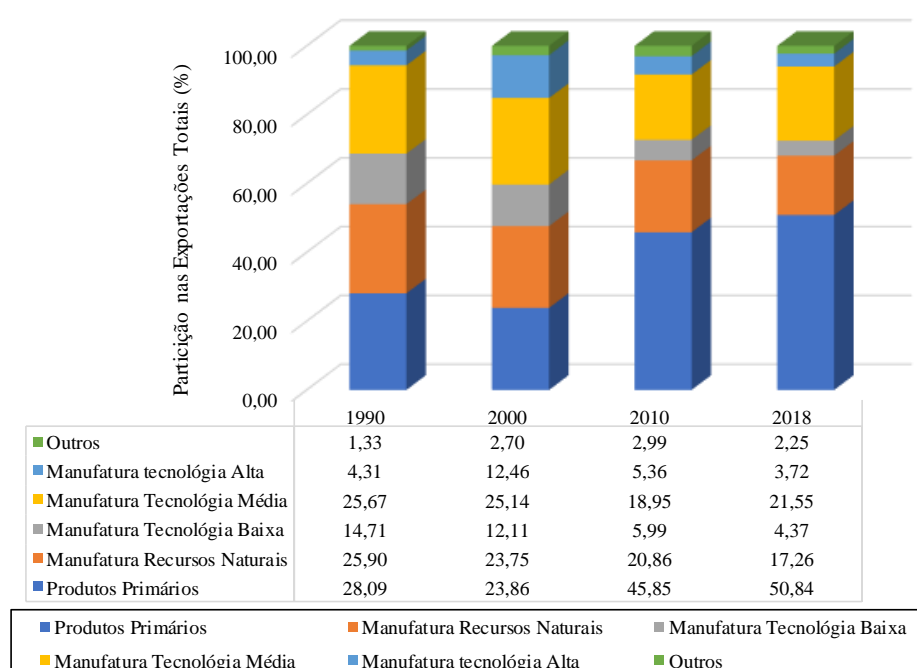
Conforme ilustrado pela Figura 3.9 o tipo de produto que retomou o espaço nas exportações são os bens primários, que em 1990 respondiam por 28% das exportações, em 2018 participavam com mais da metade do valor das exportações, caracterizando o processo comumente denominado de reprimarização das exportações. No caso dos produtos da indústria de transformação de alta intensidade tecnológica, a participação nas exportações totais que eram de 4,31% em 1990, chegou a representar 12,46% no ano de 2000, no entanto, em 2018 seu desempenho ficou abaixo dos 4%.

De acordo com dados do Ministério de Indústria, Comércio e Serviços (MDIC, 2019) os produtos exportados com alta intensidade tecnológica (3,72% das exportações), refere-se principalmente a aeronaves (3,1%) - produzidos pela Embraer⁵⁶, antiga estatal, privatizada durante o governo de Itamar Franco -, equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (0,67%) e produtos farmoquímicos e farmacêuticos (0,49%). Os produtos primários

⁵⁶Os novos controladores acionários, após a privatização, passaram a ser os fundos de pensão Previ e Sistel (20% cada), a Cia. Bozano, Simonsen (20%), além de um grupo de investidores com participação acionária menor (total de 20%), composto pela Dassault, EADS, Snecma e Thales Group.

(não industrializados) são compostos, de modo geral, de itens provenientes da agricultura e pecuária, extração de petróleo e gás natural, extração de minerais metálicos, dentre outros. No cerne do neoextrativismo, com produtos com alguma elaboração, as manufaturas de recursos naturais e os de baixa tecnologia, destacam-se: os produtos alimentícios; celulose, papel e produtos de papel; madeira e seus produtos; couro, artefatos de couro, artigos para viagem e calçados; e produtos do fumo.

Figura 3.9 – Participação das exportações brasileiras segundo intensidade tecnológica dos produtos, referente a 1990, 2000, 2010 e 2018



Fonte: CEPAL – SIGCI (2019).

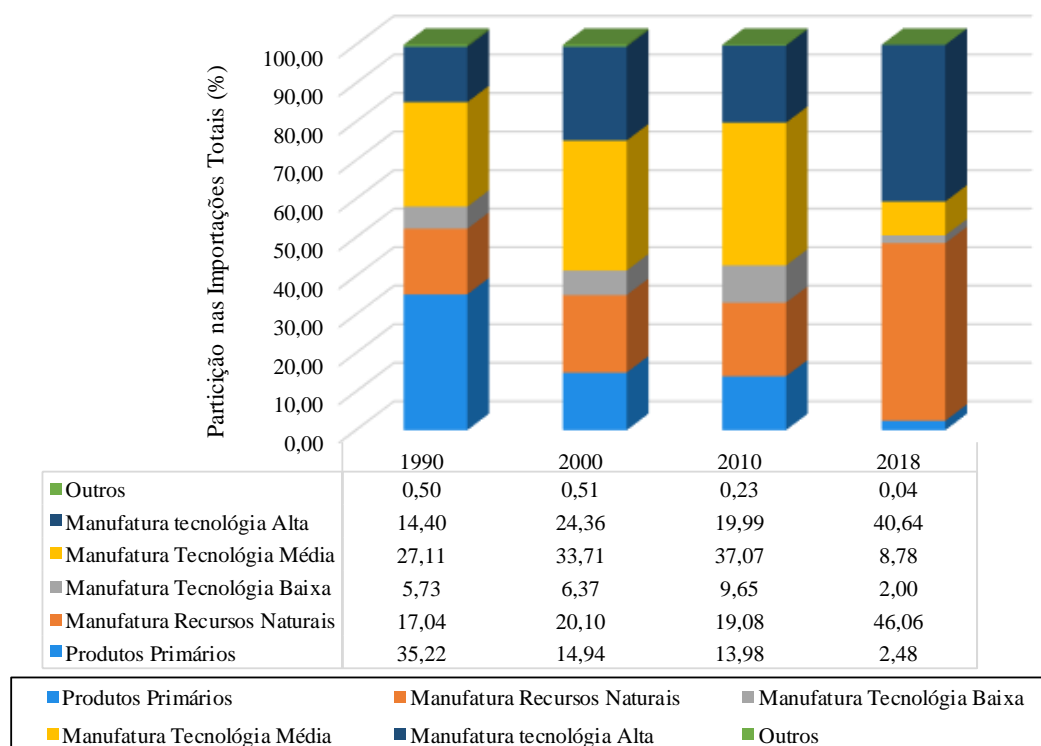
Ainda segundo MDIC (2019) o valor das exportações brasileiras, conforme a intensidade tecnológica, em 2018, foi de 10.170,9 milhões de dólares, para produtos de alta tecnologia e US\$ 98.539,34 milhões para produtos não industrializados. De 2017 para 2018 o valor das exportações de produtos primários aumentou 20,3%. Sendo que os produtos da indústria de transformação de alta tecnologia apenas 2,3%, no mesmo período.

No caso das importações brasileiras, especificamente, em relação aos produtos industrializados de alta intensidade tecnológica, estes representavam 14,40% das importações totais em 1990, no entanto, em 2018, passou a compor 40,64% do total. Tendência semelhante aos produtos industrializados de média intensidade, até o período de 2010, passando de uma participação de

27,11% (1990) para 37,07% (2010), porém, em 2018 apontou um resultado de 8,78%, uma mudança bem drástica (Figura 3.10).

Observa-se que apesar da grande participação dos produtos primários nas exportações (50,84%) em 2018, a manufatura de recursos naturais vem diminuindo sua participação nas exportações totais e aumentando seu resultado nas importações. De 1990 para 2018 produtos dessa intensidade tecnológica reduziram 33,35% da sua participação nas exportações e aumentaram 170,27% as importações no mesmo período. O que pode apontar uma tendência não apenas do processo de reprimarização, mas de uma redução no potencial de elaboração desses produtos.

Figura 3.10 – Participação das importações brasileiras segundo intensidade tecnológica dos produtos, referente a 1990, 2000, 2010 e 2018



Fonte: CEPAL – SIGCI (2019).

No ano de 2018 os produtos da indústria de transformação com alta intensidade tecnológica responderam por 29.983,06 milhões de dólares e os de média-alta intensidade US\$ 72.962,23 milhões (um aumento de 16,39% em relação a 2017). A balança comercial apresentou um aumento de 21,79% (2017-2018) em relação a importação de produtos não industrializados (US\$17.599,69 milhões) (BRASIL, 2019).

Os produtos com alta intensidade tecnológica importados em 2018, majoritariamente, referem-se a equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos. Os produtos de média-alta intensidade são: produtos químicos (tipo de produto com maior participação nas importações totais); veículos automotores, reboques e carrocerias (BRASIL, 2019).

A China e os Estados Unidos respondem, atualmente, por mais de um 1/3 do valor das exportações brasileiras (Tabela 3.4). Sendo, pois, a China o principal destino dos produtos brasileiros, principalmente as *commodities*. No entanto, é preciso compreender essa informação conjuntural como componente relevante do estabelecimento do padrão de Especialização Produtiva.

A China no ano de 1997 respondia por apenas 2% das exportações brasileiras, ocupando o 12º lugar no ranking dos países de destino. Desse período até 2018 as exportações para China aumentaram cerca de 58 vezes (uma variação de 5.775,94%), representando nesse último ano 26,72% de todos os produtos exportados.

Em relação ao tipo de produto exportado, a China compra principalmente produtos primários do Brasil, em destaque a soja. No ano de 1997, cerca de 50% dos produtos exportados eram cereais (“alimentos para animais” – não incluindo cereais não moídos) e 16,49% minério de ferro e seus concentrados. Em 2018, majoritariamente, os produtos permaneceram sendo matérias-primas e produtos manufaturados de baixa intensidade tecnológica. De tal maneira que a soja respondeu por 42,60% das exportações para a China, destacando-se também, óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (22,51%) e minério de ferro e seus concentrados (17,10%) (BRASIL, 2019).

Tabela 3.4 – Ranking dos principais destinos das exportações brasileiras, por valor FOB e percentual de participação, 1997

Ranking	Países	Valor FOB (US\$)	%
1º	Estados Unidos	9.268.838.126	17,74
2º	Argentina	6.765.349.920	12,95
3º	Países Baixos (Holanda)	3.997.768.168	7,65
4º	Japão	3.065.771.924	5,87
5º	Alemanha	2.607.749.915	4,99
6º	Itália	1.706.977.485	3,27
7º	Bélgica	1.459.386.044	2,79
8º	Paraguai	1.406.553.837	2,69
9º	Reino Unido	1.257.061.088	2,41
10º	Chile	1.196.107.634	2,29
11º	França	1.111.498.143	2,13
12º	China	1.087.988.459	2,08

Continua

			Conclusão
13°	Espanha	1.055.516.552	2,02
14°	Uruguai	869.686.178	1,66
15°	México	828.146.715	1,59
16°	Venezuela	767.676.728	1,47
17°	Rússia	756.240.700	1,45
18°	Coreia do Sul	736.110.573	1,41
19°	Bolívia	720.554.563	1,38
20°	Canadá	583.668.281	1,12

Fonte: COMEXSTAT-MDIC, 2019.

Os Estados Unidos em 1997 era o maior comprador dos produtos brasileiros, respondendo por 17,74% do total das exportações (Tabela 3.4). Já em 2018 esse lugar foi assumido pela China, passando a ser o segundo maior destino das exportações com 11,99% de participação (Tabela 3.5). A variação entre os dois períodos demonstra que a expansão das vendas para essa grande potência não foi tão grande, com relação a China, no entanto, o valor FOB variou mais de 200%, triplicando.

Os principais produtos com maior valor FOB de exportação para os EUA, em 1997, eram calçados (11,34%), lingotes e outras formas primárias, de ferro ou aço; produtos semiacabados de ferro ou aço (5%), café (5%), motores de pistão e suas partes (4,10%), partes e acessórios de veículos (4,07%) e aeronaves (3,72%). Em 2018, os calçados já não apresentaram a mesma importância de outrora (0,59%), e os lingotes de ferro ou aço passaram a ocupar o primeiro lugar com 10,92%, seguidos por: óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (10,56%); aeronaves (7,79%); motores e máquinas não elétricos (6,89%); instalações e equipamentos de engenharia civil e construtores (3,92%); e celulose e resíduos de papel (3,62%) (Tabela 3.5) (BRASIL, 2019).

Tabela 3.5 – Ranking dos principais destinos das exportações brasileiras, por valor FOB e percentual de participação, 2018

Ranking	Países	Valor FOB (US\$)	%
1°	China	63.929.548.814	26,72
2°	Estados Unidos	28.696.717.001	11,99
3°	Argentina	14.912.606.660	6,23
4°	Países Baixos (Holanda)	13.059.580.944	5,46
5°	Chile	6.393.065.704	2,67
6°	Alemanha	5.206.178.162	2,18
7°	Espanha	5.134.474.270	2,15
8°	México	4.504.728.264	1,88
9°	Japão	4.321.410.882	1,81

Continua

			Conclusão
10°	Índia	3.908.940.683	1,63
11°	Cingapura	3.580.254.865	1,50
12°	Itália	3.554.560.778	1,49
13°	Coreia do Sul	3.439.019.139	1,44
14°	Canadá	3.354.525.770	1,40
	Bélgica	3.197.677.283	1,34
16°	Uruguai	3.007.607.510	1,26
17°	Reino Unido	2.986.772.026	1,25
18°	Paraguai	2.912.218.700	1,22
19°	Colômbia	2.802.240.806	1,17
20°	Hong Kong	2.678.779.129	1,12

Fonte: COMEXSTAT-MDIC, 2019.

Em termos de blocos econômicos, a Ásia (38,94%) destaca-se como maior compradora dos produtos brasileiros, principalmente a China. E em segundo lugar a Europa (20,19%), sobretudo, a União Europeia. Logo depois vem a América do Norte (15,28%) e América do Sul (14,70), especificamente, Argentina, Paraguai, Chile, Uruguai, Venezuela e Bolívia (nessa ordem) (Tabela 3.6).

Tabela 3.6 – Exportação brasileira por valor FOB e percentual de participação, por bloco econômico, 2018

BLOCOS ECONÔMICOS	US\$ Valor FOB	%
ASIA (EXCLUSIVE ORIENTE MEDIO)	93.176.199.262	38,94
CHINA, HONG KONG E MACAU	66.679.815.490	71,56
ASSOCIACAO DE NACOES DO SUDESTE ASIATICO*	11.606.556.777	12,46
OUTROS	7.129.396.974	7,65
JAPAO	4.321.410.882	4,64
COREIA DO SUL	3.439.019.139	3,69
EUROPA	48.298.876.603	20,19
UNIAO EUROPEIA – EU	42.108.377.903	87,183
OUTROS	4.535.651.755	9,3908
RUSSIA	1.654.846.945	3,4263
AMERICA DO NORTE	36.555.971.035	15,28
ESTADOS UNIDOS	28.696.717.001	78,50
MEXICO	4.504.728.264	12,32
CANADA	3.354.525.770	9,18
AMERICA DO SUL	35.166.002.503	14,70
MERCADO COMUM DO SUL – MERCOSUL	20.832.432.870	59,24
COMUNIDADE ANDINA DAS NACOES – CAN	7.314.602.024	20,80
OUTROS	7.018.967.609	19,96
ORIENTE MEDIO	9.768.933.466	4,08
ORIENTE MEDIO	9.768.933.466	100
AFRICA	8.100.621.318	3,39
AFRICA	8.100.621.318	100

Continua

		Conclusão
AMERICA CENTRAL E CARIBE	5.665.024.032	2,37
AMERICA CENTRAL E CARIBE	5.665.024.032	100
OCEANIA	693.636.582	0,29
OCEANIA	693.636.582	100
PAIS NAO DECLARADO/SEM INFORMACAO DE PAIS	1.838.726.852	0,77
PAIS NAO DECLARADO/SEM INFORMACAO DE PAIS	1.838.726.852	100
(vazio)	1.028	0,00
(vazio)	1.028	100
TOTAL GERAL	239.263.992.681	100,00

*ASEAN

Fonte: COMEXSTAT-MDIC, 2019.

De modo geral, o “efeito China” é destaque como elemento de configuração do padrão de reprodução capitalista no Brasil e na América Latina como um todo, principalmente pelo processo de urbanização que vem desencadeando nos últimos vinte anos. Este processo é visto como o epicentro da urbanização, tornando-se genuinamente global, resultado, em parte, da surpreendente integração dos mercados financeiros, que usaram sua flexibilidade para financiar o desenvolvimento urbano por todo o mundo. Porém, o caso específico da China é singular pela ênfase no desenvolvimento de infraestrutura, em tal medida, que este país consome quase metade do cimento mundial desde 2000 (HARVEY, 2012).

Harvey (2012, p. 84) aponta para o papel do Estado ditatorial na implementação de projetos de infraestrutura, urbanização e a migração da população para as cidades. De acordo com ele:

Na China, milhões estão sendo desapropriados dos espaços que ocupam há muito tempo; três milhões apenas em Beijing. Como eles não têm o direito à propriedade privada, o Estado pode simplesmente removê-los por decreto, oferecendo-lhes o menor pagamento para ajudá-los antes de transferir a terra a incorporadores, com grande lucro. Em alguns casos, as pessoas se mudam de boa-vontade, mas há também relatos de resistência generalizada, reação comum à repressão brutal do Partido Comunista. Na República Popular da China é frequente que as populações em reservas rurais sejam deslocadas, ilustrando a significância do argumento de Lefebvre, prescientemente definido nos anos 60, de que a distinção clara que existiu entre o rural e o urbano vai desaparecendo gradualmente num conjunto de espaços porosos de desenvolvimento geográfico desigual, sob o comando hegemônico do capital e do Estado (HARVEY, 2012, p. 84).

Em prol desse projeto de desenvolvimento, o inchaço populacional fez com que mais de cem cidades passassem da marca de 1 milhão de habitantes neste período, sendo que, anteriormente, pequenas vilas, haviam se tornado grandes metrópoles de 6 a 10 milhões de moradores. Com isso, a paisagem da China vem se transformando, a implantação de vastos projetos de infraestrutura, incluindo barragens e autoestradas – também financiada -, haja vista a mundialização do capital e o processo de abertura econômica, são significativas as

consequências para a economia global e a absorção de capital excedente. A forte demanda por matéria prima, pela economia chinesa, vem favorecendo o crescimento econômico de alguns países: “o Chile cresceu graças ao elevado preço do cobre; a prosperidade da Austrália, até mesmo da Argentina e do Brasil, tem sido recuperada em parte pela forte demanda chinesa por matéria prima” (HARVEY, 2012, p. 79).

3.4.2 Financiamento do investimento: papel do grande capital

Em termos gerais, as fontes de financiamento do investimento ocorrem por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Investimento Estrangeiro Direto (IED), e seus desdobramentos no processo de privatizações, fusões e aquisições que marcaram o período da década de 1990 até os dias atuais. *Pari passu* ao processo de adequação a dinâmica de acumulação do capitalismo mundializado.

O BNDES ao ser criado na década de 1950, tinha por objetivo financiar “as deliberações do governo, aplicando o máximo de recursos na recuperação de serviços públicos essenciais ao nosso país”. Em síntese corrigir os pontos de estrangulamentos da economia, principalmente no que se refere a energia, transporte e infraestrutura (BNDES, 2012).

A inserção internacional do país a partir do paradigma neoliberal é inaugurada no período Collor, quando são dados os primeiros traços do novo desenho da política brasileira, por meio da instituição da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), criada em 1990, com o objetivo de reduzir de forma progressiva os níveis de proteção tarifária e eliminação dos instrumentos não tarifários de proteção e dos subsídios a indústria nacional, colocando-a numa acentuada e rápida exposição a competição internacional, uma política às avessas a política de desenvolvimento capitalista de substituição das importações (CANO; DA SILVA, 2010).

Seguindo à risca os pressupostos do Consenso de Washington, o BNDES deixa privilegiar a política de distribuição de recursos setorial e passa a direcionar os recursos para as empresas que alcançassem incrementos de competitividade e produtividade; ou seja, a instituição passa a ter uma nova função na política econômica, prerrogativa que tornar-se mais evidente a partir da instituição do Programa de Reestruturação e Racionalização Empresarial⁵⁷, em 1992, com o objetivo de fomentar fusões e incorporações de empresas – de modo geral, a desnacionalização

⁵⁷Em 1990 Fernando Collor já havia instituído o Programa Nacional de Desestatização (PND) por meio da Lei nº 8.031.

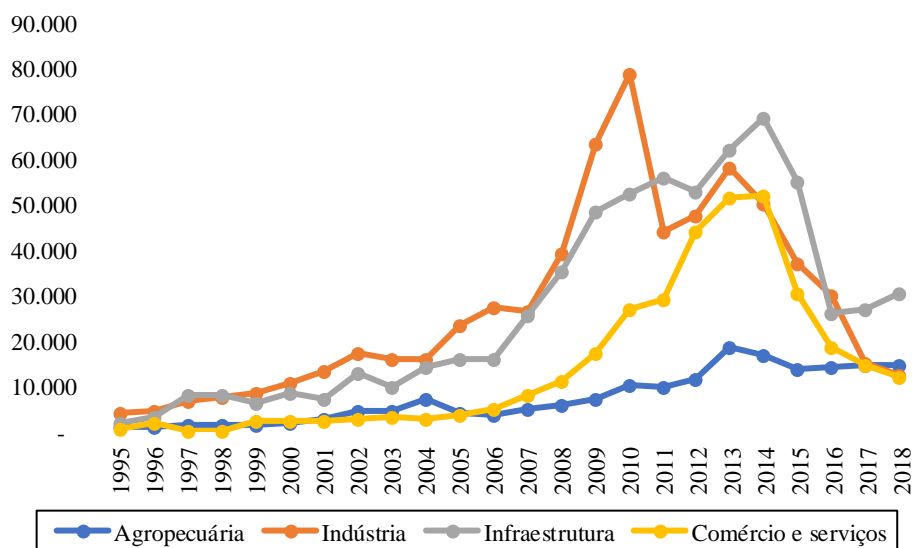
–, sendo operacionalizado pelo BNDES, o banco de desenvolvimento do país. Dessa forma, inicia-se o processo de privatização de estatais produtivas de setores antes considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional, bem como a posterior inclusão da concessão de serviços públicos a iniciativa privada (CANO; DA SILVA, 2010).

Em termos estratégicos e com forte relação com a economia neoextrativista, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi privatizada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. O histórico da CVRD, criada em 1942, pelo então presidente Getúlio Vargas, aponta para a consolidação de sua posição no mercado mundial a partir da década de 1950, quando passa a dinamizar as atividades econômicas, desenvolvendo tecnologia, tornando-se, em sua atuação, referência na época. Antes da sua criação as áreas de mineração brasileira eram em sua maioria controlada por um norte americano, *Percival Farquhar*, que tinha sua atuação limitada pela extração do minério com destino as siderúrgicas da Pensilvânia, em seu país de origem. Privatizada em maio de 1997, a CVRD havia sido avaliada no valor de US\$120 bilhões, tendo como objetivo o pagamento de toda a dívida externa brasileira, acabou sendo vendida por US\$ 3,3 bilhões, para o Consórcio Brasil liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), comprando 41,73% das ações com direito a voto, dentre elas 16,3% da CNS, 10,43% com a Litel Participações (fundos de pensão), 10% com a Eletron S/A (liderada pelo Banco *Opportunity*) e 5% com a *Sweet River (Nations Bank)*⁵⁸(SERRANO, 2019; AGOSTINI, 2017).

Observando os desembolsos realizados pelo BNDES no período de 1995 a 2018 é possível verificar uma elevação considerável nos valores em todas as categorias de atividades principalmente a partir do ano de 2003. De modo geral, é evidente a mudança no comportamento do volume de desembolsos nos anos 2000, provavelmente relacionado a intensificação do padrão de reprodução capitalista de especialização produtiva, tendo o Estado como principal articulador do processo de acumulação (Figura 3.11).

⁵⁸Atualmente a Vale (antiga CVRD) tem como principal acionista a Litel (20,98% das ações), empresa criada pelos fundos de pensão dos empregados do Banco do Brasil (Previ), da Caixa Econômica Federal (Funcef), da Petrobrás (Petros) e da Cesp (Funcesp). Além dos fundos de pensão, detém ações da Vale, o BNDESPar, empresa de investimento do BNDES – segundo maior acionista (7,6%) -, a Bradespar, empresa de investimento do Bradesco (6,3%) e a Gestora global de investimentos BlackRock (5,98%). O governo possui controle indireto da Vale, por meio dos fundos de pensão e do BNDES, bem como por meio do Tesouro Nacional que é dono de ações especiais que garantem poder de veto em decisões relevantes da companhia (*as Golden Shares*) (TEMÓTEO, 2019).

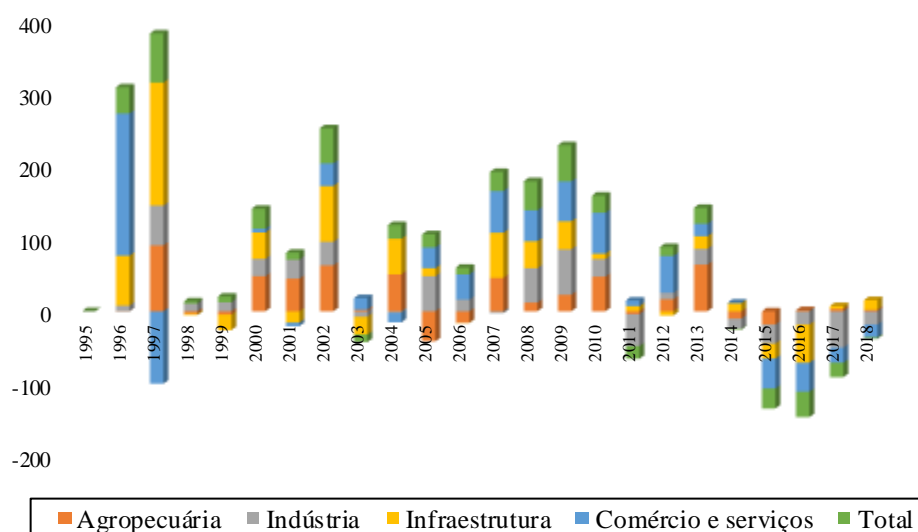
Figura 3.11 – Desembolso do BNDES, em milhões de reais, por atividade econômica de 1995 a 2018



Fonte: BNDES, 2019.

Na Figura 3.12 observa-se a variação dos desembolsos do BNDES por setor da economia, durante os anos de 1995 a 2018. Os dados demonstram que de 2000 e 2009, houve um crescimento nos desembolsos totais no valor de 491,67%, sendo que o setor com maior crescimento foi o de comércio e serviços (661,22%), seguido da indústria (511,48%), infraestrutura (474,17%) e agropecuária (259,32%). Já no período de 2010 a 2018 os desembolsos reduziram 58,85%, apresentando diminuição em três dos quatro setores, com variação positiva de 44,77% na agropecuária (Figura 3.11). Contudo, é importante considerar que no primeiro período (2000 a 2009) o governo Lula implementou três políticas compreendidas como de industrialização: Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE, 2004), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, 2007) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP, 2008).

Figura 3.12 - Variação percentual dos desembolsos do BNDES por setor de 1995 a 2018

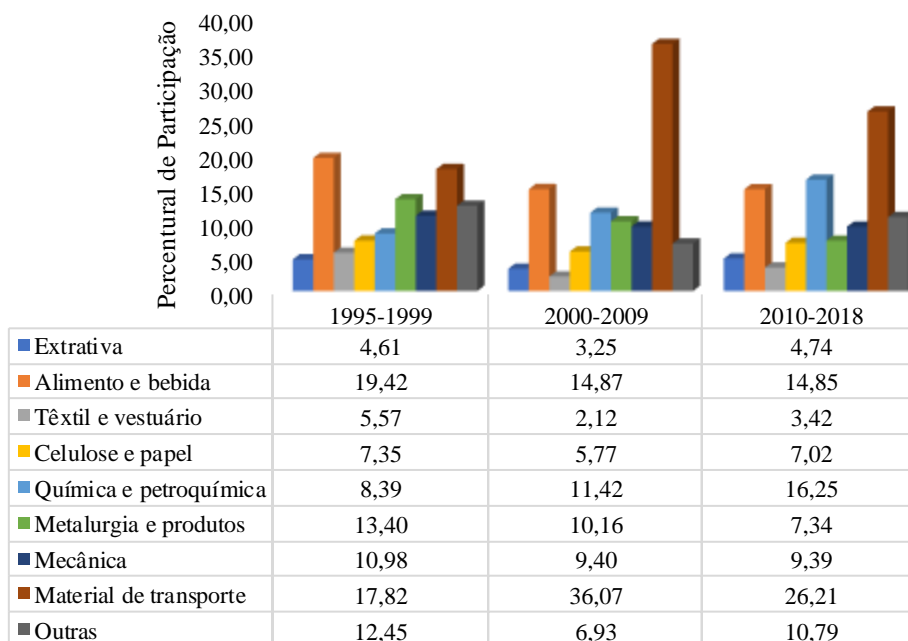


Fonte: BNDES (2019).

No caso dos desembolsos do BNDES específicos para a indústria, no período de 1995 a 1999 a indústria de alimento e bebidas era a que, em média, detinha maior participação, 19,42% e desseguida pela de material de transporte⁵⁹ (17,82%). No entanto, nos períodos seguintes a média da participação das indústrias nos desembolsos totais para esse setor passou a ser dominado pela indústria de material de transporte, chegando a abarcar mais de 1/3 (36,07%) dos valores para esse setor, no período de 2000 a 2009 e 26,21% no intervalo de 2010 a 2018. Outro tipo de indústria que avançou no recebimento de empréstimos do BNDES, foi o de química e petroquímica que no período de 1995 a 1999 tinha uma participação de 8,39% e passou a ocupar o segundo lugar no ranking de desembolsos para indústria, com um percentual de 16,25% (Figura 3.13).

⁵⁹De acordo com nota técnica do BNDES a classificação “material de transporte” refere-se as fabricação e montagem de veículos automotores, embarcações, equipamentos ferroviários e aeronaves.

Figura 3.13 – Participação média nos investimentos via BNDES por tipo de indústria de 1995 a 2018



Fonte: BNDES, 2019.

Em relação a participação do BNDES em ações em companhias com capital aberto os principais setores que possuem maior percentual de investimento são: Petróleo e gás (48,24%); Mineração (15,69%); Energia elétrica (14,53%); Alimentos e Bebidas (12,79%); e Papel e Celulose (5,46%). As principais empresas com participação nas ações são: a Petrobrás (43,26%), Vale (14,07%), JBS (10,35%), Eletrobrás (7,47%), Suzano (4,12%) e Companhia Paranaense de Energia (COPEL) (2,61%) (BNDES, 2019).

No caso das companhias de fechadas – não listadas em bolsa de valores ou listadas com baixa liquidez – o BNDES possui participação principalmente (com mais de 30% do capital) nas dos setores de energia elétrica, química e petroquímica, bens de consumo, alimentos e bebidas, petróleo e gás e tecnologia de informação. Ainda sobre os setores das companhias de capital fechado, o setor com maior número de empresas com investimento do BNDES é o de tecnologia da informação (10 companhias), a maioria com ingresso nos anos 2000 – sete tiveram ingresso de capital pelo BNDES entre 2005 e 2019. No entanto, em termos de valor de mercado, o BNDES despendeu apenas 3,37% em companhias desse tipo, na comparação ao total dos investimentos, sendo que a maioria dos investimentos são em empresas de capital aberto (89,68%), além dos fundos de investimento (1,70%) e debêntures de renda variável (5,25%) (BNDES, 2019).

É possível vislumbrar um direcionamento do investimento por parte do Estado concentrados principalmente em setores básicos e com baixa intensidade tecnológica, e com alta liquidez, bem como alta valorização no mercado externo.

De acordo com Chesnais (1996, p. 53) o modo de produção capitalista tem por característica a sua face “totalitária” e “totalizante”, sempre subordinando, ou muitas vezes, destruindo “o conjunto de formas e esferas de atividade social que ainda escapam à lógica da ‘mercadorização’ e à subordinação às operações do capital”.

Este autor aponta o fato de que são as instituições constitutivas de capital financeiro, cujo a característica mais elementar é a forte rentabilidade, que determinam a repartição da receita, o ritmo do investimento ou, ainda, o nível e as formas do emprego assalariado, por meio das intermediações de operações realizadas nos mercados financeiros.

As instituições em questão compreendem os bancos, mas sobretudo as organizações designadas com o nome de investidores institucionais: as companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização (os Fundos de Pensão) e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, administradoras altamente concentradas de ativos para a conta de cliente dispersos (os *Mutual Funds*), que são quase sempre as filiais fiduciárias dos grandes bancos internacionais ou das companhias de seguro. Os investidores institucionais tornaram-se, por intermédio dos mercados financeiros, os proprietários dos grupos: proprietários-acionários de um modo particular que têm estratégias desconhecidas de exigências da produção industrial e muito agressivas no plano do emprego e dos salários. São eles os principais beneficiários da nova configuração do capitalismo.

A Tabela 3.7 demonstra muito dessa dinâmica reconhecida como um novo tipo de imperialismo (conforme Harvey, 2004), consolidado com o advento do processo de neoliberalismo econômico pós Consenso de Washington e a consequente política em prol da geração de superávit primário em favor, dentre outros aspectos, ao pagamento da dívida pública externa e interna, bem como os processos de privatizações e austeridade fiscal.

Nesse sentido, é instituído o Programa Nacional de Desestatização (PND) em abril de 1990 (Lei 8.031) alterada pela Lei 9.491 de setembro de 1997, marco das privatizações. Tendo entre os seus objetivos fundamentais, tanto na primeira quanto na segunda normatização, a redução da dívida pública.

De 1975 a 1979 do total do IED na América Latina, o Brasil em média contribuía com 56,41%, chegando a ser responsável por 76,52% dos investimentos estrangeiros direto nessa região no

ano de 1976, bem como 8,42% do fluxo do IED do mundo. No período de 2000 a 2018 a participação do Brasil nos IED da América Latina ficou acima dos 20% - média de 22,59, entre 2000 e 2009, e 28,91, de 2010 a 2018 (Tabela 3.7).

Tabela 3.7 – Investimento Externo Direto (IED), em US\$, Brasil, América Latina e Mundo, participação percentual do Brasil (A) na América Latina (B) e no Mundo (C), variação anual, de 1975 a 2018

Ano	Brasil (A)	América Latina e Caribe (B)	Mundo (C)	% (A/B)	%(B/C)	Variação
1975	1.302.000.000	2.714.843.489	23.152.942.623	47,96	11,73	-
1976	1.555.000.000	2.032.182.909	18.450.820.896	76,52	8,43	19,43
1977	1.833.000.000	2.976.818.961	25.242.154.692	61,58	7,26	17,88
1978	2.006.000.000	3.990.436.333	31.742.604.142	50,27	6,32	9,44
1979	2.419.000.000	5.290.711.569	40.476.999.675	45,72	5,98	20,59
1980	1.911.000.000	6.434.940.936	51.463.516.296	29,70	3,71	-21,00
1981	2.520.000.000	8.771.215.556	66.261.443.673	28,73	3,80	31,87
1982	2.910.000.000	6.998.860.000	53.790.951.192	41,58	5,41	15,48
1983	1.609.000.000	5.461.111.667	47.540.791.812	29,46	3,38	-44,71
1984	1.594.000.000	4.885.801.797	57.513.140.649	32,63	2,77	-0,93
1985	1.441.000.000	6.431.245.759	55.831.322.506	22,41	2,58	-9,60
1986	345.000.000	4.368.475.113	84.562.500.138	7,90	0,41	-76,06
1987	1.169.000.000	3.865.074.913	128.227.304.830	30,25	0,91	238,84
1988	2.804.000.000	7.563.869.482	153.269.840.471	37,07	1,83	139,86
1989	1.131.000.000	7.864.321.525	189.101.407.233	14,38	0,60	-59,66
1990	989.000.000	8.388.070.237	196.314.842.873	11,79	0,50	-12,56
1991	1.103.000.000	13.145.788.057	147.008.507.019	8,39	0,75	11,53
1992	2.061.000.000	14.783.147.226	153.248.189.091	13,94	1,34	86,85
1993	1.292.000.000	14.296.916.551	211.747.657.262	9,04	0,61	-37,31
1994	3.072.000.000	29.189.781.138	241.856.489.979	10,52	1,27	137,77
1995	4.859.000.000	30.674.732.457	319.900.395.114	15,84	1,52	58,17
1996	11.200.000.000	45.602.018.374	363.575.574.037	24,56	3,08	130,50
1997	19.650.000.000	70.298.632.310	461.268.353.809	27,95	4,26	75,45
1998	31.913.000.000	79.043.944.559	679.307.688.135	40,37	4,70	62,41
1999	28.576.000.000	95.839.291.326	961.898.356.357	29,82	2,97	-10,46
2000	32.994.718.700	97.150.139.022	1.480.410.290.943	33,96	2,23	15,46
2001	23.225.846.372	78.441.805.766	803.639.098.976	29,61	2,89	-29,61
2002	16.586.600.193	64.478.182.701	754.097.049.479	25,72	2,20	-28,59
2003	10.123.013.671	57.900.893.317	738.923.123.014	17,48	1,37	-38,97
2004	18.181.190.855	100.601.045.335	1.010.648.549.752	18,07	1,80	79,60
2005	15.459.981.604	81.517.949.411	1.545.811.550.537	18,97	1,00	-14,97
2006	19.378.093.068	114.978.215.624	2.204.644.811.722	16,85	0,88	25,34
2007	44.579.492.464	197.909.352.372	3.142.186.517.392	22,53	1,42	130,05
2008	50.716.402.711	224.651.551.539	2.471.810.178.041	22,58	2,05	13,77
2009	31.480.932.200	156.559.643.660	1.399.593.868.855	20,11	2,25	-37,93
2010	82.389.933.624	224.133.721.349	1.888.612.946.789	36,76	4,36	161,71
2011	102.427.229.784	285.249.539.954	2.312.074.504.071	35,91	4,43	24,32
2012	92.568.379.495	296.738.318.676	2.044.185.658.889	31,20	4,53	-9,63

Continua

						Conclusão	
2013	75.211.028.087	379.612.572.400	2.153.929.064.560	19,81	3,49	-18,75	
2014	87.713.987.797	299.051.434.787	1.886.398.002.411	29,33	4,65	16,62	
2015	60.334.050.668	286.867.273.624	2.650.906.038.744	21,03	2,28	-31,22	
2016	73.377.909.022	274.071.669.230	2.622.858.311.095	26,77	2,80	21,62	
2017	70.257.759.618	245.734.020.115	1.956.815.008.965	28,59	3,59	-4,25	
2018	88.324.149.805	287.021.383.665	1.204.501.697.250	30,77	7,33	25,71	

Fonte: Banco Mundial, 2019.

Segundo Relatório da Cepal (2019) o IED recuou em 2018 em 13% em relação ao ano anterior, alcançando o valor de 1,3 trilhões de dólares. Essa redução foi mais acentuada em nas economias desenvolvidas (27%), tendo como principal motivo a reforma tributária realizada nos Estados Unidos, promovendo um maior de fluxo de repatriação de lucros, principalmente em relação a Europa, que apresentou saídas de IED.

Na contramão dessa tendência, na América Latina e Caribe, o IED aumentou 13,2% em 2018, com um montante de 184,287 bilhões de dólares. No entanto, esse resultado é fruto do aumento do IED em poucos países, destacando-se Brasil e México. Além disso, não há uma associação a aportes de capital, mas à uma maior entrada de empréstimos entre companhias e menor percentual reinvestimento de lucros. Apesar dos capitais se concentrarem mais nas manufaturas e nos serviços, os investimentos em setores de recursos naturais apresentaram aumentos (CEPAL, 2019).

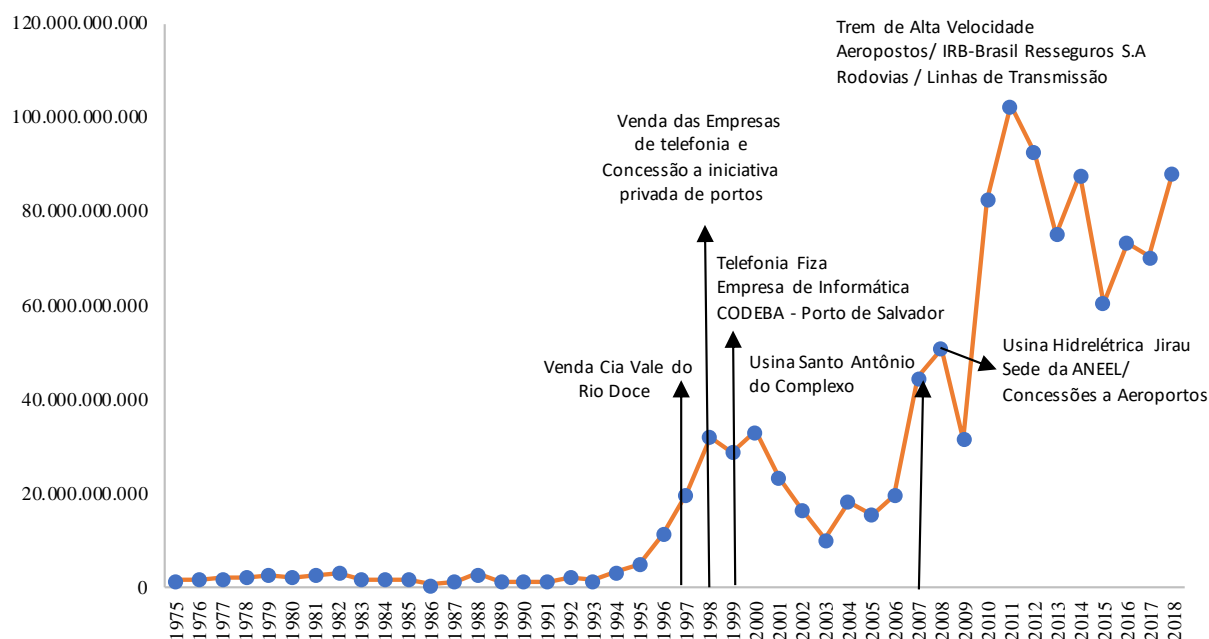
As privatizações realizadas no país influenciaram sobremaneira o fluxo de IED, sendo possível observar os processos de desnacionalização e os movimentos do IED ao longo do tempo (Figura 3.14). De 1991 a 1999 foram privatizadas 36 empresas estatais federais e de 2000 a 2001, cinco estatais, todas bancos (Banco do Estado de São Paulo, Banco do Estado do Goiás, Banco do Estado do Amazonas, Banco do Estado do Maranhão e Banco do Estado do Ceará) (Ministério do Planejamento, 2011).

De acordo com dados do BNDES (2019) considerando o período de 1990 a 2015 foram realizadas 99 desestatizações, referentes aos setores siderúrgico, químico e petroquímico, fertilizantes, elétrico, ferroviário, mineração, portuário, aeroportuário, rodoviário, financeiro, de petróleo e outros. Desse total 27 foram de empresas do setor de petroquímica e 21 do setor rodoviário. De 2009 para 2010 o IED variou 161,71% (Tabela 3.7), e um dos vários fatores que contribuíram para esse resultado, foram as privatizações (envolvendo aquisição e concessão) de empresas e serviços relacionados ao setor de transporte, energia e seguros, com participação de empresas estrangeiras tais como o consórcio vencedor do leilão da RodoBahia⁶⁰, integrado

⁶⁰Trechos da rodovia BR – 116/324 BA.

pela espanhola Isolux-Corsan (75%) e as brasileiras Engevix (20%) e Encalso (5%) (Figura 3.14) (BNDES, 2019).

Figura 3.14 – Investimento Estrangeiro Direto em US\$, no Brasil, de 1975 a 2018



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco Mundial, 2019.

No caso das empresas privadas, o IED em seu fluxo se comportou, também conforme as aquisições, fusões e associações com empresas nacionais. De acordo com Oliveira (2015) esse processo representa uma tendência do atual padrão capitalista internacionalizado que representa a aliança de classes entre burguesias nacionais dos diferentes países, consequentemente tornando-se uma burguesia mundial. Ainda segundo esse autor de 1994 a 2014 foram realizados no Brasil, 9.821 transações. Essas transações se distribuíram em 2.667 (27,2%), no governo Fernando Henrique Cardoso, 3.907 (39,8%) no de Luiz Inácio Lula da Silva e 3.247 (33,1%) no primeiro mandato de Dilma Rousseff.

Nesse período, as aquisições, fusões e associações ocorreram nos setores de bebidas, financeiro, telefonia, petróleo, carnes, transporte aéreo (Azul e Trip), saúde e fertilizantes. Os principais países envolvidos nessas transações no Brasil, foram: Bélgica (1), Espanha (1), Portugal (1), Estados Unidos (5), Austrália (3), Japão (1), Itália (1), Grã-Bretanha (1) e Noruega (1) (OLIVEIRA, 2015).

Na Tabela 3.7e na Figura 3.14, é possível observar, que a média dos IED da década de 1970 a década de 1980 reduziu 4,36%, já de 1980 a 1990 aumentou 500,63% - possivelmente em função da abertura comercial e intensificação das privatizações, em destaque a mineradora Companhia Vale do Rio Doce e Telebrás – e nas décadas de 2000 a 2010 e de 2010 para 2018, avançaram 150,89% e 209,83% respectivamente.

3.4.3 Ações do Estado: o enfoque na política neoeextrativista

Segundo Osório (2017) o Estado tem um papel primordial no processo de reprodução capitalista, haja vista que é “nele que se condensa a força social que organiza a vida em comum”. De tal maneira, que seria impossível dar forma a quaisquer projeto e interesse de classe, sem a presença do Estado.

As relações de poder e de domínio que emergem das contradições das classes sociais, acabam por definir o Estado, no qual se concentra o poder político. Nesse interim, o poder político é concebido como “a capacidade de certas classes sociais de realizar seus interesses e projetos, em detrimento ou contra os interesses e projetos de outras classes” (OSÓRIO, 2014, p. 68).

A partir desse entendimento, compreende-se que a maneira como o Estado brasileiro, determinou a organização da sociedade, principalmente nos anos 2000, releva o sentido do poder político, que este concentra. Na adesão ao projeto neoliberal há uma convergência entre o capital mundializado e a representação do capital local, que encontra no Estado o fornecimento dos meios para realizar-se.

Com isso, o padrão de reprodução exportador de especialização produtiva, que configura o processo de reprimarização da economia nacional, tornar-se possível por meio da ação do Estado. Ademais, ilustra-se esta característica, própria da sociedade capitalista (constituída por classes sociais) de maneira “singela”, a partir do papel do Estado na representação dos interesses das classes dominantes no país, configurando o espaço – criando infraestrutura –, facilitando o acesso crédito, adotando uma política fiscal em prol dos interesses e projetos de setores primários, da indústria extrativista, ou de transformação de baixa intensidade tecnológica.

De tal modo, no início dos anos 2000 o Brasil volta a instituir uma política de industrialização – característica abandonada com o advento neoliberal no contexto brasileiro – a partir da implementação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em março

de 2004, segundo ano do governo Lula. Tendo como desafio a herança da década de 1990, quando foram desfeitas as instâncias de coordenação e planejamento responsáveis por viabilizar o processo de industrialização (conselhos interministeriais, órgãos de planejamento, dentre outros), bem como a falta de infraestrutura perdida com a privatização de empresas públicas, além de um fraco desempenho das agências públicas de desenvolvimento regional que haviam sobrado, bem como a desfiguração do BNDES, além da atuação acanhada de empresas públicas como Banco do Brasil e Caixa Econômica (CANO; DA SILVA, 2010).

Sendo assim, o PITCE tinha como objetivo institucional “aumento da eficiência da estrutura produtiva, à elevação da capacidade de inovação das empresas brasileiras e a expansão das exportações”, orientada para um horizonte de longo prazo, concentrou suas ações em três eixos: 1) linhas de ação horizontais (inovação e desenvolvimento tecnológico, inserção externa/exportações, modernização industrial, ambiente institucional); 2) setores estratégicos (*software*, semicondutores, bens de capital, fármacos e medicamentos); e 3) atividades portadoras de futuro (biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis). No bojo das ações do governo federal para alcançar os objetivos da política foram criados a Agência Nacional de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Em termos legais, são apontados como legado da PITCE: a Lei da inovação (lei 10.973/04) e a Lei do Bem (lei 11.196/05) (BRASIL, 2003).

De acordo com Kupfer (2013) a política surge num contexto de crise cambial de 1999, como meio de solucionar a vulnerabilidade externa do país. De tal forma que concentrou suas ações na agregação de valor às exportações, tendo por base a inovação, direcionando seus investimentos em setores intensivos em tecnologia, tais como bens de capital, semicondutores e *software*. Com isso, acreditava-se que esses setores poderiam transmitir os ganhos de produtividade para outras áreas da indústria, além de abrir oportunidade para que fosse desenvolvido um sistema nacional de inovação. No entanto, com a melhora nos termos de troca do comércio externo brasileiro já em 2004, possibilitando vultuosos saldos comerciais por meio dos produtos básicos (e de baixa intensidade tecnológica) em detrimento daqueles que até então eram o foco do PITCE. Com isso, os fluxos de capitais externo voltaram-se para os setores de produtos básicos, a moeda nacional apreciou-se, o Produto Interno Bruto elevou-se, em síntese, houve uma descontinuidade do cenário econômico que havia dado sentido – no que se refere a lógica capitalista - as ações da política industrial.

Dessa forma, o PITCE ainda que tenha sido relevante como iniciativa de criar um sistema de inovação e incentivar as empresas a investir nesse sentido, se consolidou um quadro de tensão

e contradição entre a política macroeconômica e o desenvolvimento industrial (KUPFER, 2006).

Outras duas políticas foram implementadas após o PITCE, dando continuidade ao processo de incentivo a indústria, no entanto, sob ótica adversa abandonando o foco no setor de intensidade tecnológica – algo que já havia ocorrido ainda no âmbito desse mesmo programa - e voltando-se para os setores de produtos básicos, caso da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) instituída pelo governo federal de 2008 e o Plano Brasil Melhor (PBM) pensado para os anos de 2011 à 2014.

Segundo Santos e Milanez (2013) as prioridades da PDP (2008) foram a consolidação e expansão da liderança dos setores da aeronáutica, bioetanol, carnes, celulose/papel, mineração, petróleo/gás/petroquímica, siderúrgica. O fortalecimento da competitividade das agroindústrias, automotivo, bens de capital, complexos de serviços, construção civil, couro, higiene/perfumaria cosméticos, plásticos, indústria naval e cabotagem, madeira/ móveis, têxtil/confeccões. Além de setores tidos como estratégicos pelo governo federal tais como: complexo industrial de saúde, tecnologias de informação e comunicação, energia nuclear, nanotecnologia, biotecnologia e complexo industrial de defesa.

O PBM (2011) instituído para dar continuidade ao PDP, define suas prioridades como classificação de *sistemas produtivos* (petróleo/gás natural, complexo da saúde, automotivo, aeronáutica/espacial, bens de capital, TICs e complexo industrial da defesa), *sistemas intensivos em escala* (químicos, fertilizantes, bioetanol, minero-metalúrgico e celulose e papel), *sistemas intensivos em trabalho* (plásticos, calçados/artefatos, têxtil/confeccões, higiene pessoal/perfumaria e cosméticos, móveis, brinquedos e construção civil), *agronegócio* (carnes/derivados, cereais/leguminosas, café/produtos conexos, frutas/sucos e vinhos) e *serviços* (comércio/serviços pessoais, logística e serviços produtivos) (SANTOS; MILANEZ, 2013). Ou seja, em sua grande maioria os mesmos setores primados na política industrial anterior.

No aspecto relacionado a **expansão de infraestrutura e logística** foram obtidos o aparato do Estado por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído em 2007, tendo como objetivos: de eliminar os principais gargalos que limitam o crescimento da economia; reduzir os custos; aumentar a produtividade das empresas; estimular o aumento do investimento privado; e, reduzir as desigualdades regionais. Ainda que as medidas do PAC tenham sido organizadas em cinco blocos – Investimento em infraestrutura; Estímulo ao crédito e ao

financiamento; Melhora do ambiente de investimentos; Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário; e Medidas fiscais de longo prazo – as primeiras ações previstas em síntese foram⁶¹:

- Estímulos ao crédito e ao financiamento utilizando recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e aumento do volume de crédito, principalmente para fins de aplicação em saneamento e habitação, bem como do crédito de longo prazo para investimentos em infraestrutura;
- Melhoria no ambiente de investimento por meio do aperfeiçoamento do marco regulatório e o incentivo ao desenvolvimento regional, por meio da recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), bem como da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE);
- Desoneração e o aperfeiçoamento do sistema tributário, com a suspensão da cobrança de PIS/CONFINS de obras de infraestrutura e a isenção do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) de fundos de investimentos em infraestrutura;
- Política de longo prazo de valorização do salário mínimo e a instituição do Fórum Nacional da Previdência Social.

Essas ações se orientavam pela ideia de que o investimento público atrairia para a economia o investimento privado do setor real, tendo em vista a premissa que os investimentos públicos, associados à geração de infraestruturas – logística (incluindo transportes), comunicações, energia, equipamentos sociais e urbanísticos – e à formação de capital humano, favoreceriam e ampliariam a atratividade dos investimentos produtivos privados e o desenvolvimento de todas as regiões brasileiras (NUNES, 2018).

O PAC foi estruturado tendo como fundamento a melhoria da infraestrutura dos setores estratégicos, em grande parte financiado por investimentos públicos, principalmente por estatais federais, tendo como objetivo a eliminação de gargalos que impediam a ampliação da eficiência do setor produtivo. Por outro lado, os investimentos privados foram incentivados por meio de medidas de expansão de crédito e de desoneração fiscal (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007; NUNES, 2018). Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007), assim como iniciativas anteriores (Plano Plurianual 2004-2007 e as Parcerias Público-privadas de 2004) a ênfase dada ao PAC é na infraestrutura de apoio às atividades de exportação, principalmente de

⁶¹Dicionário de verbetes da Fundação Getúlio Vargas, 2019; Nunes (2018)

produtos primários, de tal maneira, os recursos públicos escassos estão sendo mobilizados para manutenção de um padrão de reprodução voltado para especialização produtiva com fins no mercado externo.

Segundo Nunes (2018) os recursos inicialmente previstos foram de R\$ 503,9 bilhões e, ao longo da execução do programa, consolidou-se em R\$ 657,4 bilhões. No caso do PAC-2 o montante de recursos iniciais foi de R\$ 955 bilhões e se consolidou em R\$ 1,104 trilhão ao final de sua realização.

Ainda que um dos objetivos do PAC tenda sido a distribuição dos investimentos em todas as regiões do país, tendo como finalidade a descentralização dos investimentos em prol do combate às desigualdades regionais. De acordo com Nunes (2018) o montante de recursos transferidos para região Sudeste foi cerca da metade do total dos recursos do programa, tanto no PAC I (54%), quanto no PAC II (47%).

Uma característica importante do PAC, evidenciando o papel do Estado na reprodução capitalista, sob o contexto de mundialização, fortalecendo as forças centrífugas que possibilitam as verticalizações em detrimento das horizontalidades locais. Tal como apontado por Pérez e Gonçalves (2012), no caso dos investimentos do PAC I e PAC II, especificamente na expansão do Complexo Industrial Portuário de Suape na região do litoral sul de Pernambuco impactando em diversas comunidades locais que com a criação desse complexo na década de 1970, já passaram por conflitos relacionados a destruição do mangue, da poluição hídrica, pelo controle de recursos pela construção de barragens (Bitá e Utinga), alterando a dinâmica de reprodução artesanal.

No cerne das ações do Estado na promoção do modelo de especialização produtiva, em maio de 2015, durante o segundo governo de Dilma Rousseff, é instituído por meio de Decreto Presidencial nº 8.447, o Plano de Desenvolvimento Agrícola (PDA) Matopiba, tendo como objetivo “promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população”. Tendo como diretrizes:

I - desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias; II - apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias; e III - ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais (BRASIL, 2015).

Esta política pública engloba três biomas – Amazônia, Caatinga e principalmente o Cerrado –, contemplando quadro estados brasileiros, ocupando uma área total de 73 milhões de hectares, dos quais participam: Maranhão (32,77%) , Tocantins (37,95%), Piauí (11,21%) e Bahia (18,06%) (Figura 3.15) (CIMI, 2016).

Figura 3.15 – Áreas das mesorregiões do PDA Matopiba



Fonte: Embrapa, 2014.

Em termos gerais, essa mesorregião é caracterizada pela expansão da fronteira agrícola, tendo como base o cultivo de grãos (principalmente soja e milho) em grandes extensões de terra, com uma formação natural propícia para essas culturas, bem como para pecuária, e a facilidade de mecanização do cultivo (EMBRAPA, 2014).

Na área compreendida pelo PDA Matopiba estão inseridos 337 municípios, 31 microrregiões, que abriga 25 milhões de habitantes. Abrange também 28 terras indígenas, 42 áreas de conservação ambiental, 865 assentamentos rurais e 34 territórios quilombolas, sem considerar, os territórios indígenas e quilombolas que ainda estão em processo de reconhecimento, delimitação, demarcação ou titulação (CIMI, 2016). Apesar disso, em nenhum momento o

decreto lei que instituiu o plano de desenvolvimento para essa região selecionada, faz referência à essa população.

Além do fato da expansão da fronteira agrícola estar sendo realizada ignorando a presença de povos tradicionais e pequenos agricultores (dentre outros), um dos elementos importantes a se considerar é o investimento estrangeiro nessas áreas. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2016):

China, Arábia Saudita, Índia e Emirados Árabes, dentre outros países, já manifestaram interesse em investir no Matopiba, especialmente pelo fato de que a crise mundial da água tem dificultado a produção agrícola em determinadas regiões do mundo. Em fevereiro deste ano, durante o evento “Diálogo Brasil-Japão – Intercâmbio Econômico e Comercial em Agricultura e Alimentos”, realizado em Palmas (TO), o Japão, com uma delegação de cerca de 70 empresários e autoridades do governo, assinou um acordo de cooperação que permitirá investimentos na região de Matopiba (CIMI, 2016, p. s.i).

A participação de investimentos do Japão nessa área não é algo novo, considerando o histórico das inversões japonesas desde a década de 1970, com o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o desenvolvimento do Cerrado (Prodec) I, II e III. Ou seja, configura-se como parte do padrão de reprodução exportador de especialização produtiva que tem como ponto de partida a mecanização do campo e a formação dos Complexos Agroindustrias, com o advento da Revolução Verde, dentre outros aspectos supra cima referenciados, que de alguma maneira perpassa o papel do capital internacional.

A organização internacional Oxfam, em 2011, apresentou um estudo sobre a “corrida por terras” por parte do investimento estrangeiro em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, nos quais grandes faixas de terra a preços impressionantemente reduzidos (ou subsidiados) são oferecidos a agricultura mecanizada em grande escala e na maioria das vezes as políticas ocorrem sem que ocorram o consentimento livre e prévio das comunidades afetadas.

Em publicação da Land Matrix, uma plataforma que realiza o monitoramento global de terras, “*Fiebre por la tierra*”, de 2019⁶², a América Latina e Caribe possui 601 grandes transações de terra (GTT), englobando uma área de 13.560.950 hectares. Dessa área, os cinco primeiros países em relação ao número de GTT registradas são Argentina (193), Brasil (97), Uruguai (62), Peru (58) e Colômbia (58). No caso do tamanho das áreas de GTT registrados, destacam-se, em hectares, Brasil (4.661.168), Argentina (3.344.649), Guiana (1.375.001), Uruguai (1.085.788)

⁶²VENENCIA, *et al.*. **Land Matrix y las grandes transacciones de tierras en América Latina y el Caribe.**

e Paraguai (673.259). Ou seja, em média estão sendo transacionados no Brasil áreas de 48.053 hectares, significando um agravamento na realidade de concentração de terras no país.

Essa corrida por terras, convergindo para uma maior concentração desse fator de produção e a expansão das fronteiras produtivas, tende a agravar ainda mais a tensão em territórios onde vivem comunidades tradicionais, bem como as áreas ocupadas pela agricultura familiar local, revelando a face perversa da globalização. É nesse sentido que Chesnais (1996) afirma que a globalização não está relacionada a integração mundial, com fins na repartição menos desigual das riquezas, longe disso, a mundialização (utilizando um termo mais adequado) tem sua origem no processo de liberalização e desregulamentação. Sendo dessa maneira, um movimento que pôs por terra todos os esforços para conter as tendências à polarização e à desigualdade inerentes ao processo de acumulação do capital mundial.

4 O MÉTODO DE ANÁLISE ESTRUTURAL DIFERENCIAL

Toda pesquisa científica cria para si um método adequado, uma lógica própria, cuja generalidade e universalidade consiste apenas em ser “conforme ao fim (GRAMSCI, 1999, p. 234-235).

4.1 INTRODUÇÃO

O padrão de reprodução atual é consolidado através de uma política neoextrativista, intensiva no Brasil em recursos naturais como a terra, assim as culturas são caracterizadas como extensivas. De como que para análise e ilustração entende-se as três principais características, relacionados pela integração vertical, ou seja, possuem como pauta de composição produtos e culturas que tem seu dinamismo no mercado externo, bem como o uso intensivo do fator terra e a baixa intensidade tecnológica.

A utilização do método estrutural diferencial (*shift and share analysis*) contribui com a interação dos dados de exportação, área plantada e a possível intensificação dos conflitos em territórios tradicionais, em decorrência das atividades contempladas pela política neoextrativista conforme indicado no capítulo anterior. De tal maneira que seja possível obter as informações analíticas auspiciosas para a abordagem teórica, sem, contudo, inferir em contradições epistemológicas.

Nesse sentido Haddad e Andrade (1989, p.249) aponta que este método procura “descrever o crescimento econômico de uma região em termos de sua estrutura produtiva [...] constituindo, essencialmente, de um conjunto de relações contábeis e de definições, não apresentando nenhuma hipótese de comportamento entre as variáveis”.

Em termos lógicos o método tem por fundamento uma base empírica muito simples, utilizando dados de emprego, na maioria das vezes, considera os níveis distintos de crescimento de uma determinada variável econômica entre regiões ou sub-regiões diferentes. De forma, que determinadas regiões poderão apresentar ritmos de crescimento econômico maior do que a média do sistema de regiões, tanto, por sua composição produtiva, em que podem ser constituídas de setores mais dinâmicos, como também, podem apresentar crescimento independente do dinamismo dos setores econômicos – podem por exemplo apresentar crescimento por conta de uma valorização momentânea dos produtos produzidos por determinado setor (HADDAD; ANDRADE, 1989).

Segundo Wanderley (2018) entre os trabalhos seminais desse método, estão os de Cramer, tendo por base a indústria de transformação do Reino Unido realizou estudo sobre mudanças locais, afim aferir tendências de taxas de crescimento entre a nação e suas regiões. Além dos trabalhos de Dunn (1959 e 1960), que apresentou as primeiras formulações matemáticas incluídas em componentes tautológicas, representativas de efeitos de alterações entre períodos de tempo da nação, do mix industrial e de regiões, tendo como meio condutor para possíveis interpretações uma variável base, tal como, o nível de emprego.

Destacam-se também, os trabalhos responsáveis pela evolução do método diferencial-estrutural: Stilwell que reformula a versão apresentada por Dunn visando identificar a existência ou não de mudanças nas estruturas da composição de atividades de produção da região entre os dois períodos em análise, apresentado uma forma modificada de cálculo da componente estrutural; Ashby, Chalmers e Edwards e outros, trataram também da questão de mudança estrutural; James e Hughes introduziu aperfeiçoamentos visando efetuar estimativas de projeções; Klaassen e Pealinek pondo em foco as questões de diferenciais de assimetrias nas taxas de crescimento agregadas entre regiões; e Arcelus, que desagrega a componente regional da versão de Dunn e incorpora na análise as influências endógenas no crescimento em nível de região (WANDERLEY, 2018).

Os trabalhos que utilizam como matriz de informação outras variáveis, no lugar do nível de emprego, destaca-se o: de Caldarelli e outros (2009) que utilizam um método adaptado da classe do diferencial-estrutural, o *Constant Market-share*, para decomposição da taxa de crescimento das exportações do complexo de soja no Brasil e no Paraná; o artigo de Souza Filho e outros (2018) que utiliza o método *shift-share* para analisar o comportamento das exportações bens manufaturados, bens semimanufaturados e bens primários, antes e depois da crise financeira mundial de 2008/2009. Ademais aponta-se o trabalho de Laurezani e Caldas (2014), que utilizam o método para analisar as mudanças do uso da terra na região Oeste Paulista, provocadas pela expansão do cultivo da cana-de-açúcar vislumbrando questões referentes a produção de biocombustíveis e os efeitos na produção de alimentos e da segurança alimentar.

Diante dessas considerações, faz-se a seguir, a apresentação do método analítico, suas interpretações e aplicações, além da descrição do intervalo temporal escolhido, os itens analisados, e as respectivas fontes.

4.2 VERSÃO DE ESTEBAN-MARQUILLAS

A versão do método *shift-share* utilizada aqui é adaptação realizada por Wanderley (2018) com base em Esteban-Marquillas (1972). Este autor apresenta uma solução as críticas levantadas por Rosenfeld (1959)⁶³ em relação aos componentes do efeito total e a capacidade de refletirem efetivamente as informações que se propõem, os diferentes dinamismos entre as regiões. No entanto, não serão apresentadas as evoluções dos métodos, atentando-se apenas a solução encontrada por Esteban-Marquillas. Para tanto, concentra-se apenas em ilustrar de forma cognoscível o método utilizado e as devidas adaptações, visto que as variáveis básicas da matriz de informações são dados referentes a valor de exportação e área plantada (para os produtos passíveis dessa abordagem).

A matriz de informações tem como variável base o valor FOB das exportações das atividades consideradas como de cunho neoextrativista, englobando produtos primários e produtos de baixa intensidade tecnológica, com amplitude de 52 produtos para todos os estados brasileiros agregados nas cinco regiões do país, de tal maneira, que o valor das exportações é representado pela letra E , sendo a matriz de informações constituída de linhas com as atividades econômicas relacionadas a política neoextrativista, e, nas colunas, as regiões do país (Quadro 4.1).

De acordo com Wanderley (2018) o entendimento dessa matriz envolve as amplitudes relacionadas ao conjunto de todos os tipos de produtos (distribuídos em seções do sistema de harmonização do comércio internacional) e regiões $\sum E_{tt}$, cada produto e região E_{ij} , o conjunto de todas as regiões por produto, $\sum E_{it}$ e o conjunto de todos os produtos por região $\sum E_{tj}$, conforme ilustrado no Quadro 4.1 apresentado a seguir.

Quadro 4.1 – Matriz de informações de variáveis por Região brasileira

Produtos de Exportação	Regiões (j)	$\sum j = t$
(i)	E_{ij}	$\sum E_{it}$
$\sum i = t$	$\sum E_{tj}$	$\sum \sum E_{tt}$

Fonte: Elaborado com base em Wanderley (2018).

⁶³Ver mais em Esteban-Marquillas (1972); Da Silva (1997) e Wanderley (2018).

Sendo:

$$E_{it} = \sum_i \sum_j E_{ij}$$

$$E_{tj} = \sum_j \sum_i E_{ij}$$

$$E_{tt} = \sum_i \sum_j E_{ij} = \sum_j \sum_i E_{ij}$$

Sendo:

E = Valor das exportações e/ou área plantada;

E_{ij} = Valor de cada tipo de produto (i) em cada região (j) do país (amplitude local);

E_{it} = Valor de cada tipo de produto (i) em todas as regiões do país (j) (amplitude regional);

E_{tj} = Valor de exportação de todos os produtos e/ou área total plantada, de todos os produtos por região (amplitude de produtos exportados e/ou área plantada);

E_{tt} = Valor das exportações de todos os produtos de todas as regiões (amplitude nacional);

i = produtos de exportação e/ou área plantada (i = 1, ..., n);

j = regiões do país (j = 1, ..., m): Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul;

n = nº de tipos de produtos;

m = nº de regiões;

t = somatório do valor dos produtos de exportação (ou área) ou das regiões.

De modo geral as várias versões do método estrutural-diferencial apresentam expressões próprias para denominar seus componentes. Wanderley (2018) utiliza a terminologia de *indutor de crescimento*, considerado o fato de cada componente faz uso de taxas de crescimento da variável base escolhida nos recortes temporais propostos na sua análise. Tendo em vista a análise aqui pretendida, pela qual se vislumbrou a identificação da expansão capitalista em decorrência do padrão de reprodução do Padrão Exportador de Especialização Produtiva (EEP), adota-se a denominação de *Indutor de Expansão*, considerando a premissa de expansão espacial com fins ao mercado externo, como parte do padrão de acumulação capitalista.

A versão de Esteban-Marquillas (1972) sugere a introdução da variável homotética e grau de especialização a formulação apresentada por Dunn (1959) com a finalidade de solucionar problemas de influência do componente mix da indústria (nesta pesquisa se faz uso de produto) – denominada por Wanderley (2018) de indutor de crescimento estrutural - sobre o componente

regional, o que foi apontado por Rosenfeld (1959), como uma deficiência, tendo em vista que este componente não refletiria exatamente o que pretendia.

Com base em Wanderley (2018) apresenta-se a seguir a formulação de Dunn realizando as devidas adaptações a proposta analítica, na qual o Indutor de Expansão Total (IET) seria resultante dos seguintes componentes: indutor de expansão global (IEG), indutor de expansão estrutural (IEE) e o indutor de Expansão regional (IER). Estes componentes são descritos na expressão que segue:

$$IET = IEG + IEE + IER \quad \text{eq. (1)}$$

$$IET = E_{ij}^0 \cdot n_{tt} + E_{ij}^0(n_{it} - n_{tt}) + E_{ij}^0(n_{ij} - n_{it}) \quad \text{eq. (2)}$$

$$IET = \Delta E_{ij} = E_{ij}^0 \cdot n_{ij}$$

$$n_{ij} = \left(\frac{E_{ij}^1}{E_{ij}^0} \right) - 1$$

$$n_{tt} = \left(\frac{E_{tt}^1}{E_{tt}^0} \right) - 1$$

$$n_{it} = \left(\frac{E_{it}^1}{E_{it}^0} \right) - 1$$

Onde,

$IET = E_{ij}^0 \cdot n_{ij}$ = Indutor de expansão total

$IEG = E_{ij}^0 \cdot n_{tt}$ = Indutor de expansão global

$IEE = E_{ij}^0(n_{it} - n_{tt})$ = Indutor de expansão estrutural

$IER = E_{ij}^0(n_{ij} - n_{it})$ = Indutor de expansão regional

Sendo,

n_{ij} = taxa de crescimento das exportações dos produtos e/ou área plantada (i) na região (j);

n_{tt} = taxa de crescimento das exportações total de todos os produtos e/ou área plantada do país;

n_{it} = taxa de crescimento das exportações dos produtos e/ou área plantada (i) no país.

0 = ano base ou inicial e 1 = corrente ou final

A interpretação de cada componente é descrita conforme se segue, tendo como variável base (ou *proxy*) o valor das exportações dos produtos selecionados e/ou área plantada:

- O *indutor de expansão global*, indica o nível de expansão das exportações dos produtos e/ou área plantada do país e regiões, sendo, pois, um valor estimado, considerando que tem por base a suposição que as exportações e/ou área plantada regionais crescessem a mesma taxa de crescimento nacional;
- O *indutor de expansão estrutural* aponta o nível de dinamismo ou não dinamismo da estrutura de composição das exportações de determinado tipo de produto, e/ou expansão ou retração da área plantada sendo obtida pela diferença entre taxas de crescimento de cada amplitudes regional em relação a nacional;
- O *indutor de expansão regional*, indica o dinamismo ou não dinamismo da região resultante de vantagem ou desvantagem locacional, sendo calculada através da diferença entre as taxas de crescimento de cada amplitude local do tipo produto de cada região, e a taxa de crescimento da exportação e/ ou área plantada desse mesmo tipo de produto a nível nacional;
- O *indutor de expansão total* é resultado da soma dos efeitos dos indutores global, estrutural e regional, correspondendo à medida total do crescimento de cada amplitude local, do setor na mesorregião.

Por fim, na versão do método estrutural-diferencial apresentada por Esteban-Marquillas (1972), é adicionado na versão de Dunn a variável homotética, tornando possível a identificação de diferenças de desempenho entre as regiões, ao passo que neutraliza a ação do indutor de expansão estrutural sobre a regional. A intuição por trás da variável homotética, está na homogeneização da estrutura produtiva (ou ainda, de exportação e/ou área plantada) de todas as regiões em conformidade com a estrutura nacional, de forma que a existência de distintos aspectos setoriais próprias dos atributos regionais possam ser evidenciados. Outra análise agregada pela versão de Esteban-Marquillas é o efeito alocação (especialização) que busca identificar vantagens ou desvantagens competitivas (por exemplo, algum tipo de política específica para a região, ou ainda a valorização internacional de determinado tipo de produto, dentre outros) de uma região em relação a amplitude nacional.

Dessa forma, a versão de Esteban-Marquillas (1972) incluindo a variável homotética de exportação (bem como de área plantada), é descrita a seguir, tendo por base a hipótese que a exportação homotética (E_{ij}^H) (e/ou área por hectare homotético) de cada amplitude regional corresponda a estrutura do conjunto de todos os produtos conforme sua seção de exportação e/ou área plantada (E_{tj}) – amplitude da seção do sistema de harmonização internacional -, de

tal maneira que a estrutura do conjunto das regiões de cada tipo de produto (E_{it}) – amplitude regional – corresponda a estrutura nacional (E_{tt}) – amplitude espacial.

Conforme Esteban-Marquillas (1972), considerando a variável base emprego, no entanto, na perspectiva das exportações ou ainda da área plantada, o valor da variável homotética é definida como se valor das variáveis exportações e/ou área plantada para o tipo de produto (i) da região (j) seria se a estrutura dessas variáveis base em determinada região fosse igual à estrutura nacional. Sendo:

$$E_{ij0}^H = E_{tj}^0 \cdot \left(\frac{E_{it}^0}{E_{tt}^0} \right) \quad \text{eq. (3)}$$

onde,

E_{ij0}^H = exportação ou área plantada homotética no ano inicial;

E_{tj}^0 = exportação total inicial da região, e/ou área total plantada efetivas da região no ano inicial;

E_{it}^0 = nível de exportação (ou hectares plantados) do tipo de produto (i) no país no ano inicial;

E_{tt}^0 = nível de exportação (ou hectares plantados) de todos os produtos do país no ano inicial

Assim, substituindo as devidas variáveis bases efetivas E_{ij}^0 pelas variáveis bases homotéticas E_{ij0}^H , no indutor de expansão regional (IER) na equação (2), neutraliza-se a influência do indutor de expansão estrutural (IEE) sobre a posição de diferenciação da exportações e/ou área plantada de determinado tipo de produto e região, possibilitando chegar a um novo tipo de indicador, o **Indutor Expansão Regional por Diferenciação**⁶⁴ (IERD), entre as taxas de crescimento das amplitudes local e regional, conforme descrito a seguir:

$$IERD = E_{ij0}^H (n_{ij} - n_{it}) \quad \text{eq (4)}$$

A partir da inclusão da variável base homotética se permite a inserção de um outro tipo cálculo, o efeito alocação, aqui denominado de **indutor de expansão por alocação**, que mede o

⁶⁴Utiliza-se aqui a nomenclatura “diferenciação” com base em Haddad e Andrade (1989, p. 250) no lugar do termo “competitivo” empregado por Wanderley (2018), haja vista que não é objetivo verificar níveis de competitividade, mas de diferenciação entre as regiões. Considera-se que a terminologia “competitividade” remonta uma perspectiva teórica distinta da que se infere aqui.

resultado do produto entre o Grau de Especialização e o Indutor de Diferenciação, conforme se segue:

$$IEA = (E_{ij}^0 - E_{ij0}^H) \cdot (n_{ij} - n_{it}) \quad \text{eq. (5)}$$

Sendo:

$(E_{ij}^0 - E_{ij0}^H)$ = Grau de Especialização;

$(n_{ij} - n_{it})$ = Indicador de diferenciação.

Dessa forma, a partir das reformulações da versão de Dunn (1959) apresentadas por Esteban-Marquillas (1972), chega-se à versão com quatro componentes, agora incluída a variável homotética, conforme descrita a seguir:

$$IET = \Delta E_{ij} = E_{ij}^0 \cdot n_{ij} = IEG + IEE + IERD + IEA \quad \text{eq. (6)}$$

Logo,

$$\Delta E_{ij} = E_{ij}^0 \cdot n_{tt} + E_{ij}^0 (n_{it} - n_{tt}) + E_{ij0}^H (n_{ij} - n_{it}) + (E_{ij}^0 - E_{ij0}^H) \cdot (n_{ij} - n_{it}) \quad \text{eq. (7)}$$

A interpretação do **efeito alocação** perpassa quatro situações passíveis de análise, conforme a decomposição do indutor de expansão por alocação: o *grau de especialização* das exportações e/ou área plantada da região (j) em relação ao tipo de produto (i), tendo como referência o ano base, $(E_{ij}^0 - E_{ij0}^H)$; e o indicador de diferenciação, $(n_{ij} - n_{it})$, que calcula o diferencial entre as amplitudes local e regional.

As quatro interpretações extraídas do indutor de expansão por alocação são descritas abaixo:

- I. $E_{ij}^0 - E_{ij0}^H > 0$, o tipo de produto de exportação e/ou área plantada (i) da região (j) é especializado;
- II. $E_{ij}^0 - E_{ij0}^H < 0$, o tipo de produto de exportação e/ou área plantada (i) da região (j) não é especializado;
- III. $n_{ij} - n_{it} > 0$, o tipo de produto de exportação e/ou área plantada (i) da região (j) apresenta diferenciação/competitividade de crescimento;

IV. $n_{ij} - n_{it} < 0$, o tipo de produto de exportação e/ou área plantada (i) da região (j) não apresenta diferenciação de crescimento.

A partir dessas interpretações pode-se chegar a um quadro analítico sobre o potencial de diferenciação entre regiões – sendo desse modo dinâmico conforme o padrão de reprodução capitalista - no que se refere ao crescimento das exportações e/ou área plantada e do grau de especialização, demonstrando um avanço ou recuo do padrão de reprodução capitalista no espaço (Quadro 4.2).

Quadro 4.2 – Análise do indutor de expansão por alocação, por dinamismo e especialização

Combinação dos efeitos	Definição	Grau de Especialização	Indicador de Dinamismo	Indutor de Expansão por Alocação
		$E_{ij}^0 - E_{ij0}^H$	$n_{ij} - n_{it}$	
I e III	Vantagem por Dinamismo Especializado (VDE)	+	+	+
II e IV	Vantagem por Não Dinamismo Não Especializado (VNDNE)	-	-	+
II e III	Desvantagem por Dinamismo não especializado (DDNE)	-	+	-
I e IV	Desvantagem por Não Dinamismo especializado (DNDE)	+	-	-

Fonte: Elaborada pela autora com base em Wanderley (2018).

Os cenários hipotéticos apresentados no Quadro 4.2 de acordo com Wanderley (2018) aponta algumas inferências, adaptadas para a perspectiva aqui empreendida, que podem ser consideradas e relacionadas aos conflitos por terra e em territórios tradicionais, por meio do indutor de expansão de alocação:

- a) Em caso de **valores positivos**, pode indicar vantagem por dinamismo especializado, quando a região se especializou na exportação e/ou área plantada de produtos que apresentam uma taxa de crescimento maior do que a do mesmo produto a nível nacional; Ou vantagem por não dinamismo não especializado, sinalizando que a região não se especializou na exportação e/ou área plantada de produtos ou culturas que não apresentam taxa de crescimento, na região, superior à taxa de crescimento das exportações e/ou área plantada desse mesmo tipo de produto em amplitude nacional.

- b) Em caso de **valores negativo**, pode indicar tanto desvantagem por não dinamismo especializado, revelando que a região se especializou na exportação de produtos que possuem uma taxa de crescimento regional inferior à taxa nacional, quanto desvantagem por dinamismo não especializado, onde a região não apresentou especialização no valor das exportações e/ou área plantada de produtos no qual possui uma taxa de crescimento de amplitude local superior à de amplitude nacional.

A análise da integração ou desintegração entre a variação do valor das exportações e/ou área plantada nas amplitudes locais e nacionais proposta por Wanderley (2018) envolve a avaliação do *indutor de expansão global*, em relação a taxa de crescimento do valor exportações totais e/ou área plantada do país. Essa análise pode demonstrar uma tendência de coordenação da expansão do capital na região frente ao processo de acumulação capitalista nacional, sintetizado no Quadro 4.3.

Quadro 4.3 – Análise do indutor de expansão global

$n_{tt} > 0$	$IET = E_{ij}^0 \cdot n_{ij} \neq 0$	$IEG > 0$ e $IET > 0 \rightarrow$ <i>Integração</i> Hegemonia expansionista do nacional sobre o local
	$IEG = E_{ij}^0 \cdot n_{tt} > 0$	$IEG > 0$ e $IET < 0 \rightarrow$ <i>Desintegração</i> Autonomia local retracionista
$n_{tt} < 0$	$IET = E_{ij}^0 \cdot n_{ij} \neq 0$	$IEG < 0$ e $IET < 0 \rightarrow$ <i>Integração</i> Hegemonia retracionista do nacional sobre o local
	$IEG = E_{ij}^0 \cdot n_{tt} < 0$	$IEG < 0$ e $IET > 0 \rightarrow$ <i>Desintegração</i> Autonomia local expansionista

Fonte: Elaborado pela autora com base em Wanderley (2018).

O cenário, **hegemonia expansionista** do nacional sobre o local, indicando que a dinâmica do valor das exportações e/ou hectares de áreas plantadas das atividades neoextrativistas, tendem a provocar na amplitude local, expansão de fronteira agrícola e consequentemente um maior potencial de conflitos no campo, considerando a forma que ocorre a reprodução ampliada no país.

No caso de **hegemonia retracionista**, do nacional sobre o local, pode ocorrer que a falta de dinamismo do valor das exportações e/ou hectares de áreas plantadas das atividades neoextrativistas não incorra em alterações na amplitude local, expansão de fronteira agrícola e consequentemente menor relação com os conflitos do território.

Nas situações de desintegração, em que se vislumbra, **autonomia local retracionista** é possível que a dinâmica do valor das exportações e/ou hectares de áreas plantadas das atividades neoextrativistas não possuam potencial para influenciar na amplitude local, de modo que

representem uma menor inferência sobre os conflitos locais. O que também ocorre para os casos de desintegração de **autonomia local expansionista**.

4.2.1 Interpretação analítica dos indutores

A inserção da análise *shift-share* como ferramenta analítica da reprodução capitalista nos territórios, tendo como elemento de combustão o sincronismo de forças de integração vertical e a ação estatal, a partir da adesão a política neoliberal para os países periféricos, a política neoextrativista, colabora para uma aproximação da compressão da totalidade da configuração nacional desse projeto de desenvolvimento capitalista.

Tendo como suposição o caráter conflitivo desse processo, acredita-se que o alinhamento dessa expansão espacializada intui sobre as possibilidades de enfrentamento e resistência das várias categorias da sociedade inseridos nos territórios, frente as forças de homogeneização e fragmentação das racionalidades locais.

Com isso, pode-se extrair algumas possibilidades de entendimento dessa dinâmica espacial, por meio dos indutores propostos pela abordagem diferencial-estrutural. Estes serão interpretados conforme a lógica a seguir:

1. Indutor de Expansão Global (IEG): infere sobre a integração e desintegração expansionista e retracionista, na comparação com o Indutor de Expansão Total. Em síntese, trata-se da comparação entre a taxa de crescimento nacional total das variáveis analisadas (IEG) e a taxa de crescimento dessas mesmas variáveis no local (IET). Pode-se afirmar que o comportamento de integração e desintegração da variável intui sobre a conexão ou não do local com o padrão nacional de reprodução no que concerne a inserção primária neoextrativista com o comércio exterior e a intensidade do uso do fator terra na etapa da produção;

Contudo, é preciso compreender que a não observação de um cenário de integração expansionista do setor (i), na região (j), não significa a não ocorrência de conflitos, visto que a amplitude do modo de reprodução espacial impõe um circuito também amplo, o que sugere que a realização do capital (a circulação até o consumo), depende da mudança nas formas técnicas que possibilitam que isso ocorra, tais como a construção de estradas, ferrovias, complexos

portuários, hidroelétricas, etc., englobando regiões interligadas pela reprodução capitalista. Ou seja, o quadro de desintegração não representa ausência de conflitos.

2. Indutor de Expansão Estrutural (IEE): este indutor reflete a influência do desempenho do setor nacionalmente em relação aos outros setores neoextrativista na configuração de reprodução local. Como no caso específico deste trabalho, trata-se de valor de exportação e/ou área plantada - conectadas pelo padrão estabelecido pelo capital – vinculado ao processo de valorização e desvalorização do mercado internacional e a política de comércio exterior nacional e dos organismos internacional e das políticas comerciais dos países demandantes, dentre outros aspectos;
3. Indutor de Expansão Regional por Diferenciação (IERD): por meio desse indutor é possível comparar o desempenho de determinado setor entre as regiões, de modo, que o valor negativo desse indutor demonstra que o potencial de crescimento desse setor na região é menor do que o potencial nacional. Caso seja positivo, o potencial de crescimento do setor na região é superior do que a sua potencialidade a nível nacional. Aliado ao indutor de expansão por alocação, este indutor pode intuir a espacialidade da expansão capitalista no padrão exportador de especialização produtiva e a possibilidade de uma maior conflitade, dada a inerente característica desse molde de reprodução;
4. Indutor de Expansão por Alocação (IEA): este indicador informa potenciais de especialização regional de forma dinâmica ou não dinâmica, resultando, a depender do seu valor positivo ou negativo, em situação de vantagem ou desvantagem locais. Assim, qualifica o processo de expansão da reprodução neoextrativista dentro da lógica de diferencial de dinamismo relevando em certa medida, potenciais de conflitade, dada ao fato de que uma vantagem especializada supor uma melhor adaptação desse padrão no local;

Porém, é preciso novamente compreender que a análise de sinais da dinâmica especializada não é suficiente para inferir sobre a convergência de uma confrontação de forças centrífugas e centrípetas no território, apenas reflete potencialidades.

5. Indutor de Expansão Total (IET): intuir sobre cenários de expansão ou retração geral das variáveis (valor das exportações e/ou hectares de área plantada) a partir da taxa de crescimento do setor (i) na região (j). Como reflexo do comportamento aditivo dos outros indutores, valores positivos enquadram um conjunto de adequações a configuração da reprodução capitalista em curso, o que no caso contrário significaria um menor nível de adaptação, de modo que a existência de conflitade pode representar

conexões inter-regionais relacionados ao modelo neoextrativista – objetos técnicos inseridos para a circulação de mercadorias em produção ou exportadas em outras regiões, ou ainda, por dinâmicas conflitivas constituídas historicamente por outros elementos subjetivos e objetivos (preconceito, sobreposições, etc).

O fato de existirem conflitos no território não diretamente relacionados com o padrão de reprodução estabelecido, não necessariamente impõe desconexão entre os cenários de expansão e conflitudo.

4.3 DADOS E PROCEDIMENTOS

Neste trabalho foram utilizadas duas matrizes de informações, a primeira englobando informações de Valor FOB em US\$ dos produtos de exportação, conforme Quadro 4.4, abaixo, contemplando 52 itens de classificação, a partir da importância, ou seja, foram os maiores valores de exportação nos períodos da análise, e participação em políticas públicas neoextrativistas.

A segunda matriz de informação refere-se a área plantada das culturas passíveis de mensuração nesse âmbito, sendo elas: soja, milho, café, laranja, cana-de-açúcar, cacau, seringueira, celulose, madeira, algodão e concessões para mineração.

Quadro 4.4 – Descrição dos produtos por seção do Sistema de Harmonização

Seção	Descrição da Seção	Descrição de Itens (Continuação)
I	Animais vivos e produtos do reino animal	- Matérias de origem animal n.e.p.; - Carne de gado bovino fresca ou refrigerada; - Carne de gado bovino congelada; - Carne de suínos fresca, resfriada ou congelada; - Despojos comestíveis de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos e asininos, frescos, refrigerados ou congelados; - Carne e despojos comestíveis de carne exceto suínos, salgados, em salmoura, secos ou defumados; farinhas comestíveis de carne ou despojos de carne; - Carne e despojos comestíveis de aves do subgrupo 001.4, fresca, resfriada ou congelada.
II	Produtos do reino vegetal	- Soja; - Milho (exceto milho doce), não moído, Outros; - Café não torrado, mesmo descafeinado.

III	Gorduras e óleos animais ou vegetais; Produtos da sua dissociação; Gorduras alimentares elaboradas; Ceras de origem animal ou vegetal	- Óleo de soja e respectivas frações
IV	Produtos das indústrias alimentares; Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; Tabaco e seus sucedâneos manufaturados	- Suco de laranja; - Açúcares, beterraba ou cana, em bruto, no estado sólido, sem adição de aromatizantes ou de corantes; - Outros açúcares de beterraba ou cana-de-açúcar e sacarose quimicamente pura, no estado sólido; - Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado; - Pasta de cacau, mesmo desengordurada; - Manteiga de cacau, gordura e óleo; - Cascas, películas e outros desperdícios de cacau; - Cacau em pó, com adição de açúcar ou de outros edulcorantes; - Outras preparações alimentícias contendo cacau, em blocos ou em barras com peso superior a 2 kg, ou no estado líquido, em pasta, em pó, grânulos ou formas semelhantes, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo superior a 2 kg; - Álcoois monohídricos acíclicos;
V	Produtos minerais	- Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado; - Minério de ferro aglomerado (<i>sinters, pellets, briquetes, etc</i>); - Minérios de metais preciosos e seus concentrados; - Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus; - Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações n.e.p., contendo, em peso, 70% ou mais de óleos de petróleo ou de óleos minerais betuminosos, estes devem constituir o seu elemento de base, com exceção dos óleos usados.
VI	Produtos das indústrias químicas ou indústrias conexas	- Alumina (óxido de alumínio), exceto o corindo artificial
VII	Plásticos e suas obras; Borracha e suas obras	- Borracha natural (exceto látex); - Celulose e seus derivados químicos, n.e.p. (Conclusão)
VIII	Peles, couros, peles com pelo e obras destas matérias; Artigos de correeiro ou de seleiro; Artigos de viagem, bolsas e artefatos semelhantes; Obras de tripa	- Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, curtidos ou em crosta ou não preparados após curtimento ou após secagem, depilados, mesmo divididos (Continua)
IX	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; Cortiça e suas obras; Obras de espartaria ou de cestaria	- Madeira de coníferas, serrada ou fendida longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm; - Madeira compensada, madeira folheada e madeiras estratificadas semelhantes.
X	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; Papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); Papel e suas obras	- Pastas químicas de madeira, para dissolução; - Pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução; - Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, cartões e papéis perfurados e não-perfurados, em rolos ou em

		folhas (exceto papel dos itens 641,1 ou 641,63); papel feito à mão e cartão; - Papel, cartão, estofado de celulose e mantas de fibras de celulose, revestidos, impregnados, recobertos, coloridos à superfície, decorados à superfície ou impressos, não constituindo material impresso dentro do grupo 892, em rolos ou em folhas, n.e.p.
XI	Matérias têxteis e suas obras	- Algodão (exceto fios), não cardado nem penteado.
XIV	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; Bijuteria; Moedas	- Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados).
XV	Metais comuns e suas obras	- Ferro gusa e <i>spiegel</i> , em lingotes, linguados ou outras formas primárias; - Outros ferro-ligas (excluindo as ferro-ligas radioativas); - Produtos semiacabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, menos de 0,25% de carbono; - Produtos semiacabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, 0,25% ou mais de carbono; - Produtos semiacabados de aço de liga; - Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos, sem mais trabalho além laminados a quente; - Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, revestidos de zinco; - Barras, laminados a quente, em rolos irregulares, de ferro ou aço; - Barras de ferro ou aço não ligado, sem mais trabalho a quente, laminados, estirados ou extrudados a quente, incluídas as com torção após laminagem; - Tubos e perfis ocos, de ferro ou aço; - Cobre refinado e não refinado; ânodos de cobre para refinação eletrolítica; ligas de cobre, em formas brutas; - Alumínio e ligas de alumínio em formas brutas; - Alumínio e ligas de alumínio, trabalhadas; - Obras diversas de metais comuns.

Fonte: Elaborado pela autora com base no MIDIC (2019).

Os dados referentes ao valor das exportações de todos as regiões brasileiras foram extraídos da base estatística do comércio exterior do Ministério da Economia, indústria, comércio exterior e serviços (MIDIC), para dois períodos, de 1997⁶⁵ a 2007 e de 2007 a 2017. No caso dos dados para área plantada a base dos Censos Agropecuários de 1995/1996, 2006 e 2017.

⁶⁵ Antes de 1997, as exportações eram contabilizadas nas estatísticas de comércio exterior levando em consideração a data de emissão das guias de exportações (ainda registradas em papel). A partir de 1997, com a implantação do SISCOMEX, as exportações passaram a ser contabilizadas nas estatísticas no momento do desembarque aduaneiro. Tal momento de contabilização foi definido por conta de regras de negócio do SISCOMEX e dos

A definição das atividades e culturas analisadas conforme a inserção dos setores relacionados no conjunto de políticas públicas com características neoextrativistas conforme apresentado no capítulo anterior. De modo geral, foram realizados rankings que foram comparados entre os recortes temporais escolhidos, nos quais foram contemplados os itens com maiores valores de exportação.

4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.4.1 Valor das exportações

O estudo acerca do comportamento do valor das exportações tem por base os indutores de expansão total, estrutural, regional e de alocação, conforme quadros e análises a seguir.

4.4.1.1 Indutor de Expansão Total das exportações (IET)

Conforme descrito no capítulo anterior, foram realizadas análises de dois períodos, nos quais foram identificadas distintas configurações espaciais do processo de reprodução ampliada, pondo em evidência a adesão a política neoextrativista neoliberal.

No primeiro período, no qual são comparados os dados referentes aos anos de 1997 e 2007, observou-se que a soma dos resultados do Indutor de Expansão Total (IET), de cada região, foi superior na região Sudeste, seguido das regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Sul, nesta sequência. A região Sudeste também se destacou por apresentar um número maior de setores com expansão – 46 valores positivos do total de 52, 88,46% -, juntamente com a região Sul, com 38 setores com valores positivos, Nordeste, 27, e Centro-Oeste 24. Contudo, a região Norte, uma das com maior expansão, demonstrou que esse efeito total expressivo, ocorre de forma concentrada, em 10 itens dos 52 analisados, apenas cerca de 19% do total de setores, para esse período (Quadro 4.5).

Entre os 52 setores, três indicaram um comportamento positivo do IET, nas cinco regiões do país, sendo estes: Materiais de origem animal; Couros e peles de bovinos; e Alumínio e ligas de alumínio (Quadro 4.5).

fornecimentos de dados à SECEX, o que tornava a data de desembaraço aduaneiro a única data viável como sendo a mais próxima possível da saída do produto do território nacional (BRASIL, 2020, p. 11).

Diferentemente, do que ocorreu na primeira comparação, a análise dos anos 2007 e 2017, indicou uma expansão maior para a região Centro-Oeste, seguido das regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste, nessa ordem. No entanto, as regiões Norte e Sul, foram as com maior número de setores neoeextrativista, 27 de 52, com expansão positiva. Essas regiões são seguidas por Centro-Oeste (26), Nordeste (21) e Sudeste (19) (Quadro 4.6).

A comparação com a análise anterior demonstra que as regiões Norte e Centro-Oeste, elevaram o número de setores em expansão, 190% e 8,33%, respectivamente, enquanto as outras regiões reduziram o número de setores com valor, IET, positivo, com destaque, a região Sudeste, reduziu o número de itens em expansão em -58,70%, saindo de uma participação de 88,46% dos positivos em relação ao total, para 36,54%, aproximando-se mais do cenário da região Norte, no primeiro período. Porém, ainda que tenha concentrado os valores das exportações mais em apenas 19 setores, foi o terceiro com maior valor de IET na soma total (Quadros 4.5 e 4.6).

Dentre os mesmos 52 setores analisados, 8 itens apresentaram abrangência nacional, com valores positivos no IET em todas as regiões, na comparação entre 2007 e 2017. Estes setores são: Materiais de origem animal; Carne de gado bovina congelada; Despojos comestíveis de ovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos e asininos, frescos, refrigerados ou congelados; Carne e despojos comestíveis de aves, fresca, refrigerada ou congelada; Soja; Milho; Açúcares; e Obras diversas de metais comuns (Quadro 4.6).

De modo geral, a comparação dos resultados do IET das regiões brasileiras, nos dois períodos de análise, apontou uma expansão do valor das exportações para *soja* e os *açúcares em estado bruto, a base de beterraba ou cana-de-açúcar*, em todas as regiões brasileiras, com destaque, no caso da soja, para as regiões Sul e Centro-Oeste, respectivamente, e com relação a cana-de-açúcar, para o Sudeste e o Sul, respectivamente (Quadros 4.5 e 4.6).

No entanto, *pari passu* a esse cenário, a região Sudeste foi a região que apresentou maior número de itens com redução no valor do IET na comparação com os dois períodos, demonstrando uma possível tendência a substituição de culturas ou atividades pela cultura da *soja*, que no período de 1997 a 2007, apontou um efeito total no valor de -52.769,9 e no período de 2007 a 2017, um valor de 2.030.461,256, indicando uma possível concentração nessa atividade (Quadros 4.5 e 4.6).

Em relação a atividade de mineração, o *minério de ferro* apresentou um avanço no IET para as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste, na comparação com os dois períodos de análise. No

entanto, a região Norte foi a que apresentou o resultado mais expressivo para esse setor (maior valor para o indutor de expansão total entre todos os 52 itens para essa região, no segundo período). No caso do *ouro não monetário*, a comparação do efeito total nos dois períodos demonstrou expansão no valor das exportações em quatro das cinco regiões, Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Sul, respectivamente.

No caso dos itens que compõe a seção I – Animais vivos e produtos do reino animal – o setor *materiais de origem animal*, que são produtos em geral de origem animal, comestível, ou seja, que contenham como ingrediente produtos de origem animal, tais como *cárneos, pescados, lácteos, ovos, mel* e seus derivados, envoltórios naturais e pratos prontos. A região Sudeste foi a que na comparação entre os dois períodos foi a única que apontou uma redução no valor do IET. Por outro lado, a região Sul foi a que mais expandiu, acompanhada, respectivamente, pelas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte (Quadros 4.5 e 4.6).

A região Norte apresentou resultado expressivo, na comparação entre os dois períodos, para o setor *carne de gado bovino fresca ou refrigerada* e *carne de gado bovino congelada*. Já regiões que no primeiro período apontavam resultado maiores, como o Sudeste e o Centro-Oeste, no segundo período demonstram uma redução no IET, apontado valor negativo, no caso da região Sudeste. Ainda assim, no período de 2007 a 2017, o Centro-Oeste para o setor *carne de gado bovino congelada* apresentou maior valor do IET, entre as regiões, com uma taxa de crescimento bem menor, no entanto, para o setor *carne de gado bovino fresca ou resfriada*, ficou atrás da região Norte (Quadros 4.5 e 4.6).

A comparação dos dois períodos para o IET, no caso dos itens relacionados ao setor de papel e celulose, apontou uma tendência de menor participação da região Sudeste, visto que para o setor *pasta química de madeira, para dissolução*, esta região apresentou valor zero nos dois períodos. Já as regiões Norte e Nordeste, respectivamente, apontaram um aumento nesse indicador.

No setor *pasta química de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução*, a região Sudeste que no primeiro período, 1997 a 2007, apresentou um IET de 1.165.711.626,00, no segundo período, 2007 a 2017, esse mesmo indicador passou a ser zero. Em contrapartida, a região Centro-Oeste que no primeiro período apontou valor zero para o IET, no segundo período apresentou um valor de 1.050.677.341,00. Já as regiões Sul e Nordeste, que no primeiro período desde logo apresentavam valores positivos, no segundo período aumentaram o seus valores de forma expressiva, no entanto, ficando atrás da região Centro-Oeste do país, que

também teve maior desempenho, na comparação dos dois períodos, para o setor *Papel e cartão não revestidos* (Quadros 4.5 e 4.6).

Quadro 4.5 – Resultado do Indutor de Expansão Total (IET) de valor das exportações, em milhões de US\$, dos 52 itens, para as regiões brasileiras, de 1997-2007

Descrição	Seção	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Total
Matérias de origem animal n.e.p.	I	591,74	92.801,56	15.610,41	52.614,76	21.872,21	183.490,68
Carne de gado bovino fresca ou refrigerada	I	0,00	341.432,03	36.507,59	347.569,39	0,00	725.509,00
Carne de gado bovino congelada	I	0,00	1.199.865,88	40.456,47	1.031.032,93	0,00	2.271.355,27
Carne de suínos fresca, resfriada ou congelada	I	0,00	40.294,08	808.067,81	111.260,96	0,00	959.622,85
Despojos comestíveis de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos e asininos, frescos, refrigerados ou congelados	I	0,00	58.357,33	19.772,83	35.754,98	0,00	113.885,14
Carne n.e.p. e despojos comestíveis de carne exceto suínos, salgados, em salmoura, secos ou defumados; farinhas comestíveis de carne ou despojos de carne	I	0,00	80.554,66	187.117,80	0,00	0,00	267.672,45
Carne n.e.p. e despojos comestíveis de aves do subgrupo 001.4, fresca, resfriada ou congelada	I	0,00	517.432,73	1.249.260,37	519.001,11	0,00	2.285.694,21
Soja	II	278.442,90	-52.769,90	623.797,73	2.179.905,44	202.775,03	3.232.151,20
Milho (exceto milho doce), não moído, outros	II	0,00	116.529,99	75.461,45	966.945,03	-1,37	1.158.935,10
Café não torrado, mesmo descafeinado	II	81.907,17	686.278,64	-82.071,57	7.087,30	-6.744,08	686.457,47
Óleo de soja e respectivas frações	III	0,00	107.548,13	1.193,91	289.268,71	0,00	398.010,75
Suco de laranja	IV	55.704,26	1.154.435,78	7.115,43	0,00	0,00	1.217.255,47
Açúcares, beterraba ou cana, em bruto, no estado sólido, sem adição de aromatizantes ou de corantes	IV	48.317,31	1.774.001,27	-136.302,77	26.093,83	0,00	1.712.109,64
Outros açúcares de beterraba ou cana-de-açúcar e sacarose quimicamente pura, no estado sólido	IV	115.328,33	1.095.501,77	-47.120,78	47.293,73	0,00	1.211.003,05
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	IV	-6.272,20	72,90	0,00	0,00	0,00	-6.199,30
Pasta de cacau, mesmo desengordurada	IV	19.368,70	622,64	0,00	0,00	0,00	19.991,34
Manteiga de cacau, gordura e óleo	IV	62.322,57	7.822,48	0,00	0,00	0,00	70.145,05
Cascas, películas e outros desperdícios de cacau	IV	736,24	37,91	0,00	0,00	0,00	774,15
Cacau em pó, com adição de açúcar ou de outros edulcorantes	IV	0,00	210,84	453,37	0,00	0,00	664,21
Outras preparações alimentícias contendo cacau, em blocos ou em barras com peso superior a 2 kg, ou no estado líquido, em pasta, em pó, grânulos ou formas semelhantes, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo superior a 2 kg.	IV	0,00	-2.049,30	-33,65	0,00	0,00	-2.082,95
Álcoois monohídricos acíclicos	IV/VI	209.430,55	1.049.708,59	11.383,67	6.384,71	0,00	1.276.907,52

(Continua)

Madeira de coníferas, serrada ou fendida longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm	IX	631,53	17.372,39	-29.432,36	11.305,93	23,87	-98,64
Madeira compensada, madeira folheada e madeiras estratificadas semelhantes	IX	8.727,08	3.494,14	6.522,27	29.941,79	-20.430,65	28.254,65
Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado	V	0,00	3.617.751,49	-0,52	41.981,68	1.583.982,27	5.243.714,93
Minério de ferro aglomerado (<i>sinters, pellets, briquetes</i> , etc)	V	0,00	2.016.102,71	0,00	0,00	0,00	2.016.102,71
Minérios de metais preciosos e seus concentrados	V	0,00	3.123,08	0,00	0,00	0,00	3.123,08
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, <i>cruds</i>	V	0,00	8.799.211,83	0,00	0,00	0,00	8.799.211,83
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações n.e.p., contendo, em peso, 70% ou mais de óleos de petróleo ou de óleos minerais betuminosos, estes devem constituir o seu elemento de base, com exceção dos óleos usados	V	780.051,01	2.499.195,94	512.724,59	192,24	0,00	3.792.163,78
Alumina (óxido de alumínio), exceto o corindo artificial	VI	101.539,46	1.441,02	20,05	0,00	1.065.286,12	1.168.286,65
Borracha natural (exceto látex)	VII	-0,31	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,31
Celulose e seus derivados químicos, n.e.p.	VII	-1.760,33	45.930,62	25,58	0,00	0,00	44.195,87
Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, curtidos ou em crosta ou não preparados após curtimento ou após secagem, depilados, mesmo divididos	VIII	199.379,77	584.230,53	169.884,53	283.893,35	68.060,43	1.305.448,59
Pastas químicas de madeira, para dissolução	X	14.508,27	0,00	-13.803,25	0,00	0,00	705,02
Pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução	X	608.900,14	1.165.711,63	74.031,72	0,00	149.109,21	1.997.752,70
Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, cartões e papéis perfurados e não-perfurados, em rolos ou em folhas (exceto papel dos itens 641,1 ou 641,63); papel feito à mão e cartão	X	40.516,45	266.108,94	4.505,31	0,00	-144,27	310.986,42
Papel, cartão, estofa de celulose e mantas de fibras de celulose, revestidos, impregnados, recobertos, coloridos à superfície, decorados à superfície ou impressos, não constituindo material impresso dentro do grupo 892, em rolos ou em folhas, n.e.p.	X	0,00	132.233,77	-18.648,38	0,00	0,00	113.585,40
Algodão (exceto fios), não cardado nem penteado	XI	0,00	0,00	827,97	0,00	0,00	827,97
Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados)	XIV	12.968,74	314.314,71	0,00	21.693,81	-67.864,18	281.113,07
Ferro gusa e <i>spiegel</i> , em lingotes, linguados ou outras formas primárias	XV	477.307,03	487.540,54	0,26	0,00	509.806,34	1.474.654,17

(Continuação)

(Conclusão)

Outros ferro-ligas (excluindo as ferro-ligas radioativas)	XV	-4.488,96	838.563,50	-2.313,57	130.366,06	0,00	962.127,02
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, menos de 0,25% de carbono	XV	0,00	284.300,70	15.091,22	0,00	0,00	299.391,91
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, 0,25% ou mais de carbono	XV	14.886,31	198.187,29	19.465,66	0,00	0,00	232.539,27
Produtos semi-acabados de aço de liga	XV	0,00	328.655,66	-214,43	0,00	0,00	328.441,23
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos, sem mais trabalho além laminados a quente	XV	0,00	170.055,37	737,25	9,67	0,00	170.802,29
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, revestidos de zinco	XV	0,00	224.703,34	31.051,93	0,09	0,00	255.755,36
Barras, laminados a quente, em rolos irregulares, de ferro ou aço	XV	22.251,32	368.030,02	502,55	0,00	0,00	390.783,89
Barras de ferro ou aço não ligado, sem mais trabalho a quente, laminados, estirados ou extrudados a quente, incluídas as com torção após laminagem	XV	4.361,34	246.257,11	7.441,98	-3,25	0,00	258.057,19
Tubos e perfis ocios, de ferro ou aço	XV	-334,52	174.380,53	1.135,33	0,00	-0,17	175.181,17
Cobre refinado e não refinado; ânodos de cobre para refinação eletrolítica; ligas de cobre, em formas brutas	XV	591.541,96	-66,86	2,35	0,00	0,00	591.477,44
Alumínio e ligas de alumínio em formas brutas	XV	199.973,85	255.349,83	0,00	0,00	566.324,69	1.021.648,36
Alumínio e ligas de alumínio, trabalhadas	XV	20.287,54	432.852,52	15.147,94	0,23	12.852,38	481.140,60
Obras diversas de metais comuns	XV	40.917,48	68.159,42	-12.908,08	0,81	0,00	96.169,63
Total		3.998.042,70	31.811.881,78	3.592.467,98	6.139.595,29	4.084.907,81	49.626.895,56

* Produtos de origem animal comestíveis cárneos, pescados, lácteos, ovos, mel e seus derivados, envoltórios naturais e pratos prontos - que contenham como ingrediente produto de origem animal. ** Não especificados nem compreendidos noutras posições, em formas primárias.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 4.6 - Resultado do Indutor de Expansão Total (IET) de valor das exportações, em milhões de US\$, dos 52 itens, para as regiões brasileiras, de 2007-2017

Descrição	Seção	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Total
Matérias de origem animal n.e.p.	I	16.190,06	57.409,61	114.113,17	76.316,57	29.548,64	293.578
Carne de gado bovino fresca ou refrigerada	I	0,00	-216.253,51	-17.061,56	53.934,18	86.451,40	-92.929
Carne de gado bovino congelada	I	24.376,77	70.035,99	84.016,62	961.056,89	563.176,99	1.702.663
Carne de suínos fresca, resfriada ou congelada	I	0,00	-13.152,31	310.489,14	65.889,44	-214,53	363.012
Despojos comestíveis de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos e asininos, frescos, refrigerados ou congelados	I	5.516,99	55.591,13	84.509,93	118.278,60	71.363,01	335.260
Carn.e.p. e despojos comestíveis de carne exceto suínos, salgados, em salmoura, secos ou defumados; farinhas comestíveis de carne ou despojos de carne	I	0,00	-43.617,25	97.957,09	10.861,46	40,14	65.241
Carn.e.p. e despojos comestíveis de aves do subgrupo 001.4, fresca, resfriada ou congelada	I	2.210,62	142.207,76	2.852.935,38	370.030,34	7.346,33	3.374.730
Soja	II	1.783.028,89	2.030.461,26	7.575.686,62	7.273.158,15	1.360.906,63	20.023.242
Milho (exceto milho doce), não moído, Outros	II	60.005,07	56.848,30	437.188,63	2.701.459,74	110.066,21	3.365.568
Café não torrado, mesmo descafeinado	II	-59.178,52	0,00	0,00	-4.793,81	-398,95	-64.371
Óleo de soja e respectivas frações	III	-11.236,86	-92.216,18	164.942,37	-33.362,06	947,81	29.075
Suco de laranja	IV	-32.945,93	-328.421,01	77.713,47	0,00	29,42	-283.624
Açúcares, beterraba ou cana, em bruto, no estado sólido, sem adição de aromatizantes ou de corantes	IV	104.820,99	4.485.973,96	960.749,07	732.491,49	2.745,14	6.286.781
Outros açúcares de beterraba ou cana-de-açúcar e sacarose quimicamente pura, no estado sólido	IV	-126.942,06	358.272,87	89.808,59	65.988,27	10.253,23	397.381
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	IV	39,40	0,00	0,00	0,00	1.461,20	1.501
Pasta de cacau, mesmo desengordurada	IV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Manteiga de cacau, gordura e óleo	IV	26.597,97	0,00	0,00	0,00	0,03	26.598
Cascas, películas e outros desperdícios de cacau	IV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Cacau em pó, com adição de açúcar ou de outros edulcorantes	IV	10,96	0,00	-505,69	-0,08	0,00	-495
Outras preparações alimentícias contendo cacau, em blocos ou em barras com peso superior a 2 kg, ou no estado líquido, em pasta, em pó, grânulos ou formas semelhantes, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo superior a 2 kg.	IV	1,64	775,21	146,17	0,00	0,00	923
Álcoois monohídricos acíclicos	IV/VI	-228.503,29	-270.775,08	-5.705,88	-944,85	114,26	-505.815
Madeira de coníferas, serrada ou fendida longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm	IX	-660,90	-15.419,14	322.739,07	-10.443,26	-103,20	296.113

(Continua)

(Continuação)

Madeira compensada, madeira folheada e madeiras estratificadas semelhantes	IX	-8.779,85	-2.503,57	451.774,64	-45.172,98	-67.456,43	327.862
Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado	V	-4.529,08	4.082.845,82	0,00	58.804,66	5.474.069,59	9.611.191
Minério de ferro aglomerado (<i>sinters, pellets, briquetes, etc</i>)	V	-430.304,45	0,00	0,00	0,00	-4.744,97	-435.049
Minérios de metais preciosos e seus concentrados	V	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, <i>cruds</i>	V	-99.960,36	0,00	11,31	0,00	0,00	-99.949
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações n.e.p., contendo, em peso, 70% ou mais de óleos de petróleo ou de óleos minerais betuminosos, estes devem constituir o seu elemento de base, com exceção dos óleos usados	V	-10.041,89	-1.862.137,66	-477.086,66	14.134,02	-3.118,83	-2.338.251
Alumina (óxido de alumínio), exceto o corindo artificial	VI	1.100.517,54	0,00	24,18	0,00	232.274,91	1.332.817
Borracha natural (exceto látex)	VII	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0
Celulose e seus derivados químicos, n.e.p.	VII	-11.778,72	26.744,06	93,45	0,07	0,00	15.059
Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, curtidos ou em crosta ou não preparados após curtimento ou após secagem, depilados, mesmo divididos	VIII	-8.799,04	-402.223,86	156.946,84	122.941,17	-8.548,63	-139.684
Pastas químicas de madeira, para dissolução	X	201.755,20	0,00	0,00	0,00	155.186,01	356.941
Pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução	X	944.434,98	0,00	843.703,75	1.050.677,34	-192.429,43	2.646.387
Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, cartões e papéis perfurados e não-perfurados, em rolos ou em folhas (exceto papel dos ítems 641,1 ou 641,63); papel feito à mão e cartão	X	-76.876,51	38.059,23	11.778,74	37.193,67	0,00	10.155
Papel, cartão, estofa de celulose e mantas de fibras de celulose, revestidos, impregnados, recobertos, coloridos à superfície, decorados à superfície ou impressos, não constituindo material impresso dentro do grupo 892, em rolos ou em folhas, n.e.p.	X	-335,07	49.587,33	140.866,01	2,27	173,75	190.294
Algodão (exceto fios), não cardado nem penteado	XI	197.907,45	15.835,56	0,00	637.752,76	552,28	852.048
Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados)	XIV	149.294,49	0,00	16.862,71	445.258,95	221.164,27	832.580
Ferro gusa e <i>spiegel</i> , em lingotes, linguados ou outras formas primárias	XV	-390.355,33	-178.134,35	0,58	22.914,73	-549.686,26	-1.095.261
Outros ferro-ligas (excluindo as ferro-ligas radioativas)	XV	61.469,16	343.370,35	-74,53	374.507,18	238.663,06	1.017.935
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, menos de 0,25% de carbono	XV	1.040.414,49	0,00	-13.156,72	0,00	0,00	1.027.258

(Conclusão)

Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, 0,25% ou mais de carbono	XV	-2.830,49	49.067,70	-9.489,35	0,00	0,00	36.748
Produtos semi-acabados de aço de liga	XV	-128,34	0,00	0,00	0,00	0,00	-128
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos, sem mais trabalho além laminados a quente	XV	-1.024,49	170.750,25	910,60	-6,20	14,18	170.644
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, revestidos de zinco	XV	-2,69	85.378,46	18.381,06	7,12	4,26	103.768
Barras, laminados a quente, em rolos irregulares, de ferro ou aço	XV	-33.591,01	0,00	-11,28	0,00	4,06	-33.598
Barras de ferro ou aço não ligado, sem mais trabalho a quente, laminados, estirados ou extrudados a quente, incluídas as com torção após laminagem	XV	43.094,19	-68.036,89	34.553,12	0,00	780,93	10.391
Tubos e perfis ocos, de ferro ou aço	XV	12,10	0,00	-729,71	126,02	0,19	-591
Cobre refinado e não refinado; ânodos de cobre para refinação eletrolítica; ligas de cobre, em formas brutas	XV	-405.090,18	0,00	0,00	0,00	0,00	-405.090
Alumínio e ligas de alumínio em formas brutas	XV	-702.840,90	0,00	-181,29	0,00	-732.112,98	-1.435.135
Alumínio e ligas de alumínio, trabalhadas	XV	-15.527,63	-266.082,96	8.541,46	70,85	-12.438,33	-285.437
Obras diversas de metais comuns	XV	17.453,47	1.022.674,90	16.728,12	0,85	892,69	1.057.750
Total		3.116.889	9.382.916	14.350.169	15.099.134	6.996.978	48.946.086

* Produtos de origem animal comestíveis cárneos, pescados, lácteos, ovos, mel e seus derivados, envoltórios naturais e pratos prontos - que contenham como ingrediente produto de origem animal.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.4.1.2 Indutor de Expansão Global das exportações (IEG)

A partir disso, de acordo com Wanderley (2018), o IEG pode ser analisado a fim de intuir uma possível integração ou desintegração do comportamento da variável em termos locais frente a uma dinâmica nacional. De modo, que seria possível afirmar se o comportamento de determinada variável responde há campo de forças propício a integrações verticais, tais como as de um padrão de reprodução exportador de especialização produtiva, que podem convergir em direção a integrações horizontais cuja dinâmica de reprodução se distancia daquela imposta pelo padrão capitalista. Com isso, a análise que se segue tem por orientação a identificação dessas possíveis integrações, revelando conexões conflitivas advindas da dinâmica capitalista no Brasil, para o intervalo temporal já citado, nas cinco regiões brasileiras.

4.4.1.2.1 Análise de Integração

Destarte, no primeiro período, de 1997 a 2007, a análise do IEG apontou integração ($IEG > 0$ e $IET > 0$ ou $IEG < 0$ e $IET < 0$) em 1 dos 52 produtos analisados, em todas as cinco regiões, esses itens foram: materiais de origem animal. De todos os itens analisados, a borracha natural e outras preparações alimentícias contendo cacau foram os itens que não apontaram integrações na comparação desses anos. A região Sudeste foi a de maior número de itens integrados (35), seguido pelas regiões Sul (31), Nordeste (27), Centro-Oeste (24) e Norte (10), respectivamente, sendo todas as integrações com casos de **hegemonia expansionista do nacional sobre o local**, demonstrando que a dinâmica do valor das exportações em nível nacional, tendem a provocar na amplitude local, um comportamento expansionista (Quadro 4.7).

Tendo como sistematização o Quadro 4.4 do capítulo anterior, no conjunto de itens que compõem a seção I, Animais vivos e produtos do reino animal, onde prevalece produtos advindos de setores da pecuária e granjeiro, nessa primeira comparação, 1997-2007, a que apontou maior número de integrações para todos os itens foi a região Sul. Logo após destaca-se a região Centro-Oeste, que não apresentou integração em apenas um dos itens, seguido da região Sudeste. As regiões Nordeste e Norte apontaram integração apenas para o setor Materiais de origem animal (Quadro 4.7).

Em termos proporcionais, destaca-se os itens que compõe a seção II, Produtos do reino vegetal, englobando soja, milho e café, importantes *commodities*, com predominância da soja em todas as regiões, as regiões com integração do milho concentrados no triangulo Sul, Sudeste e Centro-Oeste e o café não torrado, nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. As regiões Sudeste e Centro-Oeste apontaram integração em todos os itens desse grupo (Quadro 4.7).

No segundo período, de 2007 a 2017, dos 52 itens, 46 apontaram integração, para alguma das cinco regiões brasileiras. Diferentemente do que ocorreu no primeiro período, a região Sudeste, foi a região com menor número de integrações, 20, apenas. As regiões Sul e Norte foram as de maior número de integrações, nesse período, 29, seguida pelas regiões Centro-Oeste (22) e Nordeste (22) (Quadro 4.7).

Ainda que a região Sul tenha sido uma das de maior número de setores com integração nesse período, na comparação com o período anterior, de modo geral está região, juntamente com Nordeste e Sudeste, apresentaram redução no número de itens, principalmente esta última. Região. Esta, passou de 35 setores para 20 integrados, indicando uma possível maior assimilação ao padrão de reprodução capitalista atual, tornando está região mais especializada, destacando a soja que no período anterior não indicava integração nessa região, e já no segundo período passou apontar integração em todas as regiões do país (Quadros 4.7).

Por outro lado, as regiões Centro-Oeste e Norte, aumentaram consideravelmente o número de setores integrados, principalmente a região Norte, que no primeiro período indicou apenas 10 itens, e no segundo período passou a apontar integração em 29 itens, com destaque a produtos próprios da pecuária, da mineração e da indústria extrativista (Quadros 4.7).

Os setores que mais se expandiram no segundo intervalo analisado, foram os da seção de Animais vivos e produtos do reino animal (Norte, Centro-Oeste e Nordeste). Identificou-se uma concentração das integrações em todas as regiões para soja e milho. A região Norte também apresentou integrações de itens da seção de Produtos das indústrias alimentares; Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; Tabaco e seus sucedâneos manufaturados, abrangendo: Álcoois monohídricos acíclicos; Suco de Laranja; Açúcares, beterraba ou cana, em bruto, no estado sólido, sem adição de aromatizantes ou de corantes; Outros açúcares de beterraba ou cana-de-açúcar e sacarose quimicamente pura, no estado sólido; Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado; e Manteiga de cacau, gordura e óleo (Quadro 4.7).

Quadro 4.7 – Setores com integração de homogeneização expansionista do nacional, por região, de 1997-2007 e 2007-2017

Produtos/Setores	1997-2007					2007-2017				
	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte
Soja										
Borracha natural (exceto látex)										
Madeira de coníferas, serrada ou fendida longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm										
Pastas químicas de madeira, para dissolução										
Pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução										
Algodão (exceto fios), não cardado nem penteado										
Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado										
Minério de ferro aglomerado (<i>sinters, pellets, briquetes, etc</i>)										
Alumina (óxido de alumínio), exceto o corindo artificial										
Minérios de metais preciosos e seus concentrados										
Matérias de origem animal* n.e.p.**										
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, <i>cruds</i>										
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações n.e.p., contendo, em peso, 70% ou mais de óleos de petróleo ou de óleos minerais betuminosos, estes devem constituir o seu elemento de base, com exceção dos óleos usados										
Óleo de soja e respectivas frações										
Álcoois monohídricos acíclicos										
Celulose e seus derivados químicos, n.e.p.										
Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, curtidos ou em crosta ou não preparados após curtimento ou após secagem, depilados, mesmo divididos										
Madeira compensada, madeira folheada e madeiras estratificadas semelhantes										
Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, cartões e papéis perfurados e não-perfurados, em rolos ou em folhas (exceto papel dos ítems 641,1 ou 641,63); papel feito à mão e cartão										

Continua

4.4.1.2.2 Análise de desintegração

A análise do IEG, também apontou itens em desintegração ($IEG > 0$ e $IET < 0$ ou $IEG < 0$ e $IET > 0$), com o padrão de expansão das do valor das exportações, todas classificadas como de **autonomia local retracionista**, tanto na primeira comparação (1997-2007), quanto na segunda (2007-2017), significando que uma possível tendência de amplitude nacional não apresentou potencial para influenciar na amplitude local, retraindo.

No primeiro período analisado, conforme já indicado na subseção anterior, dos 52 itens, dois não apresentaram integrações em nenhuma das regiões, sendo eles: a Borracha Natural e Outras preparações alimentícias contendo cacau. A região Norte do país, foi a de maior número de desintegrações, 42, seguido das regiões Centro-Oeste (28), Nordeste (25), Sul (21) e Sudeste (17), respectivamente (Quadro 4.8).

Do total de produtos analisados, 8 apontaram desintegração ao menos em quatro estados, são eles: Pastas químicas de madeira, para dissolução; Algodão (exceto fios), não cardado nem penteado; Minério de ferro aglomerado (*sinters*, *pellets*, briquetes, etc); Minérios de metais preciosos e seus concentrados; Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, *cruds*; Papel, cartão, estofado de celulose e mantas de fibras de celulose, revestidos, impregnados, recobertos, coloridos à superfície, decorados à superfície ou impressos, não constituindo material impresso dentro do grupo 892, em rolos ou em folhas, n.e.p.; Produtos semi-acabados de aço de liga; Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado.

Este fato pode intuir que esses itens não possuíam uma grande tendência de interesse por parte dos agentes econômicos internacionais, ou estavam pouco valorizadas no comércio externo, deixando de ser interessante o esforço de exportação.

A maior parte dos 17 itens que a região Sudeste não apontou integração, nesse período, eram da seção de “Metais comuns e suas obras” e “Animais vivos e produtos do reino animal.

No período de 2007-2017, a região Sudeste passou a apresentar maior desintegrações entre as regiões, 27 no total, seguida das regiões Nordeste (30) e Centro-Oeste (30), Norte (23) e Sul (23) (Quadro 5.4). Dos 52 itens, seis não apresentaram integrações em nenhuma das regiões: Minério de metais preciosos e seus concentrados; Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, 0,25% ou mais de carbono; Cobre; Alumínio e ligas de alumínio em forma bruta; Café; e Cascas, películas e outros desperdícios de cacau (Quadro 4.8).

Na comparação com os dois períodos é possível perceber uma redução no número de desintegrações na região Norte e um aumento em outras regiões, principalmente, Sudeste, o que pode indicar um deslocamento da expansão das fronteiras agropecuárias para a região Norte e uma maior concentração ou especialização de itens na região Sudeste. E novamente as regiões.

Quadro 4.8 – Setores desintegrados de autonomia local retracionista, por região, de 1997-2007 e 2007-2017

Produtos/Setores	1997-2007					2007-2017				
	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte
Soja										
Borracha natural (exceto látex)										
Madeira de coníferas, serrada ou fendida longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm										
Pastas químicas de madeira, para dissolução										
Pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução										
Algodão (exceto fios), não cardado nem penteado										
Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado										
Minério de ferro aglomerado (<i>sinters, pellets, briquetes, etc</i>)										
Alumina (óxido de alumínio), exceto o corindo artificial										
Minérios de metais preciosos e seus concentrados										
Matérias de origem animal* n.e.p.**										
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, <i>cruds</i>										
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações n.e.p., contendo, em peso, 70% ou mais de óleos de petróleo ou de óleos minerais betuminosos, estes devem constituir o seu elemento de base, com exceção dos óleos usados										
Óleo de soja e respectivas frações										
Álcoois monohídricos acíclicos										
Celulose e seus derivados químicos, n.e.p.										
Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, curtidos ou em crosta ou não preparados após curtimento ou após secagem, depilados, mesmo divididos										
Madeira compensada, madeira folheada e madeiras estratificadas semelhantes										
Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, cartões e papéis perfurados e não-perfurados, em rolos ou em folhas (exceto papel dos itens 641,1 ou 641,63); papel feito à mão e cartão										

(Continua)

Papel, cartão, estofado de celulose e mantas de fibras de celulose, revestidos, impregnados, recobertos, coloridos à superfície, decorados à superfície ou impressos, não constituindo material impresso dentro do grupo 892, em rolos ou em folhas, n.e.p.									
Ferro gusa e <i>spiegel</i> , em lingotes, linguados ou outras formas primárias									
Outros ferro-ligas (excluindo as ferro-ligas radioativas)									
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, menos de 0,25% de carbono									
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, 0,25% ou mais de carbono									
Produtos semi-acabados de aço de liga									
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos, sem mais trabalho além laminados a quente									
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, revestidos de zinco									
Barras, laminados a quente, em rolos irregulares, de ferro ou aço									
Barras de ferro ou aço não ligado, sem mais trabalho a quente, laminados, estirados ou extrudados a quente, incluídas as com torção após laminagem									
Tubos e perfis ocos, de ferro ou aço									
Cobre refinado e não refinado; ânodos de cobre para refinação eletrolítica; ligas de cobre, em formas brutas									
Alumínio e ligas de alumínio em formas brutas									
Alumínio e ligas de alumínio, trabalhadas									
Obras diversas de metais comuns									
Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados)									
Carne de gado bovino fresca ou refrigerada									
Carne de gado bovino congelada									
Carne de suínos fresca, resfriada ou congelada									
Carn.e.p. e despojos comestíveis de aves do subgrupo 001.4, fresca, resfriada ou congelada									
Despojos comestíveis de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos e asininos, fescos, resfriados ou congelados									

(Continuação)

(Conclusão)

Carn.e.p. e despojos comestíveis de carne exceto suínos, salgados, em salmoura, secos ou defumados; farinhas comestíveis de carne ou despojos de carne										
Milho (exceto milho doce), não moído, Outros										
Suco de laranja										
Açúcares, beterraba ou cana, em bruto, no estado sólido, sem adição de aromatizantes ou de corantes										
Outros açúcares de beterraba ou cana-de-açúcar e sacarose quimicamente pura, no estado sólido										
Café não torrado, mesmo descafeinado										
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado										
Pasta de cacau, mesmo desengordurada										
Manteiga de cacau, gordura e óleo										
Cascas, películas e outros desperdícios de cacau										
Cacau em pó, com adição de açúcar ou de outros edulcorantes										
Outras preparações alimentícias contendo cacau, em blocos ou em barras com peso superior a 2 kg, ou no estado líquido, em pasta, em pó, grânulos ou formas semelhantes, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo superior a 2 kg.										

*HE= Hegemonia Expansionista do nacional sobre o Local (BRANCO); ALR= Autonomia Local Retracionista (CINZA); **n.e.p.= Não especificados nem compreendidos noutras posições, em formas primárias. ***Produtos de origem animal comestíveis cárneos, pescados, lácteos, ovos, mel e seus derivados, envoltórios naturais e pratos prontos - que contenham como ingrediente produto de origem animal.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.4.1.3 Indutor de Expansão Estrutural das Exportações (IEE)

Conforme já mencionado na subseção 4.2.1 do capítulo anterior, o Indutor de Expansão Estrutural, denota o comportamento da variável analisada frente ao desempenho nacional do setor em relação ao desempenho do conjunto de todos os outros setores. De modo, que no caso específico da variável valor das exportações em dólares, aspectos relacionados a interação com o comércio internacional podem influenciar o comportamento desse indutor. A diferença de comportamento do mesmo setor em diferentes regiões dar-se-á conforme o desempenho desse setor especificamente na amplitude local.

De 1997-2007, o número de itens em expansão nas regiões – valor do indutor positivo – variou entre 19 e 25 itens por região. As regiões Nordeste e Norte foram as que dos 52 itens apontaram expansão em apenas 19 itens, praticamente todos dos mesmos setores para ambas regiões, principalmente itens das seções “Metais comuns e suas obras” e “Animais vivos e produtos do reino animal”. As regiões Sul e Sudeste apresentaram o mesmo padrão de resultados para este indutor, indicando 25 itens em comportamento expansionista, 24 com valores retracionista e 3 itens com valores zero. A região Centro-Oeste ficou mais próxima da dinâmica dessas duas regiões, com expansão de 24 itens e retração de 21. Os setores que se destacaram nessas três últimas regiões, também apontaram itens das seções destacadas para a região Norte e Nordeste, contudo, além desses itens essas regiões apontaram expansão para os das seções “Plásticos e suas obras; Borracha e suas obras”, “Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; Cortiça e suas obras; Obras de espartaria ou de cestaria” e “Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; Papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); Papel e suas obras” (Quadros 4.4 e 4.9).

Nesse segundo período de comparação, os itens em expansão nas regiões analisadas variaram entre 18 e 19 valores positivos e os valores negativos (retracionista) entre 32 e 33. A grande diferença em relação ao período anterior, além da redução dos itens, é a inclusão da soja como setor de expansão em todas as regiões, o que não ocorreu em nenhuma das regiões no primeiro período (Quadros 4.4 e 4.10).

No primeiro período os setores relacionados ao grupo de itens “Animais vivos e produtos do reino animal” (Quadro 4.4), demonstraram valor positivo para todos os itens, em quase todas as regiões brasileiras, na maioria dos casos a exceção foi a região Norte. Os itens com valor positivo em todas as regiões foram: O milho; alumina; minérios de metais preciosos e seus

concentrados; Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, 0,25% ou mais de carbono; Barras, laminados a quente, em rolos irregulares, de ferro ou aço; Cobre refinado e não refinado; Alumínio e ligas de alumínio, trabalhadas; e Cascas, películas e outros desperdícios de cacau. (Quadro 4.9).

A soja que aparece como um dos principais produtos da política neoextrativista, nesse primeiro período, apresentou uma taxa de crescimento, a nível nacional, de 1,34 (134% em termos percentuais), bem abaixo da taxa de crescimento do conjunto de todos os itens que foi de 2,45 (245%). Por outro lado, de 1997-2007, o setor com maior taxa de crescimento, dentre todos os analisados, foi a borracha natural, apontando IEE nulo, nas regiões Sudeste e Sul, visto que o valor das exportações desse setor nessas regiões foi zero (Quadro 4.9).

Em relação ao segundo período analisado, 2007-2017, diferentemente do que ocorreu no primeiro intervalo temporal, três itens da seção de “Animais vivos e produtos do reino animal”, apontaram uma taxa de crescimento menor em comparação com a taxa de crescimento do conjunto de itens, o que representa uma possível diminuição na expansão desse setor em algum momento desse período analisado, algo inerente a produtos com cotação em mercado de *commodities*. Nesse período, os itens, carne de gado bovino fresca ou refrigerada, carne de gado bovino congelada e carne de suínos fresca, resfriada ou congelada, apresentaram uma taxa de crescimento menor em comparação ao período anterior, bem como inferior à taxa de crescimento do conjunto de todos os itens, cenário inverso ao o que ocorreu no primeiro período (Quadro 4.10).

Um dos possíveis fatores que podem justificar esse comportamento seria a “Operação carne fraca” da Polícia Federal, deflagrada em março de 2017, na qual 309 mandados judiciais foram cumpridos em seis estados e no Distrito Federal. Essa operação apurou o envolvimento de fiscais do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) em esquema de liberação de licenças e fiscalização irregular de frigoríficos. As empresas suspeitas de envolvimento, são tidas como grandes empresas do setor, tais como a BRF Brasil, que controla marcas como Sadia e Perdigão, e a JBS, que detém Friboi, Seara, Swift. Além de outras marcas, e frigoríficos menores, como Mastercarnes, Souza Ramos e Peccin, do Paraná, e Larissa, que tem unidades no Paraná e em São Paulo (FONSECA *et. al.*, 2017). Como resposta as ações da operação da Polícia Federal, as ações da JBS e BRF sofreram impacto, reduzindo 10,59% e 7,25%, respectivamente (ESTADÃO, 2017).

Já soja, que no primeiro período apontou IEE negativo em todas as regiões, de 2007-2017, apresentou resultado oposto, valor positivo em todas as regiões brasileiras, demonstrando a mudança na taxa de crescimento do setor, que saiu de 1,34 para 3,55, ficando acima da taxa de crescimento do valor das exportações do conjunto de todos os itens que foi de 0,82 (Quadros 4.9 e 4.10)

Ademais, de 2007-2017, 33 itens apontaram valor negativo para o IEE, um aumento em relação ao intervalo anterior, no qual 25 itens foram negativos. Como em termos gerais, o sinal positivo ou negativo do IEE é determinado pela diferença entre as taxas de crescimento do setor específico em relação ao conjunto de setores analisados, é possível relacionar essa mudança nas taxas de crescimento com as oscilações ocorridas durante esse período, referente a crise financeira internacional.

Quadro 4.9 - Resultado do Indutor de Expansão Estrutural (IEE) de valor das exportações, em milhões de US\$, dos 52 itens, para as regiões brasileiras, de 1997-2007

Descrição	Seção	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Total
Matérias de origem animal n.e.p. ¹	I	134	17.214	6.821	3.704	597	28.470
Carne de gado bovino fresca ou refrigerada	I	0	416.819	88.373	105.379	0	610.571
Carne de gado bovino congelada	I	0	1.521.657	229.026	423.275	0	2.173.957
Carne de suínos fresca, resfriada ou congelada	I	0	65	602.568	10.933	0	613.566
Despojos ² comestíveis de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos e asininos, frescos, refrigerados ou congelados	I	0	22.835	45.552	28.918	0	97.306
Carne n.e.p. e despojos comestíveis de carne exceto suínos, salgados, em salmoura, secos ou defumados; farinhas comestíveis de carne ou despojos de carne	I	0	227.137	56.326	0	0	283.463
Carne n.e.p. e despojos comestíveis de aves do subgrupo 001.4, fresca, resfriada ou congelada	I	0	885	56.108	661	0	57.654
Soja	II	-153.764	-368.265	-1.413.066	-716.072	-3.013	-2.654.179
Milho (exceto milho doce), não moído, Outros	II	0	7.860	881.502	168.195	43	1.057.599
Café não torrado, mesmo descafeinado	II	-56.431	-5.388.826	-178.905	-2.263	-15.571	-5.641.996
Óleo de soja e respectivas frações	III	0	-5.131	-912.506	-121.100	0	-1.038.736
Suco de laranja	IV	-23.050	-1.212.029	-8.754	0	0	-1.243.833
Açúcares, beterraba ou cana, em bruto, no estado sólido, sem adição de aromatizantes ou de corantes	IV	-302.456	-403.460	-118.948	-13.394	0	-838.258
Outros açúcares de beterraba ou cana-de-açúcar e sacarose quimicamente pura, no estado sólido	IV	-80.230	-441.446	-36.427	-1.760	0	-559.864
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	IV	-24.536	-852	0	0	0	-25.388
Pasta de cacau, mesmo desengordurada	IV	-33.031	-2.353	0	0	0	-35.384
Manteiga de cacau, gordura e óleo	IV	-134.784	-3.037	0	0	0	-137.820
Cascas, películas e outros desperdícios de cacau	IV	314	268	0	0	0	582
Cacau em pó, com adição de açúcar ou de outros edulcorantes	IV	0	-2	-1	0	0	-3

(Continua)

(Continuação)

Outras preparações alimentícias contendo cacau, em blocos ou em barras com peso superior a 2 kg, ou no estado líquido, em pasta, em pó, grânulos ou formas semelhantes, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo superior a 2 kg.	IV	0	-12.192	-99	0	0	-12.291
Álcoois monohídricos acíclicos	IV/VI	550.034	466.475	37.180	588	0	1.054.278
Madeira de coníferas, serrada ou fendida longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm	IX	-72	-12.439	-342.595	-77	-194	-355.378
Madeira compensada, madeira folheada e madeiras estratificadas semelhantes	IX	-123	-365	-337.484	-39.087	-239.757	-616.816
Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado	V	0	426.215	0	8.982	281.032	716.229
Minério de ferro aglomerado (<i>sinters, pellets, briquetes</i> , etc)	V	0	24.029	0	0	0	24.029
Minérios de metais preciosos e seus concentrados	V	0	401	0	0	0	401
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, <i>cruds</i>	V	0	8.884.768	0	2	2	8.884.771
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações n.e.p., contendo, em peso, 70% ou mais de óleos de petróleo ou de óleos minerais betuminosos, estes devem constituir o seu elemento de base, com exceção dos óleos usados	V	1.098.362	1.569.108	425.146	7	0	3.092.623
Alumina (óxido de alumínio), exceto o corindo artificial	VI	388.077	9.071	3	0	485.165	882.316
Borracha natural (exceto látex)	VII	1.689	0	0	5	5	1.700
Celulose e seus derivados químicos, n.e.p.	VII	-16.238	-26.044	-16	0	0	-42.298
Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, curtidos ou em crosta ou não preparados após curtimento ou após secagem, depilados, mesmo divididos	VIII	-37.409	-148.158	-225.803	-17.012	-2.757	-431.140
Pastas químicas de madeira, para dissolução	X	-120.069	0	-33.596	0	0	-153.665

(Continuação)

Pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução	X	-35.834	-245.512	-20.940	0	-14.497	-316.782
Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, cartões e papéis perfurados e não-perfurados, em rolos ou em folhas (exceto papel dos itens 641,1 ou 641,63); papel feito à mão e cartão	X	-124.141	-502.212	-5.917	0	-236	-632.507
Papel, cartão, estofado de celulose e mantas de fibras de celulose, revestidos, impregnados, recobertos, coloridos à superfície, decorados à superfície ou impressos, não constituindo material impresso dentro do grupo 892, em rolos ou em folhas, n.e.p.	X	0	12.925	27.515	0	0	40.441
Algodão (exceto fios), não cardado nem penteado	XI	0	0	504.534	0	3	504.537
Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados)	XIV	-153.810	-411.251	0	-153.132	-243.545	-961.738
Ferro gusa e <i>spiegel</i> , em lingotes, linguados ou outras formas primárias	XV	134.931	346.581	1	0	55.820	537.333
Outros ferro-ligas (excluindo as ferro-ligas radioativas)	XV	-18.723	-123.136	-885	-20.875	0	-163.621
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, menos de 0,25% de carbono	XV	0	-2.879.512	-2.603	0	0	-2.882.115
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, 0,25% ou mais de carbono	XV	19.440	67.154	9.950	0	0	96.543
Produtos semi-acabados de aço de liga	XV	0	263.666	2.706	0	0	266.372
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos, sem mais trabalho além laminados a quente	XV	0	-1.266.293	-858	-1	0	-1.267.151
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, revestidos de zinco	XV	0	224.142	2.458	0	0	226.601
Barras, laminados a quente, em rolos irregulares, de ferro ou aço	XV	18.909	137.743	1.795	0	0	158.446
Barras de ferro ou aço não ligado, sem mais trabalho a quente, laminados, estirados ou extrudados a quente, incluídas as com torção após laminação	XV	-1.670	-19.091	-2.868	-1	0	-23.630

(Conclusão)

Tubos e perfis ocios, de ferro ou aço	XV	-158	-39.506	-29	0	0	-39.693
Cobre refinado e não refinado; ânodos de cobre para refinação eletrolítica; ligas de cobre, em formas brutas	XV	374.179	7.895	5	0	0	382.078
Alumínio e ligas de alumínio em formas brutas	XV	-781.779	-143.871	0	0	-859.861	-1.785.510
Alumínio e ligas de alumínio, trabalhadas	XV	806	33.292	551	0	4	34.653
Obras diversas de metais comuns	XV	510	15.913	16.856	1	0	33.280
Total		489.075.861	489.076	1.049.132	-647.324	-334.124	-556.760

¹ Não especificados nem compreendidos noutras posições, em formas primárias; ² Produtos de origem animal comestíveis cárneos, pescados, lácteos, ovos, mel e seus derivados, envoltórios naturais e pratos prontos - que contenham como ingrediente produto de origem animal.

Fonte: Elaborado com base em dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2019).

Quadro 4.10 - Resultado do Indutor de Expansão Estrutural (IEE) de valor das exportações, em milhões de US\$, dos 52 itens, para as regiões brasileiras, de 2007-2017

Descrição	Seção	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Total
Matérias de origem animal n.e.p. ¹	I	328	48.424	11.374	22.474	8.568	91.169
Carne de gado bovino fresca ou refrigerada	I	0	-351.765	-40.873	-334.348	-3.152	-730.138
Carne de gado bovino congelada	I	0	-241.083	-10.360	-196.061	-48.703	-496.207
Carne de suínos fresca, resfriada ou congelada	I	0	-19.762	-464.346	-55.784	-105	-539.996
Despojos ² comestíveis de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos e asininos, frescos, refrigerados ou congelados	I	0	98.724	40.804	63.390	19.484	222.403
Carne n.e.p. e despojos comestíveis de carne exceto suínos, salgados, em salmoura, secos ou defumados; farinhas comestíveis de carne ou despojos de carne	I	0	-48.507	-111.251	-11.470	0	-171.228
Carne n.e.p. e despojos comestíveis de aves do subgrupo 001.4, fresca, resfriada ou congelada	I	869	124.390	500.318	123.927	0	749.504
Soja	II	1.141.174	768.016	5.203.243	7.726.149	561.172	15.399.755
Milho (exceto milho doce), não moído, Outros	II	0	231.797	218.242	1.931.419	1	2.381.459
Café não torrado, mesmo descafeinado	II	-58.334	-1.709.190	0	-4.397	-216	-1.772.137
Óleo de soja e respectivas frações	III	-9.082	-87.364	-412.436	-283.366	-40	-792.287
Suco de laranja	IV	-70.444	-2.022.867	-13.452	0	0	-2.106.763

(Continua)

(Continuação)

Açúcares, beterraba ou cana, em bruto, no estado sólido, sem adição de aromatizantes ou de corantes	IV	620.857	3.327.522	17.114	62.514	1	4.028.009
Outros açúcares de beterraba ou cana-de-açúcar e sacarose quimicamente pura, no estado sólido	IV	-134.646	-1.024.096	-1	-30.461	0	-1.189.203
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	IV	-174	-44	0	0	-6	-224
Pasta de cacau, mesmo desengordurada	IV	-48.678	-2.558	0	0	0	-51.236
Manteiga de cacau, gordura e óleo	IV	-100.126	-6.672	0	0	0	-106.798
Cascas, películas e outros desperdícios de cacau	IV	-1.277	-122	0	0	0	-1.399
Cacau em pó, com adição de açúcar ou de outros edulcorantes	IV	0	-545	-678	0	0	-1.222
Outras preparações alimentícias contendo cacau, em blocos ou em barras com peso superior a 2 kg, ou no estado líquido, em pasta, em pó, grânulos ou formas semelhantes, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo superior a 2 kg.	IV	0	-794	0	-1	0	-795
Álcoois monohídricos acíclicos	IV/VI	-305.646	-1.296.647	-17.362	-7.656	0	-1.627.310
Madeira de coníferas, serrada ou fendida longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm	IX	806	27.387	134.925	13.826	126	177.069
Madeira compensada, madeira folheada e madeiras estratificadas semelhantes	IX	2.658	1.105	45.666	14.123	24.856	88.407
Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado	V	2.416	2.518.622	0	34.800	1.233.108	3.788.947
Minério de ferro aglomerado (<i>sinters, pellets, briquetes, etc</i>)	V	-472.430	-3.303.301	0	0	-5.209	-3.780.940
Minérios de metais preciosos e seus concentrados	V	0	-5.685	0	0	0	-5.685
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, <i>cruds</i>	V	190	16.751	0	0	0	16.941

(Continuação)

Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações n.e.p., contendo, em peso, 70% ou mais de óleos de petróleo ou de óleos minerais betuminosos, estes devem constituir o seu elemento de base, com exceção dos óleos usados	V	-1.228.398	-3.683.299	-769.010	-269	-4.471	-5.685.447
Alumina (óxido de alumínio), exceto o corindo artificial	VI	34.630	598	5	0	255.705	290.938
Borracha natural (exceto látex)	VII	0	1.545	304	0	0	1.849
Celulose e seus derivados químicos, n.e.p.	VII	-7.453	-42.698	-24	0	0	-50.175
Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, curtidos ou em crosta ou não preparados após curtimento ou após secagem, depilados, mesmo divididos	VIII	-232.068	-736.464	-481.784	-277.336	-64.553	-1.792.204
Pastas químicas de madeira, para dissolução	X	304.603	0	0	0	0	304.603
Pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução	X	137.420	364.548	26.219	0	36.934	565.121
Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, cartões e papéis perfurados e não-perfurados, em rolos ou em folhas (exceto papel dos ítems 641,1 ou 641,63); papel feito à mão e cartão	X	-93.542	-460.662	-6.530	0	0	-560.734
Papel, cartão, estofa de celulose e mantas de fibras de celulose, revestidos, impregnados, recobertos, coloridos à superfície, decorados à superfície ou impressos, não constituindo material impresso dentro do grupo 892, em rolos ou em folhas, n.e.p.	X	169	71.188	903	0	0	72.260
Algodão (exceto fios), não cardado nem penteado	XI	136.356	9.369	868	290.828	0	437.422
Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados)	XIV	162.717	917.789	0	177.160	105.052	1.362.719
Ferro gusa e <i>spiegel</i> , em lingotes, linguados ou outras formas primárias	XV	-808.173	-1.035.631	-1	-2.130	-774.320	-2.620.255

(Conclusão)

Outros ferro-ligas (excluindo as ferro-ligas radioativas)	XV	-5.025	-123.548	-18	-19.715	0	-148.306
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, menos de 0,25% de carbono	XV	-90	-29.499	-303	0	0	-29.892
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, 0,25% ou mais de carbono	XV	-18.059	-163.990	-17.445	0	0	-199.494
Produtos semi-acabados de aço de liga	XV	108	297.204	37	0	0	297.349
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos, sem mais trabalho além laminados a quente	XV	-610	-451.418	-676	-6	0	-452.710
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, revestidos de zinco	XV	-1	-102.210	-13.476	0	0	-115.687
Barras, laminados a quente, em rolos irregulares, de ferro ou aço	XV	-39.647	-531.882	-1.863	0	0	-573.393
Barras de ferro ou aço não ligado, sem mais trabalho a quente, laminados, estirados ou extrudados a quente, incluídas as com torção após laminagem	XV	-9.848	-267.231	-16.874	0	-13	-293.966
Tubos e perfis ocos, de ferro ou aço	XV	-2	-32.022	-147	0	0	-32.171
Cobre refinado e não refinado; ânodos de cobre para refinação eletrolítica; ligas de cobre, em formas brutas	XV	-927.028	-2.337	-5	0	0	-929.370
Alumínio e ligas de alumínio em formas brutas	XV	-1.147.740	-568.109	-1.684	0	-1.828.008	-3.545.540
Alumínio e ligas de alumínio, trabalhadas	XV	-30.667	-760.274	-22.562	-2	-16.091	-829.596
Obras diversas de metais comuns	XV	320.303	625.334	2.645	10	8.293	956.585
Total		-2.883.582	-9.661.958	3.799.507	9.237.621	-491.587	0,0000000058

¹ Não especificados nem compreendidos noutras posições, em formas primárias; ² Produtos de origem animal comestíveis cárneos, pescados, lácteos, ovos, mel e seus derivados, envoltórios naturais e pratos prontos - que contenham como ingrediente produto de origem animal.

Fonte: Elaborado com base em dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2019).

4.4.1.4 Indutor de Expansão Regional por Diferença das Exportações (IERD)

No que se refere ao Indutor de Expansão Regional por Diferenciação, os resultados para variável valor de exportação, na comparação entre os anos de 1997 e 2007, demonstraram um número maior de produtos em expansão para região Sudeste, 30, seguida das regiões Centro-Oeste (20), Nordeste (15) e as regiões Sul e Norte, ambas com 11 itens em expansão (Quadro 4.11).

Para a região Sudeste e Nordeste prevaleceram os itens da seção “Produtos das indústrias alimentares; Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; Tabaco e seus sucedâneos manufaturados” e “Metais comuns e suas obras” demonstrando que a taxa de crescimento dos itens desses setores nessa região possui um desempenho acima da taxa de crescimento desses setores na amplitude nacional. Na região Sul as expansões predominaram para itens do grupo de “Metais comuns e suas obras”, já no Centro-Oeste, os das seções “Animais vivos e produtos do reino animal” e “Produtos do reino vegetal” – Soja, Café e Milho -. E por fim, a região Norte teve como destaque expansivo os produtos das seções “Produtos das indústrias alimentares; Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; Tabaco e seus sucedâneos manufaturados” e “Produtos minerais” (Quadro 4.4 e Quadro 4.11).

No caso da segunda comparação, 2007 e 2017, a região com maior número de expansões de destaque nas regiões do país foi a região Sul, com 34 itens com valor positivo, indicando que a taxa de crescimento local desses setores foi superior que as desses mesmos setores na amplitude nacional. Em sequência tens a região Norte (28), Centro-Oeste (23), Nordeste (19) e Sudeste (17) (Quadro 4.12).

A região Nordeste no primeiro período da análise, de 1997-2007, apontou maior IERD para madeira compensada, maior valor em relação a todas as outras regiões, seguida, principalmente, pela pasta química de madeira, ao bissulfito, exceto pasta para dissolução, obras diversas de metais comuns e suco de laranja. Já de 2007-2017 os produtos que passaram a ter melhor desempenho nessa região, foram: Milho; Carne de gado bovino congelado; Despojos comestíveis de bovinos, suínos, ovinos, caprinos etc.; Produtos semi acabados de ferro ou aço não ligado; Cacau em pó, com adição de açúcar; e Alumina (óxido de alumínio) (Quadros 4.11 e 4.12).

No caso da região Sudeste, no primeiro período, os produtos com maior IERD, foram: Carne suína fresca, resfriada ou congelada; Carne de despojos comestíveis de aves; Óleo de Soja; Milho; Alumínio e liga de alumínio em forma bruta; e Açúcares, beterraba ou cana-de-açúcar, bruto, em estado sólido, sem adição de aromatizantes ou de corantes. Contudo, de 2007-2017, o cenário modificou-se e a soja passou a ter um potencial de expansão nessa região maior do que em outras regiões, visto que o crescimento do valor das exportações na região Sudeste foi maior do que o crescimento do conjunto de todos os itens analisados, 7,22 e 3,55, respectivamente. Os outros produtos que apresentaram maior valor do IERD foram: Alumínio e ligas de alumínio em forma bruta; e minério de ferro (Quadro 4.12).

Na região Sul, no primeiro intervalo temporal, predominou alguns itens do grupo de “Metais comuns e suas obras”, conforme apresentado no quadro 4.4. Sendo eles: Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado; Alumina (óxido de alumínio); Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, revestido de zinco; e Tubos e perfis ocios, de ferro ou aço. Já no segundo período, 2007-2017, destacou-se na região em termos de taxa de crescimento, o Ouro não monetário e o óleo de petróleo ou de minerais betuminosos *cruds* (Quadro 4.12).

Os produtos que apresentaram diferenças maiores nas taxas de crescimento do valor das exportações para a região Centro-Oeste, em comparação ao conjunto dos itens analisados, no período de 1997-2007, foram, principalmente: Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações n.e.p., contendo, em peso, 70% ou mais de óleos de petróleo ou de óleos minerais betuminosos, estes devem constituir o seu elemento de base, com exceção dos óleos usados; Madeira de coníferas, serradas ou fendidas; e Café não torrado. No segundo período outros produtos destacaram-se, principalmente, a Pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução; Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, cartões e papéis perfurados e não-perfurados, em rolos ou em folhas (exceto papel dos itens 641,1 ou 641,63); papel feito à mão e cartão; Papel, cartão, estofos de celulose e mantas de fibras de celulose, revestidos, impregnados, recobertos, coloridos à superfície, decorados à superfície ou impressos, não constituindo material impresso dentro do grupo 892, em rolos ou em folhas, n.e.p; além do Óleo de petróleo, que permaneceu tendo uma diferença maior entre as taxas de crescimento em relação a outras regiões do país (Quadro 4.11).

A região Norte, no período de 1997-2007, teve como produtos com taxas de crescimento do valor de exportação maior do que a taxa de crescimento do conjunto dos produtos, principalmente, a soja; o alumínio e ligas de alumínio trabalhadas; couros e peles; e ferro gusa. No caso do segundo período, 2007-2017, os itens que se destacaram em relação ao IERD foram: Outros ferro-ligas (excluindo as ferro-ligas radioativas); Carne e despojos comestíveis de aves do subgrupo 001.4, fresca, resfriada ou congelada; Outros açúcares de beterraba ou cana-de-açúcar e sacarose quimicamente pura, no estado sólido; Pastas químicas de madeira, para dissolução; algodão; Álcoois monohídricos acíclicos; e suco de laranja, que no primeiro período tinha destaque na região Nordeste (Quadros 4.11 e 4.12).

Quadro 4.11 - Resultado do Indutor de Expansão Regional por Diferenciação (IERD) de valor das exportações, em milhões de US\$, dos 52 itens, para as regiões brasileiras, de 1997-2007

Descrição	Seção	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Total
Matérias de origem animal n.e.p. ¹	I	-5.873	-17.262	-22.881	10.749	68.974	33.708
Carne de gado bovino fresca ou refrigerada	I	-74.700	-131.559	-92.161	62.509	-58.538	-294.450
Carne de gado bovino congelada	I	-259.769	-471.877	-415.835	134.304	-203.563	-1.216.739
Carne de suínos fresca, resfriada ou congelada	I	-98.373	219.160.123	-26.494	257.052	-77.088	219.215.220
Despojos ² comestíveis de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos e asininos, frescos, refrigerados ou congelados	I	-12.908	70.593	-16.186	-274	-10.115	31.110
Carne n.e.p. e despojos comestíveis de carne exceto suínos, salgados, em salmoura, secos ou defumados; farinhas comestíveis de carne ou despojos de carne	I	-29.414	-107.252	126.591	-13.961	-23.049	-47.085
Carne n.e.p. e despojos comestíveis de aves do subgrupo 001.4, fresca, resfriada ou congelada	I	-234.639	18.075.972	-194.469	2.091.977	-183.870	19.554.972
Soja	II	161.334	-2.077.868	-398.410	235.831	14.088.553	12.009.440
Milho (exceto milho doce), não moído, Outros.	II	-118.778	8.352.042	-206.585	239.397	-95.820	8.170.256
Café não torrado, mesmo descafeinado	II	768.943	18.442	-633.192	826.132	-251.392	728.934
Óleo de soja e respectivas frações	III	-41.974	12.287.929	-78.927	100.779	-32.892	12.234.916
Suco de laranja	IV	183.316	-18.709	-39.888	-59.215	-97.762	-32.258
Açúcares, beterraba ou cana, em bruto, no estado sólido, sem adição de aromatizantes ou de corantes	IV	-161.748	1.135.246	-516.786	-3.842	-137.505	315.364
Outros açúcares de beterraba ou cana-de-açúcar e sacarose quimicamente pura, no estado sólido	IV	-41.633	102.594	-374.193	673.066	-97.260	262.574
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	IV	-34	4.790	1.190	299	494	6.741
Pasta de cacau, mesmo desengordurada	IV	78	-6.113	-3.866	-973	-1.606	-12.479
Manteiga de cacau, gordura e óleo	IV	-658	163.868	-13.563	-3.412	-5.634	140.601
Cascas, películas e outros desperdícios de cacau	IV	60	-398	-150	-38	-62	-587
Cacau em pó, com adição de açúcar ou de outros edulcorantes	IV	-68	-222	233	-32	-53	-143
Outras preparações alimentícias contendo cacau, em blocos ou em barras com peso superior a 2 kg, ou no estado líquido, em pasta, em pó, grânulos ou formas semelhantes, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo superior a 2 kg.	IV	213	9	-403	101	167	88
Álcoois monohídricos acíclicos	IV/VI	-89.727	630.143	-184.487	494.513	-102.553	747.889

(Continua)

Madeira de coníferas, serrada ou fendida longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm	IX	319.343	285.528	-5.884	2.525.149	3.519	3.127.655
Madeira compensada, madeira folheada e madeiras estratificadas semelhantes	IX	4.468.030	3.376.757	-3.158	21.611	-6.491	7.856.750
Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado	V	-537.886	478.085	-1.372.499	-92.460	-97.288	-1.622.049
Minério de ferro aglomerado (<i>sinters, pellets, briquetes, etc</i>)	V	-251.216	-250.237	-473.953	-119.240	-196.860	-1.291.506
Minérios de metais preciosos e seus concentrados	V	-320	0	-604	-152	-251	-1.327
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, <i>cruds</i>	V	-912.066	-57.495	-1.720.739	-432.913	-714.723	-3.837.936
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações n.e.p., contendo, em peso, 70% ou mais de óleos de petróleo ou de óleos minerais betuminosos, estes devem constituir o seu elemento de base, com exceção dos óleos usados	V	-163.881	650.196	-12.701	4.129.793	-304.820	4.298.588
Alumina (óxido de alumínio), exceto o corindo artificial	VI	-96.076	-591.365	945.979	-56.833	61.763	263.468
Borracha natural (exceto látex)	VII	-174	-978	-329	-83	-137	-1.700
Celulose e seus derivados químicos, n.e.p.	VII	-5.000	17.486	4.830	-2.150	-3.550	11.617
Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, curtidos ou em crosta ou não preparados após curtimento ou após secagem, depilados, mesmo divididos	VIII	101.708	227.006	-189.701	286.494	749.951	1.175.459
Pastas químicas de madeira, para dissolução	X	1.831	-406	-12.344	-34	-57	-11.010
Pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução	X	346.938	-283.938	-169.729	-97.184	101.234	-102.678
Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, cartões e papéis perfurados e não-perfurados, em rolos ou em folhas (exceto papel dos itens 641,1 ou 641,63); papel feito à mão e cartão	X	-10.715	13.898	32.987	-15.128	-55.967	-34.926
Papel, cartão, estofado de celulose e mantas de fibras de celulose, revestidos, impregnados, recobertos, coloridos à superfície, decorados à superfície ou impressos, não constituindo material impresso dentro do grupo 892, em rolos ou em folhas, n.e.p.	X	-11.676	172.448	-27.328	-5.542	-9.149	118.753
Algodão (exceto fios), não cardado nem penteado	XI	-51.753	-290.451	-97.479	-24.565	-40.555	-504.803
Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados)	XIV	-20.500	261.098	-54.356	-7.047	-44.100	135.095
Ferro gusa e <i>spiegel</i> , em lingotes, linguados ou outras formas primárias	XV	43.516	-414.306	-242.791	-71.810	275.582	-409.808
Outros ferro-ligas (excluindo as ferro-ligas radioativas)	XV	-102.628	87.506	-268.721	2.903	-77.272	-358.211

(Continuação)

(Conclusão)

Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, menos de 0,25% de carbono	XV	-31.182	-11.324	3.172.177	-14.800	-24.435	3.090.436
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, 0,25% ou mais de carbono	XV	-16.256	30.130	-8.442	-11.312	-18.676	-24.556
Produtos semi-acabados de aço de liga	XV	-33.675	1.989	-67.614	-15.984	-26.389	-141.672
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos, sem mais trabalho além laminados a quente	XV	-17.610	-953	177.344	808.379	-13.800	953.360
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, revestidos de zinco	XV	-26.212	-16.445	503.984	37.447	-20.541	478.233
Barras, laminados a quente, em rolos irregulares, de ferro ou aço	XV	-20.941	18.730	-66.983	-19.010	-31.385	-119.590
Barras de ferro ou aço não ligado, sem mais trabalho a quente, laminados, estirados ou extrudados a quente, incluídas as com torção após laminagem	XV	-20.126	26.882	-38.046	-18.159	-20.727	-70.176
Tubos e perfis ocos, de ferro ou aço	XV	-26.552	14	270.380	-8.522	-20.733	214.587
Cobre refinado e não refinado; ânodos de cobre para refinação eletrolítica; ligas de cobre, em formas brutas	XV	1.286	-342.074	-76.418	-28.773	-47.504	-493.483
Alumínio e ligas de alumínio em formas brutas	XV	-58.004	1.234.556	-197.745	-49.750	12.312	941.369
Alumínio e ligas de alumínio, trabalhadas	XV	40.057	-17.591	91.166	-22.159	8.490.277	8.581.751
Obras diversas de metais comuns	XV	263.606	26.061	-23.730	-2.336	-7.810	255.792
Total		3.115.519	261.801.301	-3.022.908	11.740.792	20.690.849	294.325.552

¹ Não especificados nem compreendidos noutras posições, em formas primárias; ² Produtos de origem animal comestíveis carnes, pescados, lácteos, ovos, mel e seus derivados, envoltórios naturais e pratos prontos - que contenham como ingrediente produto de origem animal.

Fonte: Elaborado com base em dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2019).

Quadro 4.12 - Resultado do Indutor de Expansão Regional por Diferenciação (IERD) de valor das exportações, em milhões de US\$, dos 52 itens, para as regiões brasileiras, de 2007-2017

Descrição	Seção	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Total
Matérias de origem animal n.e.p. ¹	I	400.592	-113.122	65.926	1.673	1.754	356.824
Carne de gado bovino fresca ou refrigerada	I	-65.230	-217.065	-22.486	22.025	1.693.517	1.410.760
Carne de gado bovino congelada	I	6.232.247.732.813	-950.449	246.415	76.268	339.643	6.232.247.444.690
Carne de suínos fresca, resfriada ou congelada	I	-139.596	-440.552	-206	28.725	-123.262	-674.891

Continua

Despojos ² comestíveis de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos e asininos, frescos, refrigerados ou congelados	I	72.393.155.282	-128.083	13.306	8.333	40.343	72.393.089.181
Carne n.e.p. e despojos comestíveis de carne exceto suínos, salgados, em salmoura, secos ou defumados; farinhas comestíveis de carne ou despojos de carne	I	-33.713	-133.683	9.078	10.129	974.560.348	974.412.160
Carne n.e.p. e despojos comestíveis de aves do subgrupo 001.4, fresca, resfriada ou congelada	I	-139.910	-1.535.506	95.432	-118.826	1.979.990.805.86 2	1.979.989.107.05 3
Soja	II	384.922	12.617.811	254.533	-577.655	1.458.046	14.137.657
Milho (exceto milho doce), não moído, Outros.	II	6.865.940.911.04 6	-1.696.289	149.130	-3.621	37.824.426.745	6.903.763.787.01 2
Café não torrado, mesmo descafeinado	II	-258.355	-556.515	-96.858	-297.329	-352.434	-1.561.490
Óleo de soja e respectivas frações	III	-96.218	-527.738	30.545	-12.789	1.596.056	989.856
Suco de laranja	IV	-66.887	-35.626	1.321.880	-202.800	5.506.312.078	5.507.328.646
Açúcares, beterraba ou cana, em bruto, no estado sólido, sem adição de aromatizantes ou de corantes	IV	-534.444	-522.301	23.332.834	4.276.232	891.057.992	917.610.313
Outros açúcares de beterraba ou cana-de-açúcar e sacarose quimicamente pura, no estado sólido	IV	-144.751	11.376	7.951.378.747	227.748	1.670.128.416.75 6	1.678.079.889.87 6
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	IV	-107	-718	-306	-302	4.803	3.369
Pasta de cacau, mesmo desengordurada	IV	1.552	9.928	1.728	-2.755	-2.219	8.233
Manteiga de cacau, gordura e óleo	IV	756	-12.464	-2.169	-18.359	350.978	318.742
Cascas, películas e outros desperdícios de cacau	IV	67	427	74	-16	-13	538
Cacau em pó, com adição de açúcar ou de outros edulcorantes	IV	979.538	277	-49	-51	-41	979.675
Outras preparações alimentícias contendo cacau, em blocos ou em barras com peso superior a 2 kg, ou no estado líquido, em pasta, em pó, grânulos ou formas semelhantes, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo superior a 2 kg.	IV	326.240	-89	352.984	-96	-254	678.785
Álcoois monohídricos acíclicos	IV/VI	-67.753	101.227	-3.078	31.878	13.156.315.383	13.156.377.657
Madeira de coníferas, serrada ou fendida longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm	IX	-42.066	-241.379	13.526	-44.932	-37.145	-351.996
Madeira compensada, madeira folheada e madeiras estratificadas semelhantes	IX	-59.094	-322.106	58.032	-63.827	-47.790	-434.785
Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado	V	-1.593.113	-2.115.589	-1.020.125	-335.386	606.761	-4.457.452
Minério de ferro aglomerado (<i>sinters</i> , <i>pellets</i> , briquetes, etc)	V	-236.990	583.988	-263.884	-259.874	-209.260	-386.020

Continuação

Minérios de metais preciosos e seus concentrados	V	211	1.349	235	231	-170	1.855
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, <i>cruds</i>	V	-1.546.377	-4.462.583	73.971.599	-1.695.699	-1.365.438	64.901.503
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações n.e.p., contendo, em peso, 70% ou mais de óleos de petróleo ou de óleos minerais betuminosos, estes devem constituir o seu elemento de base, com exceção dos óleos usados	V	218.457	-326.936	-126.194	31.518.982	-137.008	31.147.301
Alumina (óxido de alumínio), exceto o corindo artificial	VI	753.153	-820.008	18.637	-274.891	-90.931	-414.040
Borracha natural (exceto látex)	VII	-309	-1.978	-344	-339	8.030	5.060
Celulose e seus derivados químicos, n.e.p.	VII	-8.994	9.983	18.813	547.363	-7.965	559.201
Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, curtidos ou em crosta ou não preparados após curtimento ou após secagem, depilados, mesmo divididos	VIII	6.838	-511.743	76.793	97.644	-8.220	-338.687
Pastas químicas de madeira, para dissolução	X	-14.793	-217.678	-37.885	-43.983	833.864.905.759	833.864.591.420
Pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução	X	86.253	-1.816.722	1.613.970	323.360.518.546.544	-498.561	323.360.517.931.484
Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, cartões e papéis perfurados e não-perfurados, em rolos ou em folhas (exceto papel dos ítems 641,1 ou 641,63); papel feito à mão e cartão	X	-44.935	21.805	106.232	2.709.199.711.115	-890	2.709.199.793.327
Papel, cartão, estofado de celulose e mantas de fibras de celulose, revestidos, impregnados, recobertos, coloridos à superfície, decorados à superfície ou impressos, não constituindo material impresso dentro do grupo 892, em rolos ou em folhas, n.e.p.	X	-31.828	-85.354	1.176.359	34.156.776	3.369.074	38.585.027
Algodão (exceto fios), não cardado nem penteado	XI	-20.654	-68.439	-90.383	11.254	23.481.055.969	23.480.887.748
Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados)	XIV	-72.407	-1.225.729	1.412.896.949.349	147.908	72.301	1.412.895.871.423
Ferro gusa e <i>spiegel</i> , em lingotes, linguados ou outras formas primárias	XV	-16.238	393.082	279.789	3.061.650	-64.376	3.653.907
Outros ferro-ligas (excluindo as ferro-ligas radioativas)	XV	75.909	-369.415	-171.471	188.070	28.575.874.481.716	28.575.874.204.809
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, menos de 0,25% de carbono	XV	32.724.026	-785.426	-274.677	-302.639	-243.696	31.117.588
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, 0,25% ou mais de carbono	XV	-6.483	13.992	-15.419	-33.961	-27.347	-69.219
Produtos semi-acabados de aço de liga	XV	-89.754	-358.329	-62.365	-98.420	-79.252	-688.119

Continuação

Conclusão

Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos, sem mais trabalho além laminados a quente	XV	-88.744	363	46.597	-67.071	907.593.265	907.484.410
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, revestidos de zinco	XV	-35.407	-4.349	5.735	2.279.654	96.016.284	98.261.916
Barras, laminados a quente, em rolos irregulares, de ferro ou aço	XV	-29.616	106.792	18.218	-32.476	166.190.161	166.253.081
Barras de ferro ou aço não ligado, sem mais trabalho a quente, laminados, estirados ou extrudados a quente, incluídas as com torção após laminagem	XV	121.474	-53.001	62.611	-1.261	1.445.936	1.575.759
Tubos e perfis ocos, de ferro ou aço	XV	1.600	-111.904	-36.473	12.225.124	407.459	12.485.807
Cobre refinado e não refinado; ânodos de cobre para refinação eletrolítica; ligas de cobre, em formas brutas	XV	-3.038	228.232	39.722	-31.658	-25.492	207.767
Alumínio e ligas de alumínio em formas brutas	XV	-38.667	1.076.702	146.874	-42.400	29.085	1.171.594
Alumínio e ligas de alumínio, trabalhadas	XV	-12.832	-2.993	63.631	2.718.886	-29.949	2.736.742
Obras diversas de metais comuns	XV	-95.858	308.979	529.881	-101.798	-80.363	560.841

¹ Não especificados nem compreendidos noutras posições, em formas primárias; ² Produtos de origem animal comestíveis cárneos, pescados, lácteos, ovos, mel e seus derivados, envoltórios naturais e pratos prontos - que contenham como ingrediente produto de origem animal.

Fonte: Elaborado com base em dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2019).

4.4.1.5 Indutor de Expansão por Alocação das Exportações

A análise dos sinais realizada para o resultado do Indutor de Expansão por Alocação (IEA), para o primeiro período de comparação temporal, 1997 e 2007, apontou a região Norte como a de maior número de itens com valores positivos (em expansão), 41 do total de 52. Na sequência tem a região Centro-Oeste (38), a região Sul (29), Nordeste (28) e Sudeste (21). Os itens com maior abrangência entre as regiões, foram aqueles que compõe a seção “Metais comuns e suas obras”, principalmente na região Norte, que obteve 13 itens dessa seção com valores positivos, juntamente com a região Centro-Oeste com 12 (Quadros 4.4 e 4.13).

No segundo período, 2007 e 2017, a análise dos sinais do IEA apontaram a região Centro-Oeste como a de maior número de itens em expansão 32, seguidos da região Sudeste (27), Nordeste e Norte, 26, e Sul (24). Os itens da seção de “Metais comuns e suas obras” novamente apresentou maior abrangência na maioria das regiões, contudo, a região Sudeste apresentou maior número de itens com valor positivo na seção “Animais vivos e produtos do reino animal”, 7 produtos (Quadros 4.4 e 4.14).

Este instrumento analítico possibilita caracterizar e especificar o padrão de reprodução como especializado em itens primários ou com baixa e média intensidade tecnológica. Sendo assim, o quadro 5.5, que se segue, apresenta os itens que apontaram Vantagem por Dinamismo Especializado, conforme especificado no Quadro 4.4, para as cinco regiões do país, no período de 1997 a 2007.

A região Nordeste do Brasil, indicou VDE, apenas para seis dos 52 itens analisados nesse período, apontando especialização para produtos proveniente da indústria de celulose; dois itens do âmbito da mineração (seção de metais comuns e suas obras); além de duas *commodities* provenientes da atividade cacaueteira. De modo geral, a região Sudeste, apontou especialização de itens provenientes de atividades semelhantes das da região Nordeste, no entanto, de forma muito mais diversificada, apresentando vantagem por dinamismo especializado em 13 itens dos 52 analisados (Quadro 4.13).

Com relação a Região Centro-Oeste do país, dos 52 itens, 7 apresentaram VDE, principalmente para produtos oriundos de atividades voltadas para produção de grãos (soja e milho), pecuária e mineração. A região Sul, para carne e cacau em pó e a região Norte para itens provenientes da atividade de mineração (Quadro 4.13).

Quadro 4.13 – Análise do Indutor de Expansão por Alocação (IEA), por valor de exportação, em milhões de US\$, para itens com Vantagem por Dinamismo especializado (VDE), das regiões brasileiras, de 1997 a 2007

Descrição	Grau de Especialização (GE)	Indicador de Dinamismo (ID)	Indutor de Expansão por Alocação (IEA)
Pastas químicas de madeira, para dissolução	42.861,04	0,28	12.126,61
Pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução	10.061,48	3,58	35.980,59
Ferro gusa e <i>spiegel</i> , em lingotes, linguados ou outras formas primárias	57.066,88	1,11	63.105,57
Cobre refinado e não refinado; ânodos de cobre para refinação eletrolítica; ligas de cobre, em formas brutas	75.092,87	0,15	11.006,53
Pasta de cacau, mesmo desengordurada	18.820,54	0,03	629,11
Cascas, películas e outros desperdícios de cacau	34,38	7,50	257,93
Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado	36.866,46	0,45	16.532,06
Minérios de metais preciosos e seus concentrados	472,95	0,0000101	0,00
Celulose e seus deriva dos químicos, n.e.p.	1.434,02	0,86	1.232,34
Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, cartões e papéis perfurados e não-perfurados, em rolos ou em folhas (exceto papel dos itens 641,1 ou 641,63); papel feito à mão e cartão	84.433,15	0,06	5.286,95
Outros ferro-ligas (excluindo as ferro-ligas radioativas)	81.668,66	0,33	26.985,80
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, 0,25% ou mais de carbono	6.696,25	0,94	6.306,49
Produtos semi-acabados de aço de liga	10.547,81	0,14	1.434,06
Barras, laminados a quente, em rolos irregulares, de ferro ou aço	27.950,17	0,34	9.578,01
Barras de ferro ou aço não ligado, sem mais trabalho a quente, laminados, estirados ou extrudados a quente, incluídas as com torção após laminação	26.811,34	0,41	10.875,96
Tubos e perfis ocios, de ferro ou aço	36.918,22	0,00028	10,29
Outros açúcares de beterraba ou cana-de-açúcar e sacarose quimicamente pura, no estado sólido	154.481,59	0,25	38.044,79
Café não torrado, mesmo descafeinado	983.361,18	0,01	12.181,84
Outras preparações alimentícias contendo cacau, em blocos ou em barras com peso superior a 2 kg, ou no estado líquido, em pasta, em pó, grânulos ou formas semelhantes, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo superior a 2 kg.	1.740,01	0,00373	6,50
Carne e despojos comestíveis de carne exceto suínos, salgados, em salmoura, secos ou defumados; farinhas comestíveis de carne ou despojos de carne	7,72	453,48	3.500,07
Cacau em pó, com adição de açúcar ou de outros edulcorantes	13,38	4,42	59,13
Soja	532.383,85	2,01	1.072.071,63
Matérias de origem animal n.e.p.	5.163,35	3,49	17.995,75
Óleo de soja e respectivas frações	40.240,61	3,50	140.743,12

(Continua)

(Conclusão)

Outros ferro-ligas (excluindo as ferro-ligas radioativas)	36.343,91	0,13	4.710,70
Carne de gado bovino fresca ou refrigerada	5.996,45	26,56	159.264,75
Carne de gado bovino congelada	21.542,96	18,72	403.235,16
Milho (exceto milho doce), não moído, Outros	4.574,99	118,74	543.237,19
Alumina (óxido de alumínio), exceto o corindo artificial	54.918,91	6,58	361.108,42
Ferro gusa e <i>spiegel</i> , em lingotes, linguados ou outras formas primárias	9.049,99	8,94	80.875,53
Alumínio e ligas de alumínio em formas brutas	460.851,98	0,13	61.513,77

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 4.14, apresenta o resultado da análise do IEA, em relação aos itens que apontaram vantagem por dinamismo especializado nas cinco regiões do país, no período de 2007 a 2017. As regiões Sul (11) e Sudeste (10) foram aquelas pelas quais foram identificados mais itens com essa característica. A região Nordeste além dos itens provenientes da indústria de celulose e da atividade cacaueteira que já apresentava VDE, no primeiro período, passou a incluir óleo de petróleo ou de minerais betuminosos, Alumina, bem como Couros e peles. Este último setor apontou vantagem por dinamismo especializado em outras duas regiões: Sul e Centro-Oeste.

No caso dos itens da Região Sul, ainda que todas as regiões tenham apresentado valor positivo do IET para a soja, apenas esta região apresentou VDE para esse produto. Além desse setor, esta região apresentou VDE para itens provenientes da atividade pecuarista, extrativa de madeira, bem como produtos oriundos de outros animais. Já a região Centro-Oeste que no primeiro período apontou VDE para itens como soja e milho, deixou de apresentar esse comportamento no período de 2007 a 2017, agregado uma maior diversidade de produtos do reino animal, principalmente, de origem da pecuária, além, do algodão, do ouro não monetário e outros ferros-liga. (Quadros 4.13 e 4.14).

A região Norte, que no primeiro período apontou VDE para itens da mineração, passou a apresentar vantagem de dinamismo especializado também para itens do reino animal, principalmente carne bovina. E, por fim, na comparação dos dois períodos, os dados calculados não apontaram vantagem especializada para o *café* na região Sudeste, cenário oposto ao período anterior, e em certa medida relevante, visto que está a região Sudeste possui tradição nesta cultura específica (Quadros 4.13 e 4.14).

Quadro 4.14 – Análise do Indutor de Expansão por Alocação (IEA), por valor de exportação, em milhões de US\$, para itens com Vantagem por Dinamismo Especializado (VDE), das regiões brasileiras, de 2007 a 2017

Descrição	Grau de Especialização (GE)	Indicador de Dinamismo (ID)	Indutor de Expansão por Alocação (IEA)
Pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução	435.315,83	0,31	133.780,84
Alumina (óxido de alumínio), exceto o corindo artificial	30.469,68	6,15	187.314,87
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações n.e.p., contendo, em peso, 70% ou mais de óleos de petróleo ou de óleos minerais betuminosos, estes devem constituir o seu elemento de base, com exceção dos óleos usados	492.947,64	0,56	276.704,18
Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, curtidos ou em crosta ou não preparados após curtimento ou após secagem, depilados, mesmo divididos	68.866,73	0,04	2.450,71
Pasta de cacau, mesmo desengordurada	36.445,93	0,38	13.914,40
Manteiga de cacau, gordura e óleo	130.708,88	0,05	6.680,12
Cascas, películas e outros desperdícios de cacau	697,39	0,82	571,96
Minério de ferro aglomerado (<i>sinters, pellets, briquetes, etc</i>)	908.573,62	0,28	252.642,83
Minérios de metais preciosos e seus concentrados	1.652,86	0,52	862,97
Álcoois monohídricos acíclicos	255.754,29	0,12	31.033,25
Celulose e seus derivados químicos, n.e.p.	19.186,30	0,21	3.946,95
Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, cartões e papéis perfurados e não-perfurados, em rolos ou em folhas (exceto papel dos itens 641,1 ou 641,63); papel feito à mão e cartão	147.517,97	0,05	7.568,83
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, 0,25% ou mais de carbono	61.143,68	0,08	4.868,20
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos, sem mais trabalho além laminados a quente	294.483,25	0,001	230,31

(Continua)

Barras, laminados a quente, em rolos irregulares, de ferro ou aço	154.370,55	0,36	55.644,66
Obras diversas de metais comuns	5.413,74	4,11	22.228,04
Outros açúcares de beterraba ou cana-de-açúcar e sacarose quimicamente pura, no estado sólido	486.364,59	0,01	4.688,01
Soja	1.306.906,25	0,43	555.734,66
Madeira de coníferas, serrada ou fendida longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm	95.232,33	0,88	83.578,61
Matérias de origem animal n.e.p.	4.595,85	2,52	11.562,17
Óleo de soja e respectivas frações	415.198,06	0,29	119.262,35
Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, curtidos ou em crosta ou não preparados após curtimento ou após secagem, depilados, mesmo divididos	327.916,82	0,36	117.703,43
Madeira compensada, madeira folheada e madeiras estratificadas semelhantes	119.869,20	1,87	224.388,58
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, revestidos de zinco	2.769,63	0,20	559,01
Carne de suínos fresca, resfriada ou congelada	830.240,64	0,00	-1.460,92
Carn.e.p. e despojos comestíveis de aves do subgrupo 001.4, fresca, resfriada ou congelada	1.797.667,95	0,28	504.761,26
Despojos comestíveis de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos e asininos, fescos, resfriados ou congelados	10.645,22	0,91	9.694,19
Carn.e.p. e despojos comestíveis de carne exceto suínos, salgados, em salmoura, secos ou defumados; farinhas comestíveis de carne ou despojos de carne	156.790,17	0,30	46.490,49
Algodão (exceto fios), não cardado nem penteado	283.050,18	0,21	60.329,84
Matérias de origem animal n.e.p.	35.055,60	0,06	2.272,44
Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, curtidos ou em crosta ou não preparados após curtimento ou após secagem, depilados, mesmo divididos	101.225,41	0,46	46.912,31
Outros ferro-ligas (excluindo as ferro-ligas radioativas)	40.414,19	1,26	51.116,59

(Continuação)

(Conclusão)

Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados)	20.113,09	1,79	36.052,63
Carne de gado bovino fresca ou refrigerada	274.676,65	0,27	74.464,20
Carne de gado bovino congelada	779.400,12	0,27	212.032,69
Despojos comestíveis de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos e asininos, frescos, refrigerados ou congelados	24.847,04	0,58	14.388,75
Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado	1.713.514,37	1,02	1.739.357,96
Matérias de origem animal n.e.p.	2.422,12	0,08	204,44
Alumínio e ligas de alumínio em formas brutas	936.671,44	0,16	149.077,48
Carne de gado bovino congelada	37.499,25	1,50	56.418,20
Despojos comestíveis de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos e asininos, frescos, refrigerados ou congelados	473,43	3,48	1.648,45

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme a perspectiva geral da análise, de alguma maneira, o IEA dos itens pesquisados indicou convergência com o caráter primário exportador de especialização produtiva do atual padrão capitalista de reprodução. No entanto, compreende-se como válido, o esforço, ainda que com limitações, de realizar uma análise do mesmo tipo para área plantada por hectare, de culturas e atividades afins dos itens analisados para valor de exportação, com intuito de ilustrar a intensificação do fator terra na dinâmica de reprodução no espaço, relacionado esses aspectos a dinâmica de conflitos.

4.4.2 Área Plantada

Nesse tópico, serão apresentados a mesma análise do método estrutural-diferencial realizada para o valor das exportações, porém, utilizando como variável base, área plantada por hectare das culturas e atividades relacionadas com os 52 itens indicados para análise das exportações. No entanto, o escopo de interpretação analítico possui limitações, visto que estes itens serão representados por somente 11 elementos, sendo que a atividade de mineração não poderá ser comparada em dois intervalos de tempo, considerando que os dados obtidos não contemplavam o ano de 2017, de modo que se optou por incluí-lo apenas no primeiro período (1997 a 2007).

Os indutores foram calculados seguindo a mesma lógica metodológica utilizada na seção anterior, baseada em Esteban-Marquillas (1972) e na conduta analítica de Wanderley (2018) para interpretação dos indicadores.

4.4.2.1 Indutor de Expansão Total da área total (IET)

No primeiro período da análise, 1997 e 2007, os resultados do indutor de Expansão Total apontou um avanço nos hectares de área plantada em maior número de culturas e atividades para as regiões Norte e Nordeste, 7, ambas. As demais regiões apresentaram valores positivos para seis culturas/atividades. Dessas culturas/atividades as que expandiram em todas as regiões foram: Soja, Borracha Natural e Mineração. A cana de açúcar somente não apresentou valor positivo para região Nordeste e o Café apenas no Sul. Em termos de retração, destaca-se, a Floresta Plantada apresentou redução de área plantada em todas as regiões nesse período (Quadro 4.15).

O quadro 4.15 contém o resultado obtido para o IET de todas as 11 atividades nos dois intervalos propostos para análise, nas cinco regiões. No caso da mineração, na qual a análise só acontece no primeiro intervalo, todas as regiões apresentaram IET positivo, contudo, a região com maior valor foi o Centro-Oeste, indicando uma expansão das áreas destinadas a essa atividade nessa região, maior do que em outras regiões, seguida da região Nordeste, Norte, Sul e Sudeste, respectivamente.

Outras duas culturas apresentaram IET positivo em todas as regiões, no primeiro intervalo: a soja e a borracha natural. No caso da primeira, a região com maior valor foi a região Centro-Oeste, que dentre todos os onze itens analisados, foi a de maior valor do IET, nesta região. E no caso da segunda cultura, borracha natural, foi a região Sudeste. Esta região, entre 1997 e 2007, obteve um efeito total maior para a cultura da cana-de-açúcar, soja e café (Quadro 4.15).

As regiões Norte e Nordeste nesse período, se destacaram pelo valor do efeito total nas atividades de pecuária e soja, respectivamente. Do mesmo modo que a região Sul do país, que, no entanto, apresentou valor maior para soja (Quadro 4.15).

Quadro 4.15 – Indutor de Expansão Total (IET), por milhões de hectare, das regiões brasileiras, de 1997 a 2007 e de 2007 a 2017

Atividades	1997 a 2007					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Cana-de-açúcar	14,30	-66,23	1.651,42	247,98	357,74	2.205,20
Milho (em grão)	-23,66	353,82	-343,96	-74,72	1.273,85	1.185,33
Soja (em grão)	419,33	870,63	293,13	2.599,81	4.880,38	9.063,27
Algodão arbóreo (em caroço)	0,00	-13,32	0,00	0,00	0,00	-13,32
Borracha (látex coagulado)	1,24	12,25	21,83	0,42	10,78	46,52
Cacau (em amêndoa)	36,52	-65,99	0,22	0,00	-1,69	-30,93
Café (em grão) Total	58,56	55,84	191,14	-30,33	4,27	279,48
Laranja	-2,33	13,52	-182,22	5,55	-1,37	-166,85
Pecuária	5.523,90	4.289,00	-1.154,09	1.429,82	-2.220,32	7.868,31
Floresta Plantada	-4.249,29	-242,71	-199,44	-12,53	-2.753,87	-7.457,83
Mineração	7,87	14,15	0,62	6,14	15,20	43,97
Total	1.786,45	5.220,96	278,64	4.172,15	1.564,97	13.023,17
2007 a 2017						
Cana-de-açúcar	34,41	-249,14	2.110,18	76,04	1.174,92	3.146,41
Milho (em grão)	219,61	-307,14	-295,13	-819,19	4.930,69	3.728,85
Soja (em grão)	1.205,48	1.641,24	1.127,62	3.163,22	6.295,41	13.432,97
Algodão arbóreo (em caroço)	0,00	-0,85	0,00	0,00	0,00	-0,85
Borracha (látex coagulado)	-3,00	-6,07	35,93	0,12	6,92	33,90
Cacau (em amêndoa)	41,78	-137,72	1,79	0,00	0,34	-93,80
Café (em grão) Total	-106,96	-43,85	-261,79	-57,22	-4,76	-474,57
Laranja	5,73	-12,22	-172,62	-3,97	0,71	-182,36
Pecuária	8.059,13	-600,22	1.316,77	-2.197,47	-4.647,49	1.930,72
Floresta Plantada	218,34	326,82	2.607,17	1.158,64	1.324,36	5.635,34
Total	9.674,52	610,87	6.469,93	1.320,17	9.081,11	27.156,60

Fonte: Elaborado pela autora.

No caso, do segundo período, em termos expansão (sinal positivo do efeito total), novamente o Norte se destacou com 7 culturas/atividade em expansão, juntamente com o Centro-Oeste. Em seguida, na sequência foram a região Sudeste (6), Sul (4) e Nordeste (2). As culturas/atividade que expandiram suas áreas em todas as regiões foram: Soja e Floresta Plantada.

Na análise do segundo período, as atividades que apresentaram IET positiva em todas as regiões brasileiras são: novamente, a soja, e floresta plantada (para fins econômicos), que no primeiro período havia indicado valor negativo em todas as regiões. No caso específico da soja, a região Centro-Oeste, mais uma vez foi a com maior valor do IET, seguida, respectivamente, pelas regiões Sul, Nordeste, Sudeste e Norte (Quadro 4.15).

A região Norte, apresentou maior IET, principalmente, para pecuária e soja, já a região Nordeste só apresentou efeito total positivo para floresta plantada e soja. No caso da região Sudeste o IET foi maior para floresta plantada, cana-de-açúcar, pecuária e soja. Já a região Sul, soja e floresta plantada (Quadro 4.15).

Comparando o resultado dessa variável, com o resultado obtido para os dados de valor de exportação, é possível identificar que a expansão nas exportações, ocorre via ampliação da área plantada, principalmente para o caso da soja nas regiões Centro-Oeste e Sul, a cana-de-açúcar na região Sudeste e a pecuária na região Norte, que se destacou nos itens relacionados a carne de gado bovino. Tal resultado, ocorre não especificamente por conta do tipo de tecnologia utilizada (mesmo porque esta análise não se relacionou com níveis de intensidade tecnológica), mas, muito mais por conta das características dessas culturas e atividades, que no geral são intensivas no uso do fator terra.

4.4.2.2 Indutor de Expansão Global da área plantada (IEG)

A análise dos sinais do Indutor de Expansão Global, para hectares de área plantada (e/ou de uso), no primeiro período, 1997 e 2007, indicou valores positivos para todas as culturas/atividades na região Nordeste do país. A região Sul, somente não apresentou expansão para as culturas do algodão e cacau. O algodão também não apresentou valor positivo para as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste. No segundo período, prevaleceu o mesmo comportamento em termos de estudo do sinal. Essa mesma análise para a segunda comparação temporal, 2007 e 2017(Quadro 4.16).

A partir da análise do quadro 4.16 foi possível identificar conexões que demonstram integrações verticais, ou seja, a integração com uma dinâmica nacional demonstra que no âmbito local existe uma tendência de adesão ao padrão de reprodução capitalista nacional. Como a taxa de crescimento da variável hectares de área plantada (e/ou em uso) para o conjunto de todas as culturas/atividades analisadas foi positiva em ambas comparações temporais realizadas o IEG apresentou valores positivos na maioria das vezes, ou igual a zero, de modo que a comparação com o IET para analisar o tipo de expansão apontou apenas comportamentos de **hegemonia expansionista do nacional sobre o local e/ou autonomia local retracionista**.

Os resultados encontrados, apresentados no quadro 4.16, indicam que no primeiro período havia integração em todas as regiões do país, para soja, borracha e mineração e nenhuma integração, em nenhuma das regiões, para algodão arbóreo e floresta plantada. As regiões Norte e Nordeste foram as que indicaram maior número de atividades com integração com um padrão nacional.

Quadro 4. 16 – Culturas e Atividades integradas por homogeneização expansionista nacional, a partir do IEG, por região brasileira, de 1997 a 2007 e 2007 a 2017

1997-2007						
DESCRIÇÃO	COMBINAÇÃO	N	NE	SE	S	CO
Cana-de-açúcar	N/SE/S/CO					
Milho (em grão)	NE/CO					
Soja (em grão)	N/NE/SE/S/CO					
Algodão arbóreo (em caroço)	-					
Borracha (látex coagulado)	N/NE/SE/S/CO					
Cacau (em amêndoa)	N/SE					
Café (em grão) Total	N/NE/SE/CO					
Laranja	NE/S					
Pecuária	N/NE/S					
Floresta Plantada	-					
Mineração	N/NE/SE/S/CO					
2007-2017						
DESCRIÇÃO	COMBINAÇÃO	N	NE	SE	S	CO
Cana-de-açúcar	N/SE/S/CO					
Milho (em grão)	N/CO					
Soja (em grão)	N/NE/SE/S/CO					
Algodão arbóreo (em caroço)	-					
Borracha (látex coagulado)	SE/S/CO					
Cacau (em amêndoa)	N/SE/CO					
Café (em grão) Total	-					
Laranja	N/CO					
Pecuária	N/SE					
Floresta Plantada	N/NE/SE/S/CO					

*NE=Nordeste; SE=Sudeste; S= Sul; CO=Centro-Oeste; N=Norte;

Nota: HE=Integração homogenia expansionista (CINZA); ALR= Autonomia retracionista do Local (BRANCO).

Fonte: Elaborado pela autora.

Comparando os resultados nos dois períodos, pode-se destacar a mudança mais expressiva, no setor de floresta plantada, que no primeiro período não havia apontado nenhuma integração, no segundo intervalo passou a apresentar integrações em todas as regiões do país. Esse comportamento reforça a perspectiva de expansão extrativista integrada a partir de uma política nacional (Quadro 4.16).

A pecuária, que no primeiro período já havia demonstrado integrações nas regiões Norte, Nordeste e Sul, no segundo período, novamente indica integração no Norte e passa a incluir a região Sudeste. Outra cultura que se destaca no segundo período em relação ao primeiro, é o café, que apesar de ter assinalado integrações em quatro regiões, no segundo período, não apresentou nenhuma integração (Quadro 4.16).

4.4.2.3 Indutor de Expansão Estrutural da área plantada (IEE)

De modo geral, este indutor demonstra o potencial de crescimento de determinada cultura/atividade em relação ao conjunto das outras culturas/atividade nacionalmente. Dessa forma, as expansões podem ocorrer, em certa medida, num mesmo padrão para as mesmas culturas/atividade em regiões diferentes. De tal maneira que mudanças de comportamento em diferentes regiões ocorrerão conforme a dinâmica local. Contudo, dada a forte interrelação existente entre a produção primária frente ao comércio exterior, há uma tendência que esse padrão permaneça igual na maioria das regiões, obedecendo as valorizações ou desvalorizações internacionais na tomada de decisão de expansão ou retração de culturas ou atividades.

Com isso, o estudo do sinal do Indutor de Expansão Estrutural, para o primeiro período de comparação temporal, 1997 e 2007, todas as regiões indicaram expansão do indicador em 6 culturas e/ou atividades. Aquelas que predominaram em todas as regiões foram: soja, milho, mineração e borracha natural. Os que apontaram comportamento retracionista (ou seja, valor negativo) em todas as regiões analisadas foram: algodão e cacau (Quadro 4.17).

A mesma análise dos sinais, para o segundo período de comparação, 2007 e 2017, das 10 culturas e/ou atividades a grande maioria das regiões indicaram expansão desse indicador em 9 destas, apenas a região Sul, apresentou valor positivo para 8. As culturas e/ou atividades que prevaleceram o comportamento expansivo em todas as regiões foram: pecuária, soja, milho, café, laranja, borracha natural, cana-de-açúcar, floresta plantada. A cultura do algodão foi negativa para a região Sudeste e nula em todas as outras regiões, dando continuidade ao comportamento retracionista observado no primeiro período (Quadro 4.18).

No primeiro período, de 1997 a 2007, o setor que apontou maior IEE foi o milho (em grãos), na região Sul do país, que se destacou também pelo efeito do fator estrutural para floresta plantada. O segundo setor com maior valor do indutor de expansão estrutural foi a pecuária, na região Sudeste. Nessa região também se destacam as áreas para mineração e borracha natural. A soja, um dos principais produtos da política neoextrativista de desenvolvimento, nesse período, aponta um efeito estrutural maior na região Nordeste. A cana de açúcar, só apresentou valor positivo nessa região. Situação semelhante ao café em grãos, que também foi positiva apenas na região Nordeste. Durante esse período, três produtos indicaram efeito negativo ou nulo, para área plantada em todas as regiões do país, sendo esses a cultura da laranja, algodão (em caroço) e cacau (em amêndoas) (Quadro 4.17).

No segundo período, 2007-2017, a área por hectares utilizada para pecuária foi o de maior efeito estrutural, indicado na região Centro-Oeste, que também é a região com o segundo maior valor para o IEE, apontado para cultura da soja (em grãos). A região Sudeste apresentou maior efeito estrutural para as culturas da cana de açúcar, café, laranja e borracha. A região Sul novamente destacou-se pela cultura do milho (Quadro 4.18).

Quadro 4.17 - Indutor de Expansão Estrutural (IEE), por milhões de hectare, das regiões brasileiras, de 1997 a 2007.

Descrição	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Cana-de-açúcar	4,66	505,47	1.181,40	138,54	133,38	1.963,46
Milho (em grão)	24,03	111,62	112,55	211,31	90,69	550,20
Soja (em grão)	26,38	431,83	788,65	4.195,06	3.051,46	8.493,38
Algodão arbóreo (em caroço)	0,00	-14,02	0,00	0,00	0,00	-14,02
Borracha (látex coagulado)	2,16	12,72	17,48	0,09	10,52	42,97
Cacau (em amêndoa)	-6,21	-58,03	-1,92	0,00	-0,22	-66,38
Café (em grão) Total	11,05	10,81	144,96	11,52	2,06	180,40
Laranja	-4,47	-22,97	-175,75	-10,63	-1,98	-215,79
Pecuária	-459,16	-526,72	-427,88	-218,21	-1.092,83	-2.724,81
Floresta Plantada	-2.658,04	-1.202,92	-1.286,17	-1.322,28	-1.783,14	-8.252,53
Mineração	4,53	6,54	11,19	17,47	3,40	43,12
Total	-3.055,07	-745,66	364,50	3.022,88	413,35	-0,0000000009

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 4.18 - Indutor de Expansão Estrutural (IEE), por milhões de hectare, das regiões brasileiras, de 2007-2017

Descrição	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Cana-de-açúcar	8,94	411,40	1.585,68	204,73	238,22	2.448,97
Milho (em grão)	89,99	495,77	382,35	813,64	568,25	2.350,00
Soja (em grão)	252,38	807,32	755,17	4.594,09	4.999,51	11.408,47
Algodão arbóreo (em caroço)	0,00	-0,93	0,00	0,00	0,00	-0,93
Borracha (látex coagulado)	0,91	6,31	9,61	0,11	5,34	22,28
Cacau (em amêndoa)	-24,36	-131,77	-4,94	0,00	-0,15	-161,22
Café (em grão) Total	-55,51	-53,85	-551,44	-29,85	-8,33	-698,98
Laranja	-5,81	-38,04	-199,53	-17,37	-2,47	-263,22
Pecuária	-3.729,16	-4.094,19	-2.909,84	-1.665,03	-7.497,12	-19.895,35
Floresta Plantada	512,74	1.169,05	1.283,44	1.426,83	397,92	4.789,98
Total	-2.949,88	-1.428,94	350,51	5.327,14	-1.298,83	0,000000000025

Fonte: Elaborado pela autora.

4.4.2.4 Indutor de Expansão Regional por Diferenciação da área plantada (IERD)

O Indutor de Expansão Regional por Diferenciação (IERD) para variável hectares de área plantada (e/ou em uso) para o estudo dos sinais no primeiro período de comparação temporal, 1997 e 2007, apontou para um maior número de culturas e/ou atividades em expansão, com destaque para a região Norte, com 8 valores positivos, e as regiões Sul e Centro-Oeste com 7. A região Sudeste foi a única a apresentar mais valores negativos do que positivos para as culturas e/ou atividades (5 positivos e 6 negativos). Esse indicador, nesse período de comparação, não apontou nenhuma cultura/atividade que prevalecesse em todas as regiões, contudo, das cinco regiões, quatro apresentaram expansão para cana-de-açúcar e algodão e em pelo menos três observou-se valores positivos para as culturas/atividade de: soja, café, laranja, pecuária, cacau, floresta plantada e mineração (Quadro 4.19).

A análise dos sinais desse indicador, na segunda comparação temporal, 2007 e 2017, indicou as regiões Sudeste e Centro-Oeste como as de maior número de expansões, 8 culturas/atividades, seguida da região Norte com 7. As regiões Sul e Nordeste foram as que apresentaram mais valores em retração do que em expansão, 3 e 2, respectivamente. Também nesse período não houveram culturas e/ou atividades que prevalecessem em todas as regiões, no entanto, as que expandiram em pelo menos quatro das cinco regiões foram: cana-de-açúcar, algodão e cacau. Além dessas, a soja, apresentou valor positivo para Sudeste, Centro-Oeste e Norte, e a laranja, para as regiões Sul, Centro-Oeste e Norte (Quadro 4.20).

No primeiro período analisado, 1997 a 2007, na região Nordeste, a diferença entre as taxas de crescimento das amplitudes regional e nacional apontou avanço em relação as outras regiões do país, em quatro dos 11 itens, sendo estes, a área plantada ou uso de: floresta, café, laranja e mineração. Colaborando com o resultado encontrado para esse indicador com dados de valor de exportação, que destacou esta região em produtos de origem inerente a essas culturas, tais como a madeira compensada, pasta química de madeira, obras diversas de metais comuns e suco de laranja. Já no segundo período, na comparação com outras regiões, esta região se diferenciou apenas pela expansão na área plantada para cultura da borracha natural (Quadros 4.19 e 4.20).

A região Centro-Oeste, no primeiro período, indicou diferenciação regional, na expansão da área plantada por hectares nas culturas do milho, cana de açúcar e algodão. Contudo, no segundo período, de 2007-2017, esta região destacou-se pela expansão em 7 dos 10 itens

analisados (tendo em vista que a mineração só entrou no primeiro período), sendo estas: milho, floresta plantada, cana de açúcar, cacau, laranja, café e algodão. Tal resultado também colabora com o resultado encontrado para os dados de valor de exportação para o Centro-Oeste, que se destacou por produtos provenientes da floresta plantada (Quadro 4.20).

No caso da região Norte, as culturas da soja e a pecuária, apontaram os maiores efeitos regionais em comparação com as outras regiões, no período de 1997-2007, cenário que persistiu no segundo período, de 2007-2017, resultado semelhante aos de valor de exportação (Quadros 4.19 e 4.20)

O IERD no caso da região Sul do país, apontou maior valor de expansão em área plantada, dentre as regiões, para as culturas do cacau e borracha natural, no primeiro período da análise, apenas. E a região Sudeste, não apresentou expansão expressiva em nenhum dos períodos para os 11 itens, na comparação regional das taxas de crescimento de amplitude regional e nacional (Quadros 4.19 e 4.20).

De modo geral, os resultados encontrados para o indutor de expansão regional por diferenciação apresentaram características inerentes ao padrão de reprodução capitalista exportador intensivo no uso da terra.

Quadro 4.19 – Indutor de Expansão Regional por Diferenciação (IERD), por milhões de hectare, das regiões brasileiras, de 1997 a 2007

Descrição	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Cana-de-açúcar	610,49	-459,03	92,69	153,53	1.116,09	1.513,77
Milho (em grão)	-276,07	104,14	-492,61	-161,82	2.385,74	1.559,39
Soja (em grão)	20.133,57	1.502,55	-1.014,91	-445,58	1.648,42	21.824,05
Algodão arbóreo (em caroço)	4,39	0,00	4,72	3,22	10,02	22,36
Borracha (látex coagulado)	-3,48	-0,95	1,23	16,77	-0,91	12,65
Cacau (em amêndoa)	67,35	-8,31	6,65	87,58	-178,17	-24,90
Café (em grão) Total	108,18	121,66	-7,15	-88,50	34,34	168,52
Laranja	8,71	54,79	-9,78	32,78	6,55	93,05
Pecuária	3.982,27	2.669,25	-2.614,88	1.171,03	-4.887,76	319,93
Floresta Plantada	-916,77	1.079,82	1.061,60	865,41	-1.927,98	162,08
Mineração	4,96	9,19	-7,15	-3,38	54,30	57,92
Total	23.723,61	5.073,11	-2.979,59	1.631,04	-1.739,36	25.708,81

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 4.20 – Indutor de Expansão Regional por Diferenciação (IERD), por milhões de hectare, das regiões brasileiras, de 2007 a 2017

Descrição	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Cana-de-açúcar	996,27	-909,75	18,55	-283,71	3.154,14	2.975,51
Milho (em grão)	318,54	-1.018,85	-913,18	-773,03	5.883,76	3.497,24
Soja (em grão)	6.519,50	1.917,93	593,45	-707,45	329,34	8.652,78
Algodão arbóreo (em caroço)	0,27	0,00	0,28	0,21	0,60	1,36
Borracha (látex coagulado)	-17,00	-10,88	8,14	-1,18	-1,77	-22,69
Cacau (em amêndoa)	58,80	-14,68	25,10	98,78	162,79	330,79
Café (em grão) Total	-138,49	-18,59	23,52	-109,73	26,58	-216,71
Laranja	70,20	19,22	-7,47	15,50	91,00	188,46
Pecuária	6.520,38	-952,58	1.165,18	-3.575,18	-5.036,92	-1.879,12
Floresta Plantada	-570,91	-844,26	674,65	-221,41	3.639,54	2.677,60
Total	13.757,57	-1.832,42	1.588,22	-5.557,19	8.249,06	16.205,23

Fonte: Elaborado pela autora.

4.4.2.5 Indutor de Expansão por Alocação da área plantada (IEA)

Inicialmente realizou-se o estudo dos sinais do Indutor de Expansão por Alocação, para o primeiro período de comparação temporal, 1997 e 2007, pelo qual observou-se um número reduzido de culturas e/ou atividades com valores positivos nas regiões. De modo que a de maior número foi a região Sudeste com 4 valores positivos, seguida das regiões Norte e Centro-Oeste, 3, cada uma e as regiões Nordeste e Sul, 2, em ambas. A cultura da borracha natural prevaleceu nas regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste. E a pecuária nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste (Quadro 4.21).

Já no segundo período de comparação temporal, 2007 e 2017, o IEA apresentou um maior número de valores positivos nas regiões de modo geral, permanecendo pouco dinâmica na região Nordeste. Assim, a região Sudeste foi novamente a de maior número de culturas e/ou atividades com valores positivos para esse indicador, 5, do total de 10. Em sequência aparecem as regiões Norte e Centro-Oeste, ambas com 4 valores positivos. E por fim as regiões Nordeste e Sul com 2 valores apenas. As culturas/atividades que apresentaram valor positivo para pelo menos 3 das 5 regiões brasileiras foram: a borracha natural (Norte, Sudeste e Centro-Oeste); a cana-de-açúcar (Nordeste, Sudeste e Sul); e o café (Nordeste, Sudeste e Sul) (Quadro 4.22).

Seguindo a dinâmica analítica delineada, considera-se como destaque as atividades que apresentaram vantagem por dinamismo especializado, de acordo com nomenclatura estabelecida – de forma adaptativa -, para os dois diferentes intervalos de tempo, significando que a área plantada por hectare base (E_{ij}^0) é superior que ao à área plantada por hectare homotética (E_{ij}^H), sendo pois, a diferença positiva e a desigualdade da taxa de crescimento n_{ij} do setor (i) na região (j) e a taxa de crescimento do setor (i) a nível nacional é também positiva.

De tal maneira, o quadro 5.11 apresenta os resultados alcançados para o IEA no período de 1997 a 2007, nas cinco regiões do país, sinalizando que poucas atividades apontaram uma combinação de efeitos VDE. A região Norte e Nordeste, demonstraram vantagem por dinamismo especializado para pecuária, sendo que esta última, apresentou esse resultado para o milho. No caso da região Sudeste foi indicado vantagens para as culturas da cana-de-açúcar e a borracha natural. A região Sul para floresta plantada e a região Centro-Oeste não apresentou nenhum resultado com essa combinação (Quadro 4.21).

Quadro 4.21 - Análise do Indutor de Expansão por Alocação (IEA), por milhões de hectares de área plantada, dos produtos analisados, por regiões brasileiras, de 1997 a 2007⁶⁶

Descrição	Grau de Especialização (GE)	Indicador de Dinamismo (ID)	Indutor de Expansão por Alocação (IEA)	Combinação dos Efeitos*
Nordeste				
Cana-de-açúcar	346,75	-0,50	-174,91	DNDE
Milho (em grão)	211,24	0,04	9,20	VDE
Soja (em grão)	-1560,10	0,70	-1092,73	DDNE
Algodão arbóreo (em caroço)	11,52	0,00	0,00	-
Borracha (látex coagulado)	7,85	-0,07	-0,56	DNDE
Cacau (em amêndoa)	492,41	-0,06	-30,64	DNDE
Café (em grão) Total	-253,11	0,33	-82,56	DDNE
Laranja	-79,05	0,30	-23,51	DDNE
Pecuária	1475,35	0,07	98,76	VDE
Floresta Plantada	-652,26	0,36	-235,45	DDNE
Mineração	-0,60	2,87	-1,71	DDNE
Sudeste				
Cana-de-açúcar	2.098,43	0,11	231,88	VDE
Milho (em grão)	419,71	-0,22	-93,82	DNDE
Soja (em grão)	-908,87	-0,51	466,47	VNDNE
Algodão arbóreo (em caroço)	-2,43	1,94	-4,72	DDNE
Borracha (látex coagulado)	16,83	0,10	1,68	VDE
Cacau (em amêndoa)	-102,26	0,05	-5,53	DDNE
Café (em grão) Total	1.263,99	-0,02	-26,29	DNDE
Laranja	635,17	-0,06	-36,56	DNDE
Pecuária	-3.165,62	-0,07	225,20	VNDNE
Floresta Plantada	-256,44	0,38	-98,73	DDNE
Mineração	1,50	-2,42	-3,64	DNDE
Sul				
Cana-de-açúcar	-228,01	0,27	-61,15	DDNE
Milho (em grão)	3.421,65	-0,11	-368,13	DNDE
Soja (em grão)	4.334,56	-0,33	-1.431,15	DNDE
Algodão arbóreo (em caroço)	-1,66	1,94	-3,22	DDNE
Borracha (látex coagulado)	-8,24	2,00	-16,45	DDNE
Cacau (em amêndoa)	-83,96	1,04	-87,58	DDNE
Café (em grão) Total	-106,91	-0,38	40,33	VNDNE
Laranja	-67,24	0,28	-19,02	DDNE
Pecuária	-7.954,49	0,05	-371,33	DDNE
Floresta Plantada	689,37	0,46	317,01	VDE
Mineração	4,94	-1,68	-8,30	DNDE

Continua

⁶⁶Na análise do efeito alocação para a variável área plantada optou-se por apresentar a combinação de todos os efeitos, considerando que a quantidade de itens é inferior a número de itens referentes a análise do valor das exportações (52).

Conclusão

Centro-Oeste				
Cana-de-açúcar	-1.448,42	0,63	-908,16	DDNE
Milho (em grão)	-2.562,61	0,51	-1.307,28	DDNE
Soja (em grão)	-61,74	0,39	-24,25	DDNE
Algodão arbóreo (em caroço)	-5,17	1,94	-10,02	DDNE
Borracha (látex coagulado)	-8,58	-0,03	0,30	VNDNE
Cacau (em amêndoa)	-258,73	-0,68	176,59	VNDNE
Café (em grão) Total	-706,67	0,05	-33,26	DDNE
Laranja	-351,33	0,02	-6,39	DDNE
Pecuária	7.792,36	-0,06	-488,29	DNDE
Floresta Plantada	-2.384,20	-0,33	785,54	VNDNE
Mineração	-4,91	8,68	-42,56	DDNE
Norte				
Cana-de-açúcar	-768,75	0,78	-601,42	DDNE
Milho (em grão)	-1.489,99	-0,13	200,64	VNDNE
Soja (em grão)	-1.803,84	10,94	-19.742,39	DDNE
Algodão arbóreo (em caroço)	-2,26	1,94	-4,39	DDNE
Borracha (látex coagulado)	-7,85	-0,30	2,39	VNDNE
Cacau (em amêndoa)	-47,47	0,59	-27,94	DDNE
Café (em grão) Total	-197,30	0,34	-66,73	DDNE
Laranja	-137,54	0,06	-7,58	DDNE
Pecuária	1.852,39	0,12	215,73	VDE
Floresta Plantada	2.603,54	-0,36	-930,45	DNDE
Mineração	-0,94	1,81	-1,70	DDNE

*DNDE= Desvantagem por Não Dinamismo Especializado; VNDNE= Vantagem por Não Dinamismo Não Especializado; DDNE= Desvantagem por Dinamismo Não Especializado; VDE= Vantagem por Dinamismo Especializado.

Fonte: Elaborado pela autora.

No segundo período, de 2007 a 2017, destaca-se a região Sudeste, que apresentou vantagem por dinamismo especializado para cana-de-açúcar, borracha, café e floresta plantada, sugerindo uma expansão de áreas para essas atividades com crescimento maior do que a nível nacional, tornando essa região especializada. O cruzamento desse cenário, com o resultado obtido com análise utilizando dados de valor de exportação, na qual, a região Sudeste apresentou VDE para itens como álcoois monohídricos acíclicos; celulose e seus derivados; e papel e cartão, não revestidos, ilustram um nexos com a dinâmica de reprodução voltada para fora (comércio exterior) com base no aumento da intensidade do fator terra (Quadro 4.22).

A região Centro-Oeste, que no primeiro intervalo, não indicou nenhuma cultura com uma combinação VDE, no segundo intervalo apresentou esta combinação apenas para a cultura da soja. No caso da região Norte a pecuária continuou apresentando vantagem por dinamismo especializado. As regiões Nordeste e Sul não apontaram nenhuma atividade com essa dinâmica no segundo período (Quadro 4.22).

Quadro 4.22 - Análise do Indutor de Expansão por Alocação (IEA), por milhões de hectares de área plantada, dos produtos analisados, por regiões brasileiras, de 1997 a 2007

Descrição	Grau de Especialização (GE)	Indicador de Dinamismo (ID)	Indutor de Expansão por Alocação (IEA)	Combinação dos Efeitos*
Nordeste				
Cana-de-açúcar	-202,15	-0,65	132,06	VNDNE
Milho (em grão)	202,55	-0,37	-74,95	DNDE
Soja (em grão)	-2.586,79	0,47	-1.227,28	DDNE
Algodão arbóreo (em caroço)	0,68	0,00	0,00	-
Borracha (látex coagulado)	10,23	-0,47	-4,79	DNDE
Cacau (em amêndoa)	425,27	-0,11	-46,37	DNDE
Café (em grão) Total	-272,41	-0,04	11,30	VNDNE
Laranja	-42,73	0,12	-5,09	DDNE
Pecuária	2.056,90	-0,02	-44,96	DNDE
Floresta Plantada	408,45	-0,50	-204,28	DNDE
Sudeste				
Cana-de-açúcar	3.421,10	0,02	54,36	VDE
Milho (em grão)	-28,73	-0,40	11,37	VNDNE
Soja (em grão)	-2.027,45	0,18	-355,01	DDNE
Algodão arbóreo (em caroço)	-0,14	2,00	-0,28	DDNE
Borracha (látex coagulado)	31,50	0,42	13,17	VDE
Cacau (em amêndoa)	-91,87	0,22	-20,44	DDNE
Café (em grão) Total	1.423,25	0,06	89,09	VDE
Laranja	487,43	-0,06	-26,91	DNDE
Pecuária	-4.101,51	0,03	-130,79	DDNE
Floresta Plantada	886,42	0,48	422,57	VDE
Sul				
Cana-de-açúcar	-306,41	-0,32	96,71	VNDNE
Milho (em grão)	3.073,94	-0,44	-1.337,20	DNDE
Soja (em grão)	5.674,79	-0,27	-1.538,67	DNDE
Algodão arbóreo (em caroço)	-0,11	2,00	-0,21	DDNE
Borracha (látex coagulado)	-14,41	-0,08	1,13	VNDNE
Cacau (em amêndoa)	-86,88	1,14	-98,78	DDNE
Café (em grão) Total	-191,82	-0,38	72,78	VNDNE
Laranja	-49,99	0,15	-7,44	DDNE
Pecuária	-9.568,38	-0,13	1.216,13	VNDNE
Floresta Plantada	1.469,27	-0,20	-298,59	DNDE
Centro-Oeste				
Cana-de-açúcar	-1.813,17	1,26	-2.285,28	DDNE
Milho (em grão)	-1.559,62	1,19	-1.854,74	DDNE
Soja (em grão)	1.750,72	0,05	79,37	VDE
Algodão arbóreo (em caroço)	-0,30	2,00	-0,60	DDNE
Borracha (látex coagulado)	-13,41	-0,04	0,57	VNDNE

Continua

				Conclusão
Cacau (em amêndoa)	-241,25	0,67	-162,36	DDNE
Café (em grão) Total	-778,05	0,03	-25,69	DDNE
Laranja	-282,40	0,31	-88,58	DDNE
Pecuária	5.257,19	-0,06	-338,12	DNDE
Floresta Plantada	-2.319,72	1,20	-2.783,32	DDNE
Norte				
Cana-de-açúcar	-1.099,37	0,89	-973,36	DDNE
Milho (em grão)	-1.688,14	0,14	-241,72	DDNE
Soja (em grão)	-2.811,26	2,00	-5.611,19	DDNE
Algodão arbóreo (em caroço)	-0,13	2,00	-0,27	DDNE
Borracha (látex coagulado)	-13,92	-0,91	12,61	VNDNE
Cacau (em amêndoa)	-5,27	0,54	-2,85	DDNE
Café (em grão) Total	-180,97	-0,38	69,22	VNDNE
Laranja	-112,32	0,54	-60,45	DDNE
Pecuária	6.355,80	0,19	1.176,85	VDE
Floresta Plantada	-444,42	-0,42	186,03	VNDNE

*DNDE= Desvantagem por Não Dinamismo Especializado; VNDNE= Vantagem por Não Dinamismo Não Especializado; DDNE= Desvantagem por Dinamismo Não Especializado; VDE= Vantagem por Dinamismo Especializado.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.4.3 Conexões entre valor de exportação e área plantada

Ao compararmos os resultados obtidos, especificamente para o Indutor de Expansão Total (IET) das duas matrizes de informação, as variáveis valor de exportação e área plantada, é possível traçar uma ideia de trajetória com relação a dinâmica do atual processo de acumulação ampliada do sistema capitalista de produção. De modo que, buscou-se encontrar um nexo de comportamento entre o conjunto de itens de exportação relacionados as culturas e atividades em termos de hectares de área plantada, nas cinco regiões brasileiras.

Como base de comparação do primeiro período de análise, 1997-2007, utilizou-se os quadros 4.5 e 4.15, que apresentam os resultados obtidos para o IET para valor de exportação e hectares de área plantada. Conforme apresentado no Quadro 4.23, dos 11 itens comparados, a região Centro-Oeste do país, foi a que apresentou maior número de equiparação no comportamento desse indicador, 8 setores, ficando desconexo o movimento de expansão apenas para o grupo de itens relacionados a borracha natural, pecuária e floresta plantada. No sentido oposto, a região Norte, foi a de maior número de atividades que não apresentaram sincronismo no comportamento do indicador de expansão total, 7, do total de 11. As atividades que tiveram uma comparação positiva, foram: Milho; Algodão; Laranja; e Mineração.

O setor de mineração, analisado apenas no primeiro período, indicou um sincronismo de comportamento entre valor de exportação e hectares de exploração em todas as regiões do país, indicando uma possível dependência desse setor com o mercado externo, e conseqüentemente uma assimilação a dinâmica de acumulação capitalista brasileiro (Quadro 4.23).

Quadro 4.23 – Comparação do comportamento do IET das variáveis Valor de Exportação e Área Plantada, nas regiões brasileiras, no período de 1997-2007

Descrição¹	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Cana-de-açúcar	N ²	N	S	N	S
Milho (em grão)	S ³	N	N	N	S
Soja (em grão)	N	S	N	S	S
Algodão arbóreo (em caroço)	S	S	S	N	S
Borracha (látex coagulado)	N	N	N	N	N
Cacau (em amêndoa)	N	N	S	S	S
Café (em grão) Total	N	S	S	S	S
Laranja	S	S	N	S	S
Pecuária	N	N	N	S	N
Floresta Plantada	N	N	N	N	N
Mineração	S	S	S	S	S

¹Para efeito de comparação, considerou-se o conjunto de itens relacionados com as culturas analisadas em termos de hectares de área plantada, conforme quadro 4.4, do capítulo 4. Valores zerados foram compreendidos como negativos, pois não denotam expansão.

²N= Não compatível; ³S= Compatível.

Fonte: Elaborado pela autora.

No quadro 4.24 é retratado a dinâmica de sincronismo entre os resultados do IET das duas variáveis analisadas, no período de 2007 e 2017, já apresentadas nos quadros 4.6 e 4.15. No qual observa-se uma mudança, compreendida como avanço da fronteira produtiva, do padrão de acumulação capitalista para a região Norte do Brasil. Tendo em vista que o segundo cenário, apontou uma simultaneidade no comportamento das variáveis em 8 dos 10 setores analisados, não sendo observado esse mesmo desempenho para as atividades relacionadas a borracha natural e floresta plantada. Esse movimento de adequação foi percebido também para a região Sudeste do país, na qual apenas 3 dos 10 setores não apontaram uma combinação no comportamento. Tal comportamento denota uma possível intensificação da reprodução ampliada nesta região, visto que o IET da variável área plantada, indicou uma expansão positiva no segundo período para os setores de cana de açúcar, soja, borracha natural, pecuária e floresta plantada. Sendo que estes dois últimos setores apresentaram valor negativo no primeiro período. Já o café, que era positivo no primeiro intervalo, no segundo, passou a ser negativo.

Quadro 4.24 - Comparação do comportamento do IET das variáveis Valor de Exportação e Área Plantada, nas regiões brasileiras, no período de 2007-2017

Descrição ¹	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Cana-de-açúcar	S ³	S	S	N	S
Milho (em grão)	S	N	N	S	S
Soja (em grão)	S	N	S	N	S
Algodão arbóreo (em caroço)	S	N	S	N	N
Borracha (látex coagulado)	N ²	N	N	S	S
Cacau (em amêndoa)	S	N	S	S	N
Café (em grão) Total	S	S	N	S	N
Laranja	S	S	S	S	N
Pecuária	S	N	S	N	N
Floresta Plantada	N	N	S	N	S

¹Para efeito de comparação, considerou-se o conjunto de itens relacionados com as culturas analisadas em termos de hectares de área plantada, conforme quadro 4.4, do capítulo 4. Valores zerados foram compreendidos como negativos, pois não denotam expansão.

²N= Não compatível; ³S= Compatível.

Fonte: Elaborado pela autora.

Ademais, buscando enriquecer o entendimento da dinâmica de adequação das regiões ao padrão de reprodução, apresenta-se abaixo informações acerca da mecanização da produção, por meio da utilização de tratores, por unidade federativa de cada região do país. De modo que a Tabela 5.1, na qual encontra-se o número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários, conforme o levantamento do Censo Agropecuário de 1995/96, 2006 e 2017, indica um maior número de tratores na região Sul do país, em todos os períodos, característica inversa da região Norte. Contudo, é possível observar um crescimento do número de tratores na nesta última região, tanto de 1995/96 a 2006, quanto de 2006 para 2017, com uma variação de 45,22% e 117,49%, respectivamente.

A região Sudeste do país, que na comparação entre 1995/96 e 2006, foi a única região a apresentar uma redução no número de tratores, -8,26%, apontando um aumento de 45,56% na comparação dos dados de 2006 e 2017. De modo geral, todas as regiões apresentaram variações positivas expressivas na comparação de dados dos dois últimos Censo Agropecuário, para o número de tratores, porém, essa variação foi menos expressiva na região Nordeste, na comparação com as outras regiões (TABELA 4.1).

Tabela 4.1 – Número tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários (Unidade) e Variação (%), por Unidade Federativa, nos anos de 1995/96, 2006, 2017

Região	Unidade Federativa	1995/96 (A)	2006 (B)	2017 (C)	A/B (%)	B/C (%)
Norte	Rondônia	3.061	5.772	12.283	88,57	112,80
	Acre	433	624	2.133	44,11	241,83
	Amazonas	515	751	2.430	45,83	223,57
	Roraima	326	442	1.747	35,58	295,25
	Pará	6.067	9.244	21.222	52,37	129,58
	Amapá	150	93	376	-38,00	304,30
	Tocantins	7.950	9.942	18.245	25,06	83,51
	Total	18.502	26.868	58.436	45,22	117,49
Nordeste	Maranhão	3.965	6.045	10.309	52,46	70,54
	Piauí	2.402	3.813	5.049	58,74	32,42
	Ceará	4.528	5.701	6.043	25,91	6,00
	Rio Grande do Norte	3.650	4.283	4.500	17,34	5,07
	Paraíba	3.225	2.896	3.562	-10,20	23,00
	Pernambuco	5.649	5.532	7.374	-2,07	33,30
	Alagoas	3.630	3.598	3.556	-0,88	-1,17
	Sergipe	2.984	2.989	4.858	0,17	62,53
	Bahia	25.443	27.587	38.615	8,43	39,98
	Total	55.476	62.444	83.866	12,56	34,31
Sudestes	Minas Gerais	89.667	92.043	163.431	2,65	77,56
	Espírito Santo	10.995	11.857	24.314	7,84	105,06
	Rio de Janeiro	8.796	7.666	10.748	-12,85	40,20
	São Paulo	170.573	145.346	175.459	-14,79	20,72
	Total	280.031	256.912	373.952	-8,26	45,56
Sul	Paraná	121.827	113.718	166.393	-6,66	46,32
	Santa Catarina	63.148	69.884	108.375	10,67	55,08
	Rio Grande do Sul	150.074	163.406	242.274	8,88	48,27
	Total	335.049	347.008	517.042	3,57	49,00
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	36.387	37.900	53.439	4,16	41,00
	Mato Grosso	32.752	42.330	71.132	29,24	68,04
	Goiás	43.313	44.832	69.060	3,51	54,04
	Distrito Federal	2.232	2.424	2.980	8,60	22,94
	Total	114.684	127.486	196.611	11,16	54,22
	Brasil (Total)	803.742	820.718	1.229.907	2,11	49,86

Fonte: Elaborado com base em dados do IBGE, Censo Agropecuário (1995/96, 2006, 2017).

A região Sul do país, conforme dados da tabela 4.2, constitui-se com aproximadamente metade do número de estabelecimentos agropecuários com utilização de tratores de todo o país, tanto para o censo de 2006, quanto nos dados obtidos no censo de 2017, 47,64% e 47,32%,

respectivamente, principalmente no estado do Rio Grande do Sul que responde por 22,48% e 21,91% do total do país.

Com relação a região Norte, ainda que o percentual de estabelecimentos agropecuários com tratores em relação ao total do país, tenha sido de apenas 4,78% em 2017, o número desses estabelecimentos na comparação entre 2006 e 2017 dobrou, apresentando uma variação de 104,21%, um crescimento maior do que as variações de todas as regiões e a nacional (TABELA 4.2), colaborando com o entendimento de um deslocamento de expansão da fronteira de acumulação capitalista no sentido, Centro-Oeste- Norte, conforme a maior assimilação da região Norte ao padrão de reprodução instrumentalizado pela política neoextrativista de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil, nos anos 2000.

Tabela 4.2 - Número de estabelecimentos agropecuários com tratores (Unidades) e Variação percentual, nas Unidades Federativas, de 2006 e 2017

Região	Unidade Federativa	2006	Participação (%)	2017	Participação (%)	Variação (%)
Norte	Rondônia	4.617	0,87	8.907	1,21	92,92
	Acre	415	0,08	1.444	0,20	247,95
	Amazonas	545	0,10	1.722	0,23	215,96
	Roraima	266	0,05	1.177	0,16	342,48
	Pará	5.642	1,06	12.690	1,73	124,92
	Amapá	60	0,01	237	0,03	295,00
	Tocantins	5.639	1,06	8.915	1,21	58,10
	Total	17.184	3,24	35.092	4,78	104,21
Nordeste	Maranhão	3.518	0,66	5.481	0,75	55,80
	Piauí	2.502	0,47	2.633	0,36	5,24
	Ceará	4.447	0,84	4.541	0,62	2,11
	Rio Grande do Norte	2.945	0,56	2.953	0,40	0,27
	Paraíba	2.220	0,42	2.564	0,35	15,50
	Pernambuco	3.968	0,75	5.234	0,71	31,91
	Alagoas	2.111	0,40	2.150	0,29	1,85
	Sergipe	2.408	0,45	3.413	0,46	41,74
	Bahia	18.058	3,40	24.315	3,31	34,65
Total	42.177	7,95	53.284	7,26	26,33	
Sudeste	Minas Gerais	59.447	11,21	97.548	13,28	64,09
	Espírito Santo	9.521	1,80	18.421	2,51	93,48
	Rio de Janeiro	5.725	1,08	8.206	1,12	43,34
	São Paulo	80.016	15,09	84.616	11,52	5,75
	Total	154.709	29,17	208.791	28,43	34,96
Sul	Paraná	76.233	14,37	104.243	14,20	36,74
	Santa Catarina	57.249	10,79	82.385	11,22	43,91
	Rio Grande do Sul	119.197	22,48	160.848	21,91	34,94

Continua

		Conclusão				
	Total	252.679	47,64	347.476	47,32	37,52
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	19.074	3,60	23.882	3,25	25,21
	Mato Grosso	18.443	3,48	29.956	4,08	62,42
	Goiás	24.597	4,64	34.019	4,63	38,31
	Distrito Federal	1.483	0,28	1.780	0,24	20,03
	Total	63.597	11,99	89.637	12,21	40,95
	Brasil	530.346	100,00	734.280	100,00	38,45

Fonte: Fonte: Elaborado com base em dados do IBGE, Censo Agropecuário (2006, 2017).

Relacionando as Tabelas 4.1 e a 4.2, e encontrando a razão entre o número de tratores e o número de áreas agropecuárias com uso de tratores, observar-se que ainda que a região Sul seja a de maior número de tratores, a região Centro-Oeste é a que em média apresenta um número maior de tratores por estabelecimento agropecuário, tanto em 2006 (2,00), quanto em 2017 (2,19), superior ao encontrado na região Sul, 1,37 e 1,49, respectivamente. Em relação aos estados, Mato Grosso, apresentou em média 2,30 tratores por estabelecimento, em 2006, e 2,37 em 2017, valor esse superior a todos a de todos os estados.

Com isso, tendo em vista, os resultados encontrados na análise das duas variáveis, valor das exportações e hectare de área plantada, bem como o nível de mecanização (utilização de tratores) para todas as regiões do país, acredita-se ser possível relacionar esses efeitos com a dinâmica social, econômica e política dos conflitos e dessa forma, traçar algumas relações e reflexões a cerca dessa realidade dialética e a escolha política por um projeto de desenvolvimento, baseada na geração de *superávit* primário para pagamento da dívida externa, promovendo conformações no espaço com a finalidade de tornar mais fluído e veloz o circuito do capital, dando suporte a culturas valorizadas no mercado internacional, na sua maioria pouco intensiva em tecnologia, ou seja, primárias e intensivas na utilização do fator terra.

5 O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL E A GERAÇÃO DE CONFLITOS

As vezes se diz que nossa característica essencial é a cordialidade, que faria de nós um povo por excelência gentil e pacífico. Será assim? A feia verdade é que conflitos de toda a ordem dilaceram a história brasileira, étnicos, sociais, econômicos, religiosos, raciais etc. O mais assimilável é que nunca são conflitos puros. Cada um se pinta com as cores dos outros (RIBEIRO, 2015, p.127).

5.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo espera-se demonstrar a conexão do padrão de reprodução capitalista com os conflitos e tensões sociais que se formam localmente sob a égide da verticalidade sobre o território. Considerando as características apresentadas nos capítulos anteriores, especialmente o caráter do padrão de reprodução capitalista brasileiro com a economia voltada para o mercado externo (política de *superávit primário* e o *boom* das exportações nos anos 2000), bem como a abertura econômica na década de 1990 e a adesão dos pressupostos neoliberais do Consenso de Washington, que fez com que o Brasil consolidasse o abandono da política de desenvolvimento capitalista baseado na evolução da indústria nacional e passe a aderir uma inserção comercial dependente.

Com isso, o Estado passa a orientar os seus esforços no sentido dos interesses de mercado (a aliança entre o capital nacional e o internacional), coordenando sua política econômica em prol da exploração dos recursos naturais, considerando que o dinamismo desses setores se encontra no exterior. De modo, que a política que instrumentaliza esse novo padrão de reprodução capitalista, configura-se pelo neoextrativismo que, em geral qualifica-se pelo enfoque na produção de itens de baixa intensidade tecnológica, ou seja, em geral primária, ou pouco elaborados, na sua maioria monoculturas, intensivas no uso do fator terra.

Todavia, na contramão da política neoextrativista encontra-se a demanda por demarcação e proteção de terras pelas comunidades tradicionais, que resistem localmente em territórios. Dada a sua riqueza mineral, ou petroquímica, ou ainda constituído de características ambientais de relevo, vegetação, acesso hídrico, dentre outros aspectos, extremamente adequados a culturas produtivas, de modo que possuem alto valor comercial. Sendo assim, historicamente estes territórios se configuram como palco de conflitos violentos e tensões sociais, ou seja, esses territórios tradicionais, dado a sua profundidade, derivado dos laços de pertencimento dos povos

que vivem nesses territórios passam a representar barreiras a serem superadas pela expansão capitalista.

Esses territórios constituem-se de historicidade mais ampla na sua dinâmica de resistência, advindos da formação econômica do país – passado colonial –, que se solidifica com a manutenção de uma estrutura jurídica, distinta da relação de propriedade privada, bem como uma relação de reprodução contrária a expansão capitalista e por isso, os conflitos se configuram na dialética do espaço.

Tal noção, levanta questionamentos, tais como: Por que o território indígena é tido como barreira para expansão capitalista no espaço? Ainda que *a priori* a resposta a esse questionamento pareça uma questão óbvia, a aparência desta, na maioria dos casos, não constitui a totalidade do argumento, que só se manifesta a partir do processo dialético.

Segundo Marx (2013, p. 804) o processo de acumulação que tem origem na transformação do dinheiro em capital, tem sua consumação “na mais rigorosa harmonia com as leis econômicas da produção de mercadorias e com o direito de propriedade delas derivado”, ou seja, a apropriação do território tradicional esbarra no fato de que: não é possível expropriar algo de alguém que este próprio não detém, mas possui o direito de ocupação inalienável. No entanto, conforme apontado no terceiro capítulo, o Estado tem um papel importante na realização da acumulação capitalista, tendo em vista o seu caráter como representante do poder político que emerge da contradição de classes e do predomínio dos interesses e projetos da classe dominante.

De tal maneira, ainda que o Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973, art.22 § único) e a Constituição Federal de 1988 (art. 231 §4º) Entende-se que o caminho dialético, próprio do sistema capitalista, pode sugerir algumas perspectivas relevantes, tais como a relação de propriedade, que no caso específico das leis brasileiras, na qual o índio não tem a terra como propriedade, bem como a racionalidade *sui generis* desses povos em relação a natureza e a terra, escapam da caracterização sagrada da propriedade privada, no âmbito da racionalidade capitalista. De modo, que a primeira barreira encontrada pela expansão capitalista no espaço, está na falta do aspecto privado da relação com a terra por parte dos povos indígenas.

O foco desse trabalho está na contradição, ou seja, no conflito. Nas contradições originárias do desenvolvimento capitalista dependente, que são inúmeras, de modo que a tarefa de tentar compreendê-las é ampla e árdua. Contudo, o esforço desta pesquisa, não possui pretensões além da ilustração e reflexão das contradições imposta pelo padrão de reprodução capitalista, no

âmbito territorial, tomando como base, a expansão espacial desse padrão, a partir das determinações da economia mundial.

Nesse sentido, Bambirra (2015) afirma que o capitalismo assumiu específicas formas nos países periféricos, sem, contudo, negar as leis gerais de movimento do sistema, configurando tipos de capitalismo dependentes, de modo que o seu funcionamento está ligado historicamente ao capitalismo nos países centrais - conforme destacado no capítulo 3. De tal maneira, que conforme as pautas de consumo se modificam, o capitalismo central reorienta os mercados dependentes em função dos seus interesses.

Tal característica do desenvolvimento capitalista dependente, intensifica as contradições econômicas e sociais inerentes a reprodução do sistema capitalista, assim como agrava tais contradições e gera outras novas, aprofundando a situação contínua de crise generalizada, a qual se manifesta em todos os níveis da vida das sociedades latino-americanas, exigindo aproximações sucessivas da realidade concreta (BAMBIRRA, 2015).

Com essa perspectiva, este capítulo se divide em quatro partes principais, a primeira e a segunda seções, abordam a confrontação do avanço do padrão de reprodução capitalista e os dados de violência, pelo tipo nas regiões brasileiras e pela categoria de acesso à terra, ou em resistência no território (de acordo com classificação da CPT), indicando de modo mais específico os dados referentes aos territórios tradicionais num grau comparativo com as categorias não tradicionais. A terceira seção resguarda o caráter dialético proposto no início da tese com a apresentação de aproximação da realidade concreta da dinâmica dos conflito por território, relacionado questão indígena da Bahia, e notadamente aquelas relativas às aldeias em que foram realizados trabalho de campo nas regiões Sul e Extremo Sul do estado da Bahia. E por fim, na última seção, uma confrontação dos dados de expansão e conflito, traçando uma trajetória da reprodução capitalista e sua característica conflituosa.

No entanto, cabe ressaltar que ainda que a compreensão da dinâmica capitalista espacial envolva vários aspectos resguardados na conformação espaço-temporal pelo qual o território, especificamente indígena é fonte. A determinação desses aspectos, haja vista a interdisciplinaridade que cerca a formação dos povos tradicionais, e o seu caráter antropológico dada a sua complexidade e teor, não é o foco do restrito arcabouço desse trabalho.

5.2 EXPANSÃO DAS ATIVIDADES NEOEXTRATIVISTA E OS CONFLITOS POR TERRA

Nesta seção, o objetivo perseguido foi a confrontação da expansão do valor das exportações dos setores de atividade que compõem a política neoextrativista, bem como a expansão por hectares de áreas com plantações e atividades que correspondem também a essa política, tida como desenvolvimentista; com os dados referente a conflitos por terra, por região brasileira, nos períodos de análise, 1997, 2007 e 2017. Esperar-se demonstrar os aspectos, de alguma maneira, evidenciados ao longo dos capítulos anteriores, acerca da dialética do espaço a partir do avanço da fronteira produtiva em prol da exportação no país. Trata-se de analisar a integração vertical liderada pelo padrão de reprodução de capital, implicando na criação de conflitos nas cinco grandes regiões do Brasil: Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul.

No caso dos dados de conflitos em comunidades tradicionais, principalmente em territórios indígenas, foram utilizadas as ocorrências levantadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os dados referentes a assassinatos contabilizados pela Comissão Indigenista Missionário (CIMI).

Os conflitos por terra conforme a CPT (2018, p.) são organizados pelo registro de áreas em conflito, entendendo o conflito como “ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção”, sendo excluído os seguintes casos:

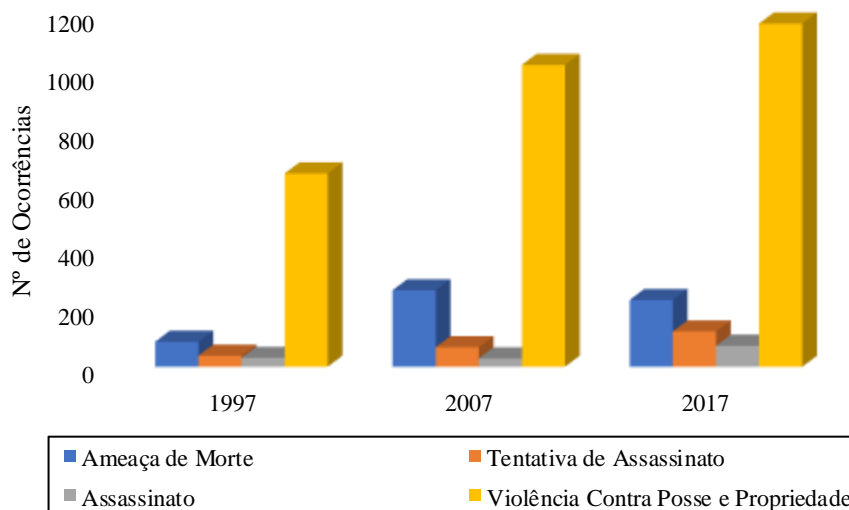
1. Casos de violência, inclusive assassinatos, que acontecem no âmbito rural e que não tenham relação com conflitos pela disputa, posse, uso ou ocupação da terra, ou pelo acesso ou uso da água, ou na defesa de direitos por trabalhos realizados no campo;
2. Casos de conflitos pela posse, uso ou ocupação da terra em áreas urbanas, excetuam-se os casos em que a disputa pela terra se dá por povos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores artesanais, etc...) mesmo que se dê em área urbana, pois defendem um modo de vida rural;
3. Conflitos entre latifundiários ou grandes empresários do agronegócio; e,
4. Casos de trabalho escravo em atividades urbanas.

5.2.1 Tipo de ocorrência de violência por região brasileira

A análise dos dados para os tipos de violências relacionados a conflitos no campo, por região brasileira, apontou uma concentração maior dessas ocorrências nas regiões Norte e Nordeste do país em todos os anos analisados, apontando alguma diferença para o ano de 1997, que no caso de tentativa de assassinato a região Sudeste foi a de maior incidência e em violência contra posse e propriedade, que obteve como segunda região de maior ocorrência o Centro-Oeste do país (Tabela 5.1).

Nas regiões Norte e Nordeste, os estados que mais colaboram para as ocorrências de algum tipo de violência, foram o Pará, no caso da primeira, e Maranhão, em relação a segunda região. O tipo de violência com maior ocorrência em todas as regiões foi a *violência contra posse e propriedade*, que na região Norte aumentou 159%, de 1997 a 2007 e 48,42%, de 2007 a 2017. Já na região Nordeste do país, no primeiro intervalo aumentou 56,5% e no segundo 16% (Tabelas 5.3 e 5.2; Figura 5.1).

Figura 5.1 – Total dos tipos de violência no campo, nos anos de 1997, 2007 e 2017



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da CPT (2019).

O estado do Maranhão, entre 1997 e 2007, aumentou aproximadamente 4 vezes o número de casos de violência contra posse e propriedade 382,35% e de 2007 a 2017, 145%. Com relação aos estados da região Norte, apesar de ter o Pará como o mais violento, nos intervalos de tempo analisados, outros estados que apresentavam valores baixos de ocorrência, aumentaram o nível de violência no campo. O Amazonas que em 1997 apresentou 5 ocorrências, em 2017, indicou

43 casos (760% de aumento). Assim como, Amapá (2.150%), Acre (1.400%), Rondônia (540%) e Tocantins (136%) (Tabela 5.1) (CPT, 1997; 2007; 2017).

No caso dos estados na região Nordeste, há uma elevação no número de *violência contra posse e propriedade*, com a ocorrência de variação positiva, no período entre 1997 a 2017, no Maranhão (1.082%), na Bahia (176%) e no Piauí (37,5%), não por acaso, este são alguns dos estados que compõem a política de expansão da fronteira agrícola do MATOPIBA, conforme mencionado no capítulo anterior.

Tabela 5.1 – Tipos de violência relacionados a conflitos no campo, por região brasileira, dos anos de 1997, 2007 e 2017

Ameaça de Morte				
Região	1997	2007	2017	Total Geral
Centro-Oeste	2	20	7	29
Nordeste	28	41	131	200
Norte	41	176	79	296 (Continuação)
Sudeste	11	3	10	24 (Continua)
Sul	3	20	0	23
Total Geral	85	260	227	572
Tentativa de Assassinato				
Região	1997	2007	2017	Total Geral
Centro-Oeste	4	5	2	11
Nordeste	10	17	69	96
Norte	4	28	36	68
Sudeste	16	11	11	38
Sul	3	5	2	10
Total Geral	37	66	120	223
Assassinato				
Região	1997	2007	2017	Total Geral
Centro-Oeste	2	5	9	16
Nordeste	10	9	16	35
Norte	12	10	42	64
Sudeste	1	2	2	5
Sul	5	2	2	9
Total Geral	30	28	71	129
Violência Contra Posse e Propriedade				
Região	1997	2007	2017	Total Geral
Centro-Oeste	142	78	102	322
Nordeste	230	360	418	1008
Norte	110	285	423	818
Sudeste	82	190	143	415
Sul	94	114	82	290
Total Geral	658	1027	1168	2853

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação a outros tipos de violência no campo, conforme identificado pela CPT, o assassinato em todos os períodos analisados foi maior na região Norte do país, em comparação com as outras regiões, em todos os anos analisados. E ainda que tenha apresentado uma redução de 1997 a 2007, de 2007 a 2017 variou mais que três vezes o seu valor (320%). A região Norte, no caso da tentativa de assassinato, no primeiro período, aumentou 600%, ou seja, seis vezes o seu valor em 1997, já no segundo período continuou crescendo, 28,57%. Já a região Nordeste que de 1997 a 2007 havia crescido 70%, de 2007 a 2017 aumentou 305,88%. Novamente, os dados para região Nordeste, tem efeito a partir do cenário apresentado no estado do Maranhão que em 1997, havia apresentado 3 tentativas de assassinato, em 2017 apresentou 65 (Tabela 5.2).

Tabela 5.2 – Variação percentual dos tipos de violência relacionados a conflitos no campo, por região brasileira, de 1997 a 2007 e de 2007 a 2017

1997 – 2007	Ameaça de Morte	Tentativa de Assassinato	Assassinato	Violência contra Posse e Propriedade
Centro-Oeste	900,00	25,00	150,00	-45,07
Nordeste	46,43	70,00	-10,00	56,52
Norte	329,27	600,00	-16,67	159,09
Sudeste	-72,73	-31,25	100,00	131,71
Sul	566,67	66,67	-60,00	21,28
2007-2017				
Centro-Oeste	-65,00	-60,00	80,00	30,77
Nordeste	219,51	305,88	77,78	16,11
Norte	-55,11	28,57	320,00	48,42
Sudeste	233,33	0,00	0,00	-24,74
Sul	-100,00	-60,00	0,00	-28,07

Fonte: Elaborado pela autora.

A Tabela 5.3 trata especificamente da violência contra posse e propriedade, e aponta um aumento expressivo do nível de violência no campo, conforme já se demonstrou, essencialmente nas regiões Norte e Nordeste do país. Contudo, no primeiro período, 1997 a 2007, quatro das cinco regiões do país apresentaram aumento nas ocorrências de violência desse tipo. Nesse intervalo, as regiões Norte (159,9%) e Sudeste (131,71%) foram as que mais avançaram, ainda que o Nordeste apresente o maior número de casos, tanto em 1997 (230) como em 2007 (360). Tentar dialogar com os dados do capítulo anterior.

No segundo intervalo, 2007 a 2017, as regiões que aumentaram ocorrências desse tipo, foram Norte (48,42%), Centro-Oeste (30,77%) e Nordeste (16,11%), que no ano de 2017, passou a

ocupar o segundo lugar no ranking das regiões com mais casos de violência contra posse e propriedade, com 418 ocorrências, logo após a região Norte, com 423 casos (Tabela 5.3).

No item área em conflito, a região com maior área por hectares, em todos os anos analisados, é a região Norte. No entanto, na comparação entre os intervalos de tempo, no primeiro período, 1997 a 2007, quatro das cinco regiões haviam apresentado redução, apresentando aumento apenas a região Nordeste. Cenário inverso ao segundo período, no qual quatro das cinco regiões aumentaram as áreas de conflito, de modo mais expressivo do que no primeiro período. Com destaque para a região Centro-Oeste que variou positivamente 3.111,91%, de 2007 para 2017, seguido da região Norte (2.157,82%), Sudeste (359,23%) e Nordeste (60,30%) (Tabela 5.3).

Tabela 5.3 – Tipos de violência contra posse e propriedade, por região brasileira, para os anos de 1997, 2007 e 2017

1997	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Nº de Ocorrências	110	230	82	94	142	658
Famílias	18.126	28.342	15.818	14.357	18.778	95.421
Área	1.670.232	412.139	154.227	182.143	615.965	3.034.706
Famílias Expulsas	62	200	0	30	12	304
Famílias Despejadas	794	11.947	3.650	140	539	17.070
Ameaçadas de Despejo	2.826	1.808	1.740	7.744	9.397	23.515
Tentativa ou Ameaça de Expulsão	273	320	0	127	0	720
Casas Destruídas	404	1.834	151	0	235	2.624
Roças Destruídas	323	834	70	44	36	1.307
Bens Destruídos	462	2.318	320	109	731	3.940
Pistolagem*	0	0	0	0	0	0
2007	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Nº de Ocorrências	285	360	190	114	78	1.027
Famílias	31.820	45.195	19.819	13.883	11.683	122.400
Área	1.389.667	1.084.633	147.990	82.998	98.897	2.804.185
Famílias Expulsas	1.644	643	435	720	898	4.340
Famílias Despejadas	1.873	3.536	3.446	3.217	2.149	14.221
Ameaçadas de Despejo	4.279	8.243	2.339	1.781	1.222	17.864
Tentativa ou Ameaça de Expulsão	9.352	5.069	697	1.829	807	17.754
Casas Destruídas	1.596	719	47	41	213	2.616
Roças Destruídas	852	530	428	440	0	2.250
Bens Destruídos	3.181	600	49	591	1	4.422
Pistolagem	6.932	1.545	780	1.188	200	10.645
2017	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Nº de Ocorrências	423	418	143	82	102	1.168
Famílias	35.003	40.186	9.279	9.119	12.593	106.180

Área	31.376.136	1.738.661	679.610	48.528	3.176.486	37.019.421
Famílias Expulsas	766	491	77	110	4	1.448
Famílias Despejadas	3.837	1.324	2.746	1.215	1.500	10.622
Ameaçadas de Despejo	10.240	6.382	3.821	5.051	1.194	26.688
Tentativa ou Ameaça de Expulsão	6.740	11.056	3.000	1.091	2.690	24.577
Casas Destruídas	1.957	854	156	299	1.307	4.573
Roças Destruídas	1.798	449	58	580	403	3.288
Bens Destruídos	1.801	1.302	35	356	763	4.257
Pistolagem	6.665	4.108	3.189	445	2.393	16.800

*No relatório da violência no campo da CPT de 1997 não havia dado para pistolagem.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise realizada, por meio do método estrutural-diferencial, apresentado no capítulo anterior, verificou-se a existência de expansão total positiva no valor das exportações, na região Norte do país, para minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado, principalmente no segundo período, seguido da soja. O estado com maior ocorrência de tipo de violência no campo, na região Norte, conforme já foi apontado é o Pará, segundo estado com maior valor de exportação para itens do grupo de produtos minerais, 26,41% do total de exportação desse grupo de itens, em 2017, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro (34,33%).

Conforme os resultados da análise estrutural-diferencial, no que se refere ao Indutor de Expansão Total (IET) a cultura da soja observou comportamento expansionista na comparação em todos os períodos, tanto para variável valor de exportação como para hectares de área plantada, em todas as regiões brasileiras. Adicionalmente, a observação da quantidade de soja exportada por estado colabora com os resultados já apresentados.

O estado com maior quantidade de soja exportada, no primeiro ano, 1997, foi o Paraná – com uma participação de quase 40% do total das exportações -, no entanto, em 2007 e 2017 o estado do Mato Grosso passou a liderar o ranking contribuindo com o total das exportações com 28,96% e 26,49%, respectivamente. Os cinco principais estados exportadores de soja são das regiões Centro-Oeste e Sul do país, que em média respondem por mais de 70% das exportações em quilogramas.

Contudo, ainda que em 1997, os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, apresentassem uma participação de 52,57% das exportações totais de soja, Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, responderam por aproximadamente 43%, em 2007 e 38,92%, em 2017, ao passo que os outros dois estados da região Sul, apresentaram participações de 38,95% (2007) e 34,23% (2017). Comparando a quantidade exportada em 1997 e em 2017, os estados que mais

aumentaram suas exportações foram Piauí, Tocantins e Santa Catarina, respectivamente. Os estados que em 1997 não exportavam soja e apresentaram dados em 2017, foram: Pará, Rondônia, Distrito Federal, Amapá, Roraima e Pernambuco (MIDIC, 2019).

Ainda que as regiões Centro-Oeste e Sul liderem as exportações de soja conforme apresentado, é notório o avanço dessa cultura em estados da região Norte, com destaque para o Tocantins e Pará, além do Amapá e Roraima. De acordo com dados da CPT (2019), no estado do Pará, apesar do crescimento de ocorrências de conflito tenha aumentado 130%, de 1997 a 2007, nesse mesmo período a área em conflito por hectares reduziu 52,91%. No entanto, de 2007 a 2017, o tamanho da área em conflito aumentou 4.078,35%, saiu de 199.880 hectares para 8.351.677 hectares, demonstrando uma convergência entre a expansão da soja nas exportações e área plantada com a expansão de áreas em conflitos. Tocantins, também aumentou a área em situação de conflito, 42,71%, de 1997 para 2017, e número de ocorrência de conflitos em 136,36%, nesse mesmo período, padrão semelhante foi apresentado para os estados de Amapá e Roraima.

5.2.2 Tipo de ocorrência de violência por categoria

Nesta seção são apresentados os dados da CPT, englobando os vários agentes envolvidos nos conflitos por terra, distribuídos nas regiões brasileiras, bem como o tipo de violência que sofrem. Na análise aqui realizada foram relacionados os tipos de violência: ameaça, tentativa e efetivação de assassinato no campo. De modo geral são observados os anos de 1997, 2007 e 2017, buscando um alinhamento com análise realizada no capítulo anterior.

Avaliando os números de todos os tipos de violência ocorrida no campo, na comparação entre os anos em estudo, é possível verificar um aumento expressivo no intervalo entre 1997 e 2007. No ano de 1997 o número de ocorrências totais desses tipos de violência, foram 152, já em 2007 esse valor passa para 324, um aumento de aproximadamente 133%, ou seja, mais que dobrou, num intervalo de 10 anos. Entre 2007 e 2017, a variação foi de 18,08% e no intervalo de 20 anos, de 1997 a 2017, 175% (418 ocorrências no ano de 2017). Contudo, é importante ressaltar, que esta é uma análise comparativa, além de que não são considerados os dados agregados ano a ano (Tabelas 5.4, 5.5 e 5.6).

A região Norte foi a de maior ocorrência dos três tipos de violência, nos dois primeiros anos 1997 (37%) e 2007 (60,45%), contudo em 2017, a região Nordeste foi a com maior número de ocorrências, 216 do total de 418, mais da metade do total (Tabelas 5.4, 5.5 e 5.6).

No que se refere ao tipo de violência, o assassinato apresentou um valor maior no ano de 2017, em comparação aos outros anos analisados, 71 casos. Sendo que destes, 21 eram do movimento Sem Terra, 16 lideranças (das várias categorias), 11 quilombolas, 9 posseiros, 6 indígenas, 4 assentados, 3 aliados e 1 membro de comunidade pesqueira. Esses casos, ocorrem em sua maioria na região Norte do país (42), seguindo da região Nordeste (16) e Centro-Oeste (9) (Tabelas 5.6).

Tabela 5.4 – Número de ameaças de morte, tentativa e efetivação de assassinato, nas regiões brasileiras, por categoria, em 1997

Categoria	Ameaça de Morte						Tentativa de Assassinato						Assassinato						Geral
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total	
Agentes da CPT	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Assentado	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
CPT	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Deputado	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Dirigente Sindical	4	0	0	2	0	6	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	1	8
Liderança	0	3	0	2	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
MST	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	3
Padre CPT	0	1	0	0	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Peão	11	0	0	0	0	11	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	12
Posseiro	9	10	0	0	0	19	1	1	0	0	0	2	5	0	0	0	0	5	26
Presidente STR ¹	3	3	0	2	0	8	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	10
Sem Terra	11	10	1	2	0	24	0	4	1	10	3	18	5	8	1	1	3	18	60
Seringueiro (a)	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Trabalhador Rural	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	2	4
Vereador	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Fotógrafo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Impressa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Pequeno Comerciante	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Pequeno Proprietário	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	2
Pescador	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	2
Repórter	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Técnico Agrícola	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Sindicalista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
Total	41	28	2	11	3	85	4	10	4	16	3	37	12	10	2	1	5	30	152

¹Sindicado dos Trabalhadores Rurais.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da CPT (1997).

Tabela 5.5 - Número de ameaças de morte, tentativa e efetivação de assassinato, nas regiões brasileiras, por categoria, em 2007

Categoria	Ameaça de Morte						Tentativa de Assassinato						Assassinato						Geral
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total	
Advogado (a)	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Agente Pastoral	1	3	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Aliados (a)	0	1	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Ambientalista	1	1	0	0	0	2	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Assentado (a)	2	1	8	0	2	13	0	1	0	0	0	1	1	0	2	0	0	3	17
Defensor Público	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Dirigente Sindical	4	2	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Faxinalense	0	0	0	0	13	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	14
Geraizeiro	0	0	0	2	0	2	0	0	0	4	0	4	0	0	0	1	0	1	7
Índio (a)	63	12	2	0	0	77	0	6	5	0	0	11	0	3	3	0	0	6	94
Integrante de ONG	0	1	7	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Liderança	31	14	0	0	3	48	1	1	0	1	0	3	3	2	0	0	1	6	57
Liderança Indígena	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Pequeno Proprietário	1	0	0	0	0	1	0	3	0	0	0	3	1	1	0	0	0	2	6
Político	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Posseiro (a)	15	0	0	0	0	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15
Presidente STR ¹	5	1	0	0	0	6	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	8
Quilombola	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	3
Religiosa	0	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Religioso	4	1	1	0	2	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Ribeirinho (a)	11	0	0	0	0	11	0	3	0	0	0	3	0	1	0	0	0	1	15
Sem Terra	25	1	0	0	0	26	25	3	0	3	5	36	3	0	0	0	0	3	65
Seringueiro	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Trabalhador Rural	9	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	10
Quebradeira de coco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Pescador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
Sindicalista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
Sem informação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1
Total	176	41	20	3	20	260	28	17	5	11	5	66	10	9	5	2	2	28	354

¹Sindicado dos Trabalhadores Rurais.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da CPT (2007).

Tabela 5.6 - Número de ameaças de morte, tentativa e efetivação de assassinato, nas regiões brasileiras, por categoria, em 2017

Categoria	Ameaça de Morte						Tentativa de Assassinato						Assassinato						Geral
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total	
Advogado	2	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Agente Pastoral	1	2	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Aliado	1	1	0	0	0	2	0	0	0	0	1	1	3	0	0	0	0	3	6
Assentado	2	5	0	0	0	7	3	2	0	0	0	5	4	0	0	0	0	4	16
Camponês de fundo e fecho de pasto	0	4	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Extrativista	3	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Funcionário Público	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Geraizeiro	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Índigena	0	1	0	0	0	1	0	25	0	0	1	26	1	3	0	0	2	6	33
Liderança	30	9	2	3	0	44	2	0	2	1	0	5	13	1	0	2	0	16	65
Liderança Índigena	4	10	1	0	0	15	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	16
Liderança Quilombola	1	7	1	0	0	9	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	11
Pequeno Arrendatário	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Pequeno Proprietário (a)	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Pescador (a)	0	4	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	5
Político	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Posseiro (a)	6	49	0	0	0	55	0	3	0	0	0	3	0	0	9	0	0	9	67
Quebradeira de Coco	0	6	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Quilombola	0	25	2	0	0	27	0	2	0	0	0	2	1	10	0	0	0	11	40
Religioso	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Sem Terra	29	4	0	1	0	34	30	37	0	8	0	75	20	1	0	0	0	21	130
Sindicalista	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Trabalhador Rural	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Vazanteiro	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	79	131	7	10	0	227	36	69	2	11	2	120	42	16	9	2	2	71	418

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da CPT (2017).

5.3 O CONFLITO NA PROFUNDIDADE DO TERRITÓRIO

De modo geral, as comunidades tradicionais do país, especialmente as indígenas e quilombolas, possuem uma temporalidade que resiste as precipitações tanto no período anterior, do modelo pré-capitalista (colonial), quanto da reprodução ampliada do atual padrão capitalista brasileiro. De modo, que ainda que esse processo de expansão do capital engendre no espaço-tempo conteúdos diferenciados, com integrações verticais fragmentadoras do local, tendo o Estado como principal articulador. Existem diversos aspectos, que fogem ao escopo dessa pesquisa, que imprimem a valorização da ancestralidade, da tradição, da cultura e da memória, e principalmente a relação com a natureza por meio do olhar da espiritualidade, rejeitando as adequações homogeneizadoras.

Segundo Santos (2001, p. 84) as atuais configurações (compartimentações) dos territórios, nas quais se tem as atuais técnicas de um lado e a política atual do outro, sendo empreendida tanto pelas instituições públicas nacionais, intranacionais e internacionais quanto pelas empresas privadas, estabelecendo incompatibilidades entre velocidades diversas. De tal maneira que seja possível imprimir no espaço velocidades extremas disseminando infraestruturas necessárias nos locais onde é desejável fluidez, com seletividade e segmentação no processo de difusão;

[...] separando os espaços da pressa daqueles outros propícios à lentidão, e dessa forma acrescentando ao processo de compartimentação, nexos verticais que se superpõem à compartimentação horizontal. [...] É por meio dessas linhas de menor resistência e, por conseguinte, de maior fluidez, que o mercado globalizado procura instalar a sua vocação de expansão, mediante processos que levam à busca da unificação e não propriamente à busca da união. O chamado mercado global se impõe como razão principal da constituição desses espaços da fluidez e, logo, da sua utilização, impondo, por meio de tais lugares, um funcionamento que reproduz as suas próprias bases, a começar pela competitividade (SANTOS, 2001, p. 84).

Em síntese, Santos (2001) aponta para uma tendência do capital em impor racionalidades competitivas “destroçando” as antigas solidariedades locais, forçando solidariedades verticalizadas cujo o centro, estabelecido por meio de dinâmicas globais, não possui nenhum compromisso ou interesse no entorno, sendo por este indiferente. Esse processo de fragmentação das horizontalidades e solidariedades locais, ocorre a partir da conformação espacial que busca atender as demandas mercantil, possibilitando uma adequação dos territórios às configurações de escala (reprodução ampliada) que articulam à produção, intermediação e comercialização regidos por uma racionalização que se aprofunda através da instalação de sistemas técnicos que atravessam o território e a sociedade, racionalizando também as práticas e relações sociais com fins a uma certa homogeneização (SANTOS, 2001).

Ainda segundo Santos (2001), a consolidação do projeto de homogeneização das velocidades provém do âmbito político, que busca justificativa para ação socioeconômica a partir da velocidade imposta ideologicamente. Nesse sentido, o neoliberalismo e a concepção de um mundo global, encontram no *Consenso de Washington*, de 1989, a pauta ideológica necessária para fundamentar a política neoextrativista, como mecanismo para uma trajetória de desenvolvimento.

Um exemplo de como ocorrem esses processos de adequação e fragmentação (desterritorialização e reterritorialização) são as construções de usinas hidrelétricas, que em sua maioria, buscam atender demandas energéticas dessas solidariedades verticalizadas, lastreadas pela ideia de desenvolvimento (conceito este também em disputa). Como ocorre na maioria das instalações dos sistemas técnicos atuais, há uma necessidade de modificação espacial. Segundo Germani (2003, p. 13) “a instalação de uma usina hidrelétrica implica na construção de um reservatório, o que ocasiona uma reestruturação espacial, trazendo como consequência inevitável, entre outras coisas, a obrigatoriedade da remoção da população que habita a área a ser inundada”.

A construção das usinas como as de Itaparica e Xingó, na região Norte da Bahia, com a finalidade de atender a demanda crescente do setor industrial e da mineração, são exemplos da transformação espacial que as forças capitalistas (incluindo o Estado) promovem para a sua realização⁶⁷. De modo geral, as barragens construídas pela Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco (CHESF), naquela região fez desaparecer cidades, desalojou milhares de famílias, separou inúmeros povos indígenas (FERREIRA, 2012).

De acordo com dados levantados em relatórios de Conflitos no Campo da CPT nos anos de 2007 e 2017, ocorreram 12 conflitos relacionados a Usinas Hidroelétricas (UEH) no primeiro ano, 8 apenas na região Nordeste do país. Em 2017 foram 14 no total, sendo que 9 ocorreram também na região Nordeste. O papel das UHE no processo de reprodução capitalista tornar-se ainda mais evidente quando observamos que até a década de 1990 – de 1905 a 1999 - o país

⁶⁷Segundo Ferreira (2012, p. 131-132) “A UHE Xingó afetou, sobretudo, a pesca artesanal efetuada no cânion do São Francisco, de Paulo Afonso-BA à Piranhas-AL, com o desaparecimento de várias espécies e ameaça de desaparecimento de outras, como é o caso do pitu. Já a barragem de Itaparica, a montante de Paulo Afonso impactou indiretamente o município através de graves problemas sociais por ela causados, sobretudo a desorganização da economia regional e do aumento da violência e do tráfico de entorpecentes dela decorrentes. O enchimento do seu reservatório, em 1988, feito prematuramente, sem a precedente limpeza da vasta área inundada, provocou grave surto de gastroenterite, que vitimou uma centena de pessoas, inclusive em Paulo Afonso”.

contava com 142 UHE, já dos anos 2000 até atualidade, entraram em operação, mais 75 usinas, ou seja, atualmente existem 217 em funcionamento (ANEEL, 2020).

A de maior potencial energético é a Usina de Belo Monte, 11.233.100 KW, localizada no estado do Pará, abrangendo os municípios de Altamira e Vitória do Xingu, entrou em operação no ano de 2016, após décadas de controversas e lutas por parte das várias comunidades existentes nas áreas previstas para implantação da usina, entre elas agricultores familiares, ribeirinhos, pescadores, moradores da periferia urbana de Altamira e os indígenas que vivem no entorno da obra, pertencentes em sua maioria às etnias Arara, Juruna, Xipaya, Curuaya e Xicrin, além da influência de grupos das etnias dos Kayapó do Mato Grosso e do sul do Pará (FLEURY; ALMEIDA, 2013).

Considerando essas relações, é que se vislumbra a resistência frente a expansão do sistema capitalista sobre os territórios como origem do conflito, no limiar da contradição que se dissemina nas relações sociais e no processo de reprodução humana onde se concretiza o choque das racionalidades distintas.

Ao analisar os dados de áreas de conflitos da CPT, de 2007 e 2017, tendo em vista que em 1997 esse dado ainda não era apresentado no relatório de Conflitos no Campo, em geral os conflitos aumentaram cerca de 15%, de 770 passou para 884, principalmente em função do aumento do número de conflitos envolvendo comunidades de seringueiros e indígenas, respectivamente (Tabelas 5.9 e 5.10).

Em geral, a região Nordeste apontou maior número de conflitos, tanto no ano de 2007, quanto em 2017, variando 16,22% no intervalo de 10 anos. Este cenário de maior conflituência nesta região ocorreu dada as dinâmicas de resistência principalmente nos estados do Maranhão e Bahia. Em ambos os estados, há um aumento considerável no número de conflitos em território quilombola. Em 2007, a região Nordeste apontou 17 conflitos em comunidades quilombolas, já em 2017 esse número passou para 72, sendo 52 destes no estado do Maranhão, a maioria relacionados ao Centro de Lançamento de Alcântara, que de acordo com Fellet (2019), encontram-se mais de 200 comunidades quilombolas, que historicamente ocupam a área desde 1700, que, contudo, foram desapropriadas desde a criação do centro na década de 1980, de tal maneira que as famílias permanecem em conflito. No caso específico deste estado, de 76 conflitos em 2007, passou para 180 em 2017 (Tabelas 5.9 e 5.10).

Em relação ao estado da Bahia, este passou de 47 conflitos, em 2007, para 97 em 2017, com destaque aos conflitos com construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), 12 no

total, principalmente comunidades quilombolas. Além dos fatos apresentados, destaque-se que estes estados da região Nordeste, com maior número de conflitos, estão englobados na política de expansão agrícola do MATOPIBA (Tabelas 5.9 e 5.10).

A região Centro-Oeste do país, foi a que apresentou maior aumento no número de conflitos envolvendo territórios indígenas, 566,67%, de 3 conflitos em 2007, passou para 20, em 2017. Por conseguinte, os resultados apresentaram elevação para o número de conflitos em Acampamentos Sem Terra (50%) e em Projetos de Assentamento (20%), respectivamente, nessa região.

No caso da região Norte, que aumentou em 37% o número de conflitos de 2007 a 2017, de forma mais expressiva em comunidades de Seringueiros (1.366,7%), Sem-terra (258,8%), Quilombolas (61,5%), e Indígenas (56,3%). O número de áreas em conflito na região Sul, também aumentou, na comparação entre 2007 e 2017, 6,90%, principalmente por conta dos conflitos envolvendo as áreas indígenas nessa região, em 2007 não havia nenhum registro de conflito nesta região, já em 2017, os dados da CPT apontaram 23 casos (Tabelas 5.7 e 5.8).

A região Sudeste, foi a única do país a apresentar uma variação negativa para o número de conflitos na comparação entre 2007 e 2017, -33,83%, ainda que fique na frente da região Centro-Oeste, onde a variação positiva foi expressiva nesse período (Tabela 5.7 e 5.8).

Apesar de em média, os conflitos em área de sem-terra, serem quantitativamente maiores, em termos nacionais, tanto para o ano de 2007 como o de 2017, a comparação desses anos, apontou um aumento mais expressivo em áreas de indígenas (166,7%) e quilombolas (142,86%) em relação aos conflitos envolvendo sem terras (50%).

Tabela 5.7 – Conflitos no campo por tipo de comunidade/povo, por região do país e participação percentual, em 2007

Comunidade/Povos	Centro-Oeste	%	Nordeste	%	Norte	%	Sudeste	%	Sul	%	Total Geral	%
Indígena	3	5,88	10	3,38	16	6,90	4	3,01	0	0,00	33	4,29
Quilombola	2	3,92	17	5,74	13	5,60	9	6,77	1	1,72	42	5,45
Faxinal	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	8	13,79	8	1,04
Seringueiros	0	0,00	0	0,00	3	1,29	0	0,00	0	0,00	3	0,39
Sem terra	8	15,69	16	5,41	17	7,33	24	18,05	9	15,52	74	9,61
Assentados	5	9,80	12	4,05	21	9,05	8	6,02	2	3,45	48	6,23
Outros	33	64,71	241	81,42	162	69,83	88	66,17	38	65,52	562	72,99
Total	51	100,00	296	100,00	232	100,00	133	100,00	58	100,00	770	100,00

Fonte: Elaborado com base em dados da CPT (2007).

Tabela 5.8 – Conflitos no campo por tipo de comunidade/povo, por região do país e participação percentual, em 2017

Comunidade/Povos	Centro-Oeste	%	Nordeste	%	Norte	%	Sudeste	%	Sul	%	Total Geral	%
Indígena	20	27,78	15	4,36	25	7,86	5	5,68	23	37,10	88	9,95
Quilombola	2	2,78	72	20,93	21	6,60	5	5,68	2	3,23	102	11,54
Faxinal	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5	8,06	5	0,57
Seringueiros	0	0,00	0	0,00	44	13,84	0	0,00	0	0,00	44	4,98
Fundo e Fecho de Pasto	0	0,00	21	6,10	0	0,00	0	0,00	0	0,00	21	2,38
Sem Terra	12	16,67	16	4,65	61	19,18	13	14,77	9	14,52	111	12,56
Assentados	6	8,33	25	7,27	23	7,23	1	1,14	0	0,00	55	6,22
Outros	32	44,44	195	56,69	144	45,28	64	72,73	23	37,10	458	51,81
Total	72	100,00	344	100,00	318	100,00	88	100,00	62	100,00	884	100,00

Fonte: Elaborado com base em dados da CPT (2017).

Como forma de ilustração, buscou-se agregar as informações apresentadas, numa classificação das comunidades em: tradicional, tradicional por atividade e sem-terra e assentados. De modo algum pretende-se determinar a profundidade temporal como argumento de resistência maior, contudo, refletir sobre o avanço sobre comunidades tradicionais, tendo como impulso a dinâmica da política neoextrativista, num processo de acumulação primitiva, ou de espoliação, conforme apontado por Harvey (2004). Segundo esse autor, a concepção de acumulação primitiva apresentada por Marx remonta uma série de processos, envolvendo:

[...] a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2004, p. 121).

No resgate a esses processos, as tabelas 5.9 e 5.10, abaixo, apontam uma variação geral de 104%, na comparação entre 2007 e 2017, com variações em todos os agregados: Tradicional por Atividade (1.366,67%); Tradicional (160,24%); e Sem-Terra e Assentados (36,07%). Contudo, essas variações foram mais expressivas para os classificados como tradicionais e tradicionais por atividade.

A região Nordeste, que mais contribui com o aumento dos conflitos, apontou uma variação maior no número de conflitos, em áreas de comunidades Tradicionais (300%). A região Norte, apontou variação expressiva para comunidades Tradicionais por atividade (seringueiros ou extrativistas), para Sem Terras e Assentados (121%) e áreas Tradicionais (58,62%). Tanto na região Centro-Oeste como no Sul, as variações foram maiores para conflitos em áreas Tradicionais, sendo que nesta última região os conflitos em áreas de Sem Terra e Assentados reduziu. A região Sudeste foi a única a apresentar reduções no número de conflitos, tanto em áreas tradicionais como nas ocupadas por Sem Terra e/ou Assentados (Tabelas 5.9 e 5.10).

De acordo com Porto-Gonçalves e outros (2017, p. 43) as populações tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, camponeses de fundos de pasto, geraizeiros e posseiros) foram responsáveis por 69% das ocorrências de expulsões ou tentativas de expulsão, já os outros 31% são relacionados a categoria de Sem Terras e Assentados.

Ainda conforme desses autores, a relação das comunidades tradicionais com a terra, é em certa medida diferenciada “as ocupam e delas dão sentido prático-material às suas vidas”, tendo, na sua maior parte, o território não como propriedade privada, mas em muitos casos como de uso comum. Ante a essa distinção com a racionalidade capitalista, o conflito tende a ser percebido como a dicotomia entre o moderno e o arcaico, usado pelo discurso do capital para sua expansão como ideologia da modernidade e do desenvolvimento. No entanto, a potência da resistência dessas comunidades que insistem em permanecer – revelado pelos dados –, pelo aumento do número de conflitos nesses territórios, enfrentando as tentativas de espoliações do capital.

Tabela 5.9 – Número de conflitos relacionados a comunidades tradicionais, tradicionais pela atividade, Sem Terra e Assentados, por Grande Região brasileira, nos anos de 2007 e 2017

Regiões	2007				2017			
	Tradicional ¹	Tradicional pela Atividade ²	Sem Terra e Assentado	Total	Tradicional ³	Tradicional pela Atividade	Sem Terra e Assentado	Total
Centro-Oeste	5	0	13	18	22	0	18	40
Nordeste	27	0	28	55	108	0	41	149
Norte	29	3	38	70	46	44	84	174
Sudeste	13	0	32	45	10	0	14	24
Sul	9	0	11	20	30	0	9	39
Total Geral	83	3	122	208	216	44	166	426

¹ Comunidades Indígenas, Quilombolas e Faxinal; ² Apenas comunidades de seringueiros; ³ Comunidades Indígena, Quilombola, Faxinal e Fundo e Fecho de Pasto.
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da CPT (2007 e 2017).

Tabela 5.10 – Variação percentual do número de conflitos em territórios tradicionais, tradicionais pela atividade, Sem Terra e Assentado, por Grandes regiões, de 2007 a 2017

Classificação	Tradicional (%)	Tradicional pela Atividade (%)	Sem Terra e Assentado (%)	Total (%)
Centro-Oeste	340,00	0	38,46	122,22
Nordeste	300,00	0	46,43	170,91
Norte	58,62	1.366,67	121,05	148,57
Sudeste	-23,08	0	-56,25	-46,67
Sul	233,33	0	-18,18	95,00
Total Geral	160,24	1.366,67	36,07	104,81

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da CPT (2007 e 2017).

O Quadro 5.1, abaixo, apresenta das empresas em conflito em áreas tradicionais, tradicionais por atividade, sem-terra e assentados, nos anos de 2007 e 2017. Essas foram as empresas que apareciam denominadas nos conflitos contabilizados pela CPT, não significando que sejam apenas essas, tendo em vista que muitas das fazendas nominadas em conflito podem ser objeto de disputa de outras empresas.

Em 2007 a maioria das empresas em conflito foram de produção de celulose, as demais são de setores de exploração e refino de petróleo, atacadista de rações, forragens, atacadista de arroz, soja e algodão, madeireira, mineradoras, imobiliária e de infraestrutura. Das nove listadas, seis possuem capital aberto, e quatro possuíam participação estatal, principalmente a empresa Votorantim, na qual o Banco do Brasil possui 49,99% do capital volante (Quadro 5.13).

Já no segundo ano analisado, 2017, foram 18 empresas listadas e duas obras de infraestrutura estatal para atender demandas do setor privado (Fiol e Complexo Suape) em conflito com as comunidades tradicionais e não tradicionais. A grande parte dessas empresas são mineradoras (7) e de Celulose (4). As demais são de transporte de minério de ferro, madeireira, setor pecuarista (2), grãos (café, milho, soja), alimentos e produção de energia. Dessas empresas 1/3 possuem capital aberto em bolsa de valores e quatro possuem participação estatal, com destaque para as empresas Vale e Suzano Papel e Celulose, nas quais o BNDES possui participação como acionista. Algumas dessas empresas, apesar de não possuírem capital aberto, são pertencentes a conglomerados de indústrias internacionais de Singapura e Japão, ou ainda de propriedade de fundos de investimento britânico. Ademais, a grande maioria das empresas possuem perfil exportador (Quadro 5.1).

Quadro 5.1 – Empresas, obras e setores em conflito em áreas tradicionais, tradicionais por atividade, Sem Terra e Assentados, nos anos de 2007 e 2017

2007					
Empresa	Setor	Tipo de Capital	Participação do Estado	Classificação*	Nacionalidade
Petrobrás	Exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo, gás natural e seus derivados.	Aberto	Sim	Combustível Mineral	Brasileira
Aracruz Celulose	Produção de Celulose de Fibra Branqueada de Eucalipto	Aberto	Não	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; Papel ou cartão para reciclar	Brasileira (Atualmente pertence a Fibria)

Continua

				(desperdícios e aparas); Papel e suas obras	
Acresul S/A	Produção de rações, forragem, alimentos para animais; Beneficiamento de arroz; comércio de Soja; Fabricação de óleos vegetais brutos; e Comércio Atacadista de algodão	Fechado	Não	Fabricação de Alimentos para animais; Beneficiamento de arroz; Comércio Atacadista de Soja; Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho; Comércio atacadista de algodão.	Brasileira
Imobiliária Porto Belo	Venda, compra e aluguel de imóveis	Fechado	Não	Comercialização de imóveis	Brasileira
Madeireira Cikel Brasil	Exploração Florestal; Produção de Carvão	Fechado	Não	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; Cortiça e suas obras; Obras de espartaria ou de cestaria	Brasileira
Suzano Papel e Celulose	Produção de Celulose de Fibra Branqueada de Eucalipto	Aberto	Sim**	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; Papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); Papel e suas obras	Brasileira (Atualmente pertence a Fibria)
Alcoa	Exploração e transformação de bauxita, alumínio e alumina	Aberto	Não	Metais comuns e suas obras	Estados Unidos
Valec	Infraestrutura	Aberto	Sim Estatal	Engenharia, construção e operação de ferrovias	Brasileira
Votorantim	Conglomerado dos setores de metais, siderurgia, cimento, celulose, energia, financeiro e produção de suco de laranja concentrado	Fechado	Sim***	Metais comuns e suas obras; Celulose e seus derivados; Energia; e Suco de Laranja	Brasileira
2017					
Empresa	Setor	Tipo de Capital	Participação do Estado	Classificação*	
Fiol	Ferrovia de Integração Oeste Leste	-	Sim	Obra de Infraestrutura	Brasileira

(Continuação)

Vale	Mineração (ferro, pelotas e níquel), logística, energia e siderúrgica.	Aberto	Sim**	Metais comuns e suas obras, dentre outros.	Multinacional
Aracruz Celulose	Produção de Celulose de Fibra Branqueada de Eucalipto	Aberto	Não	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; Papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); Papel e suas obras	Brasileira (Atualmente pertence a Fibria)
Projeto Minas-Rio (Grupo EBX-Anglo American	Transporte tubular de minério de ferro (entre as cidades Conceição do Mato Dentro, MG, e São João da Barra, RJ)	Aberto	Não	Transporte de Minério de Ferro	Britânico
Anglo American	Conglomerado de mineração, no Brasil, extração, beneficiamento e transporte dutoviário de minério de ferro e níquel.	Aberto	Não	Exploração de Metais e suas obras, transporte de minério de ferro.	Britânico
Suzano Papel Celulose	Produção de Celulose de Fibra Branqueada de Eucalipto	Aberto	Sim**	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; Papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); Papel e suas obras	Brasileira (Atualmente pertence a Fibria)
Complexo Suape	Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros	-	sim	Obra de infraestrutura	Brasileira
Amcel**** Amapá Florestal e Celulose S.A	Empresa do Grupo Nippon Paper, de manejo florestal de fornecimento a indústria de celulose	Fechado	Não	Processamento e Exportação de Eucalipto.	Brasileira
Madeireira Zattar	Extração e Exportação de madeira de Pinheiros	Fechado	Não	Madeira Compensada	Brasileira
Mineradora Vale Verde	Empresa de Extração e produção de Concentrado de Cobre, pertencente ao fundo de	Fechado	Não	Produção de Cobre Concentrado	Fundo de Investimento Britânico

Continuação

Conclusão

	investimentos britânico Appian Capital Advisory				
Grupo Mondelli	Abate e processamento de Carne <i>in natura</i> . Exportadora de Carne.	Fechado	Não	Carne de gado bovino congelado; Carne de gado bovino fresca ou refrigerada	Brasileira
Grupo Atallah	Conglomerado de empresas do segmento de pecuária, florestas, construções e incorporações.	Fechado	Não	Cana de açúcar e etanol; celulose, carvão e energia de biomassa; Carne Bovina; etc.	Brasileira
Grupo Amaggi	Produção agrícola de soja, milho e algodão, além de sementes de soja	Fechado	Não	Exportação de Soja, Milho e algodão	<i>Trading</i> brasileira
Lwarcel Celulose (Atual Bracel)	Empresa do Grupo Royal Golden de Cingapura de Produção de Celulose	Fechado	Não	Celulose e seus derivados.	Cingapura
MMX Mineradora	Extração de Minério de Ferro	Aberto	Não	Minério de Ferro	Brasileira
Grupo Maratá	Industria de Alimentos, café, produtos provenientes da atividade cacaeira, milho, sucos de frutas, etc. Exportadora	Fechado	Não	Café, Cacau, Milho, Suco de Laranja, etc.	Brasileira
Mineradora Andreis	Sem informação	Fechado	Não	Sem Informação	Brasileira
Potássio do Brasil	Extração e tratamento do minério de potássio	Fechado	Não	Minério de Potássio	Brasileira (controlado por investidores brasileiros e estrangeiros)
Britaboa	Empresa de Mineração	Fechado	Não	Exploração de rochas de classe ígnea de tipo biotita granito com granada	Brasileira
Itaipu Binacional	Usina Hidrelétrica	Fechado	Sim	Produção de Energia Elétrica	Brasileira

*Classificação com base nas descrições do Sistema Harmonizado do Comércio Exterior; **BNDES possui participação acionária; ***O Bando do Brasil possui 49,99% do capital volante; ****Apesar de não ter capital aberto a empresa pertence grupos Japoneses, Nippon Paper Industries e NYK – Nippon Yusen Kabushiki Kaisha que possui capital aberto.

Fonte: Elaborado pela autora.

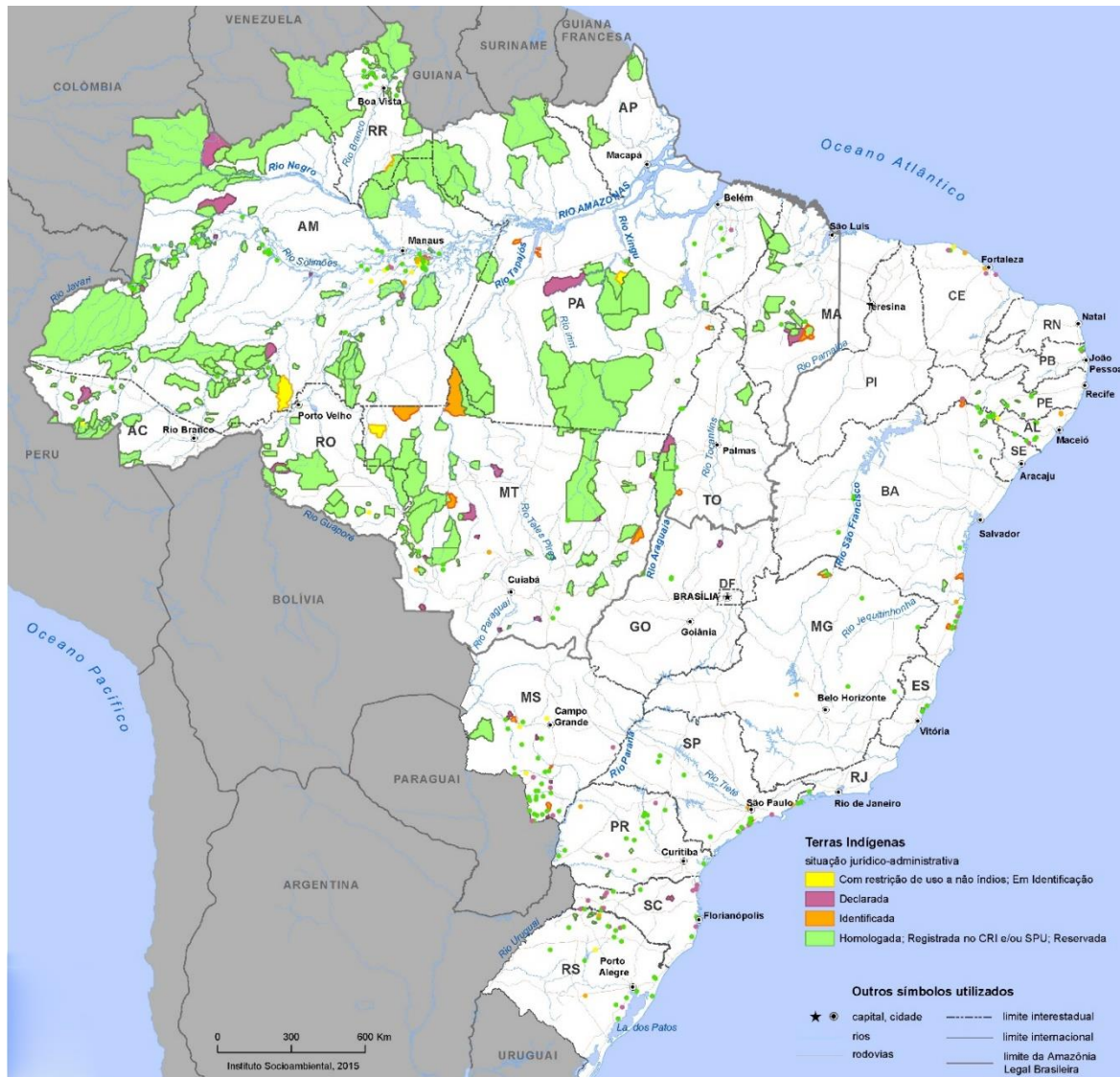
5.3.1 Aproximação da dinâmica concreta do conflito

De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA) no Brasil existem 723 Territórios Indígenas (TIs), em diferentes fases de procedimento demarcatório: em identificação (120), identificadas (43), declaradas (74), homologadas e reservadas (486). Essas áreas representam 13% do território brasileiro, que contempla 303 etnias, uma população de 660.446 pessoas (350.160 pessoas em área da Amazônia Legal e 303.170 fora da Amazônia legal), falando 154 línguas e dialetos (ISA, 2016) (Figura 5.2).

Conforme dados do IBGE (2020) ⁶⁸ a região Norte do país é de maior concentração de pessoas indígenas, 38,22% do total do país, seguida das regiões Nordeste (25,95%), Centro-Oeste (15,99%), Sudeste (11,05%) e Sul (8,78%).

⁶⁸Censo demográfico (2010).

Figura 5.2 – Mapa da localização dos Territórios Indígenas do Brasil, 2015



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA, 2015).

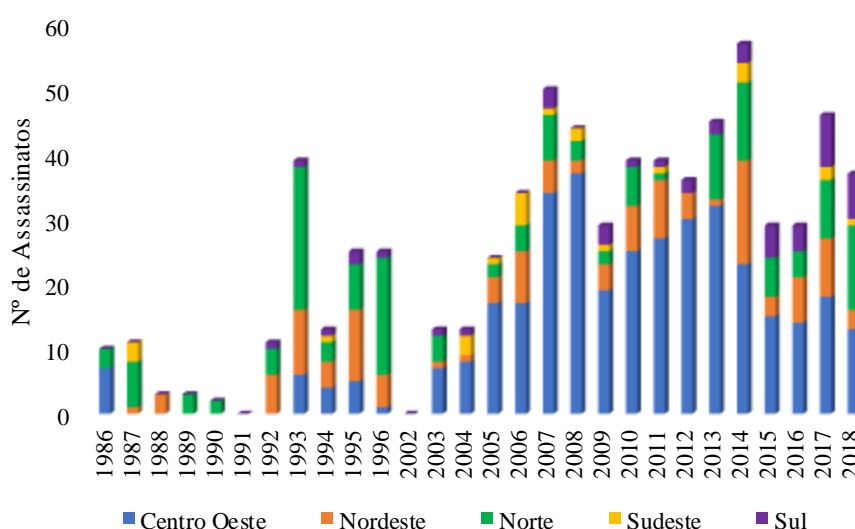
Por conta da lentidão nos processos de demarcação, o avanço de atividades extrativistas sobre o território, principalmente a partir dos anos 2000 com a adesão da política de *superávit* primário e a conformação do padrão de reprodução capitalista exportador de especialização produtiva, conforme apresentado no terceiro capítulo, a violência no campo vem aumentando. No caso específico dos povos originários, os indígenas, que possuem uma profundidade temporal ímpar em relação a outros povos, caso semelhante ao de outros povos tradicionais, como os quilombolas, encontram-se em risco no seu direito a terra.

A análise de dados de assassinatos de indígenas da Comissão Indigenista Missionário (CIMI), indica que de 1986 a 1996, houve 142 assassinatos, já de 2002 a 2012, 321, um aumento de

mais de 120%. Entre os anos de 2013 e 2018, ocorreram 243 assassinatos de indígenas (Figura 5.3).

A Figura 5.3 demonstra que a região Centro-Oeste é uma das mais violentas para o indígena, predominando na maior parte do intervalo de 1986 a 2018, atingindo o máximo de 37 assassinatos no ano de 2008. Contudo, a região Norte nos dois últimos anos vem apresentando crescimento da violência, com 9 assassinatos em 2017 e 13 em 2018.

Figura 5.3 – Número de assassinato de indígenas por região do país, de 1986 a 2018



Fonte: CIMI, 2019.

Em termos estaduais, o estado mais violento, não apenas na região Centro-Oeste, mas entre todas as unidades federativas, é o Mato Grosso do Sul. De 1986 a 2018 foram 350 assassinatos, cerca de 50% do total de todos os estados brasileiros. Entre os anos de 1986 a 1996 a média de assassinatos por ano, nesse estado, era de 4. De 2002 a 2018, a média passou a ser de 20 assassinatos. Os outros dois estados mais violentos nesse intervalo de tempo, foram Roraima (local onde fica o território indígena Raposa Terra do Sol) (72) e Amazonas (39). No caso específico do Nordeste se destacam, os estados do Maranhão (38) e Bahia (37).

Nesse mesmo compasso, o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, da CIMI, publicado em setembro de 2019, aponta o registro de 109 casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio”. No ano anterior, 2017, foram registrados 96 casos, contudo, nos nove primeiros meses de 2019, a registro parcial já aponta 160 casos desse tipo de violência em territórios indígenas (CIMI, 2019, p. 6).

Apesar do art. 231 da Constituição Federal de 1988, em seu §2º afirmar que “As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”, e o art. 67 determinar que a união “concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”, não é o que ocorre na realidade.

5.3.2 O conflito indígena na Bahia

A Bahia é o 4º estado com maior número de indígenas no Brasil (6,70%), ficando atrás somente do Amazonas (20,46%), Mato Grosso do Sul (8,59%) e Pernambuco (6,80%). Sendo dessa forma, o segundo do Nordeste (25,83%), ficando atrás apenas de Pernambuco (26,21%) (IBGE, 2020). Conforme Sampaio (2010), a Bahia possui 15 povos (etnias) indígenas, vivendo ao menos em 33 territórios, 27 municípios e cerca de 100 comunidades locais (Quadro 5.1 e Figura 5.4).

A configuração espacial dos povos indígenas na Bahia é delineada por dois contextos “históricos e regionais básicos e bem definidos” (SAMPAIO, 2010). Na Mata Atlântica e litoral ao Sul e Extremo Sul do estado, essa configuração espacial se deu por meio da conquista iniciada ainda no século XVI, com a implantação de aldeamentos missionários, sobretudo nas matas do interior, de maneira muito lenta, prologando-se até as décadas preliminares do século XX, com a chegada dos dois últimos bandos indígenas autônomos do estado (Hã-Hã-Hãe e Baenã), atraídos para o posto indígena Caramuru do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), atual município de Itaju do Colônia. No caso do semiárido nordestino, na porção Norte do estado, a formação dos atuais territórios indígenas é resultante das frentes de expansão da pecuária no século XVII, na qual a população indígena sobrevivente foi sendo reunida até o século XVIII, em aldeamentos missionários de ordens religiosas (SAMPAIO, 2010).

Os processos históricos que marcam a constituição dos atuais conflitos em territórios indígenas possuem muitas nuances e especificações locais. Contudo, refletem a dinâmica geopolítica da economia colonial e posteriormente a intrusão estatal para dominação dos espaços, utilizando de instrumentos legais⁶⁹, bem como a descaracterização dos povos por meio da atribuição

⁶⁹Lei de terras de 1850, ordenando a incorporação dos próprios nacionais nas terras de aldeias de índios, considerados dispersos e confundidos na massa da população civilizada; Em 1873 em documento com a relação das aldeias existentes na comarca da Bahia, o Visconde de Sergimirim, o então diretor geral dos índios, relata que “muitas já não são habitadas por ‘caboblos’ e outras apenas conservam o nome tal é o estado de abatimento

designativa, “cabocla”, num sentido homogeneizadora e pejorativa⁷⁰, que convergiu para a idealização de finitude, da extinção dos índios, discurso este ainda em uso, na dinâmica atual dos conflitos.

Sampaio (2010) afirma que a referência da expressão “caboclo” aos índios, ou não mais “índios”, surge em meados do século XVII, após o período da expulsão dos holandeses do Brasil, referindo-se à população dos aldeamentos litorâneos onde predominava a origem etnolinguística tupi. De tal modo que a designação, caboclo, seria uma versão corrompida do termo em tupi para “retirados da mata”. Iniciando um processo de “desindianização” formal das comunidades de aldeamento coloniais, intensificada com a expulsão da ordem jesuíta do Brasil.

Desde o início da colonização as frentes de expansão do território baiano e a relação com os habitantes originários regia-se, quando não exterminados, pela política de deportação e concentração de grupos indígenas, primeiramente em aldeamentos administrados pelas missões jesuítas, posteriormente transformados em vilas, sob tutela do estado. Estas vilas, foram sendo povoadas por não índios, atraídos de forma deliberada pelo próprio estado, que depois negou a existência indígena (SAMPAIO, 2010; CARVALHO; CARVALHO, 2012).

Sobre esta política e o processo de intrusão nos territórios indígenas, Sampaio (2010, p. s.i) relata que:

Prosseguiu no século XIX a ocupação por não índios dos territórios dos aldeamentos e “vilas de índios” - agora administrados por diretores nomeados pelo governo provincial; processo que foi acelerado pela Lei de Terras de 1850. Eram comuns na segunda metade do século documentos oficiais que declaravam não haver mais índios nesses estabelecimentos e eles foram sendo um a um extintos, até que, por um decreto estadual de 1890, a própria Diretoria de Índios na Bahia foi extinta. Deste modo, o estado ingressou no século XX sem contar mais com nenhuma comunidade indígena reconhecida enquanto tal pelo poder público, ressalvados os poucos bandos ainda autônomos nas matas do Sul, nas bacias dos rios Gongoji, Cachoeira, Pardo e Jequitinhonha. A maioria desses bandos foi simplesmente dizimada entre 1910 e 1930 pelas frentes de expansão da lavoura cacaueteira, ressalvados os dois pequenos grupos mencionados acima [população indígena predominantemente da família linguística maxacali e etnia pataxó] (SAMPAIO, 2010, p. s.i).

a que se acham reduzidas” (CARVALHO; CARVALHO, 2012); Decreto Estadual de 1890 extingue a Diretoria de Índios na Bahia (SAMPAIO, 2010).

⁷⁰Carvalho e Carvalho (2012) trata de modo mais abrangente a categoria “caboclo” e sua etnografia diante do seu uso em diferentes regiões da Bahia e de forma cautelosa aponta as diferentes origens e designações, e sua relação com a categoria indígena.

Em outro trecho, continua Sampaio (2010, p. s.i):

Em 1926 o governo estadual criou uma reserva para abrigar os índios no Sul do estado e nela foram instalados o dito Posto Caramuru, para os recém contatados Hã-Hã-Hãe, de língua pataxó, e Baenã, de filiação etnolinguística imprecisa, possivelmente Botocudos; e, mais ao Sul, no atual município de Pau Brasil, o Posto Indígena Paraguaçu, para o qual foram atraídos contingentes de cariris-sapuiás egressos das revoltas da Pedra Branca; de camacãs dos falidos e invadidos aldeamentos do Pardo e do Cachoeira; e de alguns tupis de antigos aldeamentos litorâneos como Olivença, Trancoso, Barcelos e São Fidélis. Demarcada apenas entre 1936 e 1937, esta reserva, que ficou conhecida como Caramuru-Paraguaçu, foi imediatamente invadida por fazendeiros de cacau e gado que se valeram de arrendamentos e da corrupção de servidores do SPI para desencadear um novo processo de expulsão dos índios que perdurou - e quase foi plenamente consumado - com lances de extrema violência, até a década de 1970 (SAMPAIO, 2010, p. s.i).

No caso específico dos grupos indígenas do semi-árido baiano – foco também das missões religiosas dos jesuítas e capuchinhos, e dos processos de aldeamentos e posteriores vilas –, com a expansão da pecuária na região⁷¹, a chegada de posseiros e grileiros, fruto da instalação de colonos, não índios, as tensões e conflitos, expulsão dos índios, ao longo das décadas, foram tornando-se mais frequentes para os vários povos originários presentes nas proximidades do Rio São Francisco (CHESF). Contudo, tal contexto tornou-se ainda mais incerto com as construções de barragens a partir da criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco em 1945, tornando mais acirrada a disputa por territórios e pelo uso da água, frente as diversas categorias não indígenas e por processos de remoção tanto de populações de cidades inteiras, como também dos povos indígenas que tiveram suas áreas submersas com a construção de barragens (SAMPAIO, 2010).

Segundo Filho-Zuza (2011, p. 68) o Rio da Integração Nacional (modo como o Rio São Francisco é referenciado no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento regional) sempre foi palco de animosidades entre os vários grupos de interesse da Vale e do país. Além disso, a criação da empresa estatal CHESF, representa um exemplo contundente no âmbito desses conflitos, tanto político como econômico e social.

De modo emblemático destaca-se a questão indígena do Povo Tuxá, reconhecidamente presente nas áreas do médio e submédio São Francisco, no período colonial, permanecendo até 1988 os remanescentes do grupo indígena, nas áreas circunvizinhas da cidade de Rodelas. Os Tuxá foram removidos de suas terras, entre os anos de 1970 até 1988, tanto da Ilha da Viúva, quanto

⁷¹Esse período histórico, marcante para a região do Vale do São Francisco, é comumente denominado pelo “Ciclo do Couro”, caracterizando a implantação dos latifúndios pecuaristas (MELO, 1988).

da aldeia contígua a Rodelas. A remoção realizada pela CHESF teve como objetivo a implantação da hidrelétrica de Itaparica, atual Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (DURAZZO, 2018, p.86).

Os Tuxá antes da remoção, detinham o controle de seu território, no complexo de ilhas em torno da Ilha da Viúva, onde viviam da pesca, da exploração da agricultura de vazante e de um pequeno comércio de excedentes. Convivendo com os moradores brancos urbanos do município de Rodelas, sem grandes conflitos. Contudo, com a inundação da antiga cidade de Rodelas e das ilhas habitadas pelos Tuxá, houve um remanejamento de mais de 200 famílias desse povo indígena, que foi separada em três territórios diferentes dividindo o povo Tuxá em: Tuxá de Ibotirama, Tuxá de Rodelas e Tuxá de Inajá⁷². Esses grupos foram reassentados em territórios apertados, sem acesso ao leito do rio, em áreas de caatinga, que inviabilizou o desenvolvimento de suas atividades produtivas (CAMARGO, 2017, p.51-53).

Atualmente, os territórios indígenas na Bahia comportam uma área de 326.935,20 hectares, sendo o território de identidade de Itaparica, o de maior diversidade de etnias, 8, no total. Englobando os municípios de Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas. Contudo, em termos de concentração populacional indígena, o território da Costa do Descobrimento, é de maior número de indígenas, englobando os municípios de Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália (Quadro 5.2 e Figura 5.4).

Quadro 5.2 – Localização territorial e situação fundiária do povo indígena na Bahia, 2011

Município	Território	Povo	Situação Fundiária
Cotegipe	Bacia do Rio Grande	Aticum	Sem providência (c/ pleito p/ aquisição)
Curaçá	Sertão do São Francisco	Aticum	Ocupada, c/ Processo p/ aquisição
Rodelas	Itaparica	Aticum	Sem providência (c/ pleito p/ aquisição)
Euclides da Cunha	Semiárido Nordeste II	Caimbé	Tradicional, regularizada (homologada/registrada); c/ pleito p/ revisão
Glória	Itaparica	Cantaruré	Tradicional, regularizada (homologada)
Lauro de Freitas	Metropolitano de Salvador	Cariri-Xocó	Dominial (de associação indígena), adquirida (doada)
Glória, Paulo Afonso e Rodelas	Itaparica	Pancararé	Tradicional, regularizada (homologada/registrada); c/ pleito p/ revisão

Continua

⁷²Para entender melhor sobre a separação do Povo Tuxá ver Melo (1988).

Muquém de São Francisco	Velho Chico	Pancarú	Sem providência (c/ pleito p/ aquisição de área a definir)
Serra do Ramalho	Velho Chico	Pancarú	Reservada, regularizada (homologada/registrada)
Porto Seguro	Costa do Descobrimento	Pataxó	Tradicional, em regularização (declarada); parc. Subjúdice
Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália	Costa do Descobrimento	Pataxó	Tradicional, regularizada (homologada); em revisão; parc. Subjúdice
Porto Seguro	Costa do Descobrimento	Pataxó	Tradicional, regularizada (homologada); c/ pleito p/ revisão
Santa Cruz Cabrália	Costa do Descobrimento	Pataxó	Tradicional, regularizada (homologada/registrada); em revisão
Itamaraju, Porto Seguro e Prado	Extremo Sul e Costa do Descobrimento	Pataxó	Tradicional, parc. regularizada (Barra Velha e Águas Belas [homologadas]) e parc. em regularização (Barra Velha do Monte Pascoal [identificada] e Comexatiba [em identificação]); parc. subjúdice; c/ pleito p/ revisão
Camacã, Itaju do Colônia e Pau Brasil	Litoral Sul	Pataxó Hã-Hã-Hãe (Baenã, Camacã, Cariri-Sapuíá, Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambá do Caramuru)	Tradicional, a regularizar; reservada; subjúdice
Camamu	Baixo Sul	Pataxó Hã-Hã-Hãe (Cariri-Sapuíá)	Dominial, adquirida
Muquém de São Francisco	Velho Chico	Quiriri	Dominial, adquirida, Regularizada (Homologada)
Banzaê e Quijingue	Semiárido Nordeste II e Sisal	Quiriri	Tradicional, regularizada (homologada/registrada)
Paulo Afonso	Itaparica	Trucá	Sem providência (c/ pleito p/ aquisição de área a definir)
Sobradinho	Sertão do São Francisco	Trucá	Sem Providência (ocupada, c/ pleito p/ aquisição)
Abaré e Curaçá	Itaparica e Sertão do São Francisco	Tumbalalá	Tradicional, em regularização (identificada); c/ pleito p/ revisão; parc. Subjúdice
Buerarema, Ilhéus e Una	Litoral Sul	Tupinambá de Olivença	Tradicional, em regularização (identificada); parc. Subjúdice

Continuação

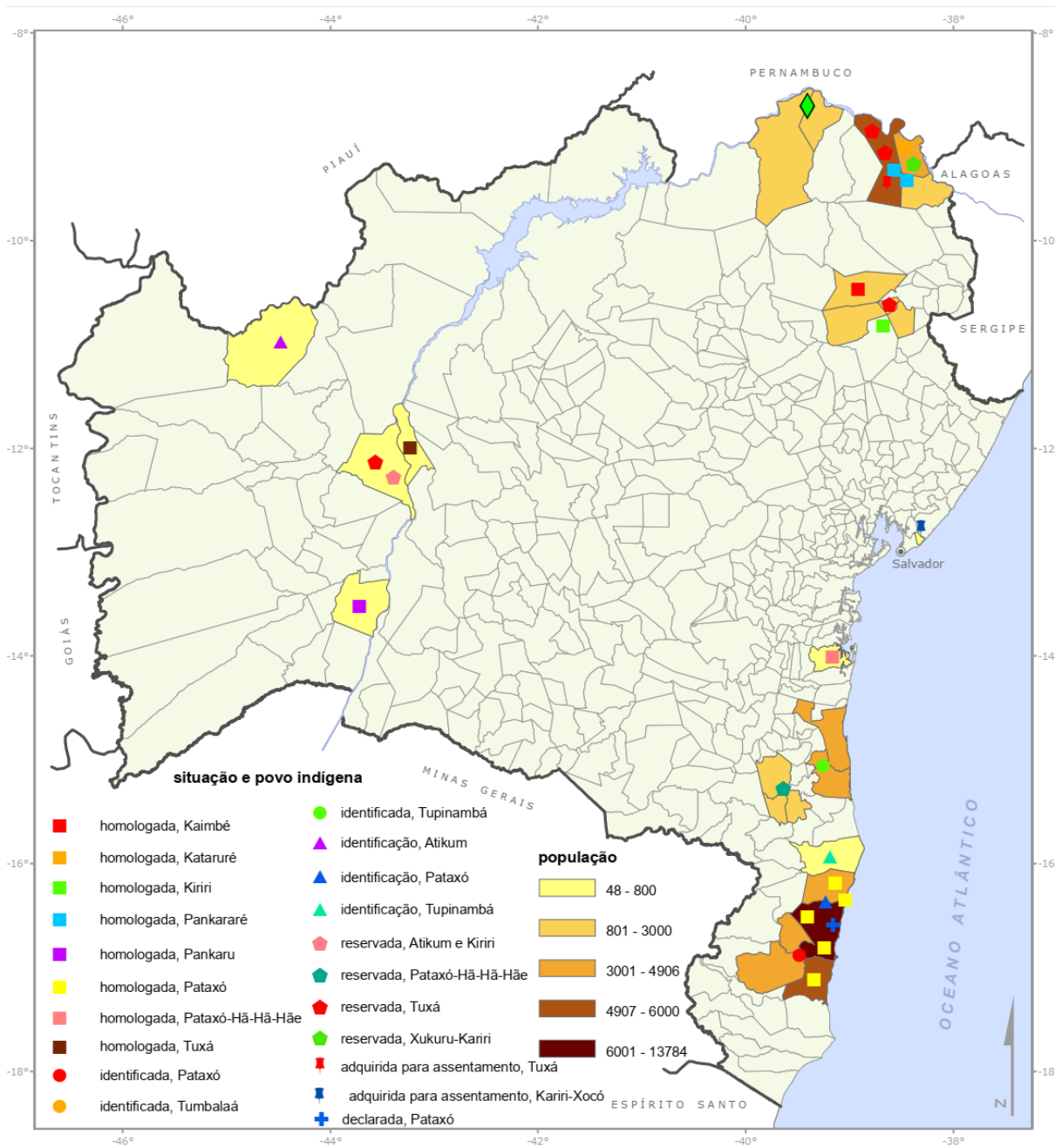
Conclusão

Belmonte	Costa do Descobrimento	Tupinambá do Jequitinhonha	Tradicional, sem providência (a identificar); parc. Subjúdice
Itapebi	Costa do Descobrimento	Tupinambá do Jequitinhonha	Tradicional, sem providência (a identificar); parc. Subjúdice
Ibotirama	Velho Chico	Tuxá	Reservada, regularizada (homologada), adquirida (Chesf)
Muquém de São Francisco	Velho Chico	Tuxá	Dominial, adquirida (Chesf)
Rodelas	Itaparica	Tuxá	A reservar (a desapropriar)
Rodelas	Itaparica	Tuxá	Sem providência (a Reservar)
Rodelas	Itaparica	Tuxá	Sem providência (parc. Ocupada, c/ pleito p/ regularização)
Banzaê	Semiárido Nordeste II	Tuxá	Dominial, adquirida (Chesf)
Glória	Itaparica	Xucuru-Cariri	Dominial, adquirida

Fonte: Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI, 2011).

Conforme dados apresentados no Quadro 5.1, dos 31 territórios indígenas da Bahia, apenas 9 encontram-se em situação fundiária regularizada, sendo estes: Caimbé (Euclides da Cunha); Cantaruré (Glória); Pancararé (Glória, Paulo Afonso e Rodelas); Pancaru (Serra do Ramalho); Pataxó (Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália), (Porto Seguro) e (Santa Cruz Cabrália); Quiriri (Banzaê e Quijingue); e Tuxá (Ibotirama). Ademais, são 9 territórios indígenas sem providência, 4 em regularização, a regularizar e parcialmente regularizada, 6 em situação dominial – destes 2 são de aquisição por deslocamento de obras da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – e os demais em situação de ocupação, identificada, mais sem regularização.

Figura 5.4 – População e situação jurídica dos povos e territórios indígenas, Bahia, 2012



Fonte: Geografar (2012).

Entre os anos de 2002 e 2017 houveram 142 ocorrências de conflitos em territórios indígenas na Bahia. A maioria desses conflitos (mais de 90%), na mesorregião Sul Baiano, destes 99 na microrregião de Itabuna-Ilhéus e 30 na microrregião de Porto Seguro. As ocorrências contabilizadas nesse período envolveram 5.773 famílias indígenas, sendo 5.392 na mesorregião Sul Baiano, mais de 90% do total (CPT, 2018).

Os dados indicam que, de 2002 a 2017, um total de 1.461 famílias estiveram em situação de tentativas e ameaças de expulsão, sendo 70, expulsas. Ameaças de despejo, 2.036, com 1.210 despejadas, além de 210 casas e 215 roças, destruídas.

Os tipos de violência realizada em algumas dessas ocorrências são: ameaça de morte; assassinato; tentativa de assassinato; agressões; danos; detenção; humilhação; impedimento de ir e vir; intimidação; morte em consequência; prisão; terrorismo; e tortura. Ainda de acordo com os dados, as categorias que causaram essas ações violentas, em sua maioria, são fazendeiros, em 107 das 142 ocorrências, mais de 75% dos casos. As outras categorias englobam empresários, mineradoras, pistoleiros, governo federal e municipal, judiciário, polícias civil, militar e federal, e políticos (CPT, 2018). Ou seja, o Estado em suas várias instâncias e representações, também são agentes promotores de violência contra indígenas.

Ainda segundo Sampaio (2010) os três grandes focos de conflito fundiário indigenista da Bahia, que marcam o cenário nupérrimo, são os dos territórios Tupinambá de Olivença, dos Pataxós no Monte Pascoal e o da Reserva Caramuru-Paraguaçu dos Pataxós Hã-Hã-Hãe, os quais estão presentes o signo frequente da questão indígena, as manifestações de preconceito por parte da mídia local, bem como das autoridades públicas, que criminalizam a luta indígena, principalmente os seus líderes, tal como já ocorreu com Babau (Cacique da Aldeia da Serra do Padeiro) e Joel Brás (TI Pataxó).

Conforme dados levantados pela CPT (2018), alguns dos territórios em conflito envolviam as seguintes atividades econômicas: cacau; consorcio cacau-seringueira; consorcio cacau-pecuária; construção civil; extração ilegal de madeira; mineração; papel e celulose; pecuária; e pupunha.

De alguma maneira a observação dos dados suscita a intuição de uma continuidade histórica dos estratagemas, artifícios e articulações entre as forças antagonicas [na disputa dos territórios indígenas] locais e os interesses capitalista assimilados na perspectiva das ações estatais sob a lógica mercadológica de um “justo” desenvolvimento na dinâmica espacial, política, social e econômica no estado da Bahia, mantendo uma estrutura social de violência, insegurança e morte dos povos originários.

5.3.3 Uma avaliação empírica em territórios indígenas no sul e extremo sul da Bahia

A pesquisa de campo foi realizada em duas aldeias de etnias distintas, Pataxó e Tupinambá de Olivença. A primeira localizada na região Extremo Sul da Bahia, aldeia Gurita, da terra indígena Comexatiba (Cahy-Pequi) e a segunda, na região Sul do estado, aldeia Tucum, do povo Tupinambá de Olivença. O primeiro trabalho de campo, foi na aldeia Tucum, no dia 28 de junho de 2018, feriado em comemoração do aniversário do município de Ilhéus. O segundo no dia 17 de novembro do mesmo ano, na aldeia Gurita.

As entrevistas ocorreram de forma semiestruturadas, realizadas principalmente com os caciques das aldeias, ouvindo quando possível outras lideranças e indígenas da aldeia⁷³. A opção por essa abordagem metodológica justifica-se deu-se pela necessidade de contrastar os aspectos concretos dos conflitos em territórios indígenas, sob a perspectiva de seus respectivos povos, às categorias analíticas empregadas nos capítulos anteriores. A escolha das aldeias buscou preservar os contextos históricos da configuração espacial dos territórios indígenas da Bahia, discutidos anteriormente.

De maneira geral, foram consideradas também, informações coletadas em seminários e reuniões nas quais haviam participação de lideranças indígenas relevantes na Bahia, mas também nacionalmente, como Cacique Babau – cacique da aldeia da Serra do Padeiro, integrante da terra indígena Tupinambá de Olivença – e a índia Sônia Guajajara, candidata a vice-presidente do Brasil em 2018, pertencente a terra indígena Arariboia, do estado do Maranhão.

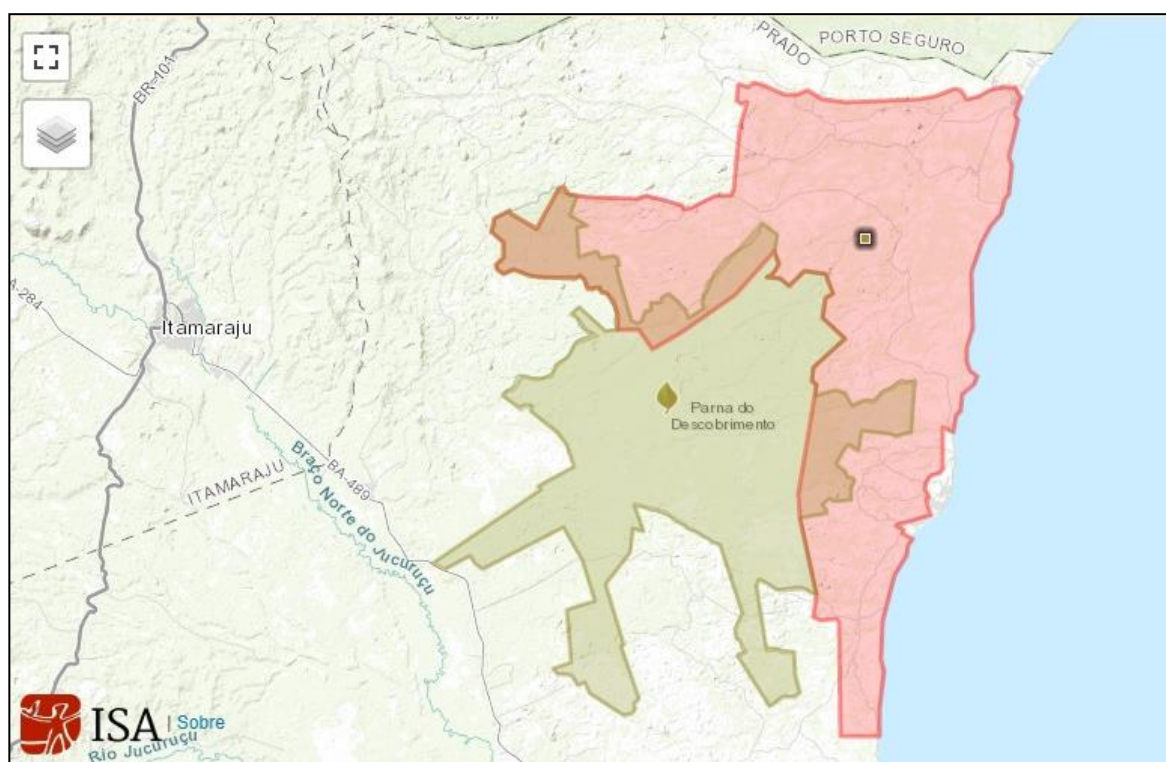
Por meio dessas incursões foi possível aproximar-se da realidade dos conflitos, ainda que com certas limitações. Extraindo elementos substanciais para compreensão do processo de acumulação capitalista sobre o território indígena, através de processos de desterritorialização e reterritorialização – expropriação, reintegrações de posse, concessão para exploração mineral, sobreposição e a permanente tentativa de “desindianização” –, valendo-se de estratégias e articulações com o poder público. Por outro lado, há a resistência dos povos indígenas, cada vez mais articulados entre si e em ações de representatividade, bem como as ações de retomada e permanência.

⁷³As entrevistas realizadas foram gravadas em áudio e vídeo e transcritas.

5.3.3.1 Terra indígena Comexatiba (Cahy-Pequi): aldeia Gurita

A terra indígena Comexatiba (Cahy-Pequi), segundo dados da Instituto Socioambiental (ISA, 2019), possui uma população de 732 indígenas, numa área de 28 mil hectares, apresentando uma situação jurídica, tida como identificada/aprovada na modalidade de tradicionalmente ocupada⁷⁴, encontrando-se como delimitada⁷⁵, localizada no âmbito do município de Prado, na região Extremo Sul da Bahia (Figura 5.5). De acordo com dados do Censo demográfico do IBGE (2010) o município de Prado é o 6º do estado maior número de indígenas e Ilhéus – do qual Olivença é distrito – é o 3º da Bahia.

Figura 5.5 – Mapa da terra indígena Comexatiba (Cahy-Pequi)



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA, 2019).

De acordo com Relatório da Funai sobre a terra indígena Comexatiba (Cahy-Pequi) os registros históricos e arqueológicos comprovam antes da chegada dos portugueses em território brasileiro, os Tupi, vindos do Sul do país, atingiram leste e nordeste do Brasil, expulsado da

⁷⁴São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96 (FUNAI, 2019).

⁷⁵Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena (FUNAI, 2019).

área grupos étnicos, que provavelmente seriam do tronco Macro-Jê – a língua Pataxó pertence à família Maxacali, tronco Macro-jê –, os quais se estabeleceram nas matas, em pequenos grupos sobrevivendo da caça, pesca e coleta. Estes grupos deslocaram-se para o interior em direção a Minas Gerais e seguido para o Centro-Oeste. Ainda segundo Emmerich e Monserrat (1975, p. 5) na sua pesquisa sobre a ocupação dos Aimorés (ou Guerens e Botocudos), relata que: “Ao realizar-se a grande entrada de Salvador Correa de Sá em 1577, ela também encontra *Aimorés* nas imediações do Rio Doce, juntamente com outras nações tapuias, como *Patachós*, *Apuraris* e *Puris*”.

Além disso, o relatório da Funai também aponta um dado que reforça a presença profunda dos Pataxós nesta região, está no fato de que a Serra dos Aimorés, em Minas Gerais, está na rota de circulação entre os estados da Bahia e Minas Gerais, especificamente no encontro das bacias dos rios Jequitinhonha e Mucuri, e de outras pequenas bacias intermediárias a Itanhém e Jucuruçu, locais estes constituídos de vários registros da presença dos Pataxós, Maxacali, bem como de outros grupos, conhecidos como “índios bravos”.

O município de Prado, segundo dados do povo Pataxó do Prado (2007), possui nove aldeias, sendo elas: Aldeia Nova (20 famílias); Alegria Nova (22 famílias); Águas Belas (55 famílias); Craveiros (27 famílias); Corumbauzinho (55 famílias); Pequí (24 famílias); Kaí (20 famílias); Tibá (40 famílias), Gurita (30 famílias) e Tawá (45 famílias)⁷⁶. A maioria dos indígenas Pataxós da TI Comexatibá que moram aqui, vivem da pesca, do marisco e artesanato⁷⁷

Dentre os desafios enfrentados pelos indígenas da TI Comexatiba, a **sobreposição** é um dos mais difíceis. Conforme informações do ISA e de Diego Braz, cujo nome e função indígena, é Cacique Mucugê, da aldeia Gurita, uma das aldeias localizadas na área de sobreposição do Parque do Descobrimento, que também abrange outras cinco aldeias: Kaí, Pequi, Tibá, Alegria Nova e Monte Dourado. O Parque Nacional do Descobrimento, criado em 1999 no contexto das comemorações oficiais dos “Quinhentos Anos” do descobrimento do Brasil, acirrou ainda mais os conflitos, já existentes, entre fazendeiros, bem como outra sobreposição na área de outras aldeias pertencentes a terra indígena Barra Velha, a do Parque Nacional do Monte Pascal.

De acordo com Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Comexatiba (RCID), publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em 27 de julho de 2015, a cerca da ocupação tradicional do povo indígena Pataxó, identificando e delimitando uma

⁷⁶De acordo com a Cardoso et. al. (2012), “os Pataxó se organizam socialmente em famílias nucleares e famílias extensas. As famílias mais antigas da Barra Velha são os Braz, Ferreira, Máximo, Santana, Alves e Nascimento”.

⁷⁷Conforme relato da liderança indígena Pataxó, Maria D’Ajuda,

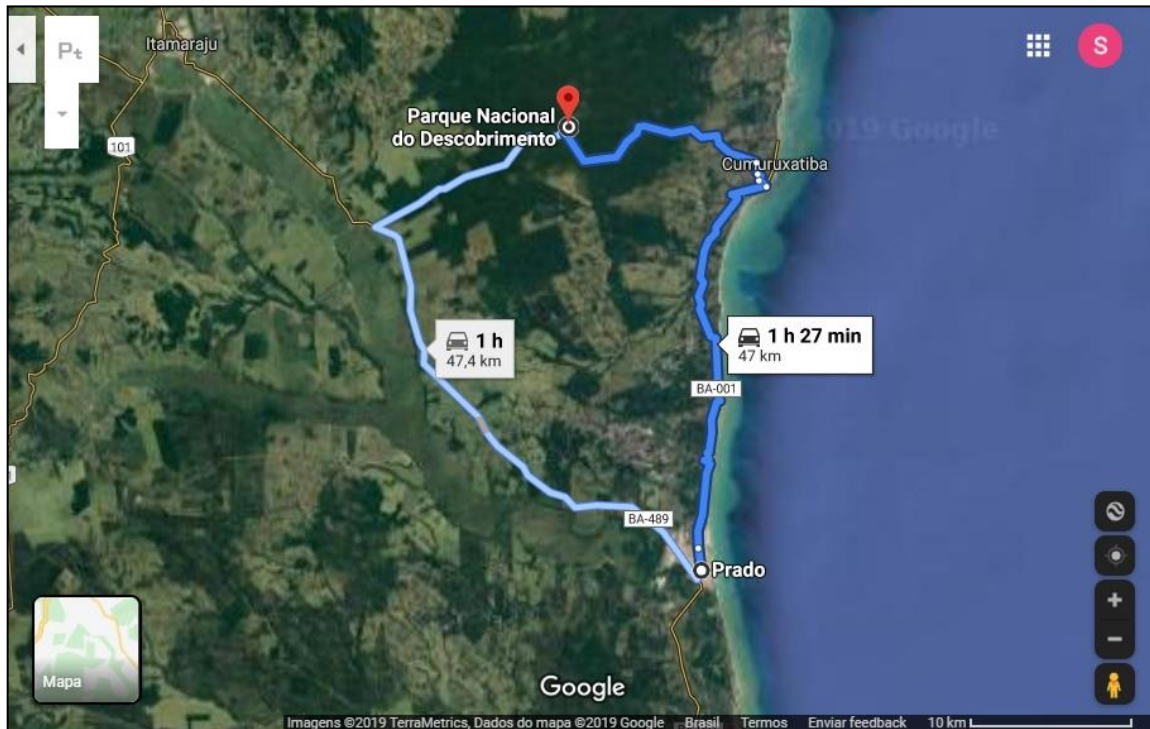
superfície de 28.077,3010 hectares, a Funai realizou levantamento fundiário identificando, 78 ocupações não-indígenas incidentes nessa área, bem como, ocupações de particulares, sobrepondo-se ao território indígena, 19,6% do Parque Nacional do Descobrimento – administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ambiental do governo brasileiro -, 93,95% do Projeto de Assentamento (PA) Fazenda Cumuruxatiba e 30,37% do PA Reunidas Corumbau.

Após a publicação do RCID em julho de 2015, o território indígena Comexatiba passou a ser alvo de tipos de violência, contra posse e propriedade, tal como a que ocorreu em agosto de 2015, quando homens armados invadiram a aldeia Kaí, durante a madrugada e incendiaram o centro cultural, na qual ficava os objetos de uso tradicional e religioso da aldeia. Além de tentativas de assassinatos, duas vezes no mês de setembro de 2015. No dia 7, indivíduos não identificados, posicionados em um dos acessos vicinais à aldeia Kaí, atiraram no veículo do cacique da comunidade. E no dia 23, quando o automóvel que fazia o transporte escolar indígena foi emboscado por homens armados, que desferiram diversos disparos contra o veículo e o incendiaram (UFBA, 2016).

Antes da publicação do relatório da Funai, já existia mais dezenas de ações de **reintegração de posse** contra os Pataxó da TI Comexatiba, passaram a tramitar na Justiça Federal de Teixeira de Freitas, sendo quatro delas de autoria do ICMBio, que administra o Parque do Descobrimento, e seis do INCRA, relacionados aos assentamentos que sobrepõe o TI. O relatório foi publicado no dia 27, entretanto, dias antes, no dia 14, o juiz Guilherme Bacelar Patrício de Assis, da Vara Federal de Teixeira de Freitas, deferiu os pedidos liminares de reintegração de posse de duas áreas retomadas da TI, pois, o ICMBio e a Justiça Federal alegavam não haver um entendimento oficial, nos termos da lei, conformando que o território reivindicado era tradicional do povo Pataxó. As aldeias atingidas por esse impasse foram Cahy e Gurita (CIMI, 2015).

No percurso até a aldeia foram percorridos 767 quilômetros, da capital Salvador, até o município de Prado. E mais 47 quilômetros, de Prado até o Parque Nacional do Descobrimento, onde fica localizada a aldeia, utilizando o trajeto da BA 001, uma estrada em sua maior parte de terra. O trajeto perpassa Cumuruxatiba, distrito de Prado, e o vilarejo Cumuru, no qual encontra-se a estrada para entrada do parque e da aldeia Gurita (Figuras 5.6, 5.7 e 5.8).

Figura 5.6 – Trajeto de Prado a Parque Nacional do Descobrimento



Fonte: Google Maps, 2019.

Figura 5.7 – Entrada do distrito Cumuruxatiba, Prado, Bahia, 2018



Fonte: Autora, 2018.

Figura 5.8 – Entrada da aldeia Gurita, Território Indígena Comexatibá (a), ao lado entrada do Parque Nacional do Descobrimento (b)



(a)



(b)

Fonte: Autora, 2018.

A entrevista principal foi realizada com o Cacique Mucugê Pataxó, nome indígena de Diego Braz, contudo, também foram ouvidos, o fundador da aldeia Gurita, pai do cacique, senhor Eliotero Ferreira da Cruz, conhecido por “Seu Té”, além da “Dona Lurdinha”, também indígena, mãe do cacique. A entrevista ocorreu nas áreas, ao lado da moradia da família e no espaço de convivência da aldeia, localizado no início da estrada que adentra o Parque Nacional do Descobrimento, que segundo os entrevistados, foi aberta por madeireiros da empresa Brasil-Holanda, com conhecimento dos administradores do parque (Figuras 5.8 e 5.9).

Figura 5.9 – Habitação da família do Cacique Mucugê (a) e área de convivência (b)



(a)



(b)

Fonte: Autora, 2018.

Conforme relato do Cacique Mucugê, a violência sofrida pelo povo Pataxó, ainda que tenha iniciado no período da colonização, sofre um agravante na década de 40. De acordo com informações extraídas do documento, *Aragwaksã*, Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas (2012), Na década de 40, avança na região atividades de

madeira e o extrativismo da piaçava (*Attaleia funifera*), bem como de cacau, sendo importantes fatores para ocupação do território Pataxó por não-índios e de mobilização de mão-de-obra indígena, de tal maneira, que a região é tomada pela atividade madeira e um considerável aumento do fluxo de fazendeiros, promovendo o desmatamento desenfreado impactando profundamente o meio ambiente do extremo sul e a sociedade Pataxó. Ainda de acordo com o documento, entre 1861 até 1951, o Povo Pataxó era pressionado por fazendeiros de cacau e madeireiros, que utilizavam de estratégias, absurdas, tais como espalhar roupas infectadas por lepra e varíola, entre os rios Contas e Pardo.

Aliado a expansão extrativista, tens a criação do Parque Monumento Nacional do Monte Pascoal, criado por meio do Decreto Lei nº 12.729, de 19 de abril de 1943, com prerrogativas de monumento nacional, mudando de forma drástica a vida do Povo Pataxó, haja vista o desenrolar de fatos que culmina no “Fogo de 51”, citado por todos os entrevistados, ficando perceptível a marca que esses acontecimentos deixaram nos indígenas e seus descendentes.

A memória guardada sobre esse acontecimento, de acordo com os mais velhos, relatam a participação de muitos indígenas no processo de demarcação do parque, juntamente com oito técnicos e um engenheiro que coordenava a atividade, sob determinação de Getúlio Vargas, acreditavam que ali seria instalado um parque indígena, considerando que se tratava de uma área com partes que faziam parte do território, reconhecido pelos indígenas como dos índios Pataxós. No entanto, descobriram que seriam expropriados da área demarcada para o parque, o que causou revolta e indignação, resultando na mobilização de um grupo de índios, liderado pelo Pataxó conhecido como capitão Honório Borges, que em 1949, partem para o Rio de Janeiro afim de solicitar ajuda ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI). No retorno à Bahia, capitão Honório Borges, trás consigo dois homens que o conheceu no Rio de Janeiro (genericamente designados tenente e engenheiro) que afirmaram querer ajudar. No entanto, estes dois, ao chegar, lideraram, conforme as evidências, um assalto a comerciantes do povoado de Corumbau. O assalto desencadeou revoltas contra os índios, que culminaram no que é localmente referido como o 'Fogo de 1951' (RCID, 2006).

Ao ser perguntado sobre o “Fogo de 51” e o seu significado para o povo Pataxó, o Cacique Mucugê, afirma que eles já sofriam violência antes de 1951, no entanto, aquele acontecimento marcou pela forma como aconteceu, com grande violência. Episódio acentuado pela atuação truculenta do governo militar nos anos que se sucederam, enraizando-se na memória social deste povo. Segundo ele muitas índias foram violentadas, tal como contava uma indígena testemunha e vítima, Zambelê, falecida a pouco tempo. Em seus relatos da violência sofrida,

também recordava das humilhações e violência sofrida pelo seu conjugê, pendurado num cangaiô, colocado um rabicho, como se fosse um animal.

Ainda sobre esse episódio, o cacique esclarece que o povo Pataxó não se fragmentou depois do Fogo de 51, como afirmam alguns textos. Na verdade o território indígena era grande e haviam alguns que se concentravam no território de Barra Velha, mas haviam grupos que ficavam no interior da mata. De modo, que com o acontecimento de 51, muitos fugiram para mata.

De acordo com Vianna (2004, p. 164) o episódio de 1951, “gerou um movimento de dispersão da população da ‘aldeia-mãe’ pela região, dando início ao processo de fundação de novas aldeias a partir do desdobramento de Barra Velha”.

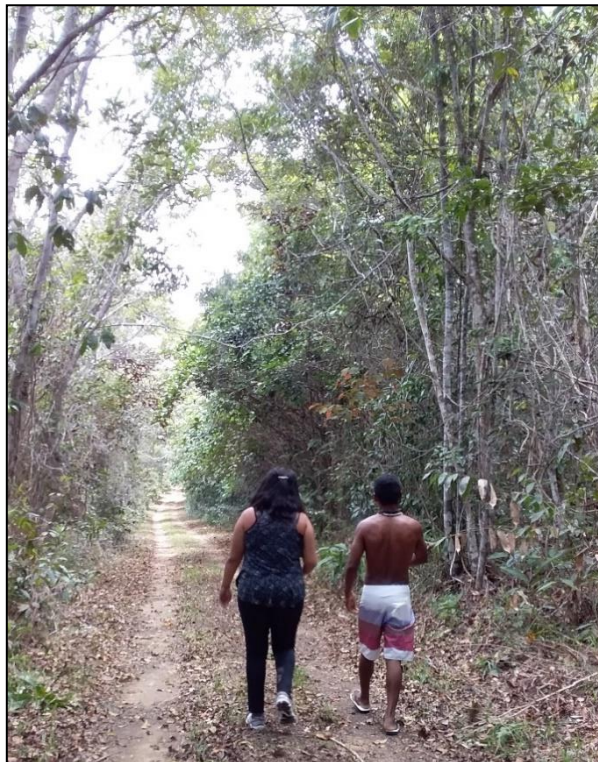
Outro aspecto é ressaltado pelo cacique, que usa o exemplo pessoal, em relação a mistura de indígenas com não indígenas:

Meu pai é Pataxó legítimo. Ele é da família dos Ferreiras, da aldeia de Barra Velha. Já a minha mãe é Brás, que é de origem dos Tupinambás de Olivença. O pai dela era africano e a mãe indígena, e eu tenho essa origem. Por onde eu ando eu tenho orgulho de contar minha origem. Então, a gente se misturou (CACIQUE MUCUGÊ, 2018).

Com relação a realidade atual, a aldeia Gurita, em **processo de demarcação**, sofre constantemente com uma rotina de conflito. O senhor Eliotero decidiu **retomar** a área, reconhecida como território indígena, em 2003, em resposta a criação do Parque Nacional do Descobrimento (PND), criado em 1999 sobrepondo cerca de 20% da área indígena. Além do fato de que, ainda que o Parque tenha estatus de unidade de Proteção Integral, e estes constantemente realizarem ações de represália para com os indígenas, proibindo a retirada de galhos mortos no chão, para cozimento de alimentos, os indígenas denunciam caso grave da presença de madeiras dentro do parque. De acordo com Miotto (2017), os indígenas encontraram pilhas de madeiras no parque, identificadas como oriundas de árvores típicas da Mata Atlântica, algumas em extinção e muito cobiçada pelas madeiras.

A Figura 5.10 mostra a estrada aberta pela madeireira Bralanda, Sociedade Anônima Brasil-Holanda Indústria, que atuou na região da década de 60 até final dos anos 90, conhecida pela utilização de métodos nada convencionais para retirada de regionais e índios das áreas objeto de interesse para exploração de madeira, utilizando colaboradores violentos, como agentes policiais, e com a conivência de autoridades locais com a finalidade de realização de atrocidades (RCID, 2006).

Figura 5.10 – Estrada aberta pelos madeireiros da Brasil-Holanda (Bralanda) no Parque Nacional do Descobrimento



Fonte: Autora, 2018.

Conforme, já citado acima, além da **sobreposição** do PND, a aldeia Gurita, também possui sobreposições com dois Projetos Assentamento, implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que não realizou nenhum estudo antropológico na área. Segundo cacique Mucugê, existem uma série de ações de reintegrações por parte do PND e do INCRA, para a retirada dos indígenas. No entanto, ainda de acordo com ele, muitos assentados venderam seus lotes para fazendeiros que agora disputam áreas de sobreposição.

As aldeias da TI Comexitibá, sofrem constantemente com violência e pistolagem, além de ações de **reintegração de posse**, como as que aconteceram em janeiro de 2016, na qual 100 policiais destruíram todas as casas, a escola e o posto de saúde, da aldeia Cahy, e mais de 70 famílias ficaram desalojadas. Após a suspensão da reintegração de posse, apenas 32 famílias retornaram.

Na aldeia Gurita, conforme relato do cacique Mucugê e índio Eliotero (Figura 5.11), a atual gestão tem uma melhor convivência com a aldeia, mas já sofreram com grande **intimidação** por parte da ICMBio (*sic*). Segundo o cacique:

Agora deu uma acalmada mais a gente sempre anda na expectativa de a qualquer momento a gente ser violentado. A qualquer momento sofrer retaliação na estrada. Então, a gente vive no meio do conflito. Mas não temos medo, temos fé primeiramente

em Deus nosso pai Tupã. Mas já somos muito violentados já (CACIQUE MUCUGÊ, 2018).

Ao ser questionado sobre como se organizam para o enfrentamento com esses conflitos de várias instâncias, o cacique Mucugê (2018) responde da seguinte maneira:

A gente hoje na verdade, não está mais no enfrentamento, né. Porque você sabe que, hoje a arma do índio é um arco, uma flecha e uma borduna⁷⁸. Então sabe que os fazendeiros, ele tem dinheiro para poder comprar arma. Nossa defesa hoje é procurar a justiça, a Funai, para fazer denúncia (CACIQUE MUCUGÊ, 2018).

Apesar de conviver bem, com os atuais donos da fazenda que fica em frente, há uma preocupação com o fato desta está sendo desmatada, tendo em vista a implantação da cultura do café. Além do fato de que ao redor do PND existirem fazendas de eucalipto e de gado, predominantes na região, juntamente com o café.

Figura 5.11 – Indígenas da aldeia Gurita, TI Comexatibá (Cahy-Pequi)



Nota: Da esquerda para direita, Cacique Mucugê Tapaxó, Dona Lurdinha (mãe do cacique), Eliotero Ferreira da Cruz, fundador da aldeia (pai do cacique) e a autora.

Fonte: Autora, 2018.

⁷⁸“Pau pesado em uma extremidade, que causava danos pelo impacto direto. As formas dessa arma (comprimento, peso, forma, decoração, etc) – e até os nomes (borduna, manacã, tangapema, ivirapema, tacape, etc), variam de grupo indígena para grupo indígena” (MUSEU NACIONAL UFRJ, 2019).

A situação dos indígenas da TI Comexatibá (Cahy-Pequi), é agravada pelo preconceito por parte dos comerciantes do distrito de Comuruxatiba que acreditam que os indígenas “sejam uma farsa”, bem como a **inércia** por parte da Funai⁷⁹ que demora para concluir os processos de demarcação das áreas indígenas, conforme apontado pelo cacique. Sendo um dos agravantes para o alto número de ações na justiça para reintegração de posse e conseqüentemente a rotina de insegurança (CACIQUE MUCUGÊ, 2018).

De acordo com dados do ISA (2019) o território indígena Comexatibá (Cahy-Pequi) é alvo de três processos de solicitação de concessão para extração de minérios, em estágio de autorização para pesquisa, todos referentes a substância, minério de titânio, requeridos por: Concentração e Separação de Minerais Pesados LTDA (CONSEMP); Fernandes Spillere Engenharia Ltda Me; e Gilberto de Campos.

A questão da sobreposição, problemática central da aldeia Gurita, não é um caso isolado, ao contrário concerne como uma das várias formas de insegurança das comunidades tradicionais nacionalmente. Segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA) até 2018, foram contabilizados 77 casos de sobreposição territorial envolvendo 61 Terras Indígenas e 57 Unidades de Conservação, totalizando aproximadamente, 11,4 milhões de hectares, representando cerca de 10% da extensão total das TIs que engloba o território nacional.

5.3.3.2 Terra Indígena Tupinambá de Olivença: aldeia Tucum

A TI Tupinambá de Olivença possui uma população de 4.631 indígenas, numa área de 47 mil hectares, com 22 aldeias, com incidência em três municípios do sul da Bahia: Ilhéus (19,36%), Una (8,59%) e Buerarema (27,65%) (Figura 5.12). Apresenta situação jurídica como identificada/aprovada na modalidade de tradicionalmente ocupada⁸⁰, possui Relatório de Identificação e Delimitação publicado em abril de 2009.

⁷⁹Conforme destacado por Baniwa (2007, p. 136) a tanto o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) quanto a FUNAI “desde a concepção que as originaram, sempre conviverem com essa contradição: proteger e tutelar para dominar, integrar e emancipar. Ainda hoje, a missão da FUNAI é dúbia e contraditória, pois ao mesmo tempo em que se coloca como protetora e aliada dos índios, discrimina povos que conseguiram às duras penas de suas asas tutoras”.

⁸⁰São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96 (FUNAI, 2019).

Quadro 5.3 – Ocorrências em conflitos no Território Indígena Tupinambá de Olivença, 2002 a 2017

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Categoria Causou Ação
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Faz. Santa Rosa/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	18/04/2005	200	Governo federal
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	09/02/2006	130	Governo municipal
Ilhéus	Faz. Limoeiro/T.I. Tupinambá	21/02/2006	200	Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	12/02/2007	130	Governo municipal
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	21/10/2008	20	Policial federal
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Faz. Santa Rosa/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	02/06/2009	60	Policial federal
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	10/03/2010		Judiciário
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	03/06/2010		Judiciário
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	03/10/2010	130	Policial militar
Ilhéus	Faz. Belo Horizonte/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	25/02/2011	15	Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	18/06/2012	130	Fazendeiro
Ilhéus	Faz. Fé em Deus/Povo Tupinambá	30/06/2012	70	Fazendeiro
Ilhéus	Faz. Estrela do Mar/Povo Tupinambá	07/06/2013	30	Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	14/08/2013		Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	24/08/2013		Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	03/09/2013		Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	05/09/2013		Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	08/11/2013		Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	30/11/2013	130	Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	20/02/2014		Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Faz. Santa Rosa/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Fazendeiro
Ilhéus	Faz. Belo Horizonte/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Fazendeiro
Una/ Buerarema	Conjunto Trindade/Povo Tupinambá	19/03/2014	1	Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Faz. Boa Vontade/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Faz. Bela Vista/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Faz. Catulé/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Faz. Copacabana/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Faz. Boa Vista I, II e III/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Faz. Lembrança/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Faz. Bom Viver/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Faz. Santa Catarina/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Faz. Modelo/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	22/03/2014		Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	24/04/2014	130	Fazendeiro
Ilhéus	Vila Santana/T. I. Tupinambá Olivença	26/04/2014		Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	01/05/2015	130	Fazendeiro
Belmonte	Com. Indígena Tupinambá Patiburi	06/05/2015		Fazendeiro
Belmonte	Com. Indígena Tupinambá Patiburi	07/05/2015	41	Fazendeiro
Olivença	Aldeia Gravatá/T. I. Tupinambá	12/01/2016		Mineradora

Continua

Conclusão

Oliveira	Aldeia Gravatá/T. I. Tupinambá	06/04/2016		Mineradora
Oliveira	Aldeia Gravatá/T. I. Tupinambá	07/04/2016	30	Mineradora
Ilhéus	Aldeia Tucum/T. I. Tupinambá de Oliveira/Mineradora Guanabara	10/04/2016		Mineradora
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	20/06/2016		Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	26/11/2016	130	Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	09/05/2017	130	Policial civil

Fonte: CPT, 2018.

Além do conflito com pecuarista e fazendeiros de cacau, o TI Tupinambá de Oliveira, sofre com os conflitos e a devastação das mineradoras em seu território. Segundo dados da Agência Nacional de Mineração o território possui 20 processos minerários, no qual 4 encontram-se em fase licenciamento, 5 em licenciamento, 8 em disponibilidade, 1 com requerimento de lavra e outro com concessão de lavra (Quadro 5.4).

Quadro 5.4 – Processos minerários do Território Indígena Tupinambá de Oliveira, 2019

PROCESSO	REQUERENTE	SUBSTÂNCIA	USO	ÁREA (h)	FASE
870430/2005	Areal Bela Vista Ltda. Epp	AREIA	Construção civil	15	LICENCIAMENTO
871107/2006	CLEIDE TAVARES DA SILVA-ME	AREIA	Construção civil	49	LICENCIAMENTO
872397/2009	Transporte e Depósito Nossa Senhora da Penha Ltda	AREIA	Construção civil	46	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
872478/2009	Gilvan Bezerra Lima Junior	AREIA	Construção civil	15	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
870928/2011	VELDO DA ANUNCIAÇÃO CORDEIRO	AREIA	Industrial	988	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
870929/2011	VELDO DA ANUNCIAÇÃO CORDEIRO	AREIA	Industrial	980	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
870872/2010	JN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGENS LTDA-ME	AREIA	Construção civil	50	REQUERIMENTO DE LAVRA
872800/2015	Fort Fio Comercio e Representações Ltda	AREIA	Construção civil	655	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
870799/2007	Areal Aliança Ltda Me	AREIA	Construção civil	50	CONCESSÃO DE LAVRA
300499/2011	DADO NÃO CADASTRADO	DNC	DNC*	970	DISPONIBILIDADE
870120/2012	CLAUDIA DE JESUS SANTOS	AREIA	Construção civil	1859	DISPONIBILIDADE
870333/2009	Mineração e Serraria Camilgran Ltda Me	GRANITO	Revestimento	225	DISPONIBILIDADE
870430/2005	Areal Bela Vista Ltda. Epp	AREIA	Construção civil	15	LICENCIAMENTO
300499/2011	DADO NÃO CADASTRADO	DNC	DNC	970	DISPONIBILIDADE
871107/2006	CLEIDE TAVARES DA SILVA-ME	AREIA	Construção civil	49	LICENCIAMENTO

Continua

Conclusão

870120/2012	CLAUDIA DE JESUS SANTOS	AREIA	Construção civil	1859	DISPONIBILIDADE
872397/2009	Transporte e Depósito Nossa Senhora da Penha Ltda	AREIA	Construção civil	46	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
870120/2012	CLAUDIA DE JESUS SANTOS	AREIA	Construção civil	1859	DISPONIBILIDADE
300499/2011	DADO NÃO CADASTRADO	DNC	DNC	970	DISPONIBILIDADE
870120/2012	CLAUDIA DE JESUS SANTOS	AREIA	Construção civil	1859	DISPONIBILIDADE

*Dado Não Cadastrado.

Fonte: Elaborado pela autora, base de dados da ANM, 2019.

A aldeia Tucum, na qual foi realizado um dos trabalhos de campo, está localizada em Olivença, distrito de Ilhéus, no sul da Bahia, distante da capital Salvador em 452 km. Conforme mencionado na seção anterior, o município de Ilhéus – do qual Olivença é distrito – é o 3º da Bahia, em número de população indígena.

A aldeia foi percorrida em suas áreas principais, nas quais o Cacique ia relatando e descrevendo as ações da comunidade e as principais atividades. Na Figura 5.13 é possível observar que as construções, tanto de moradia, como a escola, são de taipa, ou como é conhecido, *pau a pique*, consistindo no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, com vigas horizontais, geralmente de bambu, amarradas entre si por cipós, dando origem a um grande painel perfurado que, após ter os vãos preenchidos com barro, transformava-se em parede. Segundo o cacique, quando existem problemas em alguma moradia, eles realizam mutirão e constroem uma nova casa. Durante a visita, estava ocorrendo três mutirões, para construção de duas casas e da nova escola.

Figura 5.13 – Área da aldeia Tucum, (a) casa típica, (b) escola, (c) área de convívio e reuniões, (d) local sagrado, lugar dos rituais, (e) Rio Tororomba e (f) Nova escola em construção.



(a)



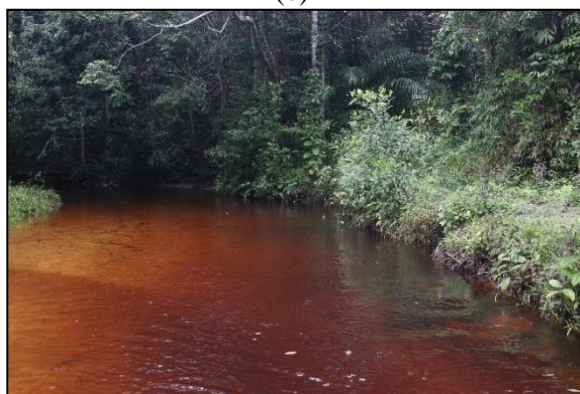
(b)



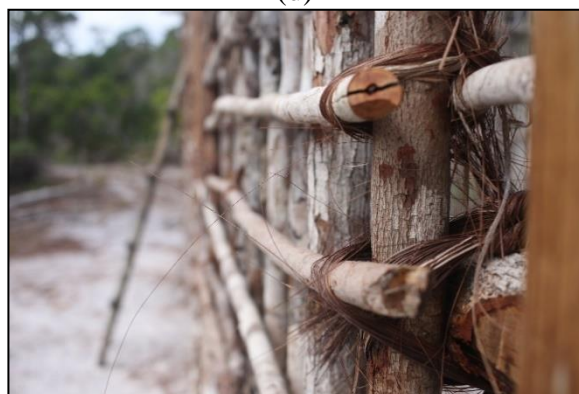
(c)



(d)



(e)



(f)

Fonte: Autora (2018).

As atividades econômicas na aldeia de comercialização e subsistência relaciona-se a cultura da mandioca e produção de farinha, tida como umas principais atividades, além de coco, banana e abacaxi, que no ano corrente da visita se constituía de 60 mil pés, bem como o artesanato (Figura 5.14).

Figura 3.14 – Casa de Farinha (a), (b) e (c), e artesanatos (e)



(a)



(c)



(d)



(e)

Fonte: Autora (2018).

Conforme, o Cacique Ramon, os Tupinambás de Olivença, estão em conflito desde a chegada dos portugueses, tal como o *Massacre do Rio Cururupe*, de 1559, quando Mem de Sã mandou executar os índios, que morreram as margens do *Rio Cururupe* e empilhados na areia (RAMOS, 2008).

Além da “Revolta do Cabloco Marcelino”, em 1929, que aconteceu na ponte do Rio Cururupe, lugar escolhido pela liderança da época, chamado por Cabloco Marcelino – chamado dessa forma, como estratégia de descaracterizar a luta indígena⁸¹-, como lugar estratégico para estrangular o tráfego e impedindo o acesso fácil a Olivença, com intuito de impedir o avanço e invasão sobre o território indígena dos “veranistas e transformado em área residencial dos novos senhores”, que tomaram a área transformando-as em chácaras para veraneio, e fazendo com os indígenas recuassem para o interior. No entanto, conforme, Paraiso (2009) afirmar que:

A punição foi imediata e, em novembro, uma caravana de praças de polícia e de inspetores de quartirão deslocou-se para a região, iniciando a repressão aos revoltosos. A desigualdade de forças e a diferença na qualidade dos armamentos disponíveis culminaram na derrota dessa primeira tentativa de retomada das terras e na prisão de Marcelino e seus seguidores (PARAISO, 2009).

Já em 26 de setembro de 1937, novamente nas margens do Rio Cururupe em Ilhéus, ocorreu um grande massacre de índios Tupinambás, comumente conhecido pelos mais antigos com a “Última revolta do Caboclo Marcelino”. Neste massacre, foram mortos vários índios e nunca houve nenhum julgamento para punir os culpados (CIMI, 2006).

⁸¹“A partir do início da década de 1920, o processo de expropriação do território dos Tupinambá de Olivença começa a se intensificar devido principalmente a dois fatores: a reclassificação dos índios como “caboclos” com a extinção dos aldeamentos missionários na costa atlântica, e o interesse fundiário da emergente elite cacauieira na região sul de Ilhéus” (SANTOS, 2014).

O Cacique Ramon, conta que como forma de resguardar a memória desses acontecimentos, para fortalecimento da ideia de resistência, eles realizam uma caminhada em homenagem aos mártires do massacre do Rio Cururupe e a Revolta do Cabloco Marcelino, sempre no último domingo do mês de setembro, desde o ano 2000.

No entanto, o conflito continua, e a atual conjuntura de conflitos, dada a não finalização do processo de demarcação do território indígena, deixando às famílias da aldeia vulneráveis às ações de **reintegração de posse**, tal como ocorreram em 2008, na qual algumas casas de taipa foram destruídas e os Tupinambás da Tucum levados em caminhão de carrocera aberta para a Funai de Ilhéus, em uma operação policial, envolvendo 180 policiais do Batalhão de Choque da Polícia Federal e cerca de vinte viaturas, além de vários helicópteros (RICARDO; RICARDO, 2011).

E a que aconteceu em maio de 2012, na qual a juíza Karina Costa e o juiz Pedro Holliday, contrariando decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região datada de 16 de dezembro de 2009, reconhecendo os estudos de identificação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença de ocupação do grupo tribal Tupinambá, localizada nos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, Estado da Bahia, ordenaram ação de reintegração de posse na comunidade Tucum (CARTA ABERTA DA COMUNIDADE TUPINAMBÁ DA ALDEIA TUCUM, 2012).

Essas ações incorrem em situação de insegurança nas famílias indígenas, que ficam à mercê de decisões judiciais, e sendo marcados pela constante opressão policial. Como destacado por Ricardo e Ricardo (2011), ao apresentar trecho de redação de um indígena de 12 anos, da turma da 3ª série (4º ano), sobre “as reintegrações de posse ocorridas nesses últimos dias”:

Na aldeia Tucum foi mais de 10 carros. Eu senti muito medo porque um helicóptero de elite focou 3 caminhões presos. Parecia que a PM derrubava casas dos povos. Eu não gostei porque os alunos da Tucum ficaram sem estrada. Eu fiquei em casa com minha mãe e os meus irmãos Lucas e Thiago e Regrane. E meu pai estava trabalhando quando ele viu mais de 10 carros (RICARDO; RICARDO, 2011).

Ademais, o Cacique Ramon, fala do conflito com a Mineradora Guanabara, que vem extraído areia e outras substâncias da área da aldeia, impactando de forma expressiva, conforme demonstrado na Figura 5.15, no meio ambiente. Essa situação já foi relatada também em dados da CPT, em abril de 2016. A partir de dados do cadastro de produtores minerários da Bahia de 2018, foi possível identificar o processo de concessão na Tabela 5.13, apresentada acima, pela requerente Cleide Tavares da Silva-Me.

Figura 5.15 – Área devastada pela ação da mineradora Guanabara



Fonte: Autora (2018).

5.3.3.3 Panorama síntese dos conflitos: do nacional ao local

O conflito em território indígena ultrapassa a lógica local, mas advém e se determina por investidas verticalizadas, como abordado ao longo do segundo e do terceiro capítulo da tese, seja por meio da ação de expansão capitalista que também inclui o estado. Implicando nos processos de desterritorialização e reterritorialização, que no caso da questão indígena, revela-se por meio de processos de integração de posse, deslocamento de povos (como por exemplo, a configuração de aldeamentos missionários e a retirada de indígenas para construção de barragens – conforme apresentado na seção 5.4.2) e reação por meio da retomada.

É nessas circunstâncias que as aldeias, nas quais se dialogou, encontram-se, sobre a ação de horizontalidades e verticalidades, entre o local e o nacional, sobre a lógica do capital mundializado. Convergindo para uma situação de insegurança por parte tanto dos indígenas dos territórios Comexatibá e Tupinambá de Olivença, bem como para maioria dos territórios indígenas, a partir das novas investidas das frentes de expansão, com a tentativas de agentes políticos e judiciários de trazerem em pauta, temáticas que colocam os povos indígenas em um quadro de irresolução e desproteção. Sendo estas o entendimento jurídico, ou melhor, tese, do

“**marco temporal**”, e o resgate de **Projeto de Lei** para liberação da exploração e aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, proposto, originalmente, pelo ex-senador federal Romero Jucá, PL 1610/1996.

Com relação ao primeiro, o “marco temporal”, em termos síntese, refere-se a decisão do Superior Tribunal Federal (STF) com relação ao Território Indígena Raposa Terra do Sol (TIRTS), no que tange a interpretação sobre os direitos originários no país, ou seja, o entendimento acerca do que diz a Constituição Federal de 1988. De acordo com Silva (2018) a decisão do STF com relação a Petição nº 3.388 RR, acarretou uma desconstrução simbólica do estatuto jurídico das terras indígenas no Brasil. Ainda segundo Silva (2018), o emprego do “marco temporal” – noção citada no acórdão da PET n. 3.388 – indicaria que o ano de promulgação da Constituição Federal (5 de outubro de 1988) seria tratado como o momento inaugural para reconhecimento das terras tradicionais sob posse dos indígenas. Ignorando o contexto de conflito, a realidade de expulsões das terras, dentre outros.

Apesar do STF ter definido que a decisão acerca do caso Raposa Serra do Sol (Pet 3.388/RR), tomada em 2015, seja específico, não sendo, pois, vinculante. Duas decisões da Segunda Turma do STF aplicaram o marco temporal para anular a demarcação das TIs Guyraroka, dos Guarani Kaiowá, e Limão Verde, dos Terena. Não obstante, em 2017, o então presidente Temer, após acordo com bancada ruralista, assinou um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) estendendo as condicionantes daquele julgamento para todos os órgãos do Executivo, poder responsável pela demarcação de terras indígenas (MIOTTO, 2017).

Em agosto, também de 2017, o STF, em julgamento de Ações Cíveis Ordinárias (ACOs) 362 e 366⁸², que sendo consideradas improcedentes, reafirmou os direitos originários e colocou abaixo a tese do marco temporal, defendida pelos ruralistas (MIOTTO, 2017).

Contudo, mais recentemente, essa questão foi retomada quando o STF, no primeiro semestre de 2019, reconheceu, de forma unânime, repercussão geral do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365. Tal recurso, que tramita nesta instância superior, refere-se a um medido de reintegração de posse movido pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, IMA, contra a Funai e o Povo indígena Xokleng. A área em disputa já é identificada pelos

⁸²“O estado de Mato Grosso sustentava que a União havia criado reservas indígenas sobre terras que pertenceriam ao estado e que não seriam de ocupação tradicional dos povos que nelas estão. Assim, a ACO 362 pedia indenização por áreas “devolutas” – ou seja, sem uso – que teriam sido anexadas pelo governo federal ao Parque Indígena do Xingu (PIX), criado em 1961. A ACO 366, bastante semelhante, pedia o mesmo em função da demarcação de terras indígenas dos povos Nambikwara, Pareci e Enawenê-Nauê, na década de 1980” (MIOTTO, 2017).

estudos antropológicos da Funai e declarada pelo Ministério da Justiça como parte da terra tradicional, sendo também morada dos povos indígenas Guarani e Kaingang. Como o recurso passou a ser entendido como repercussão geral, significando que a decisão “servirá para fixar uma tese de referência a todos os casos envolvendo terras indígenas, em todas as instâncias do judiciário”. Com isso, o julgamento do RE acarretará em impactos sobre 310 terras indígenas que estão paradas em alguma das etapas do processo de demarcação (CIMI, 2020).

A decisão sobre o RE depende da sua colocação em pauta para que seja avaliado e votado, de modo que havia sido agendado para o final de outubro de 2020. No entanto, foi retirado da pauta pelo presidente do STF, o ministro Luís Fux, justificando como um ato comum, tendo em vista o acúmulo de pautas divergentes para mesma data (CIMI, 2020). Porém, poderá ser agendada em qualquer tempo, deixando os povos indígenas em permanente ação de divulgação e sensibilização de questão tão cara para esses povos, que é a terra.

O caso da PL da mineração, que já foi apresentada em 1996 pelo então Senador Romero Jucá, mas que não foi a frente, e a atividade em terra indígena permanece ilegal. No entanto, segundo Valente (2019), já existe um grupo de trabalho da Casa Civil, com a minuta de um projeto com 33 artigos e um anexo, envolvendo vários órgãos do governo, sem, no entanto, a participação de indígenas, no qual seria aberto a possibilidade de exploração não apenas da mineração, bem como a construções de hidrelétricas e exploração de petróleo e gás, incluindo terras onde vivem indígenas isolados. Tal possibilidade segundo a CIMI (2019), ocasionaria problemas de ordem epidemiológica e antropológica, atingindo diretamente áreas protegidas como as TIs: Camuru/Paraguassu, Tubalalá, Aldeia Velha, Tupinambá de Olivença e Comexatiba (Cahy-Pequi).

Em 2020 outro Projeto de Lei (PL) de iniciativa do governo federal começou a tramitar na Câmara dos Deputados, a PL nº 191/2020, propondo a regulamentação da exploração de terras indígenas. Este projeto tem como objetivo a definição de condições específicas para que seja possível a pesquisa e lavra de recursos minerais e de hidrocarbonetos (petróleo, gás natural), bem como o aproveitamento hídrico para geração de energia elétrica em terras indígenas. Atualmente, a Constituição prever a possibilidade de realização dessas atividades em solo indígena por meio de prévia autorização do Congresso Nacional, através de decreto legislativo, em vista de consulta das comunidades afetadas, sendo assegurado participação nos resultados (NOTÍCIAS SENADO FEDERAL, 2020).

Frente as estratégias expansionistas historicamente construídas tais como expropriação, ações de reintegração de posse, concessões de exploração mineral, dentre outros (dada a não finalização no processo de demarcação da terra indígena), o não reconhecimento do povo como indígena, a criminalização da resistência indígena, a sobreposições de áreas – tanto por meio do setor privado como do estado –, dentre outros, possíveis dado a não finalização do processo de demarcação de terra. Aliados as novas estratégias de enfrentamento capitalista a partir das instancias públicas, legislativas e jurídicas da tese do “marco temporal” e dos PLs neo extrativistas. Encontram-se as sinergias de resistência e também enfrentamento dos povos indígenas (Quadro 5.5).

Diante das pesquisas, entrevistas e participação em reuniões e eventos referentes a temática, foi possível vislumbrar aspectos advindos da solidariedade e cooperação entre os povos e entidades de defesa indígena, articulados diante da expansão sobre os territórios indígenas. A aliança parental – como indígenas denominam índios de etnias diferentes, parentes – e o crescimento dos movimentos e articulações prol indígena é uma ação de consubstanciar uma resistência outrora pulverizada na maioria das vezes. Ainda que cada território indígena e cada aldeia possua suas particularidades no processo permanente de resistir, a expansão capitalista apresenta-se na maioria das vezes de uma forma bastante singularizada nas ações de seus vários atores.

Sobre esse argumento, Baniwa (2007, p. 129) afirma que a falta de unidade política entre os povos indígenas foi uma fragilidade identificada desde início pelos portugueses, sendo utilizada como estratégia de enfraquecimento da resistência à colonização, por meio do incentivo as guerras entre povos rivais, tornando, assim, mais eficaz o avanço das conquistas territoriais dos invasores.

Freire (2016, p. 20) relata a mudança no processo de resistência indígena, que outrora ocorria apenas no enfrentamento direto. Atualmente realiza-se pelas articulações, alianças e negociações políticas engendradas, além da atuação das organizações indígenas, tais como o Movimento Unidos dos Povos Pataxó (MUPOIBA) e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia (FINPAT), bem como as alianças com lideranças indígenas de outros povos, comunidades e movimentos, incluindo não-indígenas e “às atuais negociações travadas por eles e seus aliados diretamente com os ministérios e secretarias do Governo federal em Brasília, ou seja, sem a presença de mediadores”.

Essa transformação na resistência dos conflitos na Bahia, tem influência do crescimento do movimento indígena na década de 1970. Segundo Baniwa (2007, p. 136-138) é a partir dessa década que ocorre o que ele denomina de indigenismo não-governamental, com a introdução de novos atores: a igreja católica renovada, por meio da criação de uma pastoral específica de defesa indígena, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – possuindo um papel fundamental na articulação política, apoio, divulgação e denúncia de questões relativas ao movimento indígena –; e as organizações civis conectadas a setores progressistas das Universidades.

Ainda segundo esse autor é na década de 1970 que também vão surgir organizações não-governamentais de apoio aos índios, dentre as muitas, cita a Operação Amazônica Nativa (OPAN), Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Comissão Pró-Yanomani (CCPY) e o Instituto Socioambiental (ISA).

Quadro 5.5 – Síntese da dinâmica dos conflitos nos territórios indígenas do Sul e Extremo Sul da Bahia.

Expansão Capitalista associada a ações do Estado	Resistência e enfrentamento Indígena
<ul style="list-style-type: none"> • Expropriação da terra; • Ações de reintegração de posse; • Concessão para exploração mineral; • Sobreposições de áreas; • Morosidade no processo de demarcação de terras; • Permanente tentativa de negação da existência e presença indígena; • Criminalização da resistência indigenista; • Tese do “Marco Temporal”; • Projeto de Lei da Mineração (PL 191/20); 	<ul style="list-style-type: none"> • Aliança parental (organização e articulação dos povos indígenas); • Crescimento dos movimentos pro indígenas com a participação de Associações, Organizações Não-Governamentais, a igreja católica (CIMI e CPT), academia, dentre outros; • Busca de representatividade política; • Processo de retomada.

Fonte: Elaborado pela autora.

Ademais, conforme apresentado no Quadro 5.5, pode-se também destacar a busca pela representatividade política dos povos indígenas como uma estratégia de resistência relativamente recente. De forma marcante na história da luta indígena, pode-se citar o cacique Angelo dos Santos Souza Kretã, primeiro indígena eleito vereador no Brasil, em pleno período de ditadura militar (ÁWÛRE, 2020). E o cacique xavante Mário Juruna, eleito em 1982, pelo PDT do Rio de Janeiro, sendo o primeiro parlamentar índio, foi importante na luta pela criação de uma comissão parlamentar para debater a questão indígena (TSE, 2019).

Na contemporaneidade os dados apresentados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2019) indicam um crescimento de 56,47% de candidatos que se declararam indígenas ou descendentes, entre as eleições de 2014 e 2018, saindo de uma participação de 85 candidaturas

para 133. Destaca-se nessa conjuntura, a eleição da primeira deputada federal indígena, pelo estado de Roraima, Joênia Wapichana, que também foi a primeira indígena a se formar em direito e a primeira a falar no plenário do STF, além de Sônia Guajajara, da terra indígena Arariboia do Maranhão, primeira candidata a vice-presidente do Brasil nas eleições de 2018.

No âmbito das aldeias onde se realizou trabalho de campo, tens a aldeia Tucum, na pessoa do cacique Ramon que foi candidato a deputado federal nas eleições de 2018, pelo partido Rede Sustentabilidade e atualmente pleiteia a vaga de vereador no município de Ilhéus, pelo PSOL.

5.4 A TRAJETÓRIA DA REPRODUÇÃO CAPITALISTA E A CONVERGÊNCIA COM OS CONFLITOS TERRITORIAIS

De modo geral, acredita-se que de alguma maneira as análises anteriormente apresentadas, demonstraram a tendência conflitiva do padrão de reprodução capitalista estabelecido principalmente no início dos anos 1990, consolidando-se com a adesão da política neoextrativista de crescimento econômico a partir dos anos 2000. Contudo, espera-se que a confrontação do comportamento do Indutor de Expansão Total (IET) das variáveis valor de exportação e hectares de área plantada e/ou em uso com a variação dos conflitos e a violência no campo, como exercício ilustrativo, seja possível evidenciar ainda mais claramente essa trajetória de expansão e tentativa de desfragmentação dos territórios.

Conforme o recorte temporal de comparação estabelecido para análise *shift-share*, em três décadas 1997, 2007 e 2017, no Quadro 5.6, foram confrontados os comportamentos expansionista ou retracionista do IET, conforme os 11 itens (incluindo a atividade de mineração apenas para a comparação 1997 e 2007), distribuídos pelas regiões brasileiras, com o comportamento das ocorrências de violência no campo – ameaça de morte, tentativa de assassinato, assassinato e violência contra posse e propriedade – identificado por meio de cálculo de variação também dos anos de 1997 e 2007.

A confrontação pressupôs como definição de possível convergência entre a expansão das variáveis e a variação dos conflitos, os sinais positivos do IET para ambas as variáveis e o sinal positivo da variação das ocorrências de violência (e/ou número de conflitos).

Com isso, o quadro 5.6, apresenta o resultado desse exercício, no qual é possível vislumbrar as regiões Sudeste e Sul como de maior número de possíveis convergência entre o padrão e os conflitos, em 4 dos 11 setores, sendo que para a primeira os setores forma: cana-de-açúcar,

cacau, café e mineração. E da segunda região: soja, laranja, pecuária e mineração. Esse último setor, mineração indicou convergência, em quatro das cinco regiões brasileiras, sendo eles: Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. As outras regiões que apresentaram possíveis convergência foram Nordeste, para os setores do café, laranja e mineração, e a região Norte que apontou apenas uma convergência.

Quadro 5.6 – Convergência entre o padrão de comportamento dos IET do valor das exportações, hectares de área plantada e/ou uso com a variação das ocorrências de violência no conflito, por região, em relação aos anos de 1997 e 2007

Variáveis	Regiões	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Algodão arbóreo	Borracha	Cacau	Café	Laranja	Pecuária	Floresta Plantada	Mineração
Área Plantada e/ou em uso	Norte	0	-	0	0	0	0	-	0	0	+	+
	Nordeste	+	0	0	0	-	+	+	+	0	+	+
	Sudeste	+	+	-	0	0	+	+	+	+	+	+
	Sul	-	+	+	+	0	0	-	+	+	+	+
	Centro-Oeste	+	+	+	0	0	0	+	0	+	+	+
Valor de Exportação	Norte	+	-	+	0	+	+	+	-	+	-	+
	Nordeste	-	+	+	-	+	-	+	+	+	-	+
	Sudeste	+	-	+	0	+	+	+	-	-	-	+
	Sul	+	-	+	0	+	0	-	+	+	-	+
	Centro-Oeste	+	+	+	0	+	-	+	-	-	-	+
Variação das Ocorrências de Conflito	Norte	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
	Nordeste	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
	Sudeste	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
	Sul	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
	Centro-Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Convergência ⁸³	Norte	N ¹	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S
	Nordeste	N	N	N	N	N	N	S	S	N	N	S
	Sudeste	S ²	N	N	N	N	N	S	S	N	N	S
	Sul	N	N	S	N	N	N	N	S	S	N	S
	Centro-Oeste	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N

¹N= Possível não convergência. ²S= Possível convergência.

Nota: Para efeito de comparação dos dados de valor das exportações, considerou-se a soma dos IET do conjunto de itens relacionados com as culturas analisadas em termos de hectares de área plantada, conforme quadro 4.4, do capítulo 4.

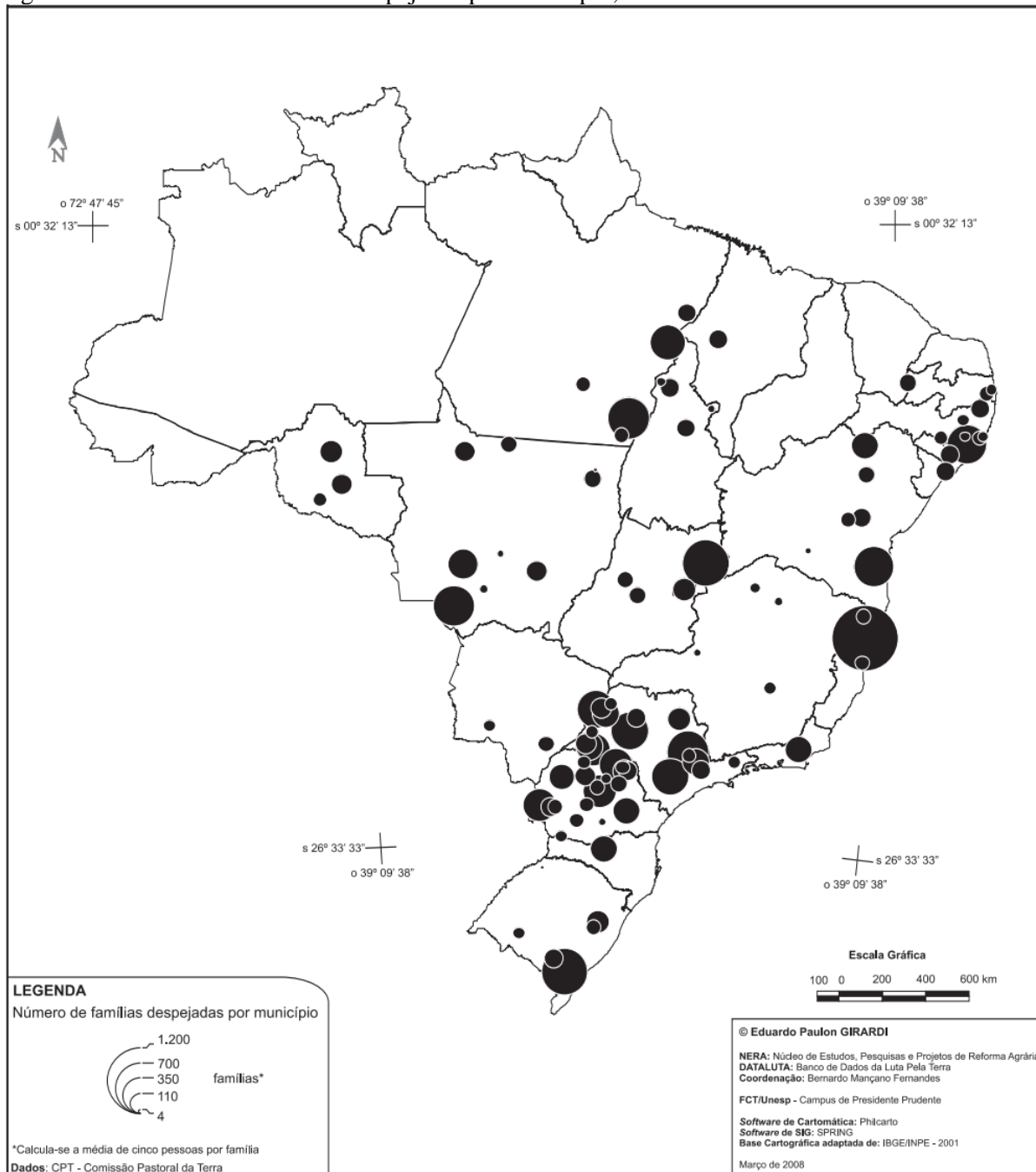
Fonte: Elaborado pela autora.

O relatório dos conflitos no campo de 2007 publicado pela CPT, apresentou o mapa abaixo, Figura 5.16, no qual é possível observar o expressivo número de ocorrências de despejo de famílias no campo, nas regiões Sul e Sudeste. Na mesma publicação, em análise realizada por Treccani (2007), são apontados alguns destaques de conflito em território quilombola, na região Sudeste, nos estados do Espírito Santo e em Minas Gerais (Comunidade Quilombola do Indaiá

⁸³Para definição de convergência os sinais dos setores precisavam ser positivos tanto para valor das exportações, área plantada, como para a ocorrência de conflitos.

e Barro Preto no município de Antônio Dias), em disputas com empresas plantadoras de eucalipto. Além de conflitos entre uma empresa mineradora e a comunidade de Machadinho, também quilombola.

Figura 5.16 – Número de famílias despejadas por município, no ano de 2007



Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2007.

A análise realizada para a comparação temporal de 2007 e 2017, ocorreu com dados de ocorrências de violência, Quadro 5.7. Tanto no primeiro quadro, como no segundo, fica evidente a mudança da trajetória de convergência do padrão de reprodução exportador de

especialização produtiva e os conflitos, deslocando-se das áreas das regiões Sul e Sudeste, para Centro-Oeste e Norte. Em ambos os quadros, identifica-se uma convergência das regiões Norte e Centro-Oeste nos setores da cana-de-açúcar, milho, soja e algodão, distinguindo-se pela floresta planta convergente no Centro-Oeste e pecuária na região Norte (Quadro 5.7).

Conforme já apresentado na subseção 5.5.1.3, ainda que a região Nordeste, apresente maior número de conflitos, 296, em 2007 e 344, em 2017, o maior aumento na comparação desses dois anos, foi da região Centro-Oeste (41,18%), seguindo da região Norte (37,07%), segunda região com maior número de conflitos.

Quadro 5.7 – Convergência entre o padrão de comportamento do IET do valor das exportações, hectares de área plantada e/ou uso com a variação das ocorrências de violência no conflito, por região, em relação aos anos de 2007 e 2017

Variáveis	Regiões	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Algodão arbóreo	Borracha	Cacau	Café	Laranja	Pecuária	Floresta Plantada
Área Plantada e/ou em uso	Nordeste	+	-	0	-	+	-	-	-	-	-
	Sudeste	+	-	+	+	+	+	+	-	+	+
	Sul	-	-	-	+	-	+	-	+	-	-
	Centro-Oeste	+	+	+	+	-	+	+	+	-	+
	Norte	+	+	+	+	-	+	-	+	+	-
Valor de Exportação	Nordeste	+	+	+	+	-	+	-	-	+	+
	Sudeste	+	+	+	+	-	+	-	-	+	+
	Sul	+	+	+	-	-	+	-	+	+	+
	Centro-Oeste	+	+	+	+	-	-	-	-	+	+
	Norte	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+
Variação das Ocorrências de Conflito	Nordeste	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
	Sudeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Centro-Oeste	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
	Norte	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Convergência	Nordeste	S ²	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	Sudeste	N ¹	N	N	N	N	N	N	S	N	N
	Sul	N	N	N	N	S	N	S	N	N	N
	Centro-Oeste	S	S	S	S	N	N	N	N	N	S
	Norte	S	S	S	S	N	N	N	S	S	N

¹N= Possível não convergência. ²S= Possível convergência.

Nota: Para efeito de comparação dos dados de valor das exportações, considerou-se a soma dos IET do conjunto de itens relacionados com as culturas analisadas em termos de hectares de área plantada, conforme quadro 4.4, do capítulo 4.

Fonte: Elaborado pela autora.

6 CONCLUSÃO

De modo geral, esta tese teve o objetivo de compreender a dinâmica territorial do desenvolvimento capitalista no Brasil, a partir de uma perspectiva do espaço-tempo, vislumbrando o caráter neoextrativista do atual padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva. Dessa maneira, foi levantada a hipótese de que este padrão de reprodução, projetado no espaço brasileiro pela política neoextrativista, reforça o cenário de conflitos historicamente existentes, tendo em vista a necessidade do sistema capitalista mundializado de homogeneização dos espaços e unicidade dos tempos, com fins na sua realização. Diante disto, buscou-se comprovar a tese explicitada na introdução que trata do efeito da dinâmica capitalista, operacionalizado pela política neoextrativista do Brasil, sobre as comunidades tradicionais e não tradicionais, convergindo para o conflito.

Tendo esses aspectos como horizonte da Tese, uma das questões levanta foi: **como o padrão de reprodução atual do capitalismo se projeta no espaço, face as novas relações sociais empreendidas pela lógica de mundialização?** No primeiro momento, buscou-se o entendimento da concepção de espaço como uma totalidade dialética, por meio da descrição de categorias, da concepção da técnica como orquestradora do espaço, inerente nos diversos modos de reprodução do ser humano ao longo da história. Considerando, o papel basilar da técnica na produção do espaço, tornando-se ainda mais perceptível, no modo de reprodução capitalista, seja nas definições de forma, função, forma-conteúdo, estrutura e processo, bem como, na perspectiva apresentada por Lefebvre, de prática espacial, representações do espaço e espaço de representação, pela qual foi possível extrair elementos fundamentais para percepção crítica do atual sistema hegemônico que se sobrepõe sobre outras lógicas de vida, tais como a das comunidades tradicionais ou aquelas de proposta comunal, em territórios imbuídos de profundidade temporal.

A partir da compreensão da dinâmica temporal – tempo de trabalho socialmente necessário – fundamental na teoria do valor, foi possível identificar mecanismos pelos quais, o capitalismo, tendo como o objetivo a acumulação de capital, age conformando o espaço segundo a sua necessidade de realização, alterando ritmos de vida, impondo velocidades conflitantes com as solidariedades locais, inserindo formas-conteúdo por meio de integrações verticais possibilitadas, de modo muito mais flexível, com o advento da concepção de um mundo sem fronteiras.

A Teoria Marxista da Dependência Marxista representa, nesse sentido, uma base analítica capaz de revelar os traços específicos e as categorias determinantes da dinâmica territorial do Brasil, tornando possível relacionar os diversos aspectos da acumulação capitalista e sua face geopolítica em uma economia dependente. Assim, a análise por meio da determinação do padrão de reprodução capitalista funcionou como “ponte” entre, os fundamentos abstratos e a realidade concreta, ou seja, o conflito. signo de contradição, a fronteira. Com isso, de alguma maneira, localizando as reflexões em bases mais próximas do processo que convergem para os espaços de conflitos e suas contradições, possibilitou identificar articulações de expansão e resistências do local (campos de força)

A reflexão sobre o padrão de reprodução capitalista no Brasil, demonstrou que este se deu por meio do processo de transição do padrão agromineiro exportado, da formação dos Complexos Agroindustriais (crise do café e modernização agrícola), advindos dos esforços da política de substituição das importações, que possibilitaram o estabelecimento de um padrão industrial do capitalismo brasileiro, com a formação de uma estrutura industrial, a importação da tecnologia dos tratores e fertilizantes, e a configuração da modernização conversadora. Contudo, a política de industrialização e a formação do mercado interno, financiado pelos empréstimos internacionais e pelas exportações de produtos básicos, com a crise de 1982, deixa de representar uma estratégia de desenvolvimento, e o objetivo passa ser o financiamento da dívida externa e o equilíbrio fiscal. A partir dos anos 1990 adere-se a uma nova forma de organização da política econômica conectada as premissas neoliberais do Consenso de Washington.

Diante disso, o padrão de reprodução capitalista brasileiro passa a ter como foco a criação de ambientes de coordenação com o capital hegemônico mundial – infraestrutura e logística para possibilitar fluidez no escoamento produtivo –, que consolida a América Latina como principal fornecedor recursos naturais na forma bruta ou com transformação de baixa intensidade tecnológica. Esses aspectos, apresentam-se como resposta a outra pergunta de pesquisa, que se refere a definição de características e categorias analíticas que implicam sobre as alterações e conformações dos territórios. De modo que se pode afirmar por meio de levantamento, orientado pelas categorias indicadas por Osório (2012a), que o padrão de reprodução atual brasileiro é de caráter exportador, ou seja, possui seu dinamismo no mercado externo, especializados em produtos primários – política neoextrativista –, com uso extensivo do fator terra.

Os princípios neoliberais disseminados com a crise das economias latino-americanas da década de 1980, fruto da crise da dívida externa, provocada pela política de juros americana (Plano

Volcker), exigiu dos países a adesão a política econômica que concentra seus esforços nas exportações de produtos básicos, a abertura econômica, e a maior participação do investimento estrangeiro direto principalmente nos setores característicos do neoextrativismo.

Dessa forma, os territórios tradicionais passam a sofrer com maiores tensões e resistem ao avanço territorial tanto por parte das empresas exploradoras de recursos naturais, quanto do Estado, que tendo em vista a necessidade de fluidez das mercadorias, desenha nos espaços do território formas-conteúdo para atrair o investimento estrangeiro e nacional, ainda que desfragmente e destrua as formas de reprodução local. Colaborando para o entendimento de que o padrão de reprodução do capitalismo mundial, encontra seu lugar na economia nacional brasileira com contexto do efeito China e da política neoextrativista que se delinearam através dos programas de fortalecimento dos setores afins, de maneira mais expressiva a partir dos anos 2000. Tendo em vista esses aspectos históricos buscou-se demonstrar a relação direta do padrão de reprodução exportador de especialização produtiva com os conflitos em territórios tradicionais, por meio dos movimentos de exportação dos produtos neoextrativistas e a forma como esse modelo realiza seu processo de acumulação pelo uso do fator terra.

Os capítulos quatro e cinco tiveram como objetivo a tentativa de estabelecimento de uma conexão do padrão de reprodução capitalista com os conflitos e tensões sociais que se formam localmente a partir de tendências verticais que se confronta com dinâmicas de vida distintas, última questão levantada na introdução. Para tanto, foi utilizado o Indutor de Expansão Total (IET) decompõe-se em quatro indutores com perspectivas analíticas diferentes, sendo estes: o Indutor de Expansão Global (IEG); Indutor de Expansão Estrutural (IEE); Indutor de Expansão Regional por Diferenciação (IERD); e o Indutor de Expansão por Alocação (IEA). Por meio do IEG, foi possível simular, a partir da comparação deste como IET, possíveis integrações das variáveis valor de exportação e área plantada e/ou em uso, com o padrão de comportamento das variáveis de modo geral, o que em síntese informou sobre a conexão com o atual padrão de reprodução capitalista. No caso do IEE, foi viabilizado a determinação do desempenho de setores específicos, nacionalmente, em relação aos outros setores neoextrativista na configuração de reprodução local. Como no caso específico deste trabalho, havia predisposição dos itens analisados, de alguma maneira estarem vinculados ao processo de valorização e desvalorização do mercado internacional e a política de comércio exterior, bem como dos organismos internacional e das políticas comerciais dos países demandantes, dentre outros aspectos. Já o IERD, possibilitou identificar o desempenho de setores neoextrativistas entre regiões brasileiras, informando os destaques em cada região. Por fim, por meio do IEA foram

identificados setores que possuíam desempenho com dinamismo localmente (crescimento regional maior do que nacionalmente) e especialização, sendo viável a caracterização na perspectiva exportadora de especialização produtiva.

Os resultados, de modo geral, apontaram uma expansão do valor das exportações para soja e os açúcares em estado bruto, a base de cana-de-açúcar, em todas as regiões brasileiras, com destaque, no caso da soja, para as regiões Sul e Centro-Oeste e com relação a cana-de-açúcar, o Sudeste e o Sul. Comparando o resultado da área, com o resultado obtido para os dados de valor de exportação, identificou-se que a expansão no valor das exportações, ocorrem via ampliação da área plantada, principalmente para o caso da soja nas regiões Centro-Oeste e Sul, a cana-de-açúcar na região Sudeste e a pecuária na região Norte.

Na comparação entre os anos de 1997 e 2007 a região Sudeste apresentou maior número de itens em expansão para o IET, 46 do total de 52. Já na segunda comparação temporal, de 2007 a 2017, essa região apresentou apenas 19 itens em expansão. No caso inverso, a região Norte, que no primeiro período apontou apenas 10 itens em expansão, no segundo período passou a apresentar expansão em 27 itens.

No caso específico do Indutor de Expansão Global, os resultados tanto no primeiro período como no segundo apontaram para integrações de hegemonia expansionista do nacional sobre o local e desintegrações de autonomia local retracionista. Em síntese a análise das integrações, na comparação com os dois recortes temporais apontaram como destaque para uma expansão expressiva do setor pecuarista, especialmente na região Norte do país. Já na análise das desintegrações percebe-se um aumento em termos gerais, contudo, de forma mais expressiva para as regiões Nordeste e Sudeste.

No caso do Indutor de Expansão Estrutural, no primeiro período, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentaram valores positivos acima de 20 itens, principalmente para os setores de “Plásticos e suas obras; Borracha e suas obras”, “Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; Cortiça e suas obras; Obras de espartaria ou de cestaria” e “Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; Papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); Papel e suas obras”, em geral relacionados ao manejo florestal e sua indústria.

Já as regiões Norte e Nordeste, ambas com 19 itens, apresentaram resultado positivo para esse indutor principalmente para os itens dos setores de “Metais comuns e suas obras” e “Animais vivos e produtos do reino animal”. No segundo período, o indutor de expansão estrutural,

apontou uma tendência retracionista para a grande maioria dos itens, denotando uma possível maior especialização produtiva.

Para o IERD, que indica a potencialidade de crescimento de determinado setor nas regiões frente a tendência deste a nível nacional, apontou no primeiro recorte temporal, uma predominância da região Sudeste em grande parte dos itens, novamente tendo como situação inversa a região Norte. No segundo período, o IERD apresentou valor positivo para um maior número de itens na região Sul e Norte e os de menor número Sudeste e Nordeste.

O IEA apontou de modo geral vantagens de dinamismo diferenciado principalmente os setores **de celulose, manejo florestal, metais comuns e suas obras e pecuária** tanto no primeiro período como no segundo, contudo, **grãos, principalmente soja e milho, apresentou maior predominância no primeiro período.** Tendo como destaque a região Norte, que no primeiro período apontou vantagem de dinamismo diferenciado apenas para produtos de mineração, metais comuns e suas obras, no entanto, no segundo período além desses itens, essa região passou a indicar vantagem para produtos da pecuária.

Tal dinâmica, sintetizada aqui, colabora com o entendimento de que a política neoextrativista reage a valorização dos produtos no mercado internacional expandido áreas de produção. Tal argumento se fortalece, tendo em vista as mudanças na expansão da fronteira produtiva na direção Sul (Sul, Sudeste, Centro-Oeste) para a região Norte do país, na comparação entre o período de 1997-2007 e 2007-2017.

No intuito de consolidar a característica de reprodução por expansão territorial, buscou-se uma conexão entre os resultados do método *shift-share* das variáveis valor de exportação e área plantada e/ou em uso. Esta análise no primeiro período apontou a região Centro-Oeste como a maior concentração dos itens neoextrativistas analisados, tendo a região Norte como a menor conexão com o padrão de reprodução (menor número de convergência entre expansão total do valor das exportações com expansão de área plantada ou em uso). O setor de mineração, analisado apenas no primeiro período, indicou um sincronismo de comportamento entre valor de exportação e hectares de exploração em todas as regiões do país. No segundo período, a região Norte passou a ser a de maior conexão com o padrão de reprodução.

Aliada a essa análise, utilizou-se dados do Censo Agropecuário, sobre mecanização da produção, de tal maneira que se pudesse depreender sobre a forma como o processo de expansão para o Norte ocorre assimilando os padrões de velocidade e tecnificação que o capitalismo utiliza. Os dados analisados, apontaram uma evolução da mecanização na região Norte do país,

com um aumento de 45,22% no primeiro período e de 117,49% no segundo, maior variação dentre as regiões nos dois recortes temporais. Além disso, apesar da participação dessa região no número de estabelecimentos agropecuários com tratores, tenha sido de somente 4,78% no ano de 2017, esse percentual apresentou uma variação de 104,21%, dobrando de 2006 para 2017.

O confronto da dinâmica de exportações e área por hectare, demonstrou expansão total positiva no valor das exportações, na região Norte do país, para minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado, principalmente no segundo período, seguido da soja, possui como consequência, o aumento da violência nessa região. No Pará, o número de ocorrências de conflito aumentou 130% em 2017, o tamanho da área em conflito aumentou 4.078,35%, demonstrando uma convergência entre a expansão do valor das exportações de soja e área plantada com a expansão de áreas em conflitos. Tocantins, também aumentou a área em situação de conflito em 42,71%, de 1997 para 2017, e o número de ocorrência de conflitos em 136,36%, nesse mesmo período. Padrão semelhante foi apresentado para os estados do Amapá e Roraima.

O processo que converge para o conflito no Brasil, tem como agente basilar o Estado que exerce seu papel na expansão capitalista nas suas várias esferas de poder, alegando como justificativa a ideia desenvolvimentista como crescimento econômico. De tal maneira que a política neoextrativista tendo o BNDES, dentre outras instituições como os agendes financeiros facilitador atuando no financiamento das atividades, de inserção de infraestruturas necessárias a circulação do capital, conforme a velocidade que este exige. Nesse interim conforme os resultados apresentados fica perceptível a interação com dinâmica de avanço da fronteira produtiva, do Centro Oeste para o Norte projetada para os estados do MATOPIBA, encontrando no Norte seu local de maior expressividade no atual movimento territorial da expansão capitalista.

No transcurso da expansão capitalista encontram-se territórios percebidos como mais profundos, tendo em vista principalmente a temporalidade e velocidades advindas da relação de produção exercida por comunidades tradicionais imbuídas de uma racionalidade comunitária, de respeito ao meio ambiente, divergente da razão baseada na propriedade privada. Esse entendimento, em certo sentido, evoca a percepção de processos de acumulação primitiva, descrita por Marx, ou espoliação, conforme o resgate de Harvey, também, no atual padrão engendrado pela reprodução capitalista, dando continuidade a processos delineados desde o início da colonização brasileira. Assim, ainda que tal dinâmica tenha sido recorrente ao longo

da história da formação do território nacional, a intensificação de tal processo frente a um novo ciclo expansionista revela a persistência da face violenta desse modo de produção.

A partir disso, a violência dos povos indígenas no Centro-Oeste, tem como destaque, principalmente o estado do Mato Grosso do Sul, com 350 assassinatos, de 1986 a 2018. Na pesquisa de campo realizada em duas aldeias da Bahia, no caso específico da Gurita, aldeia do TI Comexitibá, os conflitos relacionavam-se a sobreposições com o Parque Nacional do Descobrimento e dois Projetos de Assentamento, o que resultou em inúmeras ações de reintegrações de posse, além da convivência de ações das madeiras. Em relação a aldeia Tucum, da TI Tupinambá de Olivença, assim como na Gurita, o conflito advindo de reintegrações de posse, torna a vida dos indígenas um cotidiano de insegurança e medo. Ademais, no território tupinambá, há 20 processos de mineradoras, do permanente conflito com a Mineradora Guanabara que sobrepõe o território indígena, extraindo areia, degradando o território e promovendo impactos ambientais.

Em termos gerais, as duas aldeias possuem em comum, com a lentidão do processo de demarcação do território indígena por parte da Funai, o que colabora para entendimentos distorcidos e favoráveis a decisões de reintegrações de posse do poder judiciário no âmbito estadual e municipal em favor de fazendeiros e mineradoras da região; a criminalização da resistência indígena; a sobreposição de áreas e as atuais frentes de disputa no âmbito político, a tese do “Marco Temporal” e o projeto de legalização da exploração de recursos em território indígena, figuram como articulações para desqualificar a existência indígena, negando. O que representa a manutenção de formas coloniais de expropriação do território.

Por outro lado, a estratégia de enfrentamento e resistência dos povos indígenas ocorre por meio da atuação conjunta das lideranças do território, e a denúncia junto ao Ministério público, mas especificamente, por meio da consolidação da ação parental e do crescimento do movimento em defesa do índio, das ações de retomada de áreas tradicionais e a busca pela representação no cenário político.

Apesar disso, fica explícito o caráter dominante do fator econômico da dinâmica conflitiva do campo, sendo, pois, resultado da adoção do padrão de reprodução capitalista Exportador de Especialização Produtiva, instrumentalizada pela política neoextrativista fortalecida pela atuação de frentes locais e nacionais do interesse capitalista, que utiliza dos aspectos jurídicos e políticos para sua realização. Porém, a combinação de conteúdos de temporalidades distintas,

também entre povos indígenas, fortalece o entendimento do conflito por parte da comunidade que assume estratégias jurídicas e políticas para resistência do seu modo de reprodução.

Diante de todos os aspectos, reflexões e argumentos apresentados ao logo desta pesquisa, entende-se que é possível **aceitar como válida a hipótese norteadora levantada no início do trabalho pela qual afirmar-se que o atual padrão de reprodução capitalista exportador de especialização produtiva, orquestrado no espaço brasileiro pela política neoextrativista, tonifica os contextos historicamente existentes de conflitos territoriais.**

Apona-se como fragilidade do trabalho de campo realizado na tese, a necessidade de abrangência de outros autores relacionados ao conflito, principalmente os empresários, fazendeiros, assentados, ICMBio e representantes das diversas atividades e classes em disputa pelo território indígena. Sendo uma possibilidade de expansão da tese em futuros estudos e perspectivas de abordagem da análise territorial e a acumulação capitalista.

Cabe salientar que, ainda que a pesquisa tenha tido como um dos seus objetivos relacionar a profundidade do território como fator friccional para o avanço do capitalismo no espaço, principalmente ante aos vários elementos relacionados a racionalidade capitalista, envolvendo a ideia propriedade privada da terra, a relação homem-natureza, dentre outros. Esse argumento não foi possível de ser testado, visto a necessidade de empirismo dos tempos do território, a falta de acesso aos dados secundários, de maneira mais abrangente, a dificuldade de acesso aos dados primários, que deveriam ser captados por meio de uma pesquisa de campo mais extensiva, tornada impossibilitada, numa pesquisa de tese, ante a falta de recursos financeiros, humano e logístico, bem como a periculosidade que envolve o acesso de áreas em conflito. Diante disso, aponta-se esta perspectiva como expansão de futuras pesquisas, agregando uma maior compreensão da relação entre profundidade e conflito, frente a expansão do processo de acumulação capitalista no espaço.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, R. **Vinte anos após privatização, Vale abre nova fase com gestão austera.** 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/05/1881625-vinte-anos-apos-privatizacao-vale-abre-nova-fase-com-gestao-austera.shtml>. Acesso em: 10 out. 2019.
- ANAÍ - Associação Nacional de Ação Indigenista. **História e presença dos povos indígenas na Bahia.** Disponível em: http://www.anai.org.br/povos_ba.asp. Acesso em: 31 ago. 2017.
- ANAÍ - Associação Nacional de Ação Indigenista. **Quadro de acompanhamento da situação fundiária das terras indígenas na Bahia.** 2011. Disponível em: http://www.anai.org.br/povos_ba.asp#QUADRO. Acesso em: 21 ago. 2017.
- ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. 2020. Disponível em: <https://sicnet2.aneel.gov.br/sicnetweb/pesquisa.asp>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- ÁWÚRE. **Saiba quem foi o Cacique Angelo Kretã Kaigang e sua importância na luta indígena.** 2020. Disponível em: <https://awure.com.br/2020/01/29/saiba-quem-foi-o-cacique-angelo-kreta-kaigang/>. Acesso em: 1 nov. 2020.
- BAHIA. Decreto-Lei nº12.729 de 19 de abril de 1943. Cria o Parque Nacional do Monte Pascoal com prerrogativas de monumento nacional e dá outras providências. **Diário Oficial**, 19 abr., 1943.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano.** 3 ed. Florianópolis: Insular, 2015. p. 33-63.
- BANCO BV. **Transparência nos negócios.** 2018. Disponível em: <https://www.bancobv.com.br/web/site/pt/banco/institucional/estrutura-societaria/>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- BANIWA, Gersem Luciano. Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. **Tellus**, p. 127-146, 2007.
- BASTIAN, Eduardo F.. O PAEG e o plano trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo. **Estud. Econ.**, São Paulo , v. 43, n. 1, p. 139-166, mar. 2013.
- BAZARIAN, Jacob,. **O problema da verdade: teoria do conhecimento.** 3. ed. São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1988. 223 p.
- BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento. **Evolução dos desembolsos.** 2019. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/desembolsos/desembolsos-nos-anos-anteriores>. Acesso em: 24 dez. 2019.
- BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento. **Estatísticas Operacionais do Sistema BNDES.** 2019. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/estatisticas-operacionais-sistema-bndes>. Acesso em: 23 dez. 2019.

BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento. **Quem somos**. 2019. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>. Acesso em: 19 dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo, SP: Perspectiva, 1979. 135 p.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco”(1827-1985). **GeoTextos**, v. 6, n. 1, 2010.

BRASIL. **Estatuto do índio**. 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 7 nov. 2019.

BRASIL.[Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/Constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. **Programa Nacional de desestatização**. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas**. Câmara dos Deputados, Brasília, DF. 1996. Disponível em:< <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16969>>. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. **Diretrizes de política industrial, tecnológica e de comércio exterior**. 2003. Disponível em:< <http://www.anped11.uerj.br/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. **Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor**. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Indústria, comércio exterior e serviços. **Comex Vis**: intensidade tecnológica. 2019. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/comex-vis/frame-siit?siit=saldo>. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Indústria, comércio exterior e serviços. **Manual de utilização dos dados estatísticos do comércio exterior brasileiro**. 2020. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/balanca/manual/Manual.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CALDARELLI, Carlos Eduardo; DA CÂMARA, Márcia Regina Gabardo; SEREIA, Vanderlei José. O complexo agroindustrial da soja no Brasil e no Paraná: exportações e

competitividade no período 1990 a 2007. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 11, n. 1, p. 106-120, 2009.

CALICCHIO, V. **Comissão mista Brasil-Estados Unidos**. 2019. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-mista-brasil-estados-unidos>. Acesso em: 29 nov. 2019.

CAMARGO, Carla Souza de. **A água e seus fluxos: ação coletiva, conflitos territoriais e povos indígenas na Transposição do Rio São Francisco**. 2017. 1 recurso online (338 f.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia G. **Política industrial do governo Lula**. 2010 (Texto para discussão, v. 181).

CANO, Wilson. Brasil-construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 265-302, 2017.

CARDOSO, Thiago Mota *et al.* (Ed.). **Aragwaksã: plano de gestão territorial do povo pataxó de Barra Velha e Águas Belas**. [S.l.]: FUNAI, 2012.

CARNEIRO, Flavio L. **Fragmentação internacional da produção e cadeias globais de valor**. [S.l.]: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015. (Texto para discussão).

CARVALHO, Alba Maria Pinho; MILANEZ, Bruno; GUERRA, Eliana. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). *In*: RIGOTTO, R. M; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (Orgs.). **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018. cap. 1, p. 19-58.

CARVALHO, Maria Rosário de; CARVALHO, Ana Magda. **Índios e caboclos: a história recontada**. Salvador, BA: Edufba, 2012. 296p.

CEPALSTAT. **Estatísticas e indicadores**. 2019. Disponível em: https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e. Acesso em: 20 out. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **A história no pensamento de Marx**. [S.l.]: [S.n.], 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2010. p. 89-89.

CHESSAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Povo Tupinambá de Olivença realiza peregrinação em memória do massacre do rio Cururupe**. 2006. Disponível em: <https://cimi.org.br/2006/09/25254/>. Acesso em: 23 dez. 2019.

COMISSÃO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Pressionada por despejos contra aldeias Pataxó, Funai publica relatório de Cahy-Pequi**. 2015. Disponível em: <https://cimi.org.br/2015/07/37466/>. Acesso em: 22 dez. 2019.

COMISSÃO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Presos arbitrariamente, cacique Babau e Teity Tupinambá correm risco em presídio de Ilhéus**. 2016. Disponível em: <https://cimi.org.br/2016/04/38296/>. Acesso em: 22 dez. 2019.

COMISSÃO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Pataxó denunciam retirada de madeira no Parque Nacional do Descobrimento, incidente sobre terra indígena**. 2017. Disponível em: <https://cimi.org.br/2017/04/39412/>. Acesso em: 22 dez. 2019.

COMISSÃO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Entenda o caso de repercussão geral no STF que pode definir o futuro das terras indígenas do Brasil**. 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/10/entenda-repercussao-geral-stf-futuro-terras-indigenas/>. Acesso em: 1 nov. 2020.

COSTA, Dina Czeresnia. Política indigenista e assistência à saúde Noel Nutels e o serviço de unidades sanitárias aéreas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 3, p. 388-401, 1987.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Cacique Babau e Teity Tupinambá passam para prisão domiciliar, na Bahia**. 2016. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/multimedia/12-noticias/conflitos/3169-cacique-babau-e-teity-tupinamba-passam-para-prisao-domiciliar-na-bahia>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil**. 1997. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/253-conflitos-no-campo-brasil-1997>. Acesso em: 3 dez. 2019.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil**. 2006. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/244-conflitos-no-campo-brasil-2006>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil**. 2007. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/243-conflitos-no-campo-brasil-2007>. Acesso em: 3 dez. 2019.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14110-conflitos-no-campo-brasil-2017-web>. Acesso em: 3 dez. 2019.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4687-conflitos-no-campo-brasil-2018>. Acesso em: 10 dez. 2019.

DA SILVA PEREIRA, André. O método estrutural-diferencial e suas reformulações. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 5, n. 09, 1997.

DADOS ABERTOS. **Taxa Anual por Hectare (TAH)**. 2019. Disponível em: <http://www.dados.gov.br/dataset/taxa-anual-por-hectare-tah>. Acesso em: 20 dez. 2019.

DE JONG, Gerben. Chorological differentiation as the fundamental principle of geography: an inquiry into the chorological conception of geography. **JB Wolters**, 1962.

DE OLIVEIRA ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p 25-27.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. [S.l.]: Icone Editora, 1985.

DELGADO, Guilherme Costa. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**: questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90.

DUNN, Edgar S. Jr. Une technique statistique et analytique d'analyse régionale: description et projection. **Economie Appliqués**, Paris, v.12, n.4, p. 521 – 30, out. 1959.

DUNN, Edgar S. Jr. A statistical and analytical technique for regional analysis. **Papers in Regional Science**, v. 6, n. 1, p. 97-112, 1960.

DURAZZO, Leandro. Mapas sociais e a cartografia do passado: memórias topográficas dos Tuxá de Rodelas-BA. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 52, 2018.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999. p.29-30.

EMMERICH, Charlotte; MONSERRAT, Ruth. **Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos**: notas linguísticas. [s.l.]: Ministério do Interior, Fundação Nacional do Índio, 1975.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/991059/matopiba-caracterizacao-das-areas-com-grande-producao-de-culturas-anuais>. Acesso em: 22 out. 2019.

ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbaeh e o fim da filosofia alemã clássica. *In*: MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1982.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. 1877. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/index.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ESTADÃO. São Paulo, n., 17 mar. 2017. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,acoes-da-jbs-e-da-brf-devem-ser-penalizadas-pela-operacao-carne-fraca,70001703746>. Acesso em: 20 dez. 2019.

ESTEBAN-MARQUILLAS, Joan M. I. A reinterpretation of shift-share analysis. **Regional and Urban economics**, v. 2, n. 3, p. 249-255, 1972.

FEARNSIDE, P. M. . O carvão dos Carajás. **Ciência Hoje**, Brasil, v. 8, n.48, p. 17-21,. 1988.

FERRAZ, Iara; LADEIRA, Maria Elisa. **Os povos indígenas da Amazônia Oriental e o Programa Grande Carajás**: avaliação e perspectivas: o cerco está se fechando. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. p. 130-141.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1986. 1838 p.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 9, p. 65-83, 2000.

FERREIRA, J. I. de B. **O direito que emerge da água**: as barragens de Paulo Afonso e a invenção dos *royalties*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental) - Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Paulo Afonso, 2012.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FILHO-ZUZA, José Vieira Camelo. A política econômica regional do Vale do São Francisco: uma busca do desenvolvimento do interior brasileiro. **Revista de Estudos Sociais**, v. 10, n. 20, p. 67-87, 2011.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione. A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, n. 4, p. 141-158, 2013.

FONSECA, A.; NUNES, S.; KANIAK, T.; JORDAN, M. D. Polícia Federal deflagra operação de combate a venda ilegal de carnes. **Estadão**, São Paulo, 17 mar. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2017/03/policia-federal-deflagra-operacao-de-combate-venda-ilegal-de-carnes.html>. Acesso em: 20 dez. 2019.

FRANK, G. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Monthly Review**, v. 18, n.4, set. 1966.

FREIRE, Ricardo S.. **Articulações políticas indígenas no sul da Bahia (Salvador-BA)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Instituto de Geociências) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, 2016.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Modalidades de terras indígenas. 2019. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 20 dez. 2019.

FUNAI. **Legislação**. 2019. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-27-42>. Acesso em: 24 dez. 2019.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2004. 256 p.

GAGO, Verónica; MEZZADRA, Sandro. A critique of the extractive operations of capital: toward an expanded concept of extractivism. **Rethinking Marxism**, v. 29, n. 4, p. 574-591, 2017.

GALLARDO-COBOS, Rosa. **El desarrollo rural en el contexto nuevo marco estratégico Común**. 2013. Disponível em: http://www.upa.es/anuario_2013/pag_122-132_gallardo.pdf. Acesso em: 08 nov. 2017.

GALLI, Carlo. Spazi politici: l'età moderna e l'età globale. **Il mulino**, 2001.

GEOGRAFAR. **Mapa:** população e situação jurídica dos povos e territórios indígenas, estado da Bahia, 2012. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_ba_2012_indigenas_populacao_situacaojuridica_0.pdf. Acesso em: 11 ago. 2020.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados:** terra e água: o conflito de Itaipu. [s.l.]: Editora da ULBRA, 2003.p.12-13.

GONÇALVES, Reinaldo. Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 5, n. 3, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Cadernos do cárcere: Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política, 1978).

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 234-235.

GUDYNAS, Eduardo. Dez teses urgentes sobre o novo extrativismo. **Extrativismo, política e sociedade**, v. 187, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensatório e novos extrativismos: as ambivalências do progressismo sul-americano. **Nova sociedade**, n. 237, p. 128, 2012.

HADDAD, Paulo Roberto *et al.* **Economia regional:** teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In:* SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b. p. 48.

HARNECKER, Marta. **Conceitos elementais do materialismo histórico.** [S.l.]: [s.n.], 1973. p. 30-38.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2008. 326 p.

HARVEY, David. **Produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005. p. 41-74.

HARVEY, David. **Para entender o capital.** São Paulo: Boitempo, 2013. p. 29-67.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**. n. 29, p. 73-89, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18497/13692>. Acesso em: 30 set. 2019.

HILTON, Japiassú; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia.** 5 Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 72.

HOBBSBAWN, Eric. *In:* MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas.** Trad. João Maia, Revisão Alexandre Addor. 5. ed. [s.l.]: Paz e Terra, 1986. 136p.

IBGE-SIDRA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>. Acesso em: 25 out. 2019.

IBGE-SIDRA. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 25 out. 2019.

IBGE-SIDRA. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 25 out. 2019.

IBGE-SIDRA. **Indígenas**. 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

IEDI. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **A política de desenvolvimento produtivo**. 2008. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/17700/1/FCFol213965_A%20Pol%c3%adtica%20de%20Desenvolvimento%20Produtivo_compl_P.pdf. Acesso em: 4 dez. 2019.

IMPrensa NACIONAL. **Relatório circunstanciado de identificação e delimitação: terra indígena Comexatiba**. 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=27/07/2015&jornal=1&pagina=39&totalArquivos=104>. Acesso em: 20 nov. 2019.

IPEADATA. **Dívida externa bruta do Brasil**. 2019. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 8 ago. 2019.

ISA. Instituto Socio Ambiental. **Terras indígenas no Brasil: PL sobre exploração de terras indígenas pode afetar 7 comunidades na Bahia**. 2019. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/202447>. Acesso em: 29 dez. 2019.

ISA. **Sobreposição em números**. 2018. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Sobreposi%C3%A7%C3%B5es_em_n%C3%BAmeros. Acesso em: 27 dez. 2019.

ISA. **Relatório circunstanciado de identificação e delimitação**. 2006. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/relatorio_funai.pdf. Acesso: 20 dez. 2019.

ISA. **Localização e extensão das TIs**. 2015. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs. Acesso em: 10 out. 2019.

JEZIORNY, Daniel Lemos *et al.* **Territorialidade e indicação geográfica: estudo dos territórios do Vale dos Vinhedos (BRA) e Montilla-Moriles (ESP)**. [s.l.]: [s.n.], 2015.

KON, Anita. **Economia industrial**. [s.l.]: NBL Editora, 1994.

KONDER, Leonardo. **O que é a dialética**. 28 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.p. 85.

KUPFER, David. Dez anos de política industrial. **Valor econômico**, v. 8, n. 07, p. 2013, 2013.

KUPFER, David. Dois anos de política industrial. **Valor Econômico**, v. 5. 2006.

LOURENZANI, Wagner Luiz; CALDAS, Marcellus Marques. Mudanças no uso da terra decorrentes da expansão da cultura da cana-de-açúcar na região oeste do estado de São Paulo. **Cienc. Rural**, Santa Maria, v. 44, n. 11, p. 1980-1987, nov. 2014.

LEFEBVRE, Henri. Perspectives de la sociologie rurale. **Cahiers internationaux de sociologie**, v. 14, p. 122-140, 1953.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions Anthropos, 2006. 476p.

LENIN, Vladimir Il'ich; ENGELS, Friedrich. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. 1913. Disponível em: [http://files.agb-recife.webnode.com.br/200000028-b54e4b649e/As%20Tr%C3%AAAs%20Fontes%20e%20as%20Tr%C3%AAAs%20partes%20constitutivas%20do%20Marxismo%20\(Lenin\).pdf](http://files.agb-recife.webnode.com.br/200000028-b54e4b649e/As%20Tr%C3%AAAs%20Fontes%20e%20as%20Tr%C3%AAAs%20partes%20constitutivas%20do%20Marxismo%20(Lenin).pdf). Acesso em: 14 jan. 2018.

LENIN, Vladimir Il'ich; ENGELS, Friedrich. **Materialismo e empiriocriticismo**: notas críticas sobre uma filosofia reaccionária. 1946. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1909/empiro/index.htm>. Acesso em: 16 jan. 2018.

LENIN, Vladimir Il'ich; ENGELS, Friedrich. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. *In*: LÊNIN, V. I. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1980. p.2.

LUKÁCS, Gyorgy. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo, SP: Senzala, 1967. 252 p

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 44.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre a dialética da dependência. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Flacso**, Santiago de Chile, n. 5, jun. 1973.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, México, n. 12, abr.-jun., 1977.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.295p.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. *In*: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. [s.l.]: Boitempo Editorial, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 187.

MARX, Karl. **A origem do capital: a acumulação primitiva**. São Paulo, SP: Fulgor, 1964. 140 p.

MARX, Karl. **Para crítica da economia política: salário, preço e lucro: o rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultura, 1982. 355p.

MARX, Karl. **Contribuição a crítica à economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 47-89.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. [s.l.]: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013. p. 751p. E-book. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf. Acesso em: 1 mar. 2018.

MARX, Karl. **O capital: o processo de circulação do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2014. p. 153.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007. 616p.

MELO, Rita Maria Costa. Índios e barragens: o caso Tuxá em Itaparica. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 4, n. 2, 1988.

MÉZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.33.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Equador: deixa o petróleo no subsolo. In: MALERBA, Julianna (org.). **Diferentes formas de dizer não: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição do extrativismo mineral**. Rio de Janeiro: Fase, 2014.

MIOTTO, Thiago. **Importante vitória para povos indígenas, decisão desta quarta (16) reforça direitos constitucionais e enfraquece tese ruralista do marco temporal**. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/570741-por-oito-a-zero-stf-reafirma-direitos-originarios-dos-povos-indigenas>. Acesso em: 29 dez. 2019.

MORE, Thomas. **Utopia**. Brasília: Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004. p. 18.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Etc: Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas**. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, n. 1- 3, v. 1, p. 55-70, 2007.

MÜLLER, Geraldo. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 2, n. 6, p. 47-77, 1982.

MUSEU NACIONAL. **Etnologia indígena**: armas e armadilhas. 2020. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/guiaMN/Guia/paginas/8/armasarmad.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

NUNES, M. **O programa de aceleração do crescimento e as fronteiras**. 2018. Disponível em: http://www.mestradoprofissional.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/181112_fronteiras_do_brasil_volume1_cap12.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

OHMAE, Kenichi. The borderless world harper business. **Japanese Economic Studies**, v. 10, n. 4, p. 83-101, 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste: planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1977. 132 p.

OLIVEIRA, Adalberto Luiz R. Projeto Carajás, práticas indigenistas e os povos indígenas no Maranhão. **Revista Antropológicas**, v. 15, n. 2, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. *In*: OS ANOS Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamondo, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOUSP Espaço e Tempo** (online), v. 19, n. 2, p. 228-244, nov. 2015.

OSORIO, Jaime. Crítica de la ciencia vulgar. Sobre epistemología y método en Marx. **Revista Herramienta**, n. 26, 2004.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In*: PADRÃO de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. *In*: PADRÃO de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 103-134.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014. v. 1.

OSORIO, Jaime. América Latina frente al espejo del desarrollo de Corea del Sur y China. **Problemas del desarrollo**, v. 46, n. 182, p. 143-164, 2015.

OSORIO, Jaime. Sistema mundial e formas de capitalismo: a teoria marxista da dependência revisitada. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 1, p. 494-539, 2016.

OSORIO, Jaime. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. **Temporalis**, v. 17, n. 34, p. 25-51, 2017.

OSORIO, Jaime. Sobre superexploração e capitalismo dependente. **Caderno CRH**, v. 31, n. 84, p. 483-500, 2018.

OXFAM. **Terra e poder**: o crescente escândalo envolvendo a nova onda de investimento em terra. 2011. Disponível em: <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/142858/bp151-land-power-rights-acquisitions-220911-pt.pdf;jsessionid=102CD7240B581A7865F0211C5DD21A3C?sequence=35>. Acesso em: 30 out. 2019.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Marcellino José Alves: de índio a caboclo, de “Lampião Mirim” a comunista, uma trajetória de resistência e luta no sul da Bahia. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2009, Fortaleza, Ceará. **Anais [...]**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

PATAXÓS DO PRADO. **Índios na visão dos índios**: pataxós do Prado. Salvador, BA: Thydewas, 2007. 64p.

PAULANI, L. M. . A atualidade da crítica da economia política. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 10, p. 111-121, 2000.

PAULANI, L. M.. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 10, abr/jun. 2012.

PÉREZ, Mercedes Solá; GONÇALVES, Claudio Ubiratan. Desenvolvimento e conflito territorial-primeiras reflexões sobre as comunidades atingidas pelo complexo industrial portuário de Suape-PE, Brasil. **Revista de Geografia**, v. 9, n. 2, 2012.

PERROUX, Francois. Economic space: theory and applications. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 64, n. 1, p. 89-104, 1950.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. [s.l.]: Editora Record, 2006. 625p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A contra reforma agrária na lei e na marra – Brasil (2015-2017). **Conflitos no Campo 2017**. Goiânia, jun. 2018. p. 26-48.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998. 365p.

POSNER, V.. A luta entre o materialismo e o idealismo durante os séculos XVII e XVIII. *In*: SHCHEGLOV, A. V. **Compêndio de história da filosofia**. Vitória,ES: [s.n.], 1945.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista brasileira de economia**, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.

PRÉ-SOCRÁTICOS. São Paulo: Editora Nova cultural, 2000. (Coleção os pensadores).

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-35.

RAMOS, Karen V. **A construção do espaço turístico**: trocas simbólicas entre turistas e comunidade Tupinambá em Olivença (Ilhéus - BA). 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, 2008.

RANGEL, I. Desenvolvimento e projeto. **Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais**. n. 9, jan.-jun., 1956.

RIBEIRO, R.A. **A aliança para o progresso e as relações Brasil- Estados Unidos**. 2006. Tese (Doutorado) - Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2006.

RIBEIRO, E. G. R. . Marx e a economia política crítica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA CLÁSSICA E POLÍTICA, 1, 1996, Niterói, Rio do Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: SEP, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo, SP: Global, 2015. p. 122

RICARDO, Beto; RICARDO, Fany. (Ed.). **Povos indígenas no Brasil**: 2006/2010. [s.l.]: Instituto Socioambiental, 2011.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001. p. 39.

RUBIN, Isaak Il'ich,. **A teoria marxista do valor**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1980. p.192.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. **História e presença dos povos indígenas na Bahia**. [s.l.]: Associação Nacional de Ação Indigenista, 2010.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988. v. 4, p. 136.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo, SP: Nobel, 1992. 88 p.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. **Boletín Geográfico**, n. 19, p. 1-10, 1993.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1994. 190 p.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*.: SANTOS, M.; SOUZA, MAA; SILVEIRA, M.(Orgs.) **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec/ANPUR, 1998. p. 15-20.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 309p.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos Ippur**, v. 2, p. 15-25, 1999a.

SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, v. 4, n. 6, p. 5-20, 1999b.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p.153.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *In*: BECKER, Bertha K.; SANTOS, Milton. **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 2007. p. 13-21.

SANTOS, Milton. O lugar: encontrando o futuro. **Revista de urbanismo e arquitetura**, v. 4, n. 1, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2006. 473 p.

SANTOS, R. R. **Organização política e produtiva dos Tupinambá da Serra do Padeiro**. 2014. Monografia. (Graduação em Economia) – Faculdade de Economia, UFBA, Salvador, 2014.

SANTOS, Rodrigo; MILANEZ, Bruno. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37, 2013. **Anais [...]**.

SENADO NOTÍCIAS. Chega ao Congresso projeto que permite mineração em terras indígenas. 2020. Disponível em: <
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/06/chega-ao-congresso-projeto-que-permite-mineracao-em-terras-indigenas>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (Online), n. 32, p. 89-109, 2012.

SCHROER, Markus. **Räume, orte, grenzen**: auf dem weg zu einer soziologie des raums. [s.l.]: Suhrkamp Verlag, 2013.

SERRANO, R. **O alto preço pago pela privatização da Vale**. 2019. Disponível em: <https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/23670-o-alto-preco-pago-pela-privatizacao-da-vale>. Acesso em: 20 out. 2019.

SIGCI. Sistema Gráfico de Comercio Internacional (CEPAL). 2019. Disponível em: <https://sgo-win12-we-e1.cepal.org/dcii/sigci/sigci.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

SILVA, Cristhian Teófilo da. A homologação da terra indígena raposa/serra do sol e seus efeitos: uma análise performativa das 19 condicionantes do STF. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 33, n. 98, 2018 .

SILVA, J. G. da. **O que é a questão agrária**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. 45p.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996a. 228p.

SMITH, A.. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1996. 471p.

SOUSA FILHO, José Firmino; SILVA, Libania Araújo; MENEZES, Vladson Bahia. A dinâmica das exportações brasileiras nos períodos pré e pós-crise financeira mundial de 2008/2009: uma análise *shift-share*. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 40, 2018.

SUZIGAN, Wilson. A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial. **Economia e sociedade**, v. 1, n. 1, p. 89-109, 1992.

SDE. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Cadastro do Produtor Mineral Bahia**. 2018. 4 ed. Salvador, Bahia. Disponível em: http://www.cbpm.ba.gov.br/arquivos/File/Setor_Mineral/Cadastro_Produtor_Mineral_Bahia_2018.pdf. Acesso em: 23 dez. 2019.

SVAMPA, Maristella. Commodities consensus: neoextractivism and enclosure of the commons in Latin America. **South Atlantic Quarterly**, v. 114, n. 1, p. 65-82, 2015.

TAVARES, M. da C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL-Rio de Janeiro**: Record/CEPAL, 2000. p. 217-237.

TAVARES, M. da C. Ajustes e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 21-57, 2016.

TEMÓTEO, A. **Bradesco e fundos de pensão do BB e Caixa estão entre os donos da Vale**. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/01/28/vale-fundos-de-pensao-bancos-publicos-privados.htm>. Acesso em: 20 nov. 2019.

TERRA DE DIREITOS. **Com acusações contraditórias, PM prende cacique Babau Tupinambá e o irmão na Bahia**. 2016. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/cimi-com-acusacoes-contraditorias-pm-prende-cacique-babau-tupinamba-e-o-irmao-na-bahia/20319>. Acesso em: 20 dez. 2019.

TERRAS INDÍGENAS. **Tupinambá de Olivença**. 2020. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3993>. Acesso em: 19 dez. 2019.

TERRAS INDÍGENAS. **Comexatiba (Cahy-Pequi)**. 2020. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4379>. Acesso em: 20 dez. 2019.

TRECCANI, G. D. Remanescentes de quilombos: os difíceis caminhos para o reconhecimento de seus direitos territoriais. *In*: CPT. **Conflitos no campo Brasil**. 2007. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/41->

conflitos-no-campo-brasil-publicacao/243-conflitos-no-campo-brasil-2007. Acesso em: 23 dez. 2019.

TRIVIÑIOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. p.175.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Candidatos indígenas aumentam participação em eleições nacionais**. 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Abril/candidatos-indigenas-aumentam-participacao-em-eleicoes-nacionais>. Acesso em: 1 nov. 2020.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Manifestação da UFBA: terra indígena Comexatiba**. 2016. Disponível em: https://ufba.br/ufba_em_pauta/manifesta%C3%A7%C3%A3o-da-ufba-terra-ind%C3%ADgena-comexatiba. Acesso em: 20 dez. 2019.

UNIÃO CAMPO CIDADE E FLORESTA. **Carta aberta da comunidade Tupinambá de Olivença – Aldeia Tucum**. 2012. Disponível em: <https://uniaocampocidadeefloresta.wordpress.com/2012/05/03/carta-aberta-da-comunidade-tupinamba-de-olivenca-aldeia-tucum/>. Acesso em: 24 dez. 2019.

VALENTE, Rubens. Projeto de mineração do governo prevê tutela sobre indígenas: minuta também cita projetos em terras onde vivem etnias isoladas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 set. 2019. Mercado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/projeto-de-mineracao-do-governo-preve-tutela-sobre-indigenas.shtml>. Acesso em: 29 dez. 2019.

VENENCIA, C. *et al.* Land Matrix y las grandes transacciones de tierras en América Latina y el Caribe. In: COSTANTINO, Agostina (Org.). **Fiebre por la tierra. Debates sobre el land grabbing en Argentina y América Latina**. [S.l.]: [S.n.], 2019. p. 79-95.

VIANNA, Fernando Fedola de Luiz Brito. Razão indigenista e razão conservacionista desafiadas no sul da Bahia. **Terras Indígenas & Unidades de Conservação**, p. 163, 2004.

VILAS-BOAS, Gonçalo. Utopias, distopias e heterotopias na literatura de expressão alemã. In: VIEIRA, Fátima; DA SILVA, Jorge Miguel Bastos. (Orgs.). **Cadernos de literatura Comparada 6/7: utopias**. Porto, Granito; Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, p. 95-118, dez. 2002.

WANDERLEY, L. A. **Produtividade da indústria alagoana no Nordeste, indutores de crescimento e competitividade setorial das mesorregiões de Alagoas: 2000 – 2014**. 2018. 311 f. Tese (Pós- Doutorado em Economia) – Faculdades de Economia, UFBA, Salvador, 2018.

WORLD BANK, T. **World Bank open data**. 2019. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

ZOLO, Danilo; ALPA, Guido. Bibliography-recensioni-globalizzazione: um mapa dos problemas. **Rivista trimestralmente direcional e procedura civile**, v. 58, n. 3, p. 1095, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TABELAS

Apêndice A.1 – Valor FOB das exportações, em US\$, por região brasileira, de 1997.

Descrição	Seção	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Total
Matérias de origem animal n.e.p. ¹	I	297.299	38.335.236	15.190.319	8.247.577	1.330.433	63.400.864
Carne de gado bovino fresca ou refrigerada	I	1	33.027.507	7.002.408	8.349.955	0	48.379.871
Carne de gado bovino congelada	I	1	103.240.938	15.538.882	28.718.219	0	147.498.040
Carne de suínos fresca, resfriada ou congelada	I	1	14.939	139.080.607	2.523.523	0	141.619.070
Despojos ² comestíveis de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos e asininos, frescos, refrigerados ou congelados	I	1	2.748.762	5.483.324	3.481.007	0	11.713.094
Carne n.e.p. e despojos comestíveis de carne exceto suínos, salgados, em salmoura, secos ou defumados; farinhas comestíveis de carne ou despojos de carne	I	1	1.156.838	286.874	0	1	1.443.714
Carne n.e.p. e despojos comestíveis de aves do subgrupo 001.4, fresca, resfriada ou congelada	I	0	14.008.028	888.281.995	10.458.942	1	912.748.966
Soja	II	139.467.773	334.025.798	1.281.687.329	649.495.789	2.732.480	2.407.409.169
Milho (exceto milho doce), não moído, Outros.	II	1	308.019	34.543.856	6.591.126	1.668	41.444.670
Café não torrado, mesmo descafeinado	II	25.887.238	2.472.089.992	82.071.569	1.038.189	7.143.027	2.588.230.015
Óleo de soja e respectivas frações	III	0	2.925.824	520.341.587	69.055.002	0	592.322.413

Suco de laranja	IV	18.652.899	980.806.410	7.084.315	1	1	1.006.543.626
Açúcares, beterraba ou cana, em bruto, no estado sólido, sem adição de aromatizantes ou de corantes	IV	376.350.667	502.031.868	148.009.099	16.665.815	0	1.043.057.449
Outros açúcares de beterraba ou cana-de-açúcar e sacarose quimicamente pura, no estado sólido	IV	103.788.105	571.066.843	47.123.098	2.276.400	1	724.254.447
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	IV	7.601.247	264.000	1	1	0	7.865.249
Pasta de cacau, mesmo desengordurada	IV	21.141.667	1.505.963	1	1	1	22.647.633
Manteiga de cacau, gordura e óleo	IV	83.180.224	1.873.978	1	1	1	85.054.205
Cascas, películas e outros desperdícios de cacau	IV	42.437	36.183	1	1	1	78.623
Cacau em pó, com adição de açúcar ou de outros edulcorantes	IV	1	206.773	66.152	0	1	272.927
Outras preparações alimentícias contendo cacau, em blocos ou em barras com peso superior a 2 kg, ou no estado líquido, em pasta, em pó, grânulos ou formas semelhantes, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo superior a 2 kg.	IV	1	4.141.686	33.743	0	1	4.175.431
Álcoois monohídricos acíclicos	IV/VI	47.503.285	40.286.712	3.211.057	50.806	1	91.051.861
Madeira de coníferas, serrada ou fendida longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm	IX	29.451	5.086.101	140.076.582	31.648	79.329	145.303.111

Madeira compensada, madeira folheada e madeiras estratificadas semelhantes	IX	52.779	156.272	144.347.849	16.718.006	102.548.240	263.823.146
Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado	V	0	1.102.994.552	517	23.244.697	727.277.614	1.853.517.380
Minério de ferro aglomerado (sinters, pellets, briquetes, etc)	V	0	992.652.384	1	1	0	992.652.386
Minérios de metais preciosos e seus concentrados	V	1	1.113.338	1	1	1	1.113.342
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, cruds	V	0	5.890.015	0	1	1	5.890.017
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações n.e.p., contendo, em peso, 70% ou mais de óleos de petróleo ou de óleos minerais betuminosos, estes devem constituir o seu elemento de base, com exceção dos óleos usados	V	102.076.383	145.825.243	39.511.036	623	0	287.413.285
Alumina (óxido de alumínio), exceto o corindo artificial	VI	51.442.330	1.202.402	387	1	64.312.145	116.957.265
Borracha natural (exceto látex)	VII	311	0	0	1	1	313
Celulose e seus derivados químicos, n.e.p.	VII	13.580.296	21.781.186	13.082	0	1	35.374.565
Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, curtidos ou em crosta ou não preparados após curtimento ou após secagem, depilados, mesmo divididos	VIII	61.626.122	244.067.258	371.975.516	28.024.723	4.541.745	710.235.364

Pastas químicas de madeira, para dissolução	X	49.331.666	0	13.803.250	1	1	63.134.918
Pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução	X	107.078.003	733.635.020	62.572.407	1	43.320.219	946.605.650
Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, cartões e papéis perfurados e não-perfurados, em rolos ou em folhas (exceto papel dos itens 641,1 ou 641,63); papel feito à mão e cartão	X	75.734.534	306.383.968	3.609.907	1	144.273	385.872.683
Papel, cartão, estofado de celulose e mantas de fibras de celulose, revestidos, impregnados, recobertos, coloridos à superfície, decorados à superfície ou impressos, não constituindo material impresso dentro do grupo 892, em rolos ou em folhas, n.e.p.	X	0	9.605.180	20.447.389	1	0	30.052.570
Algodão (exceto fios), não cardado nem penteado	XI	0	0	174.163	0	1	174.164
Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados)	XIV	81.292.649	217.357.648	1	80.934.511	128.720.386	508.305.195
Ferro gusa e spiegel, em lingotes, linguados ou outras formas primárias	XV	96.419.198	247.659.502	444	0	39.887.679	383.966.823
Outros ferro-ligas (excluindo as ferro-ligas radioativas)	XV	52.685.669	346.493.694	2.490.986	58.741.308	1	460.411.658
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, menos de 0,25% de carbono	XV	0	1.301.990.303	1.176.934	1	1	1.303.167.239

Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, 0,25% ou mais de carbono	XV	11.199.543	38.688.537	5.732.119	1	1	55.620.201
Produtos semi-acabados de aço de liga	XV	0	25.179.427	258.368	1	1	25.437.797
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos, sem mais trabalho além laminados a quente	XV	0	588.118.959	398.422	339	1	588.517.721
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, revestidos de zinco	XV	0	11.795.523	129.372	1	1	11.924.897
Barras, laminados a quente, em rolos irregulares, de ferro ou aço	XV	11.339.691	82.606.099	1.076.288	1	1	95.022.080
Barras de ferro ou aço não ligado, sem mais trabalho a quente, laminados, estirados ou extrudados a quente, incluídas as com torção após laminagem	XV	8.143.510	93.080.509	13.985.028	3.247	0	115.212.294
Tubos e perfis ocos, de ferro ou aço	XV	350.421	87.466.203	63.408	0	179	87.880.211
Cobre refinado e não refinado; ânodos de cobre para refinação eletrolítica; ligas de cobre, em formas brutas	XV	83.870.084	1.769.552	1.025	1	1	85.640.663
Alumínio e ligas de alumínio em formas brutas	XV	502.867.053	92.542.835	0	1	553.092.109	1.148.501.998
Alumínio e ligas de alumínio, trabalhadas	XV	4.248.486	175.429.896	2.903.666	1.603	22.100	182.605.751
Obras diversas de metais comuns	XV	400.980	12.507.613	13.249.265	432	0	26.158.290
Total		2.137.682.009	11.997.181.516	4.033.033.631	1.014.653.508	1.675.153.650	20.857.704.314

¹ Não especificados nem compreendidos noutras posições, em formas primárias; ² Produtos de origem animal comestíveis cárneos, pescados, lácteos, ovos, mel e seus derivados, envoltórios naturais e pratos prontos - que contenham como ingrediente produto de origem animal.

Nota: Para solucionar casos de taxa de crescimento zero foram realizados os seguintes procedimentos: a) Valor dos anos, inicial e final, iguais, nenhuma alteração foi realizada; b) Quando os anos, inicial e final, eram iguais a zero, os valores eram substituídos pelo algarismo 1; c) Valor do ano inicial igual a zero e o valor do ano final maior que zero, o valor do ano inicial era substituído pelo mesmo valor do ano final; d) Valor do ano inicial maior que zero e valor final igual a zero, substituíam-se o valor final pelo mesmo valor do ano inicial.

Fonte: Elaborado com base em dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2019).

Apêndice A.2 - Valor FOB das exportações, em US\$, por região brasileira, de 2007.

Descrição	Seção	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Norte	Total
Matérias de origem animal n.e.p. ¹	I	889.036	131.136.795	30.800.733	60.862.340	23.202.641	246.891.545
Carne de gado bovino fresca ou refrigerada	I	1	374.459.533	43.509.996	355.919.341	3.355.063	777.243.934
Carne de gado bovino congelada	I	1	1.303.106.816	55.995.349	1.059.751.144	263.248.042	2.682.101.352
Carne de suínos fresca, resfriada ou congelada	I	1	40.309.021	947.148.418	113.784.480	214.534	1.101.456.454
Despojos ² comestíveis de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos e asininos, frescos, refrigerados ou congelados	I	1	61.106.091	25.256.158	39.235.985	12.059.930	137.658.165
Carne n.e.p. e despojos comestíveis de carne exceto suínos, salgados, em salmoura, secos ou defumados; farinhas comestíveis de carne ou despojos de carne	I	1	81.711.496	187.404.669	19.320.928	1	288.437.095
Carne n.e.p. e despojos comestíveis de aves do subgrupo 001.4, fresca, resfriada ou congelada	I	3.712.038	531.440.760	2.137.542.361	529.460.055	1	3.202.155.215
Soja	II	417.910.668	281.255.898	1.905.485.062	2.829.401.231	205.507.510	5.639.560.369
Milho (exceto milho doce), não moído, Outros	II	1	116.838.009	110.005.309	973.536.156	294	1.200.379.769
Café não torrado, mesmo descafeinado	II	107.794.412	3.158.368.635	0	8.125.493	398.946	3.274.687.486

Óleo de soja e respectivas frações	III	11.483.848	110.473.958	521.535.492	358.323.710	50.000	1.001.867.008
Suco de laranja	IV	74.357.157	2.135.242.190	14.199.747	1	1	2.223.799.096
Açúcares, beterraba ou cana, em bruto, no estado sólido, sem adição de aromatizantes ou de corantes	IV	424.667.976	2.276.033.136	11.706.334	42.759.646	714	2.755.167.806
Outros açúcares de beterraba ou cana-de-açúcar e sacarose quimicamente pura, no estado sólido	IV	219.116.436	1.666.568.613	2.320	49.570.129	1	1.935.257.499
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	IV	1.329.048	336.902	1	1	42.876	1.708.828
Pasta de cacau, mesmo desengordurada	IV	40.510.365	2.128.604	1	1	1	42.638.972
Manteiga de cacau, gordura e óleo	IV	145.502.796	9.696.453	1	1	1	155.199.252
Cascas, películas e outros desperdícios de cacau	IV	778.675	74.090	1	1	1	852.768
Cacau em pó, com adição de açúcar ou de outros edulcorantes	IV	1	417.617	519.520	77	1	937.216
Outras preparações alimentícias contendo cacau, em blocos ou em barras com peso superior a 2 kg, ou no estado líquido, em pasta, em pó, grânulos ou formas semelhantes, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo superior a 2 kg.	IV	1	2.092.385	92	1.361	1	2.093.840
Álcoois monohídricos acíclicos	IV/VI	256.933.832	1.089.995.301	14.594.724	6.435.520	1	1.367.959.378
Madeira de coníferas, serrada ou fendida longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm	IX	660.979	22.458.495	110.644.222	11.337.579	103.198	145.204.473
Madeira compensada, madeira folheada e madeiras estratificadas semelhantes	IX	8.779.863	3.650.414	150.870.121	46.659.800	82.117.595	292.077.793

Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado	V	4.529.076	4.720.746.045	1	65.226.379	2.311.259.884	7.101.761.385
Minério de ferro aglomerado (<i>sinters, pellets, briquetes, etc</i>)	V	430.304.447	3.008.755.091	1	1	4.744.965	3.443.804.505
Minérios de metais preciosos e seus concentrados	V	1	4.236.418	1	1	1	4.236.422
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, <i>cruds</i>	V	99.960.361	8.805.101.849	143	1	1	8.905.062.355
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações n.e.p., contendo, em peso, 70% ou mais de óleos de petróleo ou de óleos minerais betuminosos, estes devem constituir o seu elemento de base, com exceção dos óleos usados	V	882.127.394	2.645.021.183	552.235.621	192.867	3.210.644	4.082.787.709
Alumina (óxido de alumínio), exceto o corindo artificial	VI	152.981.785	2.643.426	20.441	1	1.129.598.260	1.285.243.913
Borracha natural (exceto látex)	VII	0	1.421.306	279.415	1	1	1.700.723
Celulose e seus derivados químicos, n.e.p.	VII	11.819.965	67.711.809	38.664	1	1	79.570.440
Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, curtidos ou em crosta ou não preparados após curtimento ou após secagem, depilados, mesmo divididos	VIII	261.005.887	828.297.786	541.860.041	311.918.071	72.602.173	2.015.683.958
Pastas químicas de madeira, para dissolução	X	63.839.933	68	0	1	1	63.840.003
Pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução	X	715.978.146	1.899.346.646	136.604.128	1	192.429.432	2.944.358.353
Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, cartões e papéis	X	116.250.983	572.492.903	8.115.220	1	0	696.859.107

perfurados e não-perfurados , em rolos ou em folhas (exceto papel dos itens 641,1 ou 641,63); papel feito à mão e cartão							
Papel, cartão, estofo de celulose e mantas de fibras de celulose, revestidos, impregnados, recobertos, coloridos à superfície, decorados à superfície ou impressos, não constituindo material impresso dentro do grupo 892, em rolos ou em folhas, n.e.p.	X	335.924	141.838.951	1.799.014	1	622	143.974.512
Algodão (exceto fios), não cardado nem penteado	XI	157.465.136	10.819.498	1.002.135	335.850.470	1	505.137.240
Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados)	XIV	94.261.389	531.672.353	1	102.628.320	60.856.204	789.418.267
Ferro gusa e <i>spiegel</i> , em lingotes, linguados ou outras formas primárias	XV	573.726.230	735.200.045	699	1.511.754	549.694.014	1.860.132.742
Outros ferro-ligas (excluindo as ferro-ligas radioativas)	XV	48.196.706	1.185.057.190	177.413	189.107.363	1	1.422.538.673
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, menos de 0,25% de carbono	XV	4.853.267	1.586.290.998	16.268.153	1	1	1.607.412.420
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, 0,25% ou mais de carbono	XV	26.085.857	236.875.828	25.197.782	1	1	288.159.469
Produtos semi-acabados de aço de liga	XV	128.344	353.835.091	43.938	1	1	354.007.375
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos, sem mais trabalho além laminados a quente	XV	1.024.490	758.174.333	1.135.668	10.010	1	760.344.502
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, revestidos de zinco	XV	2.689	236.498.866	31.181.305	87	1	267.682.948

Barras, laminados a quente, em rolos irregulares, de ferro ou aço	XV	33.591.010	450.636.118	1.578.838	1	1	485.805.968
Barras de ferro ou aço não ligado, sem mais trabalho a quente, laminados, estirados ou extrudados a quente, incluídas as com torção após laminagem	XV	12.504.853	339.337.617	21.427.012	0	16.957	373.286.439
Tubos e perfis ocos, de ferro ou aço	XV	15.897	261.846.733	1.198.739	283	10	263.061.662
Cobre refinado e não refinado; ânodos de cobre para refinação eletrolítica; ligas de cobre, em formas brutas	XV	675.412.040	1.702.689	3.374	1	1	677.118.105
Alumínio e ligas de alumínio em formas brutas	XV	702.840.900	347.892.665	1.031.050	1	1.119.416.795	2.171.181.411
Alumínio e ligas de alumínio, trabalhadas	XV	24.536.024	608.282.415	18.051.603	1.828	12.874.484	663.746.354
Obras diversas de metais comuns	XV	41.318.455	80.667.036	341.188	1.245	1.069.808	123.397.732
Total			6.849.524.326	43.821.304.168	7.626.812.219	7.510.933.673	6.048.075.619

¹Não especificados nem compreendidos noutras posições, em formas primárias; ²Produtos de origem animal comestíveis cárneos, pescados, lácteos, ovos, mel e seus derivados, envoltórios naturais e pratos prontos - que contenham como ingrediente produto de origem animal.

Nota: Para solucionar casos de taxa de crescimento zero foram realizados os seguintes procedimentos: a) Valor dos anos, inicial e final, iguais, nenhuma alteração foi realizada; b) Quando os anos, inicial e final, eram iguais a zero, os valores eram substituídos pelo algarismo 1; c) Valor do ano inicial igual a zero e o valor do ano final maior que zero, o valor do ano inicial era substituído pelo mesmo valor do ano final; d) Valor do ano inicial maior que zero e valor final igual a zero, substituíam-se o valor final pelo mesmo valor do ano inicial.

Fonte: Elaborado com base em dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2019).

Apêndice A.3 - Valor FOB das exportações, em US\$, por região brasileira, de 2017.

Descrição	Seção	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Norte	Total
Matérias de origem animal n.e.p. ¹	I	0	2.024.564	0	0	0	2.024.564
Carne de gado bovino fresca ou refrigerada	I	243.555.877	1.709.000.016	16.862.708	547.887.273	282.020.476	2.799.326.350
Carne de gado bovino congelada	I	0	158.206.019	26.448.435	409.853.524	89.806.465	684.314.443
Carne de suínos fresca, resfriada ou congelada	I	24.376.767	1.373.142.802	140.011.971	2.020.808.038	826.425.028	4.384.764.606
Despojos ² comestíveis de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos e asininos, frescos, refrigerados ou congelados	I	5.922.658	673.648.523	4.990.477.744	899.490.391	7.346.334	6.576.885.650
Carne n.e.p. e despojos comestíveis de carne exceto suínos, salgados, em salmoura, secos ou defumados; farinhas comestíveis de carne ou despojos de carne	I	5.516.992	116.697.225	109.766.088	157.514.582	83.422.942	472.917.829
Carne n.e.p. e despojos comestíveis de aves do subgrupo 001.4, fresca, resfriada ou congelada	I	0	27.156.715	1.257.637.558	179.673.921	0	1.464.468.194
Soja	II	0	0	0	0	0	0
Milho (exceto milho doce), não moído, Outros.	II	0	38.094.250	285.361.757	30.182.384	40.144	353.678.535
Café não torrado, mesmo descafeinado	II	92.174.381	2.024.841.480	89.810.911	115.558.394	10.253.235	2.332.638.401
Óleo de soja e respectivas frações	III	872.085.503	782.883.525	75.148.963	14.326.882	91.816	1.744.536.689
Suco de laranja	IV	60.005.074	173.686.307	547.193.940	3.674.995.900	110.066.507	4.565.947.728
Açúcares, beterraba ou cana, em bruto, no estado sólido, sem adição de aromatizantes ou de corantes	IV	41.411.227	1.806.821.183	91.913.219	0	29.419	1.940.175.048

Outros açúcares de beterraba ou cana-de-açúcar e sacarose quimicamente pura, no estado sólido	IV	529.488.965	6.762.007.095	972.455.399	775.251.138	2.745.849	9.041.948.446
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	IV	48.615.893	4.105.844.278	29.448.907	3.331.682	0	4.187.240.760
Pasta de cacau, mesmo desengordurada	IV	1.368.450	13.630	0	0	1.504.077	2.886.157
Manteiga de cacau, gordura e óleo	IV	26.278.137	82.038	0	0	0	26.360.175
Cascas, películas e outros desperdícios de cacau	IV	172.100.761	3.537.197	0	0	28	175.637.986
Cacau em pó, com adição de açúcar ou de outros edulcorantes	IV	153.374	0	0	0	0	153.374
Outras preparações alimentícias contendo cacau, em blocos ou em barras com peso superior a 2 kg, ou no estado líquido, em pasta, em pó, grânulos ou formas semelhantes, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo superior a 2 kg.	IV	10.965	458.436	13.835	0	0	483.236
Álcoois monohídricos acíclicos	IV/VI	246.993	18.257.782	686.477.857	324.961.653	997.814	1.030.942.099
Madeira de coníferas, serrada ou fendida longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm	IX	745.096	4.141.620	56.347	473	59	4.943.595
Madeira compensada, madeira folheada e madeiras estratificadas semelhantes	IX	252.206.852	426.073.923	698.806.881	434.859.238	64.053.541	1.876.000.435
Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado	V	355.372.581	26.655.059	1	973.603.229	552.281	1.356.183.151
Minério de ferro aglomerado (sinters, pellets, briquetes, etc)	V	0	8.803.591.860	0	124.031.039	7.785.329.469	16.712.952.368

Minérios de metais preciosos e seus concentrados	V	1.253.499.329	14.447.919	44.619	0	1.361.873.173	2.629.865.040
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, cruds	V	17.079.092	188.546.409	144.913.907	137.178.913	52.751.279	540.469.600
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações n.e.p., contendo, em peso, 70% ou mais de óleos de petróleo ou de óleos minerais betuminosos, estes devem constituir o seu elemento de base, com exceção dos óleos usados	V	0	16.222.638.510	11.452	0	0	16.222.649.962
Alumina (óxido de alumínio), exceto o corindo artificial	VI	0	2.486.201.832	0	0	0	2.486.201.832
Borracha natural (exceto látex)	VII	2.200.939.555	2.311.717.154	9.481.171.680	10.102.559.380	1.566.414.140	25.662.801.909
Celulose e seus derivados químicos, n.e.p.	VII	28.430.543	819.220.226	8.888.843	5.490.670	114.265	862.144.547
Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, curtidos ou em crosta ou não preparados após curtimento ou após secagem, depilados, mesmo divididos	VIII	41.250	94.455.866	132.110	67	0	94.629.293
Pastas químicas de madeira, para dissolução	X	78	7.039.359	433.383.296	894.317	0	441.317.050
Pastas químicas de madeira, ao bissulfito, exceto pastas para dissolução	X	265.595.136	0	185	0	155.186.011	420.781.332
Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, cartões e papéis perfurados e não-perfurados, em rolos ou em folhas (exceto papel	X	10	1.146.844	602.644.760	1.486.818	14.661.161	619.939.593

dos itens 641,1 ou 641,63); papel feito à mão e cartão							
Papel, cartão, estofado de celulose e mantas de fibras de celulose, revestidos, impregnados, recobertos, coloridos à superfície, decorados à superfície ou impressos, não constituindo material impresso dentro do grupo 892, em rolos ou em folhas, n.e.p.	X	39.374.477	610.552.134	19.893.960	37.193.675	417.580	707.431.826
Algodão (exceto fios), não cardado nem penteado	XI	1.660.413.128	2.231.957.244	980.307.873	1.050.677.342	0	5.923.355.587
Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados)	XIV	58.771.924	1.103.341.939	17.069.305	2.091	1.962.500	1.181.147.759
Ferro gusa e <i>spiegel</i> , em lingotes, linguados ou outras formas primárias	XV	856	191.426.282	142.665.028	2.272	174.372	334.268.810
Outros ferro-ligas (excluindo as ferro-ligas radioativas)	XV	183.370.900	557.065.700	1.278	24.426.488	7.754	764.872.120
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, menos de 0,25% de carbono	XV	109.665.864	1.528.427.542	102.884	563.614.541	238.663.060	2.440.473.891
Produtos semi-acabados de ferro ou aço não ligado, contendo, em peso, 0,25% ou mais de carbono	XV	1.045.267.752	1.846.948.207	3.111.431	0	0	2.895.327.390
Produtos semi-acabados de aço de liga	XV	23.255.370	285.943.531	15.708.434	0	0	324.907.335
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos, sem mais trabalho além laminados a quente	XV	0	941.567.091	15.236	0	0	941.582.327
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, revestidos de zinco	XV	0	928.924.581	2.046.267	3.809	14.183	930.988.840

Barras, laminados a quente, em rolos irregulares, de ferro ou aço	XV	0	321.877.321	49.562.368	7.209	4.263	371.451.161
Barras de ferro ou aço não ligado, sem mais trabalho a quente, laminados, estirados ou extrudados a quente, incluídas as com torção após laminagem	XV	0	309.119.938	1.567.555	0	4.065	310.691.558
Tubos e perfis ocos, de ferro ou aço	XV	55.599.043	271.300.723	55.980.131	1.674.058	797.884	385.351.839
Cobre refinado e não refinado; ânodos de cobre para refinação eletrolítica; ligas de cobre, em formas brutas	XV	28.000	445.933.730	469.028	126.302	201	446.557.261
Alumínio e ligas de alumínio em formas brutas	XV	270.321.857	32.516.417	32.702	0	0	302.870.976
Alumínio e ligas de alumínio, trabalhadas	XV	0	17.489.323	849.763	0	387.303.817	405.642.903
Obras diversas de metais comuns	XV	9.008.398	342.199.453	26.593.060	72.679	436.152	378.309.742
Total		9.952.299.108	63.148.870.802	22.005.059.676	22.611.740.372	13.045.471.344	130.763.441.302

¹Não especificados nem compreendidos noutras posições, em formas primárias; ²Produtos de origem animal comestíveis cárneos, pescados, lácteos, ovos, mel e seus derivados, envoltórios naturais e pratos prontos - que contenham como ingrediente produto de origem animal.

Nota: Para solucionar casos de taxa de crescimento zero foram realizados os seguintes procedimentos: a) Valor dos anos, inicial e final, iguais, nenhuma alteração foi realizada; b) Quando os anos, inicial e final, eram iguais a zero, os valores eram substituídos pelo algarismo 1; c) Valor do ano inicial igual a zero e o valor do ano final maior que zero, o valor do ano inicial era substituído pelo mesmo valor do ano final; d) Valor do ano inicial maior que zero e valor final igual a zero, substituíam-se o valor final pelo mesmo valor do ano inicial.

Fonte: Elaborado com base em dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2019).

Apêndice A.4 – Total de hectares em uso, de culturas ou atividades neoeextrativistas, por região brasileira, de 1997

Descrição	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Cana-de-açúcar	11.586	1.256.733	2.937.248	344.455	331.626	4.881.648
Milho (em grão)	560.171	2.602.025	2.623.528	4.925.694	2.114.086	12.825.504
Soja (em grão)	35.742	585.108	1.068.580	5.684.108	4.134.582	11.508.120
Algodão arbóreo (em caroço)	0	14.165	0	0	0	14.165
Borracha (látex coagulado)	3.601	21.199	29.138	158	17.535	71.631
Cacau (em amêndoa)	66.974	625.869	20.759	0	2.326	715.928
Café (em grão) Total	122.528	119.850	1.607.784	127.718	22.886	2.000.766
Laranja	20.457	105.199	805.009	48.667	9.089	988.421
Pecuária	36.046.327	41.350.392	33.591.090	17.130.877	85.793.294	213.911.981
Floresta Plantada	5.168.791	2.339.183	2.501.067	2.571.285	3.467.471	16.047.799
Mineração	1.801	2.603	4.452	6.953	1.353	17.162
Total	42.037.979	49.022.327	45.188.656	30.839.916	95.894.248	262.983.126

Fonte: IBGE (2019) e Agência Nacional de Mineração (2019).

Apêndice A.5 – Total de hectares em uso, de culturas ou atividades neoeextrativistas, por região brasileira, de 2007

Descrição	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Cana-de-açúcar	25.884	1.190.500	4.588.667	592.438	689.362	7.086.851
Milho (em grão)	536.512	2.955.844	2.279.568	4.850.976	3.387.938	14.010.838
Soja (em grão)	455.075	1.455.734	1.361.705	8.283.922	9.014.957	20.571.393
Algodão arbóreo (em caroço)	0	847	0	0	0	847
Borracha (látex coagulado)	4.844	33.451	50.966	576	28.312	118.149
Cacau (em amêndoa)	103.497	559.884	20.984	0	638	685.003
Café (em grão) Total	181.087	175.685	1.798.924	97.385	27.160	2.280.241

Laranja	18.131	118.723	622.786	54.215	7.720	821.575
Pecuária	41.570.224	45.639.396	32.436.997	18.560.701	83.572.976	221.780.294
Floresta Plantada	919.502	2.096.478	2.301.627	2.558.759	713.600	8.589.966
Mineração	9.673	16.749	5.070	13.089	16.557	61.137
Total	43.824.429	54.243.291	45.467.294	35.012.061	97.459.220	276.006.294

Fonte: IBGE (2019) e Agência Nacional de Mineração (2019).

Apêndice A.6 – Total de hectares em uso, de culturas ou atividades neoxtrativistas, por região brasileira, de 2017

Descrição	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Cana-de-açúcar	60.293	941.363	6.698.849	668.473	1.864.280	10.233.258
Milho (em grão)	756.120	2.648.706	1.984.439	4.031.787	8.318.631	17.739.683
Soja (em grão)	1.660.550	3.096.975	2.489.328	11.447.141	15.310.367	34.004.361
Algodão arbóreo (em caroço)	0	0	0	0	0	0
Borracha (látex coagulado)	1.844	27.381	86.895	696	35.236	152.052
Cacau (em amêndoa)	145.278	422.163	22.778	0	980	591.199
Café (em grão) Total	74.130	131.834	1.537.131	40.168	22.404	1.805.667
Laranja	23.864	106.507	450.166	50.247	8.428	639.212
Pecuária	49.629.352	45.039.179	33.753.767	16.363.234	78.925.486	223.711.018
Floresta Plantada	1.137.844	2.423.302	4.908.800	3.717.400	2.037.964	14.225.310
Total	53.489.275	54.837.410	51.932.153	36.319.146	106.523.776	303.101.760

Fonte: IBGE (2019).

Apêndice A.6– Desembolsos em R\$ do BNDES, por subsetor CNAE agrupado, para região Nordeste, dos anos de 1997, 2007 e 2017

RANKING	SETORES	2017	%	SETORES	2007	%	SETORES	1997	%
1º	ELETRICIDADE E GÁS	7.604.840.598,89	53,71	TRANSPORTE TERRESTRE	1.998.427.558,70	37,55	ELETRICIDADE E GÁS	930.638.133,43	38,43
2º	TRANSPORTE TERRESTRE	1.679.493.208,44	11,86	ELETRICIDADE E GÁS	608.800.850,72	11,44	BEBIDAS	286.510.757,92	11,83
3º	AGROPECUÁRIA	791.841.094,28	5,59	QUÍMICA	461.509.892,36	8,67	AGROPECUÁRIA	220.793.057,43	9,12
4º	OUTROS EQUIP TRANSPORTE	667.486.962,69	4,71	CELULOSE E PAPEL	351.242.182,72	6,60	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	100.227.280,01	4,14
5º	COMÉRCIO	634.273.215,42	4,48	AGROPECUÁRIA	279.098.084,20	5,24	TÊXTIL	98.425.660,68	4,06
6º	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	609.118.754,38	4,30	BORRACHA E PLÁSTICO	259.354.221,61	4,87	COMÉRCIO	73.752.948,65	3,05
7º	VEÍCULO, REBOQUE E CARROCERIA	404.780.741,41	2,86	COMÉRCIO	209.880.402,27	3,94	TRANSPORTE TERRESTRE	70.673.878,50	2,92
8º	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	284.312.814,62	2,01	CONSTRUÇÃO	198.042.461,33	3,72	BORRACHA E PLÁSTICO	51.003.177,45	2,11
9º	TELECOMUNICAÇÕES	185.554.385,96	1,31	OUTROS EQUIP TRANSPORTE	147.197.413,17	2,77	QUÍMICA	48.193.939,61	1,99
10º	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	171.509.482,81	1,21	INDÚSTRIA EXTRATIVA	117.664.589,63	2,21	ÁGUA, ESGOTO E LIXO	47.700.797,63	1,97
11º	CONSTRUÇÃO	135.030.054,80	0,95	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	110.752.019,88	2,08	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	43.528.244,67	1,80
12º	METALURGIA	122.530.599,99	0,87	ATIV IMOBIL, PROFISSIONAL E ADM	91.607.597,93	1,72	MINERAL NÃO METÁLICO	42.419.837,42	1,75
13º	EDUCAÇÃO	118.167.228,49	0,83	COURO, ARTEFATO E CALÇADO	85.221.830,59	1,60	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	41.492.761,86	1,71
14º	CELULOSE E PAPEL	108.839.684,92	0,77	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	64.877.799,23	1,22	METALURGIA	40.734.559,99	1,68
15º	ATIV IMOBIL, PROFISSIONAL E ADM	108.153.800,62	0,76	BEBIDAS	63.400.694,93	1,19	ATIV IMOBIL, PROFISSIONAL E ADM	40.138.433,72	1,66
16º	MÁQ, APARELHO ELETRICO	60.227.228,42	0,43	ATIV AUX TRANSPORTE E ENTREGA	56.413.171,61	1,06	CELULOSE E PAPEL	39.944.254,82	1,65
17º	SAÚDE E SERV SOCIAL	58.407.017,29	0,41	ÁGUA, ESGOTO E LIXO	35.348.051,31	0,66	CONSTRUÇÃO	39.822.786,18	1,64
18º	QUÍMICA	56.970.910,11	0,40	SAÚDE E SERV SOCIAL	31.697.603,30	0,60	COQUE, PETRÓLEO E COMBUSTÍVEL	37.043.624,51	1,53
19º	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	56.225.393,71	0,40	MINERAL NÃO METÁLICO	19.569.085,56	0,37	SAÚDE E SERV SOCIAL	21.448.573,76	0,89
20º	ATIV AUX TRANSPORTE E ENTREGA	53.540.838,43	0,38	ATIV FINANCEIRA E SEGURO	14.819.481,04	0,28	ATIV FINANCEIRA E SEGURO	20.207.239,47	0,83
21º	BORRACHA E PLÁSTICO	48.860.234,78	0,35	COQUE, PETRÓLEO E COMBUSTÍVEL	14.457.786,12	0,27	ARTES, CULTURA E ESPORTE	19.328.508,93	0,80
22º	ÁGUA, ESGOTO E LIXO	30.703.817,99	0,22	METALURGIA	10.713.542,14	0,20	COURO, ARTEFATO E CALÇADO	16.410.458,41	0,68
23º	CONFEC, VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	25.403.550,79	0,18	OUTRAS ATIV SERVIÇOS	9.943.132,04	0,19	EDUCAÇÃO	16.088.573,96	0,66
24º	BEBIDAS	21.175.858,18	0,15	MÁQ, APARELHO ELETRICO	9.871.120,45	0,19	TELECOMUNICAÇÕES	15.248.204,99	0,63
25º	ARTES, CULTURA E ESPORTE	18.657.428,37	0,13	CONFEC, VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	9.697.010,00	0,18	CONFEC, VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	8.749.146,93	0,36
26º	MINERAL NÃO METÁLICO	18.483.833,39	0,13	PRODUTO DE METAL	8.953.222,53	0,17	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	8.420.639,76	0,35
27º	INDÚSTRIA EXTRATIVA	12.855.867,94	0,09	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	8.472.699,09	0,16	INDÚSTRIA EXTRATIVA	8.100.169,11	0,33
28º	COURO, ARTEFATO E CALÇADO	11.782.420,74	0,08	ARTES, CULTURA E ESPORTE	5.392.778,37	0,10	MADEIRA	6.592.881,93	0,27
29º	TÊXTIL	10.629.893,16	0,08	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.788.101,69	0,09	ATIV AUX TRANSPORTE E ENTREGA	5.299.804,36	0,22
30º	GRÁFICA	10.025.683,92	0,07	EQUIP INFO, ELETRONICO, ÓTICO	4.527.472,15	0,09	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	4.193.162,69	0,17
31º	OUTRAS ATIV SERVIÇOS	9.863.631,12	0,07	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	4.439.800,29	0,08	MÓVEIS	4.104.293,34	0,17
32º	PRODUTO DE METAL	7.060.912,81	0,05	TÊXTIL	4.097.476,99	0,08	PRODUTO DE METAL	2.650.914,43	0,11

33°	MÓVEIS	5.032.349,08	0,04	VEÍCULO, REBOQUE E CARROCERIA	3.696.470,98	0,07	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.622.924,10	0,11
34°	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.987.262,65	0,02	PRODUTOS DIVERSOS	3.629.914,48	0,07	MÁQ, APARELHO ELETRICO	2.391.747,74	0,10
35°	EQUIP INFO, ELETRONICO, ÓTICO	2.845.429,62	0,02	GRÁFICA	3.104.026,55	0,06	FARMOQUÍMICO, FARMACÊUTICO	2.221.813,17	0,09
36°	ATIV FINANCEIRA E SEGURO	2.379.685,25	0,02	MÓVEIS	3.028.316,98	0,06	PRODUTOS DIVERSOS	1.673.243,23	0,07
37°	FARMOQUÍMICO, FARMACÊUTICO	2.253.746,40	0,02	EDUCAÇÃO	2.678.867,20	0,05	GRÁFICA	1.052.026,31	0,04
38°	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO, INSTAL.	1.836.401,37	0,01	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	2.304.829,89	0,04	EQUIP INFO, ELETRONICO, ÓTICO	951.841,03	0,04
39°	MADEIRA	1.692.104,73	0,01	MADEIRA	1.408.588,74	0,03	VEÍCULO, REBOQUE E CARROCERIA	426.252,86	0,02
40°	PRODUTOS DIVERSOS	1.546.083,57	0,01	FARMOQUÍMICO, FARMACÊUTICO	928.009,38	0,02	OUTROS EQUIP TRANSPORTE	330.056,46	0,01
41°	COQUE, PETRÓLEO E COMBUSTÍVEL	984.652,00	0,01	TELECOMUNICAÇÕES	655.904,05	0,01	TRANSPORTE AÉREO	136.190,12	0,01
42°	TRANSPORTE AÉREO	865.927,40	0,01	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO, INSTAL.	366.549,07	0,01	OUTRAS ATIV SERVIÇOS	57.944,00	0,00
43°	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	304.842,97	0,00	-	-	-	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO, INSTAL.	54.394,54	0,00
TOTAL GERAL		14.159.535.633,91	100,00	TOTAL GERAL	5.322.080.611,27	100,00	TOTAL GERAL	2.421.805.140,11	100,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BNDES (1997;2007;2017).

Apêndice A.7 – Desembolsos em R\$ do BNDES, por subsetor CNAE agrupado, para região Norte dos anos de 1997, 2007 e 2017

RANKING	SETORES	2017	%	SETORES	2007	%	SETORES	1997	%
1°	ELETRICIDADE E GÁS	1.276.010.693,17	33,30	TRANSPORTE TERRESTRE	1.664.459.872,84	48,09	INDÚSTRIA EXTRATIVA	129.374.705,83	37,11
2°	AGROPECUÁRIA	726.446.813,53	18,96	ELETRICIDADE E GÁS	779.784.773,43	22,53	ELETRICIDADE E GÁS	83.855.159,34	24,05
3°	INDÚSTRIA EXTRATIVA	330.341.075,48	8,62	INDÚSTRIA EXTRATIVA	234.215.881,44	6,77	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	41.404.025,34	11,88
4°	COMÉRCIO	264.552.709,88	6,90	EQUIP INFO, ELETRONICO, ÓTICO	195.578.000,00	5,65	AGROPECUÁRIA	18.677.767,25	5,36
5°	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	255.235.166,64	6,66	CONSTRUÇÃO	167.735.460,43	4,85	TRANSPORTE TERRESTRE	18.469.186,27	5,30
6°	TRANSPORTE TERRESTRE	242.261.241,46	6,32	AGROPECUÁRIA	145.574.439,58	4,21	BEBIDAS	9.594.870,84	2,75
7°	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	133.348.220,59	3,48	COMÉRCIO	74.420.925,45	2,15	ÁGUA, ESGOTO E LIXO	8.199.999,97	2,35
8°	CONSTRUÇÃO	97.866.567,38	2,55	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	37.136.129,09	1,07	MADEIRA	6.623.705,97	1,90
9°	MINERAL NÃO METÁLICO	83.487.746,18	2,18	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	30.600.217,28	0,88	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5.888.497,95	1,69
10°	ATIV AUX TRANSPORTE E ENTREGA	55.669.597,13	1,45	METALURGIA	29.889.035,98	0,86	COMÉRCIO	5.887.027,96	1,69
11°	ÁGUA, ESGOTO E LIXO	52.395.630,33	1,37	MADEIRA	20.656.924,68	0,60	EQUIP INFO, ELETRONICO, ÓTICO	4.312.081,17	1,24
12°	TELECOMUNICAÇÕES	51.983.718,37	1,36	ATIV IMOBIL, PROFISSIONAL E ADM	14.733.448,99	0,43	CONSTRUÇÃO	4.183.911,43	1,20
13°	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	48.117.073,73	1,26	SAÚDE E SERV SOCIAL	12.086.113,24	0,35	BORRACHA E PLÁSTICO	4.088.568,69	1,17

14°	ATIV IMOBIL., PROFISSIONAL E ADM	44.886.203,83	1,17	CELULOSE E PAPEL	7.210.024,10	0,21	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.345.513,36	0,67
15°	OUTRAS ATIV SERVIÇOS	44.681.754,51	1,17	ATIV AUX TRANSPORTE E ENTREGA	7.149.076,00	0,21	SAÚDE E SERV SOCIAL	1.543.814,70	0,44
16°	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	30.606.938,62	0,80	BORRACHA E PLÁSTICO	6.586.163,25	0,19	EDUCAÇÃO	1.183.918,08	0,34
17°	SAÚDE E SERV SOCIAL	16.631.377,01	0,43	MINERAL NÃO METÁLICO	5.656.407,78	0,16	CELULOSE E PAPEL	705.475,26	0,20
18°	EDUCAÇÃO	13.182.207,62	0,34	ÁGUA, ESGOTO E LIXO	5.208.180,00	0,15	ATIV IMOBIL., PROFISSIONAL E ADM	695.354,31	0,20
19°	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	11.307.874,96	0,30	EDUCAÇÃO	5.172.642,33	0,15	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	231.038,70	0,07
20°	EQUIP INFO, ELETRONICO, ÓTICO	9.530.890,02	0,25	OUTROS EQUIP TRANSPORTE	3.048.060,00	0,09	MÁQ. APARELHO ELETRICO	189.382,04	0,05
21°	OUTROS EQUIP TRANSPORTE	8.467.813,31	0,22	BEBIDAS	2.118.338,91	0,06	PRODUTO DE METAL	183.705,81	0,05
22°	PRODUTOS DIVERSOS	5.342.560,49	0,14	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.643.971,51	0,05	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	176.800,22	0,05
23°	BORRACHA E PLÁSTICO	4.501.343,22	0,12	QUÍMICA	1.435.140,03	0,04	COURO, ARTEFATO E CALÇADO	140.535,00	0,04
24°	MADEIRA	4.443.727,46	0,12	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.268.520,00	0,04	METALURGIA	112.230,55	0,03
25°	ARTES, CULTURA E ESPORTE	3.404.367,34	0,09	COQUE, PETRÓLEO E COMBUSTÍVEL	1.218.600,00	0,04	MÓVEIS	101.338,71	0,03
26°	PRODUTO DE METAL	3.234.247,75	0,08	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	967.687,11	0,03	MINERAL NÃO METÁLICO	86.859,00	0,02
27°	QUÍMICA	2.719.904,46	0,07	GRÁFICA	913.059,94	0,03	PRODUTOS DIVERSOS	80.237,93	0,02
28°	FARMOQUÍMICO, FARMACÊUTICO	2.199.454,94	0,06	ARTES, CULTURA E ESPORTE	606.721,44	0,02	ATIV FINANCEIRA E SEGURO	76.064,12	0,02
29°	COQUE, PETRÓLEO E COMBUSTÍVEL	1.667.652,62	0,04	MÓVEIS	549.980,49	0,02	GRÁFICA	65.874,05	0,02
30°	MÓVEIS	1.385.586,18	0,04	PRODUTO DE METAL	525.876,65	0,02	COQUE, PETRÓLEO E COMBUSTÍVEL	58.993,24	0,02
31°	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO, INSTAL.	1.367.822,37	0,04	VEÍCULO, REBOQUE E CARROCERIA	508.493,90	0,01	QUÍMICA	36.189,99	0,01
32°	GRÁFICA	1.173.808,96	0,03	MÁQ, APARELHO ELETRICO	462.722,83	0,01	CONFEC, VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	27.008,88	0,01
33°	BEBIDAS	1.088.442,93	0,03	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	387.028,62	0,01	-	-	-
34°	CELULOSE E PAPEL	1.035.389,04	0,03	COURO, ARTEFATO E CALÇADO	304.000,00	0,01	-	-	-
35°	CONFEC, VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	1.016.188,63	0,03	OUTRAS ATIV SERVIÇOS	288.154,75	0,01	-	-	-
36°	VEÍCULO, REBOQUE E CARROCERIA	311.985,43	0,01	PRODUTOS DIVERSOS	252.690,93	0,01	-	-	-
37°	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	162.173,99	0,00	FARMOQUÍMICO, FARMACÊUTICO	169.837,78	0,00	-	-	-
38°	METALURGIA	122.893,52	0,00	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO, INSTAL.	130.745,12	0,00	-	-	-
39°	TÊXTIL	92.624,84	0,00	CONFEC, VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	125.729,79	0,00	-	-	-

40°	ATIV FINANCEIRA E SEGURO	68.267,82	0,00	TELECOMUNICAÇÕES	101.650,97	0,00	-	-	-
41°	COURO, ARTEFATO E CALÇADO	25.313,50	0,00	-	-	-	-	-	-
42°	MÁQ, APARELHO ELETRICO	18.020,17	0,00	-	-	-	-	-	-
Total Geral		3.832.393.089,41	100,00	Total Geral	3.460.880.726,66	100,00	Total Geral	348.599.841,96	100,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BNDES (1997;2007;2017).

Apêndice A.8 – Desembolsos em R\$ do BNDES, por subsetor CNAE agrupado, para região Sudeste dos anos de 1997, 2007 e 2017

RANKING	SETORES	2017	%	SETORES	2007	%	SETORES	1997	%
1°	ELETRICIDADE E GÁS	3.419.316.330,88	12,83	TRANSPORTE TERRESTRE	5.637.055.268,99	15,00	ELETRICIDADE E GÁS	2.809.591.492,46	27,95
2°	AGROPECUÁRIA	3.113.096.880,47	11,68	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	2.877.752.965,52	7,66	METALURGIA	848.084.371,24	8,44
3°	TRANSPORTE TERRESTRE	3.055.643.543,91	11,47	METALURGIA	2.760.637.921,81	7,35	TRANSPORTE TERRESTRE	816.812.856,04	8,12
4°	COMÉRCIO	2.713.894.391,55	10,19	ELETRICIDADE E GÁS	2.690.563.156,79	7,16	INDÚSTRIA EXTRATIVA	600.494.772,28	5,97
5°	OUTROS EQUIP TRANSPORTE	2.664.170.662,46	10,00	VEÍCULO, REBOQUE E CARROCERIA	2.531.997.849,65	6,74	OUTROS EQUIP TRANSPORTE	571.555.161,70	5,69
6°	CONSTRUÇÃO	1.118.705.359,76	4,20	CONSTRUÇÃO	2.237.612.052,85	5,95	COMÉRCIO	449.374.173,34	4,47
7°	ATIV IMOBIL, PROFISSIONAL E ADM	1.085.678.781,14	4,07	TELECOMUNICAÇÕES	2.054.038.982,75	5,47	AGROPECUÁRIA	368.394.390,23	3,66
8°	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	850.341.650,39	3,19	AGROPECUÁRIA	1.750.286.521,43	4,66	TELECOMUNICAÇÕES	324.185.960,66	3,22
9°	VEÍCULO, REBOQUE E CARROCERIA	745.799.770,81	2,80	COMÉRCIO	1.666.232.252,18	4,43	BEBIDAS	310.630.591,48	3,09
10°	ATIV AUX TRANSPORTE E ENTREGA	709.683.104,92	2,66	OUTROS EQUIP TRANSPORTE	1.520.652.153,68	4,05	CELULOSE E PAPEL	288.966.749,64	2,87
11°	TELECOMUNICAÇÕES	687.915.544,84	2,58	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.437.760.531,23	3,83	ATIV AUX TRANSPORTE E ENTREGA	255.949.121,29	2,55
12°	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	686.442.793,06	2,58	QUÍMICA	1.283.431.678,05	3,42	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	226.601.451,77	2,25
13°	SAÚDE E SERV SOCIAL	582.840.667,57	2,19	COQUE, PETRÓLEO E COMBUSTÍVEL	916.658.366,66	2,44	MINERAL NÃO METÁLICO	215.946.833,05	2,15
14°	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	443.364.195,01	1,66	ATIV AUX TRANSPORTE E ENTREGA	724.014.827,46	1,93	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	208.261.716,45	2,07
15°	ÁGUA, ESGOTO E LIXO	425.689.628,29	1,60	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	654.679.920,71	1,74	QUÍMICA	195.829.301,15	1,95
16°	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	423.919.067,48	1,59	INDÚSTRIA EXTRATIVA	650.830.096,44	1,73	TÊXTIL	183.102.559,01	1,82
17°	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	376.751.939,09	1,41	BORRACHA E PLÁSTICO	603.383.283,50	1,61	CONSTRUÇÃO	174.529.605,94	1,74
18°	QUÍMICA	266.173.474,85	1,00	ÁGUA, ESGOTO E LIXO	569.553.337,52	1,52	ATIV FINANCEIRA E SEGURO	168.732.983,94	1,68
19°	INDÚSTRIA EXTRATIVA	265.933.372,10	1,00	FARMOQUÍMICO, FARMACÊUTICO	557.854.169,90	1,48	VEÍCULO, REBOQUE E CARROCERIA	133.341.366,97	1,33

20°	ATIV FINANCEIRA E SEGURO	260.920.333,20	0,98	ATIV IMOBIL, PROFISSIONAL E ADM	557.313.822,07	1,48	BORRACHA E PLÁSTICO	96.043.581,42	0,96
21°	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	222.896.655,95	0,84	CELULOSE E PAPEL	504.205.315,63	1,34	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	95.665.432,26	0,95
22°	CELULOSE E PAPEL	209.528.588,14	0,79	EQUIP INFO, ELETRONICO, ÓTICO	503.288.893,79	1,34	PRODUTO DE METAL	90.285.099,45	0,90
23°	BORRACHA E PLÁSTICO	208.380.206,94	0,78	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	440.824.711,84	1,17	MÁQ. APARELHO ELETRICO	83.439.300,82	0,83
24°	FARMOQUÍMICO, FARMACÊUTICO	198.427.341,59	0,74	MINERAL NÃO METÁLICO	348.789.837,97	0,93	ATIV IMOBIL, PROFISSIONAL E ADM	81.083.324,67	0,81
25°	METALURGIA	197.398.886,34	0,74	MÁQ, APARELHO ELETRICO	299.568.765,86	0,80	EQUIP INFO, ELETRONICO, ÓTICO	72.707.011,32	0,72
26°	PRODUTO DE METAL	194.323.755,76	0,73	PRODUTO DE METAL	277.170.061,96	0,74	COQUE, PETRÓLEO E COMBUSTÍVEL	61.106.923,22	0,61
27°	COQUE, PETRÓLEO E COMBUSTÍVEL	187.483.980,13	0,70	SAÚDE E SERV SOCIAL	270.220.044,05	0,72	ARTES, CULTURA E ESPORTE	53.886.367,11	0,54
28°	EDUCAÇÃO	181.882.967,26	0,68	ATIV FINANCEIRA E SEGURO	217.297.614,16	0,58	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	52.632.798,55	0,52
29°	MINERAL NÃO METÁLICO	173.553.052,45	0,65	BEBIDAS	210.341.821,63	0,56	COURO, ARTEFATO E CALÇADO	37.338.238,10	0,37
30°	CONFEC, VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	163.851.454,90	0,61	TÊXTIL	184.183.791,46	0,49	EDUCAÇÃO	26.665.037,82	0,27
31°	TRANSPORTE AÉREO	128.620.524,04	0,48	MADEIRA	157.766.456,16	0,42	MADEIRA	24.206.585,43	0,24
32°	TÊXTIL	126.703.669,26	0,48	EDUCAÇÃO	83.254.565,68	0,22	SAÚDE E SERV SOCIAL	21.683.830,90	0,22
33°	PRODUTOS DIVERSOS	83.270.312,75	0,31	MÓVEIS	77.913.463,34	0,21	ÁGUA, ESGOTO E LIXO	19.971.677,33	0,20
34°	BEBIDAS	75.405.832,39	0,28	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	69.564.861,26	0,19	GRÁFICA	16.818.812,02	0,17
35°	MÁQ, APARELHO ELETRICO	73.935.884,86	0,28	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	56.892.180,00	0,15	MÓVEIS	16.460.721,55	0,16
36°	MÓVEIS	65.800.863,97	0,25	CONFEC, VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	50.517.101,65	0,13	CONFEC, VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	15.519.070,16	0,15
37°	OUTRAS ATIV SERVIÇOS	42.157.026,31	0,16	PRODUTOS DIVERSOS	42.982.685,17	0,11	PRODUTOS DIVERSOS	12.379.851,97	0,12
38°	ARTES, CULTURA E ESPORTE	41.136.955,18	0,15	OUTRAS ATIV SERVIÇOS	32.966.663,80	0,09	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	12.366.403,89	0,12
39°	MADEIRA	38.803.137,85	0,15	GRÁFICA	16.438.524,70	0,04	OUTRAS ATIV SERVIÇOS	4.760.878,11	0,05
40°	EQUIP INFO, ELETRONICO, ÓTICO	38.800.362,06	0,15	TRANSPORTE AÉREO	15.296.073,71	0,04	FARMOQUÍMICO, FARMACÊUTICO	2.904.592,27	0,03
41°	COURO, ARTEFATO E CALÇADO	34.347.627,93	0,13	COURO, ARTEFATO E CALÇADO	15.054.215,52	0,04	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO, INSTAL.	2.268.133,64	0,02
42°	GRÁFICA	32.292.128,38	0,12	ARTES, CULTURA E ESPORTE	12.678.195,33	0,03	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.538.512,42	0,02
43°	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO, INSTAL.	30.624.094,61	0,11	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO, INSTAL.	11.530.380,60	0,03	TRANSPORTE AÉREO	990.381,26	0,01
44°	-	-		FUMO	248.672,00	0,00	-	-	-
Total Geral		26.645.906.800,83	100,00	Total	37581304056	100,00	Total Geral	10.053.108.024,33	100,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BNDES (1997;2007;2017).

Apêndice A.9 – Desembolsos em R\$ do BNDES, por subsetor CNAE agrupado, para região Sul, dos anos de 1997, 2007 e 2017

RANKING	SETORES	2017	%	SETORES	2007	%	SETORES	1997	%
1º	AGROPECUÁRIA	6.086.323.669,88	34,36	TRANSPORTE TERRESTRE	2.503.544.695,73	19,60	ELETRICIDADE E GÁS	998.210.994,39	27,92
2º	COMÉRCIO	2.194.469.112,62	12,39	AGROPECUÁRIA	1.912.748.237,79	14,98	AGROPECUÁRIA	634.815.811,63	17,76
3º	TRANSPORTE TERRESTRE	1.583.570.814,26	8,94	ELETRICIDADE E GÁS	1.194.916.908,42	9,36	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	296.609.809,62	8,30
4º	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	975.985.346,33	5,51	CELULOSE E PAPEL	938.387.460,51	7,35	CELULOSE E PAPEL	205.830.514,84	5,76
5º	MÁQ. APARELHO ELETRICO	859.651.590,13	4,85	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	905.207.737,53	7,09	TRANSPORTE TERRESTRE	190.606.159,49	5,33
6º	ATIV AUX TRANSPORTE E ENTREGA	850.851.557,65	4,80	TELECOMUNICAÇÕES	723.444.086,98	5,66	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	137.187.861,42	3,84
7º	ELETRICIDADE E GÁS	624.702.013,08	3,53	MÁQ. APARELHO ELETRICO	525.466.093,09	4,11	BORRACHA E PLÁSTICO	115.432.459,12	3,23
8º	OUTROS EQUIP TRANSPORTE	369.320.265,73	2,08	VEÍCULO, REBOQUE E CARROCERIA	520.771.020,79	4,08	MADEIRA	110.350.024,02	3,09
9º	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	306.572.324,56	1,73	COMÉRCIO	459.233.789,10	3,60	COMÉRCIO	80.802.025,06	2,26
10º	CONSTRUÇÃO	266.341.280,87	1,50	CONSTRUÇÃO	404.715.091,27	3,17	ATIV FINANCEIRA E SEGURO	70.570.617,99	1,97
11º	VEÍCULO, REBOQUE E CARROCERIA	260.717.215,54	1,47	COQUE, PETRÓLEO E COMBUSTÍVEL	273.333.419,05	2,14	VEÍCULO, REBOQUE E CARROCERIA	69.520.606,50	1,94
12º	ATIV IMOBIL, PROFISSIONAL E ADM	241.738.301,79	1,36	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	271.616.614,58	2,13	TELECOMUNICAÇÕES	65.177.458,92	1,82
13º	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	241.130.264,61	1,36	BORRACHA E PLÁSTICO	241.642.198,05	1,89	COURO, ARTEFATO E CALÇADO	58.618.018,10	1,64
14º	TELECOMUNICAÇÕES	219.192.019,24	1,24	PRODUTO DE METAL	231.767.610,15	1,81	BEBIDAS	56.778.815,70	1,59
15º	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	212.358.532,23	1,20	ATIV AUX TRANSPORTE E ENTREGA	206.505.158,76	1,62	MÁQ. APARELHO ELETRICO	52.346.260,86	1,46
16º	ÁGUA, ESGOTO E LIXO	212.100.368,01	1,20	MADEIRA	153.079.104,79	1,20	METALURGIA	44.815.967,28	1,25
17º	SAÚDE E SERV SOCIAL	208.610.301,55	1,18	ATIV IMOBIL, PROFISSIONAL E ADM	137.051.421,61	1,07	QUÍMICA	38.194.251,39	1,07
18º	BORRACHA E PLÁSTICO	173.606.382,06	0,98	QUÍMICA	130.336.088,61	1,02	MÓVEIS	37.659.950,99	1,05
19º	CELULOSE E PAPEL	172.791.341,88	0,98	EQUIP INFO, ELETRONICO, ÓTICO	126.211.764,77	0,99	ATIV IMOBIL, PROFISSIONAL E ADM	35.077.586,29	0,98
20º	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	164.017.648,15	0,93	TÊXTIL	107.766.436,43	0,84	CONSTRUÇÃO	33.364.810,49	0,93
21º	EQUIP INFO, ELETRONICO, ÓTICO	136.369.170,27	0,77	METALURGIA	102.118.443,61	0,80	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	32.856.171,08	0,92
22º	PRODUTO DE METAL	133.074.887,58	0,75	BEBIDAS	73.154.040,77	0,57	MINERAL NÃO METÁLICO	32.679.838,48	0,91
23º	MÓVEIS	129.404.633,20	0,73	SAÚDE E SERV SOCIAL	72.557.391,86	0,57	PRODUTO DE METAL	31.243.165,79	0,87
24º	CONFEC, VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	118.054.240,34	0,67	MÓVEIS	66.611.153,11	0,52	TÊXTIL	29.621.763,45	0,83
25º	QUÍMICA	103.523.358,72	0,58	COURO, ARTEFATO E CALÇADO	65.895.825,42	0,52	EDUCAÇÃO	20.768.827,97	0,58
26º	FARMOQUÍMICO, FARMACÊUTICO	100.085.844,67	0,56	MINERAL NÃO METÁLICO	57.163.939,54	0,45	EQUIP INFO, ELETRONICO, ÓTICO	16.608.411,13	0,46
27º	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	95.046.938,93	0,54	EDUCAÇÃO	49.068.683,14	0,38	CONFEC, VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	15.045.771,30	0,42
28º	TÊXTIL	95.029.149,04	0,54	CONFEC, VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	44.499.473,05	0,35	PRODUTOS DIVERSOS	11.619.050,73	0,32
29º	ATIV FINANCEIRA E SEGURO	94.671.373,63	0,53	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	34.775.610,30	0,27	SAÚDE E SERV SOCIAL	8.875.236,62	0,25
30º	MADEIRA	82.877.921,27	0,47	INDÚSTRIA EXTRATIVA	33.364.188,43	0,26	INDÚSTRIA EXTRATIVA	8.151.269,47	0,23
31º	EDUCAÇÃO	78.097.739,16	0,44	OUTROS EQUIP TRANSPORTE	28.632.696,91	0,22	GRÁFICA	7.574.407,83	0,21
32º	MINERAL NÃO METÁLICO	66.443.948,63	0,38	FARMOQUÍMICO, FARMACÊUTICO	23.977.612,02	0,19	ATIV AUX TRANSPORTE E ENTREGA	4.782.788,82	0,13
33º	INDÚSTRIA EXTRATIVA	60.128.706,55	0,34	ATIV FINANCEIRA E SEGURO	23.626.902,87	0,18	ARTES, CULTURA E ESPORTE	4.479.305,88	0,13

34°	COURO, ARTEFATO E CALÇADO	45.944.440,31	0,26	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	21.609.811,07	0,17	TRANSPORTE AÉREO	3.851.030,94	0,11
35°	PRODUTOS DIVERSOS	28.482.519,82	0,16	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	20.836.077,47	0,16	OUTROS EQUIP TRANSPORTE	2.821.394,59	0,08
36°	BEBIDAS	27.182.318,19	0,15	ÁGUA, ESGOTO E LIXO	15.981.485,26	0,13	FUMO	2.535.165,37	0,07
37°	ARTES, CULTURA E ESPORTE	25.839.392,95	0,15	PRODUTOS DIVERSOS	14.928.951,08	0,12	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2.484.609,48	0,07
38°	METALURGIA	25.653.486,44	0,14	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	13.424.865,94	0,11	OUTRAS ATIV SERVIÇOS	1.991.374,44	0,06
39°	OUTRAS ATIV SERVIÇOS	12.687.063,89	0,07	FUMO	12.495.688,25	0,10	ÁGUA, ESGOTO E LIXO	1.798.198,56	0,05
40°	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO, INSTAL.	11.307.515,65	0,06	GRÁFICA	10.755.372,23	0,08	FARMOQUÍMICO, FARMACÊUTICO	1.268.842,54	0,04
41°	GRÁFICA	10.979.874,54	0,06	OUTRAS ATIV SERVIÇOS	10.135.496,18	0,08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.212.987,15	0,03
42°	COQUE, PETRÓLEO E COMBUSTÍVEL	9.902.486,16	0,06	ARTES, CULTURA E ESPORTE	4.242.290,25	0,03	COQUE, PETRÓLEO E COMBUSTÍVEL	613.598,98	0,02
43°	FUMO	156.062,97	0,00	TRANSPORTE AÉREO	3.505.611,77	0,03	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	469.382,74	0,01
44°	TRANSPORTE AÉREO	46.189,93		MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO, INSTAL.	1.746.293,01	0,01	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO, INSTAL.	60.651,22	0,00
Total Geral		17.715.039.613,01	100,00	Total Geral	12.772.852.841,55	100,00	Total Geral	3.575.383.248,66	100,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BNDES (1997;2007;2017).

Apêndice A.10 – Desembolsos em R\$ do BNDES, por subsetor CNAE agrupado, para região Centro-Oeste, dos anos de 1997, 2007 e 2017

RANKING	SETORES	2017	%	SETORES	2007	%	SETORES	1997	%
1°	AGROPECUÁRIA	3.657.515.344,87	43,55	ELETRICIDADE E GÁS	1.666.240.490,22	28,95	ELETRICIDADE E GÁS	941.298.529,53	62,96
2°	ELETRICIDADE E GÁS	1.052.379.695,73	12,53	AGROPECUÁRIA	910.135.287,74	15,82	TRANSPORTE TERRESTRE	206.899.749,97	13,84
3°	TRANSPORTE TERRESTRE	725.345.296,12	8,64	TRANSPORTE TERRESTRE	784.780.147,12	13,64	AGROPECUÁRIA	148.177.078,02	9,91
4°	CELULOSE E PAPEL	649.022.764,37	7,73	TELECOMUNICAÇÕES	600.954.442,94	10,44	BEBIDAS	31.871.738,25	2,13
5°	COMÉRCIO	500.948.221,50	5,97	COQUE, PETRÓLEO E COMBUSTÍVEL	592.334.283,73	10,29	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	29.529.773,61	1,98
6°	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	453.693.751,97	5,40	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	444.503.383,56	7,72	COMÉRCIO	28.785.599,35	1,93
7°	ATIV AUX TRANSPORTE E ENTREGA	428.590.594,15	5,10	METALURGIA	216.483.629,51	3,76	METALURGIA	21.678.917,47	1,45
8°	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	164.922.907,84	1,96	COMÉRCIO	126.564.799,62	2,20	SAÚDE E SERV SOCIAL	11.205.519,17	0,75
9°	COQUE, PETRÓLEO E COMBUSTÍVEL	123.299.935,58	1,47	CONSTRUÇÃO	118.117.810,11	2,05	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	10.175.809,43	0,68
10°	ATIV IMOBIL, PROFISSIONAL E ADM	100.016.878,51	1,19	ATIV IMOBIL, PROFISSIONAL E ADM	69.580.250,00	1,21	CONSTRUÇÃO	9.668.224,84	0,65
11°	CONSTRUÇÃO	94.831.517,81	1,13	BEBIDAS	55.603.984,12	0,97	INDÚSTRIA EXTRATIVA	5.915.662,67	0,40
12°	MÁQ, APARELHO ELETRICO	58.045.207,34	0,69	ÁGUA, ESGOTO E LIXO	28.177.886,31	0,49	BORRACHA E PLÁSTICO	5.582.552,43	0,37
13°	TELECOMUNICAÇÕES	56.833.031,47	0,68	ATIV AUX TRANSPORTE E ENTREGA	19.096.926,21	0,33	EDUCAÇÃO	4.380.848,03	0,29
14°	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	54.104.342,38	0,64	INDÚSTRIA EXTRATIVA	14.416.026,70	0,25	VEÍCULO, REBOQUE E CARROCERIA	4.224.973,94	0,28

15°	SAÚDE E SERV SOCIAL	50.039.468,67	0,60	BORRACHA E PLÁSTICO	13.969.799,87	0,24	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	3.943.727,13	0,26
16°	EDUCAÇÃO	45.241.089,93	0,54	SAÚDE E SERV SOCIAL	12.558.110,80	0,22	ATIV IMOBIL, PROFISSIONAL E ADM	3.560.533,45	0,24
17°	QUÍMICA	19.669.135,42	0,23	FARMOQUÍMICO, FARMACÊUTICO	11.694.218,31	0,20	MINERAL NÃO METÁLICO	3.311.799,59	0,22
18°	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	19.125.405,27	0,23	MINERAL NÃO METÁLICO	8.549.786,07	0,15	MADEIRA	3.247.421,68	0,22
19°	BORRACHA E PLÁSTICO	16.121.591,72	0,19	VEÍCULO, REBOQUE E CARROCERIA	8.226.475,26	0,14	ATIV AUX TRANSPORTE E ENTREGA	3.120.256,61	0,21
20°	OUTRAS ATIV SERVIÇOS	13.216.207,52	0,16	MADEIRA	7.675.314,58	0,13	ATIV FINANCEIRA E SEGURO	3.081.666,40	0,21
21°	ATIV FINANCEIRA E SEGURO	12.042.750,05	0,14	CELULOSE E PAPEL	7.442.794,83	0,13	QUÍMICA	2.441.240,17	0,16
22°	INDÚSTRIA EXTRATIVA	10.744.131,19	0,13	QUÍMICA	6.098.353,77	0,11	TELECOMUNICAÇÕES	2.438.631,01	0,16
23°	BEBIDAS	10.037.293,63	0,12	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	5.095.502,91	0,09	COURO, ARTEFATO E CALÇADO	1.879.996,65	0,13
24°	CONFEC, VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	9.930.364,60	0,12	COURO, ARTEFATO E CALÇADO	4.342.212,90	0,08	MÓVEIS	1.207.882,88	0,08
25°	MADEIRA	9.527.254,86	0,11	PRODUTO DE METAL	3.933.279,24	0,07	PRODUTO DE METAL	1.189.680,70	0,08
26°	PRODUTO DE METAL	8.163.179,47	0,10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.052.716,41	0,05	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.039.337,83	0,07
27°	MINERAL NÃO METÁLICO	8.068.956,47	0,10	OUTRAS ATIV SERVIÇOS	2.231.151,86	0,04	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	785.610,01	0,05
28°	TÊXTIL	6.666.325,49	0,08	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	1.955.457,93	0,03	FARMOQUÍMICO, FARMACÊUTICO	775.688,54	0,05
29°	MÓVEIS	5.676.707,12	0,07	ATIV FINANCEIRA E SEGURO	1.732.481,90	0,03	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	607.490,80	0,04
30°	ARTES, CULTURA E ESPORTE	5.294.789,25	0,06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.701.417,83	0,03	GRÁFICA	531.534,71	0,04
31°	ORGANISMOS INTERNACIONAIS	5.200.257,26	0,06	MÁQ, APARELHO ELETRICO	1.645.454,35	0,03	CONFEC, VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	521.214,61	0,03
32°	ÁGUA, ESGOTO E LIXO	4.175.420,00	0,05	EDUCAÇÃO	1.556.417,75	0,03	COQUE, PETRÓLEO E COMBUSTÍVEL	478.602,77	0,03
33°	VEÍCULO, REBOQUE E CARROCERIA	4.128.696,78	0,05	CONFEC, VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	1.224.978,57	0,02	CELULOSE E PAPEL	465.450,27	0,03
34°	METALURGIA	3.775.206,62	0,04	MÓVEIS	1.043.673,67	0,02	OUTRAS ATIV SERVIÇOS	286.104,61	0,02
35°	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO, INSTAL.	2.701.052,08	0,03	ARTES, CULTURA E ESPORTE	494.767,08	0,01	PRODUTOS DIVERSOS	279.956,45	0,02
36°	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.568.232,74	0,03	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO, INSTAL.	425.606,65	0,01	ORGANISMOS INTERNACIONAIS	227.096,46	0,02
37°	PRODUTOS DIVERSOS	2.420.038,71	0,03	GRÁFICA	318.550,70	0,01	TÊXTIL	143.444,04	0,01
38°	GRÁFICA	1.183.283,41	0,01	TÊXTIL	307.446,42	0,01	ÁGUA, ESGOTO E LIXO	78.113,99	0,01
39°	EQUIP INFO, ELETRONICO, ÓTICO	1.086.373,92	0,01	PRODUTOS DIVERSOS	219.889,24	0,00	EQUIP INFO, ELETRONICO, ÓTICO	53.107,98	0,00
40°	FARMOQUÍMICO, FARMACÊUTICO	991.525,94	0,01	EQUIP INFO, ELETRONICO, ÓTICO	85.293,27	0,00	ARTES, CULTURA E ESPORTE	37.899,85	0,00

41°	COURO, ARTEFATO E CALÇADO	368.113,05	0,00	OUTROS EQUIP TRANSPORTE	62.881,89	0,00	OUTROS EQUIP TRANSPORTE	35.946,00	0,00
42°	OUTROS EQUIP TRANSPORTE	110.164,47	0,00	TRANSPORTE AÉREO	33.746,38	0,00	-	-	-
43°	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	59.230,57	0,00	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	9.910,19	0,00	-	-	-
44°	TRANSPORTE AÉREO	28.547,84	0,00	-	-	-	-	-	-
Total Geral		8.397.910.283,69	100,00	Total Geral	5.754.677.038,52	100,00	Total Geral	1.495.164.411,90	100,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do BNDES (1997; 2007; 2017).

APÊNDICE B – FOTOS DA PESQUISA DE CAMPO

Figura B.1 – Esposa do Cacique Mucugê, ralando fruto do jenipapo para utilizar na pintura do corpo.



Fonte: Autora, 2018.

Figura B.2 – Cacique Mucugê Pataxó mostrando planta medicinal (a) e folha, pata de vaca (b).



(a)



(b)

Fonte: Autora, 2018.

Figura B.3 – Cacique Mucugê Pataxó mostrando pequena parte do Parque Nacional do Descobrimento.



Fonte: Autora, 2018.